

Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas. Ideias, Personagens e Instituições.

VOLUME 2 K - Z

ORGANIZADORES – 2ª Edição

**Karl Schurster
Dilton Maynard**

ORGANIZADORES – 1ª Edição

**Francisco Carlos Teixeira da Silva
Sabrina Evangelista de Medeiros
Alexander Martins Vianna**



**Novo Dicionário Crítico
do Pensamento Das Direitas**
Ideias, Personagens
e Instituições

VOLUME 2 K – Z

ORGANIZADORES – 2ª Edição

**Karl Schurster
Dilton Maynard**

ORGANIZADORES – 1ª Edição

**Francisco Carlos Teixeira da Silva
Sabrina Evangelista de Medeiros
Alexander Martins Vianna**

Recife, PE

2023



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

REITORA Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

VICE-REITOR Prof. José Roberto de Souza Cavalcanti

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Membros Internos

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento

Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela

Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egitto Vasconcelos

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos

Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho

Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida

Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo

Profa. Dra. Rosângela Estevão Alves Falcão

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas

Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)

Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)

Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)

Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)

Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)

Profa. Dra. Leticia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)

Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)

Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)

Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

DIRETOR CIENTÍFICO E COORDENADOR Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

SECRETÁRIO EXECUTIVO Felipe Ramos da Paixão Pereira Rocha

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO Renan Cortez da Costa

CAPA E DIAGRAMAÇÃO Danilo Catão

IMAGEM DA CAPA Freepik.com

REVISÃO TÉCNICA Diego Leonardo Santana Silva

REVISÃO ORTOGRÁFICA Barbara Corrêa de Mello Menezes

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.



Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro, ou de seus capítulos, para fins comerciais.

A referência às ideias e trechos deste livro deverá ser necessariamente feita com atribuição de créditos aos autores e à EDUPE.

Esta obra ou os seus artigos expressam o ponto de vista dos autores e não a posição oficial da Editora da Universidade de Pernambuco – EDUPE

Catálogo na Fonte (CIP)

Universidade de Pernambuco

Núcleo de Gestão de Bibliotecas e Documentação - NBID

N935 Novo dicionário crítico do pensamento das direitas: ideias, personagens e instituições: volume 2: K - Z / Organizadores: Karl Schurster e Dilton Cândido Santos Maynard.-- Recife : EDUPE, 2023. V.2; 554 p.

[recurso eletrônico]

ISBN: 978-65-85651-24-0

1. Direita e esquerda (Ciência política) - Dicionários. 2. Ciência Política. 3. Ideologia. Schurster, Karl. II. Maynard, Dilton Cândido Santos. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 320.503

ORGANIZADORES DA NOVA EDIÇÃO

Karl Schurster — Professor da Universidade de Vigo e pesquisador do TI4 *Tradução & Paratradução (T&P)* da mesma Universidade ao abrigo do contrato Maria Zambrano de Talento Internacional 2021. Livre-Docente em História pela Universidade de Pernambuco. Vencedor do Prêmio Jabuti 2014.

Dilton Cândido Santos Maynard — Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em História (ProfHistória) da Universidade Federal de Sergipe. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ. Coordena o Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). Bolsista Produtividade CNPq.

ORGANIZADORES DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Francisco Carlos Teixeira da Silva — Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. Professor de Teoria social da Universidade Federal de Juiz de Fora e professor Emérito da ECEME. Prêmio jabuti 2014.

Sabrina Evangelista de Medeiros — Professora da Universidade Lusófona de Lisboa de RI. É Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ (IESP) e foi Professora Associada de Relações Internacionais da Escola de Guerra Naval, do Colégio Interamericano de Defesa (Organização dos Estados Americanos) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Alexander Martins Vianna — Professor Associado II de História Moderna do DHIST da UFRRJ. Possui graduação em História pela UFRJ. É mestre e doutor em História Social pelo PPGHIS-UFRJ.

*DEDICAMOS ESTE LIVRO A
MARIA YEDDA LINHARES
E A LEANDRO KONDER*

NOTA DOS ORGANIZADORES À SEGUNDA EDIÇÃO (2022)

Estar responsável por reeditar um clássico da historiografia do campo de estudos das direitas não foi uma tarefa fácil. Sem contar com uma equipe grande de jovens pesquisadores que trabalharam ao nosso lado redigindo parte dos arquivos originais da primeira edição, trabalhando na formatação e na parte técnica do processo, não seria possível apresentar ao público essa tão esperada edição. O novo Dicionário Crítico do Pensamento da Direita conta com 41 novos verbetes e a atualização de 4 outros. Quando se realiza uma obra dessa magnitude corre-se o risco de críticas pelas ausências, mais do que pelo conteúdo. Contudo, não se pretende fazer desse trabalho uma obra acabada. É fundamental que, ao longo das próximas décadas, ela possa ganhar novas atualizações com instituições, ideias e personagens políticos de seu próprio tempo.

A todos os pesquisadores que se dedicaram a essa nova e urgente tarefa nosso muito obrigado, como aqueles que começaram esse projeto em 1996, culminando com a conhecida edição dos anos 2000. Preservamos os verbetes originais e todos aqueles que foram atualizados, ou que configuram nova entrada, estarão sinalizados ao leitor para facilitar a identificação. Que este livro possa ser um lugar de resistência contra o crescimento desse fenômeno transnacional que coloca em perigo as instituições e o agir democrático.

INTRODUÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO

AS “NOVAS DIREITAS” DUAS DÉCADAS DEPOIS: ENTRE O PRESENTE E O FUTURO DE UM CONCEITO

Introdução

Há um problema no espaço topológico para a definição de “direitas” hoje. A quantidade de grupos e subgrupos que compõem esse conjunto com múltiplas perspectivas é incapaz de fugir a terminologias oriundas da primeira metade do século XX, como “os fascismos” ou mesmo “os populismos”, e construir uma categoria que vá para além da aporia de um nome.

Se no pós-Segunda Guerra Mundial falávamos de “neofascismo”; nos anos 1980 o termo utilizado foi “extrema-direita” e nos anos 1990 “direita radical”, agora, no século XXI, o termo mais utilizado tem sido “ultradireita” (*far right*) ou o controverso conceito de “direita nacional populista”. Esse termo acaba por se tornar frágil e pouco sustentável do ponto de vista acadêmico, mesmo considerando seu largo uso pelos meios de comunicação.

Assim, não só é impossível tratar a multiplicidades desses grupos no singular, o que nos levaria a imaginar que há uma real unidade entre eles, algo impossível de comprovar, mas também não considera seu caráter transnacional, o que faz com que esses grupos possuam questões e demandas comuns em diversos lugares e ganhe contornos regionais e locais a depender de onde se expressam.

Além disso, ao avaliarmos as direitas, nos deparamos com o polêmico debate sobre o “populismo”, definição formulada para qualificar os governos nacionais estatistas na América Latina nos anos 1930 — 1940. Esse conceito, mesmo sendo defendido por intelectuais de prestígio como Pierre Rosanvallon

(Rosanvallon 2017) e Federico Finchelstein (Finchelstein 2019), é duramente criticado por Mudde (Mudde 2019) e por Michael Löwy (Löwy 2014), por ser considerado uma “ideologia débil” que apenas divide a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos que seriam um povo “puro” e uma “elite corrupta”. Michael Löwy coaduna com os argumentos de Mudde ao afirmar que a conceituação de “populismo” é incapaz de analisar os novos fenômenos das direitas emergidos no século XXI. Sua argumentação alerta para o perigo da interpretação de que esse conceito seja uma “posição política que toma o lado do povo contra as “elites”. Ao fazê-lo, mesmo que de forma involuntária, acaba-se por legitimar as ações de “extrema-direita” e tornar a sociedade simpática a eles, aceitando suas proposições, afinal quem seria contra o próprio povo e a favor das elites? (Löwy 2014). Portanto, o uso desse conceito, retira da pauta de debate temas caros a sociedade civil e ao Estado como a xenofobia, o racismo, os fascismos, a questão migratória. Além disso, outro equívoco estaria no uso irrestrito para igualar pensamentos à direita e à esquerda utilizando-se das terminologias “populismo de direita” e “populismo de esquerda”.

Nesse sentido, utilizamos a definição do politólogo holandês Cas Mudde. Segundo ele, a ultradireita estaria diretamente ligada ao discurso antissistema, adotando uma postura veementemente hostil à democracia liberal. No interior deste grupo, teríamos uma direita mais extremista, que rejeita essencialmente a democracia, e a direita radical que, mesmo “aceitando” a democracia liberal, se oporia a elementos fundamentais dela como o direito das minorias, o Estado de Direito e à separação dos poderes (Mudde 2019).

Outro termo que vem ganhando cada vez mais destaque, especialmente entre os historiadores e politólogos, é o de pós-fascismo. Na história, ele tem sido utilizado com frequência na obra de Enzo Traverso (Traverso and Pons 2019), mas o elaborador do conceito é o anticomunista húngaro Gáspár Miklós Tomás (Tomás, 2001). Seu objetivo foi descrever um conjunto de práticas políticas e ideologias que, sem recorrer a golpes de estado, colocavam em risco o funcionamento e legitimidade da democracia. Se afastando, na maioria dos casos, ao legado do Nazismo, sem apresentar uma perspectiva “totalitária” ou mesmo “revolucionária”, no sentido *stricto* do termo, sem usar diretamente “movimentos de massa violentos”, mas grupos setorizados “fora de uma autorização legítima do Estado e sem recorrer a filosofias voluntaristas ou “irracionalistas”, eles ganham espaço no jogo democrático acreditando que

os meios de manutenção das sociabilidades democráticas devem ser alterados por dentro. Se para os pós-fascistas acabar com o Estado é uma tarefa improvável, então a forma de funcionamento via democrática deve ser modificada pela exaustão e falência do sistema.

Sendo assim, Tomás primeiro define o fascismo como uma “ruptura com a tradição iluminista de cidadania como um direito universal” (Tomás 2001). Para ele, esse conceito sustentou a noção de progresso defendida tanto por liberais, como por sociais-democratas e todos aqueles que se pautavam pelo iluminismo. Seu argumento está pautado pela ideia de que estamos no retorno de uma cidadania “seletiva” que permite a construção gradual do desprezo por quem não está integrado, incluído nesse princípio. O que chama atenção em sua teoria é a ausência do que hoje chamamos de “batalha de narrativas” ou “giro conservador”. Ele afirma que os pós-fascistas não querem lutar uma guerra contra ninguém, apenas afirmam que o que chamam de “outro” não querem, por vontade, se integrar a sua sociedade, com seus valores e princípios.

Talvez, em 2001, quando o termo foi cunhado, ele fizesse, em sua origem, mais sentido do que os exemplos históricos ao longo das duas décadas a posteriori nos mostraram. Invasão do Capitólio, movimentos ultraconservadores e fascistas, antivacina e restrições impostas pela pandemia da Covid-19, não poderiam ser previstos e tampouco foram abordados na construção teórica de um fenômeno que foi se radicalizando e ganhando adeptos ao longo do tempo.

Um dos grandes problemas dessa terminologia é tratar das “novas direitas” à sombra dos fascismos. Não há dúvidas sobre os aspectos fascistizantes e até mesmo fascistas de parte desses grupos espalhados de forma transnacional. Contudo, ao fazer do fascismo o conceito que se torna ponto de partida para análise da conjuntura em nosso tempo presente, negamos a possibilidade de compreender como cada tempo constitui seus próprios fenômenos e processos, podendo com isso incorrer no perigo de transformar o presente e o futuro em tempos aprisionados pelo passado que não passa.

Para os analistas políticos Jean-Yves Camus e Nicolas Lebourg, a expressão “nova direita” foi empregada no singular equivocadamente. Além de não dar conta da heterogeneidade de uma categoria polissêmica, procurava nomear

correntes ideológicas que a única coisa que teriam em comum seria uma “prática metapolítica”(Camus, Lebourg et al. 2020). Nesse sentido, seus objetivos vão além — e muitas vezes estão até aquém — da tomada do poder. Antes de tudo, a “nova direita” quer disseminação de uma *Kulturkampf*, que possa impor à sociedade seu vocabulário, sua nova língua e, conseqüentemente, suas ideias. Contradizer e reorientar decisões e dinâmicas de comportamento passam a estar dentro das ações primeiras das “novas direitas”.

Camus e Lebourg apresentaram em uma genealogia da expressão “nova direita”. Segundo seus estudos, o termo foi utilizado pela primeira vez no contexto norte-americano depois da fracassada campanha do Republicano Barry Goldwater em 1965. Se tratava de uma direita ultraconservadora, impregnada de valores religiosos, populista, anti-igualitária, que tolera mal a questão racial (Camus, Lebourg et al. 2020). Já o conceito de “New Right” tinha como princípio destacar uma corrente mais ampla, ainda mais reacionária e moralista. Seu foco estava na defesa de um Estado mínimo e seus expoentes foram o presidente Ronald Reagan e a Primeira-Ministra Margaret Thatcher. O termo é mais antigo do que os atuais analistas têm destacado. Foi criado pela imprensa francesa em 1979 durante o que ficou conhecido como o controverso GRECE, *Groupement de recherche et d'études pour la civilisation européenne*, que se autodefiniu como uma sociedade de pensamento com vocação intelectual de direita. Sendo assim, a “nova direita” é

(...) efetivamente uma escola de pensamento, já que possui um tronco comum e redes de intercâmbio e difusão. Mas, a nova direita não é, nem nunca foi, uma escola dogmática, centralizada, homogênea, já que apresenta tantas facetas em diferentes países sofreu mutações ao longo do tempo, através de avanços, mas também de rupturas (Camus, Lebourg et al. 2020).

Contudo, quando tratamos do uso do termo hoje, torna-se necessário esse exercício de historicização para não arriscar pensar que o presente fundou o fenômeno sem uma profunda relação com o passado-recente. As novas conjunturas não fazem do conceito uma novidade epistemológica, mas demonstram como cada tempo se apropria dos processos e conceitos dando-lhes seus próprios sentidos.

Liz Fekete foi além da ideia de Cas Mudde de integralização e normalização das novas direitas no sistema político para afirmar que suas ações tinham como principal objetivo a “normalização” de mensagens de ódio por meio de uma construção simplista de mundo e sempre indo de casos particulares para construir generalizações, muitas vezes por meio de um discurso revisionista, quando não negacionista. Com isso, capitalizaria o medo, disseminando a ideia de que só ela conseguiria garantir a sociedade a “ordem civilizacional” (-Fekete, Webber et al. 1994).

Para o historiador Manuel Loff, as “direitas radicais” partilham de uma agenda com objetivos e instrumentos essenciais, a saber: a desestabilização dos sistemas liberais democráticos; a promoção de uma agenda identitária e uma organização securitária do espaço público (LOFF 2021). Sua análise é construída por meio de um tempo de longa duração na percepção de que há uma agenda política partilhada pelos diferentes espectros da direita nos últimos cem anos, buscando na continuidade entre o passado fascista e a direita radical populista, tecer sua argumentação.

Steven Forti intitulou esses diversos movimentos radicalizados como “extrema-direita 2.0”. Entendendo que as extremas-direitas são atores políticos de primeiro plano, ao menos no Ocidente, e que possuem assento político em quase todos os parlamentos, salvo raras exceções, o professor da Universidade Autônoma de Barcelona, realiza uma anatomia desse conceito e espectro político, evidenciando como a crise da democracia liberal, causada pela dissipação das contingências que a assentou, política, econômica e migratória, conjuntamente às transformações mais radicais nos meios de comunicação, seriam fatores fundamentais na explicação do ressurgimento na arena política principal desse fenômeno (Forti 2021). A análise de Forti está centrada em como a “extrema-direita” de hoje se afasta, em vários sentidos, do passado fascista, se adapta aos novos contextos sociais e utiliza os mecanismos de propagação de informações para reinventar um passado que possibilite uma intervenção veemente no presente para que eles possam ser a representação do futuro e tudo isso, baseado num princípio transnacional. Percorrendo os principais autores e discussões sobre o controverso fenômeno histórico, Forti alerta para o perigo da normalização do discurso e da ideologia de grupos que corroem a estrutura da democracia por dentro do próprio sistema usando suas próprias regras ou mesmo levando a sociedade civil a demonstrar cansa-

ço por um sistema democrático que não apresenta respostas as suas demandas ao longo do tempo.

Esses debates nos mostram o quão diverso e plural é o campo disciplinar de estudos das “novas direitas” no tempo presente. Além de mostrar sua natureza de fenômeno eminentemente global, cabe a cada analista pensar a influência das conjunturas locais tanto na conformação do discurso político quanto no alcance das ações práticas desses atores políticos e sociais que, em quase cem anos de história, não saíram e não sairão de cena.

As “novas direitas” na América Latina

No relatório de acompanhamento dos sistemas políticos latino-americanos, divulgado em dezembro de 2021 pela *Corporación Latinobarómetro*, apenas 49% dos entrevistados demonstraram satisfação com as democracias da região. Foi o segundo pior índice de descontentamento identificado pela organização desde 1995, quando suas aferições foram iniciadas. Esta pesquisa fortaleceu uma tendência que observamos na América Latina desde meados da segunda década do século XXI: a crise de representação política e o consequente desgaste das democracias representativas regionais.

O desencanto com a política decorreu de uma conjunção de fatores. Dentre eles, ressaltamos a incapacidade dos diversos governos desde a década de 1980 de enfrentar a condição desigual da América Latina e dismantelar algumas das mazelas históricas da região, como a discriminação racial ou a corrupção. Cooperaram ainda para este quadro os seguintes elementos:

1. a incapacidade de atendimento do “horizonte de expectativas dos cidadãos”, como o acesso ao emprego e à moradia;
2. a oferta de péssimos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transportes e infraestrutura e
3. mais recentemente a combinação dos impactos da crise financeira deflagrada em 2008 com o esgotamento, após 2014, do ciclo de exportações das *commodities* experienciado na primeira década do século XXI.

Sobre o último aspecto, ressaltamos os diagnósticos elaborados pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Entre 2014 e 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) latino-americano teve uma variação negativa de aproximadamente 7,3%. Isso contribuiu para a elevação da pobreza regional, que no mesmo período saltou de 27,8% para 33,7% do total da nossa população.

A deterioração socioeconômica da região contribuiu para elevar o mal-estar com as democracias latino-americanas. Vinculamo-nos, dessa forma, ao fenômeno da crise das democracias, também ocorrido nos Estados Unidos e no Ocidente europeu, de acordo com Castells (Castells and Melo 2018), Levitsky e Ziblatt (Levitsky, Ziblatt et al. 2018) e Przeworski (Przeworski and Vargas 2020).

Como observou Przeworski (Przeworski and Vargas 2020), alguns aspectos fundamentam as reflexões sobre a crise da democracia:

1. Perda de apoio dos partidos políticos;
2. Diminuição da confiança popular nas instituições democráticas;
3. Conflitos explícitos entre as instituições e (iv) incapacidade de manutenção da ordem pública sem repressão.

Identificamos estes componentes ao analisarmos os sistemas políticos latino-americanos após 2013. Além da crise de representação política já apontada, presenciamos um ciclo de mobilizações populares que fortaleceu as direitas, sobretudo suas frações mais radicais. Isso pode ser constatado no apoio angariado junto a setores da sociedade civil por líderes políticos conservadores e autoritários, como Jair Bolsonaro (Brasil), Luis Fernando Camacho (Bolívia) ou Jose Antonio Kast (Chile).

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência brasileira, em 2018, foi o principal símbolo do protagonismo das diversas organizações sociais e lideranças políticas dos distintos campos das direitas. Esta tendência foi engatilhada pela eleição de Mauricio Macri na Argentina (2015), evento que iniciou uma fase de seguidos triunfos eleitorais de candidatos presidenciais das direitas. Para citar alguns exemplos, temos as eleições de Sebastián Piñera, no Chile (2017), Ivan Duque, na Colômbia (2018) e Luis Lacalle Poul, no Uruguai (2019).

Contribuíram para a recente projeção das direitas dois fatores que se conjugaram. Foram eles:

1. O êxito da sua reorganização política durante a década de 2000; e
2. Um contexto regional, após 2008, marcado por sucessivas crises políticas e socioeconômicas. Este novo momento criou condições para o fortalecimento dos seus eixos discursivos e das práticas políticas dos membros desse campo, impulsionando seu recente protagonismo. No que tange ao primeiro fator, as diversas gestões de esquerda da primeira década do século XXI atenderam superficialmente as demandas sociais dos setores mais vulneráveis dos latino-americanos, como habitação ou acesso aos serviços públicos de qualidade nas áreas da educação e da saúde.

O descontentamento social reativou as mobilizações sociais, que se voltaram contra os diversos governos de esquerda. Em razão disso, as reflexões sobre a condição desigual da América Latina se fortaleceram e diagnosticamos a reelaboração das estratégias de intervenção política e a reconfiguração das formas de representação, dos discursos e das alianças sociais elaborados pelas direitas.

Quanto ao contexto regional pós 2008, além das particularidades internas de cada país, os seguintes fatores contribuíram para a consolidação política das direitas ao nível regional:

1. A reação das direitas às transformações culturais impulsionadas pela globalização, cujas mutações são percebidas pelos seus membros como ameaças a tradições, valores e costumes tradicionais por eles defendidos;
2. A extenuação do pacto de conciliação de classes que notabilizou os governos de esquerda das duas primeiras décadas do século XXI;
3. O desgaste político das esquerdas junto à opinião pública decorrente da reprodução, uma vez nos governos, de práticas historicamente combatidas quando estavam na oposição, como a corrupção, o clientelismo e o patrimonialismo;

4. A hábil utilização das redes sociais pelos grupos da extrema-direita. Estes difundiram *fake news* contra indivíduos e/ou corporações político-sociais identificadas, sobretudo, com as esquerdas. Foi utilizada uma linguagem repleta de símbolos e expressões facilmente apropriados por coletivos que se reconheceram em um discurso moralista carregado de insígnias cristãs, autoritárias, racistas, homofóbicas, misóginas e anacronicamente anticomunistas;
5. A aproximação com as igrejas evangélicas neopentecostais, que se identificam com as pautas conservadoras dos líderes da “nova direita”.

O contexto de crise de legitimidade das esquerdas durante a segunda década do século XXI merece ser considerado ao avaliarmos o robustecimento das direitas. Como ressaltou Stefanoni (Stefanoni 2021), as suas agremiações aderiram aos eixos programáticos da terceira via e ao politicamente correto, deixando de construir no imaginário social um projeto de futuro que expressasse a indignação e a rebeldia antissistêmica.

Essas bandeiras foram apropriadas pelas frações radicais das direitas, que passaram a apresentá-las aos segmentos sociais descontentes com os sistemas políticos. As simbologias do “novo”, da incorreção política e da utopia da transformação política e socioeconômica ficaram nas mãos das direitas, em especial da direita radical, e não mais das esquerdas, que perderam a capacidade de propor o novo no imaginário social.

Além disso, a atuação das direitas no cotidiano político latino-americano passou a não ser exclusiva na, como usualmente definimos, “direita convencional” Esta contempla um conjunto de forças políticas que objetiva assegurar a manutenção do *status quo* e de uma ordem identificadas enquanto naturais. A sua base social é conservadora e vê a desigualdade como algo inevitável e até, sob vários aspectos, desejável, como debateram Romero (1970) e Bobbio (2004).

Nosso tempo presente, ademais, assistiu ao fortalecimento da extrema-direita e da direita radical na cena política, criando uma síntese entre elas que foi denominada por Cas Mudde (2021) de ultradireita, como debatemos anteriormente. Esta, além de entender as desigualdades como um processo na-

tural e até positivo, misturou ações e posicionamentos críticos à democracia representativa e à imigração. Os ultradireitistas adotaram, segundo ele, uma retórica nativista, autoritária e contrária à “correção política”. Tais aspectos levaram às posturas racistas, misóginas e homofóbicas que presenciamos nas falas de líderes latino-americanos da ultradireita, como os já mencionados Bolsonaro e Kast.

Sobre este aspecto, cremos na necessidade de uma reflexão. Tornou-se usual em meios acadêmicos e políticos a referência a uma “nova direita” latino-americana (Segrera 2016). Embora utilizemos a definição neste texto, não acreditamos que ela possua o necessário rigor acadêmico. O “novo” vocábulo é recorrentemente utilizado para englobar diversos líderes políticos das direitas em um mesmo campo. Contudo, por eles serem distintos, nos parece um equívoco a generalização acobertada pelos vocábulos neo/novo, como debateu o historiador argentino Waldo Ansaldi (ANSALDI, 2017).

Em termos programáticos e de linguagem política, por exemplo, o argentino Maurício Macri e colombiano Ivan Duque são distintos de Bolsonaro e Kast. Por isso, cremos que a definição de Mudde de ultradireita é a mais apropriada para designar um grupo específico das direitas latino-americanas que, na última década, ganhou notoriedade política na região. Esta fração tem nos dois líderes supracitados os seus mais visíveis expoentes e, em termos programáticos, possuem as seguintes diretrizes:

1. Defesa da ordem e vocação autoritária, aspectos estes que propiciam um ativismo político irracionalista;
2. Reação às mudanças culturais, identitárias e sociais. Com isso, o conservadorismo nos costumes, impulsionando o posicionamento contrário aos movimentos feministas e LGBTQIA+, por exemplo, enquanto possibilita a reprodução de posturas machistas e patriarcais;
3. Conduta anticomunista, cuja construção ocorre com a utilização de uma retórica anacrônica que se liga aos tempos da Guerra Fria;
4. Ênfase em temas vinculados à segurança pública, como a violência urbana e o narcotráfico;
5. Utilização de símbolos e imagens que propiciam a confrontação política;

6. Discurso político valorizador da antipolítica, supostamente desideologizado e defensor de uma aparente gestão pública eficiente;
7. Postura antiestatista, aspecto que deriva em uma agenda econômica alinhada às diretrizes neoliberais e ao Consenso de Washington;
8. Alinhamento aos Estados Unidos no sistema internacional e posturas críticas à globalização e a organismos internacionais, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU);

A composição social das direitas é heterogênea e engloba, de uma maneira geral, vários atores: membros das Forças Armadas, burguesias, frações da classe média, intelectuais, partidos políticos, *think tanks* e entidades religiosas, sobretudo, as igrejas neopentecostais. Estas ganharam protagonismo político na região nos últimos anos e, em sua maioria, alinharam-se aos líderes da nova direita em virtude das suas posturas favoráveis ao modelo tradicional de família, a retórica de defesa do cristianismo e as suas críticas ao aborto, por exemplo.

Ao analisarmos as formas de atuação política dos diversos campos das direitas latino-americanas, acreditamos ser útil dividi-la em três grupos. Esta classificação intenciona aprimorar a compreensão da sua composição e das suas formas de atuação: (i) a direita tradicional, composta por partidos de centro-direita; (ii) a direita eleitoral e não partidária, isto é, aquela que atua desvinculada dos partidos políticos tradicionais das direitas e que age por meio de lideranças carismáticas que adotam um discurso político antissistêmico, como o brasileiro Jair Bolsonaro; e (iii) a direita partidária, ou seja, aquela que optou pela institucionalização em novos partidos políticos, desvinculando-se das agremiações tradicionais, e que adotou um programa politicamente conservador e economicamente liberal, como Mauricio Macri na Argentina.

As sociedades latino-americanas são heterogêneas e diversas. Por isso, ao analisarmos as direitas, devemos nos atentar para as avaliações que considerem as diferenças entre os grupos de cada unidade nacional e os impactos das suas distintas posturas políticas. Igualmente, destacamos a necessidade de caracterização dos grupos sociais que as integram, os critérios políticos de sua definição e as diretrizes conceituais que compõem o seu pensamento político.

A nova direita soube transformar-se e adequar-se a um novo período histórico. Ela manteve-se fiel aos seus valores e pensamentos, mas sem perder alguns dos seus traços constitutivos, como a defesa da hierarquia social, ou a influência das distinções de classe, gênero e etnia, além do tratamento da política por meio da “brutalidade” seja ela linguística ou física. O fato é que a chamada “nova direita” retornou a arena política com um léxico que ganhou contornos populares. Essa “nova língua”, capaz de tornar conceitos meros adjetivos utilizados como armas em confrontos políticos nas mídias e redes sociais, esgarçou as relações no meio da sociedade civil, esvaziou em larga medida a participação política e instaurou a linguagem como mecanismo de catalisação do ódio. As interpretações sobre as “novas direitas” aparecem como uma criação *ex nihilo* onde mais se toma sua narrativa como uma identificação fiel de si, do que se problematiza os paratextos que estão envolvidos nessa construção imaginária de um grupo, por excelência, heterogêneo e que retoma ao princípio de hegemonia como *leitmotiv* das suas ações.

O mundo imaginado pela nova direita transformou sonhos em lembranças. A forma de imaginação de costumes e valores como plenamente pertencentes a um passado idílico não corresponde sequer a um retorno benjaminiano de um passado visto como ruínas por um anjo que o observa de costas para o futuro, mas como um relógio disforme de Dalí, onde o tempo é completamente desfigurado, quebrando qualquer tipo de relação que possa haver entre as temporalidades. A certeza de que o passado recente deve ser resgatado como uma perspectiva de “segurança” e “estabilidade”, em um mundo caótico, é a forma pela qual a história é instrumentalizada pelas “novas direitas” com o intuito de passar o passado a limpo e normalizar os “traumas sociais coletivos”, naturalizando-os. Sendo assim, torna-se fundamental resgatar o trabalho de Cas Mudde (Mudde 2019) para pensar que a integração e a normalização da “ultradireita” ou “novas direitas” no *mainstream* político acabam por ser tornar, nesse momento, uma realidade que as democracias terão que enfrentar e criar mecanismos de contenção que não marchem no rumo contrário do próprio agir democrático.

Karl Schurster¹

Rafael Araujo²

Referências:

Bobbio, N. (2004). **Destra e sinistra: ragioni e significati di una distinzione politica**, Donzelli.

Camus, J. Y., et al. (2020). **La extrema derecha en Europa**: Nacionalismo, xenofobia, odio, Capital Intelectual.

Castells, M. and J. A. A. Melo (2018). **Ruptura**: A crise da democracia liberal, Zahar.

Fekete, L., et al. (1994). **Inside Racist Europe**, Institute of Race Relations.

Finchelstein, F. (2019). **Do Fascismo ao Populismo na História**, Edições 70.

Forti, S. (2021). **Extrema derecha 2.0**: Qué es y cómo combatirla, Siglo XXI de España Editores.

Levitsky, S., et al. (2018). **Como as democracias morrem**, Zahar.

LOFF, M. (2021). Não são mesmo (Neo)Fascistas? O lugar da extrema-direita no assalto à democracia. **Novas e Velhas Extremas-Direitas**. C. M. HONORIO, João. Lisboa, Parsifal. **01**: 49–71.

Löwy, M. (2014). **Dix Thèses sur l'extrême droite en Europe Mediapart**. Journal Mediapart.

Mudde, C. (2019). **The Far Right Today**, Wiley.

Przeworski, A. and B. Vargas (2020). **Crises da democracia**, Zahar.

ROMERO, J. L. (1970). "El pensamiento político de la derecha latinoamericana. 1970." José Luis Romero <https://jlromero.com.ar/textos/el-pensamiento-politico-de-la-derecha-latinoamericana-1970-2/> 2022.

Rosanvallon, P. (2017). **Pensare il populismo**, Castelvecchi.

Segrera, F. L. (2016). **América Latina**: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha, CLACSO.

Stefanoni, P. (2021). **¿La rebeldía se volvió de derecha?**: Cómo el antiprogresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común (y por qué la izquierda debería tomarlos en serio), Siglo XXI Editores.

Tomás, G. M. (2001). "What is Post-fascism?" **Open Democracy**.

Traverso, E. and H. Pons (2019). **Las nuevas caras de la derecha**: ¿Por qué funcionan las propuestas vacías y el discurso enfurecido de los antisistema y cuál es su potencial político real?, Siglo XXI Editores.

APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Na transição do século XX para o XXI, testemunhamos transformações agônicas como a derrocada do socialismo burocrático, trazendo consigo um refluxo geral das posições conquistadas pela esquerda no campo sociopolítico e cultural e, contrapelo, uma expansão hegemonicamente avassaladora do discurso neoliberal, retirando dos trabalhadores garantias sociais já há muito conquistadas, restabelecendo um darwinismo social regido pela lógica da competitividade individualista pontuada exclusivamente pelos parâmetros do mercado. Cá e acolá, eclodem em várias partes do mundo, inclusive nos mais sólidos regimes democráticos, discursos e práticas de intolerância étnico-racial efetivados pelo homem comum ou por organizações de direita, tais como os grupos neonazistas e partidos conservadores — esses últimos, às vezes, participantes de governos democraticamente eleitos. Vivemos uma época em que se fala muito de liberdade, mas essa é compreendida primordialmente como o direito à livre iniciativa, ao livre mercado, e relacionada com a exaltação de uma competição cada vez mais desenfreada que premia a excelência de poucos, reservando para grandes parcelas a marginalização. Hoje, o respeito às diferenças tornou-se frequentemente o estabelecimento de limites ao acesso a bens e a direitos almejados por todos, a negação às demandas por igualdade, o desestímulo à solidariedade, inclusive entre aqueles que sofrem diferentes tipos de opressão, levando à fragmentação e, logo, ao enfraquecimento da força dos que lutam contra o *establishment*. Mais do que nunca, a palavra exclusão tornou-se corriqueira no vocabulário das ciências sociais, com todos os percalços ou dubiedades que possam penalizar a sua utilização. Ora, o suprassumo da exclusão é o extermínio de grupos: prática essa várias vezes retomada no último século de nossa história. Todavia, se a morte é a forma mais extrema e definitiva de exclusão, existem outras que, paulatinamente, estiolam as vidas, tais como o excessivo sofrimento

no trabalho, o desemprego e a pobreza, lembrando-nos o caráter processual da morte: não se morre de uma vez por todas, mas gradativamente todos os dias. Portanto, hoje, as situações frente às quais se defrontaram a esquerda e a direita se reatualizam, assim como os valores que constituem os critérios diacríticos entre as duas polarizações políticas e, mesmo que não nomeadas dessa forma, continuam sempre se confrontando. Os diversos tipos de direita construíram não apenas um pensamento seminal da modernidade, como também uma poderosa força reguladora das realidades político-sociais nesta passagem de milênio.

Portanto, este *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita* nasce no contexto destes desafios como fruto do trabalho de uma equipe de colaboradores de formação política e acadêmica diversificada, mas reunidos com a finalidade de analisar criticamente o pensamento de direita — um dos mais fecundos e instigantes de nosso tempo. Este trabalho objetiva não apenas conceituá-lo, definir suas ideias basilares, apontar os seus mais importantes pensadores, suas instituições mais significativas e a diversidade de suas expressões, mas, outrossim, verificar seus limites, sua consciência possível, aquilo que ele nega ao propor e obscurece ao demonstrar. Este exercício da crítica constitui uma das características distintivas mais importantes que separam a ciência social do senso comum. Logo, este livro nasce, antes de tudo, para ser uma ferramenta de trabalho para aqueles que tentam compreender o tempo presente, assim como para os que não desistiram de transformá-lo. Ei-lo em suas mãos, faça-o seu.

Silvio de Almeida Carvalho Filho

*Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e associado do
Laboratório de Estudos do Tempo Presente — TEMPO.*

NOTA DOS ORGANIZADORES À PRIMEIRA EDIÇÃO

O Projeto *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita* começou em fevereiro de 1996, sob iniciativa de um grupo de professores e alunos que pretendeu trazer ao público uma obra de qualidade que pudesse ratificar a importância da continuidade da existência dos campos direita/esquerda como espectros fundamentais dos debates políticos contemporâneos. Nosso projeto surge justamente num contexto em que cada vez mais, à luz da fragmentação da percepção do espaço e do tempo, pretendeu-se refutar tal distinção como ferramenta mental para a discussão dos projetos políticos e programas sociais, deslocando-a para o campo das identidades culturais e livres iniciativas individuais, esvaziando, assim, a percepção dos conflitos de uma lógica econômica marcadamente excludente.

Os processos de organização do dicionário, proposição de verbetes e convite de autores não poderiam estar menos marcados por tal momento. Foi grande a satisfação encontrada no apoio daqueles que participaram do projeto e reconheceram a importância de sua empreitada, mas não foi menos emblemática a rejeição de muitos outros em aceitar a sua validade. No final das contas, o processo de organização do dicionário serviu quase como um instrumento de inferência do posicionamento da academia em relação aos desafios apresentados pela fragmentação do espectro político. Talvez por isso não tenhamos alcançado todos os objetivos iniciais no que diz respeito à proposição de muitos verbetes, cuja ausência não foi menos sentida pelos organizadores.

Pretendemos que esta obra não seja fechada, que suas contribuições para os debates políticos e acadêmicos estejam sempre em movimento com o tempo presente. Assim, para além de sua forma na imprensa tradicional, buscaremos dar-lhe um corpo mais flexível no universo digital, para que outras contribui-

ções possam ser acrescidas à medida que novas experiências nos possibilitem discutir novos problemas.

Outra especificidade do projeto foi a sua multiplicidade de vozes e lugares, dentro e fora da academia, evitando qualquer tipo de hierarquização que desqualificasse uns em relação aos outros. Por isso, desejamos que o público possa desfrutar os efeitos da pluralidade dialógica que lhe é inerente e, desta forma, perceber a validade da recomposição da díade do espectro político que fundamenta o nosso trabalho.

INTRODUÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO

REDEFININDO A DIREITA

Resumo: O artigo pretende expor uma revisão do conceito de conservadorismo, em especial negar a visão dominante, surgida com Karl Mannheim, do conservadorismo enquanto ideologia reativa, antirracionalista e herança de uma sociedade de Antigo Regime. Pretende-se, assim, destacar o papel do conservadorismo como uma das vias de formação da modernidade e conformado às suas exigências técnicas.

Sob o impacto político e, principalmente mental, da crise generalizada do socialismo de tipo soviético — em especial com a derrubada do Muro de Berlim em 1989 e a desintegração da União Soviética em 1991 — muitos jornalistas e cientistas políticos apressaram-se em declarar o *fim das ideologias*. Assim, ao lado do fim da história, do fim de uma determinada ordem internacional, do fim do conflito social e de muitos outros fins, declarou-se também o fim da distinção, velha há mais de dois séculos, entre direita e esquerda. Este era o fim das ideologias.

Muitos propunham colocar em seu lugar a oposição entre moderno versus atrasado, identificando com o moderno a nova ordem mundial baseada na globalização e na ortodoxia neoliberal. O atraso seria tudo aquilo que pudesse lembrar o Estado intervencionista, o que abria um espectro amplíssimo, indo do velho e esclerosado socialismo soviético até as formas sofisticadas de *Welfare State*, desenvolvidas no Ocidente.

Desde 1991, a euforia com o fim da Guerra Fria e a vitória da chamada Nova Ordem Mundial imposta ao mundo pela Administração norte-americana de George Bush, não permitiu que fosse percebido que sob o novo rótulo de

moderno se escondiam as velhas ideias já marteladas nos anos de 1920. Assim, muitas das novíssimas ideias surgidas com a hegemonia da Nova Ordem Mundial se assemelhavam surpreendentemente àquelas desenvolvidas por Herbert Hoover na campanha presidencial de 1932 contra Franklin Roosevelt — e que, por fim, foram derrotadas. Naquela ocasião, embora vendo o país mergulhado na maior crise econômica de sua História, Hoover insistia em afirmar que não cabia ao Estado intervir e regular a economia. Por conta disso, perdeu as eleições e, em seu lugar, Roosevelt, munido das ideias de Keynes, organizou um imenso aparato de intervenção estatal na economia, o que garantiu o fim da crise nos Estados Unidos e lançou as bases de mais de três décadas de bem-estar social³.

Hoje, após o colapso do socialismo burocrático e, é claro, em plena crise mundial do modelo globalizante neoliberal, podemos ver que muitas das ideias consideradas modernas em 1991 eram, na verdade, já bastante velhas.

Da mesma forma, a supressão do socialismo burocrático — obra de milhares de pessoas que se revoltaram nas ruas de Berlim, Moscou, Praga ou Bucareste — não representou de forma alguma o fim do embate de ideias em torno da organização de suas vidas: opções políticas, sociais, intelectuais e mesmo mentais continuaram dividindo grupos sociais, partidos, populações... mesmo que agora boa parte dos conteúdos antes reconhecidos como de esquerda ou de direita tenha sido esvaziada, transmutada ou sofrido perda de seu valor. Assim, mais do que o fim das ideologias — resposta simples e desejada por aqueles fascinados pelo advento do admirável mundo novo saído da Guerra Fria — o que se observa é, na verdade, uma redefinição dos campos da esquerda e da direita.

A percepção de que o espectro político mudava, que seus valores também mudavam, ocorreu a alguns estudiosos que não aceitaram facilmente a tese do fim das ideologias. A ideia básica, contraposta ao simplismo político contido na ideia de fim da direita e da esquerda, se baseava no conceito de luta de interesses, choques e pressões contraditórias existentes na moderna sociedade de massas. Assim, era necessário redefinir o conteúdo de esquerda e direita.

Três autores dedicaram-se amplamente ao tema e seus trabalhos marcaram nitidamente a postura afirmativa sobre a permanência da díade. Em primeiro lugar, o trabalho coletivo organizado por Michel Winock e intitulado *La droite*

depuis 1789 (Paris, Seuil, 1995). Neste livro, com quase duas dezenas de colaboradores, surge uma detalhada análise do pensamento político de direita no mundo contemporâneo. Devemos destacar no contexto do livro o artigo do historiador René Remond (figura ligada ao *Institut de Histoire du Temp Présent*), intitulado *Droite-gauche: où est la difference?* Para Remond, a diferença se redefine a cada momento político em que o conflito e o seu objeto dizem onde se localiza a direita e onde se localiza a esquerda. Assim, a diferença existente na díade seria uma *topológica*, portanto, algo definido pelo próprio conflito político e por sua natureza.

Numa postura diferenciada, o filósofo italiano Norberto Bobbio insiste numa essencialidade da direita e da esquerda, marcando estruturalmente a diferença existente na díade⁴. No seu entender, a esquerda confunde-se de forma inarredável com o conceito de igualdade, meta e razão de sua existência, enquanto a direita busca na liberdade absoluta, inclusive de qualquer responsabilidade social, sua essencialidade. Assim, as posições polares do espectro político encontrariam ressonância, hoje ainda mais do que na época de pleno funcionamento do Estado de Bem-Estar Social, nos amplos grupos sociais atingidos pelo desemprego ou por aqueles que almejam a ilimitada liberdade de ação econômica.

Por fim, o cientista político alemão Jürgen Link procurou ancorar a atuação da direita pós-Derrubada do Muro de Berlim num conjunto de fatores culturais, dotados de forte simbolismo político. Para Link, a sociedade estaria realizando suas escolhas políticas através da visualização imagética de fatores étnicos concebidos claramente como étnico-culturais, tornados dominantes na análise de processos sociais e políticos⁵. Podemos ver, assim, uma vigorosa reafirmação da existência e validade do conceito de direita e, mais importante, sua instrumentalidade política.

Para melhor entendermos a ancoragem de tal persistência no cenário político contemporâneo, procuraremos explicar a abrangência histórica do campo da direita, compreendido aqui em suas diversas manifestações, como o conservadorismo, o tradicionalismo e o reacionarismo. Assim, mais do que a existência de uma direita, poderemos visualizar diversas direitas.

Direita e Modernidade

Foi Chateaubriand quem cunhou com seu sentido político atual a expressão conservador. Com tal termo procurava, então, definir uma postura militante, e para ele positiva, de reação clerical e política às consequências da Revolução Francesa. O seu uso já nos anos iniciais de 1830 ganhou expressão universal, com largo sucesso na Inglaterra e na Alemanha. Ao mesmo tempo, quanto mais se alargava o emprego da noção — e com isso o espectro de ideias, posturas e comportamentos que encobria — mais indefinida e vaga se constituía enquanto conceito. Assim, surgia uma forte tensão entre a prática política, dita conservadora, e o conceito de conservadorismo, tal como seria operado nas nascentes ciências sociais.

Em face a isso, Karl Mannheim se debruçou sobre tal questão em um artigo, escrito em 1927, que se tornaria uma referência obrigatória até os nossos dias — para o bem e para o mal — não superada⁶. A preocupação central de Mannheim era estabelecer as bases teóricas de como operava o pensamento conservador, superando de vez a ambiguidade e amplidão indevida do termo. Assim, partiu de uma postura teórico-metodológica explícita, utilizando o conservadorismo enquanto objeto-piloto de sua análise. Tal comportamento inscreve-se com clareza no programa de trabalho por ele desenvolvido e direcionado para a sociologia do conhecimento, obrigando-o previamente a definir e discutir os critérios de sua análise. Antes mesmo de se constituir em um texto clássico sobre o pensamento conservador, o texto de Mannheim é um marco na História das Ideias⁷: partindo de um suposto estilo de pensamento, ou seja, grandes formações que crescem, se desenvolvem, se fundem e/ou desaparecem, procurou historicizar as ideias ou, conforme expressão original, **die geistige Gebilde**, as formações espirituais. No entanto, as ideias não eram nada autoexplicáveis:

“... a chave para a compreensão das mudanças nas idéias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos ou classes sociais que são portadores [traeger] desses estilos de pensamento.”⁸

Neste sentido, pode-se dizer que Mannheim se inseria decididamente numa vasta tradição intelectual alemã, então com cem anos de existência, que buscava no contexto as explicações necessárias para a compreensão de um estilo de pensamento. Muitas vezes chegara a um verdadeiro paralelismo entre pensamento e vida social, observando que o destino dos grupos sociais está refletido claramente nas menores mudanças que se dão em um estilo de pensamento⁹. Utilizando tal análise “sociológica” do pensamento, Mannheim propõe uma abordagem histórica das circunstâncias sociais do advento do conservadorismo: este surgirá como uma ideologia defensiva face aos sucessos desintegradores [da antiga sociedade] provocados pela Revolução Francesa, retomando a tradição de Edmund Burke. Assim, o conservadorismo é a contraposta das “ideias de 1789”:

“... sob a pressão ideológica da Revolução Francesa se desenvolveu na Alemanha um contramovimento intelectual que reteve seu caráter puramente intelectual por um longo período e, assim, foi capaz de desenvolver suas premissas da forma mais extensa possível”¹⁰.

Definia-se, desta forma, o conservadorismo como uma ideologia reativa e, ao mesmo tempo, a Alemanha como o *topos* privilegiado para a sua análise.

O conteúdo ideático do conservadorismo, definido por antonomásia à matriz das “Ideias de 1789”, seria uma reação ao Iluminismo, entendido aqui como a representação intelectual do *capitalismo burguês*¹¹. Ora, a *Aufklaerung*, a Iluminação, havia erguido como temas básicos de sua argumentação um corpo de ideias bastante característico: a doutrina do *estado de natureza*, o contrato social, a decorrente soberania popular e a existência inalienável dos direitos do homem (à vida, à propriedade, à liberdade, à felicidade, etc.). Em suma, a argumentação iluminista se concentra em torno da origem, extensão e características do pacto social, residindo aí, por um lado, a origem da Teoria Social moderna (Montesquieu, Locke, Rousseau) e, por outro, o pensamento político moderno (Liberalismo, Socialismo e Comunismo). Enquanto contramovimento, o conservadorismo deveria produzir, então, uma explicação inversa: uma teoria social anticontratualista e um pensamento político consequentemente anti-igualitário.

Para Mannheim, o cerne do pensamento conservador se agrupa em torno dos seguintes pontos: (i) a descrença na Razão como guia e medida da experiência humana, o que levaria a uma profunda desconfiança em relação a qualquer abstração *ahistórica*, e (ii) a compreensão da sociedade enquanto um organismo vivo, enraizado *num solo e sob um céu* — como era afirmado na cara expressão do romantismo alemão — o que impossibilitaria a transferência de experiências históricas. Recusava ainda, e em decorrência dos dois supostos anteriores, o atomismo social — base da visão liberal (de acordo com a crítica antiliberal) da sociedade como uma reunião de indivíduos — e a existência de direitos *naturais*, posto que estes estariam determinados pela experiência e pela tradição, não existindo, desta forma, nada de *natural* ou *a priori* no Direito dos Homens.

De um ponto de vista geral, como uma grande aproximação, o *estilo* conservador de Mannheim descreve bem o que tradicionalmente chamamos de *conservadorismo*. Entretanto, quando nos aproximamos mais detalhadamente das fontes consideradas pelo autor, instaura-se uma certa perplexidade. Os autores citados, para a Alemanha na primeira metade do século XIX, como formuladores de um pensamento conservador (Hegel, Müller, Stahl, Möser e Ranke) apresentam tantas e tamanhas diferenciações entre si que somos levados a questionar sobre a existência de *um* único conservadorismo¹².

O próprio Mannheim, argutamente, percebe a dificuldade e, por isso, debita-a à dinâmica social, o que deveria reforçar seus pressupostos contextualizantes da ideia de *estilo de pensamento*. Porém, a própria metodologia proposta, com sua apreensão histórico-sociológica, depõe contra tal explicação: a questão se complexifica particularmente quando se introduz, ao longo do ensaio, o conceito de *Direita* como sinonímia de conservadorismo¹³. Neste sentido, o próprio autor trata de diferenciar do *conservadorismo*, seu tema básico, um *tradicionalismo*: enquanto o conservadorismo expressaria circunstâncias sociais historicamente definidas, o tradicionalismo, retomando uma análise de Weber, seria a expressão de um comportamento natural, instintivo e psicológico. Assim, não seria de admirar encontrarmos *tradicionalistas* de *Direita* e de *Esquerda*¹⁴. Ocorre que, nos textos básicos formuladores do pensamento conservador, com Burke à frente, a tradição assume um papel bastante específico e mesmo fundamental para a compreensão do conservadorismo. Assim, as fantasias *medievais* de Möser ou Haller dificilmente poderiam ser compa-

ráveis ao elogio do sistema britânico de governo feita por Burke ou Ranke. Particularmente grave é uma certa confusão, já num texto posterior de Mannheim, entre as propostas *regressistas* (em direção a uma sociedade de *Ancien Régime* ou, ainda mais complicado, a uma sociedade de caráter estamental e corporativo ainda anterior ao Absolutismo) de cunho religioso e aquelas abertamente clericalistas, como nos casos dos irmãos Schlegel e Gerlach.

Grande parte do conteúdo de tais proposições, que foram extremamente populares nas áreas católicas da germanidade (como a Baviera e a Áustria), irá influenciar fortemente as formulações de uma *doutrina social da Igreja* no final do século XIX. O conjunto de tais posições reunidas na rubrica *conservadorismo* cria mais confusão do que esclarecimento, trazendo o risco de um retorno a um momento em que o conservadorismo, para além de categoria das ciências políticas, impunha-se como frente única política de reação face às *Ideias de 1789*.

Ao mesmo tempo, Mannheim afirma a impossibilidade de o conservadorismo, enquanto ideologia reativa, gerar sua própria utopia. Contrariamente ao liberalismo e ao socialismo, ambos formuladores de utopias perfeitas e consequentemente do fim da História, o conservadorismo definir-se-ia como o pensamento satisfeito com o *aqui e o agora*¹⁵. Ao conservadorismo cabia a defesa da sociedade existente, com a qual se declarava solidário, o que, portanto, eliminava a possibilidade da construção de grandes sistemas utópicos que apontassem para um futuro melhor.

Na mesma linha de raciocínio caminharia Robert Nisbet, em que tais questões surgem ainda mais empobrecidas¹⁶. Entretanto, os autores paradigmaticamente analisados, a exemplo de Justus Möser, trabalham claramente com a noção de *fantasia*, sendo, aliás, o nome de uma das obras mais importantes do período. Ora, as visões “inspiradas” no mais das vezes na Idade Média — com a idealização, por um lado, de uma sociedade estamental organizada corporativamente e sem lutas de classes (vetor antissocialista) e, por outro lado, solidária, orgânica e sem a atomização e anomia do indivíduo (vetor antiliberal) — não seriam *utopias*? Poder-se-ia argumentar que utopias são visões de futuro, como fez Mannheim: politicamente, de um ponto de vista hodierno, é assim; porém, historicamente, não o é. Na sua acepção original, com Thomas More, a utopia é um mundo paralelo, real e do tempo presente: a sua exis-

tência serve de contraponto exato para se falar de um presente e, reconhecidamente, as características ideais da ilha de Utopia são contrapostas ao que More considerava nefasto na ilha da Inglaterra.

A Utopia com caráter de descrição da sociedade do futuro tornar-se-ia uma *verdade inconteste* com a caracterização feita por Karl Marx do pensamento social de Saint-Simon, Fourier e Owen¹⁷. Mesmo aí, Marx não conseguirá operar uma cesura definitiva entre *passado* e *futuro*, posto que as utopias que descrevem a sociedade ideal são todas, a seu ver, *reacionárias*:

“A literatura revolucionária que acompanhava esses primeiros movimentos do proletariado teve forçosamente um conteúdo reacionário”¹⁸.

Ou ainda

“Eis porque se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas eram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos são sempre reacionárias, pois se aferram às velhas concepções de seus mestres...”¹⁹

Em Marx, neste texto, *reacionário*, como veremos mais adiante, liga-se a uma visão de elogio do passado em termos de “Idade do Ouro”, uma espécie de doença infantil das revoltas populares antes da organização da classe operária. Assim, aqueles que classicamente serviriam de paradigma para a construção das utopias, tinham no passado a matéria-prima de seus sonhos do futuro. A maioria dos estudiosos passou a adotar (com, contra ou apesar de Marx) tal modelo de utopia. Assim, constituiu-se, inclusive em Mannheim, uma visão unilateral de utopia, de forma alguma amparada no que seria o modelo inicial, conforme o proposto por Thomas More.

Doravante Utopia referir-se-ia, exclusivamente, ao futuro. Se assim o for e contra tudo o que argumentamos anteriormente, o conservadorismo não teria de fato utopias. Estas residiriam inequivocamente num tempo futuro, numa terra do *porvir*, transferindo para um amanhã, agora terreno, o reino da felicidade e da fartura.

Tanto Mannheim quanto Nisbet, entretanto, concordam que o *tempo conservador* é outro que o *tempo liberal*. Enquanto o tempo aparece desmembrado, partido e atomizado no pensamento liberal — com vagas sucessivas que tomam seu sentido na relação com uma ideia que terá sua certa e inexorável realização no tempo que se desprende de todos os outros tempos, representando o fim de sucessivos estados temporais — no pensamento conservador o entendimento do tempo só é possível no momento em que percebe o passado que existe no presente, a aliança indestrutível entre as épocas, numa sucessão infinita e sempre atual de *jetztzeit*, de *tempos do agora*. Desta forma, o futuro nada mais é do que o resultado da aliança entre mortos, vivos e não-nascidos (para recuperarmos uma expressão de Burke) e nunca um rompimento com o que ficou para trás²⁰. Portanto, a construção utópica do passado é um elemento fundamental da possibilidade do presente e única condição de pensar o futuro. A questão torna-se, desta forma, tática: se renego o passado, devo necessariamente construir o futuro; porém, se venero o passado, a única garantia do presente é construí-lo à imagem da minha vontade sobre o passado. Neste sentido, as premissas de Mannheim/Nisbet são redutoras e, ao mesmo tempo, contraditórias, visto que insistem num tempo liberal diferente do tempo conservador (ou, mesmo, de ver o tempo como liberal) e medem por este tempo liberal o sentido conservador de dever. Nisbet insiste, em relação aos conservadores, na volta ao passado e nega simultaneamente a possibilidade de construção teórica de uma visão de mundo no interior do pensamento conservador:

“Os princípios do conservadorismo filosófico trazem tão simplesmente um retorno aos postulados de tipo cosmológico-religiosos fundamentais da cultura medieval”.²¹

Ora, que *cultura medieval* é esta? As *fantasias* de Möser e Görres ou, em escala europeia, o universo de Walter Scott, Hugo ou Herculano? São exatamente estas obras que trazem um verdadeiro culto à Idade Média, uma idealização profunda e desprovida de qualquer apoio documental de um mundo harmônico, guiado pela fé e pelo afeto, marcado por heróis pálidos, perdidos em bosques de plátanos e carvalhos, como nos quadros de Caspar David Friedrich. Na Alemanha, Heine mostrará claramente que o culto do gótico encobre um projeto político de tipo estamental e aristocrático, ao mesmo tempo, antili-

beral e antiabsolutista. A Idade Média, com seus princípios de ordem, autoridade e harmonia, surgia como uma utopia contrária à utopia liberal, base e arsenal de onde se sacavam as armas para a luta contra a maré montante do liberalismo. Para esta corrente política cabia reafirmar as autoridades locais, negar a construção de uma entidade alemã suprarregional, colocando-se claramente ao lado das pretensões austríacas de manutenção de uma Alemanha de sábios e poetas, distante do projeto nacional-liberal, em que aparecia uma Alemanha de industriais e militares. Grande parte de tais ideias formara o futuro arsenal do clericalismo e do conservadorismo ultramontano na Áustria, na França e na própria Alemanha. Assim, a utopia conservadora é correntemente construída no passado, pois o futuro nada mais é do que o desdobrar da História. Alguns poderiam argumentar que se trataria, neste caso, bem mais da construção de um mito do que de uma utopia. A bem da verdade, são tais mitos da *Idade do Ouro Perdida* que informam as utopias, mesmo as progressistas. Seria possível a construção da sociedade sem classes no futuro, sem a ideia da sociedade sem classes — a comuna primitiva — no passado?

Tais questões levam, necessariamente, a outro ponto recorrente na análise do pensamento conservador: a questão do papel atribuído ao passado. Nisbet afirma que o objetivo último do conservadorismo seria *a anexação dos dogmas religiosos ao poder temporal do Estado* e, necessariamente, a instauração de uma teocracia.²² Ora, a quem se referem tais assertivas? De forma alguma ao conservadorismo britânico do final do século XVIII e começo do XIX, absolutamente laicizado, senhor de uma religião de Estado mecânica e exteriorizada consubstanciada na Igreja Anglicana; também não serviria para Hegel, caracterizado como conservador, e muito menos para Ranke. Para os ingleses, era evidente que o universo havia sido dessacralizado e a questão religiosa se apresentava com o pudor do *bom-tom*. Para Hegel e Ranke, a questão principal residiria numa retomada de Maquiavel, controlada e temperada na tradição. Quem são, então, os conservadores de Nisbet e Mannheim? As citações recaem em De Maistre, Bonald e Stahl. Aqui chegamos a um ponto fundamental: a necessidade de diferenciação no interior do chamado *conservadorismo*.

Von Der Gablentz, embora concordando com Mannheim que somente ao ser questionada coube à ordem uma racionalização conservadora, procurava avançar tal questão distinguindo ao menos três situações diversas no

conservadorismo: legitimistas restauradores, reformistas conservadores e reacionários.²³

Na análise de Von Der Gablentz, largamente tributária da obra do historiador austríaco Ritter Von Srbik, os *legitimistas* aparecem divididos em dois grupos: *legitimistas institucionais* e *legitimistas feudalizantes*. Os primeiros eram defensores da ordem anterior a 1789, propunham a continuidade institucional e dinástica e, como tal, desempenham um papel-chave no Congresso de Viena; já os últimos propunham um recuo maior, com o retorno à situação anterior à primeira “revolução”: anterior ao Estado Absoluto de feição iluminista. Consideravam as dinastias legítimas anteriores a Napoleão como usurpadoras ao assumirem os programas reformistas dos filósofos do Iluminismo. A legitimidade residiria na tradição corporativa-estamental anterior ao Despotismo Esclarecido. Tais conservadores estarão no plano estético, filosófico e histórico ao lado dos românticos *regressistas*, atuando como defensores de uma Idade Média idealizada em torno das noções estamentais de Estado. Haller, Möser, Görres e os Gerlach serão grandes nomes desta corrente. De qualquer forma, ambas as correntes estão unidas política e filosoficamente na recusa ao racionalismo iluminista e a qualquer forma de constitucionalismo, posto que o Estado se funda sobre a ação de grandes personalidades. Em seu conjunto, poder-se-ia falar de *restauradores*, já que almejavam o restabelecimento de formas sociais e políticas que não mais existiam. Devemos destacar com precisão a forte componente católica no interior desta corrente, em especial no anseio pela restauração de uma cristandade estamental e agrária.

O conservadorismo reformista ligava-se, por sua vez, claramente à ação da monarquia absoluta, ao ideal de um Estado unido dos meios e da capacidade de conduzir a sociedade *sem a ditadura da burocracia* e *sem a ditadura da soberania popular*. Tratava-se de um modelo intermediário, paternalista e de difícil observação histórica.²⁴

Por fim, a *Reação* era caracterizada pelo oportunismo da classe dirigente (não se fala em classe dominante) e pelo seu temor face a qualquer mudança:

“O reacionário não tem nenhuma relação com a História. Do seu desenvolvimento nada lhe interessa. Porém, ele não deve também se entusiasmar pelo passado. A ordem existente não deve ser perturbada, pois é, ao menos,

ordem. Ela serve aos interesses dos poderosos e justifica esses mesmos interesses, que correspondem à ordem e ao equilíbrio. Movimento é sempre suspeito, pois fundamentalmente é desordem (**Unordnung**). O reacionário vive no presente e teme todo movimento, inclusive a Restauração.”²⁵

Ora, tal análise, por maior que seja o mérito de buscar uma certa historicidade, acaba por dissolver seu objeto. Enquanto para Mannheim/Nisbet todos são conservadores, para Gablentz, na prática, ninguém é conservador.²⁶

Com o risco de chamar o diabo para rezar a missa, poderíamos dizer, conforme Alan de Benoist — o chefe de fila da *Nova Direita* francesa — que se permitiu o domínio dos *mitos incapacitantes*, através dos quais se englobam sob o mesmo rótulo as mais diferentes tendências de pensamento.²⁷

Se as diferenciações propostas por Gablentz padecem de incorrigível artificialismo, a iniciativa é em si louvável. Já Marx, diferenciando correntes políticas e intelectuais, havia distinguido entre *conservadorismo* e *reacionarismo*.

Marx vincula o reacionarismo com a aristocracia feudal, batida pela burguesia em ascensão e incapaz de *travar uma luta política séria*, por isso, travavam sua guerra perdida no domínio literário:

“Se por vezes a sua crítica amarga, mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração, a sua impotência absoluta de compreender a marcha da história moderna terminou sempre por um efeito cômico.”²⁸

Neste grupo, incluíam-se como reacionários os legitimistas franceses, restauradores alemães e certa intelectualidade inglesa reunida em torno de Thomas Carlyle. Indo mais além, Marx lembra que o processo de modernização não isolou apenas a aristocracia fundiária: a pequena burguesia e o campesinato formavam uma *fração complementar da sociedade burguesa que se reconstitui incessantemente*.²⁹ Face à expansão capitalista, eles se viram isolados e condenados, reagindo com acrimônia ao novo. Assim, esperavam restabelecer as *antigas relações de propriedades e toda a sociedade antiga* ou, bem ao contrário, forçar o novo a conformar-se com as antigas relações de propriedade:

“Num e noutro caso, esse socialismo é ao mesmo tempo reacionário e utópico.”⁵⁰

De qualquer forma, o alvo principal da luta de ambos os segmentos reacionários, o aristocrático e o popular, é a modernização burguesa.

Conservadorismo, por sua vez, é visto como uma forma de pensamento moderno e, malgrado a antipatia devotada ao mesmo por Marx, pensamento implicado com o progresso:

“Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionem e a dissolvam. Querem a burguesia sem proletariado. Como é natural, a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos.”⁵¹

Ora, estamos aqui face a dois procedimentos interessantes: (i.) a diferenciação operacional dos conceitos conservador e reacionário e (ii.) o deslocar do pensamento conservador para o campo da modernidade, bem ao contrário do procedimento de inúmeros críticos liberais do século XX. Evidentemente, e para um certo desconforto de Marx, o liberalismo deslocava-se simetricamente mais à esquerda, o que era, enfim, real nos anos de 1847 e 1848.

Marx não está sozinho na caracterização do conservadorismo como um pensamento inscrito na modernidade. W. Ribhegge, cientista político alemão, caracteriza o conservadorismo como vertente política burguesa tanto em 1848 quanto em 1918⁵². Da mesma forma, o historiador M. Valjavec reage contra a caracterização do conservadorismo como uma ideologia reativa, criada em função da Revolução Francesa. Valjavec concebe o conservadorismo como uma força ativa, já em ação em pleno século XVIII, *contrapondo-se ao Iluminismo de cunho materialista e radical*. Assim, poder-se-ia falar em um “Iluminismo conservador”.⁵³

A relação entre o Iluminismo e o Conservadorismo já havia sido destacada por Adalbert Wahl em um artigo pioneiro de 1912. Dedicando-se à análise da obra de Montesquieu, Wahl mostra como a relação entre Direito, condições naturais (“o clima e o céu”) e a tradição é elemento fundamental na constituição dos regimes políticos. Da mesma forma, tais especificidades desaconselhariam qualquer tentativa de imposição de regimes, devendo-se, pois,

respeitar a originalidade dos povos, que emprestam seu espírito aos regimes sob os quais vivem.³⁴

Samuel Huntington nos apresenta uma proposta interpretativa próxima daquela, quando, por exemplo, afirma já haver um conservadorismo desde o século XVII. Neste contexto de luta contra o avanço da centralização absolutista, muito antes do liberalismo problematizar o Estado, estariam as origens do pensamento conservador. Trata-se de uma formulação pluralista-medieval, com seu fulcro nos corpos intermediários da sociedade, como as corporações e as cidades. Montesquieu teria captado largamente tal movimento e centraria a defesa dos *Parlements* provinciais na importância dos corpos intermediários³⁵ e como um antídoto aos excessos da centralização monárquica. Assim, a crítica de Montesquieu ao absolutismo fundamentaria muito mais o nascente pensamento conservador do que o pensamento liberal.

O ponto principal a ser considerado aqui é uma caracterização muito forçada das oposições existentes entre Iluminismo e Conservadorismo — compreendendo este último em seu viés romântico e historicista. É assim que Steve Seidman observa a tentativa monopolista de liberais dos séculos XIX e XX de opor às Luzes tudo o que não se inscrevesse claramente no seu ideário³⁶. O Iluminismo seria necessariamente racionalista, abstrato, sintético e progressista. Ao mesmo tempo, ocorre um gigantesco esforço em relacionar os críticos do *racionalismo abstrato* — que, *note bem*, não representa necessariamente todo o Iluminismo — ao antiprogresso, às continuidades imóveis, a uma história noturna e pessimista. Ora, os principais pensadores do início do século XIX — como Burke, Ranke e Hegel — se não são devedores da ideologia do progresso, são, outrossim, racionalistas e críticos, posto que dividem os mesmos métodos e apontam claramente para uma História em movimento.

O desconcerto em insistir em tais dicotomias absolutas levará Baumer a falar em um *neoiluminismo* para a primeira metade do século XIX, na exata medida destes autores.³⁷ Os métodos das Luzes, em especial a linguagem do racionalismo — com a crítica aos textos e o aprofundamento da Hermenêutica — mostram-nos que o Iluminismo não era único ou monolítico. Em larga escala, a reação romântica e historicista é dirigida contra a imposição da ideologia do progresso ou, ao menos, a um determinado conteúdo da ideia de progresso; contudo, em sua crítica à própria noção de progresso, não abre mão dos

métodos racionalistas e da análise crítica fundamentada numa Hermenêutica iluminista. Não é gratuito o apego de Ranke à crítica do texto, cabendo ao mesmo a criação do moderno *seminário* enquanto método de estudo.

O progresso, enquanto movimento linear em direção às ideias da fraternidade burguesa e do mercado autorregulável, será recusado veementemente por românticos e historicistas. Ora, todo o Iluminismo poderia ser reduzido à ideia de progresso? São os que pensam assim que promovem unilateralmente a filiação ao Iluminismo do liberalismo, do socialismo e do comunismo como as únicas vias abertas da modernidade. O conservadorismo seria não só oposição como também estaria ainda encerrado no passado. Muitos não hesitarão em buscar aí as origens do totalitarismo, esquecendo-se de que no Estado-máquina de Frederico da Prússia, ou no *Staatspolizei* de Luís XIV e do Marquês de Pombal, as ações do Estado invadiam as dimensões metapolíticas da sociedade.³⁸

De qualquer forma, o debate é ainda intenso: à tese tradicional da dicotomia radical aliam-se Troeltsch, Mannheim, Nisbet e Brunschweig com sua absurda noção de *trahison des clercs*; por outro lado, não só pensando continuidades, em especial de métodos, mas fundamentalmente uma filiação única, teríamos Cassirer — que deveríamos voltar a ler — Dilthey, Meinecke, Peter Gay e Seidman. Numa posição especial, toda bordada de detalhes e valorizando as antinomias originais, estaria Paul Hazard.

Malgrado as diferenças, e elas existem, estaríamos repondo no corpo da tradição do Ocidente as grandes correntes de pensamento vinculadas por continuidades e oposições ao Iluminismo, como nas antinomias de Dilthey.³⁹ Desta forma, Montesquieu poderia ser facilmente apropriado por liberais e historicistas; Voltaire emprestaria o método crítico a historiadores liberais e conservadores; e ao Rousseau do Contrato Social poder-se-ia sempre opor o Rousseau do “Discurso Sobre a Origem da Desigualdade”, ponto de inspiração de uma História original dos povos e nada devedor, neste contexto, de Herder.

Em especial, a presença de Montesquieu recobre as fontes do pensamento conservador, marcando uma oposição nítida ao Estado-Máquina provido da filosofia iluminada — numa época em que a burguesia ainda não era oposição. Neste sentido, a exigência de uma partilha, pela sociedade, dos atributos da soberania é uma exigência comum. Para os conservadores, bem ao contrário

do liberalismo, terá um significado muito particular: Günther Barudio dirá que o objetivo de tal movimento era a defesa das *Libertäte Verfassunge*, as constituições libertárias de origem medieval.⁴⁰ Liberdade, aqui, era a expressão da conservação dos privilégios, leia-se autonomias, dos corpos estamentais face ao avanço da autoridade régia. Neste sentido, é importante marcar a origem e conteúdo diferenciado do conceito liberdade. Enquanto no pensamento liberal refere-se à esfera de ação do indivíduo, no pensamento conservador liberdade é concebida como a garantia da autonomia dos diversos corpos sociais, no interior dos quais — e só aí — os indivíduos se qualificam. Fora de tais corpos não há liberdade, posto que a atomização do indivíduo é a desordem. Kurt Von Raumer, utilizando recursos do idioma alemão, contraporá uma *Korporative Libertät* a uma *Persönliche Freiheit*, como forma de evidenciar as diferenças.

Efetivamente, ocorreu tanto com Montesquieu quanto com Herder uma leitura liberal em que a doutrina da partilha dos poderes ou a do Estado sem povo, com seu caráter antiabsolutista, eram encaradas como naturalmente liberais. Assim, todo conteúdo libertário-estamental é esvaziado em favor de uma doutrina do Estado, cujas bases serviriam também ao conservadorismo.⁴¹ Neste sentido — e aqui podemos buscar a motivação de Marx em deslocar o conservadorismo para o campo da modernidade — não se poderia falar em ideologia reativa, em especial face à Revolução Francesa. Liquidada a fratura *feudal* — isso já em agosto de 1789 — a Revolução teria se constituído, para além do entendimento ideológico-edificante, em um violento choque entre facções da própria burguesia. Não se trata de uma *déravage* ou de uma fase *popular* da Revolução. Os diversos projetos intentados e as fases vividas resultariam do experimentalismo racionalista e abstrato das lutas interburguesas. Assim, a Revolução Francesa não se explicaria nem por Soboul, nem por Furet e sim com Burke. O conservadorismo não seria uma reação feudal, antiburguesa, à Revolução Francesa. Estaríamos face a uma reação das parcelas estabelecidas da própria burguesia. Em Burke, Gentz ou Ranke, não há nenhum desejo de retorno ao passado: quer-se a ordem presente, sem as contradições então vividas. Muitas das ideias geradas ainda no seio do Iluminismo serão retomadas e incorporadas. A argumentação já utilizada contra o absolutismo régio será atualizada contra o absolutismo do povo. Na expressão de Burke, nem tirania do rei, nem tirania da massa.

Evidentemente, existe uma reação à Revolução Francesa: os que querem o passado, as dinastias, a aristocracia e os camponeses (reacionários, feudalizantes e legitimistas) envolver-se-ão com o clericalismo militante, com a reconstrução da unidade do cristianismo, cuja melhor expressão (embora não única) será Donoso Cortés.⁴² No limite, não hesitarão em apelar à violência, ao golpe e mesmo à Revolução contra a ordem vigente, como na França da Terceira República⁴³. Ao contrário dos conservadores, estarão fora do campo da modernidade. Os primeiros, por sua vez, deverão com urgência ser recuperados como uma das vias da construção do mundo moderno.

Um retorno ao estudo do pensamento conservador afigura-se, hoje, como um procedimento fundamental. Num momento em que presenciamos a ressurgência do fascismo e, contraditoriamente, alguns afirmam com ênfase a indiferenciação dos campos políticos, devemos voltar-nos com atenção para as fontes de um rico filão do pensamento moderno⁴⁴. Para além de vestígio de outra época, anterior a 1789, ou meramente reação ao Iluminismo, podemos vislumbrar no conservadorismo um corpo teórico articulado, musculoso e seminal, capaz de combinar apego à técnica e sonhos românticos sobre uma Idade Média que nunca existiu; racionalidade tecnológica e os mais profundos preconceitos sociais ou raciais, desenhando contradições que marcaram o século XX e ameaçam invadir o século XXI.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Nota

1 Pós-Doutor em História pela Universidade Livre de Berlim e pela Universidade do Porto. Professor da Universidade de Vigo e pesquisador do T14 *Tradução & Paratradução (T&P)* da mesma Universidade ao abrigo do contrato Maria Zambrano de Talento Internacional 2021. Livre-Docente em História pela Universidade de Pernambuco. Vencedor do Prêmio Jabuti 2014 e autor de diversos livros e artigos especializados nos estudos sobre os fascismos e o Holocausto.

2 Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor associado ao Laboratório de Estudos da Imigração (LABIMI)/UERJ. É doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)/UFRJ (2013) e Pós-Doutor em Educação pelo PPGED/UFS. Professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UERJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de História e Fontes da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Participou como historiador convidado do projeto "1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War" organizado pela Freie Universität e pelo Friedrich-Meinecke-Institut.

3 SHERWOOD, Robert. Roosevelt e Hopkins. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. pp. 54 e ss.

4 BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Unesp, 1995.

5 LINK, Jürgen. Le symbolisme collectif du politique en Allemagne fédérale et l'émergence du parti-néo-raciste de Schönhuber. Sociocriticism, 1989(6): pp.83-107.

- 6 MANNHEIM, K. "Das Konservative Denkens": In: Archiv fuer Sozialwissenschaft, 57, H.1-2, 1927, pp.68-142; MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 1968 (1929).
- 7 Ver REILL, H.P. The German Enlightenment and the Rise of Historicism. Berkley, The University Press, 1975.
- 8 MANNHEIM, K. "Das Konservative Denkens"; Op. cit.. p. 78.
- 9 Idem, Ibdem Op. cit.. p. 81; BURKE, E. Reflections on the Revolution in France. Londres, J. Dodslev, 1790. (5th. ed.)
- 10 MANNHEIM, Ibdem Op. cit.. p. 87.
- 11 Ibdem Op. cit.. p. 95.
- 12 Ver EPSTEIN, K. The Genesis of German Conservatism. Princeton, The University Press, 1966.
- 13 Idem, Ibdem Op. cit.. p. 97.
- 14 Ibdem Op. cit.. pp. 100-102.
- 15 IDEOLOGIA E UTOPIA, Ibdem Op. cit.. pp. 253-254
- 16 NISBET, Robert. Tradition and Revolt. New York, Vintage Books, 1970. p. 121.
- 17 MARX, Karl. Das Manifest der komunitischen Partei. Berlin, Marx-Engels Institut, 1970. p. 45.
- 18 Idem, Ibdem Op. cit.. p.44.
- 19 Ibdem Op. cit.. p.45.
- 20 Para uma discussão sobre o tempo e o devir ver HABERMAS, J.. "Bewusstmachende oder rettende Kritik. Zur Aktualität Walter Benjamins". In: Kultur und Kritik. Frankfurt am Main, 1973. pp. 302-344.
- 21 NISBET, Ibdem Op. cit.. p. 75
- 22 NISBET, Ibdem Op. cit.. pp. 75-76
- 23 V.D. GABLENTZ, O.. "Reaktion und Restauration". In SCHUMANN, H.-G. Konservatismus. Frankfurt, Kiepenheuer, 1974. p. 79.
- 24 V.D. GABLENTZ, Ibdem Op. cit.. p. 84.
- 25 Idem, Ibdem Op. cit.. p. 84.
- 26 Ibdem Op. cit.. p. 79.
- 27 BENOIST, Allan de. Vu de Droite. Paris, Albin Michel, 1975. p. XXIV
- 28 MARX, Ibdem Op. cit.. p. 38.
- 29 Idem, Ibdem Op. cit.. p. 40.
- 30 Ibdem Op. cit.. p. 40.
- 31 Ibdem Op. cit.. p.43..
- 32 RIBHEGGE, W. "Konservatismus. Versuch zu einer Kritisch-historischen Theorie". In Konservatismus, Ibdem Op. cit.. p. 122.
- 33 VALJAVEC, F. "Die Entstehung des europaeischen konservativismus". In Konservatismus, Ibdem Op. cit.. p. 147.
- 34 WAHL, A. "Montesquieu als Verlaeuer von Aktion und Reaktion". In: H.Z., 1912(109): pp. 129-148.
- 35 HUNTINGTON, S. "Konservatismus als Ideologie". In: Konservatismus, Ibdem Op. cit.. p. 93.
- 36 SEIDMAN, Steven. Le Liberalisme et la Théorie Sociale en Europe. Paris, PUF. 1987 (1983). pp. 20-21.
- 37 BAUMER, F. O Pensamento Moderno. Lisboa, Edições 70, 1977. p. 30.
- 38 Para a discussão do liberalismo alemão, seus limites e contradições, ver GALL, L. "Liberalismus u. bürgerliche Gesellschaft" In: H.Z., 1975(220): pp. 324-357 e, na mesma revista, "Die deutsche Liberalismus zwischen Revolution u. Reichsgründung", In: H.Z., 1979(228): pp. 98-108.
- 39 DILTHEY, Wilhelm. Teoria das Concepções do Mundo. Lisboa, Edições 70, 1992. pp. 107-160. (Vide em especial a Parte II).
- 40 BARUDIO, Guenter. Das Zeitalter des Absolutismus un der Aufklaerung. Frankfurt, Fischer, 1981.
- 41 VON RAUMER, K. "Absoluter Staat, Korporative Libertaet, persoenliche Freiheit". In: HOFMANN, H.H. Die Entstehung des modernen souveraeenen Staates. Frankfurt, Kiepenheuer, 1967. p. 173.
- 42 CORTÉS, J. Ensayo sobre el Catolicismo, el Liberalismo y el Socialismo. Buenos Aires, Americalle, 1943 (1851).
- 43 IGLÉSIAS, Francisco. "Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. II, 1962(2): pp. 3-52.
- 44 VEBLEN, Thorstein. "A Alemanha Imperial e a Revolução Industrial" In: Os Pensadores. São Paulo, Abril, 1974. pp. 265-276.

LISTA DE PARTICIPANTES

Alcides Freire Ramos

Instituto de História — Universidade Federal de Uberlândia

Alcir Henrique da Costa

Sociólogo e funcionário da Funarte

Alessandra Carvalho

Professora do ensino básico no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e docente do Programa profissional em Ensino de História (ProfHistória)

Alexander Martins Vianna

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Alexandre Mansur Barata

Departamento de História — UFJF

Altemar da Costa Muniz

Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central — UECE

Ângela Azevedo Silva Balloussier Ancora da Luz

Escola de Belas Artes — UFRJ

Ângela Maria Mendes de Almeida

Centro de Estudos de História da América Latina — CEHAL

Ângela Moulin Simões Penalva Santos

Faculdade de Ciências Econômicas — UERJ

Ângelo Aparecido Priori

Departamento de História — Universidade Estadual de Maringá

Anita Leocádia Prestes

Programa de Pós-Graduação em História Comparada UFRJ

Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright

Universidade de São Paulo — USP

Antônio Augusto Pereira Prates

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas — UFMG

Antônio Celso Ferreira

Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras — UNESP/Assis

Antônio Costa Pinto

Instituto de Ciências Sociais/Lisboa

Antônio Manoel Elíbio

Professor Adjunto IV da Universidade Federal da Paraíba no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas

Antônio Paulo Rezende

Departamento de História — UFPE

Bernardo Medeiros Ferreira da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ

Bernardo Kocher

Departamento de História — UFF

Brigitte Bailer-Galanda

Universidade de Viena

Carlos André Silva de Moura

Universidade de Pernambuco — UPE

Carlos Alberto Coutinho Neves de Almeida

*Ex-Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente
— TEMPO (quando da primeira edição)*

Carlos Augustos P. dos Santos

Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú — UVA

Carlos Fico

Departamento de História — UFRJ

Carlos Gilberto Werneck Agostino (in memorian)

Laboratório de Estudos do Tempo Presente — TEMPO

Carlos Leonardo Bahiense da Silva

É doutor em história das ciências e da saúde pela Casa de Oswaldo Cruz — COC/FIOCRUZ

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS

Claudia Wasserman

Departamento de História — UFRGS

Cláudio DeNipoti

Universidade Estadual de Londrina

Cristina Buarque de Hollanda

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — IESP/UERJ

Daniel Aarão Reis Filho

Departamento de História — UFF

Daryle Williams

Department of History — University of Maryland

Denise Nonato

Mestrado em Sociologia Urbana — UERJ

Diego Leonardo Santana Silva

Grupo de Estudos do Tempo Presente — GET/UFS

Dilton Cândido Santos Maynard

Universidade Federal de Sergipe — GET/UFS

Dominichi Miranda de Sá

FIOCRUZ

Eduardo Heleno de J. Santos

Doutor em Ciência Política

Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense

Eduardo Scheidt

Professor de História da América da FFP — UERJ.

Eli Diniz

Instituto de Economia — UFRJ

Elizabeth Cancelli
Universidade de São Paulo

Estevão C. de Rezende Martins
Universidade de Brasília

Fábio Py
*Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade.
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF*

Fernanda Guimarães Correia
Mestre em Ciência Política — UFRJ

Flávio Limoncic
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO

Francisco Carlos Martinho
Universidade de São Paulo

Francisco Carlos Teixeira da Silva
*Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ. Professor de Teoria social da
Universidade Federal de Juiz de Fora e professor Emérito da ECEME. Prêmio jabuti 2014.*

Francisco César Alves Ferraz
Departamento de História — Universidade Estadual de Londrina

Francisco J. S. Gomes
Departamento de História — UFRJ

Francisco M. Salzano
Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS

Francisco Rogido Fins
PPGHIS — UFRJ

Franklin Trein
Departamento de Ciências Sociais — UFRJ

Frederico Alexandre de Moraes Hecker
Departamento de História-Faculdades Sumaré, S. Paulo

Frederico José Falcão
Colégio Técnico — UFRRJ

Frederico Oliveira Coelho

PUC-RJ

Gabriel Mizrahi

PUC-RJ

Giselda Brito Silva

UFRPE

Guilherme Casarões

Professor da Fundação Getúlio Vargas — SP

Helga Iracema Landgraf Piccolo

Titular de História do Brasil e do Rio Grande do Sul — UFRGS

Henri Acselrad

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional — IPPUR/UFRJ

Ibirapuan Bernasconi Nunes Avênia Puertas

História — UFRJ

Itamar Freitas de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe — UFS

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva

Universidade de Pernambuco — UPE

Jean Mac Cole Tavares Santos

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte — UERN

Jean-Yves Camus

*Integrante do Centre Européen de Recherches et d'Action
sur le Racisme et antisémitisme (CERA)*

Jessie Jane Vieira de Souza

História — UFRJ

João Azevedo Fernandes

Departamento de História — UFPA (Campus I — João Pessoa)

João Bôsco Hora Góis

Escola de Serviço Social — UFF

José Antônio Segatto

Departamento de Sociologia — UNESP/Araraquara

José Brito Roque

Departamento de Ciências Sociais — UFRJ

José Carlos Barreiro

Departamento de História — UNESP/Campus de Assis

José Luís Bendicho Beired

Departamento de História — UNESP/Campus De Assis

José Luís Fiori

Titular do Instituto de Economia — UFRJ

José Miguel Arias Neto

Universidade do Centro-Oeste do Paraná

José Murilo de Carvalho

Professor Emérito da UFRJ — Academia Brasileira de Letras

Karina Stange Calandrin

Professora do curso de Relações Internacionais na Universidade de Sorocaba — UNISO

Karl Schurster

Universidade de Vigo/Universidade de Pernambuco

Keila Grinberg

História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO

Lauro Álvares da Silva Campos

Senador (1995 – 2003)

Leandro Konder (*In memoriam*)

Filósofo — PUC-RJ

Leila Maria Corrêa Capella

Departamento de História — UFF

Lincoln de Abreu Penna

Departamento de História — UFRJ

Loraine Slomp Giron

Departamento de História — Universidade Caxias do Sul

Lucas Borba

Departamento de Ciência Política — Vanderbilt University

Lúcia Grinberg

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO

Lucília de Almeida Neves Delgado

Departamento de História — UFMG

Lúcio Flávio Vasconcelos

Departamento de História — UFPB/Campus I

Luiz Carlos Ribeiro Sant’ana

Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC)

Luis Edmundo de Souza Moraes

História Contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — UFRRJ

Luiz Eduardo Soares

*Professor visitante da UFRJ, professor aposentado da UERJ
e ex-professor do IUPERJ e da UNICAMP*

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes

Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP

Luís Guilherme Assis Kalil

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — UFRRJ

Marcello Otávio Neri de Campos Basile

História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Marcelo Ramalho

Instituto Rio Branco — IRB/MRE

Marcelo Siqueira Ridenti

IFCH/UNICAMP

Marcelo Solino Cristino

História — UFRJ

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro

História - UFF

Marco Aurélio Santana

Universidade Federal do Rio de Janeiro — PPGSA-UFRJ

Marcos Napolitano

Departamento de história, Universidade de São Paulo

Maria Clementina Pereira Cunha

Departamento de História — UNICAMP

Maria Efigênia Lage de Resende

Titular de História do Brasil — UFMG

Maria Luisa Nabinger de Almeida

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO

Maria Luiza Tucci Carneiro

Universidade de São Paulo — USP

Maria Manuela Ramos de Sousa e Silva

Departamento de História — UFRJ

Mariana Bruce

Universidade Federal Fluminense — UFF

Marília B. Freitas

Mestranda em Saúde Pública pela Universidade do Porto

Mario Cacciaglia

História — UNESP

Mário Grynszpan

Departamento de História — UFF

Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais — PUC-MG

Marionilde Dias Brepohl de Magalhaes

Departamento de História — UFPR

Marta Rosa Borin

Faculdades Franciscanas — FAFRA (Santa Maria, RS)

Marta Skinner de Lourenço

Universidade Cândido Mendes (UCAM)

Mauricio Murad

Departamento de Ciências Sociais – UERJ

Michel Gherman

História – UFRJ

Milleni Freitas

Universidade Federal Fluminense – UFF

Miriam Gomes Saraiva

Departamento de História – UERJ

Monica Velloso

UNESP – Campus de Ourinhos

Muniz Ferreira

Departamento de Relações Internacionais – Universidade Estácio de Sá – UNESA

Nanci Nigri

História – UFRJ

Natalia Pasternak

Microbiologista com doutorado em genética bacteriana pela Universidade de São Paulo.

Norma Breda dos Santos

Departamento de História – UnB

Óscar Ferreiro-Vázquez

Professor de Tradução e Interpretação e integrante do Grupo de Pesquisa T14 Tradução e Paratradução (T&P) da Universidade de Vigo.

Patrícia Teixeira Santos

Universidade Federal de São Paulo

Paulo Fagundes Vizentini

Titular de História Contemporânea – UFRGS

Paulo Penalva Santos

Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Pedro Felipe Muñoz

PUC-Rio

Rachel Soihet

Titular de História Moderna — UFF

Rafael Araujo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ

Rafael dos Santos

Professor Associado da UERJ

Raimundo Barroso Cordeiro Junior

Departamento de História — UFPB

Raymundo Nonato Santos

CPDA — UFRRJ

Renato Lemos

Departamento de História — UFRJ

Riccardo Marchi

Center for International Studies — ISCTE-IUL

Ricardo Mendes

Professor Associado — Departamento de História UERJ

Roberto Charles Feitosa de Oliveira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO

Rodrigo Patto Sá Motta

Departamento de História — UFMG

Ronaldo Vainfas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ

Rosângela de Oliveira Dias

Universidade de Vassouras

Rosângela Patriota

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Sabrina Evangelista Medeiros

Universidade Lusófona de Lisboa

Samantha Viz Quadrat

Universidade Federal Fluminense — UFF

Sérgio Luiz Monteiro Mesquita
Mestrado de História Política — UERJ

Sérgio Murillo Pinto
História — UFF

Sidinei Munhoz
História — Universidade Federal de Maringá

Sílvio de Almeida Carvalho Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ

Sônia Fleury
Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas

Valéria Lima Guimarães
Universidade Federal Fluminense — UFF

Valéria Marques Lobo
Departamento de História — UFJF

Valter Pomar
UFABC

Williams da Silva Gonçalves
Relações Internacionais — UERJ

Wolfgang Neugebauer
Dokumentationsarchiv des Österreichischen Widerstandes

K

KEIKO FUJIMORI. Keiko Sofia Fujimori Higuchi (Lima, 1975) é umas das principais lideranças de direita no Peru, porta-voz do fujimorismo, corrente política ultraconservadora, defensora do liberalismo econômico, do anticomunismo e com forte caráter personalista em torno da Família Fujimori. Ingressou na política em 1994 como a mais jovem primeira dama das Américas, ao substituir sua mãe, Susana Higuchi, que pediu o divórcio de seu pai, o então Ditador Alberto Fujimori que governou o Peru entre 1990 e 2000. Com o fim da Ditadura e a impossibilidade do pai de se candidatar novamente, coube a filha, a tarefa de dar continuidade ao seu legado. Inicialmente presidiu o partido *Alianza por el Futuro*, quando se tornou a congressista mais votada da história do país com mais de 600 mil votos pelo *Districto Electoral de Lima* (ONPE, 2006). Em 2008, fundou seu próprio partido político, o *Fuerza 2011*, mirando as eleições presidenciais de 2011. Em seguida, a agremiação foi rebatizada como *Fuerza Popular*, da qual segue como presidente até hoje. Keiko Fujimori foi uma das mais fortes candidatas à presidência nas últimas três eleições majoritárias (2011, 2016 e 2021), perdendo com margens estreitas de votos (cf. ONPE, 2011, 2016 e 2021).

O fujimorismo tem uma base social sediada, principalmente, em Lima e no centro do país, com grande popularidade entre os grupos mais ocidentalizados e embranquecidos da *costa* — em contraposição ao caráter mais indígena da *sierra* (Andes). Sustenta um culto ao líder Alberto Fujimori por creditar ao ditador o mérito de ter salvado a economia do país ao implementar uma agenda neoliberal e por ter acabado com as organizações guerrilheiras que atuavam no país. Entre as décadas de 1980 e 2000, os conflitos entre o Estado e as organizações guerrilheiras causaram a morte e/ou desaparecimento de mais de 69 mil pessoas, majoritariamente camponeses indígenas de etnia quéchua. Para dar cabo da missão, Fujimori valeu-se de uma dura perseguição que envolveu vários crimes contra a humanidade e violações aos direitos humanos. Por essa razão, em 2009, foi condenado a 25 anos de prisão por ser considerado o autor intelectual das ações promovidas pelo Grupo Colina, um grupo de extermínio que causou a morte de 25 pessoas entre 1991 e 1992, nos chamados massacres de Barrios Altos e La Cantuta. Além disso, foi responsabilizado também pelos sequestros do jornalista Gustavo Gorriti e do empresário Samuel Dyer, mantidos reféns no porão do Serviço de Inteligência do Exército.

Ainda no que diz respeito ao Governo de Alberto Fujimori e seu legado, no rol de crimes e violações ocorridos no período, soma-se o controverso plano de controle demográfico e planejamento familiar, quando ocorreram mais de 200 mil ligaduras e 16 mil vasectomias, muitas das quais sem consentimento, tendo como vítimas principais mulheres indígenas de origem quéchua. Para além dos crimes dessa ordem, que são objeto de um novo processo judicial aberto em março de 2021 e que podem imputar mais algumas penas ao ex-Ditador, Fujimori também foi investigado e condenado por vários escândalos de corrupção, com destaque para o caso envolvendo seu assessor direto e chefe da Inteligência, Vladimiro Montesinos, flagrado subornando dirigentes e meios de comunicação. Apesar de todos esses aspectos, Keiko Fujimori sempre saiu em defesa do pai, organizando manifestos e ações que insistiam em sua inocência e que classificavam tais condenações como perseguição política. Ainda que em alguns momentos tenha oscilado em uma postura que ora reconhecia alguns “erros” e “excessos”, ora mais comprometida de forma acrílica com este legado, um dos compromissos nodais da agenda fujimorista

é o de conquistar a Presidência para, com isso, oferecer o indulto ao Alberto Fujimori, perdendo-o por todos os seus crimes.

Vale notar que a própria Keiko Fujimori também se tornou objeto de várias investigações. Desde a fonte do pagamento de sua Graduação em Administração nos Estados Unidos ainda no contexto da Ditadura de seu pai até o seu envolvimento direto com negociações espúrias com empreiteiras em períodos eleitorais. A Operação Lava Jato do Peru, por exemplo, a acusou de ter recebido 1,2 milhão de dólares (6,1 milhões de reais) da transnacional brasileira Odebrecht para suas campanhas eleitorais à presidência em 2011 e 2016, além de lavagem de dinheiro, organização criminosa e obstrução da Justiça. Chegou a ser decretada algumas prisões preventivas entre 2018 e 2020. Porém, foi solta nos termos de uma liberdade vigiada, na qual estaria submetida a algumas normas. Na mesma linha de defesa de seu pai, alega inocência diante de todas as acusações que seriam motivadas por perseguição política.

É importante dizer que a questão da corrupção não atravessa apenas a Família Fujimori. Todos os presidentes do Peru desde 1985, salvo o governo de transição de Valentín Paniagua, foram investigados, afastados ou presos por corrupção (LYNCH, 2020, p. 134). Há um fator estrutural que marca a relação das elites peruanas com o Estado de direito que reverbera em uma instrumentalização profunda de toda a classe política dentro de uma lógica patrimonialista. Diferentemente de países como a Bolívia, por exemplo, onde os movimentos sociais são mais fortes e foram capazes de derrotar as direitas, abrindo espaço para um *Proceso de Cambio*, no Peru, a corrupção e a vitória do projeto neoliberal levaram a uma sucessão de governos alinhados aos valores empresariais, agroextrativistas e com uma agenda social conservadora (cf. CABTREE, 2020).

Nas campanhas eleitorais de Keiko Fujimori e, mais especificamente, em seu último *Plano de Gobierno* intitulado *Rescate 2021 (2021 – 2026)*, reivindica abertamente os princípios estabelecidos pela Constituição fujimorista de 1993, promulgada em um contexto marcado por restrições de direitos, forte repressão, fraudes, censura e alta concentração de poder (LYNCH, 2020 p. 122). Outrossim, considera modelo de onde extrai suas principais diretrizes: um dos aspectos centrais é a defesa da economia de mercado alinhada ao capital estrangeiro nos moldes da agenda neoliberal e de pequenos projetos

de combate à pobreza e extrema pobreza de caráter clientelista e assistencialista. Já no aspecto moral, predominam valores associados a um catolicismo conservador, com uma postura pró-vida, favorável ao aborto somente em casos de risco de vida à gestante; uma defesa da família subentendida nos marcos de um modelo cisheteronormativo, favorável somente à união patrimonial homoafetiva (contrária ao casamento civil e à adoção homoparental); e contrária ao enfoque na igualdade de gênero na educação. No âmbito da segurança pública, defende maior rigidez no enfrentamento à violência e à insegurança, bem como um novo marco normativo para defender os direitos dos policiais.

No período da campanha, em seu Twitter, Keiko Fujimori chegou a falar que iria governar com “mão de ferro” e que a democracia deve ser apoiada por um princípio de autoridade, nos termos de uma “demodura”. Trata-se de um conceito que dialoga também uma cultura política nacional marcada por um profundo descontentamento com a democracia e o sistema partidário representativo. A dispersão social fomentada desde os tempos do fujimorismo como instrumento de controle desafia até hoje as organizações políticas de logarem captar interesses e organizar uma agenda comum (GROMPONE, 2011).

Por fim, Keiko Fujimori também se tornou uma das lideranças latino-americanas a marcar presença no Foro de Madrid, onde se articula uma nova aliança anticomunista promovida pelo partido espanhol de extrema-direita VOX, voltado para a chamada Iberoesfera, que conta também com a participação da Família Bolsonaro representada pelo filho do Presidente brasileiro, Eduardo Bolsonaro, e de José Antonio Kast, do Chile, que ficou em segundo lugar nas eleições presidenciais de 2021 do país andino. A aliança conta com a participação de fundamentalistas católicos e evangélicos, ultraconservadores, ultraliberais, com laços transatlânticos, bem como a participação de vários think tanks, fundações, institutos e associações que investem grandes recursos na formação de novas lideranças dentro desse campo e na manutenção de uma rede que se articula em torno de uma agenda compartilhada. Dentre seus objetivos principais estão a atualização do programa neoliberal e a derrubada dos governos de esquerda e populares que marcaram a história política do continente nas últimas décadas.

Mariana Bruce

Referências bibliográficas

CABTREE, John. “Democracia, poder de las élites y sociedad civil: una comparativa entre Bolivia y el Perú”. Revista Cidob d’afers internacionals: Resurgimiento de la Derecha en América Latina. Barcelona, diciembre 2020, n.º 126, p. 139–162.

GROMPONE, Romeo. “Entendendo as adesões cidadãs ao governo de Alberto Fujimori”. Em: QUADRAT, Samatha; ROLLEMBERG, Denise. *A Construção Social dos Regimes Autoritários: Brasil e América Latina*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FUERZA POPULAR. Plan de Gobierno de Fuerza Popular: Rescate 2021. 2021. Disponível em: <https://declara.jne.gob.pe> – consulta em fevereiro de 2022.

LYNCH, Nicholas. “La derecha peruana: de la hegemonía a la crisis (1990–2020)”. Revista Cidob d’afers internacionals: Resurgimiento de la Derecha en América Latina. Barcelona, diciembre 2020, n.º 126, p. 117–138.

ONPE [Oficina Nacional de Procesos Electorales]. 2006, 2011, 2016 e 2021. <https://www.onpe.gob.pe> – consulta em fevereiro de 2022.

KU KLUX KLAN. A Ku Klux Klan é uma organização ultraconservadora originada no Sul dos Estados Unidos, logo após a Guerra Civil, no chamado período da Reconstrução. Foi fundada em 24 de dezembro de 1865, em Pulaski (Tennessee), por veteranos confederados sulistas. O seu nome é uma adaptação da palavra grega *kuklos*, cujo significado é “círculo”. É em torno de uma releitura de elementos presentes no imaginário das antigas culturas grega e celta que os membros desta sociedade secreta irão se organizar e estabelecer sua hierarquia, elegendo para a sua liderança o *Grande Mago do Império*, seguido de outras autoridades, como os dez *Gênios*, o *Grande Dragão do Reino*, as oito *Hídras*, o *Grande Titã do Domínio* — assistido pelas seis *Fúrias* — o *Grande Cíclope da Caverna e dois Falcões da Noite*. Numa convenção em Nashville (1867), denominada *Império Invisível do Sul*, foram consolidadas as diretrizes políticas da Ku Klux Klan, que versaram sobre como se deveria estabelecer a hierarquia do grupo, declarar lealdade à Constituição dos Estados Unidos e ao governo, e marcar a sua determinação de

“proteger os fracos, inocentes e indefesos; (...) eliminar a injúria e a opressão; e (...) eliminar o sofrimento, sobretudo das viúvas e órfãos de soldados confederados” (v. Masculino/Feminino).

Em seus primórdios, concentrou-se na oposição radical aos negros, acreditando na sua inferioridade inata; aos governantes da Reconstrução Republicana, que concederam aos negros o direito ao voto; e aos nortistas que migravam para o Sul (v. Eugenia & Natureza). Apelando para a extrema violência em defesa da suposta superioridade da raça ariana, os membros da Klan faziam incursões noturnas para intimidar e castigar aqueles que não defendessem os interesses de sua raça (v. Tortura). Vestiam-se com mantos brancos, com capuzes em forma de cone, como aqueles dos carrascos, que dificultavam a identificação e “para se protegerem contra os prejuízos” causados por seus inimigos eleitos. Espancavam, linchavam, incendiavam imóveis, destruíam colheitas, enfim, espalhavam o terror pelo Sul dos Estados Unidos com o aval de grande parcela da população. Esse grupo radical, de religião protestante, tem como símbolo, reverenciado em suas cerimônias, a tradicional cruz, “*que representa os ideais da Civilização Cristã (...), símbolo do sacrifício*”, em chamas, “*para significar que Cristo é a luz do mundo*” e para “*purificar as nossas virtudes pela queima dos nossos vícios*”. A adoção da cruz em chamas também é uma referência ao passado e denota mais uma vez o apelo à tradição: segundo os próprios membros da organização, tem origem escocesa e foi utilizada em sinal de oposição à tirania e em obediência a Deus.

Devido a seu comportamento, a Ku Klux Klan sofreu em vários períodos de sua existência severas retaliações do Congresso Americano, dissolvendo-se por várias vezes, reorganizando-se tempos depois e atuando clandestinamente. Na década de 1870, por exemplo, em função das fortes punições, o movimento enfraqueceu-se, chegando a dar sinais de extinção. Em 1915, porém, a Klan retomou suas atividades, contando com a participação de antigos combatentes da Primeira Guerra Mundial e com o reforço de um importante aliado: D. W. Griffith, diretor do polêmico filme “O Nascimento de uma Nação” (1916), que teve boa parte da arrecadação revertida para a Ku Klux Klan (v. Cinema). Em seu filme, um estrondoso sucesso na época, a Klan instaura a ordem, a “supremacia branca”, ao vencer o caos e a barbárie representados

pelos negros, livrando os Estados Unidos da ameaça da miscigenação e mostrando aos negros qual o seu lugar (v. Autarquia & Sociedade Civil).

Em tempos de crises agudas, a atuação da Klan tendeu a se radicalizar. Nos anos de 1920, com a Grande Depressão, foram contabilizados 4 milhões de adeptos, que elegeram de suas fileiras senadores, congressistas e alguns membros dos júris municipais. Além dos tradicionais, foram considerados novos inimigos da raça e da organização social os judeus — “devastadores da economia mundial” — os católicos, os estrangeiros ou “*metecos*” (numa nova referência à cultura grega) e os subversivos — comunistas e sindicalistas (v. Anticomunismo & Repressão e Violência). Na década de 1940, manifestou grande simpatia pelo fascismo na Alemanha, promovendo um grande comício em Nova Jersey em parceria com o Partido Germano-Americano, uma organização que recebia verbas do governo alemão (v. Fascismo). Nos anos de 1960, chegou às páginas da imprensa mundial, chocando a opinião pública pelo assassinato de três jovens no Mississippi e encontrando resistência cada vez mais forte do movimento negro, liderado por Martin Luther King e Malcom X (v. Política e Direitos Humanos & Repressão: Debate Historiográfico).

Numa época de mal-estar generalizado e de ausência de paradigmas, o movimento recrudescer: “É hora de resgatar a América” (v. Geopolítica). A sua plataforma não difere muito da original: mantém o posicionamento em defesa da Constituição, da pureza e salvação da raça e agrega-se a outros grupos em busca da implantação — “por meios violentos se necessário” — das *Nações Arianas*, proclamando a “*solidariedade ariana nacional e internacional*” (v. Nacionalismo). O ódio ao Outro é periodicamente atualizado: horror aos homossexuais, no seu entender responsáveis pela disseminação da AIDS; desprezo às políticas em favor da globalização; abominação dos mercados comuns, como o Nafta; e repúdio à instalação de empresas e à ajuda financeira aos países do Terceiro Mundo (v. Europa & Homossexualidade e Revolta). Os modernos *Klansmen*, que se utilizam da mídia e da *Internet* para propaganda e recrutamento de novos filiados, também não escapam à censura, sendo obrigados a mudar constantemente seu endereço eletrônico na tentativa de driblar a oposição do governo norte-americano, de organizações de direitos humanos e de defesa dos judeus, que são acusados, nessas *homepages*, de “*inimigos da liberdade*”, “*inimigos do livre pensamento*”, “*inimigos do livre discurso*”. Para eles, no melhor estilo voltairiano, é tolerável que não se concorde com

suas ideias, mas a liberdade de expressão precisa ser garantida (v. Conservadorismo & Democracia). Hoje, a Ku Klux Klan continua apoiando e elegendo candidatos conservadores para os cargos políticos (v. Partido Político de Direita). A sua história é preservada e cultuada através do Museu Histórico da Ku Klux Klan, localizado no estado de Indiana. A organização segue pregando o elogio à diferença e à igualdade entre os diferentes, encerrando uma de suas páginas da *internet* com a ilustração de um casal admirando um bebê com a seguinte legenda: “É a simples realidade que (...) *nascer BRANCO é uma honra e um privilégio*” (v. Família). Privilégio que se baseia na exclusão da maioria da população americana (v. Justiça & Neorracismo Diferencialista).

Valéria Lima Guimarães

Referências Bibliográficas:

A Dictionary of Americanisms on Historical Principles. USA, The University of Chicago Press, 1956. pp. 939, 943, 944.

AZEVEDO, Antônio C. do Amaral. Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. p. 234.

CARNES, Mark C. Passado Imperfeito – A História no cinema. São Paulo, Record, 1997.

Enciclopédia Universo. Rio de Janeiro, Editora Delta, 1975. (Vols. 7), p. 3004.

The Ku Klux Klan: An Encyclopedia. USA, Garland, 1991.

RIDGEWAY, James. Blood in the Face: The Ku Klux Klan, Aryan Nations, Nazi Skinheads, and the Rise of a New White Culture. USA, Thunder Mouth, 1991.

SYRETT, Harold C. (org). Documentos Históricos dos Estados Unidos. São Paulo, Cultrix, 1988. p.225.

TOURGEE, Albion. The Invisible Empire. USA, Louisiana State, 1989.

WADE, Wyn Craig. The Fiery Cross: The Ku Klux Klan in America. USA, Simon & Schuster, 1988.

Bibliografia virtual

Encarta'95. The Complete Interactive Multimedia Encyclopedia. USA, Microsoft Corporation, 1994.

Internet

Arian Nations. <http://www.pafb.af.mil/deomi/arvan.htm>

Knights of the Ku Klux Klan. <http://www.k-k-k.com/belief.h>

Knights of the Ku Klux Klan Realm of Ohio. <http://www.celticen...rises.com/whiteb>

L

LACERDA, Carlos (1914 – 1977). Jornalista, deputado federal (Distrito Federal) entre 1955 e 1960, governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965, Carlos Frederico Werneck Lacerda nasceu no Rio de Janeiro a 30 de abril de 1914. Registrado em Vassouras (RJ), filho de Maurício Paiva Lacerda e Olga Werneck Lacerda, marcou a política nacional com sua habilidade de orador e sua capacidade de criar polêmicas. Político extremista nos seus objetivos, não se constrangia em apoiar a instalação de Estados de exceção no país para a tomada do poder. Foi um dos maiores anticomunistas de nossa história, apesar de iniciar sua carreira como simpatizante do PCB. Participou ativamente de momentos chaves da história política recente do Brasil, como o fim do Estado Novo em 1945, o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a instalação do Governo Militar no poder em 1964. Foi filiado durante toda sua carreira política à União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945, além de integrar movimentos como o *Clube da Lanterna* de 1953 e a *Frente Ampla* com Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1966.

Criado em um meio político nacional, do qual seu pai, seu avô e alguns tios participaram ativamente, Lacerda iniciou a sua carreira jornalística em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*. Em 1932, ingressou na Faculda-

de de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, curso que largou dois anos depois por incompatibilidade ideológica. Neste período, inicia aproximação com a juventude comunista, participando da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 23 de março de 1935. Na noite de 30 de março, compareceu na seção de instalação da Aliança, lançando o nome de Luiz Carlos Prestes — líder comunista supostamente exilado do país — para Presidente de Honra do movimento. Em 5 de julho, a leitura efetuada por Carlos Lacerda de um manifesto de teor revolucionário redigido por Prestes provocaria o fechamento da ANL pelo governo de Getúlio Vargas no dia 11 de julho. A partir daí, os comunistas, que estavam ampliando sua influência na ANL, passaram a elaborar um plano de derrubada do governo. Este movimento — chamado pela situação de Intentona Comunista — eclodiu em 23 de novembro de 1935 e foi rapidamente reprimido. Temendo uma possível prisão, embora não tivesse participado do levante, Lacerda refugia-se na casa de amigos, seguindo para Vassouras, onde passara breve período. Com a situação mais calma, Lacerda e um grupo de estudantes iniciam o ano de 1937 fazendo campanha para José Américo de Almeida — então candidato “mais à esquerda” — para as eleições presidenciais de 1938. Viajava pelo interior de Minas Gerais e Bahia, quando recebeu a notícia, em 1º de outubro de 1937, de que o governo havia declarado estado de sítio e reiniciado as prisões e cassações aos “inimigos do regime”. Lacerda, temendo novamente sua prisão, isola-se na ilha de Itaparica (BA), mas é encontrado, preso e transportado para o Rio de Janeiro. Dentro da prisão, assiste ao golpe de novembro que resultou na criação do Estado Novo no Brasil. Mesmo em tal conjuntura política, Lacerda é liberado por falta de provas.

Em 1939, Carlos Lacerda trabalhava nas revistas *O Observador Econômico e Diretrizes*, onde convivia com grande parte da intelectualidade brasileira da época, além de colaborar com a revista baiana *Seiva* e ser secretário de redação de *O Jornal*, de propriedade de Assis Chateaubriand. É neste período que Lacerda rompe com o comunismo, depois de escrever um artigo encomendado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ao *Observador Econômico*, narrando a história do comunismo no Brasil e como o Estado Novo havia desmantelado o PCB. Lacerda negou-se inicialmente a realizar tal tarefa, visto que era um simpatizante do comunismo. Porém, após conversar com membros do Partido, obteve o apoio dos dirigentes e realizou o trabalho. Logo

após a sua publicação, o PCB lançava folhetos acusando o jornalista de traidor, negando a sua versão dos fatos. Este torna-se automaticamente *persona non grata* na esquerda e tem sérias dificuldades de trabalhar como repórter. Além disso, o próprio Lacerda posteriormente admite que já estava questionando o comunismo por temer um caráter ditatorial intrínseco ao regime.

Após o divórcio com o comunismo, Lacerda passa a opositor do governo de Vargas, aproximando-se do grupo de políticos que redigira o “Manifesto dos Mineiros”, um documento em prol da democratização do país. Este grupo, na tentativa de derrubar o governo através da quebra da censura, articula uma entrevista com o ex-candidato à presidência, José Américo de Almeida, tendo como entrevistador o próprio Carlos Lacerda. Após a hesitação dos jornais, a entrevista é publicada no *Correio da Manhã*, onde o jornalista trabalhava como *freelancer*. José Américo traça um quadro caótico do Estado Novo e ali se inicia um processo de deterioração do governo frente à opinião pública, que culminou na deposição de Vargas da presidência, efetuada pelos militares em 29 de outubro de 1945. Nesta altura, as candidaturas à presidência estavam se definindo. A recém-criada UDN — nesta ocasião uma frente ampla — lança o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato de oposição. Outro partido criado nesta época, o Partido Social Democrático (PSD), alia-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e lança a candidatura do marechal Eurico Gaspar Dutra, que tinha o apoio do governo. No dia 2 de dezembro de 1945, Dutra vence a eleição e a UDN passa a ser a principal oposição ao seu governo. Nesta eleição, Lacerda inicia a sua caça ao comunismo, perseguindo o candidato à presidência pelo PCB, o engenheiro Iedo Fiúza. Com o intuito de destruir sua candidatura, Lacerda publica um trabalho desmoralizante, intitulado *O Rato Fiúza*. É em 1946 que Carlos Lacerda inicia no jornal *Correio da Manhã* uma coluna intitulada “Na tribuna da imprensa”. Com este mesmo nome, Lacerda funda em 27 de dezembro de 1949 o seu próprio jornal, *Tribuna da Imprensa*, que seria durante muitos anos o palco de denúncias e veículo de oposição ao “getulismo” e ao comunismo. Durante este período, identifica-se com o catolicismo, influenciado por amigos como Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção. Casa-se no religioso com Letícia Azambuja Lacerda em 1947 e batiza os seus dois filhos, Sérgio e Sebastião. Também em 1947 é eleito vereador pelo Distrito Federal. Porém, em protesto à interferência do Senado nas decisões

da Câmara Municipal, proibindo esta de analisar os vetos do prefeito, Lacerda renuncia dois meses depois.

Em 1950, iniciam-se as articulações para as eleições presidenciais, marcadas para outubro. Apesar de uma forte campanha de desestímulo por parte de Lacerda, a UDN lança mais uma vez a candidatura de Eduardo Gomes, o que Lacerda mais tarde classificaria em seu *Depoimento* como “talvez o maior erro político da UDN”. Temendo a candidatura de Getúlio Vargas e sua vitória, Lacerda resigna-se a apoiar o brigadeiro. Passa a atacar os abusos do Estado Novo através da *Tribuna da Imprensa* e tenta persuadir o candidato do PSD, Cristiano Machado, a desistir da candidatura e transportar seus votos para o candidato da UDN. Isto não se realiza e Lacerda e seu partido amargaram sua segunda derrota eleitoral. A partir daí, com Getúlio Vargas no poder, a UDN adota uma postura radical de oposição: uma tentativa de impugnar a eleição de Vargas através do argumento da maioria absoluta de votos, derrotada no TSE em 18 de janeiro de 1951.

Durante o governo Vargas, Carlos Lacerda procurou através de seu jornal manter a postura agressiva contra o presidente. Em 1951, inicia a campanha contra o jornal Última Hora, de propriedade de seu ex-companheiro de trabalho e jornalista Samuel Wainer. Alegando um empréstimo desonesto de 250 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil para a fundação do jornal de Wainer, Lacerda tentava atingir diretamente Getúlio Vargas, já que o jornalista era amigo íntimo do presidente. Apesar de conseguir a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1953 e de obter o apoio maciço de outros meios de comunicação, como a TV Tupi, de Assis Chateaubriand, Lacerda não consegue incriminar Vargas. É desta época a fundação do *Clube da Lanterna*, uma agremiação oposicionista de cunho radical criada em 1953 pelo então deputado Amaral Neto e por udenistas, tendo por base as ideias legalistas de Lacerda. Apesar de Lacerda negar posteriormente qualquer envolvimento com este grupo, foi eleito o seu presidente de honra.

Com este clima de enfrentamento, Lacerda passa a andar constantemente com uma escolta, formada voluntariamente por oficiais da aeronáutica solidários à sua “causa democrática”. No dia 5 de agosto de 1954, Lacerda sofre um atentado que resulta na morte do major Rubens Florentino Vaz. O crime, ocorrido em frente ao seu apartamento em Copacabana, ficou conhecido

como o “Atentado da Toneleros” e é o princípio de uma crise política que culminaria com o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto, após a constatação de ligações entre a guarda pessoal do presidente e o atentado a Lacerda. Após o suicídio de Vargas, Lacerda e a UDN passam a pregar o adiamento das eleições de 1954 para deputado federal — apesar da sua candidatura pelo Distrito Federal — e para a presidência no ano seguinte, temendo o impacto emocional que o suicídio do “pai dos pobres” teria nas urnas. É neste período que Lacerda passa a estreitar seus laços com alguns setores das forças armadas, incitando sua interferência no processo político nacional. A eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência e a eleição de João Goulart para vice — resultado da aliança entre PSD e PTB — fizeram com que Lacerda e o *Clube da Lanterna*, cada vez mais uma ala radical da UDN, denunciassem uma herança getulista no poder. Este seria um motivo suficiente para uma campanha aberta pelo golpe militar. Sempre em defesa da “democracia”, Lacerda afirmaria, entretanto, a validade de um golpe para impedir a posse dos vencedores do pleito de 1955 (v. Conservadorismo). Para ele, era preferível ferir a democracia a ver o povo sustentar um governo de “contraventores e criminosos” (v. Baderna, Ideologia & Governabilidade).

Apesar de lutar pelo adiamento das eleições de 1954, Lacerda foi o candidato mais votado do Distrito Federal para a Câmara, iniciando uma campanha maciça de oposição ao governo. Sustentou acusações de corrupção a João Goulart — o “caso Brandi” — e, após o resultado da eleição presidencial de 1955, Lacerda e a UDN iniciam nova campanha pela ilegalidade da vitória de Kubitschek e Goulart, repetindo o argumento da maioria absoluta. Em novembro de 1955, o presidente Café Filho — vice-presidente de Getúlio Vargas, empossado após sua morte — sofre problemas graves de saúde e passa o cargo para Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Este, simpático ao movimento golpista de Lacerda e de uma ala das Forças Armadas, entra em choque com o Marechal Henrique Lott, chefe da pasta de guerra do governo e defensor da posse de Kubitschek. No dia 11 de novembro, ocorre uma tomada da capital federal e do governo pelas forças armadas “legalistas” e Carlos Luz é substituído por Nereu Ramos, que cumpre mandato até as posses de Juscelino e João Goulart. Este episódio ficou conhecido pela resistência de Luz e Lacerda a bordo do cruzador *Tamandaré*, numa tentativa de se criar um governo

paralelo em São Paulo. Em virtude do seu apoio aos golpistas, o deputado se exila primeiro em Cuba e depois nos EUA.

Com a posse do novo presidente, Lacerda — que desembarca no Rio de Janeiro em 11 de novembro de 1956 — se envolve em mais um caso de denúncia de corrupção. O “caso Lacerda”, em 1957, surge a partir de sua denúncia sobre uma exportação de madeiras entre o Brasil e a Argentina, envolvendo João Goulart e o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón. O pagamento desta operação teria sido revertido para a campanha presidencial de Getúlio Vargas em 1950. Lacerda obteve esta informação a partir de um telegrama do Ministério das Relações Exteriores. A divulgação do conteúdo do telegrama em pleno congresso causa protestos por parte do ministro, alegando ser um crime a divulgação de informações sigilosas, já que Lacerda lera em público códigos diplomáticos. Com o apoio de todo o congresso e da intelectualidade nacional, Carlos Lacerda não teve seu mandato cassado, como queria o ministro José Carlos Macedo Soares. Nesta ocasião, Lacerda teve o acesso ao rádio e à televisão vedado pelo governo federal. Em 1958, foi reeleito para o seu segundo mandato de deputado federal e, no início de 1959, começaram as articulações dentro da UDN para a eleição de Jânio Quadros, na época um político paulista de grande apelo popular, como candidato do partido à presidência nas eleições do ano seguinte. Com uma forte disputa interna entre Jânio e Juracy Magalhães, um “legítimo” udenista, Lacerda apoia ostensivamente a candidatura do primeiro através da *Tribuna da Imprensa*. No dia 8 de novembro, a candidatura de Jânio Quadros foi homologada em convenção nacional da UDN. A participação de Carlos Lacerda na candidatura de Jânio Quadros não foi tão intensa quanto nas outras eleições. A sua principal preocupação era a sua própria candidatura ao governo do recém-criado Estado da Guanabara nas eleições de 1960. Candidato natural dentro dos quadros da UDN carioca, Lacerda viu a oportunidade de marcar a sua carreira com uma administração eficiente e anticorrupção, em sintonia com a campanha de Jânio Quadros, voltada basicamente para as camadas médias urbanas. Com um discurso que pregava soluções para os problemas locais do estado, como saneamento e educação primária, Lacerda vence a eleição de forma apertada, com 35% dos votos, derrotando Sérgio Magalhães, candidato do PSB/PTB, o general Ângelo Mendes, do PSD, e Tenório Cavalcanti, do PST. Simultaneamente, Jânio vence as eleições presidenciais e João Goulart se reelege vice-

-presidente. Este quadro, pela primeira vez favorável à UDN, torna Lacerda um líder político de destaque no país e sua liderança no partido é inquestionável (v. Partido Político de Direita).

O seu governo no Estado da Guanabara foi marcado por uma mudança na administração do estado, descentralizando suas funções. Além disso, investiu na área de segurança e educação, além de desenvolver um programa viário e ampliar o abastecimento de água e esgoto da cidade. Estes dois últimos, juntos com a remoção de favelados para conjuntos habitacionais na zona norte carioca, foram as áreas de maior investimento de seu governo, bancadas por um apoio ostensivo de capital norte-americano obtido através da Aliança Para o Progresso. O anticomunismo de Lacerda e o seu alinhamento pró-EUA durante a guerra-fria renderam bons dividendos para a sua administração. Porém, Lacerda ficaria marcado negativamente por dois fatos de ampla repercussão nacional e mundial: um incêndio de causas misteriosas na favela do morro do Pasmado, cuja população não aceitava ser removida para os conjuntos habitacionais do governo, e o episódio da morte de mendigos no Rio da Guarda em 1962, dando ao governador a alcunha de “Mata mendigos”. No plano nacional, as relações entre Lacerda e o presidente Jânio Quadros não eram das melhores frente à política externa que este realizava. A aproximação com países do Leste-Europeu e o reconhecimento do governo de Fidel Castro em Cuba eram diferenças incontornáveis para a postura pró-EUA do governador da Guanabara (v. Guerra Fria & Neocolonialismo).

Apesar de não defender o uso político do binômio direita/esquerda, Lacerda era antes de tudo um anticomunista. Estas diferenças levaram-no a denunciar, em rede de televisão, um convite do governo para sua participação em uma manobra política que visava a criação de um Estado de Emergência, dando plenos poderes ao presidente. A situação se agrava com a renúncia inesperada de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961. A partir daí, Carlos Lacerda entra em sintonia política com setores das forças armadas, apoiando ostensivamente ações antidemocráticas que culminariam com o golpe militar de março de 1964. Ele fez campanha através da *Tribuna da Imprensa* contra a posse de João Goulart, porém, em 2 de setembro de 1961, o congresso aprovou o Ato Adicional que instituía o regime parlamentarista no país, mantendo Goulart no poder. O governo de João Goulart, que retomou o regime presidencial em janeiro de 1963, foi marcado pelo aprofundamento da bipolarização direita/

esquerda no país. Mais do que nunca, Lacerda e os setores radicais da UDN investiam na intervenção militar, alegando que o governo estava em preparação para um golpe e a instalação de uma ditadura comunista. Com o pedido de estado de sítio rejeitado pelo congresso e a tentativa de prender Carlos Lacerda em outubro de 1963, o governo fica em posição desconfortável frente a estas acusações. No início de 1964, a radicalização deste quadro por ambos os lados é inevitável. João Goulart assume o caráter popular de seu governo e as forças armadas, já articuladas em torno do General Humberto Castelo Branco, iniciam seus movimentos. Lacerda fazia sua parte, liderando uma frente de governadores “pró-revolução” e insuflando o movimento na classe média com as “marchas com Deus e pela família”, realizadas nas principais capitais do país. Em 31 de março, é deflagrado o movimento político-militar, instaurando no Brasil um regime de exceção que se transformaria em uma ditadura militar de 20 anos (v. Militarismo). Lacerda, que precisou defender-se de um suposto ataque por forças pró-Jango nesta ocasião, preparava neste momento o maior passo de sua ambiciosa carreira: com prestígio no campo político e frente à população, inicia sua campanha para a eleição presidencial que se realizaria em 1965. Após a instalação do governo militar, com Castelo Branco no poder, Carlos Lacerda vai à Europa no mês de maio em viagem oficial para divulgar os objetivos do novo governo. Porém, as decisões políticas deste governo não contavam com Lacerda e a UDN. Aos poucos, Lacerda torna-se, mais uma vez, opositor de um governo. Fez campanha contra a prorrogação de um ano do mandato de Castelo — mas desta vez sem o seu jornal, vendido em 1961 — percebendo que a aprovação desta tese seria o fim de suas aspirações à presidência. Em 22 de julho, a proposta é aprovada no congresso, mantendo Castelo Branco no poder até março de 1967 (v. Conservadorismo Durante a Ditadura Militar). Mesmo assim, Lacerda tem a sua candidatura homologada na convenção nacional da UDN, realizada em novembro de 1964.

Em 1965, ocorrem eleições para governador e a oposição ao regime ganha em estados-chave para a federação, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, ambos com vitória do PSD. Estas conquistas da oposição fizeram o governo baixar o Ato Institucional n.º 2 (AI-2) e o Ato complementar n.º 4. Estes, entre outras arbitrariedades, determinavam a eleição indireta via congresso para a presidência em 1966 e a extinção dos partidos políticos, permitindo um sistema bipartidário: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Demo-

crático Brasileiro (MDB). Ciente da impossibilidade de eleger-se presidente pelo voto indireto, Lacerda parte para a oposição aberta ao regime militar. A sua principal tentativa de retomada política foi com a elaboração da Frente Ampla, lançada em 26 de outubro de 1966. Para compor esta Frente, Lacerda procurou as principais lideranças nacionais aliadas do processo político pelo golpe: Juscelino Kubitschek, que se encontrava exilado em Lisboa após ter seus direitos políticos cassados com o golpe de 1964, e João Goulart, exilado em Montevidéu, seriam estas lideranças. As relações com o regime iam piorando conforme os participantes da Frente Ampla se entendiam. Com a adesão definitiva de Goulart em 1967, a oficialidade “linha dura” — Costa e Silva já era o presidente do País — retira o seu apoio a Lacerda. Este, já proibido de falar na televisão, participa de comícios populares pela Frente Ampla, gerando uma situação de enfrentamento que culminaria com a proibição de todas as atividades do movimento no dia 5 de abril de 1968. Mas o pior ainda estava por vir: com o agravamento da crise política no ano de 1968, o governo Costa e Silva edita o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) no dia 13 de dezembro (v. Ditadura e Violência). No dia seguinte, Carlos Lacerda, com 44 anos, é preso pela Polícia Militar no Regimento Marechal Caetano do Rio de Janeiro. Após fazer greve de fome durante uma semana, foi liberto. No dia 30 do mesmo mês, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Com o fim de sua vida política, Lacerda dedica-se ao jornalismo, trabalhando para *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, e à gestão de seus negócios particulares, como a Editora Nova Fronteira e a Construtora Novo Rio. Carlos Lacerda faleceria no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1977 (v. Repressão: Debate Historiográfico).

Frederico Oliveira Coelho

Referências Bibliográficas:

BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. *Evolução Política do Pensamento Brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo,

Itatiaia/EdUSP, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, v.150)

BOBBIO, Norbert. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Unesp, 1995 LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

NETO, João Pinheiro. Carlos Lacerda: um raio sobre o Brasil. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998. SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

LE BON, Gustave (1841–1931). Embora vários autores tenham discordância quanto às primeiras manifestações intelectuais que teriam dado origem à preocupação sistematizada em relação às multidões, ao seu comportamento político e à sua psicologia, foi no século XIX e, mais especificamente, depois da segunda metade, que apareceram os mais importantes estudos sobre este fenômeno contemporâneo que já aturdiu o mundo por ocasião da Revolução Francesa (v. Política & Sociedade Civil). O aprimoramento de trabalhos ditos científicos sobre o fenômeno da multidão coincidia com a imensa revolução de valores e julgamentos que vieram através da criação da Criminologia, da Antropologia Criminal, do Direito Positivo e das teses de higienização social construídas neste mesmo período (v. Natureza). O estudo das multidões, na verdade, tinha por campo de análise bem mais do que a verificação de “uma alma coletiva”: os fenômenos psicológicos da sociedade em seu conjunto e sua organização permanente. Dentre todos, Gustave le Bon, um médico francês, nascido em Nogent-Le-Rotrou em 1841 e morto em Paris em 1931, foi o teórico das multidões que mais se notabilizou nesta especialidade, ao lado de Gabriel Tarde (outro francês) e do italiano Scipio Sighele (v. PENNA, Belisário).

Bem cedo, Gustave le Bon deixou a profissão médica e viajou pela Europa, Ásia e África. Dirigiu por longo tempo a *Biblioteca de Filosofia Científica*. O seu interesse em estudos dirigiu-se ao trabalho de higiene social e à psicologia médica e, depois, à psicologia social e à psicologia política (v. Eugenia & Prussianismos Brasileiros). De todas as suas publicações, a mais conhecida e vulgarizada, com traduções em vários países e que influenciou os médicos (inclusive, Sigmund Freud), o Direito, a Antropologia e a Sociologia, foi *A Psicologia das Multidões*, escrita em 1895. Neste trabalho, Le Bon analisa as motivações psicológicas que atingem as multidões, a lei de sua unidade mental, a impulsividade, a mobilidade e irritabilidade, a sugestibilidade e credulida-

de, o autoritarismo e o conservadorismo das multidões, a imaginação popular como base da força dos estadistas, a dominação da multidão pelo inconsciente e sua sugestionabilidade, os aspectos singulares do indivíduo que se anula, a predominância absoluta dos instintos no comportamento de multidão e a tendência à ação heroica ou criminal, etc. (v. Guerra & Juventude). Enfim, uma série de aspectos que mais tarde seria fundamental no tratamento dos regimes autoritários para o domínio das massas (v. Holocausto & Operação Eutanásia). Todas essas questões colocadas por Le Bon visavam não só abrir as comportas para a fundamentação de técnicas eficazes de controle social, como também explicar — aceitando as influências da Antropologia Criminal e do Direito Positivo — o comportamento humano como proveniente de fatores biológicos, psicológicos e sociais através da visualização do comportamento da multidão como um fenômeno da sociedade contemporânea e da negativa em aceitar o crime como uma abstração da lei (v. Asilo & Sociobiologia).

Era candente o desconforto de Le Bon frente ao mundo contemporâneo. Por isso, não se furtaria em escrever — perplexo frente ao avanço do socialismo “e pelos paraísos que ele propõe” — em sua obra *Psicologia dos Novos Tempos*, de 1920, publicada no Brasil em 1922, que

“a alma humana, qualquer que seja o seu nível, sempre teve ânsia de ilusões míticas a fim de sustentar as suas aspirações e orientar a sua conduta. É por isso que, não obstante todos os progressos da ciência, as influências místicas que têm tantas vezes perturbado o mundo ainda o agitam (...). Nos nossos dias, as crenças políticas substituíram as crenças religiosas; mas, na realidade, são apenas religiões novas. Uma fé cega é o seu verdadeiro guia, embora ela incessantemente invoque a razão” (v. Anticomunismo).

Além de sua *Psicologia das Multidões* e de *Psicologia de Novos Tempos*, Gustave Le Bon escreveu: *O homem e a sociedade, sua origem e sua história* (1881); *A Civilização dos Árabes* (1884); *As Civilizações da Índia* (1887); *As primeiras civilizações* (1888/1889); *As leis psicológicas da evolução dos povos* (1894); *A psicologia do socialismo* (1898); *Psicologia da Educação* (1902); *A evolução das forças* (1907); *A psicologia política* (1910); *A Revolução Francesa e a psicologia*

das revoluções (1912); *O desequilíbrio do mundo* (1923); *A evolução atual do mundo* (1927) (v. Baderna & Ideologia).

Elizabeth Cancelli

Referências Bibliográficas:

CANCELLI, Elizabeth. Criminosos e não criminosos na história. In *Textos de História – Revista da pós-graduação em história da UnB* – vol. 3. Brasília, UnB, 1995(1).

COCHAN, Dominique. As multidões e a comuna: análise dos primeiros escritores sobre psicologia das multidões. In *Revista Brasileira de História*, março/agosto – vol. 10. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1990 (20).

LE BON, Gustave. *A psicologia política*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s/d.

LE BON, Gustave. *A psicologia das multidões*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1938.

OLIVEIRA, Elias. *Criminologia das Multidões*. São Paulo, Edições Saraiva, 1966.

LEFEBVRE, Marcel (1905 – 1991). Teórico principal do catolicismo integral depois do Concílio do Vaticano II, nasceu em uma família burguesa e dedicou cinco anos da sua infância à Igreja. O seu pai, preso pelos nazistas, morreu durante a deportação em 1944 (v. Regime de Vichy e os Judeus). Lefebvre foi ordenado padre em 1929, após estudos no seminário francês de Roma, que então estava submetido à influência doutrinal da Action Française. Tornado membro da congregação dos Padres do Santo Espírito, Lefebvre atua como missionário na África, de início no Gabão, depois torna-se bispo de Dakar (Senegal) em 1948, onde permanecerá até 1962 (v. Neocolonialismo). Desde 1949 – 1950, ele se aproxima do movimento teológico-político *La Cité Catholique* e prefacia a obra-mestra de seu fundador, Jean Ousset, “Por quem ele reina?”. Hostil ao modernismo na liturgia e na doutrina – ligado à doutrina social da Igreja – Lefebvre funda com os bispos brasileiros Proença Sigaud e Castro Mayer o *Coetus Internationalis Patrum*, que reuniu os padres conciliares opostos a João XXIII (v. Modernismo no Catolicismo & Revolução). Lefebvre combateu o ecumenismo e a liberdade religiosa e considerou inoportuna a

declaração conciliar de outubro de 1964 sobre as relações com o judáismo (v. Catolicismo Social: século XIX & Rerum Novarum).

A sua nomeação ao pequeno bispado de Tulle (França) em 1962 foi um sinal de desgraça. Mesmo assim, em seis meses tornou-se o superior-geral dos Padres do Santo Espírito, permanecendo nesta posição até 1968. Em 1970, Lefebvre obteve do Vaticano a autorização para criar na Suíça a Fraternidade Sacerdotal São Pio X. Situando-se, portanto, dentro da Igreja, contenta-se em formular suas objeções num livro publicado em 1968, o *Vadecum do Católico Fiel*. A sua primeira ruptura com Roma data de sua declaração de 1975, na qual “recusa a seguir Roma na tendência neomodernista e neoprotestante claramente manifesta durante o Vaticano II”. Por conta disso, foi retirado o consentimento da Fraternidade Sacerdotal São Pio X e Lefebvre é suspenso *a divinis*, após ter consagrado os padres em junho de 1976. A 29 de agosto de 1976, ele pronuncia uma homilia política e faz apologia ao regime argentino do general Videla, ao regime chileno de Pinochet e ao regime do general Franco que, somados ao Estado Novo em Portugal, constituíram o seu ideal político (v. Franquismo & Salazarismo). Regalista convicto, Lefebvre foi contrarrevolucionário, mas se reconhecia mais no Syllabus, em Louis Veuillot e no Cardeal Pio do que em Maurras, Maistre e Bonald (v. Conservadorismo, Intransigentismo & Integristismo).

A 27 de fevereiro de 1977, os seus fiéis, ajudados pelos militantes regalistas e do Partido das Forças Novas, ocuparam a igreja parisiense de Saint Nicola du Chardonnet, que permanecia como o principal lugar de culto lefebvrista. Malgrado o seu encontro com o Papa em 1978, Lefebvre recusa reconhecer a nova missa e marcha inexoravelmente em direção ao cisma, que se consumou a 30 de junho de 1988, quando consagrou quatro bispos (a 28 de julho de 1991, foi consagrado um quinto bispo, Licínio Rangel, na diocese de Campos). Os padres e os fiéis, recusando o cisma, criaram a Fraternidade de São Pedro, fiel ao Vaticano. Aqueles que o aceitaram permaneceram na Fraternidade de São Pio X, existente hoje em mais de quarenta países. Lefebvre expressou, em 1989, a sua hostilidade em relação aos muçulmanos que viviam na França e permaneceu fiel ao antijudaísmo pré-conciliar da Igreja (v. Nouvelle Droite). Em 1985, já havia encorajado a ação de Jean-Marie Le Pen, fundador da Frente Nacional. Publicou várias obras desde então: *Carta aberta aos católicos perple-*

xos; Eles o descoroaram; Eu acuso o Concílio; O golpe de mestre de Satan. Marcel Lefebvre faleceu a 25 de março de 1991 na Suíça. (v. Aborto)

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

CONGAR, Yves. La crise dans l'Eglise et Mgr Lefebvre. Paris, Éditions du Cerf, 1976.

GOLIAS. Le retour des croisés. Villeurbanne, Éditions Golias, 1991.

LAFARGE, Franck. Du refus au schisme: le traditionalisme catholique. Paris, Éditions du Seuil, 1989.

PENANSTER, Alain de. Un papiste contre les papes. Paris, La Table Ronde, 1988.

TERNISIEN, Xavier. L'extrême-droite et l'Eglise. Paris, Éditions Brepols, 1996.

LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO. Fundada no Ceará em 1931 pelo tenente Severino Sombra, fez parte de um movimento de natureza corporativista, integralista e católico de organização e mobilização de trabalhadores (v. Autarquia & Estatismo). Antecessora da Ação Integralista Brasileira criada por Plínio Salgado, manteve-se em atuação até 1937, quando Getúlio Vargas decretou o Estado Novo no Brasil, dissolvendo entidades de representação de classe (v. Autoritarismo & Ditadura). O seu surgimento está associado à expansão do pensamento de direita no Brasil nos anos de 1920 – 1930, distinguindo-se por sua opção pelos trabalhadores, já que na maioria das vezes era a classe média o alvo principal desse ideário conservador (v. Comitês Anticomunistas). Teve como cofundadores o tenente Jeová Mota e o padre Helder Câmara. A maioria das suas lideranças tinha experiência adquirida nos Círculos Operários Católicos, na União dos Moços Católicos, Ligas dos Professores Católicos e na Juventude Operária Católica. Nascida das preocupações sobre o destino social do país, tem suas hostes compostas basicamente de jovens católicos antiliberais e anticomunistas e militares opositores da Revolução de 1930 (v. Conservadorismo no Brasil República). Esteve ligada ao projeto de recristianização da sociedade moderna planejado pela Igreja Católica através

do apostolado leigo, reunindo em torno do seu ideário concepções herdadas de matrizes políticas como os fascismos italiano e português. Combatendo os chamados vícios do mundo industrial e materialista — tônica do discurso social da Ação Católica — e conclamando as classes sociais a cooperarem entre si para a recuperação dos ideais humanistas, publicou o jornal “O Legionário”, através do qual difundiu seus ideais e suas conquistas (v. Corporativismo: Teoria).

Pensando organizar os trabalhadores do Ceará e posteriormente do Brasil através da Legião Brasileira do Trabalho, Severino Sombra tentou cooptar diversas lideranças profissionais e sindicatos de categorias combativas daquele momento. Em pouco tempo, a legião se tornou uma das entidades mais fortemente representadas devido à adesão de associações ligadas à tradição do mutualismo e do assistencialismo beneficente, representando os interesses de 71 associações e cerca de 20 mil trabalhadores assalariados e autônomos (cf. Montenegro. p. 45). Dentre as categorias profissionais que passaram a pertencer aos seus quadros, estavam: tecelões, bombeiros, trabalhadores portuários e gráficos, empregados da Light, automobilistas, ambulantes, padeiros, empregados de hotéis e cafés, engraxates, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, lavadeiras e pedreiros.

Ficou marcado na história do movimento legionário cearense o embate com o Governo Provisório de Getúlio Vargas em torno do projeto de sindicalização apresentado pelo ministro Lindolfo Collor (v. Legislação Trabalhista no Brasil). De acordo com essa proposta, ficaria estabelecida a unicidade da representação sindical, a obrigatoriedade de isenção política e religiosa dos sindicatos e a vinculação dessas entidades ao Estado através da solicitação de inscrição e prestação de contas junto ao Ministério do Trabalho (v. Sociedade Civil). Estava em jogo, portanto, a própria sobrevivência da legião na disputa com a burocracia estatal, tendo sido ameaçada sua pretensão de ser a liderança política e espiritual dos trabalhadores. No seu projeto político mais amplo, havia a proposição de uma sociedade de feições corporativas, onde predominaria a solidariedade entre as classes sociais e um Estado forte e centralizado, concordante com os princípios éticos e morais da Igreja Católica e, paradoxalmente, elegendo o mundo medieval europeu como modelo de sociedade ideal a se contrapor ao avanço do laicismo, do materialismo e do comunismo (v. Antigo Regime & Estatismo). A partir de 1932, enquanto

esteve sob a direção de Jeová Mota e de Helder Câmara em razão do exílio do seu fundador em Portugal, a legião se aliou com a Ação Integralista Brasileira, fundindo o discurso de arregimentação de trabalhadores e a farda cáqui com a pregação pequeno-burguesa e a camisa verde do integralismo pliniano (v. Sociedade Integral).

Antes mesmo de ser decretada a sua dissolvência pelo Estado Novo, passou por um processo de enfraquecimento político, devido às divergências internas e externas. A exemplo disso, o próprio Severino Sombra, ao romper com a AIB, fundou em 1934 a “Campanha Legionária”, sem conseguir, no entanto, atingir o sucesso conquistado na Legião. No que concerne aos confrontos do espectro esquerda/direita naquele momento, o legionarismo recebeu a oposição tanto do trabalhismo varguista quanto dos grupos ligados ao Partido Comunista (v. Partido Político de Direita).

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Referências Bibliográficas:

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. A Legião do Trabalho: Política e Imaginário no Integralismo Cearense, 1931–1937. Fortaleza, Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1992. (mimeo)

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O Integralismo no Ceará: Variações Ideológicas. Fortaleza, IOCE, 1986.

PARENTE, Josênio C. Anauê: Os Camisas Verdes no Poder. Fortaleza, Edições UFC, 1986.

PONTE, Sebastião Rogério Barros da. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza, UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989. pp. 359–375.

TRINDADE, Hélijo. O Integralismo: o fascismo brasileiro da década de '30. São Paulo, Difel, 1979.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL. Legislação Trabalhista é o conjunto de leis e medidas jurídicas que tem por objetivo disciplinar e normatizar

as relações de produção entre patrões e empregados e controlar as condições e o mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas, sobretudo naquelas que alcançaram algum progresso industrial (v. Estatismo). A discussão sobre uma legislação social de proteção aos trabalhadores e suas famílias surge na Europa do século XIX a partir das grandes transformações sociais, econômicas e políticas oriundas da revolução industrial (v. Economia). No Brasil, corolário dessa situação, a “questão social” aparece com maior nitidez no debate político a partir da República e da promulgação da sua primeira constituição em 1891 (v. Conservadorismo no Brasil República). Tanto na Europa quanto no Brasil, esse debate esteve calcado nos princípios do liberalismo, que propunha uma autorregulação e controle do mercado de trabalho e uma rígida proteção aos trabalhadores a partir de uma extensa legislação social (v. Empresários & Greve). Nesse sentido, as classes dominantes — pressionadas pela classe operária, sobretudo, aquelas frações organizadas em sindicatos e partidos políticos — tiveram um papel fundamental na configuração desse movimento histórico (v. Oposição/Situação). A literatura clássica consolidada sempre buscou periodizar, para melhor exemplificar, a discussão em torno da legislação trabalhista. Partindo da atuação concreta desempenhada pelo Estado brasileiro no controle do mercado do trabalho e dos trabalhadores no século XX, temos alguns períodos fundamentais:

1891 – 1919: período caracterizado pela elaboração da legislação sindical que, de certa forma, apontou para uma revolução nas relações de trabalho, com a substituição do contrato individual pelo contrato coletivo. Este período se caracteriza ainda pela existência de um mercado de trabalho livre de um maior controle do Estado e com uma forte influência da ação organizada da classe operária, embora os sindicatos devessem ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

1919 – 1935: período caracterizado pela elaboração da maioria das leis trabalhistas. Com a assinatura do Tratado de Versalhes e da filiação do país à Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil deveria cumprir algumas recomendações a favor dos trabalhadores. Com isso, também aumentava a responsabilidade do Estado no sentido de poder intervir nas relações econômicas e sociais entre empregados e empregadores.

1935 – 1946: período caracterizado por uma intensa ação do Estado em regular e disciplinar todos os fatores envolvidos no mercado de trabalho. O Estado assume uma forma plenamente corporativa, redefinindo sua atuação frente ao movimento operário e sindical, assim como a própria atuação do movimento operário (v. Estado Novo no Brasil). Toda a legislação trabalhista e sindical é reunida em única lei, que resulta na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943 (v. Nacional-Populismo).

1946 – 1964: período marcado por uma nova estruturação nas relações entre o capital e o trabalho. Surge a Justiça do Trabalho, que terá a função de encaminhar e resolver os conflitos coletivos e individuais entre patrões e empregados. A “questão social” sai das hostes do Estado, transferindo-se para o judiciário. O sindicato consegue adquirir uma natureza privada, embora sua autonomia seja restrita, já que continua atrelado ao Ministério do Trabalho. Percebe-se uma diminuição da intervenção do Estado — comparativamente à fase anterior — na regulação do mercado de trabalho, que passa a ter uma maior liberdade de movimentação (v. Baderna & Governabilidade).

1964 – 1988: período marcado por um forte controle do mercado de trabalho e dos sindicatos. Cria-se uma legislação que inviabiliza as atividades independentes das classes operárias, submetendo-as a um forte controle policial (v. Segurança Nacional). São tomadas medidas repressivas contra qualquer atividade das classes subalternas (v. Conservadorismo Durante a Ditadura Militar).

1988 em diante: período marcado por profundas transformações nas relações de trabalho e na legislação social e previdenciária. Importantes conquistas sociais dos trabalhadores estão sendo contestadas e revogadas à luz de um discurso neoliberal e globalizado (v. Burocracia & Consenso de Washington).

Outro ponto que deve ser considerado e que é muito realçado pela historiografia está relacionado ao processo de elaboração da legislação trabalhista no Brasil. Algumas interpretações consideram que a legislação foi doada aos trabalhadores pelo Estado, que conseguiu se antecipar aos movimentos reivindicatórios e, por isso mesmo, pode colocá-los sob seu controle. (v. Estado Novo: Historiografia) Por outro lado, essa ideia é combatida com o argumento de que essas interpretações fazem parte da chamada “ideologia da outorga” elaborada pelo governo Vargas e sucessores, que visa suprimir da memória

o poder de organização e de reivindicação dos trabalhadores, estigmatizando-os como impotentes e incapazes de lutar pelos seus direitos (v. Estado do Bem-Estar Social).

Angelo Priori

Referências Bibliográficas:

COSTA, Sérgio Amad. Estado e controle sindical no Brasil. São Paulo, T.A Queiroz, 1986.

GOMES, Angela Maria de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917–1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

MORAES FILHO, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

MUNAKATA, Kazumi. A legislação trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Col. Tudo é História, Vol. 32).

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA RURAL. Historicamente, a legislação trabalhista no Brasil atingiu primeiramente o operariado urbano e não os boias-frias, camponeses ou outro tipo de trabalhador do setor. A própria CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), editada em 1943, excluía os trabalhadores rurais dos benefícios sociais da legislação. Isso se deve em parte à atuação política da oligarquia rural na primeira metade do século, que procurava excluir de todas as formas as relações de trabalho do mundo agrário do debate em torno da legislação (v. Populismo & Camponês e Política). O debate acerca da legislação rural só tomou corpo a partir da década de 1950, motivado por dois fatores: a atuação de Getúlio Vargas em seu último mandato, visando estender a legislação social aos homens do campo; os diversos movimentos de camponeses que eclodiram nessa mesma década em todo o país — Ligas Camponesas no Nordeste, revolta de Trombas e Formoso em Goiás, Revolta de Porecatu e do Sudoeste no Paraná, proliferação dos Sindicatos de Traba-

lhadores Rurais no Sul/Sudeste do Brasil são alguns dos muitos exemplos que se poderiam citar (v. Estado Novo: Historiografia).

No entanto, o debate ganhou corpo a partir da apresentação no Congresso Nacional do projeto de lei visando criar um Estatuto para o trabalhador rural, feito pelo então deputado Fernando Ferrari em 6 de maio de 1960. Os principais pontos do projeto eram: garantia de salário-mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, estabilidade no emprego, indenização por demissão sem justa causa, além de extensos pontos sobre a regularização da sindicalização rural (v. Estado do Bem-Estar Social). A apresentação do projeto de lei e a sua aprovação três anos depois (Lei n.º 4.214 de 2 de março de 1963 — Estatuto do Trabalhador Rural) receberam importantes críticas das classes dominantes rurais (v. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade). Entre as mais contundentes, estavam a questão da estabilidade no emprego e da sindicalização rural, já que direitos como salário-mínimo, férias, aviso prévio estavam garantidos pela CLT, embora nunca tenham sido respeitados pelos proprietários rurais. Com relação à estabilidade no emprego, o discurso ruralista enfatizava que essa poderia gerar algumas “incompreensões sociais” que poderiam dificultar o relacionamento harmonizado entre trabalhadores e patrões (v. Corporativismo: Teoria). Para esses, os trabalhadores rurais, andarilhos por natureza e fascinados pela aventura do nomadismo, estariam sempre tentados a mudar recorrentemente de emprego com o propósito de receber a indenização pela estabilidade. Já no que tange à sindicalização, a preocupação das classes dominantes rurais era que essas entidades poderiam perturbar a paz social reinante no campo, enveredando-se por um caminho de modificações da estrutura econômica, social e jurídica da sociedade, já que essas entidades seriam passíveis da influência de “agitadores profissionais” (v. Anticomunismo).

A própria Sociedade Rural Brasileira, órgão máximo de representação das classes dominantes rurais, não negava a legislação trabalhista rural ou a sindicalização (v. Sindicato). No entanto, apelava que tanto os sindicatos quanto as leis deveriam servir como instrumentos de paz social, visando corrigir as incontestáveis iniquidades da estrutura agrária brasileira (v. Governabilidade). Na realidade, sabiam os ruralistas que a publicação de um Estatuto do Trabalhador Rural serviria não só para controlar as relações de trabalho no campo, mas também como um paliativo a uma ameaça mais séria: a luta pela

reforma agrária. Para finalizar, deve-se lembrar que a legislação trabalhista rural nada mais é que uma extensão da legislação trabalhista urbana ao homem do campo. O projeto do Estado e das classes dominantes era pensado a partir de uma estrutura e práticas sociais concretas: as relações de trabalho do assalariado urbano, não sendo consideradas as características constitutivas da existência camponesa, ou seja, as práticas e relações sociais dos trabalhadores rurais (v. Partido Político de Direita & Sociedade Civil).

Angelo Priori

Referências Bibliográficas:

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base, 1930–1964. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1983.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917–1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

MORAES FILHO, Evaristo. O problema do sindicato único no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural. *Revista Brasiliense*, Vol. 47. São Paulo, 1963. pp. 1–9.

PRIORI, Angelo. Legislação social trabalhista: a exclusão do trabalhador rural. *História*, Vol. 15. São Paulo, Unesp, 1996. pp. 287–302.

LEIS DE NUREMBERG. Expressão utilizada para caracterizar duas leis raciais do governo Nacional-Socialista, promulgadas em setembro de 1935 no Congresso do Partido, em Nuremberg: a Lei de Proteção ao Sangue Alemão e à Honra Alemã e a Lei de Cidadania do Reich. Adotadas por unanimidade pelo Parlamento, reunido em sessão extraordinária em Nuremberg, essas medidas foram justificadas por Hitler como réplica ao boicote judeu no exterior. Marcadas pelo caráter eugênico da Visão de Mundo — *Weltanschauung* — já apresentada nos Vinte e Cinco Pontos do Programa do Partido Nazista e em Mein Kampf, as leis procuravam definir a essência racial de um legítimo ale-

mão, tomando-a como base jurídica para a segregação dos judeus do corpo social. Esta situação, que já vinha sendo gradativamente implementada desde a chegada de Hitler ao poder, teve sua primeira expressão institucionalizada com a operação boicote no dia 1º de abril de 1933 (v. Totalitarismo). Alguns dias mais tarde, as Leis de Restauração da Função Pública excluíram os judeus de diversas áreas profissionais e limitaram a participação de alunos judeus em escolas e universidades. Em julho de 1933, uma lei retroativa revogou as naturalizações judaicas realizadas na República de Weimar, especificamente no caso de judeus da Europa Oriental (v. Fascismo & Inimigo).

Em Nuremberg, a Lei de Cidadania do Reich estabeleceu uma distinção entre os que tinham sangue alemão, considerados cidadãos do Reich (*Reichsbürger*) — e, por isso, detentores de direitos políticos e civis — e aqueles que eram portadores de sangue judeu, que passavam a ser considerados membros subordinados do Estado Alemão (*Staatsangehörige*), sem o *status* de cidadãos do Reich (v. Völkisch). Nessa esteira antisemita, muitas discussões se seguiram para definir mais precisamente o direito positivo do judeu. As diferentes esferas do poder Nacional-Socialista debatiam acirradamente suas posições em torno da questão. Enquanto Hjalmar Schacht, ministro da Economia, apontava que a moderação em relação à questão judaica garantiria uma repercussão positiva aos interesses econômicos alemães no panorama internacional, Walter Gross, responsável pela Agência de Política Racial do Partido Nazista, exigia maior clareza e atitude em relação à definição do problema, possibilitando a aplicabilidade imediata das Leis de Nuremberg. Em novembro de 1935, a definição foi estabelecida a partir da premissa de que o judeu é aquele que possui três avós puramente judeus, sendo esta ancestralidade estabelecida a partir do pertencimento à comunidade religiosa judaica. Os “casos duvidosos” eram analisados por diversas comissões de “especialistas”, responsáveis por medições antropométricas e outras identificações de caracteres somáticos hereditários tidos como típicos de judeus. Uma obra basilar neste sentido foi desenvolvida por Otto von Verschuer, o *Manual de Eugenia e Hereditariedade Humanas*, verdadeiro referencial para os aferidores do critério racial judaico (v. Natureza). A estes “especialistas” se juntaram milhares de padres católicos, disponibilizando à burocracia nazista registros de casamento e batismo, o que tornava a aferição em torno da pureza de sangue mais eficaz (v. Conservadorismo & Ideologia).

A segunda lei estabelecida em Nuremberg, a Lei de Proteção ao Sangue Alemão, estabelecia o impedimento de casamentos ou qualquer intercuro sexual entre judeus e alemães. Um de seus artigos proibia que qualquer alemã com menos de 45 anos trabalhasse na casa de judeus. As penas aos infratores variavam entre trabalhos forçados e prisão, tendo sido radicalizadas com a noção de crime contra a raça (*Rassenschande*), levando à pena de morte (v. Autoritarismo, Ditadura & Repressão e Violência). Uma vez que o sangue constituía um elemento central dentro da concepção nazista, considerado responsável pela transmissão de caracteres nacionais e raciais, as restrições impostas aos judeus foram, um pouco mais tarde, também estendidas a negros e ciganos (v. Alteridade & EICHMANN, O Caso).

Mais de 200 decretos referentes a questões raciais foram implementados depois da aplicação das Leis de Nuremberg. Em 1941, foi estabelecido que todo judeu deveria usar publicamente presa à roupa a estrela de David amarela com a inscrição “*Jude*” em preto, tornando-os claramente identificáveis. Em 1943, antecipando a Solução Final, um último decreto fez dos judeus estrangeiros na Alemanha (v. Holocausto & Campos de Concentração).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

ARENDR, Hannah. Eichmann em Jerusalém. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

BURRIN, Philippe. Hitler e os judeus. Porto Alegre, L&PM, 1990.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

MARRUS, Michael R. The Holocaust in History. Londres, Penguin Books, 1987.

POLIAKOV, León. Breviaire de la Haine. Paris, Éditions Complexe, 1986.

LEOPOLDO LÓPEZ. Eduardo Leopoldo López Mendoza é político venezuelano, uma das principais lideranças da oposição de direita ao chavismo. Nasceu em Caracas a 29 de abril de 1971 em uma família da elite econômica do país.

Seu pai, Leopoldo López Gil, foi empresário e diretor do *El Nacional*, um dos principais periódicos de oposição no país. O avô materno, Eduardo Mendoza Goiticoa fora ministro da Agricultura no governo de Rómulo Betancourt entre 1945 e 1948. Leopoldo López frequentou a rede particular de ensino, estudando no Colégio Santiago de Leão de Caracas. Obteve formação em Economia pela Hun School de Princeton, doutorado em Sociologia pelo Colégio Kenyon de Gambier, Ohio (1993). Obteve ainda título de Mestre em Políticas Públicas pela Harvard Kennedy School (1996).

López trabalhou como analista da PDVSA entre 1996 e 1999, empresa em que sua mãe, Antonieta Mendoza, assumiu em 1998 a Vice-presidência em Assuntos Corporativos. Ao mesmo tempo em que trabalhava na estatal petroleira, López era professor de Economia da Universidade Católica Andrés Bello de Caracas.

Foi cofundador do partido de direita Primero Justicia (PJ) em 1992, demarcando sua entrada na política, mas passou a ter papel de destaque somente a partir da década seguinte, como opositor do governo de Hugo Chávez. Já no ano de 2000, elegeu-se prefeito de Chacao, municipalidade no leste da região metropolitana de Caracas, onde vivem contingentes de moradores de classes alta e média. Em 2002, estimulou as manifestações de rua contra o presidente Chávez, tendo participado ativamente do golpe de Estado contra o mandatário em abril. Imagens do documentário *A revolução não será televisionada* mostram a presença de López e de Henrique Capriles no aprisionamento de cidadãos no Ministério do Interior. Como prefeito, permitiu o uso da Plaza Francia por manifestantes favoráveis ao *Paro Petrolero*, paralisação da PEDVSA e *lockout* empresarial contra o governo chavista entre fins de 2002 e início de 2003. López foi um dos protagonistas da linha golpista e de estímulos a ações de rua, que predominou na direita venezuelana de 2002 a 2006, quando a maioria de seus partidos pregava o boicote aos pleitos eleitorais.

Em 2004 foi reeleito prefeito de Chaco, mas foi impedido de disputar mais uma reeleição em 2008 pela Provedoria Geral sob acusação de malversação do erário. A oposição venezuelana e instituições ligadas a Washington, como a Comissão de Direitos Humanos Interamericana, acusaram perseguição política, mas a justiça da Venezuela alegou irregularidades administrativas e retirou os direitos políticos de López até 2014. Em 2009, liderou a forma-

ção do partido de direita Voluntad Popular (VP). Em seu manifesto, o partido se declara social-democrata, progressista e de esquerda, mas defende o empreendedorismo e a propriedade privada. O manifesto do VP ainda apoia a economia de mercado e se opõe ao controle do Estado no ramo do petróleo. O partido viria a priorizar ações para a derrocada, primeiro de Chávez depois de Maduro, do poder, corroborando sua caracterização como partido de direita. Seu discurso “social-democrata”, defendendo a democracia participativa e programas sociais, é explicável no contexto das conquistas sociais da Revolução Bolivariana.

Ainda em 2009, o partido de López participou da formação da Mesa de Unidade Democrática (MUD), que buscava reunir todos os partidos de oposição de direito numa aliança eleitoral. Naquele momento, os partidos opositores abandonaram as táticas golpistas de 2002 e 2003 e os boicotes eleitorais de 2005 e 2006, passando a disputar eleitoralmente com o chavismo. Em 2010, elegeram uma expressiva bancada para a Assembleia Nacional, enquanto o chavismo passou de maioria absoluta para maioria simples. Nas eleições presidenciais de 2012 e 2013, a MUD apresentou-se unida em torno da candidatura de Henrique Capriles contra Chávez e Maduro respectivamente. Nesse último pleito, Capriles perdeu por uma margem apertada, pouco mais de 1,5% dos votos.

Naquele momento, López disputava com Capriles a liderança da oposição de direita. O último era líder dos setores moderados, que propunham a disputa eleitoral como único caminho para ascensão ao poder, enquanto López liderava os setores mais radicais, defensores de ações de rua contra o governo chavista. A eleição apertada de 2013 levou a nova cisão entre a oposição de direita. O grupo liderado por López não aceitou os resultados eleitorais, acusando sem provas Maduro de fraude. Nas eleições municipais de dezembro de 2013, o chavismo obteve vitórias sobre a oposição na grande maioria das municipalidades. Capriles aceitou os resultados eleitorais, enquanto López e outras lideranças da direita radical, como Maria Corina Machado e Antonio Ledezma, desencadearam no início de 2014 a chamada *La salida*, onda de protestos de rua contra Maduro, que objetivava derrubá-lo do governo ou forçar sua renúncia. Os protestos foram demarcados pela violência, tanto por parte das forças policiais governistas como pelos manifestantes, que recorreram a ações violentas contra bens públicos e simpatizantes do chavismo nas cha-

madas *guarimbas*. O saldo da violência foi de dezenas de mortos de ambos os lados.

Por ocasião de sua ativa participação nos movimentos de protestos, López foi acusado de incitação ao motim e ao terrorismo, sendo decretada sua prisão em 16 de fevereiro de 2014. A oposição de direita e a grande mídia internacional, a começar pela agência Reuters, voltaram a acusar perseguição política do chavismo contra o líder opositor. No dia 18, López se entregou à Guarda Nacional durante manifestação de protesto dos opositores. Foi preso e, em 2015, condenado a 13 anos e nove meses de prisão. A partir de 2017, passou para o regime de prisão domiciliar.

Em 2015, a oposição obteve sua maior vitória eleitoral ao conquistar maioria parlamentar na Assembleia Nacional, em meio a uma gravíssima crise econômica desencadeada pela baixa do preço do petróleo no mercado mundial e agravada pelas sistemáticas sanções impostas pelos EUA. Ao invés de oferecer alternativas programáticas, os partidos opositores decidiram priorizar a utilização do parlamento para tentar derrubar Maduro, votando de forma ilegal seu afastamento. O Supremo Tribunal de Justiça declarou a Assembleia Nacional em desacato e, quando o judiciário tentou usurpar as funções parlamentares em 2017, a oposição lançou mais uma onda de protestos. Diversas manifestações de rua, contra e a favor do chavismo, espalharam-se pelo país. Novamente descambou-se em violência de ambos os lados, ao nível maior do que três anos antes, proporcionando centenas de baixas. No final de 2017, realizaram-se eleições regionais em que surpreendentemente o chavismo venceu a MUD por cerca de 55% a 45% dos votos. A derrota eleitoral levou a maioria dos partidos de oposição de direita a voltar a boicotar os processos eleitorais, decidindo a não participar das eleições presidenciais de 2018, em que Maduro foi reeleito praticamente sem opositores.

No início de 2019, a oposição não reconheceu a legitimidade do novo mandato de Maduro, enquanto Juan Guaidó, recém-eleito para presidir a Assembleia Nacional, autoproclamou-se “presidente interino” do país. Guaidó obteve reconhecimento dos EUA, da maioria dos países da UE e de governos de direita da América Latina, mas não teve sucesso nos intuitos de derrubar Maduro do poder. No dia 30 de abril de 2019, por ocasião de uma rebelião de alguns militares desertores na base aérea La Carlota, Leopoldo López deixou ilegal-

mente a prisão domiciliar para se juntar a Juan Guaidó em mais um intuito de destituir o governo chavista. Com o fracasso de mais uma tentativa de golpe, López buscou refúgio, primeiro na embaixada do Chile e, em seguida, da Espanha. Em 24 de outubro de 2020, López deixou clandestinamente a embaixada espanhola e fugiu para Colômbia. De Bogotá embarcou para Madri, onde vive exilado até o momento.

Eduardo Scheidt

Bibliografia:

BARRIGA, Lautaro; SZULMAN, Martín. Nuevas derechas en América Latina, radiografía de una configuración política. Los casos de Argentina, Ecuador y Venezuela. In: **Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**. Año 2, N° 3. Córdoba (Argentina): 2014, p. 117–128.

GONZÁLEZ, Ibiskay. La democracia como estrategia política de la derecha venezolana. In: CANNON, Barry; RANGEL, Patricia (orgs). **Resurgimiento de la derecha en América Latina**. Barcelona: Revista CIDOB d'Afers Internacionals, n.º 126, 2020, p. 163–184.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

MANIFESTO DE VOLUNTAD POPULAR. Disponível em <<https://www.slideshare.net/lavzlaqq/manifiesto-de-voluntad-popular-5063002>>. Consultado em 28 fev. 2022.

SCHEIDT, Eduardo. 20 anos da Revolução Bolivariana na Venezuela: um balanço em perspectiva histórica. In: SARMIENTO, Érica; ARAUJO, Rafael (orgs.). **América Latina em debate: questões do tempo presente**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2021, p. 288–313.

STEFANONI, Pablo. **¿La rebeldía se volvió de derecha?** Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2021.

LE PEN, Jean-Marie. (Nascido a 20 de junho de 1928). Fundador e atual presidente da Frente Nacional francesa, nasceu em uma família de pescadores da Bretanha. Muito cedo tornou-se órfão de pai e fez seus estudos secundaristas no ensino católico. Malgrado afirme ter combatido a ocupação nazista com

os *maquisards*, nada prova que ele tenha pertencido à Resistência: ele mesmo reconhece ter mantido consigo, até 1945, uma foto de Pétain e ter lido Maurras e Brasillach (v. Regime de Vichy e os Judeus). Em 1947, torna-se estudante de direito em Paris e milita brevemente (1948) com os regalistas, que editam o jornal *Aspectos da França* (v. Revolução). Em 1950–1951, Le Pen preside um sindicato estudantil, a *Corporação dos Estudantes de Direito*, claramente orientada para a direita, e participa da campanha eleitoral do deputado Jacques Isorni, antigo advogado de Pétain. Em 1953–1954, ele se engaja voluntariamente na armada francesa que combate no Vietnã (v. Neocolonialismo).

O seu primeiro efetivo combate político data de 1955: ele se torna um dos dirigentes do movimento populista e xenófobo de Pierre Poujade e, em 1956, é eleito deputado deste último (permanecendo deputado até 1962) (v. Autarquia). Durante a guerra da Argélia, Le Pen dirige alguns grupos favoráveis à Argélia francesa, como a *Frente Nacional dos Combatentes* e a *Frente Nacional pela Argélia Francesa*, mas não faz parte da OAS (v. Geopolítica). Atingido pela onda gaullista consecutiva à questão do *putsch* militar de 1961, Le Pen reaparece em 1965 como o diretor da campanha presidencial de Jean-Louis Tixier-Vignacourt, candidato da extrema-direita que obteve 5,27% dos votos (v. Partido Político de Direita). Desde essa época, ele guardou um antigauillismo visceral e uma xenofobia antiárabe bastante virulenta. Logo em seguida, ele desaparece da cena política até 5 de outubro de 1972, data da fundação da Frente Nacional, da qual se tornou presidente. Sucessivamente eleito municipal de Paris (1983), deputado europeu (1984) e deputado na Assembleia Nacional (1986), Le Pen exerce no aparelho da FN uma autoridade todo-poderosa. Ele é o *élément fédérateur* que permite as tendências ideológicas opostas do partido (católicos integristas, novos pagãos, conservadores reacionários) coexistirem; além disso, o seu talento de tribuno facilitou o impacto do discurso do partido na opinião pública (v. Conservadorismo, Fascismo & Ideologia).

Le Pen não é um ideólogo: indiferente à questão religiosa, é um pessimista conservador, herdeiro de Barrès e das ligas dos anos de 1930. O seu ideal é um governo autoritário, não democrático, nacionalista e visceralmente anti-comunista, xenófobo e hostil ao judaísmo (v. Anticomunismo, Autoritarismo & Ditadura). Em matéria de economia, é um partidário da pequena empresa,

favorável a um Estado não intervencionista (v. Burocracia & Estado do Bem-Estar Social).

Favorável aos Estados Unidos durante a Guerra Fria, Le Pen evoluiu em direção do antiamericanismo e é bastante contrário a toda forma de união supranacional europeia (v. Europa & Chauvinismo). Pouco numerosos, os livros de Le Pen não fazem mais do que repetir e comentar o programa da FN (v. Aborto). Pode-se registrar: *Les français d'abord* (1984) e *La France est de retour* (1985). (v. Nouvelle Droite & Neorracismo Diferencialista).

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

BRESSON, Gilles; LIONNET, Christian. Le Pen: biographie. Paris, Éditions du Seuil, 1994.

CAMUS, Jean-Yves. Le Front national: histoire et analyses. Paris, Éditions Olivier Laurens, 1996.

DARMON, Michaël; ROSSO, Romain. L'après Le Pen. Paris, Éditions du Seuil, 1998.

MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal (Dirs.). Le Front National à découvert. Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996

PERRINEAU, Pascal. Le symptôme Le Pen. Paris, Fayard, 1997.

LIBERALISMO. Duas noções parecem centrais para a compreensão deste conceito: *indivíduo e mercado*. Como não são termos exclusivos do liberalismo, seria interessante poder percebê-los em seu limite a partir daquilo que negam e afirmam e os enquadramentos possíveis no campo da direita. O indivíduo como agente político e agente econômico se constrói a partir da negação daquilo que o anularia: a organização política e social concebida nos termos da Revolução Francesa como Antigo Regime. Eliminadas as barreiras jurídicas e políticas da sociedade estamental-patrimonial que impediam a expressão do indivíduo como categoria política, ele está livre para se tornar potencialmente um agente político pleno. Aqui há um elemento de universalidade que

os conservadores antiliberais criticariam como mera “abstração” iluminista distante das necessidades “históricas” de cada lugar: todo homem é potencialmente ator político. Para completar esta ideia, segue-se a abstração do mercado: todos os indivíduos atuantes na produção de bens, ao concorrerem livremente entre si com vista ao lucro, acabam por produzir uma riqueza que através do próprio sistema comercial é redistribuída. Neste sistema, o Estado atua como quem mantém a ordem (no sentido policial), ou seja, protege a propriedade e elimina todas as barreiras que possam impedir o livre fluxo de bens e pessoas — e, indiretamente, ideias e valores (v. Burocracia).

Antes da experiência democrática de 1848 na França, o liberalismo não se confundia com igualitarismo social. O tema da igualdade foi constituído originalmente em termos estritamente jurídicos como resposta ao sistema de privilégios no Antigo Regime; daí, em relação a este, soava revolucionário apregoar a “igualdade perante as leis”. O indivíduo liberal poderia, assim, desabrochar: a afirmação de tal igualdade significava a eliminação de todos os privilégios jurisdicionais que impediam a unidade econômica e fiscal dos territórios nos termos da compreensão de mercado no pensamento econômico liberal. Sob tais novas bases, o sucesso ou o fracasso econômico não seria algo dado previamente pelo nascimento, mas uma questão de mérito individual. A equação entre este tipo de mérito e a capacidade política foi logo institucionalizada com a montagem do sistema parlamentar baseado no voto censitário. Em termos simples, pode-se dizer que a capacidade política plena (votar e ser votado) tinha como elemento ratificador a desigualdade social e, diferentemente da crítica conservadora antiliberal, pressupunha a arena política como lugar de expressão do conflito de ideias e interesses — embora este lugar esteja enquadrado num parlamento *aristoi* — que não é, pois, uma exclusividade da democracia. Por isso, poder-se-á falar, nos termos do século XIX, em conservadores liberais e conservadores antiliberais, estando ambos em oposição ao alargamento da capacidade política do indivíduo nos termos da isonomia democrática, reivindicada pelos liberais democratas (v. Baderna). Como a capacidade política é ratificada pela riqueza e não pelo nascimento, a nova *aristoi* pode se gabar de estar fazendo um governo *para o povo*, embora não *do povo* ou *através do povo*: o governo é para o povo, uma vez que os meritocratas ativam o fluxo do mercado e, assim, tornam-se os principais agentes econômicos na circulação de bens, pessoas e informação, possibilitando

que outras individualidades possam se manifestar em diferentes lugares. No entanto, não se deve confundir: no Brasil oitocentista, durante o período de vigência da escravidão, o escravo fazia parte da *população* e não do *povo* — este, sim, tinha uma capacidade política reconhecida como em potência (v. Conservadorismo & Conservadorismo no Brasil Império).

Durante a primeira metade do século XX, a chamada *questão social* tornar-se-ia algo que não mais se poderia resolver com um Estado policaiesco a proteger os bens dos meritocratas e com o suposto efeito autorregulativo do mercado na distribuição de bens. O Estado tornar-se-ia um agente social a interferir no mercado a partir de leis sociais que protegem o trabalhador dos efeitos avassaladores da concorrência econômica, atenuando a exclusão social e os potenciais abalos à ordem estabelecida (v. Estado do Bem-estar Social). Seja em versão mais politicamente democrática (liberal-democracia) ou em versão mais politicamente antidemocrática (fascismo), o Estado social seria uma alternativa fora dos termos do liberalismo econômico para a manutenção do capitalismo, reduzindo as pressões sociais (v. Ideologia). Este modelo entraria em crise entre as décadas de 1970 e 1990, reacendendo os apelativos do mercado como elemento de progresso social e o agora encarado “paternalismo de Estado” como um entrave à livre expressão das iniciativas econômicas individuais que pesou injustamente por décadas sobre as elites empresariais (v. Darwinismo Social & Natureza).

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, UNESP, 1995.

RÉMOND, René. O Século XIX, 1815–1914. São Paulo, Cultrix, 1974.

RENAUT, Alain. O Indivíduo: reflexões acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Mutações do Mundo do Trabalho. Rio de Janeiro, SENAC, 1999.

LIBERDADE. Em 2017, em uma conhecida organização conservadora, financiadora dos quadros da Direita do Partido Republicano, e sustentada pela indústria armamentista americana, a Associação Nacional do Rifle/NRA, o então presidente Trump fez um contundente discurso em defesa da “Liberdade”. Qual “Liberdade”? Para Trump, e a Extrema-Direita, “Liberdade” aponta para a Segunda Emenda da Constituição Americana que estabelece, conforme o espírito da sua época, o direito de posse e condução de armas pelo cidadão americano. Pela Segunda Emenda o Direito de portar armas, reafirmado pela Suprema Corte em 2008, é equiparado ao Direito de Voto, e como tal inviolável. Para a maioria dos defensores da posse de armas de fogo — mais de 330 milhões de armas nos EUA — elas permitem que cidadãos de bem garantam a realização dos preceitos de segurança e de cidadania, e que não corram o risco de que, eventualmente, se implante uma Tirania no país. Eventos brutais como o massacre de jovens em Columbine High School, em 1999, quando 12 alunos foram mortos, ou a Invasão do Capitólio em 06/01/2021, colocam em séria dúvida a questão das armas livremente disponíveis para a cidadania e a capacidade de cidadãos de defender as instituições.

O argumento de restrição da “Liberdade” também vem sendo aplicado à vacinação contra a covid-19, como sendo uma “tirania da vacina”, em especial em movimentos anti-vax nos EUA, Brasil e alguns países da Europa ocidental. Mais uma vez essa “Liberdade” suposta trata de constituir-se enquanto Liberdade do “indivíduo” contra as normas de Bem-estar e de Bem-viver do conjunto da população organizada na forma da Nação. Os valores do indivíduo, considerados argumentativamente, são mais valiosos do que as decisões democraticamente tomadas pela comunidade, mesmo que tais valores individuais coloquem em risco o conjunto da comunidade. É esse o sentido de “Liberdade” defendido por Trump e emulado por seus seguidores, em especial os antivacinas no Brasil.

A “Liberdade” defendida não é a liberdade da nação — aliás pouco prezada — nem do conjunto da população frente a um risco eminente, merecendo ações preventivas ou preemptivas, mas a “Liberdade” de indivíduos ou grupos de exercer “direitos” derivados de privilégios antigos, inscritos na tradição confundida com “Liberdade”, mesmo que em detrimento da maioria. O que a Segunda Emenda garante, e cristaliza, como expressão de sua época, é uma resposta simultânea de recusa ao Absolutismo (britânico, expresso nas exi-

gências fiscais) e, concomitantemente, ao medo da emergência de uma nova “Tirania”, desta feita de uma “Tirania” popular, expressão no voto da maioria. Daí a complexidade e arcaísmo do sistema eleitoral norte-americano, distinguindo votantes “primários” e “grandes eleitores” que ao final levam o “balaio” total dos votos por estados da União. O modelo de democracia francesa e a “ditadura da maioria”, expressa no voto direto, era o grande temor dos legisladores quando da redação da Constituição de 1787. Neste sentido, a Independência, em 1776, é um valor absoluto, mas as normas e restituições, expressas na Constituição, em 1787, são menos importantes que 1787 e mereceram, de imediato, emendas esclarecedoras.

A argumentação já utilizada contra o absolutismo régio será atualizada contra o absolutismo do povo. Na expressão de Edmund Burke, nem tirania do rei, nem tirania da massa.

Neste sentido, é importante marcar a origem e conteúdo diferenciado de tal conceito liberdade. Enquanto no pensamento liberal refere-se à esfera de ação do indivíduo, no pensamento conservador liberdade é concebida como a garantia da autonomia dos diversos corpos sociais, no interior dos quais — e só aí — os indivíduos se qualificam. Fora de tais corpos não há liberdade, posto que a atomização do indivíduo é a desordem. Kurt Von Raumer, utilizando recursos do idioma alemão, contraporia uma *Korporative Libertät* a uma *Persönliche Freiheit*, como forma de evidenciar as diferenças. A “Liberdade” conservadora, pois, proposta pelos movimentos trumpistas, bolsonaristas e afins, é um retorno ao passado, uma liberdade restrita apenas a pequenos grupos, a liberdade de desobediência ao ordenamento jurídico construído democraticamente pela maioria, considerado “tirania” exatamente por serem tais homens a minoria sem chances de organizar-se em torno de uma maioria que seja democrática e esclarecida.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referência:

Teixeira da Silva, Francisco C. O Concerto das Nações. Conservadores, Reacionários e Fascistas. Recife: Edufe, 2020.

LIGA DE DEFESA NACIONAL. Criada em 1916 e existente até hoje, surgiu numa conjuntura de intenso debate político e ideológico. Por um lado, havia a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e a crítica que lhe fazia um leque variado de opositores: socialistas, anarquistas e “pacifistas”. Por outro lado, internamente, o *status quo* era ameaçado por movimentos como a guerra do Contestado (1912–1916) e as greves operárias, que tiveram o seu auge em 1917 (v. Camponês e Política & Revolução). Os partidos políticos, nessa conjuntura, mostravam-se despreparados para o combate ideológico, daí o surgimento de uma organização como a Liga de Defesa Nacional que, mesmo sem ter vínculo político-partidário, atuou com bastante desenvoltura na defesa dos interesses nela representados. A Liga foi a instituição que viabilizou no mundo civil, particularmente entre as até então arreadas camadas dirigentes, a efetivação do serviço militar obrigatório (v. Prussianismos Brasileiros). O entusiasmo com que incorporou essa campanha iniciada com um grupo militar demonstra a existência de um projeto comum. Este projeto é o do Exército que assegura a defesa nacional contra os inimigos: externos e internos. E, além disso, havia um entendimento único a respeito da intervenção militar na política. Esta só seria aceitável quando imperasse a “necessidade nacional”, isto é, nas grandes questões nacionais, como a Proclamação da República, em que o Exército atuou sem quebra da hierarquia (v. Militarismo). Assim, deveria ser vedado ao Exército a interferência nas questões interoligárquicas, como a “Política das Salvações” levada a cabo pelo presidente Hermes da Fonseca (v. Centenário de Nascimento de Olavo Bilac).

Idealizada por Pedro Lessa e Miguel Calmon, a Liga de Defesa Nacional teve em Olavo Bilac o seu mais brilhante tribuno. A direção ficava a cargo de 50 membros e a lista de seus primeiros ocupantes demonstra o quanto as camadas mais favorecidas da sociedade brasileira estavam interessadas neste tipo de iniciativa: havia ministros de Estado, deputados, senadores magistrados, representantes do comércio, da indústria, da agricultura e do mundo acadêmico, militares graduados, dirigentes esportivos, professores, jornalistas e ainda um membro da Igreja Católica (v. Conservadorismo no Brasil República). Nas palavras de Bilac, o esforço da Liga se fazia necessário porque o patriotismo estava se perdendo e se dispersando e, para completar, a desorganização resultante da combinação de diversos fatores propiciava o desânimo e o descontentamento (v. Conservadorismo). A Liga vinha, assim, protestar e

reagir contra “esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento”. A defesa nacional, que era o que dava nome à Liga, abarcava toda a vida social. Embora a Liga tenha surgido no bojo da campanha pela implantação do serviço militar obrigatório, ela não se esgotava na perseguição desse propósito, não só porque o conceito de defesa nacional era bastante amplo, como também porque o fim último da Liga era a coesão operada, naturalmente, por quem estava apto a fazê-la: as elites representadas no Diretório Central (v. Autarquia). Nas finalidades definidas em seu Estatuto, a palavra-chave é integridade, que se opõe à dispersão, à desorganização, à anarquia. A coesão e a integridade se fazem com prosperidade e segurança, o que só diz respeito àqueles que têm algo a preservar. A integridade nacional, que é a integridade de uma determinada nação que as elites procuram construir, obtinha-se por dois movimentos: o primeiro é a busca de todas as adesões possíveis, através de uma ampla campanha de educação cívica complementada pela educação militar, que atingiria desde escolas, instituições de caridade e seminários até as associações comerciais, industriais e esportivas, passando ao largo das concentrações de trabalhadores (v. Civismo). Esse processo de adesão deveria incluir, ainda, os núcleos coloniais de imigrantes, isolados da “vida nacional”. O segundo movimento era o combate a tudo aquilo que não pudesse ser integrado à nação. Essa massa de indesejáveis já havia sido nomeada pelos “jovens turcos” e por Bilac: era o “rebotallo da sociedade”, que provocava aquela “efervescência” tão indesejada e as “enxurradas sociais” que só o Exército poderia deter (v. Natureza). Constituía, pois, um segmento social para o qual não havia lugar naquela nação ideal — uma vez depurada de mestiços, vagabundos e analfabetos (v. Eugenia & PENNA, Belisário).

O encaminhamento dessa luta, que buscava simultaneamente a inclusão e a exclusão de segmentos sociais, necessitava de uma estrutura que o sustentasse. A Liga ficou organizada da seguinte maneira: o presidente seria o presidente da República; abaixo dele viria o Diretório Central, composto por 50 personalidades, substituídas geralmente por falecimentos; dentre elas, seriam escolhidos um presidente, 11 vice-presidentes, uma Comissão Executiva e um Conselho Fiscal. Ao Diretório Central caberia a tarefa de “superintender toda a ação material e moral da Liga”, o que faria auxiliado pelos dois órgãos citados e pelos Diretórios Regionais, que o Diretório Central também nomearia. A primeira Comissão Executiva do Diretório Central foi composta

pelos idealizadores da Liga: o presidente seria Pedro Lessa; o vice-presidente, Miguel Calmon; o secretário-geral, Olavo Bilac. Decorridos dois meses de sua criação, já era grande o número de sócios beneméritos, remidos e efetivos: empresas, fábricas, clubes, associações patronais e de empregados e, ainda, militares, políticos, profissionais liberais. Ao terminar o ano de 1916, já estavam construídos 19 Diretórios Regionais (v. Ideologia).

Leila Maria Corrêa Capela

Referências Bibliográficas:

CAPELA, Leila Maria Corrêa. As malhas de aço do tecido social: a revista *A Defesa Nacional* e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985. (mimeo.)

LIGA ELEITORAL CATÓLICA (LEC). Associação civil de âmbito nacional, criada em 1932 no Rio de Janeiro por Dom Sebastião Leme Silveira Cintra e auxiliada por Alceu Amoroso Lima. Foi construída pela Igreja Católica visando influir de modo direto na vida política do país, de forma a mobilizar o eleitorado católico no apoio a candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais. Esta preocupação surge pelo fato de a Igreja, no período de 1930, ter mudado o seu estatuto jurídico na sociedade brasileira no sentido de prestar seu concurso espiritual e ideológico ao fortalecimento do Estado e do bloco das classes dominantes face à ascensão política das classes subalternas. Como não agradava à cúpula da Igreja a fundação de um partido político, optou-se por esta frente suprapartidária (v. Política & Revolução). Possuía como finalidade a instrução, congregação e alistamento do eleitorado católico para assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis (v. Partido Político de Direita). Para ser candidato da LEC, ou por ela apoiada, o pretendente precisava defender o programa estipulado em dez pontos: promulgação da constituição em nome de Deus;

defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência das famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso; incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias e normais da União, do Estado e do município; regulamentação da assistência religiosa facultativa nas prisões, hospitais, etc.; liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tivessem as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento dos serviços eclesiais de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar; decretação da legislação trabalhista inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrariasse, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica (v. Ação Católica & Rerum Novarum). A política social defendida pela LEC incluía a regulamentação dos salários de modo a atingir um “salário familiar” sem prejuízo econômico para as empresas; a instituição do seguro social para casos de doença, acidente e desemprego; a administração política e a representação legislativa das organizações profissionais nos conselhos nacionais de trabalho e economia; a unificação da legislação trabalhista e a criação de cooperativas de produtores e consumidores. As questões sociais, assim como os sete últimos pontos do programa, não eram consideradas imprescindíveis para o apoio da LEC a um candidato. O programa mínimo se baseava nos três primeiros pontos do programa. A constituição de 1934 consagraria a assistência espiritual nos estabelecimentos oficiais e militares, o casamento religioso adquiriria validade civil e o divórcio seria proibido; o ensino religioso seria inserido dentro das disciplinas escolares; os membros das ordens religiosas passariam a ter direito de voto; as escolas católicas passariam a receber subvenção oficial do Estado e algumas facilidades jurídicas seriam dadas às associações religiosas. Tais conquistas não foram retiradas com a implantação do Estado Novo no Brasil em 10 de novembro de 1937 — embora neste período a LEC tenha ficado inativa — e nem mesmo com a constituinte de 1946. Nas eleições presidenciais de 1945, apoiou Eduardo Gomes e, nas de 1950, Getúlio Vargas. Em 1964,

a LEC passou a denominar-se Aliança Eleitoral pela Família (v. Camponês e Política & Governabilidade).

Histórico. Em 1925, no governo de Artur Bernardes, homem inclinado à reforma constitucional, D. Leme e Jackson de Figueiredo, fundadores do Centro Dom Vital, iniciaram uma campanha para a aprovação de emendas religiosas à Constituição de 1891 que diziam respeito à educação religiosa nas escolas públicas e ao reconhecimento do catolicismo como religião oficial do país. Todavia, essas questões só entraram realmente na pauta política a partir de 1930, quando o governo Vargas, percebendo a força da Igreja junto à opinião pública, concede a ela privilégios que equivalem a um reconhecimento oficial, como a permissão para o ensino religioso nos cursos primário, secundário e normal e a liberdade para a organização sindical, o que, na prática, se referia a certa autorização para que aquela instituição organizasse sindicatos católicos. Adotadas em 1931, essas iniciativas significaram uma aproximação política entre a Igreja Católica e o governo provisório de Vargas. A reação do clero frente aos acontecimentos de 1930 foi de estranhamento, já que toda a sua lealdade estava com as oligarquias regionais, que até então dominavam a política nacional. Entretanto, as medidas adotadas favoráveis à Igreja serviram para uma aproximação entre os dois poderes. As lideranças católicas organizadas por D. Leme e Alceu Amoroso Lima aproveitaram o momento para implementar uma ofensiva política. Em 1932, foi criada a Coligação Católica, reunindo o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica e a Confederação de Operários Católicos. Ao mesmo tempo, recuperaram o projeto da década de 1920, envolveram todas as organizações católicas e iniciaram uma série de manifestações vinculadas às reivindicações da Igreja romana. Após muitos embates políticos, o governo provisório terminou por marcar eleições para a Assembleia Nacional Constituinte para o dia 3 de maio de 1933. Estavam, portanto, dadas as condições necessárias para que o projeto de mobilização da Igreja fosse implementado. Nesta oportunidade, Alceu Amoroso Lima e Heráclito Sobral Pinto, membros do Centro Dom Vital, sugeriram ao Cardeal D. Leme a possibilidade de a Igreja organizar um partido católico. Todavia, esta não era a estratégia de D. Leme, que pretendia atuar apartidariamente, aglutinando os fiéis de modo a torná-los um forte grupo de pressão política. Diante dessa estratégia, as lideranças clericais e leigas passaram a organizar, a partir do Centro Dom Vital, aquilo que se tornou a Liga Eleitoral Católica,

ou seja, um grupo de pressão que atuava acima dos partidos com grande desenvoltura e força (v. Comitês Anticomunistas).

Estrutura organizacional. A organização da entidade assentava-se sobre uma junta de âmbito nacional, estadual, regional e local. A sua presidência foi entregue a Pandiá Calógeras (título simbólico, pois a direção era de fato exercida pelo Cardeal Leme), um nome laico e conhecido em todo o país. Ele certamente daria à entidade o prestígio necessário. A secretaria-geral da Junta Nacional estava a cargo de Alceu Amoroso Lima, sendo constituída ainda por Aníbal Porto, Jônatas Serrano, Heitor da Silva, Plácido de Melo e Everardo Backhernser, todos homens da extrema confiança do Cardeal. A principal função da entidade era ser um grupo capaz de atuar na política nacional, publicar materiais relativos à campanha e potencializar os esforços da liga. As Juntas Estaduais ficariam submetidas à Junta Nacional e serviriam como caixa de ressonância das decisões da direção nacional naquilo que era o verdadeiro alvo da entidade: a indicação, ou não, de partidos ou candidatos comprometidos com o programa católico. As Juntas Regionais resolveriam os problemas de sua área de atuação, além de intermediar as Juntas Estaduais e Locais, que, por sua vez, atuavam como núcleo de organização de base e, sob a direção dos padres, funcionavam como elemento de mobilização, inscrição do eleitor e garantia dos votos dos católicos. Estatutariamente, a LEC era uma sociedade civil e laica, porém, na prática, a sua dinâmica organizacional e de poder era determinada pelos bispos e estava também estritamente vinculada ao Centro Dom Vital e ao Cardeal Leme (v. Ideologia).

Estratégia, programa e apoios. Imediatamente após a fundação da LEC, o Cardeal Leme tratou de trabalhar a sua implantação em todas as dioceses do país, criando uma verdadeira rede de apoio baseada na atuação paroquial. A partir de 1932, a liga intensificou sua propaganda através de artigos em diferentes jornais contra o Estado laico, o divórcio, a favor do ensino religioso e da divulgação dos nomes daqueles candidatos e partidos que mereciam ou não o voto católico. Às vésperas das eleições para a Constituinte, em março de 1932, a LEC divulgou seu programa, centrado em duas questões básicas: a defesa dos interesses políticos da Igreja Católica e de uma política social baseada nos princípios da sua doutrina social, propondo, desse modo, a promulgação da Constituinte em nome de Deus; a defesa do direito de propriedade e contra a subversão da ordem por qualquer legislação que pudesse sugerir a

oposição aos princípios fundamentais da doutrina católica; o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso; a adoção do programa de instrução religiosa na rede de ensino público de nível primário e secundário e, como programa mínimo, a assistência religiosa oficial às forças armadas, hospitais e prisões. Em relação ao mundo do trabalho, a liga propunha a pluralidade e liberdade sindical para que a organização de trabalhadores católicos pudesse ter as mesmas garantias dos sindicatos neutros. Era também de seu interesse a elaboração de uma legislação trabalhista para os clérigos inspirada nos princípios da doutrina do serviço militar obrigatório. A não-intervenção do Estado, cujo papel deveria ser apenas o de coordenador dos interesses gerais, e o discurso contra a “subversiva” doutrina socialista ainda marcaram o perfil ideológico da LEC (v. Anticomunismo). Ela recebeu o apoio de vários setores sociais, sendo que as diversas organizações católicas não só apoiaram como também foram fundamentais no processo de convencimento do conjunto da sociedade. Outro apoio importante foi o da Ação Integralista Brasileira (AIB), expresso através das páginas da revista A Ordem, de Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado. Contudo, a liga não indicou particularmente a AIB ao eleitorado porque, segundo orientação do Cardeal Leme, ela deveria ficar acima dos partidos. Nesse sentido, a instituição chegou a proibir que membros das suas juntas se candidatassem por qualquer legenda política, havendo apenas uma única exceção: a Liga Eleitoral Católica no Ceará, que se transformou num partido aglutinador das forças antitenentistas interventoras no estado, lançando candidatos próprios à Constituinte. A Liga Eleitoral Católica expandiu-se no Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Nos demais estados, juntamente com o Centro Dom Vital, também aliado às oligarquias locais, a liga exerceu influência sobre os principais partidos políticos, constituindo-se, pois, em um grupo de pressão aliado às legendas estaduais e contra as tendências liberais ou socialistas (v. Sociedade Civil).

A Constituinte de 1933. No dia 8 de novembro de 1933 foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. A questão do divórcio e do ensino religioso esquentou os principais debates travados por católicos liderados por Antônio Carlos de Andrada, deputado pelo Distrito Federal e presidente da Assembleia, pelo padre pernambucano Arruda Câmara e por quase toda a bancada paulista. O grupo de oposição à LEC, chamado de “inimigos da Igreja”, per-

tencia ou não à Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, entidade fundada no Distrito Federal no dia 7 de setembro de 1931 com a finalidade declarada de lutar contra a oficialização do catolicismo como religião do Estado. Os seus integrantes eram intelectuais não católicos, crentes ou não. A promulgação da Constituinte, sob a insígnia “colocando a nossa confiança em Deus”, aconteceu em julho de 1933, havendo a vitória das principais propostas da liga, já que, diante da fragilidade doutrinária dos partidos políticos do campo conservador, o seu programa era o único que tinha base ideológica consistente. A partir de então, passou a ser permitida a assistência religiosa nos estabelecimentos oficiais, o casamento religioso adquiriu validade civil, proibiu-se o divórcio e a educação religiosa foi prevista dentro do horário escolar. Além disso, os membros das ordens religiosas adquiriram o direito de voto, as escolas religiosas passaram a receber subvenções do Estado e foram asseguradas facilidades jurídicas às associações religiosas. Com a Constituição de 1934, foram rejeitadas as cláusulas promulgadas na sua antecessora (1891), consideradas pela Igreja como obstáculos à consecução dos seus objetivos (v. Conservadorismo).

Jessie Jane Vieira de Sousa

Referências Bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel. Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930–1983. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária/FGV/CPDOC, 1984.

AMORIM, Carlos. A influência do clero na constituinte de 1934. Rio de Janeiro, Ed. Moderna, 1925.

AMOROSO, Alceu Lima. Indicações políticas: da revolução à constituição. Rio de Janeiro, Agir, 1936.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de '30, o Estado Novo e a Redemocratização. In FAUSTO, Bóris (coord.). História da Civilização Brasileira, v.11. São Paulo, Ed. Difel, 1986.

BRUNEAU, Thomas C. Catolicismo brasileiro em época de transição. São Paulo, Ed. Loyola, 1974.

CAUVILLAR, Waldir. O pensamento de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na década de '30. São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC, 1992.

HOORNAERT, Eduardo et alii. História da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1977.

SILVA, Raul. Influência política da Igreja Católica na Assembléia Nacional Constituinte de 1933–1934. Brasília, Dissertação de Mestrado, UNB, 1978.

SILVA, Zélia Lopes da. O arcaico e o moderno na Constituinte de 1933–1934. São Paulo, Tese de Doutorado USP, 1992.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LIGA ELEITORAL CATÓLICA NO CEARÁ. No Estado do Ceará, a Liga Eleitoral Católica se formou enquanto partido político e estava vinculada diretamente à Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado — partido de cunho fascista — contando com a presença de Helder Câmara em seus quadros dirigentes. Como diz José Beozzo, “esta militância política da Igreja no seio do Integralismo local fará com que o Ceará seja o único Estado brasileiro em que a LEC perca o seu caráter estritamente suprapartidário para se envolver como um partido aliado ao Integralismo e aos coronéis do interior para disputar as eleições de 1933 [para Assembleia Constituinte], 1934 [para Constituinte Estadual] e 1935 [eleição indireta para governador], ganhas pela LEC”. Neste Estado, a LEC aglutinava os setores chamados de “decaídos” (v. Coronelismo, Política & Sociedade Civil).

No Ceará, a luta política do período inicial da reorganização da vida político-administrativa pós-30 dividia-se entre o interventor civil (Fernandes Távora) e os tenentes revolucionários, e entre o interventor civil e as facções oligárquicas que perderam suas posições de mando político (os decaídos). Os setores tenentistas pressionaram o governo central para substituir Fernandes Távora, a quem acusavam de favorecer exclusivamente seus correligionários. Távora é substituído por Carneiro de Mendonça, “militar, neutro politicamente e estrangeiro”, que na perspectiva do tenentismo seria o ideal para garantir o afastamento dos interventores das forças políticas locais. Carneiro de Mendonça, entretanto, irá adotar uma política de “relativa ‘conciliação’ com os grupos políticos locais”, conseguindo uma estabilidade política e o retorno de

setores decaídos à máquina administrativa do estado (v. Governabilidade). As eleições para a constituinte de 1933, em que a LEC elege sete dos dez deputados do Estado, provoca a ira dos tenentistas, que acusavam a imparcialidade de Carneiro de Mendonça pela derrota do PSD e exigiam a entrega de seu cargo “se não a um militante do PSD, pelo menos a um homem digno que lhe seja francamente simpatizante”. Mendonça é substituído pelo coronel Felipe Moreira Lima, aliado das forças tavoristas que atua de forma ofensiva na defesa do PSD nas eleições da constituinte estadual de 1934. A LEC, entretanto, elege 17 dos 30 deputados e consegue maioria para eleger Menezes Pimentel como governador nas eleições indiretas do ano seguinte (v. Partido Político de Direita & Conservadorismo).

Altamar da Costa Muniz

Referências Bibliográficas:

MOTA, Aroldo. História Política do Ceará, 1930–1945. Fortaleza, Stylus Comunicações, 1989.

SOUSA, Simone (coord.). História do Ceará. Fortaleza, Ed. UFC e Fundação Demócrito, 1989.

SOUSA, Simone de et alii. Fortaleza: A Gestão da Cidade. Fortaleza, Fundação Cultural de Fortaleza/BNB/UFC, 1994.

LIGA PANGERMÂNICA (Alldeutschenverband). Associação de caráter ultranacionalista, fundada em 1890 na Alemanha e dissolvida em 1939. Contava com o apoio de inúmeras outras entidades e partidos. A maioria de seus membros era de profissionais de classe média, merecendo destaque o expressivo número de professores (37% dos membros e, deste percentual, 57% de professores universitários). Ao adotar um conceito étnico de nação e de nacionalidade, legitimou a sua principal doutrina, que seria posteriormente empregada por Adolf Hitler: a necessidade de ampliação do espaço vital (*Lebensraum*). (v. Völkisch). Esta noção é responsável pela forma peculiar com que o imperialismo alemão se desenvolveu: ao lado da disputa por colônias em outros continentes, a Liga preconizava ainda a anexação ou exercício de

hegemonia econômica em quaisquer territórios onde houvesse descendentes de alemães (v. Reich). Os seus principais objetivos consistem na *divulgação e propagação dos planos expansionistas da germanidade, luta pelo fortalecimento da sua frota naval e união integral da germanidade em todo mundo*, ao que se acrescentou, no século XX, a luta contra a presença do judeu no país (v. Conservadorismo & Geopolítica).

A sua estratégia de propaganda era bastante similar àquela que seria utilizada pelo Partido Nacional-Socialista: divisão da entidade em grupos locais, panfletagem, organização de comícios e festas, fomento a atividades filantrópicas para as mulheres, dirigidas principalmente aos “alemães do exterior” e, ao lado disso, a manutenção de um corpo de pesquisadores sobre assuntos estratégicos: política colonial, economia, questão racial, política, recursos naturais dos países com presença germânica numericamente significativa. O seu principal ídolo era Otto von Bismarck, não por ter ele apoiado em algum momento a entidade, mas por ter empreendido a unificação a partir da Prússia, cuja cultura política era entendida por seus integrantes como a mais autêntica alemã. Elegeram como seu mentor intelectual Karl Peters (1856–1918), um militante nacionalista que defendeu tanto o imperialismo direto quanto o imperialismo indireto, administrou várias colônias na África e influenciou politicamente o parlamento para que se estabelecesse um programa de defesa dos alemães no exterior. Segundo o seu entendimento, a tirania e a violência exercidas como único conteúdo de sua política na África valiam para um povo estrangeiro e inferior, mas não para seus companheiros de etnia (*Volksgenossen*), como, por exemplo, aqueles residentes na América Latina (v. Eugenia & Guerra). A propósito, Peters não hesitou em reivindicar que a Alemanha interferisse na política brasileira quando alguns teutos foram perseguidos por participarem de agitações ocorridas no Rio Grande do Sul em 1891. Nesta ocasião, insistiu para que seu governo enviasse forças militares para a região e defendesse os seus “compatriotas” (v. Ideologia).

Com o lema *Bedenke dass du ein Deutscher bist* (Lembra-te de que és um alemão), a Liga se fez presente também entre a população de origem germânica na América Latina, uma das regiões de ultramar mais almejada pelos imperialistas alemães. Sonhavam desde meados do século XIX que, devido à emigração em massa, tal contingente — uma vez conquistado para a causa nacionalista de seu país de origem — seria representante de seus interesses

no Novo Mundo. Daí os pesados investimentos na Região Sul do Brasil, na Argentina e no Chile. Aliás, a sua cooperação foi decisiva na formação dos exércitos chileno e argentino; eram também alemães muitos proprietários de firmas portuárias de exportação e importação, que contavam com o apoio dos emigrados para seus investimentos. Porém, além das atividades econômicas, apoiaram diversas entidades que gradativamente foram tornando-se adeptas do pangermanismo: igrejas, escolas, associações recreativas e imprensa. Nestes e em outros países em que atuou, a Liga Pangermânica criou uma elite local totalmente voltada para os interesses da Alemanha. Somente no Brasil, por exemplo, à época da Primeira Guerra Mundial, a ela se filiaram 6.000 pessoas, que enviaram quantias significativas para apoiar o esforço de guerra alemão. Neste período, a força política da entidade se transferiu da Alemanha para o exterior — entre os *Auslanddeutschen*. Quando o partido nazista assumiu o governo, a elite da entidade afirmou entusiasticamente que este partido era filho legítimo da *Alldeutschenverband*, o partido que concretizaria suas utopias (v. Fascismo na Alemanha). Porém, seria exatamente este novo poder de natureza totalitária que imporia a sua dissolução, não sem antes nutrir-se de seus principais ensinamentos (v. Totalitarismo).

Marion Brepohl de Magalhães

Referências Bibliográficas:

ARENDR, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa, Dom Quixote, 1978.

DREHER, Martin. Igreja e germanidade. Caxias do Sul, Sinodal, 1984.

KRUCK, Alfred. Geschichte des Alldeutschen Verbandes: 1890–1939. Wiesbaden: Franz sul do Brasil. UNICAMP, Tese de Doutorado, Campinas, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

LIKUD. Partido israelense formado nos anos de 1960 a partir da coligação de partidos de centro e de direita, sob a liderança de Menachem Begin (v. Conservadorismo). Os principais integrantes foram o Jerut (liberdade) — coli-

gação da União dos Sionistas Revisionistas, fundada por Vladimir Jabotinsky, que tinha por lema a utilização do capital judaico para levar os judeus para a Palestina —, o movimento juvenil Betar — organizado por Menachem Begin, cujo objetivo principal era o de despertar a consciência do jovem judeu no sentido de que esse imigrasse para o estado de Israel — e o movimento Irgun Zvai Lumi, surgido em 1936 para responder aos ataques árabes liderados pelo Mugti, governador da região (v. Geopolítica). Formavam também o Likud o Partido Liberal, sucessor dos Sionistas Gerais, e o Partido Centro Livre — uma dissidência do Jerut. O Likud contou com o apoio de grupos e partidos religiosos como Agudat Israel Gush Emunim e Shas, entre outros, que encararam o acordo de Oslo feito pelo ex-ministro Yitzhak Rabin — líder do Partido Trabalhista assassinado em 1995 — como inaceitável, por entender que o controle judeu sobre a terra natal é fundamental. Entre esses grupos, os mais radicais pregam que o “final dos dias está próximo e que o controle da terra de Israel pelos judeus é um passo essencial para a redenção final”; desta forma, o que está em jogo são os princípios da fé (v. Fundamentalismo Judaico).

A ideologia do Likud se baseia no revisionismo de Vladimir Jabotinsky, que postula o direito histórico dos judeus a toda a terra de Israel. Menachem Begin, um dos principais líderes do partido, compartilhava com a população judaica de origem árabe a opinião de que

“seria um insulto aos seus mortos a idéia de que caberia aos árabes escolher se deveriam conceder ou negar a Israel o direito de existência” (v. Judaísmo).

A grande preocupação do Likud continua sendo com a fixação dos colonos israelenses nos territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias em 1967. O seu principal objetivo, a partir do Acordo de Oslo em 1993, é o de ocupar as terras de Israel até as fronteiras do Mandato Britânico na região. Para o Likud, a Palestina não será um Estado, mas uma entidade que se organizará de forma independente, porém, sob a autoridade de Israel. Quanto à sua política econômica, é favorável à redução da intervenção governamental e da venda das estatais, porém, os seus gastos com os assentamentos de colonos judeus nos territórios ocupados foram e são muito altos (v. Consenso de Washington). Os seus eleitores são em grande parte os judeus orientais, os religiosos e os

líderes dos assentamentos que conseguiram durante o governo do Likud habitações a preços baixos nos territórios ocupados.

Nanci Nigri

Referências Bibliográficas:

JOHNSON, Paul. História dos judeus. Rio de Janeiro, Imago, 1995.

ROFFE, Ariel. Begin, perfil político y humano. Tel Aviv, Editorial Aimora LTDA, 1978.

The Jerusalem Post. Yitzhak Rabin, o soldado da paz. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996. Le Monde Diplomatique – Manière de Voir 33. Fev. 1997, par Geoffrey Arouson.

LOBOS BRANCOS (White Wolves) & COMBAT 18. Grupos neonazistas britânicos de forte atuação em Londres e responsáveis, ao longo de 1999, por uma série de atentados terroristas — em especial contra paquistaneses e bengalis — e defensores de uma Inglaterra exclusivamente branca, autoritária e imperial (v. Chauvinismo & Neorracismo Diferencialista). O Combat 18 foi alvo de inúmeros processos judiciais entre 1997 e 1999 em virtude de uma série de cartas ameaçadoras enviadas aos líderes de movimentos antifascistas, assim como pela publicação de listas negras de intelectuais de esquerda e judeus, inclusive com endereços pessoais (v. Repressão e Violência). Tais grupos, notoriamente terroristas, competem com *British National Party* pela hegemonia na extrema-direita, que assume nitidamente uma postura legalista e participa ativamente da vida política britânica (v. Fascismo & Partido Político de Direita). Nas eleições de 1997, atingiram cerca de 1.5% dos votos, conseguindo mais de três mil adesões (v. CSU, Frente Nacional, Partido da Liberdade Austríaco, Polo da Liberdade & União Democrática do Centro). O *British National Party* caracteriza-se por um forte antissemitismo e por uma postura claramente negacionista em relação ao Holocausto (v. Revisionismo/Negacionismo).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(Ver Fascismo)

L.U.C.E/Istituto Nazionale L'Unione Cinematographica Educativa. Fundado em setembro de 1924 pelo governo fascista italiano e nacionalizado pelo decreto-lei de 5 de novembro de 1925, originou-se de uma associação privada criada durante a Primeira Guerra Mundial, cujo objetivo era utilizar o cinema como meio de educação popular. O L.U.C.E tornou-se uma sociedade anônima controlada diretamente pelo Estado, sediada em Roma e considerada órgão técnico do Partido Nacional Fascista Italiano, pois o cinema foi considerado meio de propaganda privilegiado por Mussolini (v. GOEBBELS, Joseph). Ele era “L’arma più forte” — ideia original de Lenin — para divulgar as ideias do fascismo na Itália e acabou sendo colocado sob total controle do Estado a partir de 1935. (v. Ideologia) O L.U.C.E foi responsável pela produção e distribuição de curtas-metragens, documentários e atualidades — mais de 2000 entre 1930 e 1943 — com temáticas precisas: educativa, cultural e científica, pondo sempre em destaque as realizações do regime e a figura de Benito Mussolini (v. Ditadura & Totalitarismo). O decreto-lei de 3 de abril de 1926 tornou obrigatória a exibição da produção do instituto em todas as salas italianas, levando à criação em 1927 do Cinegionale L.U.C.E. Este tinha como temas, além dos já citados, os seguintes: assuntos políticos, eventos culturais, curiosidades como “Lo sapevate che...” (Você sabia que...), notícias esportivas e destaques internacionais, principalmente grandes desastres como terremotos e acidentes envolvendo meios de transporte (v. Esporte & Guerra). Em 1929, novo decreto aumentou a competência do instituto: divulgar a cultura popular e fazer propaganda do regime também no exterior. Em comemoração aos 10 anos de regime fascista, o L.U.C.E produziu CAMICIA NERA, um longa-metragem misto de documentário e ficção, dirigido por Giovancchino Forzanc, que estreou em todas as grandes cidades da Itália em 23 de março de 1933. O filme conta a história de um camponês que vai à guerra em 1915, nela é ferido e perde a memória, permanecendo hospitalizado muito tempo

na Alemanha. Retorna à Itália justamente durante a Marcha sobre Roma empreendida por Mussolini em 1922. O filme termina mostrando todas as realizações fascistas de 1922 até 1932, comparando uma Itália frágil e caótica de antes da ascensão de Mussolini com uma Itália em progresso contínuo (v. Autarquia & Estatismo). Este progresso teria sido conseguido, segundo o filme, graças ao fascismo — que resolveu os conflitos sociais dando trabalho aos artesãos, camponeses, operários — e à coragem e vontade do povo italiano unido pela busca do desenvolvimento social e econômico (v. Corporativismo: Teoria & Revolução). Em 1935, o exército italiano ocupou a Etiópia e coube ao L.U.C.E fazer a cobertura da guerra (v. Geopolítica & Imperialismo). Os documentários que realizou enalteciam a bravura, a invulnerabilidade, a superioridade tecnológica e a missão civilizadora da armada italiana (v. Atrasso & Ocidente). *Il Camino Degli Eroi*, de 1937, dirigido por Corrado D’Errico, foi um desses filmes. A Guerra Civil espanhola também mereceu atenção do instituto, que realizou o documentário *Espana um, Grande, Libre*, de Giorgio Ferroni, mostrando a vitória do exército de Franco (v. Franquismo). A Segunda Guerra Mundial enviou os operadores do instituto às diferentes frentes do exército italiano. O L.U.C.E foi responsável pelo treinamento e surgimento de inúmeros documentaristas italianos de qualidade, tais como: Corrado D’Errico, Romolo Marcellini, Giorgio Ferroni, Ubaldo Magnagui (v. D’ANNUNZIO, Gabriele).

Rosângela de Oliveira Dias

Referências Bibliográficas:

GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo de. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. São Paulo, Ícone, 1988.

GILI, Jean A.. L’Italie de Mussolini et son cinéma. Paris, Henr Veyrier, 1985.

GROMO, Mario. Cine italiano. Buenos Aires, Ediciones Losange, 1955.

MARGADONNA, Ettore M. et alii. Fifty years of italian cinema. Roma, Carlos Bestetti-Edizioni d’Arti, 1954.

RACOLTA DELLE LEGGI E DEI REGOLAMENTI AMMINISTRATIVI BRUNETTA, Gian Piero. “Mise en page dei cinegiornali e mise en scène mussoliniana”. In: REDI, Riccardo et alii. Cinema italiano sotto il fascismo. Venezia, Marsilio Editori, 1979.

LUIS FERNANDO CAMACHO. Luis Fernando Camacho (Santa Cruz de la Sierra, 15 de fevereiro de 1979) é uma liderança radical de extrema-direita que expressa um campo ultraconservador de base religiosa que tem se propagado na América Latina a partir dos anos 2000. A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 fortaleceu essa tendência e o líder brasileiro tornou-se um totem das direitas no continente. Na sequência de sua vitória eleitoral, ganharam maior visibilidade lideranças com posicionamentos semelhantes em vários países. Camacho e seus pares latino-americanos têm ganhado apoio popular com discursos fortemente ancorados em um moralismo religioso e binário, sexista, racista, intolerante à diversidade, com posições frequentemente autoritárias e de inspiração fascista — ainda que, no âmbito econômico, atualize a agenda neoliberal.

O empresário de 42 anos é intitulado nos meios de comunicação como o “Bolsonaro boliviano”. Carismático, porta-se como um líder messiânico, sempre acompanhado pela Bíblia e com referências a Deus e à religião em seus discursos. Ainda que tenha se aproximado do Movimiento Nacionalista Revolucionario/MNR de Santa Cruz em alguns momentos, sua trajetória política se destaca mais por uma atuação cívica no âmbito dos comitês, federações e outras agremiações da sociedade civil, seguindo os passos do pai, Jose Luis Camacho. Depois de uma atuação como Vice-presidente na Unión Juvenil Cruceñista/UJC (2002 a 2004), organização de extrema-direita, braço político e paramilitar do Comité Cívico Pro Santa Cruz/CCPSC, tornou-se segundo Vice-presidente deste último em 2015, primeiro Vice-presidente em 2017 e, finalmente, assumiu a Presidência em 2019.

O Comité Cívico Pro Santa Cruz/CCPSC é o maior da Bolívia, formado por mais de 200 instituições, divididas em 24 grupos da sociedade civil cruceña, dentre empresas, federações patronais, associações de moradores e de trabalhadores. Autoproclama-se como “governo moral” dos cruceños e representa, principalmente, os interesses de sua elite econômica. Foi fundada em 1950 com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Desde então, consolidou-se como uma base institucional de defesa do federalismo, do liberalismo econômico e do agro extrativismo, considerado a base que move a economia. Com a eleição de Evo Morales em 2005, tornou-se protagonista de um discurso de ódio contra “collas”, como são chamados os indígenas andinos (quéchua e aymaras) que habitam majoritariamente o Ocidente do país.

Apesar do termo existir há séculos, seu uso nesse caso é pejorativo, tornando antítese dos “cambas” que seriam os ocidentalizados, mais brancos e mais ricos do Oriente, como os que habitam o Departamento de Santa Cruz e que são representados pelo CCPSC. A divisão não é somente étnica, mas fundamentalmente política.

Assim, foi desde o CCPSC que Camacho se destacou como uma das principais lideranças contrárias ao Movimiento al Socialismo/MAS e ao Governo de Evo de Morales (2006–2019). Ainda que seu discurso anuncie a paz e a unidade, é repleto de conteúdo preconceituoso e discriminatório. Recebeu a alcunha de “el Macho Camacho”, problematizada por várias organizações sociais e coletivos feministas que denunciam suas posturas misóginas e lgbtqia+fóbicas. Como empresário, Camacho também se viu envolvido no escândalo Panamá Papers, esquema de corrupção de empresas offshore em paraísos fiscais. Ainda que a Bolívia não tenha uma regulamentação efetiva para combater a prática de mover ativos financeiros para o exterior, a questão é que muitas vezes ela mascara operações como lavagem de dinheiro, evasão fiscal e fraude.

Em 2019, Camacho atuou com protagonismo nos protestos que se seguiram à vitória de Evo Morales em sua 3ª reeleição pela Nova Constituição Política do Estado/NCPE e que culminou no Golpe de Estado que obrigou ex Presidente a renunciar e fugir para o México, onde recebeu asilo político. Nessa ocasião, Camacho ganhou ampla repercussão nacional e internacional ao invadir o Palácio Quemado em La Paz com a Bíblia e a carta de renúncia de Evo Morales nas mãos. O líder cruceño colocou a Bíblia sobre a bandeira da Bolívia e prestou seu apoio à senadora da oposição Jeanine Áñez que se autoproclamou Presidenta interina obedecendo à linha sucessória, uma vez que o Vice-Presidente, Álvaro García Linera, assim como os Presidentes e Vice-presidentes do Senado e da Câmara também renunciaram. Na cerimônia de posse, Áñez declarou que a Bíblia tinha voltado ao Palácio junto a um novo corpo de ministros esteticamente diferente, sem alusões a vestimentas tradicionais características dos povos indígenas, tal como era a marca do governo anterior. Por meio de um decreto, os agentes das Forças Armadas foram isentos de responsabilidade penal até que se instalasse a normalidade no país. O enfrentamento nas ruas e a violência deixaram vários mortos e feridos, além de muitas lideranças desaparecidas (ARAUJO & BRUCE, 2021).

Vale notar que, com este evento, a Bolívia entrou para o rol de uma nova modalidade de golpes que ganhou fôlego no continente desde a derrubada de Manuel Zelaya em Honduras (2009), passando pela queda de Fernando Lugo no Paraguai (2012) e de Dilma Rousseff no Brasil (2016). Sem contar com o protagonismo das Forças Armadas como nas décadas de 1960 e 1970, quando tiveram início as ditaduras civil-militares, desta vez, tais golpes tiveram a característica de serem conduzidas pelos poderes legislativo, judiciário, setores da sociedade civil e conglomerados midiáticos, com uma aparência de legalidade, buscando sustentação constitucional e consentimento civil (Cf. COELHO E MENDES, 2020). No caso boliviano, as Forças Armadas tiveram o papel de assentir a quebra da ordem democrática e garantir a consolidação do golpe por meio de forte repressão às organizações sociais que se mobilizaram nos dias subsequentes. O apoio da Organização dos Estados Americanos/OEA que acatou as suspeitas da apuração do processo eleitoral e que serviu de pretexto ao golpe, dos Estados Unidos de Donald Trump e do Brasil de Bolsonaro também foram determinantes para que os golpistas saíssem vitoriosos.

Em 2020, Camacho deixou o Comitê de Santa Cruz para candidatar-se às eleições presidenciais pela Unidad Cívico Solidaria/UCS sob a coligação *Creemos* composta ainda pelo Partido Demócrata Cristiano/PDS e pelo Acción Democrática Nacional/ADN. Em sua plataforma política estava a defesa de uma reforma do sistema político e econômico boliviano que promovesse uma maior descentralização do Estado em favor das autonomias departamentais (Cf. ALIANZA CREEMOS, 2019). Deste modo, atende às demandas históricas das elites econômicas cruceñas — e de outros departamentos da chamada “Meia-Lua” — interessadas em promover uma aceleração da exploração agroextrativista sem o intervencionismo do Estado e com uma reorientação da política externa em favor de uma maior aproximação com os Estados Unidos. Em seu programa também está previsto o fim da reeleição para as autoridades executivas (presidência, governadores e alcaldes) e o limite a três mandatos para autoridades legislativas; a possibilidade de qualquer cidadão ou cidadã pleitear um cargo público desde que obtenha as assinaturas necessárias que correspondam a 1% da circunscrição eleitoral da área geográfica de influência; a eleição direta e uninominal para o legislativo; o direito de voto aos jovens a partir de 16 anos; a redução do número de ministério do órgão executivo; a

descentralização plena dos serviços de Educação e Saúde; além de generosos investimentos no fortalecimento da Polícia Boliviana e das Forças Armadas.

De acordo com os resultados divulgados pelo Organo Electoral Plurinacional/OEP da Bolívia (2020, p. 3), o líder cruceño acabou arrebatando 14,06% dos votos das eleições presidenciais, ocupando o 3º lugar. A vitória do candidato do MAS, Luis Arce, deu um novo fôlego para o *Proceso de Cambio* iniciado por Morales. Porém, Camacho segue como uma das principais lideranças de oposição ao novo governo. Foi eleito Governador de Santa Cruz de la Sierra nas eleições departamentais de 2021 com 55,64% dos votos (OEP, 2021, p. 60).

Mariana Bruce

Referências Bibliográficas

ALIANZA CREEMOS. “Plan de Gobierno 2020–2025: Creer para Crear”. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/elecciones-generales-2020/> – consulta em fevereiro de 2022.

ARAUJO, Rafael Pinheiro; BRUCE, Mariana. “Das lutas populares de El Alto à descontinuidade democrática: Uma análise sobre a crise do Governo Evo Morales”. Revista História: Debates e Tendências, v. 22, n. 1, 2022, Dossiê “Debates plurais: Historiografia e História”, p. 113–142.

CCPSC [Comite Civico Pro Santa Cruz]. s/d. “1950 – Fundación del Comité pro de Santa Cruz”. Disponível em: <https://www.comiteprosantacruz.org.bo/announcement/1950-fundacion-del-comite-pro-santa-cruz/> – consulta em fevereiro de 2022.

COELHO, André Luiz e MENDES, Mateus. “A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff”. Sul Global, V. 1, n.º 1, 2020. PP. 212–232. de Brasília, 11ª ed., 1998.

OEP/Bolívia. 2020, 2021. Disponível em: <https://www.oep.org.bo/> – consulta em fevereiro de 2022.

M

MAÇONARIA. As feições da maçonaria moderna remontam ao final do século XVII e início do século XVIII na Inglaterra, logo se espalhando pela Europa e resto do mundo. Neste período, a maçonaria abandonou sua origem ligada às velhas confrarias de pedreiros medievais, permitindo a admissão de novos elementos: eram os “maçons aceitos”. No decorrer do século XVIII, ela se transformou em espaço de afirmação de uma cultura política iluminista, ou seja, espaço do debate, das práticas eletivas, da representação, da circulação de ideias, da deliberação, do caráter associativo livre. Todavia, singularizava-se em relação aos outros espaços de “sociabilidade ilustrada” por ser uma sociedade iniciática, secreta, cosmopolita, marcada por uma rígida hierarquia e por rituais profundamente influenciados pelo esoterismo. A base da estrutura organizacional maçônica é a Loja. Um grupo de Lojas ao nível nacional forma uma Obediência ou Potência que poderá ser um Grande Oriente (formado por Lojas de vários ritos) ou uma Grande Loja (um único rito). (v. Revolução).

Apesar do reduzido número de estudos acadêmicos sobre a história da Maçonaria no Brasil, pode-se afirmar que ela não foi uma instituição monolítica e unitária, apresentando várias cisões internas. Criado em 1822, o Grande Oriente do Brasil encontrou, e ainda encontra, muita dificuldade para se afir-

mar como Obediência Central da Maçonaria Brasileira. Dentre as várias crises internas, destacam-se: a divisão do Grande Oriente do Brasil em Grande Oriente do Brasil da rua do Lavradio e Grande Oriente do Brasil da rua dos Beneditinos entre 1863 e 1883; a criação, em 1927, das Grandes Lojas Estaduais que, a partir de 1966, passaram a se congregar na Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; e a fundação, em 1972, dos Grandes Orientes Estaduais Independentes, que passaram a se congregar na Confederação Maçônica Brasileira. A eclosão da chamada “Questão Religiosa” em 1872 constitui um ponto de inflexão na história da maçonaria brasileira (v. Conservadorismo). Através do parlamento e da imprensa, os maçons desencadearam uma verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, da educação laica, do casamento civil, do registro civil, da secularização dos cemitérios. (v. Família). Ao se definir como uma escola de formação moral da humanidade, a maçonaria assumiu o compromisso das “Luzes” de combater as “Trevas”, representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada. Isto acabou por direcionar a atuação dos maçons brasileiros para as atividades de auxílio mútuo e beneficência, para a criação de escolas, bibliotecas, jornais e para a ocupação de cargos na administração pública.

As primeiras condenações pontifícias à maçonaria remontam ao século XVIII (papas Clemente XII e Bento XIV). A partir deste período, essas condenações se sucederam ininterruptamente, atingindo o seu apogeu na segunda metade do século XIX, durante os pontificados de Pio IX (1848–78) e Leão XIII (1878–1903). (v. Catolicismo Social & Intransigentismo). A encíclica *Humanae Genus* (1884) pode ser considerada como o último documento a se ocupar expressamente da maçonaria, sendo sua condenação reafirmada no Código de Direito Canônico de 1917. Durante o Concílio Vaticano II (1962–1965), ocorreu uma tentativa de aproximação das duas instituições, mas sem grandes resultados práticos, tendo em vista que o Código de Direito Canônico de 1983, embora não mencione explicitamente a maçonaria, tenha mantido as punições aos católicos que fizessem parte dela. A série de condenações diretas e sistemáticas da Igreja em relação à maçonaria contribuiu para reforçar, especialmente entre os católicos, uma visão da maçonaria identificada com o perigo e com a subversão (v. Sociedade Civil). Para o discurso católico, a maçonaria, na sua origem, é uma inimiga em potencial da Igreja, visto que ela

descende da Ordem dos Templários e atua sob a proteção do protestantismo. Como afirmou, em 1873, D. Antônio Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, em sua instrução pastoral (*A Maçonaria em oposição à Moral, à Igreja e ao Estado*), a maçonaria deveria ser condenada em três aspectos: sob o ponto de vista moral por ser intrinsecamente má, em decorrência do seu caráter secreto; sob o ponto de vista religioso por ser o anticristianismo organizado defensor da escola laica, do casamento civil e da secularização dos cemitérios; e sob o ponto de vista social por ser um poderoso instrumento de desorganização social, “escola preparatória” de revoluções.

Embora a atuação da maçonaria no final do século XX tenha se diferenciado substancialmente em relação ao século XIX, quando ela desempenhou importante papel na luta por uma sociedade mais secularizada, a sua singularidade organizacional contribuiu para que o discurso antimaçônico ganhasse, especialmente a partir dos anos de 1930, novas faces: de “escola de revoluções”, a maçonaria passou a ser associada a seita satânica, constituindo-se numa anti-igreja, ou vista como centro do complô internacional judaico. Segredo, Iniciação, Hierarquia, Cosmopolitismo revelam-se, para o discurso antimaçônico, instrumentos necessários para o êxito de um grande empreendimento que sempre será associado ao tema da subversão maléfica, da dominação, em síntese, da conspiração (v. *Alteridade*, *Baderna* & *Inimigo*).

Alexandre Mansur Barata

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Célia M. de. Maçonaria: história e historiografia. In *Revista USP*. São Paulo, Dez-Fev/96-97(32): 178-189.

BARATA, A. M. A Maçonaria e a Ilustração Brasileira. In *História, Ciência, Saúde – Mangueiras*, v. I. Rio de Janeiro, Jul-Out/94(01): 78-100.

BASTIAN, Jean-Pierre (org.). *Protestantes, liberais y francmasones: Sociedades de ideas y modernidad en America Latina, siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

BENIMELI, J. A. F. et alii. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo, Paulinas, 1985.

MELLOR, Alec. Dicionário da Franco-Maçonaria e dos franco-mações. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MALTHUS, Thomas Robert (1766 – 1834). Recebeu sua formação sacerdotal no Colégio de Jesus da Universidade de Cambridge. Graduou-se em 1788, completou o *Master of Art Degree* em 1791 e recebeu as ordens eclesiásticas em 1797. Se a importância de uma obra pode ser medida pela influência por ela exercida sobre grandes pensadores, J.M. Keynes não exagerou quando o considerou “o primeiro dos economistas de Cambridge”. Alfred Russel Wallace encaminhara os originais de seu trabalho, surpreendentemente semelhante ao de Charles Darwin, para que este os apresentasse à Royal Geological Society (v. Darwinismo: Teoria). Quando, após a apresentação simultânea àquela instituição, os dois autores da teoria da evolução se encontraram, Darwin perguntou a Wallace em quem ele se inspirara. Doente e recolhido a um hospital nos confins do mundo, Wallace se lembrara do livro de Robert Malthus, *Essays in the Principle of Population*. Charles Darwin confessou-lhe que também tivera em Malthus o seu inspirador quando escreveu *Origem das Espécies* — é que a *concorrência entre os capitalistas, entre os comerciantes e entre os trabalhadores*, tal como a concorrência entre os seres vivos em geral, era parte da “luta pela sobrevivência”, que se explicaria pela escassez de alimentos em relação à população (v. Darwinismo Social).

A economia se apresenta como a “ciência da escassez”. A enorme eficiência do sistema capitalista tenderia a abolir esta escassez e, com ela, a própria ciência econômica. Karl Marx criticaria tal transposição aos mercados capitalistas do *struggle for life*: a parte da população mais bem alimentada, os capitalistas, era justamente a menos numerosa, enquanto a parcela mais numerosa, a do proletariado, era a mais castigada pela escassez de alimentos.

Malthus se opôs ao pensamento econômico de Ricardo e dos discípulos de Jean Baptiste Say, que consideravam que a oferta criava a sua própria demanda e que, portanto, a produção poderia aumentar sempre, sem que a demanda limitasse a produção. Malthus considerava que o capitalismo se caracterizava

por gerar um nível de “demanda efetiva” que impedia que a produção atingisse sua capacidade máxima — a de pleno emprego. “Quando lanço meu olhar sobre o mundo e vejo imensas forças produtivas desempregadas e pergunto por quê, só posso responder que isto se deve à insuficiência de demanda efetiva”, diagnóstico que J. M. Keynes adotou 110 anos depois. Para Robert Malthus, a demanda efetiva se define como “vontade de comprar, acompanhada de poder comprar”. Os trabalhadores pobres têm enorme vontade de comprar, mas pouco poder de compra; os capitalistas ricos, pouco numerosos, têm muito poder de compra, mas pouca vontade de comprar. As contradições entre as condições da produção e as condições do consumo coletivo estrangulavam a capacidade produtiva e impediam que ela atingisse a eficiência máxima. Malthus, como Keynes, propusera que o governo financiasse investimentos improdutivo, empregasse trabalhadores improdutivo — os funcionários públicos, militares, construções de estradas, atividades não apenas parcialmente dissipadoras (*wasteful*) mas também “completamente dissipadoras”, como Keynes acabaria por advogar (v. Estado do Bem-Estar Social). Assim, a simples distribuição da renda nacional não resolveria o problema de insuficiência da demanda: a alta de salários faria aumentar o nível de vida e o padrão de alimentação dos trabalhadores; a oferta de mão-de-obra elevar-se-ia e os salários cairiam, dizimando a população.

Segundo Malthus, a felicidade humana é inatingível sob o capitalismo — nem mesmo a eliminação da propriedade privada proposta por um de seus interlocutores, Godwin, resolveria os problemas da sociedade. A insuficiência de demanda efetiva, por sua parte, induziria à deflação, à queda de preços, deprimiria os lucros e faria reduzir os volumes de emprego e de produção. O contingente de consumidores improdutivo sustentado pelo governo ou pela classe rica inverteria essa tendência, produziria uma “pressão da demanda sobre a oferta”, os preços se elevariam, a taxa de lucro subiria, os capitalistas contratariam mais trabalhadores e aumentariam a escala de produção. Além de tais considerações, Malthus — ao invés de considerar a moeda como um simples numerário, à maneira de Say e dos neoliberais — afirmava que a oscilação de sua quantidade atuava sobre todas as grandezas da economia, afetava a relação salário-lucro, influía no nível de produção e de emprego, no volume de obras públicas e no nível de preços (v. Liberalismo).

Robert Malthus enuncia, principalmente no que diz respeito à sua “lei de crescimento da população”, a “lei em abstrato”. Malthus enuncia a tendência segundo a qual a população tenderia a crescer em progressão geométrica e, portanto, esbarraria com a escassez de alimentos, os quais cresceriam em progressão aritmética — “lei in abstrato”. Como existiriam fatores preventivos para atuar no sentido de impedir o crescimento populacional (abstinência sexual, celibato, aborto, práticas anticonceptivas, freios morais, preventivos) e freios (*constraints*) repressivos (fome, guerras, revoluções, epidemias), seria difícil saber qual seria a taxa real de variação da população. Diante do decréscimo da população de dado conglomerado humano, Malthus afirmaria que sua lei continuava válida porque os freios preventivos e os repressivos estariam atuando a ponto de inverter a tendência, enunciando em abstrato uma sociedade livre daqueles freios. “Deus existe”, escreveu Robert Malthus, “quer como espírito, quer como energia em matéria”. Ao cercar todas as hipóteses, até um materialista afirmaria a existência de Deus (v. Conservadorismo).

Lauro Álvares da Silva Campos

MARINETTI, Filippo Tommaso (1876 – 1944). Nascido a 22 de dezembro de 1876, em Alexandria (Egito). O seu pai, advogado italiano que enriquecera com a questão da legalização de terras por ocasião da abertura do canal de Suez, propiciou-lhe uma rica infância. Ali realizou os seus primeiros estudos sob orientação jesuítica, fundando uma revista, *Papyrus*, de cunho *estético-literário*. Em 1893, viajou para Paris, frequentando a Sorbonne e fazendo vários amigos nos círculos simbolistas e decadentistas. Foi em meio às rodas boêmias que começou a ser conhecido e aceito pelos intelectuais de seu tempo. Em 1895, Marinetti vai à Pavia e, a seguir, para Gênova, onde fará o curso de Direito. Contudo, é na vertente *poético-literária* que manifestará a sua maior força, contribuindo para as vanguardas europeias de forma categórica. No campo literário, é com uma colaboração para a revista franco-italiana *Anthologie Revue* que inicia a sua atividade. O seu poema em versos livres, *Les vieux marins*, vai torná-lo ainda mais conhecido. Em 1902, publica *La conquête des étoiles*; em 1904, *Destruction* e, em 1905, funda em Milão a revista pré-futurista *Poesie* e publica a tragédia satírica *Le Roi Bombance*. Com a perda de seus

pais e irmão, torna-se herdeiro de grande fortuna, o que lhe confere meios econômicos estáveis com os quais levará à frente as suas ideias literárias. Porém, a força de Marinetti viria com seus manifestos incendiários, dando o tom de ruptura à agressividade que faltava até então aos movimentos modernos (v. Revolução).

A 20 de fevereiro de 1909, o Jornal *Le Figaro* publica em Paris o primeiro Manifesto Futurista, no qual o poeta já denunciava a Itália como *o grande mercado de quinquilharias*, querendo livrá-la *de sua gangrena de professores, arqueólogos, cicerones e de antiquários* que levavam o homem a viver de um passado que seria necessário eliminar para se poder construir um novo tempo, razão pela qual a guerra se torna *a única higiene do mundo*. Proclama *o trabalho, o prazer e a revolta* como forças capazes de movimentar as grandes multidões, cultuando a velocidade expressa pelas locomotivas e pelos aeroplanos como símbolos da modernidade e da verdade futurista (v. D'ANNUNZIO, Gabriele & Juventude).

A partir daí, Marinetti se dedica essencialmente a construir o Futurismo. Com ele estão Francesco Cangiulo, Giovanni Papini, Enrico Prampolini e até mesmo Guillaume Apollinaire. Ele afirma suas ideias e faz denúncias através de seus manifestos, fazendo deles verdadeiro gênero literário em si mesmos. Quase à mesma época, publica o romance *Mafarka le futurisme* e, em 1911, o poema *Le bombardement d'Andrinople*. A 11 de maio de 1912, com o Manifesto Técnico da Literatura Futurista, lança os fundamentos teóricos da poesia futurista e anuncia os seus princípios básicos. Mais tarde, Marinetti acede ao fascismo na Itália e, desta forma, estabelece uma controvertida relação com o futurismo, colocando-se ao lado daqueles a quem sempre combatiera por significarem o conservadorismo a que sempre se opunha (v. Fascismo & Conservadorismo).

Como permanente e infatigável animador do movimento, ele congrega poetas e artistas, atraindo pintores para colaborarem em suas *soirées futuristes*. Na verdade, Marinetti pretendia eliminar as fronteiras das artes, buscando em suas interfaces um campo de continuidade para expandir suas teorias. Ele faz intervenções sobre os cenários de peças teatrais, consagrando vários manifestos ao teatro, como: *Le théâtre de verité* (1913); *Le théâtre futuriste synthétique* (1915); *Le théâtre de la surprise* (1922); *Le théâtre radiophonique* (1933);

Le théâtre total (1933). Entre as suas obras mais significativas para a pintura futurista, encontram-se: *Tuons le clair de lune* (1909); *L'homme multiplié et le regne de la machine* (1911); *L'imagination sans fil* (1913); *La splendeur géométrique et mécanique et la sensibilité numérique* (1914); *La nouvelle religion morale de la vitesse* (1916); *Le tactilisme* (1921). Para difundir o culto da velocidade onipresente, marca de suas ideias futuristas, Marinetti faz inúmeras viagens pela Europa, visitando inclusive Moscou e S. Petersburgo. Morreu em Bellagio a 2 de dezembro de 1944. (v. Arte Degenerada & Modernismo nas Artes).

Ângela Âncora da Luz

Referências Bibliográficas:

ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

ATKINS, Robert. Petit lexique de l'art moderne, 1848–1945. Paris, Abbeville, 1993.

CALVESI, M.. Le futurisme. Paris, Tête de feuilles, 1976.

NASH, J.M.. O cubismo, o futurismo e o construtivismo. Barcelona, Labor S.A., 1976.

TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

MARXISMO CULTURAL. A criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922, a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a formação de um “campo” de países socialistas, bem como a expansão de movimentos e partidos influenciados pela tradição marxista tiveram imensas repercussões no modo de pensar e no modo de agir dos capitalistas e de seus representantes políticos e ideológicos.

Entre estes, por volta dos anos 1950, não eram poucos os que acreditavam que o capitalismo estaria com seus dias contados ou, pelo menos, frente a uma situação que ameaçava profundamente os fundamentos do “modo de vida da civilização ocidental”, a “democracia”, a “religião” e os “bons costumes”.

Foi em nome de combater estas ameaças que, nas décadas seguintes ao final da Segunda Guerra, os governos dos Estados Unidos e de seus aliados lança-

ram mão de guerras imperialistas, de golpes militares e de expedientes ditatoriais de todo tipo, contando inclusive com a colaboração de nazistas e fascistas.

No plano ideológico, construiu-se então o que se convencionou chamar de “mentalidade da Guerra Fria”, expressa de diferentes formas, desde trabalhos acadêmicos de primeira linha até uma variada filmografia de qualidade questionável, formando uma subcultura de massa bastante influente.

Sendo este o histórico, parecia razoável supor que a desapareição dos “socialismos” do Leste Europeu e da própria URSS (1991) produziria, entre seus vários efeitos colaterais, a desapareição do anticomunismo. Mas não foi isso o que ocorreu.

A chamada mentalidade da Guerra Fria sobreviveu e metamorfoseou-se, assumindo diferentes formas desde 1991 até hoje. Uma destas formas pode ser vista na abordagem adotada por diferentes governos dos Estados Unidos contra a República Popular da China, especialmente na sequência da crise financeira de 2008. Outra daquelas formas é a ofensiva contra o denominado “marxismo cultural”.

Segundo os partidários desta ofensiva, a desapareição da União Soviética teria obrigado os comunistas a mudar de conduta. Do ponto de vista teórico, os comunistas teriam trocado Lênin por Gramsci; do ponto de vista político, teriam deixado de lado a estratégia abertamente revolucionária de luta pelo poder, adotando em seu lugar uma estratégia de conquista do poder “a partir de dentro”, através da hegemonização não apenas de instituições estatais, mas também da chamada sociedade civil, com destaque para a conquista de “corações e mentes” através da influência cultural (sendo essa uma das explicações para a denominação “marxismo cultural”).

Efetivamente, depois da desapareição da URSS, muitos comunistas abandonaram o objetivo de construir uma sociedade baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, repudiaram a revolução como método legítimo e indispensável de transformação histórica e passaram a exaltar conceitos como a “guerra de posições” e a já citada “disputa de hegemonia”.

Neste sentido, os que falam de “marxismo cultural” estão referindo-se a aspectos aparentes de um fenômeno real. Mas, como sabemos, se a essência

fosse igual a aparência, não haveria ciência. Para começar, nada disto é novo: muito antes da URSS desaparecer, comunistas, socialistas, social-democratas e pessoas de esquerda de variadas orientações e procedências já defendiam posições que são hoje catalogadas como “marxismo cultural”. A rigor, portanto, não constitui novidade que existam marxistas que enfatizem a dimensão “político-cultural” da luta pelo socialismo.

Neste sentido, os que atualmente falam de “marxismo cultural” estão “arrombando porta aberta”, apresentando como novidade e acreditando sinceramente ser novidade algo que simplesmente não é novidade. Para compreender por que motivos isso acontece, não apenas como um fenômeno característico deste ou daquele autor, mas como um traço de toda uma tradição intelectual, é preciso considerar as características do capitalismo contemporâneo e o tipo de “ideologia” e de “ideólogos” que ele fomenta.

Ficou para trás o tempo em que os defensores do capitalismo podiam oferecer, com mínima credibilidade, uma perspectiva de futuro para toda a humanidade, com ampliação das liberdades, do bem-estar, do desenvolvimento, da soberania e da paz mundial. Já faz algum tempo em que não há como esconder que o horizonte oferecido pelo capitalismo é de crise ambiental, desigualdade social, autoritarismo político, militarização crescente e descarte dos seres humanos por máquinas. Sendo assim, é cada vez mais difícil sustentar a defesa do capitalismo em bases racionais, lógicas, científicas e humanas.

Isto ajuda a explicar por que motivos parcelas crescentes dos que defendem o capitalismo recorre ao pensamento medieval, fundamentalista e anticientífico. Neste aspecto, não se trata propriamente de uma novidade: o nazismo alemão, o fascismo italiano, o franquismo espanhol e o salazarismo português também foram, em seu tempo, uma mistura aparente paradoxal de mitologias reacionárias, de uma filosofia irracionalista e de “ferramentas” modernas (como o rádio e o cinema). Aliás, o termo “marxismo cultural” tem, entre seus antecedentes, um termo cunhado por Adolf Hitler: “bolchevismo cultural”.

Tampouco constitui uma novidade a natureza ideologicamente totalitária desta tradição intelectual que se organiza em torno da crítica ao chamado marxismo cultural. Absolutamente tudo corre o risco de ser etiquetado — pelos participantes daquela tradição — como “marxismo cultural” ou relacionado a ele: o comunismo, o socialismo, a social-democracia, as ideias pro-

gressistas, o feminismo, o antirracismo, os direitos dos LGBT, a participação popular, o voto eletrônico, as vacinas, o jacobinismo, o iluminismo, etc.

Alguns intelectuais, não apenas de esquerda, criticam a bizarrice desta atitude, mas é importante lembrar que por detrás da bizarrice existe algo muito perigoso, tão perigoso quanto aquela lógica que começou defendendo o mais tosco antisemitismo e terminou implementando o extermínio em massa de judeus em fornos de gás. Tanto no nazismo quanto na extrema-direita do primeiro quartel do século XXI encontramos a mesma incompatibilidade — expressa no terreno das ideias — entre o capitalismo e a vida. Nada, absolutamente nada, que preserve a vida está a salvo da “arma da crítica” e da “crítica das armas” desta extrema-direita. A referida incompatibilidade, que se materializa, por exemplo, na mais abjeta naturalização e banalização da violência e da morte, é potencializada por dois fenômenos dos tempos atuais: por um lado, a hegemonia do capital financeiro, a mais desumana das frações do capital; e, por outro lado, certas dinâmicas da moderna comunicação de massa, cuja rentabilidade se beneficia dos piores instintos e medos.

É nesse caldo de cultura — individualista, egocêntrico, imediatista, egoísta — que brotam como fungos os “intelectuais orgânicos” do capitalismo moderno e sua tara pelo “marxismo cultural”. Profundamente incultos, adeptos de todo tipo de teoria da conspiração, lacradores e muitas vezes alpinistas sociais, devotam um ódio profundo ao marxismo, não propriamente por conhecer as ideias das variadas tendências que compõem esta tradição, mas porque odeiam profundamente a noção fundamental defendida por Marx e Engels, a saber: a de que a humanidade é insustentável sem a igualdade.

Finalmente: o “marxismo cultural” existe? Num certo sentido existe, mas apenas como um espantalho que um setor da direita construiu para espancar.

Valter Pomar

Bibliografia

CARVALHO, Olavo. *O jardim das aflições*. Rio de Janeiro: Diadorim. 1995.

COSTA, Iná Camargo. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HICKS, Stephen. *Guerra cultural*. São Paulo: Avis Rara, 2021.

HITLER, Adolf. *A minha luta*. Porto: Edições Afrodite, 1976.

L G. *El asalto a la razón*. México-Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

MASCULINO/FEMININO. Sob o impacto da chamada Revolução Comportamental que varreu o Ocidente, principalmente nos Estados Unidos, nos anos 1960 — e face à ação de grupos organizados em torno de lutas específicas (ao menos em relação à insistência dos partidos marxistas em dissolver na luta de classes as demais *explorações*), como aquelas travadas pelo Movimento de Libertação Feminina e o Gay Power — surgiu uma forte reação dos setores conservadores e tradicionalistas em favor da reafirmação dos papéis tradicionais atribuídos ao homem e à mulher na sociedade (v. Homossexualidade e Revolta). A maior parte dos movimentos de libertação comportamental baseava-se em dois supostos fundamentais: o caráter cultural, portanto, aprendido, dos papéis sexuais — inclusive com o suposto freudiano da bissexualidade inata — e a igualdade intelectual de ambos os sexos. Assim, para Kate Millet, por exemplo, “... os estereótipos sexuais são desprovidos de toda base biológica”, não havendo diferenças inatas para além da fisiologia da procriação, erguendo-se os desempenhos sexuais a partir de uma condição pansexual ou bissexual inerente ao ser humano — só os condicionamentos culturais conformariam diferentes papéis (v. Sexualidade). A partir de um ponto de partida comum, no caso, a bissexualidade, a sociedade ergueria performances diferenciadas com projetos educacionais (do tipo *carrinho para meninos, bonecas para meninas*) calcados na violência impositiva (do tipo *homem não chora!*). Assim, em vez de *educar* pessoas, a *educação* estaria *educando* para o papel masculino e feminino, impondo como padrões conceitos e valores histórico-culturais, ou seja, relativos a uma cultura e a uma época e afirmados como naturais e/ou divinos. Sendo um papel imposto, a condição feminina (assim como a masculina) decorreria de um ato de violência e visaria perpetuar a situação favorável a um grupo (o masculino) em detrimento de outro (o feminino) no acesso aos bens e benesses existentes na sociedade. Da mesma forma,

a imposição de um papel masculino geraria desconforto e dor psicológica em todos aqueles homens que não se enquadrassem perfeitamente no modelo culturalmente vigente, inclusive levando à aceitação de uma masculinidade deficitária. Assim, para uma grande maioria de homens, a privação de uma série de emoções e prazeres considerados como femininos resultaria, através do recalque, numa devolução neurótica à sociedade do mal-estar gerado (v. Alteridade & Chauvinismo). Desta forma, a extrema agressividade do modelo masculino, a homofobia, a misoginia, etc., inscrever-se-iam na violência da imposição do modelo masculino, o que explicaria uma certa convergência inicial dos movimentos de rebeldia dos anos de 1960. Entretanto, apesar do inimigo comum — o macho chauvinista e os preconceitos decorrentes de sua dominação — as mulheres começaram a sentir-se desconfortáveis face ao Gay Power e ao movimento de lésbicas, ambos mitificando uma figura masculina (ora como objeto de desejo, ora como modelo gestaltiniano) pela qual, na realidade, as mulheres tinham desprezo. Assim, o movimento de mulheres tornou-se independente e assumiu o caráter de questionamento da maioria das regras sociais vigentes. Não era apenas a relação doméstica desigual e a divisão das tarefas no lar que mobilizavam as mulheres. As oportunidades de trabalho, a desigualdade de salários e tarefas, as regras para promoções e a convivência nos locais de trabalho tornaram-se alvos de protestos cada vez mais estridentes (v. Burocracia). Ora, o sistema social e econômico ocidental fora montado — particularmente o Estado de Bem-Estar Social do pós-Segunda Guerra — em torno do pleno emprego masculino e uma gestão feminina do lar. A mulher não era encarada como parte ativa no modelo e sim uma beneficiada em decorrência da condição de filha e depois esposa. As condições de acesso aos benefícios decorrentes do Estado Providência pautavam-se em uma série de normas que deveriam ser aceitas no âmbito da vida e conduta pessoal, em especial o matrimônio (v. Casamento). Os salários pagos às mulheres poderiam, assim, ser reduzidos em relação aos salários gerais, posto que seriam salários complementares à renda e não base de sustentação de uma família. Explicar-se-ia, desta forma, a máxima chauvinista tão cara aos antifeministas e aos misóginos: “... as mulheres não ganham mal, casaram mal”.

Os movimentos conservadores de caráter geral, ou aqueles temáticos, como o antiaborto, assumiram, desde logo, uma postura que variava da ortodoxia

religiosa — a obediência devida pela mulher ao marido — até um cientificismo duvidoso para afirmar a necessidade de a mulher “retornar ao lar” (v. Fundamentalismo Cristão). No caso europeu, em particular da Nouvelle Droite e do GRECE, tratava-se de redirecionar para outros alvos a rebeldia das mulheres (v. Neorracismo Diferencialista). Coerentes com sua postura de defesa da “civilização europeia”, apontaram os Estados Unidos como um local de desvalorização da mulher, e não a Europa. Na verdade, como a direita europeia afirmava, a supervalorização do dinheiro nos Estados Unidos, a perda dos valores tradicionais ligados a um Estado forte e a um papel dominante dos valores viris levaram as mulheres a exigir salários iguais como uma forma de ter acesso ao elemento que mais se identificava com a dominação masculina naquela sociedade (v. Estatismo). Assim, operar-se-ia um desejo falocrata de as mulheres disporem do elemento que faz um homem nos Estados Unidos preencher o seu papel masculino: a posse do dinheiro. Ocorre que, segundo a visão de direita do GRECE, a posse e o acúmulo de dinheiro não são verdadeiramente valores masculinos, mas sim um típico elemento feminino (conservação/aprisionamento/ recepção), o que caracterizaria a sociedade americana como dominada por valores femininos (“toda democracia é de essência feminina”, diria Benoist). (v. Conservadorismo). Assim, os homens americanos estariam aprisionados em uma lógica feminina acumulativa/retensora, só conseguindo extravasar as suas pulsões masculinas numa série de rituais domesticados, como as equipes de futebol universitário, o prestígio do *box* e demais formas de luta, assim como na irrupção dramática do uso prestigioso de armas (forma básica de prolongamento fálico), consagrado na forma mítica do macho americano: o *cowboy* (v. ARMAS, Posse de). A irrupção do feminismo nos Estados Unidos e sua exportação enquanto moda não seriam, pois, estranhos a esse caráter altamente feminino da sociedade americana. Na verdade, os críticos de direita do feminismo identificam democracia e condição feminina, enquanto o Estado forte (Estado-potência) teria as condições viris típicas (v. Homossexualidade e Fascismo). Assim, a sociedade americana enfatizaria o poder da opinião pública (em oposição à autoridade do Estado) e imporia um Estado que não age, apenas reage. (v. Teoria Amigo-Inimigo) Neste sentido, as mulheres americanas só se revoltam porque os papéis sexuais em sua sociedade estão confusos — sub-representados — e, por conta disso, acabam por buscar uma igualdade que não é natural.

Um segundo vetor menos sutil em direção ao qual a direita europeia aponta as suas armas é o Oriente. Na verdade, toda a gritaria sobre a opressão masculina seria válida no Oriente, onde as mulheres de fato teriam um papel subordinado imposto por mecanismos repressores. Para tais direitistas, o Oriente seria os judeus e o Islã. Historicamente, poder-se-ia constatar, conforme os integrantes do GRECE, que toda a opressão às mulheres adveio do Oriente, em especial através da religião judaico-cristã, mediante a qual “a desvalorização social da mulher é parte da estrutura religiosa” (J.M. Aubert) — subalternização inscrita inclusive na cosmogonia judaica, pela qual a mulher é criada em segundo lugar, da costela (“o lado”) do homem, sendo, portanto, derivada da própria natureza do homem. Enquanto o homem espelhava a condição divina, expressa no sopro sobre o barro, a mulher advinha da natureza, do material, da carne preexistente, guardando em si o pendor do retorno à natureza: a perdição que traz a própria perda ao homem. A aliança de Deus com o homem é selada através da circuncisão — da qual a mulher não participa. Mesmo do ponto de vista jurídico-normativa, como no *Exodus* (XX,17,7 e XXI, 7), a mulher é igualada, enquanto propriedade, ao gado. O cristianismo teria herdado todas as concepções antifemininas do judaísmo, embora nas suas origens tenha surgido como uma religião feminina. Assim, o grupo de mulheres — miseráveis, prostitutas e outras que abandonam o lar e suas obrigações — domina a figura masculina de Cristo, criando uma profunda tensão no próprio seio do cristianismo entre o culto a Maria (o marianismo) e o culto a Cristo (a cristologia).

Às tentativas “ocidentais” de masculinizar (associação do Cristo com Hércules, Thor ou Apolo), contrapõem-se as tendências pietistas de culto às diversas “virgens”. Embora o cristianismo pareça valorizar a figura feminina, a mulher existente na imagem de Maria não é uma mulher (“Não foi uma mulher, foi uma mala”, cf. Fernando Pessoa), posto que não exerceu as suas funções de procriar, negando-se às suas obrigações com o marido. Assim, a mulher idealizada não é a mulher real, aquela capaz de gerar filhos fortes — guerreiros e trabalhadores — e sim alguém que recusa a natureza do matrimônio e gera um homem contrário aos valores viris da guerra e que, além disso, oferece a outra face. Assim, mesmo com sua corte de mulheres santas, o cristianismo seria uma religião feminina, de dominados — da ralé — que reviviam os cultos lunares — subterrenos — do Oriente e eram contrários aos cultos solares da

Europa — valorizadores das figuras viris. Sob uma falsa aparência de elogio à mulher, o cristianismo teria imposto dois milênios de opressão em virtude de seu caráter Oriental, muito particularmente através das imposições rabínicas de Saulo/Paulo, normatizando a nova religião conforme os cânones judaicos (Julio Evola). A Europa apresentaria uma visão diferenciada, com a mulher deusa/heroína — de Palas Atenas até as Valquírias — capaz de competir em igualdade com os homens, inclusive num sistema politeísta contrário à figura de um deus-pai. As grandes mutações sociais e comportamentais da modernidade não teriam, conforme a *Nouvelle Droite* (Alain de Benoist), emancipado a mulher do interdito judaico-cristão. Karl Marx, por exemplo, e todos os seus seguidores teriam se mantido no campo da inveja do prazer feminino, negando à mulher — tal como no cristianismo — a sua função específica de mãe e, portanto, de ser sexuado. Segundo Benoist, a insistência de Marx em ver a mulher como um ser humano igual ao outro masculino e em encerrar a sua luta no casulo da classe trabalhadora, impondo um comportamento de fraternidade operária, excluiria a condição de ser sexual, de amante, da mulher. A própria idealização da figura feminina no socialismo reafirmaria o seu papel subordinado a partir do mito da superioridade da classe operária: as mulheres pintadas e esculpidas em monumentos públicos soviéticos, por exemplo, aparecem como parceiras camponesas do homem operário na luta e no trabalho. Uma mulher “camarada” estaria pudicamente excluindo uma mulher “amante”. Freud, apresentado como um recurso básico para a Revolução Comportamental, teria reafirmado de forma ainda mais tirânica — posto que interiorizada — a dominação masculina, expressa na ontogênese dos papéis sexuais masculino/feminino através da disputa de dois machos pela posse da fêmea (*O Oedipus original*). Por fim, todos os símbolos de “libertação” evidentes na altamente permissiva sociedade de consumo seriam na verdade elementos de desqualificação da mulher, reduzida a objeto hipererotizado e sendo mais uma vez desprovida de elementos básicos de sua própria natureza, como a maternidade. Com tal argumentação, a Nova Direita procura atingir vários alvos simultaneamente: por um lado, critica a sociedade americana — o *american way* — encarada como materialista, sem bases na tradição e sem conteúdo espiritual, voltada exclusivamente para o valor do dinheiro e mal escondendo a sua inveja tipicamente pequeno-burguesa; por outro lado, desqualifica a luta feminista na Europa, entendendo-a desnecessária, e

aponta um velho inimigo — o judaísmo — como a fonte de todos os males das mulheres modernas. Entretanto, um traço distingue-se no interior da direita: enquanto a direita mais tradicional apoiada nos diversos grupos integristas cristãos cessa na culpabilização dos judeus a sua análise da subordinação da mulher, a direita neofascista do GRECE e os grupos italianos ligados ao culto de Julius Evola evoluem em direção à culpabilização de todo o universo judaico-cristão, inclusive revalorizando as temáticas pagãs clássicas no interior do fascismo histórico. Por fim, a Nova Direita acaba por apontar um novo alvo para as feministas: o Islã, com sua obrigação do uso do *chador* (o *foulard*) e da prática da circuncisão feminina.

Nos Estados Unidos, por sua vez, a reação antifeminista foi buscar na biogenética os elementos fundamentais para subsidiar uma campanha de “volta ao lar”. O argumento básico residiria na ideia de que a condição humana só se vive como homem **ou** como mulher, contrapondo-se ao universalismo humanista, ao marxismo e à psicanálise. (v. Fundamentalismo Cristão e Política) Um autor de grande sucesso nos Estados Unidos chegará a afirmar que

“(...) os cérebros do homem e da mulher e, por conseguinte, a sua maneira de pensar não são certamente idênticos, e eu protesto quanto à afirmação segundo a qual não existe cérebro masculino nem feminino” (Gilbert-Dreyfuss).

Ao se estabelecerem na fisiologia e não na cultura as diferenças inatas entre homem e mulher, a condição dos homossexuais se tornaria ainda mais desconfortável, visto que seria necessariamente resultado de “falhas” cerebrais, possivelmente residentes no hipotálamo! Explicar-se-ia, assim, o grande número de pesquisas que vem se desenvolvendo nos Estados Unidos — e difundidas como o último avanço da ciência em programações do tipo *Discovery Channel* — em cérebros de mulheres e gays, num ridículo retorno às práticas pseudo-antropológicas do cientificismo do século XIX e que redundaram nas “pesquisas médicas” dos campos de concentração. (v. Asilo & Homossexualidade e Política) A maioria de tais pesquisadores possui uma sólida formação em genética, patologia cerebral e microneurologia, e consideram os seus *instrumentos* e *conceitos científicos* suficientes para explicar tudo — neste sentido, o ditador da Sérvia padeceria de deficiência na produção de serotonina, o

que explicaria as suas tendências neuróticas e assassinas. (v. Sociobiologia) Assim, em vez de democratizar o país, seria suficiente uma boa receita de Prozac para evitar a guerra e a limpeza étnica. (v. IUGOSLÁVIA, Guerra da) Além disso, os testes de inteligência e aptidões — instrumentos altamente questionados nos últimos anos — confirmariam um QI médio para as mulheres, sem grandes variações, enquanto no homem os mesmos testes apontariam para grandes variações, atingindo inclusive os patamares da genialidade — raro no caso das mulheres. Tal essencialidade da condição feminina, originária de bases fisiológicas inatas, espelhar-se-ia numa também inata psicologia feminina e em clara oposição a uma psicologia masculina. Poder-se-ia, assim, distinguir um universo de atitudes típicas: o **feminino** seria permeado pela *submissão, passividade, sensibilidade, ternura, receptividade, conservação, tradição, intuição*, pelo *instinto protetor* e pelo *detalhismo*; o **masculino** seria permeado pela *agressão, resistência, combatividade, energia, conquista, inovação, revolução*, pelo *domínio*, pelo *instinto caçador* e pelo *descontínuo*. Este modelo dual possui outras variações presentes em grande número de publicações, inclusive nas chamadas revistas femininas, abstraindo-se inteiramente os elementos relacionados à cultura, à educação, à força conformadora de instituições como a família, a escola e a igreja — matrizes originais da submissão feminina e da preeminência masculina — e insistindo-se no caráter natural-biológico das diferenças e, conseqüentemente, da condição patológica — no homem ou na mulher — de qualquer revolta contra o modelo estabelecido.

Em um *best-seller* absolutamente reacionário, o zoólogo britânico R. Baker insistiria no caráter positivo do estupro para a espécie, já que garantiria a reprodução de um macho predador mais forte e eficiente. (v. Darwinismo & Darwinismo Social) Uma conseqüência dramática de tal modelo, em especial a caracterização do homem moderno ocultando em si o bárbaro caçador do Neolítico, é a “compreensão” de uma série de atos violentos praticados contra as mulheres. Assim, estas não deveriam nunca esquecer que em cada homem *realmente macho* — para além do verniz de milênios de cultura do politicamente correto — reside um caçador, conquistador e guerreiro; logo, a infidelidade e o estupro estariam escritos nos cromossomos ou quem sabe no hipotálamo do homem. A reafirmação de uma diferenciação, em si bastante positiva e estimulante, entre a condição *masculina* e a condição *feminina* para além da cultura — e, portanto, provisória do ponto de vista histórico — encer-

raria todo o medo masculino face à mulher e a sua incapacidade — em especial em lugares públicos — de lidar com a competição entre sexos, de aceitar a liderança feminina e de disputar igualmente o que é oferecido pela sociedade, guardando as diferenças para uma relação de aceitação mútua no universo do que é particular a cada um.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

BAKER, Robin. A Guerra do Esperma. Rio de Janeiro, Record, 1997.

EVOLA, Julius. Essais Politiques. Puiseaux, Pardès, 1988.

PEIXOTO, Carlos Augusto. Metamorfoses entre o sexual e o social. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

ROUDINESCO, E.. Por que a psicanálise? Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

TAYLOR, Timothy. A pré-história do sexo. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

MAURRAS, Charles (1868 – 1952). Escritor, jornalista e político francês, principal animador do jornal e do movimento Action Française. Nascido em uma família tradicional da Provence, sofreu desde criança de surdez, o que tolheu sua vocação original, a marinha francesa. Dedicou-se profundamente aos estudos clássicos, de caráter humanista, constituindo-se numa vertente bastante original do pensamento conservador, recusando o autoritarismo modernizante em voga no início do século XX que desembocaria nos diversos fascismos. Maurras, ao contrário, defendia um retorno ao tradicionalismo da sociedade de Antigo Regime — a sociedade anterior à Revolução Francesa de 1789 — e considerava o abandono da tradição como a origem de dois erros básicos da sociedade moderna: por um lado, um erro político, a crença na democracia e na igualdade de todas as pessoas; por outro, um erro moral, o relaxamento da autoridade, da moralidade e da ordem. A única forma de restaurar os verdadeiros valores da sociedade francesa seria o retorno à tradição

através do que Maurras denominava de “revolução integral” (v. Integrismo & Intransigentismo).

A base filosófica da revolução integral seria o axioma de que *na natureza* há um princípio básico de desigualdade: a seleção. A Revolução Francesa de 1789, com seu princípio de *Igualdade, Fraternidade e Liberdade*, teria inoculado a França — e por extensão o mundo — com a falácia, segundo Maurras, de que os homens são iguais (v. GOBINEAU, Arthur de). Com uma forte base biologizante, de origem darwinista, considerava que a igualdade não existia na natureza, marcada pela disputa feroz entre as espécies e entre os indivíduos da própria espécie (v. Eugenia & Guerra). A Revolução de 1789 produzira o erro de considerar todos os homens iguais, impondo uma ordem igualitária, geradora da mediocridade. A Revolução Integral propunha a salvação da França através do retorno ao *costume*, compreendido como o retorno da sociedade de Antigo Regime através:

- a. da restauração da monarquia, que deveria substituir o parlamento e os partidos, síntese do regime democrático;
- b. da preeminência da aristocracia, uma elite natural formada por nascimento, com vocação de grupo dirigente do país;
- c. do restabelecimento do poder normativo da Igreja (embora o próprio Maurras não fosse religioso, considerava a Igreja como um dos pilares da ordem e da tradição).

Concebia-se, assim, um regime em que a monarquia desempenharia um papel funcional, uma garantia contra o facciosismo dos partidos e das disputas políticas, enquanto a Igreja seria pensada como mantenedora da ordem e das mentalidades — muito mais através da moral pública e da educação do que através de seu papel sagrado e sobrenatural (v. Darwinismo Social, Sociedade Civil & Jacobinismo).

Maurras e a Action Française. A *Action Française* surge em 1898 como uma revista que anima um grupo de intelectuais conservadores em torno dos jornalistas Maurice Pujo e Henri Vaugois. Nessa primeira fase, o movimento guarda grande apego à forma republicana de governo, marcando seu direitismo através de uma postura antissemita e autoritária. É a chegada de Maurras ao movimento que altera profundamente o caráter da *Action Française*,

rompendo com o quadro institucional republicano e assumindo-se enquanto corrente monarquista e tradicionalista. A originalidade da *Action Française*, sob a influência de Maurras, reside em seu tradicionalismo centrado em bases intelectuais, recusando o irracionalismo das demais correntes congêneres; da mesma forma recusa a modernização e os valores absolutos do progresso. Assim constituiu-se em movimento contrário à ampliação da participação das massas na vida pública — mesmo uma participação simbólica — em favor do que chamava de elites naturais, a nobreza, única vocacionada ao poder. Ao lado de jornalistas como Léon Daudet e Jacques Bainville, Maurras desenvolveu um estilo próprio, inédito na vida política francesa, com artigos de incrível virulência e de argumentos de baixíssimo nível, tudo ao lado de matérias de grande alcance político e mesmo filosófico. Tal tipo de ação atraiu a atenção de muitos jovens intelectuais fascinados pelas denúncias de decadência da França e da necessidade de restauração nacional (entre os aderentes da *Action Française* contava-se, então, Georges Bernanos, Jacques Maritain, Daniel Halévy e Pierre Gaxotte). (v. Juventude) Em 1908, a revista dá lugar a um jornal diário, ampliando enormemente os interessados no movimento; ao mesmo tempo, surge uma verdadeira tropa de choque a serviço dos interesses monarquistas e antisemitas, os chamados *Camelots du Roi*. Ao lado da crítica ferina à República e ao regime parlamentar, Maurras alinha um virulento antigermanismo, constituindo-se quase que em voz única de advertência em relação à fraqueza militar da França (v. Chauvinismo). Entretanto, ao mesmo tempo, Maurras elogia abertamente a Itália de Mussolini e a Espanha de Franco, chegando a propor um alinhamento antialemão na Europa (v. Franquismo).

A ênfase nas ideias sobre as elites naturais e no seu papel dirigente leva Maurras a desenvolver uma severa crítica ao Novo Testamento — “escrito por quatro judeus” — textos nos quais via as origens de um perverso igualitarismo semita, base das teses do liberalismo e do socialismo, afirmação que causa escândalo nos meios católicos. Ao mesmo tempo, a insistência de Maurras na crítica ao sistema de segurança coletiva europeia, como o proposto por Briand (França) e Stressemann (Alemanha), acaba por irritar o Vaticano (alinhado com o conservadorismo católico alemão), que lança, em 1926, um interdito sobre o jornal *Action Française* (o jornal é colocado no Índice das obras proibidas), afastando os católicos tradicionalistas do movimento. Com a consolidação do fascismo na Itália e o crescimento dos movimentos similares

na Alemanha, Hungria e Áustria, aumenta a pressão sobre o movimento no sentido de adotar uma postura mais autoritária-modernizante. (v. Autarquia) Assim, a partir de meados da década de 1920, o movimento *Action Française* é corroído em suas bases: por um lado, pelo boicote do Vaticano, que afasta do movimento os tradicionalistas, seus fiéis e, por outro lado, pelas correntes modernizantes que se aproximam mais e mais do fascismo.

Maurras e os fascismos. Face aos movimentos concorrentes no campo da direita, Maurras afina suas ideias e aprimora um sistema filosófico e político que irá influenciar fortemente o Regime de Vichy. Um dos pontos centrais do pensamento maurrasiano será a insistência em restaurar os chamados *corpos intermediários da sociedade* — a família, as localidades, as corporações — como interlocutores do Estado, em substituição aos partidos e sindicatos, acusados de dividir e enfraquecer a nação. Da mesma forma, critica a idolatria do Estado e a mobilização exacerbada das massas, características do fascismo. Identifica “quatro aliados” que operam a destruição da unidade e da grandeza da França e contra os quais deveria ser travada uma luta sem tréguas: o judeu, o protestante, o franco-mação e aqueles que Maurras denominava de *metecos*, os estrangeiros que invadem, traem e abastardam a França (v. Maçonaria & Nacionalismo). É notável como esta lista de inimigos elaborada no seio de debates travados nas páginas da *Action Française* aponta, simultaneamente, para o caráter arcaizante do movimento, sua clara filiação tradicionalista, reeditando os inimigos do Antigo Regime — maçons e protestantes — e, semelhante aos modernos fascismos, identificando judeus e estrangeiros como inimigos da pureza nacional (v. Alteridade). Sem dúvida, o antissemitismo maurrasiano influirá fortemente no *antisemitismo de Estado* do Regime de Vichy, assim como fará ouvir seus ecos em movimentos atuais, como a Frente Nacional (*Front National*) de Le Pen (muito especialmente na análise fantasiosa da invasão da França por estrangeiros, os metecos). A identificação do inimigo como o antinacional levará Maurras a um violento sentimento xenófobo, nacionalista e imperialista (v. Repressão e Violência). Entretanto, a tática defendida para a derrubada da República e a instauração do Estado Nacional Integral, o que seria feito através de um golpe de Estado — ecos do fenômeno Boulanger — mostrar-se-á ineficaz e sem esperanças. Grande número de jovens acabou por abandonar a *Action Française* em favor de movimentos mais organizados e dispostos a tornarem-se movimentos de

massa nos moldes dos fascismos italiano e alemão. Aí residirá um impasse para Maurras: a sua incapacidade de fazer um apelo às massas, à plebe, para a instauração de seu regime hierárquico e aristocrata, levando a si e a seu movimento a um beco político sem saída. Os jovens extremistas de direita, ao contrário, vão competir entre si na organização de partidos de caráter fascista, modernizante e capazes de usar a mobilização política do povo contra a República. Assim, elementos dinâmicos da extrema-direita, como Robert Brasillach, Lucien Rebatet e Joseph Darnand, abandonarão a *Action Française* para reunir-se em torno de movimentos claramente fascistas, como o animado pelo jornal *Je suis Partout* e *Le Nouveau Siècle*. Assim, a *Action Française* tornar-se-ia o principal celeiro fornecedor de uma elite de fascistas que assumirá ora a colaboração com os alemães — grande horror de Maurras — ora o apoio à colaboração de Estado praticada pelo Regime de Vichy. Além disso, servirá também como uma matriz ideológica para os movimentos fascistas franceses. A derrota francesa frente aos alemães em 1940, pressentida e anunciada por Maurras, surgirá como a oportunidade — chamada por ele de “divina surpresa” — de varrer do cenário político francês toda a herança do Iluminismo e da Revolução de 1789. Maurras apoiará firmemente o marechal Pétain e verá no Regime de Vichy o ponto de partida para a construção de seu modelo político arcaizante e tradicionalista, sendo até mesmo considerado um triunfo tardio de suas ideias (E. Nolte). Apoiará e incentivará a perseguição aos judeus e qualificará os resistentes antinazistas franceses de “terroristas”. Entretanto, a própria dinâmica da guerra e a colaboração oficial com a Alemanha nazista levarão os concorrentes fascistas, tais como Jacques Doriot e Marcel Déat, a superar politicamente a *Action Française*. O jornal deixará de circular em agosto de 1944, momento em que desaba o domínio alemão sobre a França. Preso em 1945, Maurras será condenado à prisão perpétua por traição, sendo indultado em 1952, pouco antes de sua morte.

A caracterização política de Maurras e da *Action Française* originou um longuíssimo debate historiográfico, ainda vivo. Ernst Nolte foi o primeiro especialista em fascismo a apontar para evidências identificadoras da *Action Française* e do fascismo, chegando a afirmar que *o movimento antecipa de fato e em certa medida o fascismo e isto não se dá somente no domínio sutil da ideologia*; a organização das tropas dos *Camelots du Roi*, o papel da imprensa como elemento de propaganda política, a criação de centros de “estudos” e editoras se-

riam elementos a se somarem aos aspectos doutrinários (v. Partido Político de Direita). Zeev Sternhell aprofundou a análise de Nolte e procurou na França — o que foi considerado grave injúria por muitos historiadores franceses — as origens do fascismo (v. Historiografia do Fascismo). O antisemitismo, o elogio à violência (com Georges Sorel) e a doutrina e prática da *Action Française* colocavam a França como antecessora do fascismo. Ainda uma vez, uma tese de Nolte sustentaria a análise de Sternhell: somente a França, entre todas as nações europeias no início do século XX, vivia um regime democrático, baseado nos princípios da igualdade, portanto, seria o único *locus* para o surgimento de seu absoluto contrário, o fascismo. Enfim, tal tese seria um elogio e não uma ofensa à França. Dois especialistas franceses, Pierre Milza e Serge Bernstein, por sua vez, manifestar-se-ão claramente contrários a tal interpretação, insistindo na tese das diferenças radicais entre o movimento *Action Française* (ancorado numa visão tradicionalista do Antigo Regime) e o fascismo (estativante, autoritário, modernizante e “popular”). Tal debate transbordará sobre a análise da natureza do Regime de Vichy, com o qual Maurras tanto se identificou, transformando-se em temática básica da história do tempo presente na França (v. Revisionismo/Negacionismo).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

MAISONNNEUVE, J.-L. L'extrême droite sur le divan. Paris, Imago, 1992.

MILZA, P. Les fascismes. Paris, Seuil, 1991.

NOLTE, Ernst. Les mouvements fascistes. Paris, Calmann-Lévy, 1991.

STERNHELL, Z. et alii. Naissance de l'idéologie fasciste. Paris, Fayard, 1989.

WEBER, Eugen. L'Action française. Paris, Stock, 1964.

WINOCK, M. (Org.). La droite depuis 1789. Paris, Seuil, 1995.

MEIN KAMPF (MINHA LUTA). Livro basilar do Nazismo, concebido por Hitler enquanto esteve preso na fortaleza de Landsberg, após o fracasso do

Putsch de Munique em novembro de 1923 (v. Fascismo). A obra foi ditada por Hitler a alguns companheiros de prisão, tendo se destacado nas anotações o seu secretário Rudolf Hess. O título original — “Quatro Anos e Meio de Luta contra Mentiras, Estupidez e Covardia” (“*Vierenhalf Jahre Kampf gegen Lüge, Dummheit und Feigheit*”) — foi sintetizado, obedecendo às exigências de mercado. Publicado em dois volumes, o *Mein Kampf* foi relançado em 1930 em edição única e formato popular. Às vésperas de Hitler chegar ao poder, cerca de um milhão de exemplares já haviam sido vendidos (v. Fascismo na Alemanha). Durante a dominação nazista, o livro compulsoriamente passou a fazer parte de cerimônias sociais, sendo que nos casamentos passou a ser um presente do Estado oferecido aos noivos (v. Estatismo & Totalitarismo). *Mein Kampf* fez de Hitler um homem bastante rico, já que o número de exemplares chegou a quase dez milhões por volta de 1943 (v. Hitler: Historiografia).

Na concepção do livro, Hitler procurou estabelecer uma doutrina mais precisa que os Vinte e Cinco Pontos do Partido Nazista, propondo-se a analisar a evolução da Alemanha, além de esboçar sua própria trajetória pessoal. Eivado de digressões incoerentes e conclusões pseudocientíficas, o livro acabou tornando-se um guia sobre a Visão de Mundo — *Weltanschauung* — que o verdadeiro alemão devia ter (v. Nacionalismo). Nele estão apresentadas as teorias centrais da desigualdade racial nazista, baseadas em ideias retiradas das concepções de Joseph Arthur Gobineau, além das posições antisemitas de Houston Stewart Chamberlain. O resultado de tais interpretações convergiam para a ideia de que os alemães formavam uma raça superior, cabendo-lhes suprimir a influência nefasta que os judeus haviam constituído na civilização ocidental (v. Eugenia & Natureza). Mesclando sua visão racial com o retrato de sua história pessoal, Hitler descreveu em *Mein Kampf* o momento em que se deparou com um judeu, seguindo ele, uma das experiências marcantes de sua vida:

“Um dia em que passeava pelas ruas centrais da cidade, subitamente deparei com um indivíduo vestido em longo *caftan* e tendo longos cachos pretos pendidos à cabeça. Meu primeiro pensamento foi: isso é um judeu? [...] Observei o homem, disfarçada mas cuidadosamente, e quanto mais eu contemplava aquela estranha figura, examinando-a traço por traço, mais perguntava a mim mesmo:

isso é também um alemão?” (v. Alteridade & Protocolos dos Sábios de Sião)

Na visão de Hitler, cabia ao Estado concretizar a noção do *Führerprinzip*, mais adequada aos novos tempos do que a democracia, sistema tido como incapaz de contornar a crise em que se encontrava a sociedade alemã (v. Historiografia do Fascismo). Como corolário da centralização em torno do líder, *Mein Kampf* apresentou um capítulo defendendo a ideia de que o sistema federativo deveria ser substituído pelo Reich unitário e indissolúvel (v. Autarquia). Em relação à política internacional, Hitler defendia a expansão territorial, meio de obtenção do Espaço Vital (*Lebensraum*), além de permitir à Alemanha recuperar seus territórios históricos (v. Imperialismo & Völkisch). Em relação aos outros países, alianças com a Inglaterra e a Itália não eram descartadas, enquanto a França era vista como a principal inimiga da nação alemã, uma vez que foi considerada responsável pelo Tratado de Versalhes (v. Chauvinismo). Na primeira página do livro, suas intenções em relação à Áustria apareciam com bastante clareza:

“A Áustria alemã deve voltar a fazer parte da grande pátria germânica” (v. Conservadorismo).

Abordando questões referentes à propaganda, em grande parte influenciado pelas técnicas inglesas e norte-americanas, Hitler lançou as linhas gerais a serem seguidas pelo futuro Ministério da Propaganda e da Informação Pública, sob o controle de Joseph Goebbels. Defendendo a utilização de uma propaganda simples e objetiva, marcada por maniqueísmos, Hitler afirmava:

“A capacidade de compreensão do povo é muito limitada, porém, em compensação, a capacidade de esquecer é grande. Assim sendo, a propaganda deve-se restringir a poucos pontos. E esses deverão ser valorizados como estribilhos, até que o último indivíduo consiga saber exatamente o que representa esse estribilho” (v. Suástica).

Apesar de ter sido uma obra bastante citada já em sua época, poucos dos estadistas europeus a consideraram um programa coerente o suficiente para ser colocado em prática por um político ou partido (v. Política & Partido Político)

de Direita). À parte de teorias intencionalistas ou funcionalistas, Churchill resumiu a questão em torno do livro de forma bastante clara:

“Estava tudo ali: o programa de ressurreição alemã e a técnica de propaganda partidária; o plano de combate ao marxismo, o conceito de Estado Nacional-Socialista [...], ali estava o novo Alcorão da fé e da guerra: empolado, verborrágico e amorfo, mas carregado de sua mensagem.”
(v. Ditadura & Ideologia).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

HITLER, Adolf. Minha Luta. São Paulo, Editora Moraes, 1983.

KERSHAW, Ian. Hitler: Um Perfil de Poder. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

LUKACS, John. O Hitler da História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

MILZA, Pierre. Les Fascismes. Paris, Imprimerie Nationale, 1985.

STERN, J. P. Hitler, le Führer et le Peuple. Paris, Flammarion, 1995.

MEIR KAHANE E KAHANISMO.

“Se eles estiverem neste país, eles vão querer os judeus fora do Estado. Se eles estão fora deste país, eles vão nos odiar do lado de fora. Eu preferiria ter um vizinho odiando distante do que um próximo.”

Foram as palavras de Kahane em entrevista, quando defendia a expulsão em massa de árabes de Israel. De suas ideias racistas e ultranacionalistas, nasceu o movimento kahanista, de muita influência na extrema-direita norte-americana, israelense e brasileira.

Meir Kahane nasceu no Brooklyn, em Nova York, no ano de 1932, em uma família de judeus ortodoxos oriunda no Leste Europeu. Durante sua adoles-

cência, se aproximou de ideias de Zeev Jabotinsky, fundador do sionismo revisionista — corrente à direita do sionismo hegemônico trabalhista, que ansiava por esforços mais profundos das lideranças sionistas para estabelecer um Estado judeu em toda Israel bíblica e de negação à cultura árabe.

Ainda jovem, Kahane vivera o turbilhão de conflitos étnicos e raciais da sociedade de Nova York do final dos anos 1960. Em 1968, criou a Liga de Defesa Judaica (JLD), um grupo de defesa judaico contra supostos ataques de negros. Os slogans eram “Nunca mais!”, instrumentalizando a memória do Holocausto para justificar a existência de seu grupo, e “Poder Judaico”, ironicamente inspirado no lema dos Panteras Negras. Ao defender a tese que os movimentos “Black Power” eram centralmente antissemitas, igualava seus integrantes aos nazistas. Com o tempo, no auge da Guerra Fria, o alvo também passou a ser o que ele denominou como “comunismo mundial”, através de um discurso conspiracionista de perseguição aos judeus e ao estilo de vida ocidental.

Kahane não acreditava em uma nação norte-americana multicultural. O enfrentamento seria a partir da ideia de que há uma necessidade de priorizar as famílias à nação e que, portanto, judeus teriam que defender suas famílias contra todos. Ele passaria a lutar para que jovens judeus revidassem ao que considerassem antissemitismo, e acreditava que a JLD recuperaria o “judeu esquecido”, tradicional e religioso, que o establishment judaico americano havia supostamente deixado para trás, perdido sua essência. Por isso, foi detido diversas vezes por violência e incitação à violência durante a década de 1970 nos Estados Unidos.

Também nos anos 1970, começa sua carreira política em Israel, fundando o partido Kach em 1971. A plataforma mais importante do partido era clara: expulsar os árabes de todos os territórios controlados por Israel e abolir o relacionamento multiétnico, proibindo casamentos e relações sexuais entre árabes e judeus. Ele perpetuava uma perspectiva racista de “povo escolhido”, em que o povo judeu teria o controle de todo aquele território, através de uma leitura fundamentalista da bíblia e de fundamentações messiânicas. Seus primeiros discursos também eram contra a comunidade hebraica negra que, segundo ele, envergonhavam a cultura e o verdadeiro povo de Israel — deixando claro o recorte étnico de sua leitura.

A apropriação da memória do Holocausto para justificar essas medidas continua central para seu discurso em Israel. Com o lema “Nunca Mais!”, Kahane diz que os judeus precisam fazer com os árabes aquilo que os poloneses fizeram com os descendentes de alemães após a Segunda Guerra Mundial: expulsando essas pessoas do território para evitar tragédias futuras. Ele chegava a dizer que os árabes eram um câncer naquela terra, e que era necessário extirpá-los.

Durante os anos 1970, o desempenho eleitoral de seu partido foi irrelevante, com menos de um por cento de votos, não conseguindo um deputado sequer no Knesset (parlamento israelense). Porém, o pequeno grupo conseguiu muita visibilidade na sociedade israelense no ano de 1982, quando foi assinado o Tratado de Paz entre Israel e Egito. Na ocasião, Israel devolveria a Península do Sinai em troca da paz. Alguns seguidores de Kahane vão a Yamit, assentamento judaico na região do Sinai, para resistir à sua evacuação. Ao invés de cooperar com os soldados israelenses, muitos deles ameaçam a tirar a própria vida. A grande repercussão do caso transformou o Kach em um “partido maldito” dentro da política israelense, mas aumentou a visibilidade e popularidade de Meir Kahane. Nas eleições de 1984, o Kach consegue finalmente eleger um deputado para o Knesset.

Os discursos abertamente racistas e antiárabes de Kahane eram considerados um grande problema para o Estado de Israel, por todos os espectros políticos. O Kach chega a ser proibido de entrar pelo Comitê Eleitoral do país, mas ele recorre à Suprema Corte, reclamando ter sido a primeira vez que judeus eram banidos de uma eleição em Israel, e consegue seguir no mandato. Kahane também chamava a Declaração de Independência de Israel, que garantia cidadania aos cidadãos árabes, de “documento esquizofrênico”. A constrangedora entrada de Kahane no Knesset fez com que os deputados aprovassem uma lei que abolia discursos racistas em campanhas eleitorais, o que impediu o partido de concorrer nas eleições de 1988.

Meir Kahani morreu em 1990, assassinado em Nova York por Sayyid Nosair, um egípcio ligado a Jihad Islâmica, enquanto falava sobre uma multidão de judeus ortodoxos da importância da migração para Israel (a chamada Alliah). Seu funeral foi marcado por gritos de “morte aos árabes”, “vingança”, por culto a sua figura e ataque à imprensa que tentava cobrir o evento. Desde então,

o kahanismo criou alguns partidos e movimentos dissidentes, nos Estados Unidos e em Israel.

Em 1994, o kahanista Baruch Goldstein matou a tiros vinte e nove e feriu mais uma centena de palestinos na Tumba dos Patriarcas, em Hebron, na Cisjordânia. O atentado fez com que o Kach e o Kahani Chai (um movimento dissidente do Kach) fossem considerados organizações terroristas, banindo os partidos definitivamente da política israelense. No entanto, o kahanismo permaneceu vivo desde então. O movimento ganhou nova força na década de 2010, com a entrada do partido Força Judaica no parlamento israelense, partido que chegou a fazer parte da coligação do ex-primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

O kahanismo é o que consideraríamos uma espécie de movimento de fundamentalismo religioso judaico. Nele, há a defesa de uma superioridade racial e cultural de judeus europeus por uma leitura muito específica da Torah, a bíblia judaica. Por isso, não só há uma hierarquização civilizatória entre grupos étnicos diferentes, mas a compreensão que estes grupos estarão sempre em conflito, não podendo coexistir em um mesmo espaço. Nessa leitura, o confronto é inevitável entre o conservadorismo e o progressismo, o Ocidente e o Oriente, capitalismo e comunismo, judeus e árabes ou negros. Este é o determinismo que muitos pensadores da extrema-direita chamam leem como “guerra cultural”.

No Brasil, o kahanismo é um dos elementos encontrados na formação política Olavo de Carvalho, inspirado pela referência do escritor e rabino Marvin Stuart Antelman, que propagava a ideia de que o povo judeu não existe mais, e sim dois povos judeus: um que aceita a bíblia e o que não aceita. No livro *To Eliminate de Opiate* (1974), Antelman defende a ideia de conspiração global que envolve marxismo, *illuminatis* e outros grupos que estariam unidos pela eliminação das religiões judaica e cristã e implantação de um governo comunista mundial. A obra, que teve uma segunda edição em 2002, inspirou o viés conspiracionista global no discurso do guru da extrema-direita brasileira.

Por isso, o kahanismo é um dos precursores da imagem de Ocidente como a terra do conservadorismo e da “sociedade judaico-cristã”, que estaria sempre em conflito aberto com árabes muçulmanos, progressistas, o Oriente, movi-

mentos identitários, comunismo, minorias raciais, grupos LGBTQI+ e todos os possíveis adversários deste Ocidente conservador.

O legado que o kahanismo deixa para a extrema-direita mundial (e brasileira) passa pela incitação à violência racial, intolerância religiosa, extremismo religioso, ultraconservadorismo e conspiracionismo.

Michel Gherman

Gabriel Mizrahi

Referências:

GHERMAN, Michel e KLEIN, Misha “Entre ‘conversos’ e ‘desconversos’: O caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro”. In: *Estudios Sociales del Estado* (Argentina) 5(9): pp. 101–123.

Jornal Haaretz: “Who is Meir Kahane and why is his racist legacy relevant again?” Acessado pelo link: <https://www.haaretz.com/israel-news/elections/premium.MAGAZINE-israel-election-who-was-meir-kahane-and-why-is-his-racist-legacy-relevant-again-1.9654532>

LIMONCIC, Flávio. FUNDAMENTALISMO JUDAICO, em: Silva, Francisco Carlos Teixeira, Sabrina Evangelista Medeiros, and Alexander Martins Vianna. *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens*. Mauad, 2000.

Mergui, Raphael; SIMONNOT Philippe. *Israel’s Ayatollahs: The Far Right in Israel*. London: Saqi Books. 2001.

Olavo de Carvalho: “A chacota geral do mundo”: Acessado pelo link: <https://olavode-carvalho.org/a-chacota-geral-do-mundo/>

SCHOLEM, Sholem *As grandes correntes da mística judaica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MELONI, Giorgia e o neofascismo italiano. Romana, 45 anos, Giorgia Meloni é a presidente de Fratelli d’Itália, partido de extrema-direita que se tornou, nas eleições legislativas italianas de setembro de 2022, o maior partido do país, com 26% dos votos populares, obtendo, junto a seus aliados de direita e centro-direita, Forza Italia, partido de Silvio Berlusconi, e a Liga, de Mat-

teo Salvini, a maioria de cadeiras no Parlamento, números que permitirão a formação de um governo por ela liderado. Primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira Ministra na Itália, mas, sobretudo, primeira vez em que chega a guiar o governo, um partido cuja história apresenta claramente laços e simpatias com o passado fascista do país, apesar das declarações nem sempre felizes de distanciamento do mesmo por parte de seus expoentes.

Na vitória eleitoral de Meloni têm pesado sobretudo suas batalhas dos últimos anos, como a luta contra as levadas maciças de refugiados chegando ao território nacional, ou contra a política de controlo da pandemia considerada excessiva e sufocante, mas também a defesa dos valores nacionais acima de qualquer colaboração ou subordinação à União Europeia, ou a reivindicação de pautas conservadoras em tema de família e sociedade. Seu partido esteve sempre na oposição aos recentes governos, tanto os liderados pela esquerda democrática como os de emergência ou unidade nacional, diferentemente dos outros partidos de direita, que destes últimos fizeram parte, e talvez por isso foram punidos pelo eleitorado mais conservador.

Fratelli d'Italia, cujo crescimento nos últimos quatro anos foi surpreendente, passando de um simples 4% das preferências dos eleitores em 2018 aos números de 2022, surgiu em 2012, como nova agremiação política, no âmbito de uma reformulação da extrema-direita italiana, promovida por Meloni e outros, insatisfeitos da virada moderada do partido de Aliança Nacional (1994 – 2009), por sua vez herdeiro do histórico Movimento Sociale Italiano, nome com o qual antigos membros do partido fascista e da própria República Social Italiana (1943 – 1945) se apresentaram à cena política italiana após a Segunda Guerra Mundial, conquistando um punhado de cadeiras parlamentares a cada eleição, mas sempre ficando excluídos de qualquer governo, pela escolha antifascista da Constituição Italiana de 1948, que proibia a reconstituição do recém-dissolvido partido fascista sob quaisquer formas. Se o Movimento Social tentou nem sempre explicitamente se defender das acusações de fascismo, Aliança Nacional, seu herdeiro após a reformulação dos partidos italianos na década de 1990, proclamava o fim de qualquer ligação com o fascismo, abraçando os valores da direita que precederam Mussolini e a ele sobreviveram, e conquistando espaço no governo conservador guiado por Berlusconi.

Essas proclamações de moderação e distância do regime ditatorial de Mussolini, contudo, não impediram durante toda a segunda metade do século XX a existência de uma militância de membros da extrema-direita, sobretudo nas formações juvenis dos partidos, e em organizações paralelas, às vezes de cunho paramilitar, com congressos, passeatas, eventos de massa, nos quais frequentemente slogans e estilos de apresentação denunciavam pelo contrário simpatias e apelos ao passado fascista. Meloni fez parte da ala jovem do MSI e em seguida guiou os grupos estudantis de Aliança Nacional, até chegar a ser eleita deputada em 2006. Seu próprio crescimento no partido se deve às suas capacidades de organização e liderança nos braços juvenis dos movimentos de extrema-direita. O mundo do extremismo de direita na Itália, tanto nas décadas passadas como no período atual, é multifacetado, e nem sempre a definição de neofascismo é aplicável *tout court* às suas manifestações. Pode-se pensar, ainda no âmbito juvenil, no exemplo de Casa Pound, que surge recentemente da galáxia dos movimentos de ocupação de espaços urbanos e que tende a ultrapassar as categorias de direita e esquerda, embora proponha a seus membros uma visão do fascismo como filosofia de vida, com seus valores de companheirismo e vitalismo. A própria Meloni em recentes entrevistas ou mensagens declara que “a direita italiana há anos entregou fascismo à história”, e afirma: “Se eu fosse fascista diria que o sou. Pelo contrário, nunca falei de fascismo, porque não sou fascista”.

Contudo, essas declarações não eliminam a presença significativa no imaginário sobretudo dos movimentos juvenis, mas também de setores do partido, de claras referências ao período fascista. Dos lemas presentes em vários manifestos do braço universitário do movimento — “Crer, combater, vencer”, “Fortemente crer” ou “Fortemente querer”, que lembram o mussoliniano “Crer, obedecer, combater” — às imagens de militantes com braçadeiras típicas dos movimentos nazistas, com tanto de cruz céltica, do nome do congresso do movimento juvenil do partido em 2018 (“Fenix”), que alude ao renascimento triunfal de algo que parecia aniquilado pela história, ao slogan frequentemente usado por Fratelli d’Italia em suas publicações, “O amanhã pertence a nós”, versão italiana da música “Tomorrow Belongs to Me”, cantada no filme *Cabaret* (1972) por um jovem da Hitlerjugend, com saudação nazista no final, e adotada em seguida como hino por muitos grupos de extrema-direita ou supremacistas brancos.

Simple coincidência, expressões folclóricas, atos goliárdicos, como são definidas por expoentes do partido algumas destas manifestações, inclusive a saudação fascista que retorna em várias ocasiões? Ou o permanecer de um passado que não quer passar? Com Luciano Cheles, professor de Estudos Italianos da Universidade de Grenoble, ao qual devemos algumas das anteriores considerações, podemos nos perguntar assim se a frase “A história nos deu razão”, que Meloni pronunciou em Roma no comício de campanha de 20 de julho deste ano, talvez possa ser o eco da afirmação de Mussolini, em sua última entrevista, uma semana antes do fim da guerra e de sua própria execução pelos partigiani:

“A história me dará razão [...] Um jovem surgirá. Um líder que deverá inevitavelmente agitar as idéias do fascismo”.

Marcello Scarrone

MICHELS, Robert (1876 – 1936). Referência obrigatória na sociologia das organizações, o trabalho mais conhecido do alemão Robert Michels, *Sociologia dos partidos políticos*, publicado em 1911, é também uma crítica contundente à concepção clássica de democracia e ao socialismo (v. Ideologia). O seu argumento central — ao qual denominou de lei de ferro da oligarquia — é o de que a igualdade, o autogoverno do povo e a soberania popular são impossibilidades práticas. Segundo ele, todas as organizações, qualquer que seja o seu escopo, sindicatos, partidos ou mesmo os Estados são inexoravelmente controlados por minorias que buscam perpetuar-se nas posições de mando ou transmiti-las aos seus herdeiros. Isto se dá mesmo nas organizações que se apresentam como defensoras e expressões maiores do igualitarismo e da democracia, como foi o caso dos partidos socialistas do início do século XX, especificamente estudados pelo autor. Na verdade, Michels era oriundo da social-democracia alemã, o que levou que fosse bloqueado o seu acesso ao magistério superior, vedado ao ingresso de professores socialistas ou judeus (v. Inimigo). Com sua carreira na Alemanha cortada, o sociólogo instalou-se na cidade de Turim (Itália) em 1907, onde se tornou discípulo de outro crítico da democracia, o cientista político Gaetano Mosca. A saída de seu país marcou

igualmente o seu progressivo afastamento do socialismo (v. Conservadorismo & Revolução).

Se Michels se apropriou em suas teses de algumas das formulações de Mosca, também não há como desvinculá-las de sua passagem pela social-democracia, sendo influenciadas pelas intensas discussões que eram travadas, entre outros, por Rosa Luxemburgo, Vladimir I. Lenin e Karl Kautsky sobre a democracia direta e o caráter dos partidos operários. Por isso mesmo é que *Sociologia dos partidos políticos* foi alvo dos comentários críticos de intelectuais militantes de esquerda como Nicolai Bukharin, Antonio Gramsci e Georg Lukacs. Segundo o livro, o grande crescimento e a diversificação das sociedades haviam tornado inviável o ideal de democracia direta, exercida através da livre participação dos cidadãos em assembleias. Com isso, tornavam-se cada vez mais necessárias organizações que representassem os interesses dos diversos grupos sociais. No desenvolvimento destas organizações, na medida em que se complexificavam suas tarefas, os seus delegados acabavam não apenas tendo que se dedicar a elas em tempo integral, como também a conformar habilidades e competências específicas necessárias à tomada de decisões urgentes, sem possibilidade de consulta às bases, diferenciando-se destas, tornando-se autônomos, independentes do seu controle. Por este mesmo processo, delegados e funcionários tornavam-se profissionais da organização. Eles passavam a depender dela para a sua sobrevivência, o que se dava numa escala tanto maior quanto mais afastados estavam de suas atividades profissionais originais. Mais do que isso, a própria sobrevivência das organizações passava a depender deles, que controlavam os seus meandros, os seus recursos, os seus mecanismos de funcionamento, o que justificava a sua permanência em seus cargos durante longos períodos. Operava-se, desta forma, uma simbiose entre delegados e organização, o que resultava em uma inversão nos objetivos e no sentido desta. Fugindo ao controle das bases, a organização passava a ser direcionada não para os interesses destas, mas sim para os interesses dos delegados ou para os interesses que eles sustentavam ser das bases. Os delegados e os representantes deixavam, assim, de ser servidores do povo para se tornarem, na expressão de Michels, seus patrões. O Estado socialista, como qualquer organização, não fugia a esta regra inexorável, ainda que fosse apresentado como a forma mais perfeita de democracia. Ele era um Estado dos socialistas e não das grandes massas, do proletariado. A vitória do socialismo,

afirmava Michels em seu livro, seria não o triunfo da igualdade, mas sim o dos seus partidários (v. Jacobinismo).

Mario Grynszpan

Referências Bibliográficas:

ALBERTONI, Ettore A. Doutrina da classe política e teoria das elites. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

BOTTOMORE, T. B. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

GRYNSZPAN, Mario. "A teoria das elites e sua genealogia consagrada". Rio de Janeiro, RBIB, 1996 (41): 35–83. MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MITZMAN, Arthur. Sociology and estrangement: Three sociologists of Imperial Germany. New Brunswick, Transaction Books, 1987.

MIGUEL REALE E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL. Ser especialista em estudos jurídicos e ocupar a chefia da Secretaria Nacional de Doutrina da Ação Integralista Brasileira conferiram a Miguel Reale uma posição proeminente como teórico do Estado Integral, a par das concepções fundamentais já delineadas por Plínio Salgado, especialmente no Manifesto Doutrinário de 1932. A especificidade da reflexão teórica de Reale, que contrasta com a de Plínio, reside na abordagem técnico-jurídica com que trata a estrutura que deverá ter o Estado Integralista, em vez de fazer reflexões de princípios. De certo modo, a formação católica de Plínio e mesmo o seu perfil intelectual como homem de letras levaram-no a valorizar mais a reforma do homem do que a do Estado. Em Reale, ao contrário, a sua formação jurídica e a trajetória política na vida universitária, que passou pelo liberalismo e pelo marxismo até chegar ao integralismo, fizeram-no conferir ao Estado uma posição central nas suas reflexões. Miguel Reale empreende sua reflexão teórica a partir de um conjunto de obras que versam sobre a história das ideias políticas, tais como: *Formação da Política Burguesa* (1934); *O Estado Moderno* (1935); *Atualidades do Mundo Antigo* (1936); *O Capitalismo Internacional — introdução à economia nova*

(1935) e *Atualidades Brasileiras* (1937). As suas obras doutrinárias integralistas foram: *A Posição do Integralismo* (1933); *Perspectivas Integralistas* (1935) e *ABC do Integralismo* (1935). (v. Conservadorismo).

Enquanto para Plínio Salgado o Estado deveria resultar da organização dos grupos naturais, com ênfase na família, para Miguel Reale a base da construção do Estado residia na organização sindical (v. Natureza & Sindicato). Essa primazia da estrutura de um sindicalismo ordenado — que culminaria na organização corporativa de todos os produtores e da qual deveria derivar, por último, o Estado, as suas instituições e as formas de representação — aproxima Reale de uma acirrada crítica à doutrina liberal e de uma adesão ao Estado como aquele do fascismo na Itália. Assim, para Reale, o primado da ação organizativa da vida econômica moderna e de toda a atividade social deve caber a um Estado situado “acima das classes”, sendo superior a todas elas “pelas forças que deve dispor e pelos fins que deve realizar” (*ABC do Integralismo*). (v. Autarquia & Governabilidade). Ao referir-se ao sistema de representação, proclama que o Estado não é a soma dos indivíduos isolados — como pretendia o “naturalismo liberal” —, mas a unidade das classes produtivas organizadas: “Só quem produz tem direito de votar e de ser votado”. Portanto, não são nem os partidos políticos vinculados à liberal-democracia e nem tampouco um sindicalismo socialista (resultado da simples indiferença do Estado liberal com a questão social) que devem compor as forças políticas organizadas da Nação, mas os

“trabalhadores intelectuais e manuais. Só a representação dos trabalhadores é representação popular”. Nessa concepção de um Estado Sindical integralista, Reale confere ao sindicato “*as mesmas características da Nação: é um órgão de finalidades éticas, políticas, econômicas e culturais (...). É um órgão de direito público, sob imediata fiscalização e proteção do Estado*” (v. Política & Revolução).

Em seu ensaio sobre *O Estado Moderno*, Reale desenvolve os fundamentos teóricos e históricos que deram origem ao Estado Liberal, ao fenômeno fascista e, por último, à sua concepção do Estado Integral. Ele situa o final da Grande Guerra como a derrocada final da estrutura tradicional de poder, fazendo

emergir o “Estado Moderno”, assumindo estas duas formas distintas: a forma do Estado fascista e a do Estado bolchevista.

“O primeiro marca a reação do Estado contra as organizações que o queriam absorver; o segundo, a absorção da máquina do Estado por uma das organizações: a do proletariado” (Bases da Revolução Integralista, Op.cit.)

Sendo o bolchevismo, segundo Reale, a consequência final e indireta do liberalismo, ele vai optar pelo Estado fascista. O fascismo, contudo, substituiu a concepção do Estado jurídico e do cidadão pela concepção do Estado econômico e do produtor. Ao mesmo tempo, o fascismo, sendo uma das tendências naturais do Estado Moderno, acaba por restituir ao Estado sua plena soberania ao identificá-lo com a Nação. Reale destaca ainda duas tendências fascistas: uma “radical”, defensora de um Estado “totalitário”, e uma “moderada”, que corresponde ao Estado Integral (v. Totalitarismo). Ele se filiou a esta última visto que, ao contrário da forma “totalitária”, a tendência fascista “integral” confere uma maior autonomia ao indivíduo. Embora não estejam em oposição essas duas tendências, apresentam diferenças de resultados, pois a singularidade do Estado integral reside, ao fim de tudo, na sua vontade ética. A sua natureza específica não reside, portanto, nem na estrutura sindicalista e nem no corporativismo, mas em tomar em primeiro plano o homem e suas projeções morais. Se no Estado fascista “totalitário” a moral está subordinada ao Estado, no Estado fascista “integral” é o Estado que se subordina ao imperativo moral. Reale infere, então, que nessas condições o Estado Integral deve aceitar o “conceito dinâmico dos direitos fundamentais do homem”, que não são jurídicos e sim éticos. Reale considera que o resultado desse processo será o Estado Integral construindo uma nova “democracia”. Não, por certo, uma democracia liberal com partidos políticos e sufrágio universal, mas uma democracia de tipo novo: *orgânica* e *elitista* (v. MICHELS, Robert). Será, portanto, o regime em que o Estado, nas mãos das elites culturais, criaria as condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, ampliando cada vez mais o conjunto da classe dirigente (v. Estatismo). De forma piramidal, do ponto de vista do exercício da autoridade, o Estado será “democrático na base”, devendo diminuir “a participação direta do povo à medida que se elevem os problemas a planos mais altos e mais complexos”. Na

ideia de Reale sobre uma nova síntese a que corresponde o Estado Integral, está incorporada a ideia de superação de Alfredo Rocco — teórico do fascismo italiano. Ela deve conter todas as concepções anteriores, ultrapassando-as, no entanto, para realizar a síntese entre o espírito medieval e o espírito moderno. Segundo Miguel Reale, a Idade Média conheceu as corporações, mas não conheceu o Estado; enquanto a Era Moderna, que se desenvolveu desde a Renascença e da Reforma até a Grande Guerra, criou o Estado, porém, depois de deturpar as corporações, declarando-as fora da lei com a Revolução Francesa. A síntese integralista recupera esses dois elementos preciosos de organização, dando-lhes nova feição e um novo ritmo (v. Corporativismo: Teoria & Antigo Regime).

Chega-se, então, à organização dessa nova estrutura jurídico-política que é o Estado integral, tal como é proposta por Reale. Os órgãos de representação do Estado seriam o presidente da República, a Câmara Corporativa Nacional e o Conselho Nacional ou Senado. O sistema obedeceria ao princípio do sufrágio indireto e hierarquizado por todas as esferas dos organismos sociais; apenas no nível local a escolha dos membros do Conselho Municipal seria feita através da eleição direta pelos membros dos sindicatos. Dos municípios, cada classe profissional formaria um sindicato que teria reconhecimento oficial do governo. No interior do sindicato, as eleições levariam à escolha dos representantes sindicais ao nível municipal. Os diversos representantes sindicais escolhidos constituiriam o Conselho Municipal que elegeria o prefeito local. No plano regional, os representantes sindicais de uma mesma profissão, todos reunidos, formariam as federações sindicais que iriam escolher por eleição os representantes provinciais. Da totalidade dos representantes de todas as federações, formar-se-ia o *Conselho Provincial* que deve eleger o governador da Província. As federações reunidas de uma mesma classe profissional, formariam as confederações sindicais. Nesse mesmo nível, seriam organizadas as *corporações* integradas por representantes de diversas profissões de uma mesma área de produção. Cada corporação elegeria os seus representantes junto à *Câmara Corporativa Nacional*. O Conselho Nacional ou Senado seria formado por representantes das corporações sociais e culturais (sem caráter econômico, portanto) e deveria exercer o papel de controle sobre o estudo de qualquer problema considerado importante, para que a Câmara Corporativa Nacional pudesse defender os interesses da Nação. A Câmara Corporativa

Nacional e o Conselho Nacional ou Senado, quando reunidos, formariam o Congresso Nacional, cabendo-lhe eleger o chefe da Nação. Portanto, quer no modelo proposto por Reale, quer na formulação doutrinária de Plínio, não haveria lugar para partidos políticos no Estado Integral. Em Reale, contudo, essa impossibilidade obedece à própria lógica de uma Nação que se organiza totalmente a partir de todas as suas forças econômicas e culturais integradas no Estado (v. Coronelismo & Sociedade Integral).

Outros teóricos integralistas, como Olbiano de Mello (Estado sindicalista) e Anor Butler Maciel (Estado Corporativo), teorizaram acerca do Estado Integral, tomando sempre como paradigma o Estado fascista italiano e sua organização sindical-corporativa. O historiador e líder da milícia integralista, Gustavo Barroso, em que pese a sua maior tendência ao antissemitismo (que nunca foi endossada por Plínio), representou uma vertente *esotérica* de interpretação do integralismo e do Estado integral. A exaltação de uma visão da Idade Média que reforçava um espiritualismo totalitário cristão aproximava Barroso da concepção pliniana do Estado integral, da qual pretendeu ser sempre a interpretação mais original (v. Antissemitismo no Brasil & Ideologia).

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, R. Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1987.

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

PAIM, Antonio; BARRETO, Vicente. Evolução do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo, ITATIAIA/USP, 1989.

TAVARES, José Nilo. Conciliação e Radicalização Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.

TRINDADE, Héglio. Integralismo, o fascismo brasileiro da década de Trinta. São Paulo, DIFEL, 1979.

MILITARES E O PENSAMENTO DE EXTREMA-DIREITA. Podemos afirmar que a extrema-direita no meio militar brasileiro se vincula à, pelo menos, três matrizes ideológicas: anticomunismo, defesa dos valores cristãos, autoritarismo com proeminência das Forças Armadas e nacionalismo, todos percebidos em seu sentido mais exacerbado. O anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, em especial no Exército, tem como ponto determinante a narrativa dos motins ocorridos em novembro de 1935 nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, e que passaram a ser conhecidos como Intentona Comunista. A escolha desse nome, que significa intento louco, e o ritual criado pelo governo de Getúlio Vargas em memória dos mortos no conflito ajudaram a criar uma identidade ao Exército Brasileiro e um inimigo interno em uma década marcada por uma série de agitações nos quartéis.

A década de 1930 se inicia com um golpe de Estado, liderado por Getúlio Vargas e com a participação dos tenentes — que deu fim ao Exército da República Velha. Dois anos depois, a demanda dos setores conservadores do Estado de São Paulo por uma constituinte levou à criação da Frente Única Paulista e a consequente mobilização das massas em torno da guerra contra o governo provisório. A guerra civil de 1932, iniciada em 9 de julho e encerrada em 2 de outubro, foi o mais sangrento conflito interno vivido na era Vargas e colocou em lados opostos setores do Exército. Com a vitória das tropas federais, houve a punição dos rebeldes, a renovação dos quadros militares e um processo de centralização dos poderes. Como todo processo, contou com uma série de resistências.

Além da guerra civil de 1932, outros movimentos indicaram claramente a fragmentação em que as Forças Armadas brasileiras viviam à época, em especial o Exército. A instabilidade política acentuada pela revolução de 1930 e a politização dos militares, nos mais diversos escalões e com os mais variados objetivos políticos e ideológicos, se tornaria um problema para o governo Vargas. Entre 1931 e 1932, ocorreram 50 casos graves de indisciplina, como conspirações, motins e quarteladas. Mesmo que muitas dessas tentativas estivessem ligadas a pequenos grupos ou interesses individuais, não podemos deixar de considerar a força dos movimentos relativamente mais articulados, como o movimento de sargentos, e outros que tinham maior destaque e influência no governo provisório, como o Movimento 3 de Outubro, que buscava expressar os ideais tenentistas. Em um quadro mais amplo, a emergência

do Integralismo nas Forças Armadas, assim como a presença de militares ligados ao Partido Comunista nas fileiras fechavam o quadro de instabilidade e de fragilidade da instituição militar.

Não podemos desvincular esse perfil autoritário dentro das Forças Armadas, das linhas autoritárias — à esquerda e à direita, que passaram a se desenhar na meio civil na década de 1930. A crise de 1929 provocou não somente a quebra da bolsa de Nova Iorque, mas também um profundo sentimento anti-liberal, que se traduziu na aproximação com soluções autoritárias à esquerda, com o comunismo, quanto à direita, com o nazifascismo e o integralismo, no caso brasileiro. No que tange especificamente à extrema-direita brasileira no meio civil, publicações como *Hierarchia, Política* e a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais* serviram para os futuros integralistas defenderem soluções autoritárias e nacionalistas, como as vistas na Alemanha e na Itália. Dessas páginas, algumas ideias se transformaram em partidos como a Ação Social Brasileira, um partido Nacional Fascista. Podemos afirmar que a formação de grupos de inspiração fascista no início da década é também uma resposta à Revolução de 1930, basta notar pelos grupos que se organizam após o golpe de Estado liderado por Vargas.

A Legião Cearense do Trabalho, criada em 1931 e liderada pelo tenente Severino Sombra, começou a funcionar com nove mil legionários e ampliou seu rol de associados a 15 mil, muitos deles oriundos de organizações operárias. Desertor da Revolução de 1930, Sombra era inspirado no antiliberalismo e na renovação católica de Jackson de Figueiredo, e defendia a volta do regime corporativo medieval. Por sua vez, a criação da Ação Integralista Brasileira, a AIB, em 1932, por Plínio Salgado, aglutinaria os movimentos de extrema-direita e tornaria o principal partido deste espectro político.

No campo da esquerda, a criação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 buscou galvanizar a liderança do Partido Comunista Brasileiro entre os movimentos de esquerda. O capitão Luís Carlos Prestes, recém aceito no partido, acabaria se tornando o porta-voz dessa frente ampla, aglutinando os setores militares descontentes. Embora a orientação do Komintern em Moscou fosse de conquista gradual da população, o quadro otimista exposto pela comitiva brasileira presente na III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em Moscou, em 1934, superestimou a influência do partido

nas fileiras e abriu a possibilidade de se apoiar um levante armado no Brasil. Os discursos acalorados de Prestes chamaram a atenção do governo Vargas, que rapidamente colocou o partido na ilegalidade. O ânimo revolucionário, contudo não foi arrefecido e a ANL, agora clandestina, insistia em colocar o povo em armas.

É nesse contexto que ocorrem os levantes comunistas de 1935. O governo federal, após a rápida vitória sobre os rebeldes, passa gradativamente a instrumentalizar a narrativa sobre a Intentona, criando não somente um ritual de memória às vítimas como promovendo a ideia de um inimigo comum, que ameaçava de uma maneira geral os ideais cristãos e de maneira particular dois aspectos basilares da instituição militar: a hierarquia e disciplina. No campo jurídico, institui, em 1936, o Tribunal de Segurança Nacional, o que permitiu a Vargas o expurgo dos militares comunistas e, mais tarde, em uma escala menor, dos integralistas.

A existência de um inimigo comum reforçava a nova identidade que estava sendo construída no fragmentado Exército pelo governo Vargas. Em setembro de 1937, a cúpula militar se reúne e divulga a descoberta de um plano supostamente arquitetado por comunistas para tomar o poder. Aproveitando do medo em relação à ameaça comunista, o plano Cohen foi forjado para que Vargas decretasse Estado de Guerra e em novembro de 1937, foi instaurada a ditadura do Estado Novo. Sob a convergência anticomunista e autoritária e uma constituição baseada na *Carta del Lavoro* italiana, os integralistas enxergaram uma oportunidade e tentaram ocupar importantes cargos no governo, sem sucesso. A AIB congregava 850 mil afiliados, se tornando o principal partido de massas da extrema-direita na década de 1930. Diante da negação de Vargas, os integralistas se reorganizam, recorrem à força e tentam dois golpes de Estado, em março e em maio de 1938. Contam para isso com o apoio de oficiais do Exército e da Marinha, essa última na qual havia uma grande quantidade de militares integralistas. A reação do governo importou na prisão de 1167 civis e 437 militares e a saída de Plínio Salgado do país. Com isso, os integralistas se retiraram temporariamente de cena. Embora integralistas tenham sido presos, o que se verá ao longo da história republicana brasileira é que os militares da extrema-esquerda serão punidos mais severamente que aqueles da extrema-direita. As relações interpessoais e o anticomunismo compartilhados terão efeito decisivo.

Diante do expurgo de comunistas e de integralistas, e com a atuação dos generais Dutra e Goés Monteiro, o processo de transformação no Exército é acelerado no Estado Novo. No campo do ensino castrense, é lançado em 1938 pela então Biblioteca Militar o primeiro livro da série Obras de Educação, *Em Guarda! (Contra o comunismo)*, que reunia os discursos dos chefes da nação, da Igreja e das Forças Armadas, e artigos de que ressaltariam a chamada “ameaça vermelha”. Naquele mesmo ano é lançada no município de Resende a pedra fundamental do novo instituto militar que substituiria a Escola Militar do Realengo, a Academia Militar das Agulhas Negras, afastando com isso, os cadetes das agitações políticas da capital. Ainda no campo simbólico, a memória de Duque de Caxias seria cada vez mais reforçada como o patrono do Exército, representante da moderação e da disciplina, valores necessários para apaziguar o clima revolucionário, as disputas internas e quarteladas que vinham marcando as relações civis militares desde 1922.

Pari passu a essas transformações, a propaganda anticomunista presente nos discursos reforça o caráter de ameaça vermelha não somente ao Exército, mas na Igreja e na sociedade em geral. O comunismo era visto por setores mais conservadores do catolicismo como uma ameaça à própria existência do cristianismo. Nas palavras do Cardeal Leme, era um movimento intrinsecamente perverso. Para se contrapor aos comunistas, a Igreja havia criado, no início da década, a Ação Católica. No âmbito militar, foi organizada em 1929 a União Católica dos Militares. Devido ao caráter internacional do comunismo, não podemos deixar de considerar o caráter internacional de sua reação. Em março de 1937, meses antes da instauração do Estado Novo, o Vaticano emitiu a *Divini Redemptoris*. A carta encíclica publicada pelo Papa Pio XI condenava o comunismo por subverter a ordem social e os fundamentos da civilização cristã. Embora não fosse o primeiro documento desse tipo, reafirmava a preocupação da Igreja com o avanço do comunismo. Nesse sentido, as notícias de perseguições a padres católicos durante Revolução Russa, na Guerra Cristera, no México, na Guerra Civil espanhola, alimentavam a narrativa anticomunista e transformavam seus militantes não em adversários políticos, mas a personificação do inimigo cristão, o demônio.

Outro aspecto presente na extrema-direita militar brasileira é a crença nas Forças Armadas como mantenedoras da ordem social. Em um aspecto mais geral, a ideia da manutenção da ordem sem a possibilidade de revoluções, e

guiada de cima para baixo, vincula-se à tradição positivista de Auguste Comte. Dentro do Exército, além do positivismo, há outros aspectos herdados da transição do império para a República. A Questão Militar, crise imperial que precipitou, com um golpe de Estado, a instauração da República e as outras ideologias de intervenção política que permearam o debate sobre a atuação política dos militares e a modernização do Exército na Revista A Defesa Nacional. A ideologia do Soldado Cidadão, herdada da Revolução Francesa, defendia que o soldado pudesse exercer a liberdade de expressão, como um cidadão comum e participar dos debates políticos. Uma versão mais instrumentalizada dessa ideologia, conhecida como Soldado Corporação, defendia que a instituição deveria agir politicamente por meio do Estado Maior. A instabilidade política das décadas de 1920 e 1930 e a crença cada vez maior em uma solução autoritária *vis a vis* as experiências europeias contribuíram para que a ideologia do Soldado Corporação se transformasse em uma política institucional, conforme percebemos nas afirmações do general Goés Monteiro pela qual devia se fazer a política do Exército em detrimento da política no Exército. Ao se tornar o sustentáculo do governo provisório Vargas, o novo Exército que está sendo construído será tanto o fiador do Estado Novo em novembro de 1937, quanto do golpe que derruba a ditadura em novembro de 1945. Como ator político, atuará, por meio do alto-comando, nas crises políticas da República instituída em 1946.

Estes fatores que dão as bases para a formação do pensamento de direita, e por extensão a extrema-direita no meio militar, resultam em grande parte dos acontecimentos políticos, globais e regionais da década de 1930. Embora esses fatores estejam presentes na sociedade brasileira do Pós-Segunda Guerra Mundial, é com a polarização ideológica estimulada pelo ambiente da Guerra Fria a partir da década de 1950, que a extrema-direita, ainda muito discreta, vai delinear mais claramente seus contornos, como subproduto das disputas entre a União Democrática Nacional (UDN), principal partido da direita no Brasil, e seus opositores, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

No Exército, em especial, a politização e polarização dos militares será percebida no Clube Militar, principal arena de debates entre oficiais da ativa e da reserva. Em 1952, a chapa Cruzada Democrática vence a chapa nacionalista e estabelece o domínio da direita no clube. Na Marinha, cabe destacar que em

fevereiro daquele ano, o vice-almirante Carlos Pena Boto, subchefe do Estado Maior da Armada, e ex-integralista, cria a Cruzada Brasileira Anticomunista, lançando em seu Manifesto à nação a denúncia que o Partido Comunista estaria infiltrado no Brasil. Ao longo dos seus anos como militar da ativa e porta-voz da CAB, Pena Boto produziria um tabloide destinado a promover a campanha anticomunista com informações provenientes da inteligência norte-americana. As constantes denúncias oferecidas por Pena Boto acabaram por lhe conferir uma fama com pouca credibilidade e um termo que passou a significar exagero anticomunista, o *penabotismo*. Diferentemente dos oficiais à esquerda, as punições dadas a Pena Boto foram muito mais brandas e permitiram a continuidade de sua prédica ideológica. Na Aeronáutica, a influência de Carlos Lacerda, político da UDN e forte opositor de Getúlio Vargas, estimulou uma forte politização dos oficiais. Nos meses que antecedem o suicídio de Vargas, Lacerda contou com uma escolta de oficiais da FAB e é a morte de um deles, o major Rubens Vaz, no atentado da rua Tonelero, que precipita o fim do governo em agosto de 1954.

O udenismo tinha como característica o apelo aos setores médios, às acusações de corrupção no governo e o anticomunismo. Com a derrota eleitoral de seu candidato, o general Juarez Távora em 1955, uma facção do partido se articulou para um golpe com apoio militar, o que foi freado pelo autogolpe imposto pelo general Lott em 11 de novembro de 1955. Com isso, se aprofundou uma cisão entre setores do Exército e da Aeronáutica. Em 1956, oficiais da Força Aérea, vinculados à UDN e contrários à posse de Juscelino Kubitschek, se rebelam, tomando a base de Jacareacanga. Em 1959, parte dos rebeldes de Jacareacanga iniciam uma nova rebelião, sequestrando um avião de carreira e estabelecendo o controle da base de Aragarças em Goiás. A rebelião fora motivada por uma série de fatores, entre eles a escolha do marechal Lott para ocupar interinamente o cargo de ministro da Aeronáutica. A narrativa dos rebeldes, eivada de anticomunismo e teorias da conspiração, defendia que a existência de movimento comuno-petebista em curso para revolucionar o país. O líder da revolta, o tenente-coronel João Paulo Burnier, seria na década seguinte um dos articuladores das linhas mais radicais da extrema-direita.

A Revolução Cubana e as guerras de descolonização na Argélia e na Indochina iriam produzir a importação das agendas norte-americana e francesa de política internacional e moldar o pensamento de todos os espectros ideológicos.

Com a revolução na Sierra Maestra, os Estados Unidos passaram a ver a possibilidade de a ‘ameaça vermelha’ crescer no Brasil. A política norte-americana de contenção, apoiada pelos britânicos, acabaria por fornecer discursos e apoio financeiro aos grupos anticomunistas na América do Sul. Um dos programas mais exitosos neste sentido foi a Aliança para o Progresso, estabelecido em 1961. A crise dos mísseis em 1962 colocou a Casa Branca em um nível de alerta máximo em relação aos soviéticos, e o Brasil, como principal país da América Latina, haveria de se tornar um aliado incondicional.

No mesmo ano da Revolução em Cuba, chegaria à Escola Superior de Guerra, por meio do coronel Augusto Fragoso, os primeiros documentos da teoria da guerra revolucionária que acabariam por produzir uma doutrina ancorada no ressentimento dos oficiais de extrema-direita franceses com a perda do poder e status da França imperial nas experiências em Argel e Dien Bien Phu. Voltada ao inimigo interno e anticomunista por essência, a teoria da guerra revolucionária era uma resposta da metrópole às antigas colônias. Na França, teve pouca repercussão e apoio, mas no Brasil e no cone sul, acabou produzindo uma nova geração de oficiais e civis por meio da ESG e uma lei de Segurança Nacional o suficiente abrangente para prender qualquer pessoa. A teoria da guerra revolucionária nortearia também o quadro de ações institucionais para a repressão à oposição política. A prédica anticomunista no meio civil era também propagada pela UDN e pela Igreja Católica. Carlos Lacerda se tornou o tradutor e propagador de *Em cima da hora: a conquista sem guerra*, de Suzanne Labin. Dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, escreveria o *Catecismo Anticomunista*.

A conjuntura brasileira no início da década de 1960 gerava outro fator que contribuía para a radicalização: a renúncia de Jânio Quadros (UDN) abriu caminho para uma nova crise que se instaura com participação do alto-comando e cuja solução, provisória e autoritária, é a implantação do regime parlamentarista para diminuir o poder do vice-presidente João Goulart, do PTB. A imagem construída do carismático Goulart como herdeiro de Vargas, seu bom vínculo com os sindicatos, representa, para os setores conservadores civis e militares, a imagem de um protetor da ameaça vermelha, que deveria ser retirado do poder, antes que as fases previstas pela teoria da guerra revolucionária fossem concretizadas. Como reação à Jango, setores da direita empresarial e militar começam a estruturar, por meio da Escola Superior de Guerra, do

Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma série de articulações para financiar candidatos da UDN e preparar a tomada do poder. A prédica anticomunista, tônica desses três grandes *think tanks*, reforçada pela leitura francesa da guerra revolucionária e pela propaganda anglo-saxã, alimentou a guerra psicológica nos meios de comunicação em massa. Mais do que *think tank*, o complexo ESG/IPES/IBAD foi a mola mestra da conspiração civil e militar de direita que derrubou por meio de um golpe de Estado o presidente João Goulart.

Em uma interpretação mais contemporânea da democracia, não se pode deixar de localizar o complexo ESG/IPES/IBAD em um espectro amplo, uma grande coalizão que vai da direita até a extrema-direita. Esta classificação leva em consideração não somente o discurso anticomunista, mas a prática que resultou na quebra do sistema democrático e a imposição de um regime autoritário, anseio típico dos grupos extremistas, além é claro da violência em relação à oposição política, tratada a partir de 1964 como um inimigo de Estado. A diferença desse complexo em relação às demais entidades da extrema-direita é que houve a capacidade de articular diferentes setores em torno de um grande movimento que, defendendo os interesses do capital privado, instrumentalizou os valores tradicionais e acabou conquistando uma grande parcela da população, como nas marchas católicas. Essas articulações dentro e fora das Forças Armadas se traduziriam muitas vezes em uma situação híbrida no qual serão vistos freios aos setores mais radicais e a criação de um regime que apresentava aspectos autoritários com a permanência de instituições democráticas de fachada, como o Congresso, em um primeiro momento. No entanto, a extrema-direita não seria de todo anulada, passando a atuar em setores extremamente estratégicos como a Inteligência, assim como infiltrada em vários órgãos da estrutura estatal. Por sua vez, a esquerda, incluindo aí qualquer indivíduo que pudesse ser identificado com a esquerda militar, foi duramente afetada com os expurgos, punições e perseguições de toda espécie.

A criação do Serviço Nacional de Informações e dos Centros de Inteligência da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ao longo da década de 1960, acabou sendo afetada pela polarização ideológica. A Defesa Nacional se caracteriza ao longo dessa década pelo enfrentamento ao inimigo interno, uma herança incômoda que vai permear as instituições de inteligência até meados da década de 1990 e que parece ressurgir após 2015. O pensamento de extrema-

-direita, alimentado pelo anticomunismo e pela teoria da Guerra Revolucionária, amparado nas leis de Segurança Nacional e legitimado pelo regime dos generais, seria uma das principais fontes ideológicas entre os oficiais da área de Inteligência e Informações. Na prática, resultaria em técnicas violentas de interrogatório, disseminação da tortura, prisões arbitrárias, formulação desenfreada de dossiês e uma visão pobre, estereotipada e simplificada das conjunturas nacional e internacional.

Não obstante, a organização do complexo IPES/IBAD/ESG, o novo panorama do início da década de 1960 havia renovado o fôlego conspiratório dos pequenos grupos extrema-direita brasileira, que passaram a se organizar de forma mais incisiva em grupos paramilitares, tendo em seus apoiadores alguns militares das Forças Armadas. Em 1961, como resposta ao reatamento das relações entre Brasil e União Soviética, foi criado o Movimento Anticomunista (MAC). O MAC foi o responsável por metralhar a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1962. Entre outras ações criminosas associadas ao grupo estão um ataque no III Encontro Sindical e um atentado à bomba em uma exposição de arte promovida pela embaixada da União Soviética. Embora fosse um grupo com liderança civil, o MAC chegou a angariar a simpatia de militares como o influente almirante Silvio Heck. Em 1964, outro grupo de estudantes, do Colégio Mackenzie e da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, organizam o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Durante o regime militar, a organização vai se irradiar em várias cidades, como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre e promover atos de violência nos mais diversos graus, como agressões em espetáculos teatrais, sequestros e assassinatos, se tornando conhecida como o Comando do Terror. Embora inicialmente criado por estudantes de classe média e alta dos cursos de Direito, o CCC, conseguiu, nos momentos de maior repressão do regime militar, aglutinar 150 paramilitares, dos quais, segundo relato de seus próprios integrantes, 90% eram do Exército.

Também em 1961 foi organizado pelos coronéis Alberto Fortunato, Alexander Murillo Fernandes, Freddie Perdigão, entre outros, o Grupo Secreto, responsável por uma série de atentados à bomba. O Grupo era composto por oficiais lacerdistas, alguns participantes da revolta de Aragarças, como Fortunato, e que passariam a atuar no Centro de Informações do Exército e no Centro de Informações da Aeronáutica. O grupo se organizava em três círculos concên-

tricos. No anel exterior, atuavam o coronel Mendonça, Diretor do Instituto Penal Candido Mendes, na Ilha Grande e o policial Charles Borer, do Departamento de Ordem Pública e Social, DOPS. O grupo intermediário era composto pelos generais Camilo Borges de Castro, Gérson de Pina (médico) e Ferdinando de Carvalho, este último uma espécie de ideólogo do grupo de autor de livros publicados pela Biblioteca do Exército, como *Os Sete Matizes de Vermelho* e *Lembraí-vos de 1935!* O núcleo interior do grupo, constituído pelos especialistas em uso de explosivos e que faziam as ações, era composto pelo coronel aviador Alberto Fortunato, pelos coronéis Alexander Murillo Fernandes, Fredde Perdigão Pereira, Luis Helvécio Leite da Silva, pelo civil Hilário José Corrales e pelo oficial da reserva francês Pierre Richell Pellegrin, que era especialista em explosivos e veterano da guerra da Indochina. O grupo atuou de forma intermitente entre 1961 e 1962, voltando às atividades entre 1967 e 1970 e depois entre 1979 e 1981. Com o regime militar, suas ações foram acobertadas pelos órgãos de segurança e seus perpetradores nunca seriam punidos.

As ações do Grupo Secreto retornariam ao noticiário no fim da década de 1970, quando uma série de atentados a bomba são realizados no Rio de Janeiro como reação à abertura nos governos Geisel e Figueiredo. O último grande atentado terrorista, ocorrido em abril de 1981, no Riocentro, teria tido o envolvimento de integrantes do grupo Secreto. O atentado acabou dando errado e vitimando os seus próprios sabotadores, o capitão Wilson Dias Machado e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que não resistiu aos ferimentos. As investigações, mesmo influenciadas pelo regime, acabariam por revelar as ligações do Grupo Secreto com outros atentados da década de 1970.

Além dos grupos armados da extrema-direita, há outros movimentos menos radicais que passam a crescer nas Forças Armadas. Em 1970, a extrema-direita no meio militar ganha o seu próprio jornal, o mensário *Letras em Marcha*, fundado e dirigido pelos irmãos Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves e Neomil Portella Ferreira Alves, coronéis de artilharia. O jornal, que era distribuído para a tropa e tinha patrocínio de empresas como a Sharp Eletronica e o SENAI, era a caixa de ressonância da extrema-direita militar. Entre seus colaboradores, havia oficiais e civis que haviam cursado a ESG, atuado na SNI e nos demais órgãos de repressão. Os artigos versavam sobre as tradições das Forças Armadas e não raro continham leituras anticomunistas sobre a polí-

tica. Um de seus articulistas, o jurista Mário Pessoa, catedrático da Universidade de Pernambuco, era professor da ESG. Outros nomes importantes da historiografia do regime militar também aparecem ali: os generais Aurélio de Lyra Tavares, Carlos Alberto Fontoura, João Paulo Burnier, Sebastião Ramos de Castro, entre outros. Durante a redemocratização, o general Iris Lustosa, do Centro de Informações do Exército, utilizará as páginas do *Letras em Marcha* para desmoralizar a campanha de Tancredo Neves perante os militares. Também na redemocratização, o mensário manterá sua prédica anticomunista, revivendo a volta da “ameaça vermelha” nas eleições democráticas vigentes após 1985. A grande imprensa e o sistema educacional serão vistos pelos articulistas do jornal como promotores da “marxização” dos jovens. A renovação da ameaça comunista tinha dois efeitos, apresentar uma razão de ser para o anacrônico jornal e defender as ações dos militares que participaram da repressão durante a ditadura. Nesse sentido, os coronéis Agnaldo del Nero Augusto e José Augusto da Silveira Andrade Netto, ambos ligados ao CIEE, organizaram em 1985, com civis, um *think tank* chamado Associação Brasileira de Defesa da Democracia. O grupo também criou a revista *Ponto de Vista*, pela qual publicavam sua prédica anticomunista. Em alguns anos, a ABDD mudou o seu nome para União Brasileira de Defesa da Democracia (UNDD), sem, contudo, descartar a fobia que mantinha pelo avanço das esquerdas nas eleições e a necessidade de se organizar para influenciar o processo legislativo.

Em 1988, outro jornal, com o tom relativamente mais moderado, é lançado. O jornal *Ombro a Ombro*, editado pelo coronel Pedro Schirmer, ex-comandante do 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista no Rio de Janeiro, buscava ser porta-voz das tendências existentes em meio aos oficiais da ativa e da reserva. Sem dúvida, a publicação acabou cumprindo esse rol, pois abrigou em suas edições a divulgação de uma série de manifestos de grupos de pressão política organizados por oficiais da reserva e que eram caracterizados em sua grande maioria por um discurso de extrema-direita. Esses grupos se organizam em torno de algumas agendas: a manutenção do *status* militar; a anistia aos militares que cometeram crimes durante o regime de 1964; a resistência ao avanço dos partidos de esquerda, cujo desempenho eleitoral era cada vez melhor. Alguns nomes eram comuns em vários grupos, como o do general Tasso Villar de Aquino e Sebastião Ramos de Castro, dos brigadeiros Marcio

César Leal Coqueiro e Carlos Affonso Dellamora que integravam a UNDD e o grupo Independente 31 de março.

Com o governo de Fernando Collor de Mello, do Partido de Reconstrução Nacional (PRN), foi temporariamente afastada a possibilidade de que candidatos como Leonel Brizola, do Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) ocupassem a presidência, o que era visto com preocupação pela extrema-direita militar. Não obstante, Collor, candidato preferido da direita, extingue o Serviço Nacional de Informações, diminuindo gradativamente o poder dos militares ainda ligados aos órgãos de Inteligência. Como resposta, o coronel Francisco Batista Torres de Melo, que fez parte do SNI, organizará em Fortaleza o grupo Guararapes. Como grupo de pressão política, o Guararapes mobilizará militares da ativa e da reserva em prol de suas campanhas. No momento mais crítico do processo de impeachment de Fernando Collor, o grupo defenderá inclusive o fechamento do Congresso.

A crise do governo Collor será vista por muitos militares vinculados ao pensamento da extrema-direita como uma oportunidade de retorno ao panorama de intervenções militares e controle da estrutura estatal. Assim como o grupo Guararapes, vão surgindo outros grupos de pressão formados por militares da reserva que se contrapõe ao jogo político resultante da redemocratização e à ordem instituída com a Constituição de 1988. Entre 1989 e 1994, mais de vinte grupos de pressão formados por militares da reserva, com viés de extrema-direita, surgem em todo o país. Diferentemente dos grupos mais violentos surgidos na década de 1960, as novas entidades, embora critiquem a democracia e seus impasses, buscam se constituir legalmente, com o estabelecimento de estatutos registrados em cartório e descartam o uso da violência.

Outro aspecto é uma leitura do nacionalismo bem peculiar, que se alimenta das críticas acerca da distribuição das reservas indígenas, a necessidade de ocupação da Amazônia e da visão de que os movimentos ambientalistas internacionais seriam a nova estratégia de dominação da esquerda no pós-Guerra Fria. Estas críticas alimentam o debate da extrema-direita militar, em especial durante a Conferência Rio 92. Não obstante, parte desse debate continua em publicações como *A Farsa Ianomani*, do coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto.

Além da crítica aos governos civis, a questão da memória sobre o regime de 1964, o receio de revanchismo e a articulação de uma bancada militar marcam a atuação dessas entidades. O grupo Estácio de Sá, fundado e coordenado pelo general Hélio Ibiapina (que havia sido um dos coronéis do IPM), passa a buscar mudar a direção do Clube Militar, politizando a revista do Clube com artigos laudatórios ao regime de 1964 e ao anticomunismo. Em um período marcado pela política de direitos humanos e de revisão do passado, as ações de Ibiapina acabam influenciando o próprio Exército e outros oficiais da reserva. É criada a coleção de História Oral do Exército sobre 1964 e novos cultos relacionados ao 31 de março ganham peso na instituição, mantendo destaque maior que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o maior conflito bélico do século XX, e na Guerra do Paraguai, o maior conflito bélico da América do Sul. Como ocorrido com a memória sobre a Guerra de Canudos, os conflitos que mais cobraram a vida de brasileiros são relegados em prol da memória de um pequeno grupo de oficiais que participaram da quebra institucional e da repressão, e que, instrumentalizando o corporativismo caro às instituições militares, misturam sua imagem com a imagem da instituição. Nesse sentido, a extrema-direita contou com a ajuda involuntária dos setores da esquerda e da extrema-esquerda, que não tiveram a clareza de discernir e diferenciar os integrantes da instituição, alimentando a reação corporativista.

Ainda em torno da memória, ao final da década de 1990 vários oficiais pertencentes aos grupos de pressão política criam no Clube Militar o grupo Terrorismo Nunca Mais. Como uma antítese ao movimento Tortura Nunca Mais, o *Ternuma* serve de espécie de caixa de ressonância da extrema-direita entre os oficiais da reserva. Seu objetivo é convencer a população sobre a legitimidade das ações repressivas durante o regime militar e evitar a punição dos militares. Junto com os grupos Inconfidência, de Minas Gerais e Guararapes, de Fortaleza, serão os grupos mais atuantes durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Não podemos deixar de destacar também a produção literária dessa extrema-direita ao longo da redemocratização. Como resposta ao livro *Brasil Nunca Mais*, editado em 1985, pela arquidiocese de São Paulo, o coronel Agnaldo Del Nero recebeu a incumbência do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves de escrever a versão dos militares sobre a repressão política. Apenas pu-

blicado em 2013, a obra chamada *Orvil* circulou em uma versão mimeografada por muito tempo entre os militares. Outro libelo pró-regime são os livros do coronel Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio* e a *Verdade Sufocada*, ambos editados em 1987. Outra obra é a *Hidra Vermelha*, de Carlos Ilich Santos Azambuja; oficial que havia sido da área de Inteligência e que criou um pseudônimo igual à sigla da sua unidade, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). Em 2002, é lançado pela Estandarte Editora, a mesma do jornal *Ombro a Ombro*, o livro *A Revolução Gramscista no Ocidente*, baseado na leitura que o general Sergio Avellar Coutinho faz do conceito de revolução de Antonio Gramsci. Na visão de Coutinho, Gramsci superaria Marx como o ideólogo da esquerda. Para o autor, no Pós-Guerra Fria, a esquerda renunciaria às ações revolucionárias em prol da conquista gradativa da hegemonia. Essa nova esquerda, multifacetada, na concepção de Coutinho, lutaria pela superação do senso comum, pela neutralização da burguesia e pela ampliação do Estado. Em 2008, o psicólogo Heitor de Paola, que havia sido integrante da Ação Popular, virou conferencista destes grupos, em especial o Ternuma, lança o livro *O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial*, em que critica o que ele chama de neocomunismo. Em 2011, o coronel Lício Maciel, que havia reeditado o *Orvil*, publica *Guerrilha do Araguaia, relato de um combatente*. Por outro lado, o surgimento de uma série de sites na internet amplia a propaganda da extrema-direita. Além das páginas do Ternuma, do Inconfidência e do Guararapes, merece registro o site *mídia sem máscara*, que busca difundir um discurso negacionista sobre a grande imprensa. Criado em 2002 por Olavo de Carvalho, acabou se tornando, junto ao site pessoal do escritor, a plataforma para ele se tornar o ícone da extrema-direita civil e militar.

Com a implantação da Comissão Nacional da Verdade, como parte do Plano Nacional de Direitos Humanos no governo Dilma Rousseff, esses grupos, enxergando a possibilidade de revanchismo, radicalizam ainda os discursos e buscam se inserir em quartéis e demais organizações militares para conseguir algum tipo de oposição. Na sua prédica anticomunista, eles acabam tendo alguns novos fatores que vão interferir na implantação de uma justiça de transição eficiente e que permitirá não somente a renovação da direita brasileira como o surgimento de uma nova extrema-direita: a crise política que resulta no impeachment de Dilma Rousseff, acaba tendo como motor a irradiação de um discurso antipetista, uma nova espécie de anticomunismo

aplicado ao Partido dos Trabalhadores, que dinamiza a entrada da direita nas ruas e nas redes sociais.

Vemos com isso o surgimento de novos grupos de extrema-direita nascidos a partir dos protestos de junho de 2013. O fantasma de um golpe militar volta às ruas em grupelhos que levam faixas defendendo intervenção constitucional militar, uma leitura enviesada e cínica da Constituição Federal, que chegou a ser defendida por Ives Gandra, jurista que é presença comum aos eventos do Clube Militar.

Com a campanha de Jair Bolsonaro, que se inicia logo após as eleições de 2014, alguns novos e antigos elementos da extrema-direita são combinados. O anticomunismo da década 1960, repaginado com a ideia do inimigo petista na década de 1990 e 2000, se alia a novas linhas da extrema-direita norte-americana, como a *Alternative-Right*, cuja crença em teorias da conspiração alimentam o ambiente das redes sociais, chegando às mensagens no celular. Uma releitura do nacionalismo é feita com a crítica aberta ao que seria o globalismo — o surgimento de uma nova esquerda devido à globalização e a imposição dos valores em detrimento da soberania. Esse novo nacionalismo antiglobalização se reúne em uma improvável amalgama discursiva com o modelo neoliberal econômico e a defesa dos valores cristãos. E as páginas da extrema-direita, tendo como plataforma as redes sociais, utilizam todos os recursos discursivos e de programação para se tornarem uma atividade rentável e com verba proveniente de visitantes e anunciantes. O modelo, que segue a linha da *Breitbart News*, criada por Steve Bannon na campanha de Donald Trump, vai alimentar o que a imprensa passa a chamar de o Gabinete do Ódio: uma sofisticada máquina de propaganda e de ruína da reputação de inimigos políticos, que, amparada por empresários, dispara mensagens para os celulares e para as redes sociais.

No meio militar, o respeito do alto-comando em relação ao controle civil passou a ficar cada vez mais tênue, por não dizer ambíguo. A liderança carismática do general Villas Boas, que apontava para a não interferência política e o respeito à Constitucional, começou a mudar de rumo com o processo de radicalização política que marcou a prisão do ex-presidente Lula. Afetado pelos sintomas da Esclerose Lateral Amiotrófica, uma doença degenerativa crônica, o general Villas Boas se tornara pressionado pelas correntes internas e exter-

nas à instituição. Ao longo de seu mandato como comandante das Forças Armadas ele presenciará o retorno da politização dos militares e o exemplo mais evidente se dá com as declarações polêmicas do general Hamilton Mourão — que servem como uma plataforma para sua candidatura ao Clube Militar e meses depois à vice-presidência na chapa constituída com Jair Bolsonaro.

Com a posse de Michel Temer, o desmonte da herança petista é acelerado. A operação lava-jato, que projeta o nome do juiz Sérgio Moro, fará uma cruzada moralista sem trégua para prender o presidente Luis Inácio Lula da Silva. Com a prisão de Lula em abril de 2018, o populismo de direita se cristaliza na candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República, até então o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto. Embora fosse defensor de várias pautas dos grupos de pressão política de extrema-direita, a popularidade de Jair Bolsonaro em escala nacional surge como fenômeno resultante do antipetismo, da operação lava jato, e da incapacidade dos setores da direita em estabelecer um candidato mais moderado. Não obstante, o apoio empresarial não somente permitiu sua visibilidade como criou uma máquina de propaganda e Fake News que se tornou uma das maiores ameaças à democracia brasileira. Mesmo ciente de seus discursos antidemocráticos, de suas ações radicais e de sua pouca preparação para o cargo, parte da grande imprensa, ancorada nos interesses empresariais, permitiu afiançar sua candidatura, não exercendo a crítica ao extremismo da equipe montada pelo candidato.

A eleição de Jair Bolsonaro foi uma vitória das várias facetas da extrema-direita no Brasil. Converge a outros movimentos, como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, e as vitórias de Boris Johnson (Reino Unido), Matteo Salvini (Itália) e Andrzej Duda (Polônia). No entanto, parece haver um fio condutor que liga as várias experiências da extrema-direita no meio militar no Brasil: o anticomunismo, a defesa de valores conservadores cristãos, a proeminência dos militares na condução do país, o autoritarismo e um estranho nacionalismo no qual o papel do Brasil é subordinado às necessidades das grandes potências.

Eduardo Heleno de J. Santos

BIBLIOGRAFIA:

ARGOLO, J., RIBEIRO, K. FORTUNATO, L.A. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad, 1996.

CARVALHO, J.M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado**, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MOTTA, Rodrigo P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002

RODEGHERO, C.S. **Capítulos da Guerra Fria. O Anticomunismo brasileiro sob o olhar norte americano (1945–1964)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

SANTOS, E.H.J., **Extrema-direita volver! Os grupos formados por civis e militares da reserva**. Dissertação de Mestrado, PPGCP-UFF, 2009.

_____. **Grupos de pressão política formados por militares da reserva no Mercosul**, tese de doutorado, PPGP-UFF, 2015. TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. 3ª ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

MILITARISMO. Pode-se definir militarismo como poder da instituição militar ou de parte dela sobre a sociedade civil. Com tal conceituação, o estudo do militarismo não se circunscreve apenas aos golpes e governos militares, mas a todo o conjunto de princípios, ações e valores que, característicos da instituição castrense, são extrapolados para a sociedade e seu sistema político (v. Prussianismos Brasileiros). Profissionais da violência legítima, guardiães da ordem, agentes da *ultima ratio* nos conflitos entre grupos sociais e/ou nações, as Forças Armadas sempre tiveram ao longo da história inegável importância e envolvimento político, geralmente assumindo posições conservadoras da ordem social, daí a sua tradicional associação com a política da direita (v. Partido Político de Direita). No período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, governos e classes dirigentes da Europa concebiam exércitos como forças armadas de garantia do *status quo* imperialista, preservando as conquistas

neocoloniais da concorrência de outras potências, assim como pacificando eventuais resistências nativas (v. Ideologia). As Forças Armadas eram vistas também como símbolo e instrumento de garantia de valores como lealdade, disciplina, civismo e entusiasmo dos cidadãos, naquele momento inquietados por movimentos sociais de esquerda (v. Guerra & Juventude). Os líderes da instituição militar enxergavam a si próprios como a “escola da nacionalidade”, portadores da ciência e do progresso, no que recebiam apoio de todo o aparato nacional-militarista, assim como dos arsenais acumulados da corrida armamentista de mais de três décadas (v. Armamentismo, Imperialismo & Neocolonialismo).

No período entreguerras, o militarismo recrudescu e se diversificou. Vários países adotaram políticas de economia de guerra durante a Depressão e a corrida armamentista acelerou vigorosamente. Os países vencedores da guerra mantiveram as Forças Armadas como elementos de defesa e consolidação do poder imperialista. Já em países como a Alemanha e a União Soviética, os partidos dominantes esforçaram-se por politizar suas instituições militares, reconstruídas e profissionalizadas. O fato novo do militarismo, porém, originou-se em algumas nações da América Latina: a profissionalização de suas Forças Armadas politizou seus oficiais, que se concebiam como membros de um grupo político que reunia competência, organização e espírito de corpo. Com tais credenciais, almejavam constituir-se em elementos-chave nos conflitos políticos ou ocupantes preferenciais dos vácuos de poder. Autoconcebidos como portadores da modernidade, tornaram-se, por vezes, elementos desestabilizadores da política em seus países. A vitória Aliada redimensionou o papel da instituição militar (v. Centenário de Nascimento de Olavo Bilac & Jovens Turcos).

No confronto bipolar da Guerra Fria, o mundo capitalista procedia à combinação da expansão econômica com a expansão militar; acordos militares e de segurança mútua, acompanhados de financiamentos e programas de recuperação econômica, constituíram estratégias para criar ou renovar alianças por todo o planeta (v. Governabilidade & Segurança Nacional). Como parte da corrida armamentista nuclear e convencional, compondo a estratégia de contenção do comunismo, era estruturado o chamado “Complexo Industrial Militar”, que reunia o potencial militar, industrial, científico e político norte-americano (v. Guerra Fria e a Direita Norte-Americana). Assim, a política militarista da direita compreendia estratégias variadas, como a ação direta em

guerras de cunho convencional (Coréia, Vietnã), pressões estratégicas através da sofisticação crescente da corrida nuclear e a ajuda e apoio a militarismos anticomunistas na periferia capitalista (América Latina, nações recém-descolonizadas, etc.) (v. Anticomunismo). Essa segunda modalidade do militarismo contemporâneo prossegue o desenvolvimento já citado no militarismo latino americano dos anos entre 1930 e 1945 (v. Ditadura & Estatismo). Esses países, assim como as novas nações que surgiram dos processos de descolonização, produziram a maioria das intervenções militares do globo nas décadas de 1960 a 1980, muitas em nome da democracia e da modernização. Embora alguns cientistas sociais acreditassem no potencial modernizante dessas Forças Armadas, o debate sobre o caráter do militarismo no “Terceiro Mundo” tendeu a enfatizar muito mais o seu papel conservador do que o reformador (v. Conservadorismo Durante a Ditadura Militar).

Uma terceira modalidade de militarismo é a que mais espaço tem conquistado no mundo pós-Guerra Fria. Trata-se de ações paraestatais de grupos e facções políticas, étnicas e religiosas, sem interesse direto nas lutas entre Estados Nacionais ou pela tomada destes. Convivendo nos interstícios dos poderes militares estatais, armando-se com o semelhante equipamento bélico, esses grupos promovem um tipo de combate não regular, como ataques a instituições públicas e privadas, ações contra populações civis, atentados terroristas e o crime organizado.

Assim, para o entendimento histórico de cada dimensão do fenômeno militarista, tem-se, por um lado, registrado o esforço para compreender historicamente cada processo de profissionalização das Forças Armadas, as suas origens, as suas relações societárias, o seu grau de inserção no Estado, os seus posicionamentos perante a política internacional e, principalmente — uma vez que não são instituições monolíticas, mas permeadas por várias clivagens — as suas divisões políticas internas (v. Burocracia). Por outro lado, cada vez mais se faz necessária a compreensão das relações de forças entre os vários grupos componentes da sociedade (militares e civis), assim como as suas ligações transnacionais. Desta forma, é possível entender melhor o papel político das Forças Armadas, seja na época das guerras convencionais, seja no período da Guerra Fria, seja no mundo pós-Guerra Fria (v. Autoritarismo).

Francisco César Alves Ferraz

Referências Bibliográficas:

BERGHAHN, Volker R. Militarism: the history of na International debate, 1861–1979. London, Cambridge University Press, 1980.

HOST, Kalevi J. State, War and the State of War. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

JANOVITZ, Morris. The military in the political development of new nations. Chicago, The University of Chicago Press, 1971.

MANN, Michael. The roots and contradictions of modern militarism. London, New Left Review, 1987 (162).

ROUQUIÉ, Alain. O Estado militar na América Latina. São Paulo, Alga-Omega, 1984.

MISOGINIA. Definido em termos psicanalíticos como “ódio mórbido às mulheres”, a misoginia assumiu diferentes características no tempo. Embora a moderna psicanálise entenda que esse seja um estado mental extremo que pode ser causado, entre outros motivos, por desejos homossexuais reprimidos — em homens ou mulheres — o sentimento misógino foi responsável por exclusões impostas às mulheres no universo sociopolítico (v. Feminismo & Homossexualidade e Fascismo). Dessa forma, as teorias médicas do século XVIII e XIX viam na mulher um ser humano imperfeito, dada a sua profunda ligação com a natureza — menstruando e tendo filhos. Essas mesmas teorias negavam-lhe também o desejo sexual de forma intensa, prerrogativa masculina, e quaisquer “desvios” eram punidos com tratamentos que variavam do internamento em hospícios a cirurgias (como a extirpação do clitóris). (v. Asilo & Sexualidade). De forma geral, as tentativas de médicos, advogados, políticos e literatos em excluir a mulher do espaço público, negando-lhe o direito ao voto, ao exercício profissional (aos mesmos salários pagos a seus equivalentes masculinos), à participação política em geral ou ao exercício de qualquer atividade fora do lar podem ser entendidas como um medo mórbido da concorrência feminina nesses campos (ao mesmo tempo que se fala na “desagregação da família”). (v. Aborto & Casamento). Assim, muitos dos argumentos utilizados para negar o acesso das mulheres à participação polí-

tica e ao mercado de trabalho fundamentaram-se em termos misóginos que pretendiam estabelecer diferenças “naturais” responsáveis por uma “inferioridade biológica” da mulher (v. Comportamento & Sociobiologia). Esse medo da participação da mulher no espaço público gerou práticas e políticas repressivas de cunho segregacional e baseadas na inferioridade biopsicológica da mulher (v. Alteridade). O exemplo mais extremado de misoginia na literatura são os irmãos Jules e Eduard Gogourt, escritores franceses do século XIX que estabeleceram para sua obra um programa que consistia em retratar os três grandes atos da vida: parto, coito e morte. Através desse projeto, exercitaram o seu ódio à mulher dominadora, sedutora, inocente, etc. através de aforismos pejorativos de cunho naturalista (v. Ideologia & Masculino/Feminino).

Cláudio DeNipoti

Referências Bibliográficas:

DEGLER, Carl. At odds, women and the family in the America from the Revolution to the present. Oxford, Oxford University Press, 1981.

GAY, Peter. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GOLDENSON, M.R.; ANDERSON, D.N.. Dicionário do sexo. São Paulo, Ática, 1989.

SEIDMAN, Steve. A força do desejo e o perigo do prazer: sexualidade vitoriana reconsiderada. In *História: Questões e Debates* 12, julho–dezembro. São Paulo, 1991(22/23): pp. 45–77.

MODERNISMO NAS ARTES. Neologismo surgido em meados do século XIX e usado de modo genérico posteriormente para designar, retrospectivamente, uma diversidade de tendências artísticas em vários campos: literatura, artes plásticas, música, teatro, balé, cinema e arquitetura. Em seus aspectos espaciais e temporais, o modernismo abrangeria manifestações ocorridas principalmente na Europa e na América até cerca de 1950. Embora as suas origens possam recuar a 1890 ou mesmo antes, data das primeiras décadas do século o aparecimento de alguns grupos de vanguarda dispostos a promover a ruptura

cultural, tendo como fundamento a ideia do moderno contra o tradicional e o antigo. Entre manifestos e polêmicas, eles se lançaram à tarefa de criar uma arte anticonvencional e antiacadêmica, baseada na livre experimentação de formas de estética, cuja linguagem fosse capaz de estabelecer uma relação original com o público e cujo conteúdo trouxesse à tona as energias dinâmicas e conflituosas da vida contemporânea (v. Guerra). Expressionismo, futurismo, cubismo, dadaísmo e surrealismo foram as mais eloquentes destas propostas, irreduzíveis umas às outras ou mesmo contraditórias, mas que, todavia, irradiaram-se com rapidez pelas principais cidades europeias, interagindo também com os grupos de vanguarda do outro lado do Atlântico. Outras expressões, como o construtivismo na arquitetura, o dodecafonismo na música, o balé mecânico, o cinema experimental russo ou alemão, o muralismo mexicano e mais algumas vertentes americanas, são também englobadas na mesma categoria. A periodização da fase inicial do modernismo estabelece os anos da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) como um marco divisor. Na época que a precede, as vanguardas parecem envolvidas numa animação utópica proporcionada pelo progresso econômico industrial e pelas tecnologias da *belle époque* (v. Ocidente). Os manifestos futuristas representam muito bem esse clima no seu culto às máquinas e à velocidade dos novos meios de transporte e comunicação (ferrovia, automóvel, avião, cinema). Tendo à frente Filippo Tomaso Marinetti, um dos mais importantes propagandistas, os futuristas defendiam uma arte profética — “consciente do futuro” — compatível com os ritmos das novas tecnologias, além de organizada num movimento “antitradicional, renovador, otimista, heroico, dinâmico e que se ergue sobre as ruínas do passado”. No entanto, a guerra abalou esse clima de otimismo, anunciando, com violência, uma época de profunda crise política, econômica e social. Se para os futuristas ela era louvada como promotora da “higiene do mundo”, a maioria dos artistas e intelectuais logo perceberia suas motivações e resultados: disputas entre as potências imperialistas, militarismo, nacionalismo xenóforo, miséria, antagonismos sociais e destruição em larga escala. As manifestações de vanguarda no pós-guerra expressaram tal desencanto com novas formulações estéticas, com tomadas de consciência e opções de engajamento. Os dadaístas trouxeram à cena um tom nihilista fortemente contestador; os expressionistas (só mais tarde definidos desse modo) abordaram o grotesco do mundo burguês e capitalista; os surrealistas

exploraram as profundezas irracionais do homem. A maioria das vanguardas sentiu-se atraída pelos movimentos da esquerda política, fortalecida desde a Revolução Russa de 1917, compartilhando com ela a ideia internacionalista da revolução social. Desde então, eles experimentaríamos as vicissitudes da ascensão dos regimes totalitários nos anos de 1920 e 1930 (fascismo, nazismo, stalinismo), além de outros governos autoritários, como o espanhol (v. Totalitarismo). Na Alemanha, a arte modernista foi banida como sinônimo de “arte degenerada”; na URSS, o realismo-socialista tornou-se o modelo oficial, reprimindo a investigação estética em curso (v. Autoritarismo). Na Itália, contudo, a proposta futurista foi parcialmente aceita, ganhando apoio oficial desde a adesão do grupo de Marinetti ao regime de Mussolini. Revelou-se, assim, sem disfarces, um futurismo nacionalista e de direita, ideologicamente complementar ao discurso fascista da autoridade, da virilidade e das tradições latinas (v. Chauvinismo). Cindindo do ponto de vista político as vanguardas, o avanço do nacionalismo e o avanço dos governos autoritários pelo mundo afora, esta vertente estética contribuiu para a contenção das fontes utópicas e renovadoras do modernismo (v. Falange, Fascismo na Alemanha, Fascismo na Itália & Salazarismo).

Antonio Celso Ferreira

Referências Bibliográficas:

BELLUZZO, Ana Maria de M. (org.). Modernidade: vanguardas artísticas na América latina. São Paulo, Memorial UNESP, 1990.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX, 1914–1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LISTA, Giovanni. Futurisme: manifestes, proclamations, documents. Lausanne, Éditions L'Age d'Homme S.A., 1973.

PRELOFF, Marjorie. O momento futurista: avant-garde, avant-guerre e a linguagem da ruptura. São Paulo, EDUSP, 1993.

MODERNISMO NO CATOLICISMO. No século XIX, o confronto entre a Igreja católica e o mundo moderno provocou a oposição entre catolicismo intransigente e catolicismo liberal. Do intransigentismo originaram-se o catolicismo social e o integrista. Os integristas opuseram-se, de 1890 a 1914 aproximadamente, contra todas as tentativas de conciliação e transação com o mundo moderno por parte dos católicos sociais, dos católicos liberais e, sobretudo, dos modernistas. O modernismo “católico” foi um movimento poliforme que reivindicava uma reforma da disciplina eclesiástica tradicional e das formas de pastoral (modernismo reformador), um novo estilo de vida cristã engajado no mundo moderno (modernismo social), uma renovação intelectual da doutrina eclesiástica no confronto com as “novas ciências religiosas” (modernismo bíblico, teológico, filosófico). (v. Sociedade Civil). Essa vertente do modernismo foi a que causou mais impacto entre os jovens intelectuais e o clero jovem, e também a que foi mais duramente reprimida pelas autoridades eclesiásticas e mais visada pelos integristas. Novas orientações filosóficas (Kantismo, imanentismo), científicas (positivismo, evolucionismo, cientismo), mas sobretudo a aplicação dos métodos da crítica histórica e literária à Bíblia e à dogmática, revolucionaram as “ciências eclesiásticas”, em particular a exegese, a filosofia religiosa, a apologética (v. Conservadorismo & Liberalismo).

O modernismo teve seu epicentro na França (Loisy, Laberthonnière, Le Roy), teve um grupo limitado, mas representativo na Inglaterra (Tyrell, von Hügel), foi bastante diversificado na Itália (Buonaiuti, Murri, Fogazzaro) e manifestou-se pontualmente na Alemanha (Shell, Kraus, Ehrhard). Se a França e a Inglaterra desenvolveram mais o modernismo bíblico, teológico, filosófico, a Itália pendeu mais para o modernismo social e reformador. Houve, além do mais, uma tendência moderada (chamada “progressista” na época), suspeita, mas tolerada, e uma tendência radical que foi condenada. As medidas disciplinares por parte das autoridades eclesiásticas foram desde as advertências até as sanções canônicas. Finalmente, ocorreu a condenação do modernismo como “a síntese de todas as heresias” pelo decreto do Santo Ofício, *Lamentabili* (julho 1907), e pela encíclica *Pascendi* (setembro 1907) de Pio X, complementados pela exigência feita ao clero de um juramento antimodernista (1910) e, finalmente, a condenação do *Sillon* de Marc Sangnier (1910). A condenação do modernismo parecia dar razão aos integristas. Estes criaram uma “frente

antimodernista” com sede em Roma: o *Sodalitium Pianum* ou *Sapinière* (1909 – 1921). O modernismo como movimento cultural inovador viu algumas das suas perspectivas atendidas pelo concílio Vaticano II (1962 – 1965). (v. Política & Revolução).

Francisco J.S. Gomes

Referências Bibliográficas:

AUBERT, Roger. Nova História da Igreja: A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno, vol. 5, t.1. Petrópolis, Vozes, 1975.

MARTINA, Giacomo. La chiesa nell'età del totalitarismo, vol.4. Brescia, Morcelliana, 1979⁴.

POULAT, Émile. Histoire, dogme et critique dans la crise moderniste. Paris, Casterman, 1979².

RANCHETTI, M.. Cultura e riforma religiosa nella storia del modernismo. Torino, Einaudi, 1963.

SCOPPOLA, P. Crisi modernista e rinnovamento cattolico in Italia. Bologna, Il Mulino, 1979³.

MONICA LEWINSKY, O Caso. O rumoroso caso envolvendo a estagiária Monica Lewinsky e o presidente Bill Clinton transformou-se rapidamente num teste de força da direita e da direita fundamentalista cristã americana contra a política do partido Democrata no poder (v. Fundamentalismo Cristão e Política). Em pouco tempo, a atuação do promotor especial Kenneth Starr, um notório fundamentalista, mobilizou uma ampla gama de organizações e personalidades de direita visando reduzir os poderes da presidência (bastante ampliados durante a administração Clinton no tocante aos programas sociais) e mesmo conseguir um possível impedimento do presidente. A campanha contra Clinton, fortemente baseada em princípios do fundamentalismo cristão americano (como a fidelidade matrimonial), foi iniciada em 1994, quando o jornal de extrema-direita *The American Spectator* começou a investigar e a denunciar a conduta sexual do presidente. A denúncia do jornal referia-

-se diretamente ao caso do presidente com Paula Jones, que imediatamente considera a sua honra atingida e exige judicialmente desculpas do presidente, assim como uma considerável indenização. Ao mesmo tempo, acusava-se o presidente e a primeira-dama de negócios escusos quando atuavam como advogados em Arkansas e de manipulação fraudulenta de contas públicas. Sintomaticamente, Paula Jones começa a frequentar as reuniões do *Comitê da Ação Política Conservadora*, um notório *lobby* da direita (v. Partido Político de Direita & Ideologia). Dois funcionários da justiça de perfil altamente conservador foram indicados pela Suprema Corte para investigar o caso: por um lado, David Sentelle, amigo de dois senadores republicanos da extrema-direita, Jesse Helms e Lauch Faircloth, ambos da Carolina do Norte e, por outro lado, Kenneth Starr. Após mais de três anos de investigações e milhares de dólares gastos sem qualquer resultado positivo, Starr resolve voltar as suas investigações para a conduta pessoal do presidente, visando atingi-lo por impropriedade no exercício do cargo ou por perjúrio. No seu afã altamente político de inculpar Clinton, Starr repassou informações confidenciais para parlamentares republicanos, conseguindo abrir um processo de impedimento no Congresso e explicitando o uso político do cargo e da justiça.

O avanço do republicanismo radical contra o presidente se dá no momento em que Clinton supera as desconfianças do eleitorado e consegue uma boa votação nas eleições parlamentares e conquista o seu segundo mandato, ao mesmo tempo em que o líder republicano Newt Gingrich (que se propõe a dirigir uma Revolução Conservadora nos EUA) é derrotado e obrigado a abandonar o Congresso, além de se ver envolvido em uma série de escândalos financeiros. Mesmo a Coalizão Cristã, grupo da direita fundamentalista cristã, começou a duvidar da possibilidade de condenar Clinton na Justiça. Nessa ocasião, em janeiro de 1999, Clinton atingia um índice de 72% de aprovação popular, exasperando a oposição conservadora, que parte então para a tentativa de derrubar o presidente através de um julgamento político. Da mesma forma, um sopro de euforia varre o partido republicano na expectativa de uma reelaboração da memória sobre o presidente republicano Richard Nixon, levado à renúncia face à votação de um pedido de *impeachment* originado na Justiça. Assim, tratava-se de uma vingança política contra os liberais e esquerdistas americanos. Clinton contra-atacou de forma eficiente, insistindo no caráter privado de seu erro — abrindo caminho para uma clara distinção

entre o campo da política e a conduta pessoal — e formulando um grande projeto de ampliação dos programas sociais, em especial da previdência (v. Consenso de Washington & Estado do Bem-Estar Social). Assim, pôde o presidente apresentar os seus opositores como reacionários empedernidos que na verdade visavam atingir os programas públicos dirigidos aos velhos e jovens. A atuação de sua esposa Hillary foi fundamental para garantir a sua precária credibilidade, assim como a atuação de sua advogada (*estigma* duplo na cena política: mulher e negra) ao lado de um notável advogado paralítico (Charles Ruff), destacando nitidamente os campos políticos em conflito. (v. Democracia & Conservadorismo)

O clima de caça às bruxas instala-se rapidamente no Congresso norte-americano, com investigações sobre a conduta pessoal de inúmeros parlamentares, numa invasão indevida da vida privada e imposição de um clima de falso puritanismo (v. Hollywood e o Macartismo). A primeira vítima (e na verdade única) é abatida no campo da própria direita: o deputado Bob Levingston, presidente da Câmara dos Deputados, é levado à renúncia após confirmar inúmeros casos de adultério. Uma forte indignação sacode o Congresso e a opinião pública face às “forças irracionais e perigosas” (John Kerry) desencadeadas a partir da denúncia contra Clinton. O prosseguimento do julgamento político do presidente, imposto pela maioria republicana no Congresso, explicitava — contra a maioria da opinião pública — uma desforra das minorias conservadoras contra os movimentos de reforma social atuantes nos Estados Unidos desde os anos de 1960. Assim, Bill & Hillary simbolizavam

“(...) os produtos rematados da década de 1960, dominados pelo liberalismo (progressismo nos EUA), pela desobediência civil, pelo desrespeito às leis, pela decadência do patriotismo, pelo uso recreativo de drogas, pela promiscuidade sexual e por uma excessiva satisfação dos próprios desejos” (M. Parrish, Los Angeles Times, 17.01.98). (v. Homossexualidade e Revolta).

O fato de Clinton ter feito uso de maconha, ter se recusado a lutar no Vietnã, garantido direitos para os gays, mantido uma lésbica no gabinete e ter assumido uma atuante postura feminista contribuiriam para formar um quadro (falseado) de que os “barbudos” de 1968 estavam no poder (v. Baderna & Fe-

minismo). É contra 1968 que se arma o julgamento de Washington contra o presidente. A figura chave na oposição é Kenneth Starr, que confessa o seu grande prazer de rodar de carro com a esposa cantando hinos religiosos. O promotor especial e seus amigos da *Maioria Moral* e da *Coalizão Cristã* acreditavam que impedir a presidência de Clinton seria extirpar a década de 1960 da história americana. Não estavam conformados com o fim do consenso liberal que imperara na América entre a presidência de Franklin Roosevelt e Richard Nixon, baseado em programas sociais, aumento dos gastos com o complexo industrial-militar e a dominância WASP (*white, anglo-saxon and protestant*). (v. Burocracia). O consenso garantiria o controle sobre as forças ditas esquerdistas tanto nos Estados Unidos quanto em todo o mundo, na certeza de que o governo dos Estados Unidos era a manifestação clara de uma missão cristã (v. Doutrina da Segurança Nacional). O choque e o trauma decorrentes da renúncia de Nixon e da constatação do baixíssimo nível moral da política americana (Watergate, Vietnã, Papéis da CIA, Intervenção no Chile) necessitavam de uma ação exorcizante, capaz de restabelecer a presidência como um norte moral (v. Operação Condor e Memória). Assim, Clinton acaba por personificar uma geração inteira, embora as suas credenciais para tanto sejam particularmente insuficientes. Mesmo assim, a maioria dos americanos ficou mais assustada com a desenvoltura de Starr “em abrir o armário sexual de Clinton” do que com as mentiras de Clinton. Desde o Relatório Kinsey de 1948 sobre a vida sexual do americano, via-se com clareza uma evolução liberal, acentuada nos anos de 1960 e confirmada com o advento de meios anticoncepcionais. A maioria acabou por considerar compreensível mentir sobre sua vida sexual, em vez de se ver obrigada a expô-la publicamente. Enquanto isso, os métodos de Starr foram considerados autoritários, excessivos e capaz de impor à América uma nova “idade das trevas”. Enfim, a vitória de Clinton e o rápido ocaso de seus oponentes representaram a vitória de um conceito de diferenciação entre conduta política e conduta pessoal, relegando esta última ao domínio privado. A opinião pública americana, contudo, não perdoou Clinton em um ponto: a deslealdade pessoal com a esposa (v. Família, Casamento & Masculino/Feminino).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

MOSCA, Gaetano (1858 – 1943). Jurista e político italiano que se notabilizou nas Ciências Sociais por sua doutrina da classe política dirigente. Tal como expressa em seu livro mais conhecido, *Elementi di scienza politica* — traduzido para o inglês como *The ruling class* — a doutrina era apresentada como uma visão nova dos sistemas políticos e, mais do que isso, como formulação de uma lei sociológica inexorável. Segundo ela, havia em todos os organismos políticos, independentemente de tempo ou lugar, mesmo nos que se apresentavam como igualitários, duas classes de pessoas: uma menos e outra mais numerosa, uma dirigente e a outra dirigida. O que distinguia a minoria da maioria, conferindo-lhe o poder de dirigir, era inicialmente a organização. Organizada, coordenada, ela se impunha a uma maioria atomizada, desarticulada. A minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante (v. Burocracia). Articulado a estes, outro importante elemento de diferenciação e acesso à classe dirigente era a hereditariedade. Ainda que fosse esta primordialmente associada aos sistemas de castas, em que o único critério de acesso era o do nascimento, era preciso notar, observava Mosca, que todas as classes dirigentes, inclusive as ditas democráticas, tendiam a tornar-se hereditárias (v. Liberalismo & Tradição). Isto se dava, quando menos, porque a própria proximidade e a familiaridade com as funções de direção conformavam nos descendentes daquela classe uma maior competência, uma maior aptidão para exercê-las. A questão da hereditariedade conduzia a outra, igualmente fundamental, que era a da estabilidade e permanência da classe dirigente. Para dela dar conta, Mosca forjou a noção de fórmula política, que era o próprio princípio de legitimidade do poder. Nenhuma classe dirigente se sustentava somente na base da força, devendo escorar-se em algum princípio legal, moral ou religioso (v. Autoridade). Um exemplo era a ideia de soberania popular — que informava as democracias e se materializava no sufrágio universal —, através da qual uma minoria eleita legitimava o seu governo e mantinha-se no poder (v. Sociedade Civil).

Mosca procurava mostrar que o fato de participar de eleições, por mais amplas que fossem as franquias, não significava que o povo efetivamente dirigia seu governo, ou até mesmo que escolhia seus governantes (v. Oposição/Situação). Não era o eleitor que, livremente, escolhia o seu representante.

Ele optava sempre a partir de um conjunto que lhe era dado de candidatos promovidos por grupos, por comitês, por minorias organizadas (v. Ideologia). Deste modo, o representante é que se impunha. É certo, porém, que num quadro concorrencial, tendo-se que arrebanhar votos, os candidatos eram obrigados a um esforço para obter a boa vontade dos eleitores, incorporando, assim, alguns de seus interesses e reivindicações. Mesmo que a democracia, entendida enquanto igualdade entre os homens, soberania popular, governo da maioria, não pudesse se operar na prática, Mosca identificava na tendência democrática uma das formas de renovação da classe dirigente. Ela conformava uma classe dirigente aberta a elementos vindos de baixo, impedindo a sua ossificação, prevenindo-a da exaustão por meio da constante admissão de novos componentes, o que era fundamental para o progresso das sociedades. O seu contrário era a tendência aristocrática, na qual apenas um grupo fechado controlava o acesso a cargos e à administração do Estado. A tendência aristocrática predominaria, por exemplo, no sistema socialista. Ali o governo e a economia eram delegados às mesmas pessoas que, desta forma, acumulavam um enorme poder, tornando-se imunes a qualquer tipo de controle, ou o que Mosca chamava de defesa jurídica (v. Empresários). Assim, por detrás de uma retórica igualitária, democrática, assistia-se à constituição de uma oligarquia mais poderosa e totalitária da qual jamais se havia tido notícia, o que se mostrava, na conclusão do autor, como um risco a ser firmemente evitado (v. Conservadorismo & Jacobinismo).

As teses de Mosca foram apropriadas por vertentes de pensamento que, na Itália das primeiras décadas do século XX, fizeram incidir uma forte crítica sobre o governo parlamentar, a democracia e o socialismo (v. Anticomunismo & Fascismo). Quando, porém, essas vertentes se tornaram politicamente dominantes, resultando na instituição do regime fascista, o autor assumiu uma postura de oposição, chegando mesmo a relativizar algumas de suas ideias iniciais (v. Historiografia do Fascismo). Isto lhe valeu a exclusão da vida política e a limitação de suas atividades na Universidade de Roma, onde lecionava (v. MICHELS, Robert).

Mario Grynszpan

Referências Bibliográficas:

ALBERTONI, Ettore A. Doutrina da classe política e teoria das elites. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

BOBBIO, Norberto. On Mosca and Pareto. Genebra, Librairie Droz, 1972. (Travaux de Droit, d'Économie, de Sociologie et de Sciences Politiques, 91).

BOTTOMORE, T. B. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

GRYNSZPAN, Mario. "A teoria das elites e sua genealogia consagrada". RBIB, Rio de Janeiro, 1996(41): 35–83, 1.º sem.

MOSCA, Gaetano. The ruling class. Nova York, McGraw-Hill, s.d.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE — MBL. Movimento Brasil Livre foi, inicialmente, uma “marca” — um “nome de fantasia” — criada pela *Students for Liberty* (financiada pela *Atlas Network* — dos Irmãos Charles Koch e David Koch) para viabilizar a participação de estudantes brasileiros nas manifestações de rua, como já faziam em outros países, sem causar conflitos com a legislação fiscal estadunidense. Efetivou-se como movimento após o protagonismo adquirido nos protestos de 15 de março de 2015, engrossando o coro dos que pediam a deposição da presidenta Dilma Rousseff mediante impeachment ou golpe militar: o movimento “Vem pra Rua” (VR) e movimento “Revoltados Online” (RO) (ROCHA, 2018, p.59). Os nomes mais citados na controversa fundação do MBL são: Juliano Torres, Alexandre dos Santos, Renan do Santos, Marcel van Hattem e Kim Katagiri (GOBBI, 2016, p.9). Hoje, o MBL é um ator social das “novas direitas” sob diferentes aspectos: tem pouca idade em relação à direita malufista e janista de São Paulo, por exemplo; difere nas estratégias de ação, reposicionando-se (Brum, 2009) mas com maior rapidez (apoio ao impeachment de Dilma Rousseff e recuo em relação ao impeachment de Michel Temer) e mobilização massas (presencial e online) com discurso de ódio contra o outro, quando comparado às agremiações direitistas preexistentes; reitera os discursos que põe os indivíduos à frente da sociedade e que naturalizam as desigualdades sociais, combinando, contraditória e pendularmente, por exemplo, a defesa do livre mercado (o apoio à Reforma

da Previdência) com o controle estatal da vida privada (o apoio aos projetos de lei antiaborto). Esse caráter compósito se explicita nas bandeiras do antipetismo (impeachment, corrupção, crise econômica e bolivarianismo), conservadorismo moral (família tradicional, resgate da fé cristã, patriotismo, anticomunismo, combate à criminalidade/aumento da violência e oposição às cotas raciais) e os princípios neoliberais (Estado mínimo, eficiência do mercado/privatização, livre iniciativa/empreendedorismo, meritocracia e corte de políticas sociais). (p.363, p.443.)

Formalmente, assume o *status* de Instituição Não Governamental comprometida com o “liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil” e assentada nos valores da “liberdade individual”, “propriedade privada” e “Estado de Direito”. No vídeo de apresentação do canal do YouTube, Renan dos Santos reconhece o MBL como um gerenciador de redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) e organizador profissional de protestos, presente em 20 Estados e aproximadamente 150 cidades. Sua atuação é instrumentalizada por um programa de discussão semanal (MBL Cast), um jornal (MBL News), um canal de formação política e artística (MBL Academia) e o apoio a candidatos e políticos eleitos, com destaque para Kim Kataguiri, Rubinho Nunes, Arthur do Val e, até 2021, Fernando Holliday. Como exemplo do seu alcance no ciberespaço, está o exponencial crescimento dos seus seguidores, na página da Internet, ampliado de 65.000, em 2015, para 3.055.850, em 2021.

Nesse mesmo período, o MBL foi alvo de controvérsias que punham em xeque o seu discurso de inovação e independência na atividade política. Em 2015, o MBL poupou Eduardo Cunha e Renan Calheiros em seus protestos. (CUNHA e CUNHA, 2021, p.336) Foi, inclusive, criticado pelo “alinhamento” a Eduardo Cunha, no impeachment de Dilma, por suas formas de financiamento (GOMES, 2017. p.159–163) e por ter blindado, em 2016, o governo de Michel Temer. (FRANCO, 2018, 20p. 219). Dito “apartidário”, inicialmente, excluiu postagens nesse sentido e assumiu o caráter de “suprapartidário” nas eleições de 2016, quando lançou 45 candidatos (majoritariamente masculinos), filiados a 16 partidos, da centro-esquerda à direita, nos estados do Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco. Conseguiu eleger um prefeito em Minas Gerais, três vereadores em São Paulo, dois no Paraná e dois

no Rio Grande do Sul. Dois anos depois, seus coordenadores Kim Kataguiri e Artur do Val foram eleitos, respectivamente, para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa de São Paulo, como quadros do Partido Democratas.

O apoio a Jair Bolsonaro, durante o segundo turno da eleição para a presidência da República e às propostas do Movimento Escola Sem Partido (ESP) foram também exemplos de mudança e contradição programática. Sobre as campanhas de 2018 a presidente, Kim Kataguiri sustentou que o MBL praticou o voto útil (antipetista) e não tinha ciência de práticas de desonestidade e roubo por parte daquele candidato. De modo supostamente ingênuo, o Deputado dizia ser impensável prever a desastrosa atuação (moral, econômica e política) de Bolsonaro. Em situação contrafactual, o Deputado afirmou que anularia o voto, caso a disputa se desse, hoje, entre Bolsonaro e um candidato do Partido dos Trabalhadores.

Das propostas do ESP, o MBL é entusiasta desde 2015, quando aprovou, em seu primeiro Congresso Nacional, o apoio à implantação do “Projeto de Lei Escola sem Partido”. (NASCIMENTO, 2018, pos.158) Em 2017, seus líderes organizaram um malsucedido ato que envolveria 103 cidades. A “Marcha pelo Escola Sem Partido”, segundo Renan dos Santos, teria a função de difundir o projeto em várias cidades e municípios. No mesmo ano, o vereador Fernando Holiday invadiu escolas públicas em São Paulo para investigar “doutrinação ideológica” dos professores partidários, por exemplo, do PT e do MST. No ano seguinte, o MBL publicizou denúncia no Facebook: “Escola Sem Partido já!” (11mil compartilhamentos até 2022) apoiando, efetivamente, a transformação das regras em lei, nos legislativos de São Paulo e, na Câmara Federal, com o empenho do Deputado Kim Kataguiri. Em 2019, Fernando Holiday, ainda no MBL, mas já aluno da licenciatura em História, se arrependeu do apoio e passou a criticar a ideia de princípios e procedimentos defendidos pelos apoiadores do ESP. Dois anos depois, afastou-se do movimento dizendo não encontrar acolhida para as pautas LGBT e às políticas liberais antiabortivas.

Nos últimos três anos construiu uma história de si, mediante a produção de um filme e um livro no qual rearranjam uma narrativa, hoje, vitoriosa sobre os movimentos e partidos progressistas. Nas peças, mantém os bordões vazios que entoou em campanha, como a luta contra o “comunismo” de Luís Inácio Lula da Silva, contra a suposta imposição da cor vermelha à bandeira nacional

e reitera a ideia de que foi o principal agente político do *Impeachment* e do “Fora PT”. Nesse sentido, as narrativas também expressam a tese voluntarista de que os principais líderes do movimento agiram com extrema sagacidade, trabalhando nas fraturas dos governos do PT e do PMDB e manipulando os políticos dos partidos tradicionais, como Eduardo Cunha.

Essa narrativa, porém, não se sustenta nem mesmo com cobertura de parte da imprensa simpática a determinadas pautas do movimento e aos alvos dos seus protestos: a privatização da Petrobras, a proibição de Lula assumir um ministério no Governo Dilma Rousseff, a ideia de que a saída de Dilma resultaria em processo de reconciliação nacional e a tentativa de afastar a esquerda na direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). O MBL foi criticado em notas que questionavam o financiamento dos protestos de 2015, as denúncias de caixa dois na campanha de Fernando Holiday, em São Paulo, o fracasso das manifestações em apoio à Operação Lava Jato (2017) a omissão em relação às acusações sofridas por Michel Temer (GOMES, 2017, p.174–177) e à lista de quase 100 políticos de diversos partidos, investigados (entre outros crimes) por corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e falsidade ideológica (a “lista de Fachin”).

Cientistas Sociais, por seu turno, tem se ocupado em datar as “origens” do movimento, mapear suas causas, inventariar suas teses e de tipificar seus discursos em meio ao suposto esfacelamento das bases democráticas da vida política nacional, inaugurada, principalmente, após a constituição de 1988. A maior parte dos trabalhos provém das áreas de Ciência Política, Sociologia Política, Comunicação e Linguística. Eles destacam a competência do movimento em atrair jovens abandonados pelos partidos políticos e instituições políticas progressistas e tradicionais. Destacam também a competência com que o movimento emprega internet para disseminar mentiras sobre pessoas e ações dos governos, cultivar o ódio aos políticos e aos partidos de esquerda e de formular falácias questionadoras dos benefícios democráticos da política partidária, mediante discursos, em grande parte, “cínicos” e “irônicos” para legitimar-se como ator político. (SANTOS, 2016, p.94). Nesse campo, o MBL superou em resultados as demais organizações de aparentado espectro ideológico, como os movimentos: “Endireita Brasil”, “Nas Ruas”, “Revoltados On-Line”, “Vem Pra Rua Brasil”, quando aferidos os números de postagens,

cliques, curtidas e/ou visualizações de páginas, canais e/ou perfis da Internet. (DIAS, 2017, p.74).

Cientistas Sociais datam sua proveniência e causa em diferentes escalas e durações. Afirma que o MBL nasceu em 2016 ou nos longínquos movimentos direitistas dos anos 80 do século passado. As abordagens de duração breve explicam a emergência do MBL como exemplo do fenômeno da direita emergente no processo de impeachment de 2016, a exemplo das ações orientadas pelo “Movimento Liberal Acorda Brasil”, “Conservadores”, “Mídia Sem Máscara”, “Liberais/Libertanos” e da ação de Olavo de Carvalho (SALLES, 2017, p.133), das fragilidades do Estado como a crise econômica e social do transporte exposta nos protestos do Movimento Passe Livre e, conseqüentemente, da gestão desastrosa do governo de Geraldo Alckmin (2013) (GOMES, 2017,p.92). É também a soma a ascensão da direita e do protesto pela reeleição de Dilma Rousseff (GOBBI, 2016, p.9; Westin, 2017, p.100–101.) e, em escala ampliada, fruto da invenção das redes sociais, como o Orkut (2006–2007) (ROCHA, 2018, p.55.).

Em duração conjuntural, cientistas sociais justificam o discurso de ódio do MBL como mais um desdobramento do 11 de setembro de 2001, mais um episódio da tradição autocrática nacional (CASIMIRO, 2018, p.52) ou configura-se como o sintoma da mudança nas formas conservadoras de participação política e do perfil da oposição (da ARENA e do PFL para o PSDB e a nova direita). (AVRITZER, 2016, pos.17990). Cientistas sociais, contudo, raramente explicitam os modelos interpretativos que ajudariam a dar sentido à existência do MBL no presente recente da história nacional, além de não se ocuparem com a eficiente disseminação da memória do movimento na recente da política brasileira, produzida sob o nome de historiografia, de modo acrítico e não profissional. Sob lentes da Sociologia de Pierre Bourdieu, o MBL é exemplar de emprego do moralismo (anticorrupção, contra o PT) como estratégia para o domínio do campo político. (ANDRADE, 2016, p.73). Em corte marxista, o MBL resulta de uma reconfiguração das classes dominantes, crítica, agora, da representação político-partidária como sistema.

Itamar Freitas

Referências

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018. p.47–53.

FRANCO, Bernardo Mello. *Mil dias de tormenta: A crise que derrubou Dilma e deixou Temer por um fio*. São Paulo: Objetiva, 2018.

GALLEGO, Esther Solano (Org). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2018. p.54–61.

SALLES, Leonardo Gaspar. *Nova Direita ou Velha Direita com Wi-Fi?: Uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira*. Florianópolis, 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

Notícias:

A marcha falida do MBL pelo Escola Sem Partido. *Vice Brasil*, 16 ago. 2017. Disponível em <<https://www.vice.com/pt/article/nee7b/a-marcha-falida-do-mbl-pelo-escola-sem-partido>> Consultado em 10 fev. 2022. MOURA, Fernanda Pereira de. Escola Sem Partido: origens e ideologias. *Ciência Hoje*. 06 fev. 2019. Disponível em <<https://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/>> Consultado em: 10 fev. 2022.

BETIM, Felipe. A segunda metamorfose do MBL para seguir influente no Brasil de Bolsonaro. *El País*. São Paulo, 05 dez. 2018. Disponível em <https://brasil.el-pais.com/brasil/2018/12/03/politica/1543850784_783436.html> Consultado em: 10 fev. 2022. TORRES, Márcia; SEABRA, Roberto. Relator do projeto “Escola Sem Partido” critica doutrinação política. *Câmara dos Deputados*. Brasília, 11 abr. 2018. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/535675-relator-do-projeto-escola-sem-partido-critica-doutrinacao-politica/>> Consultado em 10 fev. 2022.

CASTRO, Gabriel de Arruda. MBL fará marcha pelo Escola Sem Partido em Todo o país. *Gazeta do Povo*. Sdt., 08 ago. 2017. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mbl-fara-marcha-pelo-escola-sem-partido-em-todo-o-pais-4i3elisi28qrft1bzodr5yl1l/>> Consultado em: 10 fev. 2022.

Clube militar comemora protestos de 15 de março e fala em “vigilância”. *Carta Capital*. 17 mar. 2015. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/clube-militar-comemora-protestos-de-15-de-marco-e-fala-em-vigilancia-4230/>> Capturado em 14 dez. 2021.

Fernando Holiday está invadindo escolas públicas em São Paulo. *Pragmatismo Político*. 05 abr. 2017. Disponível em < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/fernando-holiday-esta-invadindo-escolas-publicas-em-sao-paulo.html>> Consultado em: 10 fev. 2022. JOÃO FILHO. Fernando Holiday do MBL quer aplicar Escola Sem Partido na marra. *The Intercept Brasil*. São Paulo, 09 abr. 2015. Disponível em < <https://theintercept.com/2017/04/09/fernando-holiday-do-mbl-quer-aplicar-escola-sem-partido-na-marra/>> Capturado em 10 fev. 2022.

Fernando Holliday. Pânico Jovem Pan. 01 fev. 2021. <https://www.youtube.com/watch?v=Qjuxq2rUJMU>. Consultado em 12 dez. 2021. FUCS, José. Entrevista a Fernando Holiday. *O Estado de São Paulo* 29 jan. 2021. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fernando-holiday-o-combate-ao-aborto-e-a-causa-lgbt-nao-sao-bandeiras-do-mbl,70003597839>> Consultado em 12 dez. 2021.

FRASÃO, Felipe. MBL elege um prefeito e sete vereadores, mas não emplaca 82%. 02 out. 2016. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/mbl-nao-consegue-eleger-82-de-seus-candidatos/>> Consultado em 10 dez. 2021.

MBL – Movimento Brasil Livre, <https://mbl.org.br/>. Consultado em 10 fev. 2022.

MBL – Movimento Brasil Livre. Escola Sem Partido já!. 17 nov. 2018. Disponível em < <https://www.facebook.com/mblivre/posts/1196586437132164/>> Capturado em 10 fev. 2022.

MBL elegeu oito de seus 45 candidatos. *Carta Capital*. 03 out. 2016. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/politica/mbl-elegeu-oito-de-seus-45-candidatos/>> Capturado em 10 dez. 2021.

MBL se aproxima do Novo por eleição em 2020. *Exame*. 27 set. 2019. Disponível em <<https://exame.com/brasil/mbl-se-aproxima-do-novo-por-eleicao-em-2020/>> Capturado em 10 dez. 2021.

MOLINA, 2919; AMARAL, 2016, 61. TOLEDO, Francisco. Atlas e Students for Liberty: quem são as pessoas que financiam os protestos do dia 13? *eDemocratize*. 11 mar. 2016. Disponível em < <https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/atlas-e-students-for-liberty-quem-s%C3%A3o-as-pessoas-que-financiam-os-protestos-do-dia-13-8624ef53e955#.ho38qm23s> > Consultado em 10 fev. 2022.

SANTOS, Renan dos. <https://www.youtube.com/channel/UC8QAdpiEWAQg3AOCC-FDCOYw>. Consultado em 10 fev. 2022.

UOLNews. Canal UOL. [Entrevista de Kim Kataguirí]. 05 jul. 2021. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/videos/2021/07/05/kim-kataguiri-nao-esperavamos-que-bolsonaro-seria-ladrao-e-desonesto.htm>> Capturado em 10 fev. 2021. BASTOS, Rafinha. Entrevista a Kim Kataguirí. *Canal Rafinha Bastos*. 04 jun. 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=uk3Klla26GM>> Consultado em 10 fev. 2021.

ZANINI, Fábio. Entrevista a Fernando Holiday. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 08 abr. 2019. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/trans-formar-os-professores-no-problema-da-educacao-e-errado-diz-fernando-holiday.shtml>> Capturado em: 10 fev. 2022.

MUSSOLINI, Benito (1883 – 1945). Figura emblemática da chamada extrema-direita, Mussolini conserva, junto com Hitler, um lugar de primeira linha entre as lideranças direitistas. Isto não se deve apenas ao papel destacado que desempenhou como parceiro do nazismo na política internacional dos anos 30 do século XX que desembocou na Segunda Guerra Mundial (v. Geopolítica). Em sentido mais amplo, praticamente toda a sua atuação como líder fascista, englobando nela desde o agitador até o chefe de uma ditadura, apresenta uma contribuição apreciável para a articulação tanto teórica quanto prática das posturas de direita (v. Partido Político de Direita). Nascido em 29 de julho de 1883 na Romagna, região italiana conhecida pelas seculares lutas sociais e políticas, o futuro *Duce* teve sua formação perpassada desde cedo por um clima de inconformismo e revolta latente, não muito diverso do que envolvia a imensa maioria de seus compatriotas. Tal clima era o quadro de fundo da problemática situação política italiana após a unificação. O seu correspondente agravamento acompanhou as vicissitudes do país até a Primeira Guerra Mundial, chegando a um ponto crítico mais adiante com as grandes dificuldades do entreguerras (v. Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas). Mussolini começou sua militância política no socialismo, seguindo as opiniões de seu pai. Da sua juventude acidentada e errante — que incluiu uma estada na Suíça, com frequentes perdas de emprego e dificuldades financeiras, a militância socialista, intensificada pelo seu temperamento rebelde e arredo a toda autoridade, perseguições e prisões — Mussolini reuniu na experiência

da agitação política, da liderança e do uso da oratória, assim como da sua carreira jornalística, elementos que se converteram mais tarde em trunfos para sua chegada ao poder. O seu discurso nos comícios e nos jornais, como em *La Lotta di Classe* e no *Avanti*, atacava a burguesia, a Igreja e toda forma de autoridade constituída, muitas vezes até seus próprios companheiros socialistas, tidos por pusilânimes. A monarquia recebia dele críticas frequentes. Fazia denúncias contra o sistema parlamentar e as coligações eleitorais, pregando a ação revolucionária direta (v. Revolução & Ardití). Porém, com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), Mussolini contraria inesperadamente a posição pacifista dos seus camaradas socialistas para defender a participação italiana na luta (v. Imperialismo). Rompendo com o partido, que logo o expulsará, sai da direção do *Avanti* e funda seu próprio jornal, *Il Popolo d'Italia*. Em 1915, a Itália entra na guerra e Mussolini vai ao *front*. A situação socioeconômica alarmante do entreguerras seria aproveitada por ele, quando retorna, para o sucesso de uma nova militância, agora à direita do espectro político (v. Fascismo: Movimento).

Em março de 1919, Mussolini funda em Milão o movimento fascista, que se torna partido em 1921 (v. Partido Nacional Fascista Italiano). Em outubro de 1922, acontece a Marcha sobre Roma e forma o novo governo italiano. Encontrando uma fórmula de convivência, ou conivência, com a monarquia, os fascistas progressivamente montam um regime ditatorial a seu estilo, utilizando, solapando e depois extinguindo as instituições e as liberdades liberal-democráticas (v. Autoritarismo & Ditadura). São suprimidos os partidos e jornais da oposição na Itália, estabelecendo-se o terror contra a oposição (v. Repressão e Violência & Tortura). Mussolini torna-se chefe supremo do Estado, com o título de *Il Duce*. A caracterização que assumiu, fortemente propagandeada, de líder desprendido e carismático, enfatizando a paixão e a energia políticas do homem de ação, mostrava a influência conjugada de diversos pensamentos, associando modelos como o do super-homem nietzschiano, do líder maquiavélico e do homem providencial, representante dos anseios profundos de todo um povo (v. Futurismo & Guerra). Diante da conjuntura mundial, tal tipo de liderança parecia-lhe necessária, desembaraçada da injunção dos debates parlamentares: “A responsabilidade tende a acentuar-se cada vez mais e a tomar forma humana visível na pessoa de um só homem, em lugar de dividir-se em ideologias nebulosas e vagas, evaporando-se nas assembleias

de parlamentos coletivos anônimos” (“A fascistização do mundo em 1934”, in *Aspectos da crise mundial*, pp. 230–31) (v. L.U.C.E. & Totalitarismo).

Na formulação de suas concepções, o fascismo foi, no dizer de Leandro Konder, “buscar ideias no campo do inimigo” (*Introdução ao fascismo*, p.8). O próprio *Duce*, passando-se do socialismo para o campo da direita, certamente valeu-se de sua informação e experiência anteriores para contribuir com uma visão própria da teoria da luta de classes (v. Corporativismo: Teoria). Para ele, Marx revelara um aspecto de ingenuidade em sua teoria, ao considerar que, na fase contemporânea da história, a humanidade estava apta a dar fim à luta de classes e erigir o comunismo através da ação revolucionária do proletariado (v. Anticomunismo). Divergindo destas considerações, para ele apocalípticas, Mussolini via a luta de classes como um aspecto permanente e insuperável da vida social. Diante disto, o que se poderia fazer era disciplinar esta realidade conflituosa. Para tanto, o único agente capaz de realizar tal tarefa seria uma elite de novo tipo, forte, decidida e disposta a tudo (v. Autarquia & Militarismo). A liderança fascista credenciava-se para este papel. Aliás, é possível detectar a busca da conformação desta elite na criação do Grande Conselho Fascista e dos quadros dirigentes do Conselho Nacional das Corporações. O grande projeto de administrar os conflitos sociais em visível favorecimento à manutenção do poder econômico dos grandes industriais, comerciantes e dos senhores de terras traduziu-se na criação das corporações, elementos de controle estatal da economia, tal como o Grande Conselho e a Milícia de Segurança Nacional serviriam para o controle político do país (v. Estatismo & Sindicato). Também no que tange à luta de classes, os teóricos socialistas teriam ignorado um aspecto que para Mussolini era até mais importante do que a luta entre burguesia e proletariado no interior das sociedades capitalistas como sistema: o aspecto da luta entre as nações proletárias e as nações capitalistas. Liga-se a este pensamento a caracterização de “mista” que o *Duce* fez da economia de seu país, recusando-lhe o nome de “capitalista” por acreditá-lo inadequado (*Discurso de Mussolini sobre la constitución de las corporaciones*, pp. 15–16). Neste desdobramento teórico, o conceito de “nação proletária”, aplicado por exemplo à Itália, mostrou-se um elemento habilmente articulado à busca de legitimação pela burguesia italiana de suas pretensões imperialistas frente às “nações capitalistas” que as contrariavam, Inglaterra e França (v. Chauvinismo). O atendimento destas pretensões, sob

a capa ideológica de cumprimento de uma vocação de grandeza nacional da Itália, conduziu a política externa de Mussolini, determinando uma postura de intervenção nos negócios europeus, a sua aliança com a Alemanha e as agressões visando a conquista de países vizinhos e territórios africanos (v. Império & Pacto AntiKomintern). Derrotado na Segunda Guerra Mundial, Mussolini é deposto pelo Grande Conselho e preso em 1943, mas é libertado pelos nazistas. Em 1945, Mussolini malogra em uma campanha para retomar o poder. Ele e alguns companheiros são aprisionados e posteriormente metralhados a 28 de abril de 1945 (v. Fascismo na Itália).

Sérgio Luiz Monteiro Mesquita

Referências Bibliográficas:

BIANCHI, Pietro. Mussolini. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

DAUGUET-GÉRARD, Suzanne. Mussolini parle: des discours et des écrits de Benito Mussolini reunis et traduits en français par... Paris, Plon, 1928.

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro, Graal, 1991.

MUSSOLINI, Benito. Aspectos da crise mundial. Rio de Janeiro, Arturo Vecchi, 1934.

MUSSOLINI, Benito. Discurso de Mussolini sobre la constitución de las corporaciones (Asamblea del Consejo Nacional de las Corporaciones – 14 de noviembre 1933 – XII). Roma, Tip. de C. Colombo, 1933.

MUSSOLINI, Benito. Le fascisme, doctrine, institutions. Paris, Denoël et Steele, 1934.

MUSSOLINI, Benito. O pacto por quatro: discurso pronunciado no Senado do reino da Itália a 7 de junho, ano XI. Roma, Società Anonima Poligrafica Italiana, 1933.

PIGHETTI, Guido. Fascismo, sindicalismo, corporativismo: Esposizione ordinata e completa della dottrina fascista. Milano, Soc. An. Istituto Editoriale Scientifico, 1930.

N

NACIONALISMO. Constituiu um componente fundamental das ideologias de direita, estando presente nas doutrinas conservadoras germânicas, tais como aquelas de Treitschke, Gumplowickz e Gierke, nas anglo-saxãs — com prógonos como o inglês Chamberlain — e nas francesas representadas, entre outros, por Gobineau e Maurras (v. Conservadorismo). Ultrapassando as fronteiras dos países nos quais se originaram, as concepções informadoras dos nacionalismos de direita travestiram-se também em doutrinas imperialistas nos séculos XIX e XX, desabrochando com pujança com o fascismo na Alemanha e com o fascismo na Itália (v. Reich & Império).

Os nacionalismos de direita assentavam-se no direito de a nação afirmar através do Estado os seus interesses de expansão, justificados pela superioridade racial ou cultural frente a outros povos, como os nazistas fizeram em relação aos eslavos ou como os povos europeus se comportaram frente aos povos africanos e asiáticos durante a expansão colonial (v. Imperialismo & Geopolítica). Portadora, portanto, de uma missão civilizatória, a nação deveria gestar uma ordem social interna e externa que fosse adequada ao pleno desenvolvimento de sua suposta natureza (v. Völkisch). Glorificava-se, desse modo, a desigualdade natural como lei superior da vida social, bem exemplificada no na-

cional-socialismo alemão pela apropriação distorcida dos seminiais conceitos nietzschianos do “super-homem” e de uma “raça dos senhores”, utilizados na construção da superioridade da raça ariana da qual os alemães seriam ímpares representantes (v. Eugenia & Homossexualidade e Fascismo). Embora os nacionalismos busquem a adesão ao seu ideário por vias românticas ou afetivas, os de direita exacerbaram essa tônica na medida em que constantemente criticavam o racionalismo de raiz iluminista. Partindo da ideia do darwinismo social de que só sobrevivem os mais fortes, muitos nacionalismos de direita inferiram que a grandeza nacional só se estabeleceria através da força e da violência (v. Repressão e Violência). Essa faceta foi expressa, por exemplo, na doutrina do “espaço-vital” desenvolvida pelo nacional-socialismo alemão (v. Pangermanismo). As alteridades em relação à nação foram frequentemente tratadas como ameaçadoras ou inferiores, devendo ser submetidas ou eliminadas (v. Leis de Nuremberg & Operação Eutanásia). Aos dominados, cabia a submissão e, paradoxalmente, a gratidão por lhes permitirem sobreviver e serem servos de povos tão superiores (v. Apartheid & Ocidente). Daí, a apologia sacralizadora da guerra e de seu agente por excelência, o soldado, como guardião da nação, assim como a tendência de exaltação do autoritarismo, na medida em que a força se erigia em direito (v. Ditadura e Violência).

Os nacionalismos de direita exerceram constantemente uma violenta, xenófoba e elitista exclusão do estrangeiro, do inferior, do mais fraco, assim como dos nacionais que não aceitavam o modelo de sociedade proposto ou que não se enquadravam dentro dos critérios definidores do nacional (v. Asilo & Campos de Concentração). Exemplos desse aspecto são o antissemitismo propagado pelo nazismo e o racismo antinegro difundido na atuação colonialista (v. Judeu e Fascismo & Holocausto). Esta exclusão esteve sutilmente presente mesmo em práticas assimilacionistas aparentemente mais democráticas ou integradoras, mas que, na verdade, pregaram a mestiçagem ou desvanecimento da cultura do outro para suavemente elidi-lo da paisagem social (v. Favela & Prussianismos Brasileiros). Frequentemente, os nacionalismos de direita possuíam visões organicistas de sociedade, nas quais os interesses do corpo nacional não apenas eram considerados superiores aos direitos individuais, como também podiam transgredi-los, já que seria uma falácia o *indivíduo* concebido pelo liberalismo. O verdadeiro sujeito só se constituiria ou se realizaria plenamente dentro do corpo social delimitado pelos contornos do

corpo nacional (v. Antigo Regime & Sociedade Integral). A nação era geralmente vista como possuidora de uma vontade e de uma consciência próprias acima e independente da soma da vontade da maioria de seus membros, sendo interpretadas por um partido único ou por um líder carismático. Os dissensos eram vistos como agentes de morbidade, fragmentadores e enfraquecedores do corpo nacional, daí se tentar calar ou eliminar toda e qualquer oposição. Dessa forma, os nacionalismos de direita bem se adequaram à sustentação da sociedade de classes, já que veem a luta de classes como uma doença do corpo social condicionada pelo individualismo liberal e fomentada pelo socialismo (v. Anticomunismo). A igualdade estava no fato de todos pertencerem à mesma nação; porém, dentro dela cada um possuiria um lugar específico, resguardando as diferenças das partes dentro do todo, ou seja, a identidade nacional deveria se colocar acima de qualquer outra (v. Tradição). A nação, e não a classe, como pretendia o socialismo, traçaria o curso da história e portaria o progresso. Como extensão desta visão orgânica, os nacionalismos de direita geralmente enaltecem as assimetrias de gênero, colocando a mulher no papel de matriz e de educadora das crianças, assim como no papel de amparo dos idosos, exaltando o vigor da juventude e o domínio da beleza viril do macho sobre a família e a sociedade (v. Masculino/Feminino).

Silvio de Almeida Carvalho Filho

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo, Ática, 1989.

GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Lisboa, Gradiva, 1993.

GUIBERNEAU, Maria Montserrat. Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

HOBBSAWM, Eric J.. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

1990.

SMITH, Anthony D. A Identidade Nacional. Lisboa, Gradiva, 1997.

NACIONAL-POPULISMO. O nacional-populismo vigorou no Brasil entre o início da década de 1930, quando Getúlio Vargas tornou-se presidente da República, e meados da década de 1960, quando foi deposto o presidente João Goulart (1964). No decorrer desse período, o nacional-populismo passou por duas fases distintas: uma autoritária, constituída ao longo dos anos de 1930 e início da década de 1940, e outra democrática, que vigorou de 1945 — quando do fim do Estado Novo no Brasil — até 1964, quando ocorreu a implantação do regime autoritário militar (v. Ditadura). As bases do populismo foram constituídas, portanto, no primeiro governo Vargas e consolidaram-se ao mesmo tempo em que se modificavam e atualizavam ao longo das diferentes conjunturas por que passou o país naqueles anos. Na verdade, as modificações no referido regime foram decorrentes da pressão dos setores populares que postulavam uma maior democratização do populismo, além da adoção de reformas sociais profundas pelos governantes vinculados à prática populista (v. Estado Novo: Historiografia). Ao potencial reformismo do regime, que ameaçava se concretizar em decorrência das pressões populares, foi articulada uma profunda reação, o antipopulismo, que pode ser identificada como de direita (v. LACERDA, Carlos).

O conceito de nacional-populismo contém em si uma relativa imprecisão, decorrente da própria ambiguidade do regime que simultaneamente se propunha a incorporar e a controlar a participação dos trabalhadores e dos setores populares na vida pública nacional (v. Autarquia & Governabilidade). A ambiguidade do regime, por sua vez, proporcionou que gradativamente o espaço de participação autônoma da sociedade civil se ampliasse. Dessa forma, a capacidade de controle do regime sobre a população foi perdendo força (v. Sindicato). Tal fato levou autores como Weffort a considerar o nacional-populismo como uma estrada de mão dupla, como uma prática ambígua, que não propiciava segurança tanto aos setores conservadores quanto aos segmentos de direita da sociedade brasileira (v. Elites Empresariais). No Brasil, bem como nas demais experiências latino-americanas, o populismo teve um marcante caráter urbano, podendo ser identificado como instrumento de modernização e industrialização (v. Justicialismo). A sua implementação, de acordo com Dulci, corresponde à conjuntura pela qual passou o país: de transição de uma economia predominantemente agroexportadora para urbano-industrializada. Dentre as principais características desse regime de transição voltado

para a modernização, destacam-se: a supervalorização da ideia de nação, um forte estatismo, a emergência de líderes carismáticos, o pacto ou coligação de segmentos sociais diversificados em torno do projeto de modernização nacional, o superdimensionamento da ideia de “povo”, a identificação do povo com a nação, a transferência de conflitos para a órbita externa (anticolonialismo, anti-imperialismo, anticomunismo) e a mobilização — mas não organizada dos setores populares (v. Neocolonialismo). Todavia, essa última característica foi perdendo consistência e, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, a população mobilizada apresentava uma potencial organização com autonomia (v. Legislação Trabalhista no Brasil).

Ao populismo e ao seu potencial reformismo, contrapôs-se desde o início dos anos de 1940 uma forte oposição sustentada por setores políticos e por segmentos sociais portadores de um projeto para a nação diferente do implementado pelo nacional-populismo. Um projeto antiestatista de cunho liberal, mas simultaneamente intervencionista, que não hesitou em usar de inúmeros recursos para aceitar a “prática populista” da vida política brasileira (v. Conservadorismo Durante a Ditadura Militar). Para Dulci, a proposta antipopulista deve ser examinada “(...) sob dois ângulos específicos, se bem que inter-relacionados: como projeto político institucional e como projeto de desenvolvimento”. (v. Conservadorismo) A sua formulação refere-se a duas conjunturas nas quais buscou se implementar: uma, de curta duração, relacionada à queda do Estado Novo, quando demarcou posição através de um discurso liberal, antifascista; e outra, mais prolongada no tempo, que consumiu grande parte dos anos de 1940, 1950 e o início dos anos de 1960, conjuntura marcada por uma posição antiesquerdista e antiestatista. Dessa forma, o antipopulismo no Brasil incorporou os seguintes elementos: antiestatismo, privatismo na economia e liberalismo na política; moralismo, através da defesa das “virtudes” da probidade e da integridade; forte elitismo político-social; ideologia tecnocrática, através do combate à interferência política nas instâncias decisórias; associação com o capital externo para se alcançar a meta do desenvolvimento econômico; e a crítica à “demagogia” tanto das lideranças quanto do próprio projeto populista. Além disso, o final dos anos de 1950 também se caracterizou por um discurso radicalmente antirreformista e anticomunista. Os setores políticos, sociais e econômicos — que podem ser considerados antipopulistas por terem defendido e divulgado ideias e imple-

mentado práticas consoantes com as características acima relacionadas — foram os seguintes: classe média tradicional; segmentos das forças armadas e da tecnoburocracia; políticos da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Republicano (PR); proprietários rurais, burguesia financeira e industrial; representantes do capital internacional que investiam no Brasil e segmentos da Igreja Católica. O antipopulismo articulou-se de forma muito eficaz. Em 1964, interrompeu a experiência nacional-populista e, por consequência, o projeto reformista por ela gerado (v. Autoritarismo & Baderna).

Lucília de Almeida Neves

Referências Bibliográficas:

DREIFFUS, René Armand. 1964: a Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

DULCI, Otávio. A UDN e Anti-populismo no Brasil. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1986.

GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In TEMPO/Universidade Federal Fluminense. Departamento de História — vol. 1, n.º2, dez 1996. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

IANNI, Otávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

NACIONAL-SINDICALISMO. Em fevereiro de 1932, um grupo de estudantes fascistas criou em Lisboa um jornal acadêmico, *A Revolução*. Quase todo o grupo fundador pertencia ao setor estudantil do Integralismo Lusitano (IL), movimento monárquico de direita radical fundado nos anos de 1910 sob inspiração da Action Française. Meses mais tarde, o grupo decidiu convidar para seu diretor Francisco Rolão Preto, o membro da Junta Central do IL, que se encontrava mais próximo do ideal fascista que todos professavam. Lançado no verão desse ano, o Movimento Nacional-Sindicalista rapidamente se organizou em escala nacional sob a chefia carismática de Francisco Rolão Preto. O nacional-sindicalismo, expressão do fascismo enquanto movimento em Por-

tugal, foi um fenômeno político tardio. Fundado em 1932, em plena transição para um regime autoritário, ele representa o último combate de uma “família política” que desempenhou um papel importante no processo de crise e de derrubada do liberalismo português, mas que foi secundarizada na edificação de uma alternativa ditatorial estável no início dos anos de 1930. Enquanto partido político de direita, o nacional-socialismo foi o ponto tardio de unificação de uma corrente fascista constituída a partir da ampla mas dividida família da direita radical portuguesa do pós-guerra. Nele desembocaram as franjas mais radicais de partidos anteriores e grupos ideológicos de pressão criados durante os últimos tempos da República parlamentar (1910 – 1926) e da Ditadura Militar de 1926. Num curto espaço de tempo, o movimento edificou uma organização, constituiu um núcleo não desprezível no Exército, manobrou diversas tentativas golpistas contra Salazar, até ser ilegalizado (1934) e ver os seus dirigentes expulsos do país (v. Política).

No campo ideológico e político, o nacional-sindicalismo entrou em tensão crescente com as instituições do Salazarismo, foi crítico violento do partido único (a União Nacional) — que considerava pouco dinâmico e conservador —, do sistema corporativo — que considerava um compromisso com o catolicismo social — e do próprio Salazar, que recusava a introdução de um modelo mais carismático e milicial para o Estado Novo em Portugal (v. Militarismo). Os nacional-sindicalistas fizeram a propaganda do fascismo alemão, muito embora tivessem maior afinidade ideológica com o fascismo italiano e as JONS espanholas (v. Falange). A sua imprensa acompanhou com entusiasmo a criação da Legião do Trabalho (chegando Severino Sombra a participar de comícios em Portugal) e também da Ação Integralista Brasileira (v. Estado Novo no Brasil). Os dirigentes do nacional-sindicalismo eram na sua maioria jovens estudantes, elementos das profissões liberais e oficiais de baixa patente (v. Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas). A organização contou com delegações nas principais cidades de Portugal e possuiu uma rede de imprensa regional importante. No início de 1933, o movimento desencadeou uma campanha de propaganda, com comícios por todo o país que tiveram a presença de Rolão Preto. As críticas ao governo da ditadura cresceram e Salazar iniciou o silenciamento da imprensa nacional-sindicalista através da censura, ao mesmo tempo que tentava cindir o movimento (v. Autoritarismo). No final daquele ano, na sequência de um congresso onde a maioria ficou com

Rolão Preto, desencadeou-se uma cisão pró-salazarista que aderiu às instituições do Estado Novo. Alguns dos fundadores do nacional-sindicalismo participaram de uma tentativa de golpe de Estado contra Salazar em 1935 e passariam à oposição, nunca aderindo ao regime — caso de Rolão Preto e alguns outros (v. Oposição/Situação). Os restantes iriam aderir ao Estado Novo na segunda metade dos anos de 1930 (v. Conservadorismo & Populismo).

António Costa Pinto

Referências Bibliográficas:

MEDINA, João. Salazar e os Fascistas. Lisboa, Bertrand, 1977.

PINTO, Antonio Costa. Os Camisas Azuis: Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914–1945. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

NAFTALI BENNETT. Desde 2013, Naftali Bennett, atual Primeiro-ministro de Israel (2021 -), se tornou um fenômeno na política israelense. Um ex-líder de assentamento de 49 anos, empresário do ramo da tecnologia e ex-comandante das Forças de Defesa de Israel (IDF), Bennett prometia construir uma ponte eleitoral robusta entre a ala religiosa e a secular, os postos avançados no topo das Colinas de Golã e os subúrbios emergentes da planície costeira. Era um novo discurso na política israelense, historicamente dividida entre o sionismo trabalhista/socialista, responsável pela fundação do Estado de Israel e elite política hegemônica dos primeiros 30 anos de existência do Estado; o sionismo revisionista, representado pelo partido Likud; e o sionismo religioso, representado por uma miríade de partidos *haredim* (ultra ortodoxos).

Bennett é um homem de extrema-direita, mas que sempre flertou com o cosmopolitismo e os valores ocidentais. Embora tenha sido o diretor-geral do Conselho Yesha — Conselho que fez parte Dani Dayan, indicado pelo governo israelense para ser Embaixador de Israel no Brasil. Caso que gerou uma crise diplomática entre Brasil e Israel em 2015, pois o governo brasileiro se negou a assinar o aceite da indicação, de acordo com a praxe da diplomacia, o que foi justificado pela atuação de Dani Dayan no Conselho Yesha —, o princi-

pal órgão político do movimento dos colonos, Bennett nunca morou em um assentamento. Ele mora em Ra'anana, uma pequena cidade ao norte de Tel Aviv que está cheia de programadores e executivos do ramo de tecnologia, e, além disso, em 2001 morou no Upper East Side de Manhattan, construindo uma carreira de sucesso na área, e sua esposa, Gilat, foi trabalhar como chef confeiteira em restaurantes chiques como Aureole, Amuse e Bouley Bakery.

Ao longo de sua ascensão na política, no que tange o tema Palestina, Bennett expressava com convicção que os árabes palestinos de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental poderiam renunciar às suas esperanças de um Estado soberano. A Linha Verde, que demarca os territórios ocupados de Israel propriamente dito, “não teria sentido”, já disse Bennett. De acordo com propagandas eleitorais do mesmo:

“Há certas coisas que a maioria de nós entende que nunca acontecerão: ‘Os Sopranos’ não voltarão para outra temporada [...] e nunca haverá um plano de paz com os palestinos”.

Em 2013, Bennett proferia que se ele se tornasse Primeiro-ministro algum dia, ele pretendia anexar a maior parte da Cisjordânia e deixar cidades árabes como Ramallah, Nablus e Jenin serem “autônomas”, mas “sob controle israelense”.

Sobre os assentamentos, Bennett declarava que recusaria qualquer ordem para expulsar judeus de um assentamento, que o sionismo precisaria ser reavivado por meio de uma infusão de “valores judaicos”, incluindo um senso da sacralidade da terra. Bennett é um maximalista territorial que acredita na anexação de 60% da Cisjordânia, com um acordo de autonomia para os palestinos. Ele acredita que uma solução de dois Estados, ainda valorizada pelo atual governo Biden nos Estados Unidos e por elementos cada vez menores da esquerda israelense, traria um “desastre” para o Estado judeu. De acordo com ele: “Quero que o mundo entenda que um Estado palestino significa nenhum estado israelense. Essa é a equação.”

E ainda assim ele não é exatamente um colono extremista: ele se orgulha de seu inglês nativo, característica também valorizada em Benjamin Netanyahu, um histórico militar formidável, uma vida abastada e um lar feliz com quatro

filhos em um bairro nobre perto de Tel Aviv. Mais do que tudo, o advento de um Primeiro-ministro Bennett representa a integração da religião no 73º ano do Estado de Israel. Ele visa unir religiosos e seculares, a partir de uma interpretação que os israelenses religiosos e de direita são a maioria silenciada, com suas vozes obstruídas pelas elites de esquerda na mídia, nos tribunais e na academia científica.

As figuras centrais da fundação de Israel eram seculares. Theodor Herzl, o visionário do sionismo, possuía uma visão do Estado judeu a partir da tradição judaica, não necessariamente religiosa. David Ben-Gurion, fundador e Primeiro Ministro, se declarou em um censo de 1960 como ateu. Todos os sucessores de Ben-Gurion nas primeiras três décadas do Estado foram seculares e socialistas. Seus sucessores imediatos, Moshe Sharett, Levi Eshkol, Golda Meir e Yitzhak Rabin, participaram de rituais religiosos apenas em seus próprios funerais. Até mesmo Vladimir Jabotinsky, o pai do sionismo de direita, não era conhecido como um judeu religioso. Benjamin Netanyahu, o herdeiro ideológico de Jabotinsky, trabalha no sábado e raramente entra em uma sinagoga (apesar de historicamente seu partido estabelecer coalizões com partidos religiosos). Apesar de Bennett ter nascido em uma família secular, questões geopolíticas de Israel levaram a família a se tornar cada vez mais religiosa.

Em 2012, Bennett deixou o Likud e conquistou a liderança do partido *Habait Hayehudi* (O Lar Judaico), um pequeno partido religioso nacionalista. O partido prosperou com ele no comando, saltando para o quarto lugar nas eleições do ano seguinte. Como Ministro da Economia, ele incentivou uma maior integração dos cidadãos mais marginalizados de Israel: os ultraortodoxos e os árabes. Como Ministro de Assuntos Religiosos e da diáspora, ele manteve reuniões amigáveis com delegações não ortodoxas nos Estados Unidos e abriu espaço para orações femininas e de gêneros mistos no Muro das Lamentações.

No final de 2018, Bennett saiu do partido *Habait Hayehudi* e estabeleceu um novo partido, a Nova Direita, com o objetivo explícito de unir judeus-israelenses seculares e religiosos. A aposta falhou: nas eleições de abril de 2019, o partido não conseguiu ultrapassar a cláusula de barreira para ocupar uma cadeira na Knesset. Sob o comando do partido Nova Direita, dois outros partidos de direita se uniram, formando o *Yamina* (À Direita).

Por mais de uma década, Netanyahu defendeu (embora nem sempre de maneira consistente) a solução de dois Estados, que tem sido a política dos EUA para o Oriente Médio desde o governo George W. Bush. Bennett, por outro lado, rejeitou o “acordo do século” do ex-presidente Donald Trump, que adotou Israel, porque previa um Estado palestino, embora pequeno e desmilitarizado.

Bennett provavelmente será um Primeiro-ministro fraco, pois o acordo de coalizão inclui uma cláusula de paridade entre seu bloco de direita e o bloco mais centrista de Yair Lapid, com cada um podendo vetar novos projetos. Com uma aliança tão ampla, essas disposições virtualmente garantem a ausência de uma mudança na legislação, particularmente na questão mais importante para o Sistema Internacional, a contínua guerra de Israel com os palestinos. Bennett pode ter grandes planos, como a anexação da Cisjordânia, mas as circunstâncias desse governo podem apresentar um impasse a esta questão.

Karina Stange Calandrin

Sugestões bibliográficas:

AVINERI, Shlomo. **The Making of Modern Zionism**. New York, 1981.

Enciclopédia Britânica. **Naftali Bennett**. Disponível em < <https://www.britannica.com/biography/Naftali-Bennett> > Acesso em 22 nov. 2021.

KAPLAN, Eran. **The Jewish Radical Right: Revisionist Zionism and its ideological legacy**. University of Wisconsin Press, 2005.

New York Times. **Wide-Ranging Israel Coalition Reaches Deal to Form Government**. Disponível em < <https://www.nytimes.com/live/2021/06/02/world/israel-government-netanyahu-bennett> > Acesso em 22 nov. 2021.

NATUREZA. Para o pensamento de direita, trata-se de um recurso metafórico pelo qual se explicam os fatos sociais por processos que se situam fora do social (v. Tradição). Em acordo com a “natureza das coisas”, a desigualdade social é assim explicada e justificada. Se existe uma ordem natural identificável fora da sociedade, espera-se que os homens colham na natureza os princípios de uma moral e de uma política (v. Masculino/Feminino). A naturalização da

História apontara também os limites do possível para a construção social do Homem. “A igualdade dos indivíduos é uma impossibilidade natural”, afirma R. Ardrey (apud DE BENOIST, p. 156), pois se os homens são desiguais por natureza, a sociedade de iguais é uma utopia irrealizável (v. GOBINEAU, Joseph Arthur de & MAURRAS, Charles). Para encontrar os fundamentos da natureza desigual dos homens, considerar-se-á que as sociedades humanas partilham com as comunidades animais os mesmos instintos inatos de territorialidade, agressividade e dominação (v. Sociobiologia). Uma “lei natural” aplica-se, assim, aos sistemas vivos em sua totalidade: tendo por base a suposta desigual repartição de aptidões, estabelecem-se hierarquias e dá-se vazão ao instinto de dominação sobre os semelhantes (v. Guerra & Imperialismo). Um processo de “culturalização da natureza” explica a descrição das comunidades animais como competitivas e reguladoras pela sobrevivência dos mais aptos, como o fez Spencer por analogia aos princípios que ordenaram a própria sociedade capitalista do século XIX (v. Darwinismo: Teoria). Um processo inverso e complementar de “naturalização da cultura” procura explicar a sociedade capitalista como naturalmente desigual, expressão lógica da sobrevivência dos biologicamente mais competitivos ou geneticamente mais aptos (v. Darwinismo Social).

Uma “biopolítica científica” considera, por sua vez, que o comportamento político do homem tem suas raízes na própria configuração biológica da espécie. (v. Homossexualidade e Política) O seu projeto é, pois, o de reestruturar o Estado e reordenar a sociedade a partir das aquisições de uma psicobiologia do comportamento político. Espera-se, assim, poder legitimar a ordem política a partir dos princípios científicos e objetivos da genética. Ao final do século XIX, Francis Galton e C.B. Davenport lançaram as bases do movimento de eugenia que resultou no racismo científico que classifica os homens em grupos genéticos superiores e inferiores. Associando à antropologia física caracteres culturais que consideram inatos, os eugenistas justificaram políticas contrárias à miscigenação e à imigração. Propostas de “eugenia positiva” pretendiam encorajar a reprodução dos “racialmente superiores” e propostas de “eugenia negativa” pretendiam prevenir o crescimento populacional dos “racialmente menos adaptados”, através da segregação, da esterilização, da restrição aos casamentos inter-raciais e à imigração. O lançamento do livro “The Bell Curve” em 1994 nos EUA recolocou no espaço público a ideia de

que a estratificação da sociedade exprime a estratificação cognitiva dos indivíduos. A inteligência — quantitativamente apreendida por um coeficiente mensural — seria desigualmente distribuída entre as raças. Abriu-se, assim, uma ofensiva contra as conquistas alcançadas pelo movimento negro norte-americano a partir das lutas desencadeadas nos anos de 1960 e consubstanciadas na chamada “ação afirmativa”, que propugna a destinação de recursos políticos e financeiros específicos para a redução das desigualdades sociais associadas a critérios raciais (KINCHELOE, p. 23), visto que, para os eugénistas, haveria mesmo uma “natureza étnica” a proteger contra a “poluição psíquica que degrada todas as crenças, todas as venerações” (DE BENOIST, p. 321). (v. Neorracismo Diferencialista & Nova Direita nos Estados Unidos).

A naturalização dos traços culturais da germanidade constituía já um esforço obsessivo da propaganda ideológica nazista em seu projeto de preservar a “natureza racial ariana” (v. Leis de Nuremberg). Uma ecologia nazista incorporara tradições do pensamento conservador romântico alemão: hostil ao capitalismo industrial e à vida metropolitana (v. Fascismo & Nouvelle Droite). Os germanos eram apresentados como “filhos da natureza” e a pátria alemã como uma topografia física com tradições e linguagens enraizadas em seu solo (v. Chauvinismo & Völkisch). A natureza consistia, assim, naquilo que não fora desnaturado — uma raça biologicamente pura e tão natural para o seu solo quanto as árvores (v. Conservadorismo). E para preservar tal natureza seria preciso excluir os estrangeiros do lugar, da comunidade, da Nação (v. Nacionalismo). Com essa concepção de uma natureza inerente ao sangue alemão, a ecologia nazista transformou o racismo científico em um racismo politicamente institucionalizado, e o ódio ao Outro em uma prática naturalizada (v. Alteridade & Europa).

Henri Acselrad

Referências Bibliográficas:

BRAMWELL, A.. Ecology in the 20th Century — A History. New Haven and London, Yale University Press, 1989. DE BENOIST, A.. Nova Direita, Nova Cultura — Antologia Crítica das Idéias Contemporâneas. Lisboa, Ed. Afrodite, 1981. (tradução portuguesa de *Vu de Droite*, sob a responsabilidade de Fernando Ribeiro de Mello).

KINCHELOE, J. L.; STEINBERG, S. R.; GRESSON, A. D.. *Measured Lies: The Bell Curve Examined*. New York, St. Martin's Press, 1996.

NEGACIONISMO HISTÓRICO. Podemos definir “negacionismo” como uma estratégia de negação *a priori* de um consenso científico em qualquer área de conhecimento, a partir de uma ação social organizada de desinformação. Esta ação, na sua origem, visa encobrir interesses econômicos que causam grande impacto humano, socioambiental, ou encobrir responsabilidade sobre crimes de guerra, massacres políticos ou crimes premeditados contra a humanidade por motivos raciais, religiosos ou étnico-nacionais. No nível da circulação social, as mensagens negacionistas emitidas por grupos ativistas e organizados encontram aceitação em grupos sociais diversos que tendem a acreditar e disseminar tais mensagens, seja por identificação ideológica, religiosa ou crença ingênua na plausibilidade das opiniões negacionistas.

A estratégia central do negacionismo histórico opera no plano da *narrativa* sobre uma experiência histórica, apagando ou diluindo propositalmente elementos centrais da trama, cuja existência é documentada e consensual entre uma determinada comunidade de especialistas sobre o período, reconhecido por pares acadêmicos. Em outras palavras, é no apagamento completo ou ocultação parcial de fato elementar da trama que reside o modo de produção da narrativa negacionista.

Geralmente, a estratégia negacionista é defendida por seitas ideológicas extremistas e grupos de pressão organizados contra narrativas históricas legitimadas institucionalmente, visando, paradoxalmente, o reconhecimento destas mesmas instituições, dentro da estratégia de validar o negacionismo como uma polêmica científica legítima. Embora mais comum na extrema-direita, a esquerda não está imune ao negacionismo, como já demonstrado em episódios em que o antissionismo crítico se apropria de representações antisemitas e afirmações negacionistas sobre o Holocausto.

Em outras palavras, pode haver uma série de visões de mundo, ideologias, práticas sociais e motivações por trás do discurso negacionista, conforme tipologia sugerida por Israel Charny:

- a. Negação interessada: quando perpetradores e seus herdeiros ideológicos ou quando indivíduos por motivos pessoais relacionados à carreira propagam a negação;
- b. Negação ingênua: quando as pessoas não sabem ou não acreditam na capacidade de ocorrer atos de violência extrema, ou ainda quando sugerem que a negação é uma interpretação histórica possível, uma opinião entre outras;
- c. Negação conceitual: quando ocorre a relativização do crime ou quando se explica as mortes em massa como efeito de um contexto de conflito específico;
- d. Negação como esquecimento: quando o crime em massa se banaliza e se dilui na memória, incapaz de causar indignação na sociedade

Os caminhos ideológicos e políticos que levam e alimentam as redes negacionistas são diversos, mas, nas últimas décadas, estão fundamentalmente ligados aos inúmeros grupos de extrema-direita ou nacionalistas xenófobos que atuam no mundo, com especial impacto nas sociedades democrático-liberais do Ocidente.

No caso específico do Holocausto, o negacionismo histórico adquiriu dois sentidos básicos: 1) Negar o “caráter único” e premeditado do Holocausto Judeu (diluindo-o como um efeito colateral da guerra ou um excesso cometido por poucos fanáticos); 2) Negar o assassinato em massa como uma operação intencional dos nazistas, uma política sistemática de Estado para exterminar um povo que sequer estava em guerra contra o Estado nazista. Não se trata de um fenômeno ideologicamente uniforme, embora mais comumente associado a extrema direita e ao neonazismo.

Essa breve síntese sobre a natureza e as estratégias do negacionismo a partir da experiência histórica do Holocausto sugere um modelo de discurso e de ação negacionista que, em linhas gerais e esvaziado do seu conteúdo específico ligado aos nazistas, pode servir como ponto de reflexão. Esse modelo seria baseado nos seguintes pontos:

- a. O negacionismo histórico está associado a denegação de responsabilidades jurídicas e históricas sobre genocídios e processos de violência extrema e massiva voltada contra comunidades étnicas, políticas ou culturais específicas
- b. O negacionismo histórico se organiza não apenas para desqualificar a memória das vítimas e seus testemunhos diretos, mas se esforça por impedir que esta memória se transmita como fator de identidade coletiva aos pósteros, herdeiros diretos ou não das vítimas.
- c. O negacionismo histórico é um sistema de produção de mentiras e falsificações sobre o passado, mas também pode se servir da chave para apropriação de debates historiográficos reconhecidos visando desqualificar a memória das vítimas.
- d. Entre as táticas de busca por legitimação dos negacionistas, encontramos não apenas denegações diretas de fatos comprovados e consensuais entre os pesquisadores, mas também a defesa do direito à dúvida e à opinião, transformando o ceticismo científico e o direito à liberdade de expressão em táticas instrumentais de manutenção do silêncio sobre temas sensíveis e da violência sobre o outro e seus herdeiros culturais.
- e. Os negacionismos históricos se alimentam de “teorias da conspiração” para se colocarem como guardiães dos valores sociais ameaçados por grupos que ameaçam a liberdade e as tradições fundadoras da sociedade nacional, atingindo públicos sensíveis a estas visões neuróticas e paranoicas diante de seus medos sociais.
- f. Quanto não conseguem negar a existência da violência massiva contra um determinado grupo que está na origem do debate histórico e da memória crítica, os negacionistas rejeitam que esta violência tenha sido planejada e infame, procurando justificá-la de alguma maneira, para mitigar as responsabilidades (“estávamos em guerra”, “não houve câmara de gás”, “nunca houve tortura a presos políticos”, “foi uma reação à violência dos terroristas”, etc.).

Outro ponto de “porosidade” entre história e memória que foi criticada pelo negacionismo ativista em torno do Holocausto foi o lugar da subjetividade na história e o lugar do testemunho como forma de conhecer o passado. Os negacionistas de todas as vertentes e épocas tentam desqualificar a memória das vítimas e seus testemunhos. No caso do Holocausto, bem como dos testemunhos ligados a outros crimes de massa que deixaram traumas e cicatrizes sociais (como nas ditaduras), o testemunho se torna “instituição” quando a confiabilidade é dada pelos agentes sociais institucionais, entre eles historiadores. O testemunho, não por acaso, está presente em um desdobramento importante das investigações históricas sobre crimes de massa, a chamada “justiça de transição” criada para investigar as responsabilidades dos perpetradores e seus mandantes.

O negacionismo deste início de século XXI é um fenômeno que precisa ser analisado em seu contexto atual, dada sua dimensão social amplificada para além das seitas de extrema-direita, dada sua assimilação massiva por parte de amplos grupos sociais que não acreditam no “sistema” e se sentem órfãos dos arranjos políticos e econômicos dominantes no mundo globalizado sonhado pelos liberais no pós-Guerra Fria. Para estes grupos, as instituições sociais consolidadas no mundo contemporâneo liberal - imprensa, universidades, ciência, sistemas políticos democráticos, organismos de governança internacional como a ONU e a OMS - são controlados pelos “interesses econômicos dos poderosos”, cuja identidade social é quase sempre diluída em abstrações que se alimentam de preconceitos ou generalizações politicamente vazias. Esta visão de mundo pode partir de uma percepção crítica que em si não é descabida, embora genérica demais - a influência do poder econômico ou político no “sistema” - para negar as bases culturais e institucionais das democracias modernas dominadas por este poder “oculto e abstrato” que está em todo lugar e, portanto, em lugar nenhum. Embora possa ter semelhanças com os clichês de esquerda, essa visão antissistema contemporânea encontra muita aceitação em grupos fundamentalmente conservadores, baseados em valores diversos - religiosos, identitários, étnicos, nacionalistas - manejados por líderes políticos oportunistas, que oferecem uma sensação de pertencimento e um conjunto de soluções simplórias para “melhorar” o mundo. Os negacionismos histórico e científico surgidos neste meio político e social ajudam a consolidar seitas ideológicas diversas, baseadas em “teorias da conspiração”

fantasiosas, vendendo a ideia equivocada de que somente quem pertence a estas seitas sabe como o mundo funciona. Dentro deste conjunto mais amplo de negacionismos, o negacionismo histórico propalado por ultraconservadores e extremistas de direita é inserido para reiterar hierarquias sociais tradicionais, disseminar valores ameaçados pelo progressismo democrático, encobrir responsabilidades históricas sobre violências passadas e presentes que estão na origem das sociedades nacionais e, por conseguinte, combater políticas de inclusão social e reparação material exigidas pelos movimentos sociais classistas ou, sobretudo, identitários.

Outro aspecto deste fenômeno ideológico é que o negacionismo *stricto sensu* – aquele baseado em um discurso tosco e antifactual – possui variáveis mais elaboradas, mas que são mobilizadas para os mesmos fins políticos, ou seja, o questionamento de consensos historiográficos que dialogam com uma memória social das vítimas de violências no passado e seus herdeiros socioculturais, e que serve como base para reivindicações por justiça social e reparações históricas.

Por exemplo, mais sutil que o negacionismo de matriz factual, mas frequentemente preparando o terreno social para este, é o que podemos nomear como “revisão ideológico”, ainda que o termo não seja ideal por inúmeras razões que não poderemos desenvolver neste texto. O “revisão ideológico” opera a partir da seleção, manipulação e combinação de dados e hipóteses correntes e aceitas na comunidade historiográfica, mas devidamente descontextualizadas. Neste sentido, o revisão ideológico atua, preferencialmente, no plano do *discurso* histórico, manejando representações, argumentos factíveis e nexos lógicos de maneira seletiva, para explicar o sentido de uma experiência histórica, mobilizada a serviço de uma causa político-ideológica. Nesta operação, mais importante do que simplesmente apagar ou diluir fatos comprovados pela documentação, é deslocar o seu sentido explicativo, justificar ou relativizar a violência de perpetradores, a partir de nexos pouco sustentáveis dentro dos métodos e regras do conhecimento histórico (generalizações, causalidades e valores anacrônicos).

Também há um segundo caminho mais sutil ainda que pode levar ao negacionismo histórico, e que reside na naturalização das violências passadas e presentes contra coletividades específicas (indígenas, afrodescendentes, mu-

lheres), o que não deixa de ser uma forma de esquecimento por não reconhecimento da perpetração e do trauma da vítima e seus herdeiros culturais. Neste caso, não se trata nem de negar o fato gerador da violência, ou relativizá-lo, mas simplesmente torná-lo uma prática social normalizada, como a violência policial contra tipos raciais ou grupos sociais criminalizados, a ser assimilada como normal no cotidiano das relações sociais e políticas.

Do ponto de vista epistemológico, é importante lembrar que os discursos negacionistas utilizam estas estratégias narrativas e discursivas de distorção da realidade histórica, menos para criticar interpretações dominantes em nome da dúvida e do ceticismo, sempre necessários para o avanço do conhecimento histórico, e mais em nome do apagamento de crimes de massa e responsabilidades históricas para defender modelos sociais ou causas político-ideológicas que estão na origem destes crimes. O negacionista de hoje é cúmplice do criminoso de ontem, mas a rede e o conteúdo negacionista podem incluir interesses políticos diversos, que se modificam com o tempo, ligados a agentes privados e estatais e a interesses políticos que só indiretamente estão ligados aos crimes de origem.

Marcos Napolitano

BIBLIOGRAFIA

BEIGUELMAN, Giselle. Memória da amnésia: políticas do esquecimento. São Paulo, Edições SESC, 2019

CHARNY, Israel W. Innocent denials of know genocides: a further contribution to a psychology of denial of genocide. *Human Rights Review*, vol. 1, n. 3, p. 15-39, abril/junho de 2002;

CHARNY, Israel W. A classification of denial oh the Holocaust and other genocides. *Journal of Genocide Research*, vol. 5, n.1, p. 11-31, 2003

MORAES, Luiz Edmundo S. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. *Boletim Tempo Presente (UFRJ)*, v. 1, p. 3, 2013

VIDAL-NAQUET, Pierre. Assassinos da memória: Um Eichmann de papel. Campinas, Papirus, 1988

NEGACIONISMO NO BRASIL. O conceito geral de Negacionismo (ver verbe-
te), seus tropos, paradigmas narrativos, seus procedimentos e estratégias de
ação nos permite pensar as conexões com as disputas de memória em curso
na sociedade brasileira. Vale lembrar que todo negacionismo ou revisionismo
ideológico existe para questionar uma memória hegemônica, frequen-
temente alusiva ao crime e às responsabilidades sobre a violência perpetrada contra
coletividades no passado que se quer ocultar. Ambas, por sua vez, convivem
com a produção historiográfica que, mesmo sem a pretensão de ser neutra e
absoluta sobre o tema em disputa, segue procedimentos e regras chanceladas
pelo debate acadêmico para produzir o conhecimento sobre o passado. Entre
ambas, há um território poroso e difuso que podemos chamar de “história
pública” ou “cultura histórica” da sociedade. Esta pode pender tanto para a
memória e a historiografia críticas, quanto para o revisionismo e o negacio-
nismo que apaga ou dilui o sentido das experiências de violência do passado.

Ao longo da História do Brasil, tivemos muitos episódios de *fake News* que se
espalharam como boatos pela sociedade, provocando reações coletivas, his-
terias ou medos sociais infundados. Ou seja, o uso da mentira, como negação
da realidade e da visão crítica do mundo não é propriamente uma novidade na
sociedade brasileira. Mas lembremos que o conceito de “negacionismo” vai
além de um mero boato ou *fake News* pontual. É um sistema organizado de
produção de mentiras e reforço de crenças que nega o conhecimento objetivo,
a crítica pertinente, as evidências empíricas, o argumento lógico, as premis-
sas de um debate público racional, e tem uma rede organizada de produção e
disseminação de desinformação.

A amplitude social e articulação política desse sistema voltado para ocultar
interesses político-ideológicos e econômicos muitas vezes escusos, que têm
sua origem nos debates do Holocausto, era inédita no Brasil até a segunda
década do século XXI. Mesmo a histeria anticomunista que foi muito forte
e disseminada no Brasil entre os anos 1930 e 1970 por grupos e governos de
direita, não chegou a tal nível de disseminação, nem abalou as bases da di-
vulgação científica, embora seja uma das matrizes do negacionismo histórico
contemporâneo.

No caso do Brasil, o passado vem sendo distorcido por três estratégias de di-
lução das responsabilidades históricas sobre as violências do passado contra

coletividades diversas: negação factual, naturalização das práticas violentas ou distorção argumentativa que relativiza o lugar da violência, dos perpetradores e de suas vítimas. Entre nós, o negacionismo e o revisionismo ideológico do passado histórico estão mais ligados a discursos de apagamento ou naturalização da violência sobre os grupos subalternos, com especial foco em três temas: o genocídio indígena; a escravidão; a ditadura militar. Neste sentido, o negacionismo à brasileira tem sido uma arma de propaganda de grupos ultraconservadores e de direita, como parte do combate contra a agenda inclusiva de movimentos sociais, ideologias progressistas e democratizantes e demandas por reparação histórica contra vítimas da violência de Estado de várias épocas históricas.

Alguém poderá argumentar com razão que distorcer propositalmente interpretações sobre o passado não é exclusividade da extrema-direita. A rigor, qualquer grupo político-ideológico pode se apropriar, de maneira instrumental e interessada, de eventos e personagens históricos, criando discursos e narrativas distorcidas, enviesadas, seletivas e idealizadas. No caso do Brasil, a chamada “história dos vencidos” idealizou resistências, romantizou personagens heroicos oriundos das classes populares, minimizou os conflitos e contradições internas de movimentos sociais que lutaram contra a opressão. Na chamada “guerra de narrativas” contra a história oficial, a epistemologia clássica da historiografia conservadora e patriótica foi criticada a ponto de duvidar-se do próprio conceito de fato histórico como “coisa”, como evento perceptível, em prol da sua natureza meramente discursiva. Entretanto, estas operações feitas por historiadores críticos, assimilada por correntes de opinião progressistas e movimentos sociais não podem ser confundidas propriamente com distorção factual de base negacionistas. Trata-se, fundamentalmente, do seu oposto que, na falta de um nome mais apropriado poderíamos chamar de “afirmacionismo”. Apesar de sua perspectiva excessivamente idealizada e parcial sobre processos históricos, o “afirmacionismo” histórico tende a ampliar as demandas por novos temas, fontes primárias e objetos históricos, dando nova visibilidade a personagens subalternos apagados pela historiografia e pela memória oficiais.

O tema da ditadura militar tem sido um dos mais polêmicos no campo historiográfico, e sobre ele é frequente a mobilização de táticas e estratégias negacionistas clássicas.

Vale lembrar que a memória hegemônica sobre o regime militar foi construída a partir de um discurso liberal no final dos anos 1970, embora a propaganda negacionista de extrema-direita a acuse de ser “esquerdista”. No processo de transição política, no final dos anos 1970, houve um pacto político entre liberais e setores da esquerda na condenação da tortura, da censura, do golpismo, dos arbítrios do Poder Executivo, do controle estatal da sociedade civil, que fundamentou alianças táticas e pontuais contra a ditadura. A época da luta armada (1966-1974), inclusive, foi objeto de uma grande revisão das esquerdas, com críticas a este tipo de ação, ainda que aqueles que pegaram em armas sejam vistos como heróis da resistência democrática ou como jovens idealistas equivocados. Nessa construção, que marcou o processo de transição política para a democracia, os liberais incorporaram algumas formulações críticas da esquerda, como a ideia de uma “sociedade resistente e vítima da ditadura”, consagrando uma narrativa atravessada por uma contradição básica: era crítica às práticas mais violentas e repressivas da ditadura (como a tortura sistemática, a censura e à repressão policial), mas tendia ao esquecimento histórico dos crimes concretos da ditadura e à conciliação política em nome da pacificação nacional.

Mesmo com as tensões entre liberais (moderados ou progressistas) que governaram o país entre 1985 e 2002 e movimentos sociais de esquerda, esta memória hegemônica foi compartilhada como base para o novo ambiente político pós-ditadura. Ao que parece, principalmente a partir do segundo governo Lula (2006-2010), ela começou a ser cada vez mais questionada publicamente pelos próprios liberais, cujo antipetismo crescente os aproximou taticamente de grupos de direita conservadora e de extrema direita. Vale lembrar que a memória hegemônica progressista sobre a ditadura sempre foi questionada na internet, por grupos civis e militares que, a bem da verdade, nunca tiveram muita visibilidade, nem reconhecimento social. Mas à medida em que o antipetismo estimulou a “guinada à direita” por parte de muitos atores sociais e políticos, começaram a proliferar revisionismos ideológicos diversos em torno do período ditatorial, como a “teoria dos dois demônios” (ou seja, a esquerda armada e os torturadores eram faces da mesma moeda). Essas formulações revisionistas voltadas para a luta política contra a esquerda no poder acabaram por abrir a esfera pública ao negacionismo puro e simples, sintetizado na tripla negação sobre a história da ditadura defendida pela

extrema direita: “não houve golpe, não houve ditadura, não houve tortura”. A crise política de 2013-2016 deu espaço e reconhecimento público a estes grupos negacionistas e revisionistas, e um de seus maiores representantes foi escolhido como Presidente da República em 2018.

As estruturas da narrativa negacionista sistematizadas sobre o Holocausto por Pierre VIDAL-NAQUET no clássico *Assassinos da Memória* ajudam mapear as falácias do pensamento negacionista de extrema direita, e foram adaptadas para outros passados sensíveis, como no caso da ditadura militar brasileira. Em torno deste tema é comum que os negacionistas afirmem um conjunto de mentiras e meia-verdades também presentes no negacionismo do Holocausto, com outros conteúdos obviamente, tais como: 1) Os opositores nunca foram exterminados e as “câmaras de tortura” nunca existiram; 2) Nunca houve ordem para matar ou exterminar opositores do regime; 3) O número de vítimas da ditadura é ínfimo diante da população total brasileira; 4) Os militares não foram a causa do golpe de 1964, nem responsáveis pela eclosão da luta armada, e sim, instrumentos reativos da vontade do povo brasileiro na luta contra o comunismo e a subversão; 5) O comunismo e o socialismo são os males do século XX, inimigos absolutos do “Ocidente Cristão” e da humanidade, e qualquer medida para contê-lo é válida, mesmo medidas eventualmente autoritárias; 6) A tortura, execuções e desaparecimentos forçados são invenções de políticos oportunistas e grupos de esquerda herdeiros da ameaça comunista, para justificar seus planos de dominação da sociedade ainda em curso.

O negacionismo acerca das violências da ditadura militar brasileira se conecta a outros negacionismos e revisionismos ideológicos de matriz ultradireitista ou liberal-conservadora: a negação ao genocídio indígena colonial e pós-colonial e às responsabilidades sociais e legados históricos do sistema escravista (como o racismo estrutural e a violência policial racialmente orientada). Frequentemente, as mesmas redes de ação e produção de conteúdo revisionista ou negacionista disseminam narrativas sobre estes três grandes temas históricos que mobilizam o debate histórico e as agendas de movimentos sociais diversos (indígenas, movimentos sindicais, movimento negro, grupos de direitos humanos). Ao fim e ao cabo, o objetivo dos negacionistas ultrac conservadores e da extrema direita é lutar contra a democratização substantiva da sociedade, e impedir a revisão histórica de valores e práticas institucionais que sustentam as violências, hierarquias e exclusões sociais.

Marcos Napolitano

BIBLIOGRAFIA

CRUZ, Natália dos Reis. *Negando a História. A Editora Revisão e o Neonazismo*. Dissertação de mestrado em história. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Antissemitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora Unesp, 2006

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: Jaime Pinsky; Carla Pinsky. (Org.). *Novos Combates pela História - Desafios no ensino*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2021, v. 1, p. 85-114

NICOLAZZI, Fernando F.; BAUER, Caroline S. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, v. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.

VENANIO, Renato. O Incorreto no Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil. O Incorreto no “Guia politicamente incorreto da história do Brasil” | HH Magazine, 2018, acessado em 27/12/2021

NEOCOLONIALISMO. A expressão neocolonialismo passou a ser empregada a partir dos anos de 1950 como parte da descolonização afro-asiática e refere-se à manutenção de vínculos informais de dominação econômica, política, cultural e diplomático-militar. Em Bandung, o Presidente Sukarno referiu-se aos “novos moldes de colonialismo, na forma de controle intelectual, econômico e até mesmo físico por uma comunidade estrangeira” (v. Ocidente). O processo de emancipação do mundo colonial ocorreu em três grandes ondas: a primeira delas teve lugar logo após a guerra na Ásia Oriental e Meridional (onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu) e foi marcada por guerras e revoluções, adquirindo um conteúdo socialista (China, Coréia e Vietnã) ou fortemente nacionalista (Índia e Indonésia); a segunda ocorreu na década de 1950 no mundo árabe (Magreb-Machrek), com base no nacionalismo de perfil reformista (Egito, Iraque e Argélia); a terceira teve lugar na África Negra (ou subsaariana) na passagem para os anos de 1960 e foi grandemente controlada pelas ex-metrópoles europeias, adquirindo fortes contornos neocoloniais (v. Império).

A via neocolonial afirmou-se a partir de vários fatores. Os EUA trataram de iniciar um processo de descolonização deste tipo, concedendo a independência formal às Filipinas através da transferência do poder a uma elite que lhe fosse leal (“burguesia compradora”). Os europeus tentaram inicialmente impedir a ascensão à independência de seus domínios, mas sofreram derrotas, como a França na Indochina e Argélia e a Holanda na Indonésia. A Inglaterra, baseada na prévia experiência do *self-governement*, adotou uma atitude mais flexível. Uma vez reconstruída a Europa e tirados os devidos ensinamentos dos primeiros erros, além do fracasso anglo-francês em Suez em 1956, as antigas metrópoles resolveram antecipar-se aos acontecimentos, promovendo uma descolonização controlada que permitisse a manutenção de sua influência. Este foi o caso particularmente da África subsaariana. Antes que a consciência popular e o movimento independentista amadurecessem plenamente, a Inglaterra e a França articularam transições controladas, em aliança com as elites locais. Estudantes oriundos destes grupos foram enviados para estudos superiores nas Universidades metropolitanas, a administração foi paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia e burocracia nativas previamente cooptadas (v. Guerra Fria).

A maioria dos países francófonos manteve vínculos com a ex-metrópole através da Comunidade Francesa de Nações, e os anglófonos com a *Commonwealth* britânica. Quase todos assinavam acordos bilaterais com a antiga metrópole colonial ou com os Estados Unidos, abarcando várias áreas de cooperação. No campo militar, efetivavam-se venda de armas, treinamento de oficiais, presença de assessores e missões e, às vezes, de bases militares (v. Operação Condor, Ditadura & Segurança Nacional). No plano educacional-cultural, o intercâmbio fazia com que até cartilhas de alfabetização viessem da Europa, onde também estudavam os filhos das elites africanas. Quanto à economia, não só a dependência externa — enquanto países exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas — implicava a manutenção de vínculos de subordinação, agora modernizados, como no plano interno permaneciam quase inalterados os sistemas de produção e preservavam-se os interesses estrangeiros. A carência tecnológica e a falta de técnicos conferiam um caráter estrutural a esta subordinação. No tocante à diplomacia, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra, devido à falta de recursos

e à dependência externa. Também constituem instrumentos de dominação neocolonial os programas de “ajuda externa”, a ação de certas Organizações Não Governamentais e os programas de ajuste econômico do FMI e do Banco Mundial. O neocolonialismo garantiu a manutenção dos interesses político-econômicos metropolitanos durante o declínio do colonialismo tradicional. Se é verdade, por um lado, que ele representa um resultado mais ou menos inevitável da assimetria existente entre as economias avançadas e as em desenvolvimento, por outro é preciso considerar que as elites locais também fomentam tal tipo de relação como condição necessária para a manutenção de seu poder. Um dos exemplos mais trágicos deste fenômeno fora representado por Mobuto no antigo Zaire (v. Ideologia & Imperialismo).

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

FERRO, Marc. História das Colonizações: da conquista às independências. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.

MADRIDEIOS, Mateo. Colonialismo e neocolonialismo. Rio de Janeiro, Salvat, 1979.

N'KRUMAH, Kwame. Neocolonialismo, último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

RANGEL, Carlos. O Ocidente e o Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984.

SANTIAGO, Theo (Org.). Descolonização. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

(Ver também bibliografia sobre Imperialismo).

NEOFASCISMO NA ALEMANHA. De acordo com as fontes oficiais alemãs, existiriam no país cerca de 80 grupos, reunindo aproximadamente 68 mil pessoas, que poderiam ser classificados de “fascistas”. O mais importante grupo seria o Partido Republicano, os denominados “*reps*”, liderado por Franz Schomhuber, com sete deputados no *Bundestag*, ultrapassando com seus 7.5% de votos a marca do Partido Liberal (*Freidemokratische Partei*), membro da

coligação governamental. Porém, o grande problema dos fascistas alemães, ao contrário dos italianos, é a ausência de uma unidade organizativa. Os “*reps*” são desafiados em sua liderança pelo NPD (*Nationaldemokratische Partei Deutschland*) de Stuttgart, com seus 5.000 filiados, e ambos são desafiados pelo DVU (*Deutshevolks Union*), com membros espalhados por todo o país — algo em torno de 30 mil associados. A DVU, União Popular Alemã, é dirigida por Gerhard Frey, 61 anos, um dos homens mais ricos da Alemanha e um dos financiadores do Partido Liberal Democrático russo de Wladimir Jirinowski (v. Neofascismo na Rússia). Frey é também o proprietário do jornal de extrema-direita *Deutsche Nazional Zeitung* e é reconhecido por sua capacidade de fazer bons negócios: filho de um pequeno comerciante do Palatinado (região renana), começou com pequenas publicações de extrema-direita; hoje tem vários jornais e editoras, além de inúmeros imóveis valiosos em toda a Alemanha — só em Berlin teria 20 prédios de apartamentos. O NPD, liderado por Günter Deckert, 60 anos (em 2000), notabilizou-se em 1994 por promover com grande estardalhaço o processo de revisão histórica do fascismo alemão (v. Revisionismo/Negacionismo). Assim, através de convites a “historiadores” dedicados ao tema, como David Irving e Fred Leuchter, procurou mostrar que o Holocausto não passava de uma invenção da imprensa mundial, dominada pelos judeus. O povo alemão não deveria, desta forma, envergonhar-se de seu passado recente ou pedir desculpas por fatos decorrentes da guerra. Deckert cita o extermínio dos índios por portugueses e espanhóis ou de palestinos por judeus como crimes muito mais graves. Na verdade, o objetivo de Deckert, como das demais lideranças fascistas, é afastar da imagem da guerra (passível, inclusive, de um tratamento heroico) a sombra do Holocausto, passando a limpo a história recente alemã. Livre do massacre odioso de civis, a atuação nazista na guerra inscrever-se-ia na crônica mundial da violência militar, sem qualquer especificidade (v. Historiografia do Fascismo). A oposição antifascista alemã denunciou Deckert por propaganda fascista (constitucionalmente vedada) e incentivo ao ódio racial (v. Neorracismo Diferencialista). Surpreendentemente, a Corte de Justiça de Mannheim, importante centro industrial no Baden-Württemberg, não julgou como crime as seguidas afirmações de Deckert contra os judeus e, mesmo em face do clima de ódio racial e de atentados fascistas, considerou em agosto de 1994 que negar o Holocausto e denunciá-lo como propaganda judaica não constitui crime, não sendo, por-

tanto, punível por lei (v. *Democracia*). Já o depoimento do muniquense Ewald Althans (nascido em 1973) no filme de Bonengel, rodado em pleno campo de Auschwitz (*Beruf Neonazi*, 1993), nega o uso e a finalidade dos campos de extermínio.

A proposta de Althans é talvez o melhor retrato do momento vivido pelo fascismo alemão. Althans reclama para si o êxito de ter unificado quase três dezenas de movimentos autônomos existentes antes de 1989 e alerta, com dureza e sem meias-palavras, as demais organizações:

“O momento da unidade é chegado e aqueles que quiserem um futuro para a Alemanha deverão aceitar agora uma liderança única visto que doravante serão considerados inimigos.”

Fica evidente pelo depoimento *come out* de Althans a extrema necessidade de superar a fase inicial do movimento — secreta e conspiratória — e como as inúmeras organizações ainda não entenderam ou sentiram condições para assumir a “nova etapa”. A busca da unidade é, ao lado da propaganda e da agitação, ainda conforme Althans, a tarefa mais imediata do movimento. Tal processo estaria sendo obstado, entretanto, por divergências que aparentemente sustentavam-se em vaidades pessoais dos diversos *nationalführer*, pouco inclinados a abrir mão, em favor do jovem Althans, das suas próprias organizações.

A atuação escandalosa de Günther Deckert com sua forte propaganda antissemita, agora com um verdadeiro aval dado pela justiça para tal tipo de propaganda, alcançou tamanho grau de notabilidade que em pouco tempo promoveu um largo avanço em direção à unificação dos movimentos fascistas alemães, superando o jovem Ewald Althans. Assim, Deckert aparece com grande sucesso nas tentativas de unificação de diversos grupos fascistas, em evidente concorrência com as propostas de Althans, pregando a reunião de todas “as forças nacionais” (“*aller nationalen Kräfte*”), dirigindo-se particularmente aos grupos como *Wikingjugend* (Juventude Viking), *Deutsche Liga für Volk und Heimat* (Liga Alemã do Povo e da Nação) e *Deutschen Kulturgemeinschaft* (Comunidade Alemã Cultural), entre outros. Entretanto, uma questão de fundo divide os fascistas alemães, como de resto o conjunto do movimento

internacional: os fascistas *históricos*, que guardam total lealdade ao fascismo histórico, opõem-se aos *modernos*, que consideram prejudicial o apego de tipo antiquário ao hitlerismo e ao mussolinismo. Não só na Alemanha como também na Bélgica, Espanha e Itália, o movimento fascista parece profundamente dividido entre *históricos* e *modernos*. Os primeiros, a quem se aplicaria com plena aceitação o prefixo “neo” (fascista ou nazista), insistiriam na herança histórica de Hitler e Mussolini e em sua simbologia, como uniformes, bandeiras, emblemas e datas históricas; enquanto os segundos prefeririam as denominações de “nacional-socialistas”, “nacional-revolucionários” ou simplesmente “pós” (como Gian Franco Fini, que se define como “pós-fascista”), estando voltados para uma elaboração mais moderna do fascismo, pensado como uma “terceira via” (nem capitalismo, nem socialismo), com uma agenda moderna ligada a temas como a “Fortaleza Europa” ou a reconstrução do estado (v. Ocidente). Ao mesmo tempo, a violência contra estrangeiros e judeus e atos de vandalismo aumentaram enormemente ao longo do período de 1990-1994. Enquanto em 1992 ocorreram 2.500 atentados de caráter xenóforo, em 1993 este número elevou-se para 6.000! Grande parte destes atos são creditados aos Skinheads. O serviço secreto alemão calcula que existam cerca de 3000 Skinheads nos territórios da antiga Alemanha Oriental e cerca de 1.200 nos territórios ocidentais. O mais surpreendente e novo no caso é o reconhecimento de que em vários ataques, como em Rostock, houve “apoio da população local”, como admitiu o ministro do Exterior, Klaus Kinkel (v. Skinheads e Anomia). A própria atuação do governo, coligação CDS/UDC/FDP, mostra-se dividida quanto às soluções possíveis, e as instituições, como o Bundestag (o parlamento) e os partidos políticos, estão também divididas. Nesta divisão e na atuação vacilante dos partidos no governo, mostra-se a perspicácia da atuação dos grupos fascistas, em particular ao colocarem em xeque o conservadorismo não fascista (v. Nouvelle Droite). O SPD, a Social-Democracia, exige do governo como política imediata a criação de uma força especial de reação rápida para conter a onda de violência e, ao mesmo tempo, a multiplicação de agentes de serviço social — *sozialhilfer* — para atuar junto aos jovens e desempregados, criando novos centros de convivência (evidentemente, a maioria do pessoal com tal qualificação é social-democrata). Por sua vez, a coligação UDC/CSU propõe uma união nacional em torno de sua proposta de reforma da constituição. Tratar-se-ia de limitar o direito de asilo

— um dos mais amplos da Europa, ao menos teoricamente — eliminando, deste modo, uma das bandeiras básicas dos fascistas. Assim, em vez de limitar e controlar a violência racista, a coligação UDC/CSU propõe a eliminação da sua causa: a presença de estrangeiros. Logicamente, estava embutida na proposta governamental feita em 1992 uma concordância tácita com o diagnóstico fascista: o excesso de estrangeiros na Alemanha. Desta forma, os fascistas conseguiam deslocar mais para a direita os partidos conservadores, ao mesmo tempo em que os faziam parecer “atrasados” e hipócritas, já que se dedicavam ao problema somente depois da *atuação patriótica* dos próprios fascistas. Nas eleições europeias de 1994, ano eleitoral também para os alemães, a derivação para a direita da coligação UDC/CSU avançou um pouco mais quando decidiram incorporar em sua plataforma política o “combate à excessiva presença estrangeira”. Segundo o influente ministro das Finanças do governo Helmut Kohl, Theo Waibel da CSU, a inclusão do *slogan* racista dever-se-ia à crescente pressão popular, de forma que: “...se a CSU não responder aos medos do cidadão comum, charlatães da política assumirão este papel”. Assim, ao menos em dois vetores básicos, os fascistas parecem estar alcançando os seus objetivos: por um lado, a revisão pública dos temas básicos vinculados ao Holocausto e, por outro lado, o deslocamento eleitoral e, portanto, oportunista da direita não fascista, que passa a oferecer uma face artificial. Entretanto, nada garante que o movimento fascista alemão no atual momento venha encontrar uma liderança moderna e dinâmica, como Le Pen ou Gian Franco Fini, e muito menos que Deckert, Althans, Frey ou Schonhuber venham a ser tal liderança (v. Ideologia). A sociedade alemã, em seu conjunto, prossegue com uma forte rejeição às formas de ódio racial mais evidentes: após o assassinato de mulheres turcas em Möll, em outubro de 1992, uma gigantesca manifestação antifascista de 500.000 pessoas, marcada por forte clima de festa e solidariedade, ocupou por horas as ruas de Berlim. Mesmo a polícia alemã, em torno da qual se criou uma verdadeira mística da repressão, apresenta claros sinais de recusa a qualquer simpatia pelo fascismo (v. Repressão e Violência).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

CAMUS, J.-Y. Les extrémismes en Europe. Paris, CERA, 1999.

DAHL, Göran. *Radical Conservatism and the Future of Politics*. Londres, Sage, 1999.

LEE, Martin. *The beast reawakens*. Londres, Little, Brown and Cia, 1997.

MOREAU, Patrick. *Les héritiers du III^e. Reich*. Paris, Seuil, 1994.

NEOFASCISMO NA RÚSSIA. Poucas pessoas poderiam imaginar que, em apenas dois anos após o fim da União Soviética em dezembro de 1991 e do surgimento da Federação Russa (ao lado dos demais estados “sucessores”), um partido de tipo fascista tornar-se-ia a principal força política no país: surge na cena política da ex-URSS o Partido Liberal Democrático (PLD) dirigido pelo russo Cazaquistão Wladimir Jirinowsky (1946), advogado que alcançou exatos 23.5% dos votos para a Duma (o novo parlamento russo) — 1 em cada 5 votos — nas eleições de 12 de dezembro de 1993. Assim, o PLD surgia como a maior força política russa quando considerada isoladamente. O pretensamente poderoso Opção Russa, partido do então presidente Boris Yeltsin, com toda a ajuda possível do próprio governo, ficava atrás do PLD e do Partido Comunista, recém-saído da clandestinidade após os conflitos de outubro de 1993 e que alcançara uma honrosa terceira posição. A principal novidade no processo eleitoral russo, além do impacto sobre as instáveis estruturas políticas do país, reside largamente na própria personalidade de Jirinowsky: até a véspera das eleições, o homem forte do PLD era tomado dentro e fora da Federação Russa como uma espécie de piada e poucos, muito poucos, levavam a sério a possibilidade de que alcançasse uma boa performance (v. Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político). Além disso, outro elemento aparece de forma perturbadora: a vitória do PLD consolida uma tendência iniciada em 1991: Jirinowsky recebeu 6,2 milhões de votos para a presidência da República da Federação Russa. A vitória nas eleições parlamentares surge, então, como uma estação em direção às eleições presidenciais de 1996, desta vez, com uma poderosa estrutura financeira e organizativa por detrás. Em plena campanha eleitoral, Jirinowsky atacou com frases bombásticas judeus e americanos, acusando Yeltsin de ser dirigido por “Washington e Tel Aviv”. Da mesma forma, ameaçou uma guerra nuclear contra a nova Alemanha, exigiu

a devolução (!) do Alasca e vislumbrou um bombardeio das cidades dos países membros da OTAN em defesa da Sérvia (v. IUGOSLÁVIA, A Crise da & Völkisch). Não hesitou, malgrado as graves controvérsias sobre a sua própria origem, em culpar os judeus pelos males atuais e passados da Rússia. (v. Inimigo) Da mesma forma, a sua campanha caracterizou-se por violentos ataques contra a criminalidade, um fato novo do cotidiano russo, prometendo o uso de recursos drásticos para pôr fim ao banditismo organizado em cerca de 5000 quadrilhas: “(...) para combater o crime”, afirma Jirinowsky, “necessita-se de justiça sumária para os mafiosos. O que o exército precisa (...) são conflitos armados dentro e fora do país” (v. Militarismo). No entanto, Jirinowsky não está só em sua cruzada: inúmeros pequenos grupos de extrema-direita gravitam em torno do PLD. A Unidade Nacional de Alexander Barkashov, com oficialmente 1.500 membros, publica um jornal nitidamente fascista, *A Ordem Russa*, em que propõe uma revisão da história recente da Rússia. A guerra com os alemães no tempo da União Soviética, considerada a Grande Guerra Patriótica, é vista como fruto da intriga do sionismo mundial que lançou dois países irmãos em uma luta fratricida (v. Pacto Germano-Soviético & Pacto Anti-Komintern). Da mesma forma, o longo período comunista é encarado como uma ditadura do “judaísmo bolchevista”. Por sua vez, o *Pamiat* (Memória, em russo) reúne um vasto grupo de tradicionalistas e conservadores apaixonados pela velha Santa Rússia, pela monarquia e pela Igreja Ortodoxa (v. Revolução Russa e Direita).

Constituído em 1985 como um grupo dedicado à história e tradições eslavas, o *Pamiat* evoluiu rapidamente em direção a uma postura política claramente de direita (v. Democracia & Tradição). Se por enquanto é excessivo considerá-lo fascista, já podemos perceber, entretanto, uma nítida aproximação com o PLD, impulsionada com grande interesse pelo próprio Jirinowsky. Também o seu líder, Dimitri Vassiliev, apoia uma revisão histórica dos fatos do passado recente e uma revalorização das estruturas tradicionais da velha Rússia, inclusive com o tradicional antisemitismo russo (v. Historiografia do Fascismo). No entanto, parece-nos evidente que a força dominante no cenário político russo de direita é o PLD. As ligações de Jirinowsky com o fascismo internacional são evidentes, como se assinala no caso de Gerhard Frey da DVU (*Deutschevolks Union*). (v. Neofascismo na Alemanha). Grupos fascistas na Áustria, Hungria, além da Alemanha, ajudaram-no financeiramente na

campanha eleitoral e o próprio Jirinowsky dá, sempre que possível, provas de simpatia a Jean-Marie Le Pen (v. Extrema-Direita na Áustria & Nouvelle Droite). Mais importante do que as ligações financeiras são as ligações políticas entre o PLD e o fascismo alemão. A DVU seria responsável por fornecer meios e cursos de formação aos fascistas russos, com a troca frequente de militantes entre os dois países. O *Deutsche Nazional Zeitung*, de extrema-direita, reproduziu declarações de Frey no sentido de que os fascistas russos “ainda não adotaram uma posição bastante ofensiva em relação aos comunistas” (v. Anticomunismo). Ao contrário dos próprios alemães, faltaria aos russos “estruturas sólidas” e uma “clara visão de mundo fascista”. Os russos, depois de tanto tempo sob dominação comunista, teriam ainda, conforme a DVU, a necessidade de aprofundar e aclarar as suas posições, embora já sejam “os arianos do Leste” (v. Neorracismo Diferencialista).

Entretanto, não parece tão absurda, como assinalam alguns pesquisadores, a possibilidade de um fascismo russo em curto espaço de tempo após o fim do domínio soviético. Não se trata aqui da pura e simples aplicação da tese do totalitarismo, pela qual a forma se sobrepõe ao conteúdo, como aparece em inúmeros trabalhos. Ernst Nolte, em instigante trabalho de 1966, já havia levantado as possibilidades de um fascismo na Rússia, mostrando como a Revolução Bolchevique em 1917 havia obstado o desenvolvimento pleno das formas fascistas, embora estas já estivessem presentes em vários momentos entre 1914 e 1919, muito especialmente em torno dos temas básicos do pan-eslavismo. Da mesma forma, Wolfgang Leonhard advertia na década de 1970 a possibilidade do “desenvolvimento de um estado nacionalista e autoritário russo”, com uma crescente substituição do marxismo-leninismo por um nacionalismo russo e um chauvinismo de grande potência (v. Guerra Fria & Olimpíadas). Para tanto, o PCUS seria paulatinamente afastado em favor dos quadros superiores das forças armadas, com uma notável militarização da política externa e dos quadros dirigentes (fenômeno observado ao longo da Guerra do Afeganistão), o que foi acompanhado por um renascimento do ensino cívico-militar, uma tendência à recuperação de temas e rituais da Igreja Ortodoxa e uma grande valorização dos temas históricos ligados à imagem da Santa Rússia. Da mesma forma, Zeev Sternhell insiste nas profundas ligações entre a modernidade russa e as suas condições de desenvolvimento em um imenso e atrasado país ainda dominado por um Estado poderoso, mo-

dernizador e movido ideologicamente pelo fenômeno do fascismo. Sternhell marca as vinculações entre intelectuais futuristas russos, como Malevitc, e o futurista italiano Marinetti (v. Futurismo). Muitas das visões de mundo desenvolvidas até 1923, especialmente em Kiev, foram retomadas ao longo da Era Breznev/Chernenko. De qualquer forma, as temáticas básicas de revolta contra a homogeneidade da sociedade industrial de massas, em especial contra a gestão fordista no mundo socialista, já estão notavelmente presentes (v. Burocracia). Também a questão da liderança ou do homem providencial, o denominado *führerprinzip*, aparece com frequência na vida coletiva soviética, sendo que o líder do PLD se mostrou um competente explorador do tema (v. Conservadorismo).

Quando foi chamado de fascista, Jirinowsky não apresentou nenhum evidente argumento em contrário; porém, considerou a questão positiva perante a população russa, afirmando: “Se o chefe do partido em quem votamos é fascista e o partido em que votamos é fascista, então nós também somos todos fascistas”. Quando indagado sobre as razões de sua vitória, o líder do PLD alinha dois conjuntos significativos de fatores: por um lado, as propostas intervencionistas e antiliberalizantes, reafirmando o cansaço da população russa com a experimentação neoliberal dos últimos dois anos; por outro lado, o medo desenvolvido no seio do povo em relação ao aumento vertiginoso da criminalidade (v. Liberalismo). Em suma, o discurso da boa ordem e dos velhos tempos seria a chave para o sucesso de Jirinowsky. Na mesma linha, argumenta claramente em favor do *Führerprinzip*, tentando provar a necessidade de o povo ter, principalmente em períodos de crise, um chefe:

“(...) a nova era exige um líder. O povo precisa de um ponto aglutinador, uma estrela no céu, a lua na escuridão da noite. Sob este ponto de vista, é possível que eu seja um mito. Não é assim porque eu quero — é o desejo do povo”.

Ao final do governo Yeltsin em 2000, com o crescimento da popularidade do então primeiro-ministro Vladimir Putin (depois eleito presidente) — em grande parte devido à manipulação bem-sucedida da Segunda Guerra da Chechênia — ocorreu uma nova aglutinação da direita tradicional não fascista em torno da nova liderança emergente. De certa forma, o crescimento da di-

reita tradicional isolou e diminuiu as chances do partido de Jirinowsky (v. Ideologia).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

CAMUS, J.-Y. Les extrémismes en Europe. Paris, CERA, 1999.

DAHL, Göran. Radical Conservatism and the Future of Politics. Londres, Sage, 1999. LEE, Martin. The beast reawakens. Londres, Little, Brown and Cia, 1997.

NEOINTEGRALISMO NO BRASIL. O chamado neointegralismo (ou novo integralismo) brasileiro constituiu-se, efetivamente, na década de 1990, após um período que pode ser considerado de crise de direção, depois da morte de Plínio Salgado (1895-1975), fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB). Durante este interregno, na década de 1980, alguns acontecimentos se constituíram como construção de uma tradição de herança do patrimônio intelectual, moral e carismático forjada a partir da ausência física de Salgado. A primeira manifestação em favor da reestruturação do Movimento Integralista foi a criação da Casa de Plínio Salgado, em 10 de outubro de 1981, por seguidores do movimento e familiares do falecido Chefe Salgado. No ano de 1983, houve a tentativa do advogado Anésio Lara Campos Júnior tornar o integralismo um partido político, a Ação Nacionalista Brasileira. Em 1985, ao fim a ditadura militar, no contexto da redemocratização, outra tentativa de reestruturação pelo mesmo Lara Campos Jr que registrara a “marca” AIB e tornara-se seu primeiro presidente. Entre 1985 e 1989, a AIB não foi a única associação fundada por Anésio. Ele ainda fundou, em 1988, a Ação Monárquica Imperial, o Movimento Participativo Nacionalismo Social o PARNASO. A AIB e o PARNASO receberam apoio dos “Carecas” do Subúrbio de São Paulo.

No decorrer da década de 1980 os conflitos entre os “herdeiros” da doutrina se acentuam e, em 1989, foi organizado um Congresso, em Niterói para decidir a nova orientação para ao integralismo, incluindo a eleição da presidência. Este processo teve a participação direta da família Salgado, ex-militantes da

década de 1930, além de águias-brancas, como eram chamados os então jovens da Confederação dos Centros Culturais da Juventude da década de 1950 fiéis à ideia doutrinária. militante do porvir escatológico integralista sob o apostolado de Salgado: a espera atenta e ativa da militância no Além, reunida no pós-morte, de modo estar presente no Segundo Advento, a Parusia, com a volta de Cristo, o Messias. A ideia de que o militante integralista não morre, aguarda na Milícia do Além e ressuscita para participar da realização do Império do Cordeiro, é um elemento fundamental no pensamento integralista idealizado por Salgado e seguido por intelectuais e militantes do movimento. A estratégia acordada entre os herdeiros foi a de organizar uma linha de ação para divulgação da Doutrina que estivesse ancorada numa tradição de Herança reconhecida, a fidelidade à Doutrina do Sigma e o reconhecimento de uma hierarquia geracional da militância que se estabeleceria pela ancestralidade no movimento, não necessariamente por corte etário. Esta perspectiva corresponde à consideração de Karl Mannheim acerca da fluidez do conceito de geração, de forma qualitativa, entendendo que a identidade geracional relaciona-se à convivência contemporânea e não a etapas etárias (WELLER, 2010). Assim, a herança da Memória integralista também se constituía em referência às duas gerações anteriores do integralismo: a Primeira, a da década de 1930, que participou da Ação Integralista Brasileira (1932-1937); a Segunda geração, a que se manteve fiel a Plínio Salgado e ao ideal integralista no Partido de Representação Popular. A criação do PRP estimularia Salgado à concepção da necessidade da contínua formação da juventude (v. Juventude) com a criação dos Centros Culturais da Juventude e da reunião destes na Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ). Deste modo, o objetivo era garantir a permanência do projeto integralista na sua essência espiritual e forjar o Estado Integral, o que, por sua vez, refletiria a ideia-força (de caráter intelectual e ativo da militância) da realização da Quarta Humanidade, a representação da unidade de todos os povos ao pensamento integralista, entendido como síntese última da Humanidade, submetida ao ideal de totalismo propagado pela Doutrina e que significaria o reconhecimento do cumprimento de um destino cósmico liderado pela raça cósmica cabocla: a que, vestindo a farda integralista, da “cor da mata”, tornar-se-ia o povo líder de um novo tempo.

Importante ressaltar que o ideal de construção de “um novo tempo”; “Uma nova Era” e “um novo homem” também deve ser requerido na análise do

Movimento integralista em toda a sua trajetória, de 1932 a 2022. Com seu sentido antimoderno, o Integralismo contrapõe-se ao ideal de progresso e determinista iluminista. Assim sendo, o constante devir da História, para o integralismo, se constrói por rupturas escatológicas, ritmos civilizatórios em que a finalização de um ciclo se torna ruptura, fim. E o começo de outro ciclo significa um outro início (o Novo) e não continuidade. Este é um paradoxo a ser enfrentado pelos integralistas de todas as gerações cujas referências fundadoras da AIB se mantêm. O ideal de continuidade tem o sentido de retorno ao Mito, à origem. A fidelidade à Doutrina do Sigma garantiria os princípios a serem obedecidos em contextos diferentes. E a garantia também se faria pela condição de “imortalidade” e da Chefia eterna do Movimento. Neste sentido, é importante assinalar que nos primeiros anos da década de 1980, o arquivo pessoal de Plínio Salgado foi doado por sua viúva, Carmela Patti Salgado, ao Arquivo Público Municipal e Rio Claro, no Estado de São Paulo. O Fundo Plínio Salgado é composto de 60 mil que abrangem o período anterior ao seu nascimento, 1895. O marco temporal inicial dos documentos guardados é 1851 e incluem informações desde a ascendência titular aos reconhecimentos póstumos. O Fundo conserva documentos até o ano de 1982 (conferir: <https://aphrioclaro.sp.gov.br/fundos-e-colecoes/>) e é constantemente referenciado em trabalhos acadêmicos, sendo analisado por pesquisadores enquanto fonte primária, nos seus aspectos críticos internos e externos, como esforço de construção de uma Memória seletiva da vida do Chefe Nacional, assim como a Memória do próprio Movimento Integralista. Para a militância que se constituiu a partir da década de 1980, o Arquivo torna-se a referência simbólica da Memória Integralista. A doação dos documentos se torna salvaguarda da herança ideológica e moral deixada pelo patriarca e Chefe Salgado e se coaduna à disposição da viúva e da filha Maria Amélia Salgado Loureiro em liderarem o movimento de reorganização da AIB, na década de 1980.

O neointegralismo, com base nestas lembranças físicas e ideais, reivindica a continuidade do movimento iniciado em 1932, a AIB. Esta concebia a autenticidade do nacionalismo brasileiro numa origem mítica do povo nacional cujo evento fundador seria o “matrimônio cósmico”, ou seja, a “união carnal” entre mulheres indígenas e portuguesas. Segundo o delineamento condutor (leitmotiv) concebido pelo escritor Plínio Salgado acerca do “nascimento do Brasil” e seu destino católico, este estaria configurado na realização esca-

tológica da Quarta Humanidade. A Quarta Humanidade, demarcando o fim da Terceira Humanidade, caracterizada, segundo o Pensamento Integralista, como uma Era da Humanidade sem Deus, posto que o materialismo liberal burguês, assim como o comunismo, o iluminismo, a modernidade, teriam governado desde o século XIX, mesmo lhe antecedendo. Tais condições teriam criado uma humanidade que tenderia à negação de si mesma, ao radicalizar com a mecanização do mundo, a substituição da pessoa humana por indivíduos. Salgado considerava que o projeto (ideia) integralista já estava em curso e que este simbolizava o surgimento da Quarta Humanidade, a obra suprema e universal, católica, cuja origem seria o Brasil liderando a América Latina, unida tal qual o “sonho bolivariano”. Assim sendo, objetivava-se, com a constituição do Estado Integral, uma evolução do Estado Forte, conforme Salgado, a preparação última para a Parusia e para o Império do Cordeiro, o da definitiva ruptura provocada por uma última erupção da História, que se instalaria, com todos os militantes integralistas, os vivos e os mortos, que na “Militância do Além” aguardam o juízo final, a ressurreição da carne e a vida eterna no “Último Ocidente”, a “Resposta da Atlântida”, construindo um encontro no extremo de um paralelismo entre a Primeira e a Terceira Humanidades: a ideia de começo e do medo do desconhecido. Para Salgado, a Quarta Humanidade em formação, com a contribuição do Integralismo, enquanto a ideia-força crepuscular: de Fim e começo, e não reinício, somente se realizaria sob a égide divina “Deus dirige o destino dos povos”, frase que abre o Manifesto Integralista, de 1932, o “fio condutor” primordial que se alinhava à proposta da Igreja Católica de expandir ao laicato o enfrentamento da questão social provocado pelo evento capitalista, como projeto econômico e social neotomista desde a Encíclica Papal *Rerum Novarum*.

O integralismo brasileiro constituiu-se como movimento de tipificação fascista e projeto de Estado totalista, em contraposição declarada pelos pensadores integralistas ao coletivismo como “fim da História” atribuído tanto ao fascismo como ao comunismo. O Integralismo se alinhava à Doutrina Católica ao modelo paramilitar fascista, constituindo-se um propósito de unidade indissolúvel e controlado de Estado totalitário (v. totalitarismo). É possível afirmar a consonância não somente pragmática, mas sintética, a partir do significado simbólico atribuído à letra Sigma (Σ), o Somatório enquanto portador do significado de que a Doutrina do Sigma concentra todo o pensamento

ocidental, como soma das referências espiritualistas cristãs milenaristas, e subtração de quaisquer produtos da modernidade. Demonstra-se, em Teixeira da Silva e Eco que os fascismos concentram discursos de intolerância às manifestações políticas populares e linguagem ultradireitista e nacional-populista, de acordo com Silva. Neste sentido, o neointegralismo se apresenta como continuidade na defesa de uma Doutrina e Movimento organizado ainda sob a chefia carismática do falecido eterno Chefe Plínio Salgado e, sendo continuidade, entende-se que a categoria “neointegralismo”, exogenamente construída, a partir da Academia, é uma nomenclatura que apresenta contradições em si mesma pois constrói abstração conceitual que se reduz à análise das características que se apresentam como “novas” sob o aspecto geracional em que a continuidade é percebida nas manifestações ideológicas comuns aos fascismos, atendo-se, muitas vezes à forma de reprodução pedagógica da ideologia mas não do sentido escatológico que a opção pela defesa primordial do integralismo criado em 1932: a Revolução espiritual que significa a catarse essencial do que é ser integralista, conforme declarado por Salgado e que é considerado pelos líderes atuais, de todos os grupos e subgrupos que se auto concebem integralistas, como condição *sine qua non* para ser um integralista. Esta condição, no entanto, não é igualmente elaborada pelas lideranças. No entanto, é a espiritualidade e a crença no Projeto de Estado Integral, com a instalação da Democracia Orgânica, o modelo corporativista do Estado integralista, com a Família por base, a Pátria como ordem social e Deus como inspiração, que é sintetizado no lema “Deus, Pátria e Família”, divulgado pela AIB e reverberado ainda na atualidade com o mesmo sentido da década de 1930.

Entre fins da década de 1980 e fins da década de 1990, os meios usados na divulgação, inicialmente, foram os boletins produzidos a partir da máquina de escrever do militante decurião das Milícias da AIB da década de 1930, Arcy Lopes Estrella. Estrella. A proposta de Estrella corresponderia àquela do Chefe Salgado, a de manter jovem o integralismo com a renovação geracional da juventude. A Terceira Geração integralista se firmaria na década de 1990 em forma de associações que pretendiam reviver a antiga prática integralista de doutrinação por encontros e cursos específicos. Centros Culturais. Dentre estes, o mais importante na reorganização do integralismo na década de 1990 foi o Centro Cultural Plínio Salgado, localizado em São Gonçalo, Rio de Janeiro.

ro. Ainda sob a “batuta” de Estrella, a mídia integralista se renovou com o uso das novas tecnologias da comunicação, a cibernética.

Em fins do século XX, a unidade da militância fora construída em duas frentes legitimadas pelas relações entre a Juventude que se engajava ao Projeto do Estado Integralista e a “velha militância” da AIB e do PRP, particularmente dos integrantes da CCCJ. A integração se fazia por meio de reuniões doutrinárias que repetiam o simbolismo das reuniões da AIB na década de 1930 e era exigido da nova militância a passagem catártica pela Revolução Espiritual, ou seja, a tomada de consciência doutrinária e a compulsoriedade de tornar-se integralista de corpo e alma. Não mais os uniformes verdes eram exigidos, mas o cumprimento com o “Anauê” passaria a ser reproduzido nos encontros e nas saudações em mensagens virtuais ou pessoais. A Terceira Geração se formou sobre os alicerces doutrinários repassados em reuniões com este objetivo, em celebrações religiosas realizadas em igrejas católicas, e em comemorações festivas, Esta nova geração introduziu a internet na formação, intelectuais da juventude e os primeiros quatro anos do século XXI, o esforço de dar continuidade ao projeto de reorganização do Integralismo sem a presença física de Plínio Salgado reunira o CCPS à casa Plínio Salgado e, através da Internet, a divulgação do Integralismo chegou a muitos jovens em todo o país. Este esforço tomou um novo rumo após a morte de Arcy Lopes Estrella, em início de 2004. Foi decidido que seria necessário definir a unidade dos grupos integralistas da Terceira geração. Neste sentido, foi organizado o 1º. Congresso Integralista para o século XXI. Os participantes deste Congresso, integralistas e outros grupos de Direita, inclusive de militares de baixa patente, concluíram pelo registro oficial do Movimento Integralista Brasileiro, nome escolhido em assembleia. Porém, foram informados que o nome MIB já havia sido registrado pelo mesmo Anésio Lara Campos Junior, por volta de 1983. Esta recorrência provocou desgaste entre os grupos e acirraram-se as divergências que superaram a intenção de unidade do movimento integralista. Em janeiro de 2005, seriam organizados dois grupos centrais que passariam a referenciar dois projetos distintos que têm na Doutrina do Sigma o ponto de confluência da herança legitimadora do integralismo brasileiro. Surgiria, neste momento, a Quarta Geração integralista. Os grupos centrais, a Frente Integralista Brasileira (FIB) e o Movimento Integralista Linearista Brasileiro (MIL-B) compuseram suas especificidades a partir de recortes dou-

trinários que lhes servem enquanto legitimadores das escolhas ideológicas compatíveis com suas interpretações da Doutrina do Sigma de forma servirem como argumento aos seus projetos intelectuais e ações políticas. De forma mais geral, a FIB pretende demonstrar que a sua fidelidade à Doutrina do Sigma, à qual acrescenta Discursos do Deputado Plínio Salgado, enquanto parlamentar do PRP e da ARENA e considera aceitável a Democracia Liberal Burguesa, inclusive, demonstrando apoio às candidaturas presidenciais nos pleitos presidenciais de 1989, 1994 e 1998, ao candidato Enéas Carneiro, do Partido de Reedificação Nacional (PRONA) e, em 2022, em prol do candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A Frente Integralista Brasileira reuniu militantes que transitavam em torno do criador do Centro Cultural Plínio Salgado, (RJ) Arcy Lopes Estrella e antigos perreperistas da Casa Plínio Salgado, Estas referências legitimadoras da herança integralista da Primeira e Segunda Geração representavam o elo entre o Velho e o Novo Integralismo. Também compuseram o círculo intelectual de referência mais dois militantes do período de reorganização do integralismo após a morte de Plínio Salgado. Foram eles Gumercingo de Rocha Dórea, proprietário da Editora GRD, que publicou e reproduziu grande parte da literatura integralista, além de literatura romanesca e de ficção científica, e Sérgio de Vasconcellos, um profícuo produtor de análise sobre o Movimento, tendo ele participado da formação da Terceira Geração quando jovem. Além destes, outros militantes participaram da organização da FIB desde o início, em 2005. Alguns membros e ex-membros da FIB reuniram-se em torno da Associação Cívica Cultural Arcy Lopes Estrella, a ACCALLE, criada em 2017. A ACCALE, atualmente, teve retirados sites e conta no *twitter* na *Internet*, mas sua conta no *Youtube* ainda está mantida em fins do ano de 2022, com o título Vídeos Nacionalistas (cf.: <https://www.youtube.com/channel/UCIOghh-1FEcYeGeOXmlAo1Q/featured> . Acesso 25/10/2022). Ataques físicos, como o à Produtora de vídeos Porta dos Fundos, também estariam relacionados à FIB posto que, em dezembro de 2019, um então membro da FIB foi acusado de estar relacionado ao atentado. Na ocasião do episódio, o acusado foi afastado da FIB e recebeu apoio da liderança do grupo opositor, o Movimento Integralista Linearista Brasileiro. O MIL-B fundamenta sua interpretação doutrinária na concepção de que a Doutrina do Sigma é uma obra em construção, considerando que as contribuições, principalmente de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, dão suporte aos pressupostos propagados

pelo Protocolos dos Sábios de Sião, um opúsculo anônimo do século XIX que descreve uma suposta conspiração judaica para dominar o mundo. Com base na leitura doutrinária integralista como base para uma concepção atualizada do presente, o presidente do MIL-B e outros intelectuais do grupo, entendem que o Integralismo não deve ser compreendido em suas bases cristãs, posto que o Velho Testamento, enquanto livro de base judaica, influencia as religiões cristãs, contribuindo para a expansão conspiracionista semítica que os integralistas linearistas consideram influenciar o pensamento materialista que teria gerado tanto o liberalismo como o comunismo, duas forças ideológicas que deveriam ser combatidas, segundo o MIL-B. Julgando a capacidade da Religião Integralista ser um fator poderoso de conversão à causa integralista-linearista, o MIL-B preconiza a formação da Quinta Humanidade, a partir de um evento escatológico, cujo término seria provocado por uma explosão nuclear, cujo referencial simbólico seria o Espírito Santo. Deste advento, erguer-se-ia a Harmoniocracia, um Estado forte vegano e nativista (indígena) sul-americano em que, segundo o presidente do MIL-B, Cássio Guilherme, “a Igreja Linear [é] um amálgama harmonioso de todo nosso passado ancestral nativista com o arcabouço doutrinário de uma cosmovisão do Séc XXI” (mensagem pessoal autorizada para publicação, via rede social privada). O Sol, para os integralistas linearistas não seria Deus nem essência, teria valor espiritual e força da natureza que promoveriam harmonia cósmica. Daí, segundo o MIL-B, Deus é tomado como consequência e não enquanto causa.

O neointegralismo tem na Frente Integralista Brasileira (FIB) e no Movimento Integralista Linearista Brasileira (MIL-B) suas principais referências doutrinárias e, desde a primeira década do século XXI atuam como organismos centrais que são acessados por grupos integralistas satélites e, atualmente, este conjunto compõe a Quinta Geração integralista do Brasil.

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do Sigma*. São Paulo: UNESP, 2015.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: Editora Universidade Estadual de Maringá, 2014.

CALIL, Gilberto. *O Integralismo no Pós-Guerra – A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARNEIRO, Marcia R. S. R.. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2007.

DOREA, Gumercindo Rocha (org.) *“Existe um Pensamento Político Brasileiro: Existe sim, Raymundo Faoro: o Integralismo! Uma nova geração analisa e interpreta o Manifesto de Outubro de 1932 de Plínio Salgado*. São Paulo: GRD Edições, 2015.

DOTTA, Renato. *Elementos Verdes: os integralistas na mira do DOPS (1938-1981)*. São Paulo: Todas as Musas, 2021.

ECO, Umberto. *Cinco Escritos* Morais. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Os Fascismos*. In REIS FILHO, Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.) *O século XX – o tempo das crises, vol.2: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 109-164.

NEOPENTECOSTAIS E A POLÍTICA. As atividades culturais, políticas e religiosas dos neopentecostais estão inseridas entre as atuações dos evangélicos, especificamente, na corrente que compõe o movimento pentecostal. O pentecostalismo surgiu nos Estados Unidos, em 1901, a partir das atividades do pregador Charles Fox Parham (1873 – 1929), pioneiro na prática de manifestações em transe, glossolalia (suposta capacidade de falar em línguas desconhecidas) e no “batismo com o Espírito Santo”. No Estado do Kansas, o religioso foi integrante do grupo *The Aposttolic Faith* e diretor do *Bethel Bible College*, onde difundia a cura divina entre a sua doutrina.

Parte da historiografia pentecostal oculta a atuação de Charles Fox Parham por sua relação com movimentos ultraconservadores e racistas, a exemplo da *Ku Klux Klan*. Em contrapartida, a principal ênfase é oferecida as atividades de Willian Joseph Seymour (1870 – 1922), que se tornou uma referência devido aos eventos na Rua Azusa, na cidade de Los Angeles. Vítima da discriminação racial, filho de escravizados, nasceu na Louisiana, onde o ódio era difundido por diferentes movimentos que o obrigou a assistir aula fora da sala.

O pentecostalismo pode ser compreendido como uma ramificação evangélica formada por uma variedade de grupos, desde grandes instituições, a exemplo da Assembleia de Deus, até denominações de uma única congregação em pequenos espaços territoriais. No Brasil, surgiu em um contexto de mudanças provocadas pelos processos de industrialização e o êxodo de parte da população para os centros urbanos, acomodando-se em uma sociedade em desenvolvimento. Neste sentido, a pobreza e as modificações culturais foram elementos fundamentais para o processo de pentecostalização das diferentes cidades.

Nos estudos sobre a História das Religiões no Brasil, autores dividiram o movimento pentecostal em três instantes. O primeiro, denominado de pentecostalismo clássico, tem sua abrangência entre 1910 e 1950 e se caracterizou pela fundação da Congregação Cristã do Brasil e da Assembleia de Deus. Entre as suas ideias estavam o anticatolicismo, a ênfase do batismo no Espírito Santo, a rejeição aos valores do mundo e a organização de um discurso moral específico. O segundo momento iniciou em 1950, na cidade de São Paulo, com atuação dos missionários da *International Church of The Foursquare Gospel*, com a utilização do rádio para o processo de evangelização das massas, divulgação da Cruzada Nacional de Evangelização e das curas divinas. Neste instante, destacaram-se a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo e a Igreja Pentecostal Deus é Amor, com ênfase nas curas divinas. Por fim, o terceiro período, denominado de neopentecostalismo, teve início na década de 1970, com a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus, lideradas respectivamente por Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares. Entre as ações dos religiosos, nota-se a ênfase na mídia eletrônica, impressa e editorial, em aparatos administrativos e de marketing corporativo, com planejamento estatístico, análise de resultados dos colaboradores e inserção na política.

A partir dos anos de 1970, o movimento pentecostal foi caracterizado pela Teologia da Prosperidade, a qual defende que os fiéis estão destinados à ascensão social, desde que rejeitem os costumes das outras doutrinas e práticas classificadas como mundanas. Este momento é considerado o de maior crescimento destas instituições, com influência em programas políticos, ações partidárias, controle de parte da mídia e projetos que buscam silenciar os seus adversários.

No entanto, os usos do termo neopentecostal não é uma unanimidade para os estudiosos do tema. Precisamos compreender os movimentos religiosos a partir de práticas plurais, usos históricos, políticos e sociais nos espaços em que estão inseridos. Deve-se considerar que a composição “neo” atribui uma continuidade com elementos novos, mas a partir dos anos de 1970, notaram-se mais rupturas que permanências em relação ao pentecostalismo do início do século XX no Brasil. Neste sentido, diferentes investigadores se utilizam de termos no plural, a exemplo de pentecostalismos, com a valorização das suas distinções históricas e socioculturais.

Para o fortalecimento interno, os neopentecostais adotaram um discurso de cooptação de fiéis e religiosos de outras instituições, com o objetivo de promover uma expansão “empresarial” das suas práticas. Neste sentido, utilizaram-se de exibições que promoviam curas, exorcismos ao vivo, espetáculos públicos em estádios de futebol, combate a outras religiões e intensa atuação partidária. Como resultado, a Igreja Universal do Reino de Deus se tornou uma das maiores instituições do Brasil, com um empreendimento que recupera práticas religiosas antigas e emprega técnicas modernas de gestão empresarial.

A organização e expansão das instituições neopentecostais despertaram o interesse de diferentes correntes partidárias. Como exemplo, pode-se destacar o pleito municipal de 2016, quando a Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (CONCEPAB), instituição criada em 2009 para reunir diferentes líderes religiosos, colaborou ao menos com cem candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, maioria ligada à Igreja Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus.

Os projetos políticos dos neopentecostais se fortaleceram a partir dos anos de 1990, mas com expansão nas eleições majoritárias de 2002, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) se aproximou do grupo com objetivo de ampliar o diálogo com os setores empresariais. Deve-se destacar que entre os anos de 2003 e 2010, o Vice-presidente da República, o empresário José Alencar, integrou o Partido Liberal (PL) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), organizações que mantinham ligações com a Igreja Universal do Reino de Deus. Além da aliança partidária na esfera executiva e cargos ministeriais, os reli-

giosos registraram um aumento considerável nos assentos do legislativo de todo o país.

Os números alcançados pelos evangélicos no pleito de 2010 representaram uma resposta à perda de espaço legislativo em 2006, quando a Frente Parlamentar Evangélica foi reduzida. O crescimento também foi percebido em 2014, quando os eclesiásticos representaram mais de 15% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Na legislatura iniciada em 2019, os integrantes do grupo representaram 196 Deputados Federais e 08 Senadores de diferentes instituições, especialmente das denominações pentecostais.

Os dados refletem a atual inserção das instituições neopentecostais nas periferias, a demonização da esquerda, a atenção ao público com menor escolaridade, o uso das mídias e dos discursos que enfatizam as necessidades imediatas da população. A propaganda também se utilizou da construção de uma hagiografia em torno dos seus líderes, a exemplo da elaborada por Edir Macedo, como parte de uma proposta messiânica de salvação do Brasil.

Esta ascensão partidária colaborou com a formação de propostas políticas que têm como base a manutenção da “família tradicional”, a exemplo do projeto do Estatuto da Família (PL n.º 6583/13), manifestações devocionais privadas em ambientes públicos ou intervenções nos conteúdos programáticos e nas propostas pedagógicas da Educação Básica, como o projeto da “Escola sem Partido” (PLS n.º 193/2016). As ideias foram fundamentais para o fortalecimento de discursos de ódio, configurou parte da plataforma política do bolsonarismo, contribuiu com a retomada de propostas autoritárias com base no lema “Deus, pátria e Família”, organizou a difusão de *fake news* em massa, com desrespeito a diversidade e as políticas em diferentes setores da administração públicas.

A pauta política no Brasil do tempo presente não tem realizado distinções entre as propostas teológicas de representantes neopentecostais, de parte de instituições ou líderes que se aproximem das ideias conservadoras. Diferentes atores políticos buscam se fortalecer com o poder midiático de eclesiásticos como Edir Macedo, Silas Malafaia, Valdemiro Santiago, Romildo Ribeiro Soares, Everaldo Dias Pereira ou Magno Malta, que mesmo com destaque entre os fiéis, não possuem uma unidade teológica.

O poder religioso na atual política pode ser percebido a partir da indicação do Pastor Presbiteriano André Mendonça como Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), como uma opção “terrivelmente evangélica” na Suprema Corte do país. Mesmo integrando uma instituição eclesiástica distante dos neopentecostais, o momento de confirmação do seu nome para o STF foi marcado por atos como a fala em línguas e transe da Primeira-Dama Michele Bolsonaro, analisado como uma ação que buscou legitimar a política a partir da religião.

Além da estrutura partidária oferecida aos candidatos com chances de vitória, os representantes das instituições neopentecostais possuem um padrão de propaganda com horários nobres em “canais abertos”, programas de rádio, jornais, mídias digitais e os púlpitos de várias igrejas. Parte dos recursos utilizados nas campanhas é originário dos dízimos, ofertas dos fiéis ou das organizações que representam as lideranças, fundamentais para a manutenção da publicidade em espaços distantes dos principais centros urbanos. O poder discursivo e financeiro também tem contribuído com a promoção de atos antidemocráticos, ataques a instituições republicanas, a democracia, questionamentos da ciência e fortalecimento do populismo evangélico como parte das ações do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro e configuração de parte dos religiosos como força política decisiva.

A expansão dos neopentecostais em número de adeptos, espaço na mídia ou atuação política foi resultado da compreensão sobre as diferentes formas de mediação do sagrado, a ênfase nos resultados financeiros e os acordos com distintos grupos políticos. A composição da base do pensamento autoritário no Brasil do tempo presente contribui para que possam manter as suas pautas a partir do dualismo do bem contra o mal social.

Carlos André Silva de Moura

Referências

BELLOTTI, Karina Kosicki. Entre a cruz e a cultura POP: mídia evangélica no Brasil. In. FERREIRA, João Cesário Leonel (Org.). **Novas perspectivas sobre o protestantismo brasileiro**. São Paulo: Paulinas; Fonte Editorial, 2010. p. 267–310.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Frentes Parlamentares**. Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. 17 abr. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista da USP**, São Paulo, n. 67, p. 100–115, set. – nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13458>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos, política y elecciones en Brasil durante la primera década del siglo XXI. **Elecciones**, Lima, vol.11, ed.12, p. 123–170, jan.-dec. 2012. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1269697940>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O demoníaco, as representações do mal, os sistemas de acusação e de inquisição no protestantismo histórico brasileiro. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, vol. 21, n. 33, p. 59–107, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/189/19>. Acesso em: 04 fev. 2022.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado**: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis: Vozes, 1997.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In. REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 331–363.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao Impeachment. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MOURA, Carlos André Silva de; UZUN, Júlia Rany Campos. Religiões, Laicidade e Ensino de História: diálogos culturais para o trabalho em sala de aula. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, São Paulo, vol. 67, p. 285–314, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/48236/31853>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SIEPIERSKI, Paulo Donizéti. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro. In. GUERRIERO, Silas (Org.). **O Estudo das Religiões**: desafios Contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 71–88.

NEORRACISMO DIFERENCIALISTA. No quadro da Nouvelle Droite francesa, o neorracismo começa a tomar forma nos anos de 1970. A sua base teórica é a negação das teorias biológicas e desigualitárias das “raças” humanas, substituída pela adulação das diferenças culturais e das identidades grupais

(v. Eugenia & Natureza). Esse neofascismo parte, portanto, de um pluralismo cultural radical ou etnopluralismo, que justifica o direito de os povos preservarem a todo custo as suas identidades (v. Alteridade & Tradição). Os membros da *Nouvelle Droite* afirmavam que os seres humanos não podiam ser definidos a partir do fato de serem representantes da espécie humana, mas sim do fato de pertencerem a comunidades culturais específicas, relativamente fechadas, que dão sentido e valor à sua existência (v. História). Daí a defesa da “causa dos povos” e do “direito dos povos”, em contraposição aos princípios individualistas e aos “direitos do homem”, denunciados como abstrações a serviço do “imperialismo do Ocidente” (v. Burocracia & Conservadorismo).

A absolutização das diferenças culturais e a abolição de uma referência comum à humanidade conduz à ideia de que há uma heterogeneidade radical entre as “tradições mentais” das diferentes “comunidades culturais” (v. Euro-
pa & LE PEN, Jean-Marie). Dada a importância basilar da identidade cultural na vida do ser humano, torna-se fundamental preservar a especificidade de cada comunidade, que pode ser ameaçada tanto pelo convívio de diferentes culturas quanto pela mestiçagem. Por conseguinte, reconhece-se como um total disparate a ideia de que uma sociedade multirracial possa ser viável, o que leva à defesa do retorno dos imigrantes não-europeus aos seus países de origem — já que, por sua “mentalidade” diversa, seriam “inassimiláveis” nas sociedades europeias. É importante observar, pois, que esse retorno é exigido em nome do próprio “direito à diferença” e do respeito às identidades culturais (v. Ideologia, Inimigo & Democracia). O neorracismo diferencialista, ao romper com a temática biológica da “raça” e adotar a da etnicidade, procura legitimar-se em posições defendidas por etnólogos que professam o relativismo cultural, como Claude Lévi-Strauss. Daí a ampla aceitação da argumentação “culturalista” e “diferencialista”, manipulada e difundida pela *Nouvelle Droite*, argumentação que a aproxima mesmo das posições defendidas pelos intelectuais de esquerda e que também é aceita por outros grupos nacionalistas e racistas (v. Chauvinismo & Fascismo).

Marcelo Ramalho

Referências Bibliográficas:

LAQUEUR, Walter. Fascism: past, present, future. New York, Oxford University Press, 1996.

TAGUIEFF, Pierre-André. Sur la Nouvelle Droite: Jalons d'une analyse critique. Paris, Descartes & Cie, 1994.

NOITE DE CRISTAL (KRISTALLNACHT). Eufemismo utilizado para caracterizar o grande *pogrom* contra os judeus realizado na noite de 9 para 10 de novembro de 1938 no Reich Nazista (v. Ideologia & Inimigo). Apresentada oficialmente como uma onda de violência popular espontânea, a Noite de Cristal foi, na realidade, concebida por Hitler e Joseph Goebbels, ministro da Instrução e da Propaganda do Reich. No dia 7 de setembro, em Paris, Ernst Von Rath, adido militar alemão em Paris, foi assassinado por um jovem judeu polonês indignado com o crescimento da onda antissemita na Polônia. Von Rath ainda chegou a viver dois dias, tendo já neste intervalo ocorrido em toda Alemanha diversas manifestações antissemitas localizadas (v. Alteridade). No dia 9, reunidos em Munique para comemorar o *Putsch da Cervejaria*, Hitler e outros membros da cúpula nazista anunciaram a morte de Von Rath. O Führer passou instruções para que os chefes regionais — *Gauleiters* — começassem a mobilizar as SA, as SS e a Juventude Hitlerista, no sentido de provocar distúrbios, desencadeando a ira popular contra os judeus (v. Guerra). Simultaneamente, a polícia, a cargo de Reinhard Heydrich, recebeu instruções para não impedir nenhuma manifestação antissemita, enquanto os bombeiros haviam sido alertados para que não combatessem o fogo provocado pelos incendiários (v. Holocausto). Durante os acontecimentos, a ideia implícita de extermínio ficou impressa no comentário feito por Goebbels, ao ser notificado oficialmente do primeiro assassinato: “A morte de um judeu polonês não vai fazer a História”. Entre a noite de 9 de novembro e a manhã do dia 10, mais de 7500 lojas e empresas de judeus foram pilhadas e incendiadas, centenas de sinagogas destruídas, tendo sido provocadas cerca de 100 mortes e efetivadas

aproximadamente 30.000 prisões, seguidas de transferências para campos de concentração (v. Repressão e Violência).

O espetáculo das vitrinas estilhaçadas deu margem à expressão Noite de Cristal, logo encampada pela máquina de propaganda nazista. Na noite de 10 de novembro, Goebbels foi ao rádio exigindo que a represália aos judeus chegasse ao fim. Seguiu-se a execução de um imposto coletivo aos judeus, da ordem de um bilhão de marcos, sob a acusação de terem provocado a cólera do povo alemão. Novas leis antisemitas foram aprovadas, proibindo os judeus de entrarem em teatros e cinemas, enquanto as crianças judias eram impedidas de frequentarem as escolas oficiais.

As reações dos chamados “alemães ordinários” em relação à Noite de Cristal foram bem variadas, objeto de muitas polêmicas entre historiadores (v. Estado Novo: Historiografia). Quanto às elites intelectuais e religiosas alemães, praticamente não houve protestos consistentes. Uma exceção foi o pronunciamento público do monsenhor Bernhard Lichtenberg, da catedral de Santa Edwigens, em Berlin, afirmando: “O templo que queimou ao nosso lado é também a casa de Deus”. Em breve, Lichtenberg seria preso pela GESTAPO, morrendo a caminho do campo de concentração de Dachau, para onde seria enviado em 1943.

A repercussão internacional do episódio foi marcada pela indignação, com o protesto formal de muitos governos democráticos do Ocidente. A posição mais extrema foi a do governo norte-americano, chamando de volta seu embaixador em Berlin (v. Regime de Vichy e os Judeus). Entretanto, a possibilidade de acolher judeus imigrantes, proposta pelo senador Wagner, foi rejeitada pelo Congresso americano. Quanto aos dirigentes franceses, os protestos foram muito limitados, uma vez que o governo Daladier aguardava a assinatura de um tratado franco-germânico, conhecido como os acordos Ribbentrop-Bonnet. A Santa Sé, sob o pontificado de Pio XI, não se pronunciou abertamente em relação ao episódio, mantendo uma postura de indiferença e silêncio em relação à questão judaica no Reich (v. Pio XII, O Caso).

Expressão do radicalismo antisemita, continuação das medidas impostas a partir da chegada de Hitler ao poder, a Noite de Cristal acelerou na Alemanha o processo de emigração judaica: de 520 mil judeus em 1933, este número decaiu para 200 mil quando explodiu a Segunda Guerra Mundial. Muitos des-

tes emigrantes haviam se instalado em áreas europeias que em breve fariam parte da Ordem Nazista na Europa, sendo enviados para os campos de extermínio quando foi implementada a Solução Final (v. Ditadura e Violência & Fascismo).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

ARENDRT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FONTETTE, François de. História do Anti-Semitismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

MARRUS, Michael R.. The Holocaust in History. London, Penguin Books, 1987.

POLIAKOV, León. Breviaire de la Haine. Paris, Éditions Complexe, 1986.

SORLIN, Pierre. O Anti-Semitismo Alemão. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

NOUVELLE DROITE/NOVA DIREITA NA FRANÇA. A expressão *Nouvelle Droite* surgiu na mídia francesa, a partir de 1978, para designar o GRECE (*Groupement de recherche et d'études pour la civilisation européenne*), fundado em fins da década de 1960. A origem e a evolução dessa organização estão estreitamente ligadas à atuação de Alain de Benoist que, nas suas obras, procuraria sempre destacar a distinção entre os princípios da *Nouvelle Droite* e os dos demais grupos de direita — sejam eles conservadores, liberais, populistas ou neofascistas. O corpo doutrinal do GRECE sofreria inúmeras modificações, o que levaria à redefinição de suas referências originais — não sem divergências internas (v. Fascismo).

As origens do movimento encontram-se em organizações políticas francesas surgidas na década de 1950 e dissolvidas na década seguinte que defendiam um neonacionalismo centrado na ideia de uma Europa imperial, baseada na “raça branca” e na “herança indo-europeia” de seus povos (v. Repressão e Violência). Consoante com a valorização dessa “herança”, desde sua fundação, o GRECE se destaca pela oposição à tradição judaico-cristã e pela defesa do pa-

ganismo, visto como a “verdadeira religião” dos povos europeus (v. Alteridade & Judeu e Fascismo). Por outro lado, o GRECE condenava os “nacionalismos estreitos”, que tinham por base o Estado-nação e não davam conta da “realidade biológica” europeia (v. Eugenia & Natureza). Observa-se, portanto, uma forte ruptura com a direita tradicionalista francesa, profundamente católica e nacionalista (v. Conservadorismo). Outro aspecto doutrinário importante eram as concepções elitistas do movimento: seus dirigentes afirmavam que a intenção primordial era reunir as elites do país, promover a definição de novas concepções culturais e não disputar o voto popular (v. Autarquia & Baderna). O GRECE passa por uma reviravolta antiocidentalista na segunda metade dos anos de 1970, marcada pela crítica ao primado da economia e ao individualismo liberal. O inimigo primordial — em contraste com a ênfase inicial no “comunismo” — é identificado como o “liberalismo burguês”, denunciado por destruir identidades coletivas e produzir uniformização entre as culturas (v. Neocolonialismo). Em consequência, desenvolve-se um forte antiamericanismo, base de denúncias contra o Ocidente “imperialista” e contra a “americanização” da França e da Europa. Paralelamente, acentua-se a defesa do pluralismo cultural radical, base do neorracismo diferencialista, que se afasta do racismo de base biológica defendido nos primeiros anos do GRECE. Já a partir da década de 1980 é possível identificar na *Nouvelle Droite* uma veemente defesa de um “terceiro-mundismo de direita”, decorrência do antiocidentalismo e da temática diferencialista (v. Tradição). O objetivo é manter vivas todas as culturas, tentar salvar a diversidade do mundo, ameaçada pela “destruição cultural” representada tanto pela dominação americana quanto pela soviética (v. Burocracia). Em outras palavras, a recusa de um alinhamento com Washington ou com Moscou leva à busca de uma “terceira via”, busca que receberia um novo alento com a queda dos regimes comunistas e a dissolução da União Soviética no início dos anos de 1990. Na Federação Russa, Alain de Benoist e outros dirigentes da *Nouvelle Droite* passariam a estreitar ligações com grupos que, assim como eles, afirmavam que a divisão do universo político entre esquerda e direita não fazia mais sentido no mundo atual (v. Política & Revolução). Esses grupos defendiam a união entre “brancos” (monarquistas e diversos grupos direitistas) e “vermelhos” (comunistas) na luta contra o avanço da “nova ordem mundial do capitalismo americano”,

identificado como o novo inimigo primordial pela *Nouvelle Droite*. (v. Aborto & História).

Marcelo Ramalho

Referências Bibliográficas:

LAQUEUR, Walter. Histoire des droites en Russie: des Centuries Noirs aux nouveaux extrémistes. Paris, Éditions Michalon, 1996.

LAQUEUR, Walter. Fascism: past, present, future. New York, Oxford University Press, 1996.

TAGUIEFF, Pierre-André. Sur la Nouvelle Droite: Jalons d'une analyse critique. Paris, Descartes & Cie, 1994.

NOVA DIREITA NOS ESTADOS UNIDOS. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas tecnologias avançadíssimas nos EUA, também surgem aí movimentos de direita intolerantes que põem em xeque o decantado espírito democrático americano (v. Hollywood e o Macartismo). Por isso mesmo, pouco surpreende constatar que atitudes religiosas, políticas e sociais fundamentalistas também ganhem adesões entusiasmadas no país da democracia (v. Fundamentalismo Cristão & Ku Klux Klan). Apesar desta constatação — que poderia valer também para outros países em diferentes estágios de desenvolvimento — há dentro da própria civilização norte-americana indícios de que certas atitudes do passado não estão ainda completamente descartadas. Bem ao contrário, há nuances cada vez mais diversificadas a comprovarem a inflexibilidade tanto religiosa quanto política ou social de certos movimentos que surgiram no final do século XX. Não seria exagero afirmar que os EUA ainda sejam um país de extremismos. Consideradas essas vertentes, outras forças ainda podem surgir que, transformadas em movimentos sociais, agilizarão ou não o processo político de um país. De maneira geral, os EUA têm sido terreno fértil para muitas forças que, irrompendo no plano da religião, fluem para outras áreas, principalmente a política (v. Fundamentalismo Cristão e Política). Tal é o caso, por exemplo, do movimento social e masculino dos “guardadores de promessas”, baseado na manutenção de diversificadas pro-

messas feitas, a exemplo dos votos de fidelidade matrimonial (v. Casamento & Família). A área da religião, no entanto, serve como um catalisador para este e outros movimentos que por vezes se transformaram em aberrações. A ideia do que é politicamente correto em matéria de religião varia até de religião para religião dentro dos EUA, embora existam alguns traços comuns a todas as matizes do fenômeno (v. Tradição). De maneira geral, as querelas religiosas tiveram ao longo do tempo a sua contrapartida no campo político. Assim sendo, diríamos que religiões extremistas encaminham os seus participantes para posições extremistas (v. Conservadorismo).

A relação política de movimentos extremistas com religiões tendeu para o estereótipo que destaca a vertente terrorista presente nestes movimentos em maior ou menor grau, embora se possa afirmar que essa conotação tornou-se mais visível a partir dos anos de 1960: o questionamento de valores políticos e sociais americanos foi realizado em escala nacional, sendo que Woodstock — uma reunião da juventude encantada até o fanatismo pelos sons do rock-and-roll — desencadeou inúmeras formas e atitudes de rebeldia que se transformaram, começando com as fogueiras de sutiãs, contestações à guerra do Vietnã, à moral burguesa, ao consumismo desenfreado de que eram acusados os ancestrais daquela geração (v. Burocracia & Neocolonialismo).

Os super-heróis e os milagres dos computadores que tanto encantaram a geração dos anos de 1990 estão na verdade incluídos na herança de sucesso e radicalismo pertencente ao passado americano, emergindo como sinais do bem e do êxito obtido, apesar das dificuldades (v. História em Quadrinhos). A dissidência ficaria restrita aos guetos negros, hispânicos ou asiáticos, enquanto os anglo-saxões estariam teoricamente fora deste comportamento extremista por serem os donos da terra e guardiães da civilização transplantada para a América desde o início da colonização (v. Europa & História).

Apesar de relativas vitórias do comportamento individual e coletivo, os americanos ainda apresentam provas de insatisfação social e política pelos mais variados motivos, resvalando para posições contrárias à tolerância do politicamente correto que vêm permitindo a ascensão de valores opostos àqueles da civilização de seus ancestrais. A este tipo de atitude nomeia-se atualmente de Nova Direita (v. Nouvelle Droite).

Antônia Fernanda P.A. Wright

Referências Bibliográficas:

AYRES-WILLIAMS, Roz. The New Right Agenda. Journal Black Enterprise (BEN), Agosto/1997: pp. 85–90.

GORDON, Charles. The Right may complain, but it has itself to blame. Journal Maclean's, 28 de outubro de 1997: p.13.

LILLA, Mark. Apples and Oranges. Journal Foreign Affairs, Março/1997: p.157.

MERTES, Micheal. Kohl's Right. Journal Foreign Affairs, Março/1997: p. 158.

TINDALE, Stephen. Capturing the Political Imagination: Think Thanks of the Policy Process/ Think Thanks of the New Right. Journal Political Quarterly. Abril/1997: pp. 207–209.

NOVA RESISTÊNCIA. Grupo de Direita que emerge dos movimentos de massa no Brasil, de 2015, contra a Presidenta Dilma Rousseff, e que se organiza sob a forma de “entrismo” no interior do Partido Democrático Trabalhista/PDT. A “Nova Resistência” que propõe uma “outra via” política distinta do liberalismo – centrado no indivíduo -, do marxismo – baseado no conceito de classe - e do fascismo – centrado na Nação enquanto raça -, que seria chamado de “comunitarismo”. Tal conceito seria única forma de dar sentido e impedir a expansão do sentimento de anomia contemporânea da sociedade industrial de massas. São fortemente influenciados pelo político e escritor russo Alexander Dugin (nascido em 1962) e sua criação a chamada de “Quarta Teoria Política”, voltada para essa defesa de um mundo “comunitarista”, mas pastoral e bucólico. Dugin é, ainda, responsável pelo “Movimento Eurasiano”, uma proposta de política externa e cooperação com os novos países em ascensão na Ásia. A proposta do pensador russo não é original. Desde o século XIX a política externa russas variaram de voltar-se para a Europa e emular a ocidentalização ou, numa vertente, eslavófila, buscar saídas econômicas e estratégicas na direção da Ásia. Tudo isso afasta-se muito da proposta “multipolar” dos BRICS como foi posta inicialmente por Evgeny Primakov (1929-2015), o principal geopolítico contemporâneo russo, muito influente sobre Vladimir Putin.

No Brasil as ideias de Dugin foram recepcionadas pela Extrema Direita nos seus marcadores nacionalista, antissocialistas, antiglobalista e forte sentimento de desconfiança de ongs e de organismos multilaterais no cenário internacional (o que coloca em rota contrária as propostas de Primakov). A militância da Nova Resistencia, conforme o forte tradicionalismo do seu inspirador, coloca a família heteronormativo, vista como a única “natural e biológica”, como a base indissolúvel do Estado e da Sociedade (<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-e-o-nova-resistencia-e-por-que-ele-esta-sendo-associado-a-ciro-gomes/>). Rejeitam fortemente as pautas ditas “de minorias” como o combate ao racismo e a defesa de negros e pardos, como também contra o povo gay e a tudo que consideram estar sob as rubricas de “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” inspirado no filosofo italiano Antonio Gramsci. Militam, ainda, fortemente contra qualquer luta antirracista e consideram o movimento “Vidas Negras Importam” uma conspiração globalista contra a unidade nacional. Os membros do grupo se consideram “nacionais-populares” defensores de uma economia dirigida, conservadores nos costumes e anti-imperialistas (dito como “Globalismo”) em política externa. Essa vertente “nacional-popular” tem sido apontada como uma versão brasileira do “nacional-bolchevismo” do jornalista e escritor Edward Limonov (1943-2020), líder do banido (na Rússia) Partido Nacional-Bolchevique, e companheiro político de Dugin, e ferrenho opositor de Putin. No Brasil, o duginismo assumido pela Nova Resistência propaga a QTP/Quarta Teoria Política que considera a própria organização como “...a seção nacional da Nova Resistência (NR) mundial”. O grupo se apresenta como uma união “com células do mundo todo”, formada por eurasianistas, nacional-bolcheviques, duginistas, “nacional-revolucionários”, “distributivistas”, “anticapitalistas de direita” entre outros, contra a “agenda globalista” (<https://www.revistabado.com.br/2020/03/07/o-neofascismo-com-cara-de-esquerda/0>).

A “N.R.”, como os agrupamentos congêneres, crítica a pretensa “ideologia de gênero”, atacando fortemente a noção de homofobia e de feminismo, como formas de estranhas ao cristianismo e a família “natural”, defende, ainda, a tese da inexistência do Holocausto, denunciado como uma conspiração judia mundial, referindo-se a um pretense “choramingo gay da judiaria”. Reclamam suas origens “nacionais” em Gustavo Barroso (1888-1959), notório teórico do antisemitismo brasileiro e figura central do Integralismo, e mesmo em Enéas Carneiro, excêntrico líder do Partido de Extrema-Direita “Prona”.

A diferença entre a N.R. e o bolsonarismo reside na crítica ao presidente pela adoção de uma política econômica liberal, as relações íntimas com Israel e os contatos com a maçonaria, acusando alguns dos seguidores do Presidente Jair Bolsonaro de não serem suficientemente “integralistas” (<https://www.revis-tabadaro.com.br/2020/03/07/o-neofascismo-com-cara-de-esquerda/>).

Francisco Carlos Teixeira Da Silva/UFRJ.

O

OCIDENTE. O “Oriente”, Edward Said já o demonstrou, foi uma invenção do Ocidente (SAID, E.W. *Orientalismo*. SP. Cia das Letras, 1980). Mas e este último, quais são seus criadores e qual ou quais são as feições dessa criatura, desde um ponto de vista à Direita? Começemos aludindo à importante oposição entre “Civilisation” (associada às formas polidas de comportamento/atitude; ao cosmopolitismo; à Razão, etc.) e “Kultur” (associada aos laços e valores do sangue, solo, raça; atenta às diferenças nacionais e identidades particulares de grupos, etc.) para a definição de “Ocidente”. Segundo Norbert Elias, “Civilização” é um conceito que “expressa a consciência que o Ocidente tem em si mesmo, coisa para diferentes nações ocidentais”. Em termos nacionais e esquematicamente, Inglaterra e França apresentariam uma tradição mais afeita à identificação com “civilização”, enquanto a Alemanha, por sua vez, preferiria a auto associação com a ideia de Kultur. À Civilização caberia o lugar de um valor, mas de um “valor de segunda classe”. Disto tiramos que o *Ocidente não é uno na representação de sua autoconsciência*. Civilização e Kultur representam, dessa maneira, modos diferentes (e concorrentes) de o Ocidente expressar sua consciência de si. Isto posto, já podemos traçar um brevíssimo e necessariamente incompleto perfil do desenvolvimento da antítese Kultur/Civilização no que tange ao problema do entendimento do que o Ocidente é,

ou deveria ser, para alguns dos representantes do pensamento de Direita das décadas de 1910/1920 até os anos de 1990 (v. *Atraso*).

Oswald Spengler (1880 – 1938) é referência obrigatória, muito por conta da sua maior obra, “A Decadência do Ocidente” (1919 – 1923), e também por escritos subsequentes. Na sua operacionalização da mencionada antítese, Spengler entende a civilização como expressão de uma etapa (comum a toda cultura superior) de inexorável decadência. As “civilizações são os estados extremos mais artificiosos que uma espécie de homens é capaz de atingir. São um término”. Dado o espraiamento da “cultura ocidental”, civilizada, com seu louvor ao intelecto, com suas metrópoles cosmopolitas dirigidas pelo dinheiro (que é “o poder da civilização”), o Ocidente estaria condenado (v. Judeu e Fascismo). Não obstante, boa parte dos intérpretes atribuiu-lhe um clamor à possibilidade de salvação (HERF, J. *O Modernismo Reacionário*. SP, Ensaio, 1993). Um chamamento ambíguo, mas existente em algum lugar entre o pessimismo cultural e a esperança de reverter politicamente o estado de caos — da “Decadência do Ocidente” à sua salvação e/ou superação. É disto que vai tratar o pensamento conservador e, posteriormente, fascista, ao longo do entreguerras e quando da ascensão do fascismo, diante do inimigo co-unificado numa identidade e interesse igualmente comuns, situados a oeste de Moscou. (v. Conservadorismo) Simultaneamente — indicando uma possível ambiguidade para com “Ocidente” — tratava-se de superá-lo (temática da terceira via) ou, de forma também frequente, de (re)fundar, ressuscitar, anunciar uma nova civilização que recuperasse os verdadeiros valores do Ocidente, cada vez mais degenerado dado a sua associação com o liberalismo, democracia, racionalismo e com o emasculamento da discussão parlamentar. Os testemunhos, nesse sentido, poderiam ser arrolados à vontade. Eles envolveriam, a par das diferenças substanciais entre os mesmos, figuras como Van Den Bruck, Otto Strasser, Mussolini, Hermann Göring, Hitler, etc. (v. Ideologia).

Lançando o olhar para o pós-guerra, podemos destacar duas posições básicas que o pensamento de Direita toma como referência ainda hoje. Com a vitória da “Civilização” frente à Kultur nas duas grandes guerras, o Ocidente fortaleceu-se em univocidade interna. Isto e a radicalização da bipolarização mundial do pós 1945 fizeram permanecer com mais força e consistência o tema da salvaguarda do Ocidente frente ao persistente inimigo comum (v. Guerra Fria e a Direita Norte-Americana). Assim, por exemplo, o “Manifesto de Malmö”

(Suécia), lançado em 1951 pelo Movimento Social Europeu, tem como seus dois primeiros pontos a defesa da cultura ocidental contra o comunismo e, como segundo item, a criação de um império europeu — tema este que se tornará recorrente (v. Anticomunismo). Já entrando na década de 1960, importantes grupos de direita na França aliavam ao seu nacionalismo a bandeira mais geral da defesa do Ocidente (v. Alteridade).

Tomemos a revista “Europe-Action”, ligada ao direitista Mouvement Nationaliste du Progrès (MNP) que se apresentava, com efeito, como “a revista do homem ocidental”. Nas páginas de seu exemplar de maio de 1963, podemos encontrar a publicação de um “Dicionário do Militante” no qual o “Ocidente” é caracterizado assim: “Comunidade de povos brancos. Comunidade de Cultura”. Ademais, é reafirmada a “incontestável superioridade da cultura ocidental” sobre as demais. Em 1968, forma-se o posteriormente afamado GRECE (sigla em francês para o grupo de pesquisa e estudos para a civilização europeia) e, em 1974, surge o “Club de L’Horloge”. Na França, a etiqueta Nouvelle Droite é inicialmente atribuída indistintamente a ambas as associações. Conforme Pierre-André Taguieff, o GRECE — cujo maior mentor intelectual foi Alain de Benoist — vai passar por amplas inflexões em suas posições intelectuais desde a sua fundação até a década de 1990. A virada mais importante, para os nossos objetivos aqui, refere-se à guinada do grupo de uma tradicional e hegemônica postura de defesa incontestada dos valores da sociedade ocidental para uma veemente denúncia da mesma (postura plenamente estabelecida durante a década de 1980). Reatualizando a distinção entre Kultur e civilização (utilizando-se de Spengler, Julius Evola e muitos outros), o GRECE “constata” e lamenta a perda de uma identidade original enraizada numa herança comum, advinda de uma anciã sociedade indo-europeia. Esta identidade teria sido subjugada através de um processo milenar: inicialmente, pela invasão do judaísmo-cristianismo e, posteriormente, pelo materialismo igualitarista do americanismo. O Ocidente passa agora a ser identificado com esses elementos “estrangeiros”: o judaísmo-cristianismo, o americanismo e a civilização daí decorrente (que é oposta à ideia revalorizada de Kultur). Uma nova antítese se impõe: Europa (lar daquela herança cultural milenar, lugar de valores nobres — os mesmos que são relacionados à Kultur) versus *Ocidente*. Trata-se, finalmente, de “pôr um termo à Civilização Ocidental” (título de um artigo assinado por G. Faye, publicado na revista “Éléments”

— do GRECE —, n. 34, 1980. Citado por TAGUIEFF, P.A., 1994. p. 194) (v. Neoracismo Diferencialista).

Luiz Carlos Ribeiro Santana

Referências Bibliográficas:

BENOIST, Alain de. Nova Direita, Nova Cultura. Lisboa, edições Afrodite, 1981

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Uma História dos costumes, Vol. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

GRIFFIN, Roger (org.). Fascism. Oxford, New York, Oxford University Press, 1995.

SPENGLER, O. A Decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

TAGUIEFF, Pierre-André. Sur la Nouvelle Droite: Jalons d'une analyse critique. Paris, Descarte & Cie., 1994.

OLAVO DE CARVALHO (1947 – 2022). Olavo de Carvalho foi um escritor, professor e polemista brasileiro, nascido em Campinas (SP), em 1947, e radicado nos Estados Unidos desde 2005. Nas últimas décadas, consolidou-se como o principal ideólogo da direita brasileira contemporânea, alinhado a uma tradição descrita por seus seguidores como liberal-conservadora e por seus críticos como de extrema-direita, tradicionalista ou neofascista.

Apesar de ser figura influente em certos círculos intelectuais e políticos desde a década de 1990, beneficiado pela presença recorrente como colunista de grandes veículos de comunicação e comentarista político ocasional, Olavo ganhou ampla notoriedade no contexto das manifestações antipetistas pós-2013 e foi um dos responsáveis pela construção do movimento ideológico que sustentou a vitoriosa candidatura de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. Desde então, passou a ser considerado o “guru ideológico” do presidente, influenciando a indicação de alunos e simpatizantes de sua obra ao primeiro e segundo escalão do governo federal.

A trajetória político-intelectual de Olavo de Carvalho é longa e multifacetada, percorrendo mais de cinco décadas. Após breve período de militância no Partido Comunista Brasileiro no auge dos anos de chumbo, Olavo navegou pela astrologia, o esoterismo e a filosofia. Em 1979, estabeleceu, com alguns parceiros, a Escola Júpiter, que ganhou certa proeminência e deu início a uma fase profícua de publicações astrológicas e esotéricas ao longo dos anos seguintes. Escreveu livros como **A imagem do homem na astrologia** (1980) e **Astros e Símbolos** (1985), além de diversos artigos na conhecida revista Planeta.

Um dos elementos mais marcantes destes primeiros escritos é a adesão à escola perenialista — ou tradicionalista — do filósofo francês René Guénon, pautada pela noção de que existe um conhecimento primordial, verdadeiro e absoluto, de natureza metafísica, acima de todas as religiões e crenças. O perenialismo influenciou filósofos posteriores, como o italiano Julius Evola, ligado aos primórdios do fascismo, e o metafísico suíço Frithjof Schuon. Inspirado por tais ideias, em meados da década de 1980, Olavo converteu-se ao islã e ingressou numa ordem mística muçulmana (tariqa) liderada por Schuon, em São Paulo.

Passada sua experiência esotérica, mas ainda influenciado pelas ideias tradicionalistas, Olavo de Carvalho voltou-se à filosofia. Começou a oferecer cursos livres e, em 1990, ingressou no Conjunto de Pesquisa Filosófica (Conpefil), centro de estudos sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, coordenado pelo padre Stanilavs Ladusâns e vinculado diretamente ao Vaticano. Com o falecimento de Ladusâns, três anos mais tarde, Olavo abandonou os estudos formais e inaugurou seu próprio Seminário de Filosofia, ensinando para grupos em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Apesar de seu regresso ao catolicismo, Olavo conservou o perenialismo guenoniano como pano de fundo de seu curso, cuja meta era proporcionar uma experiência gnóstica — a busca da “unidade do conhecimento na unidade da consciência”.

Apresentando-se como filósofo, Olavo de Carvalho produziu o que considera sua mais importante obra intelectual, a trilogia composta pelos livros *A Nova Era e a Revolução Cultural* (1994), *O Jardim das Aflições* (1995) e *O imbecil coletivo: atualidades inculturais brasileiras* (1996). Os argumentos de Ola-

vo, segundo ele próprio, versam, respectivamente, sobre a denúncia contra as tentativas de “engenharia social” propostas pelo “holismo neocapitalista” de Fridtjof Capra e o “empreendimento de devastação cultural” de Antonio Gramsci; sobre a localização das ideias relativas à construção de um “Império mundial” antinacional e antirreligioso (mais tarde renomeado “globalismo”) na história do Ocidente; e sobre a influência destas ideias sobre a elite intelectual (esquerdista) brasileira. Ancorando-se no sucesso de nicho de seus livros, Olavo assegurou ampla presença como colunista na grande imprensa e passou a ser tratado como intelectual respeitável e representante de um conservadorismo que havia perdido espaço desde o fim da ditadura militar.

A conversão de filósofo em ideólogo ocorreu de maneira gradativa ao longo dos anos 2000. Indo além de mera crítica intelectual ao chamado “marxismo cultural”, o escritor passou a criar e coordenar formas de se contrapor à suposta hegemonia esquerdista nas universidades e na imprensa. A primeira iniciativa foi o site Mídia Sem Máscara, inaugurado em 2002 — às vésperas da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência — com o propósito de publicar conteúdos ausentes do noticiário “em virtude do viés esquerdista da mídia brasileira”. Alguns anos mais tarde, em 2006, já vivendo nos Estados Unidos, Olavo lançou o programa radiofônico online True Outspcak, um antecessor dos atuais *podcasts*, em que lia seus artigos de opinião, comentava sobre política nacional e internacional e atendia a ligações de ouvintes.

No entanto, nada se compara em termos de impacto político ao lançamento, em 2009, do Curso Online de Filosofia (COF). Olavo ministrava as aulas de sua própria casa, no estado da Virgínia, e as transmitia ao vivo pela internet para alunos espalhados pelo país. Se o antigo Seminário de Filosofia tinha como objetivo declarado estabelecer uma nova elite intelectual que resgatasse e preservasse a “alta cultura” brasileira, o COF transformou-se em espaço de conversão política e massificação ideológica. Cada vez mais, o conteúdo filosófico e literário cedeu lugar a bravatas políticas, teorias conspiratórias e revisionismo histórico.

Olavo soube explorar, com competência, dois elementos novos à realidade brasileira como ferramenta de difusão ideológica: aulas virtuais e redes sociais. Por um lado, o *podcast* e o curso online permitiram que o professor ampliasse e popularizasse sua base de alunos e admiradores, que passaram a

reproduzir acriticamente teses como a do “marxismo cultural” ou do “globalismo”. Por outro, a inserção de Olavo e seus seguidores, desde os primórdios, em redes como Orkut, Facebook e Twitter deram-lhes não somente ressonância e legitimidade, como criaram uma relação intimista (e, em larga medida, hierárquica, entre alunos iniciados e novatos) que muito se assemelhava à de uma seita religiosa. Somente Olavo de Carvalho poderia proporcionar o conhecimento profundo, a experiência filosófica e a emancipação intelectual que os meios universitários, jornalísticos e políticos, dominados pela esquerda, sonhavam ao povo brasileiro.

A frustração com o governo Dilma Rousseff e as grandes manifestações antipetistas que ganharam força após 2013 proporcionaram o caldo de cultura ideal para a consagração de Olavo de Carvalho como o grande ideólogo da nova direita brasileira. Muitos dos que foram às ruas animavam-se não somente pela revolta contra o governo do Partido dos Trabalhadores, mas contra o inimigo invisível que lhe dava sustentação: a hegemonia cultural da esquerda. Alguns chegavam a ostentar cartazes com os dizeres “Olavo tem razão”, em alusão às declarações paranoicas do escritor sobre o suposto plano gramsciano em curso no Brasil. Ele mesmo se orgulhava de, com suas ideias, ter ajudado “a direita brasileira sair do armário”.

O clima político da época levou a tradicional Editora Record a vislumbrar a possibilidade de transformar Olavo num sucesso de vendas. Daí nasce o livro **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota** (2013), coletânea de textos publicados em jornais e revistas nas décadas anteriores, organizada pelo jornalista Felipe Moura Brasil. Quando o título chegou à marca de 150 mil vendas, três anos mais tarde, Olavo e Record assinaram contrato para a reedição de **O imbecil coletivo**, que chegou às livrarias em 2018. Juntos, os livros ultrapassaram os 500 mil exemplares vendidos. A tese central das obras era a mesma: a intelectualidade de esquerda, cujas ideias dominam o debate público, deve ser desmascarada e destruída.

Impulsionados pelo sucesso editorial de Olavo de Carvalho, vários de seus alunos e admiradores foram acolhidos pela Record e por jornais de perfil conservador, como a Gazeta do Povo, de Curitiba. Com livros que ecoavam as ideias de Olavo, figuras como Bruno Garschagen, Flávio Gordon, Flavio Morgenstern e Francisco Razzo passaram a ocupar algum espaço no debate públi-

co já no contexto turbulento do impeachment. Ao mesmo tempo, o carisma do escritor revelava-se para o público mais amplo por meio de uma série de conversas virtuais (*hangouts*) com personalidades como o então deputado federal Jair Bolsonaro e seus filhos, o músico Lobão e o comediante Danilo Gentili, transmitidas desde 2014 em diversas plataformas virtuais. Entre os principais opositores do governo, Olavo se transformava em ícone pop.

Mesmo que nem todos os grupos na nova direita vinculem-se diretamente às ideias de Olavo de Carvalho, como intelectuais libertários e lideranças evangélicas, ele foi capaz de aglutinar diversas tribos da nova direita em torno de uma síntese ideológica orientada pelo anticomunismo. A relação entre o escritor e os militares, por exemplo, era conhecida desde a década de 1990, quando Olavo de Carvalho aproximou-se da alta cúpula das Forças Armadas, organizando livros e ministrando cursos de formação. A afinidade deu-se, sobretudo, pela percepção comum de uma ameaça comunista tanto no plano cultural, o “gramscismo”, quanto no político, materializado no Partido dos Trabalhadores e no Foro de São Paulo. Olavo aproveitou a oportunidade para encabeçar o esforço de revisionismo histórico dos militares a respeito da natureza do golpe civil-militar de 1964.

Olavo também construiu laços importantes com o integrismo católico, cujos maiores representantes no Brasil são os herdeiros da organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada pelo intelectual reacionário católico Plínio Corrêa de Oliveira, e o movimento monarquista, capitaneado pelos representantes da Casa Imperial do Brasil, dentre os quais Dom Bertrand de Orleans e Bragança (descrito por Olavo, em 2015, como “o brasileiro mais patriota que já conheci”) e o hoje deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. Do integrismo, além da fé fundamentalista, o escritor incorporou fortes críticas ao secularismo, à modernidade e a um suposto relativismo cultural que teria corroído a Igreja Católica nas últimas décadas.

Por fim, Olavo de Carvalho criou uma ala ideológica própria, que pode ser descrita como antiglobalista. Trata-se de uma adaptação à realidade brasileira do debate ideológico norte-americano, localizado na encruzilhada entre o paleoconservadorismo de Pat Buchanan e da John Birch Society e a alt-right de Steve Bannon e Richard Spencer. A tese fundamental dos antiglobalistas é a de que a fronteira final da dominação comunista é o estabelecimento de

um governo mundial, financiado por famílias bilionárias (os chamados “metacapitalistas”) e articulado pela burocracia internacional das Nações Unidas. O objetivo desse empreendimento planetário, segundo seus críticos, seria o estabelecimento de parâmetros universais — e progressistas — de valores, crenças e comportamentos humanos, calcados no “politicamente correto”, colocando em xeque os três pilares da civilização ocidental: Deus, pátria e família tradicional.

Embora esse amálgama radical antiglobalista tenha ganhado proeminência política e midiática com a vitória eleitoral de Donald Trump, em 2016, ele já vinha sendo nutrido havia décadas — e acompanhado de perto por Olavo mesmo antes de seu autoexílio nos Estados Unidos, como se vê em alguns de seus escritos jornalísticos do começo dos anos 2000 e, notadamente, em seu livro **Os EUA e a Nova Ordem Mundial**, de 2012 — um debate com o cientista político russo Aleksander Dugin, considerado o “cérebro” ideológico do presidente Vladimir Putin. Além de fortalecer as teorias conspiratórias sobre o globalismo no debate público, a chegada de Trump à presidência contribuiu para a legitimação além-fronteiras do grupo olavista e de seus principais influenciadores digitais, como Filipe G. Martins e Bernardo P. Küster.

O ápice do labor ideológico de Olavo de Carvalho deu-se entre 2018 e 2019, quando o escritor foi um dos responsáveis por construir a narrativa que levou o ex-capitão Jair Bolsonaro à presidência da República. Ainda que tenha negado, por vezes de maneira veemente, possuir qualquer tipo de ascendência pessoal sobre o presidente, Olavo influenciou na indicação de diversos cargos de primeiro e segundo escalão do Governo Federal, ocupados por vários de seus alunos e seguidores. Além disso, políticos, juristas e até mesmo médicos passaram a reivindicar vínculos com Olavo, em busca de engajamento digital e notoriedade nos círculos bolsonaristas. Por vias tortas, o projeto original do COF de criar uma elite intelectual assegurou, ao menos, a consolidação de uma nova elite política.

Olavo de Carvalho veio a falecer em 25 de janeiro de 2022, dias após ser diagnosticado com Covid-19. A despeito de permanecer como voz influente no debate público e junto ao governo, os anos da pandemia foram marcados por certo distanciamento entre o presidente e seu guru. Olavo tornou-se crítico da atuação dos militares no governo, chamando-os de “traidores”, e frequen-

temente contrariava Bolsonaro em suas relações com a direita fisiológica, que acabaram alijando a ala olavista de seus cargos no governo. Mas o presidente não deixou de reconhecer publicamente a centralidade das ideias de Olavo na construção de seu projeto político: além de decretar luto oficial pela morte do escritor, declarou que Olavo de Carvalho “foi um gigante na luta pela liberdade e um farol para milhões de brasileiros”.

Guilherme Casarões

Indicações de leitura:

Brizzi, João e Fabricio Pontin. “Novo Brasil foi esculpido por Olavo de Carvalho”. *The Intercept Brasil*, 20 de outubro de 2018.

Cunha, Martim Vasques da. “Tragédia ideológica”. *Piauí*, no. 167, agosto de 2020.

Guimarães, João Pedro Sabino. “A derradeira análise da obra de Olavo de Carvalho, para nunca ter de lê-lo”. *Época*, 28 de março de 2019.

Hussne, Arthur. “Olavismo e bolsonarismo”. *Revista Rosa*, vol. 1, no. 1, março de 2020.

Marques, Victor. “Olavo não tinha razão, mas tinha faro”. *Jacobin Brasil*, 25 de janeiro de 2022.

OLIMPÍADAS E POLÍTICA. O lema do barão de Coubertin, o criador dos Jogos Olímpicos modernos — *o importante não é vencer, mas competir* — mostrar-se-ia, desde cedo, distante da realidade dos Jogos (v. Esporte). Já na primeira Olimpíada, a presença da família real grega, de seus protegidos e apoiados é óbvia. O próprio rei aproveita cada momento para promover a imagem da dinastia frágil e estranha ao povo grego. O mesmo se dá nos Jogos de Londres em 1908, chegando ao apogeu nos Jogos de Estocolmo em 1912, quando o rei da Suécia troca gentilezas e promove o seu amigo, o czar da Rússia, convidando-o para premiar os vencedores. Embora Coubertin declarasse os Jogos estranhos à política e totalmente autônomos, não se cansava de elogiar a atuação das autoridades, que eram uma fonte fundamental de financiamentos — e o prestígio que advinha para os Jogos com a presença das cabeças coroadas da Europa. Em outros aspectos, aferrou-se teimosamente às suas próprias ideias.

Só com muita dificuldade aceitou a presença de mulheres (competidoras desde 1900) e reafirmou fortemente os ideais de amadorismo que evitavam a presença das classes populares nos Jogos. Exigia que o atleta fosse completamente autofinanciado, vigiando para que homens pagos, ou apoiados, não participassem dos Jogos (v. Liberalismo). Assim, a juventude aristocrata da Europa, os jovens oficiais dos principais exércitos — logo, pagos pelo Estado — e a nova juventude ociosa oriunda da alta burguesia dominavam os Jogos. O elitismo de Coubertin via nos competidores os ideais saídos dos relevos gregos: aristocratas e brancos ou, na expressão de um autor, procurava evitar o dissabor de ver os filhos da aristocracia vencidos por seus empregados (v. Eugenia).

Rapidamente aumentam as adesões ao COI (Comitê Olímpico Internacional) e, assim, as Olimpíadas tornam-se um evento mundial. Os treze países de 1896 dão lugar a vinte e oito nos Jogos de Estocolmo em 1912 e vinte e nove nos Jogos de Antuérpia em 1920. Os governos reconhecem a importância do evento e o prestígio que poderiam arrancar de belas vitórias nas provas. (v. Nacionalismo) Assim, surgem mecanismos capazes de burlar o amadorismo exigido por Coubertin e permitir o apoio direto de governos aos esportistas. Os Estados Unidos dão o passo inicial e abrem caminhos para a democratização do alistamento de competidores. Com um sistema bastante desenvolvido de universidades e *colleges*, concedem bolsas de estudos, na verdade apoio direto, aos seus melhores atletas, viabilizando a participação de jovens das classes populares nos Jogos. Outros países nomeiam os seus atletas oficiais nas Forças Armadas, com a missão única de se prepararem para os Jogos — medida, aliás, amplamente utilizada pelos países socialistas depois de 1945.

O reconhecimento dos Jogos como um equivalente para a disputa entre as nações chega ao seu clímax em 1936, com a realização dos Jogos em Berlin, então capital do Terceiro Reich de Adolf Hitler (v. Chauvinismo). O governo nazista percebe a realização dos Jogos como uma oportunidade única para demonstrar o renascimento da Alemanha, o vigor do governo e a liderança de seu *Führer*. Muitos haviam protestado veementemente contra a realização dos Jogos — com os seus ideais de paz e convivência harmônica — numa nação que recém promulgara leis estabelecendo juridicamente a diferença entre os *arianos superiores* e os *untermenschen*, as subgentes, os judeus (v. Inimigo & Leis de Nuremberg). Alguns tentaram ainda a realização de Jogos alterna-

tivos em Barcelona; no entanto, a eclosão da Guerra Civil Espanhola impediria a sua concretização. Os comitês holandês e norte-americano enviaram emissários à Alemanha para verificar a situação *in loco*, tendo concluído que Hitler oferecia condições inigualáveis para a realização da Olimpíada. Teve importância particular a atuação de Avery Brundage, membro dos comitês olímpicos americano e internacional, que relata ao presidente Franklin Roosevelt as garantias de Hitler e elogia a eficiência dos trabalhos preparatórios. O próprio Brundage dirigia nos Estados Unidos um clube onde era vedada a entrada de negros e já manifestara inúmeras vezes o seu desagrado por ver negros e índios representando os Estados Unidos nas Olimpíadas. O conjunto do COI decide-se, enfim, pela realização dos Jogos, capitulando perante a grandiosidade dos preparativos oferecidos pelo Führer. Assim, o COI tornava-se presa do seu pretense apoliticismo, considerando a ordem e o estabelecido como sempre corretos (v. Autoridade). Hitler, Göring e Goebbels não pouparam esforços para a realização dos Jogos: Berlim sofreu inúmeras intervenções arquitetônicas, com melhorias de ruas, estradas e aeroportos (v. Urbanismo). Coube ao Estádio Olímpico concentrar, entretanto, o conjunto das atenções. Hitler ordena a reconstrução completa do velho estádio berlimense, o *Deutsches Stadium*, tarefa encomendada ao arquiteto Werner March, filho de Otto March, que desenhara o estádio original. March apresenta um projeto modernista, envolvendo estruturas metálicas aparentes e vidro, numa metáfora dos pinheiros que floresciam nas imediações do estádio em Grunewald (v. Arquitetura). Hitler se irrita e declara que jamais poria os pés numa caixa de vidro (v. Arte Degenerada). Como arquiteto do Terceiro Reich, Albert Speer retoma o projeto e o recobre de citações helênicas, superdimensiona as proporções e abre gigantescos espaços para a evolução de massa das SS, SA e da Juventude Hitlerista. Na abertura dos Jogos, centenas de canhões de luz desenhavam sobre a multidão a catedral de luz... A imponência dos Jogos e a grandiosidade arquitetônica do estádio Olímpico deveriam mostrar a todo o mundo a grandeza do *Reich dos Mil Anos*. Trágica ironia, não muito longe dali ficava o campo de concentração de Oraniemburg, onde Hitler internava seus opositores (v. Campos de Concentração & Ditadura e Violência).

Os Jogos de Berlim constituem a primeira grande manifestação mediática de massas, seguindo o modelo já inaugurado pelo fascismo e o nazismo nas grandes manifestações públicas. Os Jogos de 1936 aparecem, assim, como

uma espécie de *obra-de-arte total fascista*, como explicaria Peter Reichel, mistura de consagração nacional e ópera wagneriana, fenômeno quase religioso em sua concepção que transformava uma competição pacífica entre nações numa explosão de violência secreta, de terror de Estado e de preparação dos corações e mentes para a guerra (v. Alteridade). Toda a área é decorada com estátuas e relevos gigantescos, enaltecendo uma ou outra abstração dos Jogos, porém, na verdade, reproduzindo ícones e emblemas da superioridade ariana (v. Homossexualidade e Fascismo). As estátuas-monumentos de Josef Wackerle, Josef Thorak, Erwin Huber e Arno Breker exprimem os ideais misóginos, racistas e falocratas do *Terceiro Reich*: são super-homens fisicamente impressionantes (bem ao contrário do físico médio e adequado à flexibilidade e leveza das competições), todos nus, com olhares distantes e superiores, sempre sós — a própria efígie do líder solitário (v. Misoginia). Por fim, uma multidão de atletas é convocada para formar, esculpir e desenhar com seus próprios corpos os emblemas olímpicos e nazistas — práticas seguidas daí em diante por outras Olimpíadas, como em Seul (1988). Hitler tem surpresas no seu Estádio monumental: negros e judeus norte-americanos superam as marcas dos super-homens arianos. O negro norte-americano Jesse Owens, neto de escravos do Alabama, conquista quatro medalhas de ouro e, no revezamento 4 por 100, dois judeus substituem dois negros, conquistando o ouro olímpico. Em compensação, a delegação francesa, ao passar em frente à tribuna do *Führer* no desfile olímpico, cumprimenta-o com a saudação nazista — a mão erguida e o *Heil Hitler* (v. MAURRAS, Charles). Coubertin ainda era vivo e agradeceria sensibilizado o apoio alemão. Morreria no ano seguinte e, antes disso, nada viu no evento que considerasse contrário ao espírito dos Jogos.

Avery Brundage terá longa vida no COI, voltando a se destacar nos Jogos Olímpicos do México em 1968. Desde o início, a realização dos Jogos estava ameaçada: Brundage defendera a inclusão da África do Sul, apesar do regime de apartheid, provocando uma ameaça de boicote dos países africanos e socialistas. A localização dos Jogos gerava desconfiança, assim como a onda de protestos populares no bojo da Revolta Mundial dos Jovens, marcada na Cidade do México. Interessados em manter o controle sobre a ordem pública e viabilizar o México como país seguro e ordeiro, o governo do partido único — o *PRI, Partido Revolucionário Institucional* — ordena abrir fogo sobre jovens reunidos na Praça das Três Culturas: 300 pessoas são mortas na antevéspera

de abertura dos Jogos — trata-se do Massacre de Tlatelolco (v. Ditadura & Repressão e Violência). Avery Brundage é inflexível: *the games must go on!*, declara o poderoso organizador dos Jogos. No entanto, será duramente enfrentado na Cidade do México quando os jovens recordistas negros dos Estados Unidos, Tommie Smith e John Carlos, saúdam com o gesto dos Panteras Negras a vitória nos 200 metros. Os jovens atletas são afastados da delegação norte-americana, sob pressão do COI (v. Repressão: Debate Historiográfico). Em protesto, a delegação de Cuba oferecerá suas medalhas ao líder do movimento *Black Power*, Stockley Carmichael.

A Guerra Fria, a disputa pela supremacia mundial entre as duas superpotências (a URSS e os EUA), também afetará duramente as Olimpíadas. Em 1980, em protesto pela invasão do Afeganistão pela URSS, os países ocidentais boicotarão os Jogos de Moscou; em 1984, os russos e o bloco socialista, em protesto ao projeto norte-americano *Guerras nas Estrelas*, boicotarão as Olimpíadas de Los Angeles. Hoje, entretanto, o maior perigo advém do terrorismo internacional, cuja estreia foi feita nos Jogos de Munique de 1972, quando terroristas palestinos atacaram a delegação israelense. Ao contrário de toda a propaganda da mídia, ou mesmo dos vagos ideais dos organizadores, os Jogos Olímpicos foram desde sua origem um palco de disputas entre nações, correntes de opinião e cenário para exibição de visões de mundo eivadas de ideais elitistas (v. Conservadorismo). Malgrado tudo isso, os Jogos resistem como um ideal, tal como a chama que os ilumina (v. Ideologia).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

BENTON, Dawn et alii. *Art and Power*. Londres, Thames and Hudson, 1995.

GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LANCELOTTI, Sílvio. *Olimpíadas 100 Anos*. São Paulo, Abril, 1996. REICHEL, Peter. *La Fascination du Nazisme*. Paris, O. Jacob, 1993.

OLIVEIRA VIANNA (1883 – 1951). Nasceu em 1883 numa fazenda no município de Saquarema e concluiu seus estudos primários e secundários em Niterói. Gradou-se, em 1906, pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, passando a lecionar em colégios particulares e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Assumiu o seu primeiro cargo público em 1926 (diretor do Instituto de Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro), época em que já tinha alcançado considerável projeção como ensaísta dos problemas sociais pela publicação do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* e de *O Idealismo da Constituição* (ambos em 1920). (v. Coronelismo). A sua reputação no meio intelectual levou-o a desempenhar importantes funções administrativas por ocasião da revolução de 1930. De 1932 a 1940, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e contribuiu na elaboração de leis da previdência social e seus regulamentos (v. Legislação Trabalhista no Brasil). Foi também coautor de um anteprojeto de constituição apresentado à assembleia constituinte de 1933–1934 e, mais tarde, durante o Estado Novo no Brasil, integrou a comissão revisora de leis. Em 1940, tomou posse de uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, ano em que também foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, cargo em que permaneceu até a sua aposentadoria.

Numa época em que a busca pelo *Ser Nacional* e pelas instituições adequadas à nossa realidade se tornara obsessiva, Oliveira Vianna surgiu como notável pensador realista de cunho autoritário (v. Nacionalismo & Natureza). A sua preocupação em investigar as especificidades nacionais desenvolveu-se não sem influência de teorias importadas. As bases de seu cientificismo são buscadas seja no positivismo, seja nas teorias de Lapouge, Gobineau, Ammon e Le Bon — autores que considerava fundamentais para uma orientação verdadeiramente científica da política. O seu método, mencionado por ele mesmo como “filosofia da história”, apoiava-se nas chamadas ciências da natureza e da sociedade, o que lhe conferia o rigor necessário (v. Baderna).

Uma das vertentes básicas de sua obra é o estudo da formação institucional brasileira. Remonta, para isso, aos tempos do Brasil colônia, quando o agrupamento de pessoas segundo laços tanto de consanguinidade quanto de afinidade definiam a unidade básica de estruturação social: o “clã parental” (v. Ideologia). Às famílias tradicionais agregavam-se colonos e compadres que, unidos inicialmente pela necessidade de enfrentar conjuntamente os obstá-

culos à conquista do meio (invasões de índios e mais tarde de estrangeiros), construía amplas redes de solidariedade e fidelidade que se sedimentaram ao longo dos séculos de colonização em verdadeiras unidades autárquicas alheias a quaisquer imposições externas (v. Prussianismos Brasileiros). Tal organização pré-política, baseada em relações familiares de favor e compadrio, teria perpassado três séculos de colonização e atingido desastrosamente o Império e a República. Desse período de estruturação social, decorre a formação de uma cultura política que, baseada nas relações afetivas, se mostrava incapaz de distinguir a esfera pública da privada (v. Burocracia & Sociedade Civil). Essa lógica patrimonialista que nos foi legada e que faz parte de nossa subjetividade coletiva constituiria, segundo sua visão, obstáculo intransponível ao estabelecimento de autênticas instituições representativas (v. Liberalismo & Conservadorismo no Brasil República). Assim, a partir do século XIX, quando as ideias democráticas vindas da Europa se propagaram pelo território nacional, teriam encontrado no Brasil esse contexto de formação clânica do poder e a ele tiveram que se ajustar. O advento do Regime Democrático e o Sufrágio Universal, segundo Oliveira Vianna, seriam modelos de organização do universo político e de participação sem qualquer respaldo na realidade nacional (v. Atraso & Ocidente). O *povo-massa*, que subitamente passou a constituir elemento essencial nas disputas eleitorais, não estava absolutamente preparado para desempenhar tal papel. Sendo fruto da mistura com raças inferiores, esse povo não possuiria o discernimento necessário ao exercício da democracia (v. Conservadorismo). Delineia-se a partir daí outra vertente essencial do pensamento de Oliveira Vianna: o racismo. Considerando o preconceito racial mecanismo fundamental para a afirmação de um processo seletivo que excluía a ascensão das raças de índole inferior às classes sociais mais abastadas, o autor deixava claro o seu desprezo por negros e índios (v. Eugenia). Sendo pouco dotados da capacidade de se civilizar, tais povos em nada teriam contribuído para o desenvolvimento colonial. Mesmo esforçando-se para manter a sua inteligência e pureza moral, o homem branco teria, entretanto, misturado-se por vezes a tais elementos inferiores. Esse processo de miscigenação, tão presente na formação de nossa sociedade, teria tomado em geral dois rumos: um que gerava uma parcela mínima de homens suscetíveis à arianização, homens que são resultado de um cruzamento feliz em que prevaleceram os caracteres da raça superior e que, ao atingirem posições

sociais elevadas, não o faziam por afirmação de sua psicologia mestiça, mas, muito pelo contrário, por uma adesão incondicional à raça ariana; o outro rumo, muito mais expressivo em termos numéricos, seria o que reproduzia elementos que não conseguiram se livrar do estigma do sangue bárbaro e que se aglomeravam na chamada plebe rural, estando fadados à ‘miséria física e moral’ (v. Comportamento).

Cristina Buarque de Hollanda

Referências Bibliográficas:

SODRÉ, Nelson Werneck. Oliveira Vianna: o racismo colonialista. In : *A Ideologia do Colonialismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1956.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1974.

VIANNA, Oliveira. *Problemas de Política Objetiva*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1974.

VIANNA, Oliveira. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Rio de Janeiro, Record, 1974.

ONU (Organização das Nações Unidas). Organização internacional construída pelos Estados que aceitaram cumprir as obrigações estabelecidas na Carta das Nações Unidas assinada em São Francisco em 26 de junho de 1945. Começa a funcionar oficialmente em 24 de outubro do mesmo ano, data de entrada em vigor da Carta. Com vocação precipuamente política, pretende assegurar a manutenção da paz através da “segurança coletiva” — sistema sob a égide do qual a guerra deve ser evitada pela associação de Estados que se protegem mutuamente contra os abusos da força (v. Geopolítica). Visa, igualmente, criar uma rede de cooperação econômica, social, cultural e humanitária (v. Política e Direitos Humanos). Tem por fundamento o princípio universalista e a crença de que uma maior democratização do sistema internacional e o

primado do direito assegurariam a paz mundial (v. Justiça). Pretende, assim, negar a existência do quadro interestatal clássico, que reconhece a fragilidade dos tratados e o caráter normal da violência no sistema internacional, cuja segurança só pode ser de fato garantida pela manutenção de fortes aparelhos militares nacionais (v. Guerra Fria).

A pretensão à democratização do sistema internacional encontra a sua mais evidente contradição na estrutura que assume a organização internacional. Os seus principais órgãos são o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral. O Conselho de Segurança é um órgão de constituição restrita que age em nome de todos os membros da ONU. É formado por dez membros eletivos (até 1965, o número era de seis), com mandato de dois anos, e cinco membros permanentes que detêm o direito de veto. Consagra-se juridicamente, portanto, a desigualdade entre os Estados quando se atribui a responsabilidade principal da manutenção da paz e da segurança internacionais às cinco potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, admite-se a hierarquização intrínseca e, conseqüentemente, natural e inelutável na distribuição de responsabilidades na esfera internacional (v. Natureza & Neocolonialismo). Por outro lado, a Assembleia Geral é composta por todos os membros da organização internacional em pé de igualdade: cada Estado tem direito a um voto. A sua competência limitada é, por sua vez, o corolário da ficção da igualdade entre os Estados: em matéria de paz e segurança, a Assembleia Geral pode somente fazer recomendações, sendo seu poder de recomendação sobre outras matérias suspenso quando o Conselho de Segurança as discute. O seu poder de decisão limita-se ao campo do funcionamento da ONU: eleições para os órgãos restritos, orçamento, etc. Vê-se, pois, que os problemas mundiais acabam, finalmente, por ser refletidos de forma realista na própria configuração institucional da organização internacional.

O direito à autodeterminação dos povos é outro princípio norteador da Carta da ONU e, sob seu impulso, várias nações tornaram-se independentes, particularmente a partir dos anos de 1960. Essa vaga independentista foi determinante para trazer para o seio da ONU a discussão do tema do desenvolvimento e, com ela, a falsa expectativa voluntarista de se poder superar os obstáculos que impediriam a melhoria das condições socioeconômicas de regiões fadadas à pobreza por não possuírem os mesmos elementos materiais e humanos dos países industrializados (v. Atraso). Em 1948, a Assembleia Geral adotou a

“Declaração Universal dos Direitos do Homem” que, além dos direitos civis e políticos tradicionais, consagrou direitos econômicos, sociais e culturais, tais como: o direito à instrução, ao trabalho, à segurança social, etc., cuja proteção é assegurada sobretudo coletivamente, o que implica necessariamente o agravamento do intervencionismo estatal (v. ONU e a Nova Ordem Mundial).

Norma Breda dos Santos

Referências Bibliográficas:

ABI-SAAB, Georges. (ed.). Le concept d'organisation internationale. Paris, UNESCO, 1980.

CARR, E.H. Twenty years of Crisis, 1919–1939. Londres, Macmillan, 1946.

DEUTSCH, Carl. Análise das relações internacionais. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

HOFFMAN, Staley. Organisations internationales. Paris, Armand Colin, 1995.

KEOHANE, Robert; HOFFMAN, Stanley. The New Community, Decision-Making and Institutional Change. Colorado, Westview Press, 1991.

KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York, Simon & Schuster, 1994.

MONGENTHAU, Hans. Politics among Nations. New York, Knopf, 1996.

SMOUTS, Marie-Claude. Les organisations internationales. Paris, Armand Colin, 1995.

VIRALLY, Michel. Les Organisations internationales. Paris, Armand Colin, 1972.

WALTZ, Kenneth. Man, the State and War. New York, Columbia University Press, 1959.

ONU E A NOVA ORDEM MUNDIAL. A ONU é uma organização internacional intergovernamental mundial. Foi fundada em 1945 por 51 países como consequência da Segunda Guerra Mundial, buscando atuar como um mecanismo internacional capaz de evitar a guerra. As suas principais proposições são: manter a paz e a segurança internacionais; fomentar relações de amizade en-

tre as Nações; realizar a cooperação internacional. A sua atuação toma como referência a igualdade soberana entre os Estados. A sua estrutura institucional é composta de seis órgãos principais: a Assembleia Geral, da qual participam todos os Estados-Membros; o Conselho de Segurança, composto por cinco potências permanentes e 10 países rotativos; uma Secretaria-Geral; o Conselho Econômico e Social; o conselho de Curadorias e a Corte Internacional de Justiça. A estes órgãos somam-se os diversos organismos especializados. A Assembleia Geral reúne-se anualmente para tratar de questões gerais e cada país tem o direito a um voto. Não tem um caráter deliberativo, mas sim propositivo. A sua maior força reside no campo político, tratando-se de um foro onde os países podem manifestar a sua opinião aprovando condenações ou incentivos. É o Conselho de Segurança que detém o poder decisivo sobre as questões colocadas: é formado, por um lado, pelos Estados Unidos, Rússia (União Soviética, até seu desmembramento), China, França e Reino Unido como membros permanentes e que têm o direito de vetar qualquer proposta apresentada e, por outro, por países que são eleitos para participar do Conselho por tempo limitado — que não têm poder de veto. Esta dinâmica se baseia na percepção de que o equilíbrio de poder para a paz se apoia na unanimidade entre as grandes potências. Na prática, a existência do mecanismo do veto paralisou as atuações do Conselho durante grande parte do período da Guerra Fria e, até hoje, limita seu arco de ação (v. Oposição/Situação). No entanto, houve uma perspectiva de o Conselho ser reformado em relação ao número e condição de seus participantes, que foi debatida na Assembleia das Nações Unidas de 1997.

Logo depois de sua formação, com o início da Guerra Fria, as Nações Unidas ficaram com um espaço estreito de atuação pela composição do Conselho de Segurança, enquanto a Assembleia Geral respondia mais aos interesses do bloco ocidental. A partir dos anos de 1960, com o processo de descolonização da África, a composição das Nações Unidas se modifica com a entrada de novos países que se articulam em torno da consigna terceiro-mundista (v. Neocolonialismo). Neste processo, a Assembleia foi dominada por temas da problemática relação Norte/Sul (v. Atraso). O esforço dos Estados Unidos será de neutralizar a sua ação. Nos anos de 1980, estes movimentos perderam vigor e a Assembleia recuperou uma posição mais identificada com o Ocidente. Na passagem para os anos de 1990, com a conformação da Nova Ordem,

as Nações Unidas passaram a ser um espaço de ação também para potências ocidentais, como no caso da Guerra do Golfo (1990 – 1991).

Miriam Gomes Saraiva.

Referências Bibliográficas:

ARMSTRONG, David; LLOYD, Lorna; REDMOND John. From Versailles to Maastricht: International organization in the twentieth century. London, Macmillan Press, 1996.

BERTRAND, Maurico. A Onu. Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

Departamento de Información Pública de Las Naciones Unidas. ABC de las naciones unidas. Nueva York, Naciones Unidas, 1995.

MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

OSMANCZYK, Edmund Jan. Enciclopédia mundial de relaciones internacionales y Naciones Unidas. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

TOMASSINI, Luciano. "As nações Unidas em um mundo pós-moderno". Contexto Internacional, Vol.17–n.2. Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, jul./dez 95. p. 211–228.

OPERAÇÃO CONDOR. Operação conjunta entre os órgãos de repressão dos países sob ditadura do Cone Sul idealizada pelo coronel Manuel Contreras, chefe da DINA (Dirección de Inteligencia Nacional), a polícia secreta do governo de Augusto Pinochet (v. Serviço Nacional de Informação). Criada a partir de uma reunião entre os principais órgãos de inteligência da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai em Santiago, entre os dias 25 de novembro e 1 de dezembro de 1975, a operação tinha como sede a própria DINA, mas os países membros não estavam submetidos a uma orientação central, tendo liberdade de ação. Um dos principais objetivos da Operação Condor era a montagem de um banco de dados sobre organizações e pessoas envolvidas em atividades políticas de oposição. O ideal chileno era criar uma similar da Interpol na América do Sul, porém, voltada para o combate à subversão (v. Anticomunismo & Revolução).

O *modus operandi* da Operação Condor pode ser dividido em três fases: aquela dedicada à formação de um banco de dados acerca da subversão e, para tanto, foram criados códigos que impedissem a compreensão da mensagem caso ela fosse interceptada por algum membro estranho à Operação; aquela marcada pela existência de ações conjuntas em território dos países membros e, através dela, foi possível a troca de prisioneiros sem qualquer registro oficial de entrada ou saída do país, assim como o envio dos agentes de investigação; e terceira, e última, fase tinha como objetivo formar equipes que atuassem em qualquer parte do mundo no combate aos “inimigos” (v. *Baderna*). O caso mais vultoso desta etapa diz respeito ao assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro do governo de Salvador Allende (Chile), em Washington, no dia 21 de setembro de 1976, através da explosão de uma bomba controlada por controle remoto. Para a execução de atentados de tal tipo, os países membros da Operação forneciam placas de carros falsas, assim como documentos e vistos de viagem também falsificados.

A existência de uma operação como a Condor só foi possível graças à ausência de fronteiras ideológicas uniformizadas pela doutrina da segurança nacional, que estabeleceu o comunismo internacional como o inimigo a ser combatido (v. *Guerra Fria e a Direita Norte-Americana*). Além disso, a impunidade e a conivência norte-americana — influenciada pelo contexto da *Guerra Fria* — foram fatores fundamentais para a atuação deste “Mercosul do terror” (v. *Operação Condor e Memória*).

Samantha Viz Quadrat

Referências Bibliográficas:

GUENA, Márcia. Arquivo do Horror, documentos secretos da ditadura do Paraguai, 1960–1980. São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, 1996.

MARIANO, Nilson Cezar. Operación Cóndor. Buenos Aires, Lohlé-Lumen, 1998.

QUADRAT, Samantha Viz. Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

OPERAÇÃO CONDOR E MEMÓRIA. O esforço dos governos saídos de transições democráticas em promover a união nacional e o esquecimento do passado recente em diversos países da América Latina — o exemplo mais atual é do Chile face à prisão do general Augusto Pinochet — vai ser, entretanto, contrariado pela própria sociedade, insatisfeita com a *grande conciliação* proposta pelos políticos e abalada por uma série de notícias sobre o funcionamento da repressão no continente (v. Ditadura e Memória).

Na Argentina, uma página especialmente brutal da história da ditadura, em meio a tantas brutalidades, lançará luz aos porões da repressão (v. Repressão e Violência). Trata-se do caso do sequestro de recém-nascidos, cujos pais — opositores do regime — foram assassinados. Durante a ditadura, muitas crianças, algumas nascidas nos porões da *Escola de Mecânica de la Armada*, **ESMA**, em Buenos Ayres, foram sequestradas logo após o seu nascimento. Tais crianças foram entregues a casais de militares sem filhos, com documentos forjados pelas autoridades públicas. A ação incansável, meio desesperada, das chamadas *Abuelas de La Plaza de Mayo* — grupo que sucede as *Madres de la Plaza de Mayo* — que buscam os filhos dos seus filhos desaparecidos, pôde identificar até hoje 240 casos de sequestro de crianças, com a recuperação da identidade de 61, das quais 30 optaram por ficar com seus avós naturais, abandonando os pais adotivos. Em dois casos, ao menos, os próprios jovens, na casa dos vinte anos, compareceram em juízo para buscar a sua verdadeira identidade, chamada de *reparación histórica*. O caso do sequestro das crianças, levado perante a justiça civil, foi considerado fora da anistia de 1990 dada pelo presidente Carlos Ménen, levando de volta para a prisão em 1998 os chefes das *Juntas* militares. Assim, buscando punir um dos aspectos da repressão, inúmeros chefes militares e notórios torturadores são chamados a depor, acabando por lançar luz sobre os *anos de chumbo* no continente. Figuras de triste lembrança, como os capitães Astiz e Jorge Acosta são indiciados, assim como os comandantes militares. O capitão Jorge Acosta, *el tigre* (como era conhecido por seu furor em torturar), agia na *Escola Mecânica de la Armada*, onde cerca de cinco mil pessoas foram torturadas e mortas. A notoriedade da *Escola Mecânica de la Armada* acaba por levar o então presidente Carlos Ménen a anunciar a intenção de demolir o prédio e erguer no seu lugar um parque com um monumento: um mastro com a bandeira argentina. O argumento do presidente, provocando indignação nos familiares das vítimas de

Acosta e sequazes, é a necessidade do esquecimento e da união nacional, bem representada na bandeira nacional, símbolo da *reunión nacional*. Os familiares e sobreviventes, ao contrário, desejam transformar o prédio em um museu do horror e da repressão, negando-se a aceitar o esquecimento.

No caso brasileiro, a Nova República negou enfaticamente qualquer apoio em promover uma averiguação sistemática dos crimes da ditadura. Desde os seus primeiros dias, com a doença e morte de Tancredo Neves — a grande esperança de mudanças — e acuados por um sentimento de orfandade, os próceres da Nova República buscaram na Polícia Federal e no Alto Comando as garantias face a uma imaginada comoção social. Os governos Sarney, Collor e Itamar Franco, por sua vez, negaram-se a fazer uma reintegração ampla dos expulsos das forças armadas, assim como de muitos funcionários da administração civil e judiciária. Da mesma forma, o monumento *Tortura Nunca Mais*, cuja construção foi promovida pela associação de mesmo nome, como um projeto doado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi sistematicamente boicotado, tornando-se um símbolo de tudo que a Nova República queria esquecer. Apenas em 1994, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se um processo de indenização das vítimas assassinadas na ditadura. Mais grave ainda, quando foi construído pelos sindicatos um monumento às vítimas assassinadas pela repressão militar durante a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional — uma tentativa de a sociedade civil firmar a memória de um doloroso evento — na cidade industrial de Volta Redonda (no Rio de Janeiro), as forças especiais do exército dinamitaram a estrutura planejada pelo mesmo Oscar Niemeyer. O surpreendente é que o ato terrorista se deu em plena transição democrática no governo Sarney e mostrou a persistência da ação terrorista de uma instituição pública, assim como a sua autonomia face a uma política que buscasse a conciliação. A ação do exército — denunciada pelo capitão Dalton de Mello Franco, banido da instituição por ter se negado a obedecer às ordens do seu comando — foi realizada em conexão com o crime organizado, que forneceu os explosivos, visando despistar qualquer investigação. Por sinal, a associação entre a repressão e a criminalidade floresce na transição, com ex-torturadores assumindo o controle do jogo e do lenocínio. Muitas figuras do regime anterior terão seus nomes envolvidos no tráfico de armas, inclusive para traficantes de drogas.

Outro aspecto da ação repressiva, não coberta pelas autoanistias, surge do trabalho de um advogado paraguaio, o ex-presos político Martín Almada. Através de um trabalho incansável, Almada localizou um amplo arquivo da repressão no continente — o chamado *Arquivo do Terror* — relacionando os serviços secretos da Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Brasil, sob coordenação da temível polícia política chilena, a DINA, e montados pelo SNI brasileiro. Sob inspiração direta do general Augusto Pinochet e com técnicas e incentivos brasileiros, organizou-se no continente a Operação Condor, visando dar caça em todos os países do Cone Sul (e mesmo mais além, inclusive nos Estados Unidos) aos opositores políticos, privando-os, assim, de qualquer refúgio no continente (v. Ditadura e Violência). Armava-se uma verdadeira *multinacional da repressão*, sob a batuta do mais cruel dos ditadores do continente, Augusto Pinochet. A sua prisão em Londres, sob mandato do juiz espanhol Baltazar Garzón, trazia a esperança não só de superar a secular impunidade vigente no continente, como também de se lançar uma nova luz sobre as ações clandestinas de suas ditaduras. Da mesma forma, um interrogatório formal de Pinochet poderia esclarecer a atuação da CIA na preparação e treinamento dos agentes da repressão, inclusive relacionando figuras notórias da política americana, como o ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger (v. Segurança Nacional & Guerra Fria). A surpreendente decisão de o ministro britânico Jack Straw querer libertar Pinochet por motivos médicos — desmentidos pelas ações do mesmo em menos de vinte e quatro horas — foi negociada meses antes na cúpula do Mercosul e da União Europeia, com interferência dos Estados Unidos, Argentina, Brasil e do próprio Chile e Grã-Bretanha. O medo que envolvia as lideranças destes países provinha da possibilidade de um interrogatório público de Pinochet levar aos verdadeiros responsáveis pela Operação Condor tanto na CIA quanto no Serviço Nacional de Informação (SNI). Assim, evitava-se que os diversos envolvidos com a repressão das ditaduras no continente (a *Junta* argentina, Alfredo Stroessner do Paraguai, João Figueiredo do Brasil e o próprio Pinochet) pudessem ser responsabilizados por crimes cometidos para além das fronteiras nacionais — violando a soberania de estados nacionais — e não cobertos pelas anistias. O trágico da situação baseia-se na argumentação de vários líderes latino-americanos (Chile, Uruguai, Brasil e Argentina) de que um julgamento aberto e correto feria a soberania nacional e mostrava-se como um neocolonialismo (v. Democracia).

As notícias envolvendo o sequestro de crianças, a existência da *multinacional do terror* e a tentativa de destruição de arquivos e lugares de memória da ditadura são, em grande parte, obra de um jornalismo investigativo praticado por jovens profissionais. Isto provocou uma verdadeira *fome de história* no continente, com o surgimento de filmes, livros e documentários sobre os *anos de chumbo*, opondo uma memória militante ao esquecimento oficial. A este jornalismo investigativo corresponde um relativo silêncio por parte das pesquisas acadêmicas e universitárias. Apenas nos últimos anos alguns centros de investigação histórica, em particular os arquivos responsáveis pela guarda da documentação das ditaduras, começaram a desenvolver projetos visando a recuperação de uma memória ameaçada (e ameaçadora para alguns). (v. Transições Tuteladas). Assim, o trabalho parece se dirigir a dois campos fundamentais: por um lado, a recuperação e salvaguarda dos arquivos e acervos sobre as ditaduras e sua atuação (ameaçados no Brasil, Argentina, Chile e Paraguai), assim como a garantia de livre acesso dos pesquisadores; por outro, a preservação dos lugares de memória e a promoção do debate sobre o papel dos monumentos como marcos na luta contra o esquecimento. Desta forma, na Argentina e no Brasil, o debate se centra na preservação da *Escola Mecânica de la Armada* em Buenos Ayres e da *Sede da Polícia (a Relação)* no Rio de Janeiro, locais de tortura e mortes, assim como na identificação de lugares de referência para a memória do tempo presente. Da mesma forma, o trabalho incansável da imprensa nos diversos países do Cone Sul em busca da verdade sobre a Operação Condor constituiu-se em base fundamental de estabelecimento de uma memória militante contra o esquecimento oficial (v. Fascismo).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário, 1968–1978. Bauru, EDUSC, 1999.

CARVALHO, Alessandra. Do Autoritarismo à Democracia. Rio de Janeiro, IFCS/PPGHIS, dissertação de mestrado, 2000. (mimeo.)

QUADRAT, Samantha Viz. Poder e Informação: O sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/PPGHIS, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

RESNICK, Luís. A polícia política no Brasil do Pós-Guerra. Rio de Janeiro, IUPERJ, tese de doutoramento, 2000. (mimeo.)

O GLOBO. "Símbolo da Tortura Mobiliza a Argentina", 09.01.98.

O GLOBO. "Carrasco da ditadura argentina se entrega", 30.12.1998.

JORNAL DO BRASIL. "Mais um militar é preso na Argentina", 30.12.1998.

JORNAL DO BRASIL. "Polícia argentina prende torturador", 14.01.1999.

TRES PUNTOS (Buenos Ayres). "Astiz habla!", 28.12.1998.

OPERAÇÃO EUTANÁSIA. Antes de os nazistas chegarem ao poder, já se discutia na Alemanha, assim como em outros países europeus, a questão da eliminação de indivíduos considerados incapacitados (v. Alteridade & Ideologia). Em 1920, o jurista Karl Binding e o psiquiatra Alfred Hoche apresentaram propostas neste sentido no livro *Die Freigabe der Vernichtung lebensunwerten Lebens (Permissão para Destruição da Vida Indigna de ser Vivida)*. (v. Conservadorismo). Durante o período entreguerras, os debates em torno destas questões cresceram na sociedade alemã, principalmente a partir de argumentos que defendiam a redução de custos do Estado com a manutenção de deficientes físicos e mentais (v. Asilo & Totalitarismo).

Em julho de 1933, apenas alguns meses após Hitler ter sido nomeado chanceler, foi promulgada na Alemanha a Lei sobre Prevenção da Transmissão de Doenças Hereditárias, primeira demonstração no poder do caráter eugênico do Nacional-Socialismo (v. Leis de Nuremberg). O seu texto estabelecia a esterilização compulsória nos casos de debilidade mental inata, esquizofrenia, epilepsia, insanidade maníaco-depressiva, epilepsia e alcoolismo grave (v. Homossexualidade e Fascismo). A partir de 1938, todos os nascimentos de crianças com deformações ou problemas mentais passaram a ser comunicados compulsoriamente. Nos doze anos de existência do Terceiro Reich, presume-se que 300. 000 pessoas tenham sido submetidas à esterilização forçada (v. Eugenia & Natureza).

À medida que os investimentos em rearmamento cresciam na Alemanha, os gastos com asilos e hospitais passaram a ser criticados não só pelos dirigentes nazistas, como também por profissionais do meio médico.

A eliminação dos “seres inferiores” passou a ser considerada como uma solução imediata e a propaganda, a cargo de Joseph Goebbels, não poupou esforços para quebrar a barreira moral da sociedade contra estas ideias. Com esse propósito, em 1938, foi lançado nos cinemas o filme *Eu Acuso! (Ich klage an!)*. (v. AIDS & Inimigo). Envolvendo a questão familiar em torno de uma mulher acometida de múltipla esclerose, o enredo mostra o desespero do marido ao conviver com a piora do quadro da esposa. A doença evoluiu a ponto de torná-la praticamente uma inválida, o que levou o marido a ministrar-lhe uma injeção fatal. A questão acaba sendo encaminhada para um tribunal, onde os argumentos a favor da eutanásia são abordados de forma didática e tendenciosa (v. Família).

Hitler confiou o projeto de eliminação dos considerados seres inferiores à direção do Doutor Philipp Bouler. Eufemisticamente chamado de **Operação Eutanásia**, o programa foi lançado secretamente, junto à irrupção da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939. Tendo como um dos principais centros de operação o número 4 da *Tiergartenstrasse*, em Berlim, ficou por isso conhecido pelo código T-4, contando com um comitê de especialistas formado por vinte e cinco psiquiatras. Através de transferências manipuladas por médicos identificados com o programa, pacientes oriundos de diversos hospitais eram encaminhados aos institutos, onde a operação era executada. A maior parte deles era transportada por uma divisão especial da SS, a GEKRAT, criada especialmente para este fim.

Estima-se que a Operação Eutanásia, entre janeiro de 1940 e agosto de 1941, tenha eliminado cerca de 70.000 pessoas. A técnica utilizada era a asfixia por monóxido de carbono, já que em muitos asilos e hospitais as câmaras de gás haviam sido instaladas exatamente com este objetivo (v. Holocausto). Após a incineração dos corpos em fornos crematórios, os familiares recebiam uma carta do Ministério do Interior, esclarecendo que poderiam receber os restos mortais, caso desejassem (v. Autoritarismo & Ditadura).

Apesar de o programa ser mantido em sigilo, alguns de seus aspectos acabaram vindo a público. Ainda em 1940, círculos religiosos protestantes já

havam se pronunciado, enviando pedidos de esclarecimento ao Ministério do Interior. Os efeitos das vitórias militares nazistas, entretanto, atenuaram qualquer oposição mais consistente. Em um curto espaço de tempo, figuras proeminentes do alto clero católico alemão também se pronunciaram, se bem que de forma mais aberta. O caso mais notório foi o do bispo de Munster, Clement August von Galen, que através de sua oratória vibrante denunciava a Operação Eutanásia como assassinato, sendo seguido em suas críticas por outros bispos alemães. Muitos dos sermões de Galen — logo conhecido como Leão de Munster — foram reproduzidos e difundidos por toda a Europa, em muitos casos por jornais clandestinos.

Os efeitos do programa sobre a opinião pública foram absolutamente desastrosos. Mesmo para os mais ardorosos defensores do regime, a eliminação dos incapacitados envolvia o caso dos feridos na Primeira Guerra Mundial, considerados verdadeiros semideuses da nação. Nesta hora, a própria cúpula nazista divergiu a respeito do programa. Himmler e Keitel eram favoráveis à interrupção das operações, enquanto Bormann acreditava que a eliminação de von Galen arrefeceria os ânimos da oposição. Na visão de Goebbels, eliminar o bispo seria transformá-lo em um mártir, correndo-se o risco de perder o apoio da população católica da Westfalia em um momento crítico da Segunda Guerra: o da invasão da União Soviética (v. Pacto Anti-Komintern). Por outro lado, argumentava, a própria população católica do Reich aumentara muito depois da anexação da Áustria — *Anschluss* — em 1938. Hitler concordava com Goebbels, tendo enviado em 24 de agosto de 1941 uma carta à Chancelaria, em que dava por encerrado o programa. Desde que chegara ao poder, sete anos antes, o Führer não havia sofrido um revés tão significativo, tomando isso, segundo os elementos mais próximos a ele, como uma derrota pessoal.

Mesmo com o anúncio oficial do fim da Operação, os antigos pacientes dos hospitais onde o programa havia sido desenvolvido continuavam sob ameaça constante. Se a morte por gás fora descartada, a estratégia agora era reduzir drasticamente as provisões alimentares ou eliminar crianças mongoloides com injeções letais. Paralelamente, muitos dos especialistas da Operação Eutanásia, conhecedores das técnicas de extermínio com gás, acabaram sendo transferidos para a Polônia, onde a Solução Final começou a ser implementada (v. Campos de Concentração). Esta foi encarada por alguns ideólogos do

regime como modelo paradigmático de Eutanásia Racial (v. EICHMANN, O Caso & Fascismo).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

LEVISSE-TOUZÉ, Christine; MARTENS, Stefan (orgs). Des Allemands contre le Nazisme. Paris, Éditions Albin Michel, 1997.

MÜLLER HILL, Benno. Science nazie, Science de Mort. Paris, Éditions Odile Jacob, 1989.

REEVES, Nicholas. The Power of Film Propaganda: Myth or Reality? New York, Cassel, 1999.

SEMELIN, Jacques. Sans armes face à Hitler. Paris, Éditions Payot, 1989.

OPOSIÇÃO/SITUAÇÃO. O termo oposição é um dos conceitos críticos em qualquer teoria da democracia, ou melhor, ele expressa uma característica fundamental da própria política. Alguns teóricos clássicos desta disciplina, como, por exemplo, Carl Schmitt, postula como essência da política a relação didática entre amigo-inimigo (v. Teoria Amigo-Inimigo). Nessa tradição teórica, o termo oposição adquire significado de luta ou guerra, entre grupos ou nações. A intenção primordial desta abordagem é a de distinguir o conflito tipicamente político de outros tipos de conflitos sociais e psicológicos. O conflito político seria aquele cuja intensidade colocaria os atores em situação beligerante, diante da qual somente o uso da força solucionaria o conflito. Não é este, entretanto, o conceito de oposição de uso mais corrente na literatura política. O significado contemporâneo deste termo decorre diretamente da expansão dos regimes democráticos do ocidente desde o final do século XIX, cujos traços característicos formam a inclusão universal dos cidadãos adultos na condição de atores políticos — com direito de votarem e de serem votados por seus pares — e a institucionalização de regras e normas que regu-

lam o comportamento destes atores na *polis* (v. Sociedade Civil). A partir de então, a tradição conservadora no pensamento político, especialmente aquela de origem norte-americana, vê na oposição um elemento essencial não da beligerância política, mas da estabilidade e equilíbrio dos sistemas democráticos (v. Governabilidade & Sindicato). A oposição política, normalmente concebida como oposição parlamentar, faz parte da regra primeira do regime democrático: garantir a legitimidade do poder da maioria na medida em que garante a expressão da minoria. A essa cabe aceitar e obedecer às decisões da maioria como decorrência do contrato constitucional anterior ao jogo político. Nesta tradição intelectual, não há lugar para a oposição política além das fronteiras constitucionais que regulam o regime, como, por exemplo, aquela que contesta de forma revolucionária a legitimidade das próprias regras do jogo político (v. Ditadura & Revolução). Recentemente, um dos pensadores políticos mais expressivos da tradição conservadora, Robert A. Dahl (1966), elaborou um artifício analítico para classificar comparativamente os vários modelos de oposição decorrentes das características ou traços da organização política dos regimes democráticos. O seu esquema analítico privilegia, entre outras dimensões, o grau de concentração dos opositores, a visibilidade distintiva da oposição, os seus objetivos e estratégias. Tomando-se estas dimensões como referência, R. Dahl tenta descrever e interpretar as várias formas de oposição nos sistemas democráticos contemporâneos. Este modelo analítico é potencialmente frutífero para a análise das condições que definem a forma, por exemplo, da oposição vigente — se de caráter parlamentar ou extraparlamentar, se mais ideológica, globalizante ou orientada para mudanças estruturais, se instrumental ou tópica — e, desta maneira, procede-se em relação a outras características da oposição em um dado sistema político (v. Ideologia). De qualquer forma, todas as formas de oposição são vistas como elementos internos e não ameaçadores do pacto constitucional (v. Baderna & Liberalismo).

Antonio Augusto Pereira Prates

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia: Uma Defesa das regras do Jogo. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

DAHL, A. Robert. Political Opposition in Western Democracies. New Haven, Yale University Press.

DAHL, A. Robert. Democracy and its Critics. New Haven, Yale University Press, 1989.

ALFORD, R. Robert; FRIEDLAND, Roger. Powers of Theory: Capitalism, the State and Democracy. London, Cambridge University Press, 1985.

ORDEM, A. Na década de 1920, a crescente urbanização, a secularização da cultura e a emergência do PCP enfraquecem a liderança tradicional do catolicismo. (v. Urbanismo). Para fazer frente a esse contexto de mudanças, D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, lidera o movimento de mobilização das forças católicas. Esse movimento teve como desdobramentos a criação do Centro D. Vital (1920) e da revista *A Ordem*, ambos sob a direção de Jackson de Figueiredo. *A Ordem* tem três fases distintas: fase Jackson de Figueiredo, fase Tristão de Athayde e fase da Ação Católica (v. Modernismo no Catolicismo).

De 1921 a 1928, dirigida por Jackson de Figueiredo, a revista assume uma linha predominantemente político-doutrinária. A proposta era de reagir ao liberalismo, ao socialismo, à revolução e às demais religiões (v. Intransigentismo). Opõem-se aos comunistas, tenentistas, protestantes, espíritas e maçons (v. Maçonaria). Inspirada no pensamento tradicionalista europeu de Joseph de Maistre, Louis de Bonald, Donoso Cortês e Charles Maurras, a revista defende a ordem, a autoridade, a contrarrevolução. O governo Artur Bernardes é identificado como reação à onda revolucionária. Nesta fase, uma das palavras de ordem da publicação é: “*A pior legalidade é ainda melhor do que a revolução*”.

Ao assumir a direção do Centro Dom Vital em 1928, Tristão de Athayde transforma *A Ordem* numa revista de cultura católica. A filosofia e a sociologia, particularmente a análise do caráter nacional brasileiro, são objetos de estudos constantes. Entre 1929 e 1930, a revista confere pouca ênfase aos assuntos políticos, reafirmando o caráter não partidário da Igreja. A partir de março de 1931, surge uma nova sessão de crônica política, assinada por Sobral Pinto.

Nela, critica-se a Revolução de 1930, o militarismo, a ideologia sindicalista, defendendo-se a reconstitucionalização do país como obra cristã (v. Sociedade Integral). Por pressões do governo, essa sessão é encerrada em outubro de 1933. Em dezembro de 1931, é inaugurada a estátua do Cristo Redentor no Corcovado. O evento é transformado em demonstração popular religiosa. Nesta ocasião, a revista transcreve o documento enviado a Vargas, no qual a Igreja apresenta as suas reivindicações e defende o direito de intervenção na ordem política (v. Autarquia). Em 1932, através da Liga Eleitoral Católica, a Igreja articula-se com a ordem política, fazendo os seus próprios candidatos. Neste mesmo ano, é criado o Instituto Católico de Estudos Superiores.

A partir de 1935, através da Ação Católica, a revista passa a defender a união entre o clero e os leigos. Apela para a atuação social como uma necessidade moral (v. Catolicismo Social). A revista insiste na distinção terminológica entre ação de católicos e Ação Católica. Argumenta que o ideal é que a atuação dos católicos esteja vinculada à hierarquia eclesiástica (v. Comitês Anticomunistas). Em 1937, reforçando a carta pastoral de D. Sebastião Leme, em que denuncia o comunismo ateu, *A Ordem* publica vários artigos advertindo contra a ameaça universal do comunismo (v. Anticomunismo). Baseando-se nas ideias do filósofo Jacques Maritain, busca-se conciliar a unidade cristã com o pluralismo político: *A Ordem* apresenta-se como defensora do estado ético corporativo. A partir daí, é crescente a participação da Igreja no governo Vargas. *A Ordem* identifica-se com os princípios dos regimes autoritários, tais como: hierarquia, dever, ordem, autoridade, mas condena a hipertrofia do Estado e se constituiu num dos principais veículos de difusão da ideologia do grupo católico conservador (v. Casamento & Estatismo). Teve uma continuidade expressiva na vida editorial brasileira, considerando-se que foi lançada em 1921 e, embora com periodicidade bastante irregular, conseguiu chegar aos anos de 1980 (v. Conservadorismo).

Monica Velloso

Referências Bibliográficas:

TODARO, Margareth Patrices. Pastors, prophets and politicians: a study of brazilian Church, 1916-45. Columbia University, PhD, 1971.

VELLOSO, Monica Pimenta. A ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. In: Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, FGV, 21(3), 1978.

ORTEGA Y GASSET, José (Madri, 1883 – Santillana de Mar, 1955). Filósofo e político espanhol nomeado em 1910 após o retorno dos estudos da Alemanha, professor de Metafísica na Universidade de Madri. Pertenceu à chamada Geração de 1898, um grupo de intelectuais disposto a pensar a realidade do atraso cultural da Espanha. O conjunto de suas obras abrange filosofia, estética, política, teoria da história, sociologia, crítica literária, etc. Desde seus estudos na Alemanha, dedicou-se a direcionar o seu pensamento às circunstâncias vistas e vividas na Espanha. Nunca se afastara da estética como uma questão política e afirmava que aos espanhóis *la salvación* viria por uma associação entre estética e política, e esta é a perspectiva teórica que culmina em 1914 (v. Modernismo nas Artes). O autêntico manifesto de sua geração é o discurso pronunciado num teatro de Madri sob o título de *Vieja y Nueva Política*. Neste, a convicção de que o problema político da Espanha é um problema de falseamento sobre os mitos que reforçam a prescrita identidade espanhola faz com que o filósofo se dedique a uma nova abordagem sobre o casticismo (v. Europa). Ainda no ano de 1914, rompendo definitivamente com a visão de uma trágica realidade espanhola proposta por Miguel de Unamuno, publica *Meditaciones del Quijote* e, desde já, propõe a salvação da circunstância espanhola por meio do resgate da alma de Dom Quixote, de seu entusiasmo e de sua coragem (v. Guerra). No âmbito político, participaria da fundação da *Liga de Educación Política* em 1913, unindo-se ao Partido Reformista (v. Revolução).

Durante a ditadura de Miguel Primo de Rivera (1923 – 1929), a produção de Ortega y Gasset foi abundante, começando com *España Invertebrada* (1923) e terminando com o clássico *La rebelión de las massas* (1929). Nesse período, o filósofo foi acusado por seus adversários de “colaboracionista” com o regime. Entretanto, a sua demissão da Universidade de Madri em 1929 esclareceria com fatos a sua prática situacionista (v. Oposição/Situação). Sem dúvida, a sua posição ambígua em relação à ditadura contrastava com figuras como as

de Unamuno, Blasco Ibañes e Valle-Iclán, que a todo momento se colocavam contra a intervenção militar (v. Militarismo). Numa época de intensa agitação, nos artigos de *La rebelión de las massas*, o filósofo atribui a crise da cultura ocidental à dominação das massas desprovidas de qualquer compreensão a respeito da fragilidade da civilização ou de seu caráter trágico (v. Ocidente). Todavia, o filósofo projetava uma sociedade entregue ao comando dos mais sábios, dotados de uma razão suficientemente clara, capazes de identificar a civilização contemporânea como um produto do desenvolvimento histórico e não como a conquista singular de uma época (v. Autoridade). Ortega y Gasset propunha uma sociedade entregue ao comando dos mais sábios e capazes, minimizando o confronto das massas com essas minorias num processo recorrente de culturalização e de naturalização (v. Autarquia).

Desde a *Liga de Educación Política* até a *Agrupación al Servicio de la República* em 1931, Ortega y Gasset contribuiu em vários diários, muitos dentre eles sob sua orientação, influenciando decisivamente na opinião pública de seu tempo. Suspenso da Universidade em 1929 pelo ditador Primo de Rivera, seria eleito deputado pelas Cortes Constituintes da II República em 1931, afastando-se da política parlamentar dois anos mais tarde para nunca mais retornar. De 1936 a 1945, exilar-se-ia da Espanha sem interferir diretamente na vida política. Mesmo sem nunca ter se associado diretamente a uma ideologia de direita — ainda que habitassem em sua órbita figuras representativas da direita quando esteve na vida parlamentar como deputado das Cortes — Ortega y Gasset sofreria uma série de apropriações por parte dos membros da Falange. José Antônio Primo de Rivera recuperaria algumas das suas ideias. Os seus anos de vida parlamentar foram definidos pelo historiador Ramón Tamames como *Bienio transformador*. Ortega y Gasset aspiraria, numa conferência intitulada *Rectificación de la República*, à organização de uma República espanhola, propondo a fundação de um *Partido Nacional* de coalizão aos moldes de um difuso nacionalismo orgânico e anticlassista de rígida disciplina interna, do qual compactuassem trabalhadores e empresários (v. Corporativismo: Teoria). Esta ideia associaria por um bom tempo a imagem do filósofo aos estertores do fascismo (v. Conservadorismo & Franquismo).

Francisco Rogido Fins

Referências Bibliográficas:

MORÁN, Gregorio. "El maestro en el erial: Ortega y Gasset y la cultura del franquismo". In Colección Andanzas. Barcelona, Tusquets Editores S.A, 1998.

ORTEGA Y GASSET, José. "La rebelión de las masas". Madrid, Alianza Editorial S.A., 1994.

ORTEGA Y GASSET, José. "Discursos políticos". Madrid, Alianza Editorial. S.A., 1990.

ORTEGA Y GASSET, José. "Meditación sobre la técnica". In Colección El Arquero. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1966.

ORTEGA Y GASSET, José. "História como Sistema". In Colección El Arquero. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1975.

P

PACTO ANTIKOMINTERN. O Pacto AntiKomintern, assinado entre a Alemanha nazista e o Japão em Berlim a 25 de novembro de 1936, foi um elemento importante para a constituição do Eixo. O seu significado ideológico é explícito, mas não exclusivo, na medida em que envolvia também interesses político-estratégicos bem definidos (v. Geopolítica). O caráter ideológico anticomunista do Pacto vincula-se ao contexto da época, na medida em que se apresenta como resposta ao VII Congresso da Komintern (Internacional Comunista, ou III Internacional) e sua política de frente única antifascista (v. Frentes Populares Antifascistas no Brasil). Deve-se levar também em consideração o fato de que foi firmado durante o acirramento da Guerra Civil Espanhola. Explicitamente, o Pacto constava de três artigos: o primeiro manifestava a concordância alemã e japonesa em trocar informações sobre as atividades da Komintern e em adotar medidas contra ela; o segundo fazia um apelo a outras nações que viessem a ser ameaçadas para adotar medidas defensivas semelhantes; finalmente, o terceiro estabelecia um período de cinco anos de validade para o pacto (v. Imperialismo). Esse não fazia nenhuma menção ao Estado Soviético. Contudo, ele comportava também três cláusulas secretas, cujo preâmbulo destacava estar o governo soviético orientando e estimulando a estratégia da Internacional Comunista, pretendendo inclusive

empregar o Exército Vermelho para tal fim. Sucintamente, os três artigos estabeleciam um compromisso entre a Alemanha e o Japão de manterem consultas mútuas em caso de ameaça ou ataque por parte da URSS. A Itália aderiu ao Pacto em janeiro de 1937 e a Espanha em janeiro de 1939 (v. Anticomunismo). O resultado prático da dimensão ideológica do Pacto AntiKomintern foi o estabelecimento de uma ação coordenada dos órgãos policiais e serviços secretos contra as organizações e os militantes de esquerda, que resultaram em milhares de prisões e mortes (v. Autoritarismo & Tortura). É conveniente ressaltar que tal ação não se restringiu apenas aos governos signatários e aos elementos socialistas-comunistas, pois, ainda que informalmente, a colaboração estendeu-se a outros países, inclusive liberal-democráticos, e também se dirigiu contra elementos antifascistas “indesejáveis” e não esquerdistas (v. Inimigo).

A par de formalmente contrapor-se à suposta “ameaça vermelha”, o Pacto servia claramente como instrumento de afirmação de facções alemãs e japonesas interessadas em sobrepujar os grupos políticos conservadores tradicionais que controlavam a diplomacia e limitavam os interesses dos setores militares de ambos os países (v. Militarismo). Prova disto é que as negociações foram iniciadas e desenvolvidas sem conhecimento do ministro de Relações Exteriores do Reich, o barão Von Neurath (favorável à aliança com a China) e do embaixador japonês em Berlin, Mushakoji. Os contatos foram iniciados pelo comerciante alemão Friedrich Hack, que informou ao adido militar japonês em Berlin (Major-General Oshima) que *Herr Ribbentrop* (que na época não era ministro do Exterior) e a cúpula nazista estavam interessados numa aliança com o Japão. Para a Alemanha, então desenvolvendo sua política expansionista, o pacto representava uma espécie de legitimação internacional como “cruzado anticomunista” do mundo cristão (v. Fascismo na Alemanha & HITLER, Adolf). Isto também era válido para o Japão que, além disso, buscava no Terceiro Reich um aliado militar expressivo para a sua política de neutralização da URSS na Ásia. Para o exército nipônico, particularmente, tal aproximação era fundamental como forma de afirmar-se face a um governo que considerava vacilante frente à situação social interna e à política em relação à China. Quanto ao primeiro aspecto, é importante ressaltar que os efeitos da Grande Depressão de 1929–1933 foram particularmente severos no Japão, agravando a situação sociopolítica com o incremento da mobilização

dos trabalhadores e forças de esquerda e com a tentativa de golpe militar de extrema-direita (formalmente fracassada, mas que reforçou a posição do exército). (v. Fascismo no Japão). Com relação à China, multiplicavam-se os incidentes. O exército desejava um conflito armado, pois temia os crescentes sinais de aproximação entre o Partido Comunista e o Kuomintang para o estabelecimento de uma frente antijaponesa. Para uma ação mais decisiva contra os chineses, era necessário manter a URSS neutralizada, como forma de garantir o flanco norte das forças nipônicas. Assim, alguns meses depois de assinado o Pacto, produziu-se o Incidente da Ponte Marco Polo, em Pequim, desencadeando a Guerra Sino-Japonesa. Esta longa guerra, ironicamente, criou condições para o triunfo da Revolução Chinesa, produzindo resultados opostos aos pretendidos pelo pacto.

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Histoire Diplomatique de 1919 a nos jours. Paris, Dalloz, 1978.

MAISKI, I. Quem ajudou Hitler. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

RENOUVIN, Pierre. Historia de las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX. Madrid, Akal, 1982.

TAYLOR, A. J. P. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

VIZENTINI, Paulo. A Segunda Guerra Mundial (1931–1945). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.

PACTO GERMANO-SOVIÉTICO. Constitui um dos acordos diplomáticos mais polêmicos do século XX e é enfocado geralmente de forma passional e maniqueísta. Acadêmicos e políticos liberais e de certas correntes de esquerda argumentam, a partir de um enfoque predominantemente ideológico, que se tratou de um “pacto de ditadores” que teria sido responsável pela destruição do Estado polonês e pelo desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Contudo, raramente leva-se em consideração tanto a percepção da

política anglo-francesa de *apaziguamento* pela diplomacia soviética quanto os aspectos tático estratégicos da direita fascista. Para uma compreensão minimamente objetiva a respeito do Pacto, é indispensável analisar a conjuntura internacional dos anos de 1930.

Em primeiro lugar, é necessário identificar os interesses em jogo e as forças em luta. Muito mais do que o enfrentamento entre “democracias e ditaduras”, deve-se pensar numa diplomacia triangular fortemente condicionada pelos efeitos sociais e econômicos da Grande Depressão. Os países do Eixo foram os mais afetados e buscavam uma revisão do *status quo* internacional, enquanto as metrópoles coloniais europeias (depois reforçadas pelos EUA) oscilavam entre enfrentar o desafio econômico representado por uma possível expansão dos primeiros sobre suas áreas de influência e a cooperação com eles visando a contenção dos conflitos sociais na Europa e na própria URSS. Esta, por sua vez, oscilava entre conter a Alemanha nazista através de uma aliança com a Inglaterra e a França (Segurança Coletiva, via Liga das Nações) ou isolar-se para manter-se fora da guerra, explorando as rivalidades intercapitalistas. De fins de 1933 até meados de 1939, a primeira opção foi dominante durante a gestão de Litvinov à frente da diplomacia soviética. Contudo, à medida que a política anglo-francesa de *apaziguamento* (*apeasement*), liderada pelo primeiro-ministro Chamberlain, deixava espaço para o fortalecimento e expansão da Alemanha, Stalin passou a considerar a segunda opção (v. Pangermanismo & Reich). A política de Londres e Paris em relação à Guerra Civil Espanhola e ao Acordo de Munique, através do qual os Sudetos tchecos foram entregues à Alemanha, reforçaram a percepção soviética de que esta diplomacia estava voltada a preparar uma invasão alemã à URSS, que no mesmo ano sofrera um ataque japonês em Lago Kassin, no Extremo Oriente. Em março de 1939, Hitler anexou o restante da república tcheca, impôs um acordo que lhe dava o controle sobre a economia da Romênia (na fronteira soviética) e rompia o acordo de não-agressão com a Polônia, exigindo a entrega de Dantzig. Logo depois, a Alemanha ocupou parte da Lituânia (v. CHURCHILL, Winston Leonard Spencer).

A resposta da França e da Grã-Bretanha foi apenas retórica, mas o Kremlin lançou uma última tentativa de aliança militar com esses países, enquanto, simultaneamente, Molotov (adepto do isolamento) assumia a diplomacia soviética e iniciava conversações secretas paralelas com a Alemanha. É preciso também lembrar que o Japão estava desencadeando simultaneamente

operações militares contra a URSS na Mongólia (v. Pacto AntiKomintern). Os governos anglo-franceses, sem se preparar militarmente, enviaram a Moscou diplomatas e militares de segundo escalão, sem poder de decisão, para conversações que se arrastavam, enquanto a ditadura polonesa se negava a aceitar ajuda soviética contra Hitler. Stalin concluiu que Chamberlain pretendia jogar sua última cartada, permitindo que a *Wehrmacht* ocupasse a Polônia, atingindo a fronteira soviética, e, muito provavelmente, atacasse a União Soviética. Foi então que os soviéticos fizeram o seu grande lance diplomático: Molotov ofereceu bruscamente à Alemanha um Pacto de Não Agressão, assinado em 24 de agosto de 1939, o qual deixou a Itália e o Japão confusos. Liberais, trotskistas, social-democratas e os governos conservadores da França e Inglaterra, numa única voz, condenaram “a traição de Stalin”. Para este, tratava-se de “virar Hitler para o Oeste”, dando uma resposta ao Acordo de Munique e ganhando tempo para preparar-se militarmente (v. Geopolítica). O item secreto de “partilha” da Polônia devolvia à URSS os territórios etnicamente russo-ucranianos, a leste da Linha Curzon, que os poloneses haviam ocupado militarmente em 1920, o que aumentava simultaneamente a zona defensiva soviética em 200 km (v. Völkisch). Para Hitler, era uma oportunidade de explorar a debilidade (e a tolerância...) anglo-francesa, visando ampliar a sua expansão e melhor preparar-se militarmente. Além disso, os acordos econômicos com a URSS possibilitariam contornar um possível bloqueio comercial ocidental. No fundo, foram as rivalidades imperialistas que levaram Hitler a não desejar ser apenas um peão da política antissoviética dos Aliados e sim utilizá-las como parte de sua própria estratégia (v. Império).

O Pacto Germano-Soviético, ainda que celebrado entre os inimigos extremos, constituiu uma vitória tática inegável enquanto instrumento de defesa da URSS. O erro da liderança stalinista (carente de legitimação) veio depois, ao tentar justificá-lo como estratégia. Além disso, teve um elevado custo político para o movimento comunista, que ficou paralisado por dois anos até a URSS ser atacada, período durante o qual a direção soviética negligenciou medidas necessárias para a defesa. Isto se deve tanto à tentativa de “não provocar a Alemanha” quanto de haver, de certa forma, assumido teoricamente como estratégia uma medida apenas tático-diplomática que considerou a Segunda Guerra meramente um conflito interimperialista (v. Imperialismo).

Paulo Fagundes Vizentini

Referências Bibliográficas:

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Histoire Diplomatique de 1919 a nos jours. Paris, Dalloz, 1978.

MAISKI, I. Quem ajudou Hitler. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

RENOUVIN, Pierre. Historia de las Relaciones Internacionales: Siglos XIX y XX. Madrid, Akal, 1982.

TAYLOR, A. J. P. A Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

VIZENTINI, Paulo. A Segunda Guerra Mundial (1931–1945). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.

PAES, Sidônio Bernardino Cardoso da Silva (1872-Coimbra/1918-Lisboa). Professor de matemática na Universidade de Coimbra e oficial de artilharia, ainda estudante conspirou contra a monarquia em 1891. Deputado na Assembleia Nacional Constituinte de 1911 e ministro do Fomento do primeiro governo constitucional republicano chefiado por João Chagas. Foi representante do governo nas manifestações do primeiro aniversário da implantação da república, tendo assinado o auto do lançamento da primeira pedra para o monumento comemorativo da revolução republicana em 1910 (v. Conservadorismo). Em 17/8/1912, foi nomeado ministro (embaixador) de Portugal em Berlin, cargo que desempenhou até que a Alemanha declarou guerra a Portugal em 9/3/1916. Durante a sua permanência em Berlin, Sidônio Paes deslumbrou-se com a grandeza militar, com o aparato das paradas, com as exibições marciais, com a obediência, a disciplina e a passividade de quase todo o povo alemão perante os poderes do Estado (v. Estatismo). A sua simpatia pela Alemanha levou alguns autores a apontarem que deve ter derivado daí a sua paixão pelo presidencialismo. Filiou-se ao Partido Unionista, que tinha Brito Camacho por chefe superior (v. Militarismo).

Com sua volta a Portugal, congrega os descontentes com a situação caótica que se encontrava o país. Lidera um movimento revolucionário a 5/12/1916, que depõe Bernardino Machado da presidência e institui um regime “presi-

dencialista” de direita, tornando-se o cabeça do novo Estado. Com a vitória da insurreição, Sidônio insere vários suplementos no Diário do Governo, proclamando ao país que a república vencera a demagogia e a tirania; ao mesmo tempo, publica um decreto por meio da junta revolucionária na qual se nomeia presidente do Ministério e ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros e, posteriormente, decreta a 27/12/1917 que o presidente do Ministério assumiria as funções de presidente da República. Dar-se-ia início a mais uma ditadura em Portugal (v. Autoritarismo). O seu governo começa uma nova onda de assassinatos políticos e pilhagens. Em 7/4/1918, o Partido ao qual é filiado rompe com sua política e, apesar dos apelos, coloca Portugal na guerra. Apesar das dificuldades e da união de Evolucionistas e Unionistas, e mesmo com o crescimento da animosidade de uma grande parte da opinião pública contra a política de guerra, Sidônio institui o sufrágio universal e acaba se beneficiando: foi eleito presidente da República com grande maioria de votos. Sidônio dá margens para que elementos centristas e sidonistas fundassem um novo Partido, o Partido Nacional Republicano. Neste momento, ocorre um malogrado atentado contra Sidônio, que colocou toda uma nação sob suspeita (v. Inimigo). Com isto, ele manda destruir a sede da maçonaria e, em 14/12/1918, foi alvejado a tiros por José Júlio da Costa, antigo sargento do exército que se batera na África contra os alemães (v. FERRO, Antônio Joaquim Tavares).

Marcelo Solino Cristino

Referências Bibliográficas:

GOUVEIA, Sérgio. De Sidônio Paes à República Nova (1910–1918). Lisboa, 1918.

MARQUES, Antônio H. de Oliveira. A primeira República Portuguesa. Lisboa, Ed. Portuguesa, 1981.

SERRÃO, Joel. Dicionário de História de Portugal, vol. III.

PALAVRAS, 14. “As 14 palavras que todo homem branco deve conhecer” ou as 14 palavras de David Eden Lane, famoso extremista de direita, condenado

a 190 anos de prisão por matar um judeu e outros delitos, são uma espécie oração, de profissão de fé da extrema-direita. A afirmação foi inicialmente usada pelos seguidores do movimento “White Power” (Poder Branco) e, logo após, utilizada com mais frequência na Europa pelo movimento neonazista. O texto original em inglês afirma:

“We must secure the existence of our people and a future for White children.” (Nós devemos assegurar a existência de nosso povo e o futuro das crianças brancas).

Para alguns grupos, funciona como um grito de guerra e um credo à supremacia branca. A quantidade de palavras (14), é semelhante em português, inglês e espanhol. Este credo foi criado por David Lane, porque, segundo ele, há risco de a raça branca perecer. Na visão mundial dos racistas norte-americanos, os judeus, negros e “hispanics” (‘hispânicos’) estão destruindo a raça branca com dinheiro, expediente apontado como típico dos judeus, uma alta taxa de natalidade e a miscigenação entre as raças. Assim, Lane formulou a frase com o suposto objetivo de exortar a raça branca a garantir a sua sobrevivência. Para Lane os números 14 e 88 (88 princípios) são santos, porque são números do deus germânico Wotan e estão em tradição de um cânon religioso germânico. Seu credo foi uma inspiração divina. A pátina mística reforça motivos para que as 14 palavras serem utilizadas pelos neonazistas do mundo como signo de identificação da sua ideologia. As 14 palavras são abreviadas pelo número 14, que se encontra em combinação com outra abreviatura conhecida, deste modo: 1488, 14/88 ou 88/14. Sendo H é a oitava letra do alfabeto, 88 é o código para “Heil Hitler”. Assim, a combinação é especialmente usada na internet nos sites de discussão e como “assinatura” em e-mails.

Dilton C. S. Maynard

Bibliografia:

GABLE, Gerry, JACKSON, Paul (Orgs). **Far-Right.com: nationalist extremism on the Internet**. University of Northhampton: Northhampton, 2012.

GOODRICK-CLARKE, Nicholas. **Black Sun: Aryan Cults, Esoteric Nazism, and the Politics of Identity**. New York e London: New York University Press, 2003.

HEDGES, Chris. **American Fascists: The Christian Right and the War on America.** New York: Free Press, 2008.

SALAS, Antonio. **Diário de um skinhead: um infiltrado no movimento neonazista.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Planeta, 2006.

PANGERMANISMO. Para que se entenda o pangermanismo é necessário que se defina tal manifestação social, pelo menos em princípio, a partir de três dimensões que, embora distintas, foram mescladas em diferentes contextos: como uma produção cultural de inspiração utópica, como uma ideologia política e como um movimento de caráter extremista. Além disto, há de se atentar para o fato de que o pangermanismo oscila, como é típico dos fenômenos nacionalistas, de uma posição defensiva — um povo oprimido a reivindicar seus direitos — para uma posição ofensiva — a negar direitos a quaisquer outros que não sejam considerados seus iguais. A noção de pangermanidade (*Deutschtum*) surge na segunda década do século XIX com os primeiros românticos (Helder, Goethe, Schiller, Arendt), também conhecidos como românticos ilustrados (v. Conservadorismo).

Para Herder, a ênfase na racionalidade dos iluministas franceses desconsiderava a unidade entre julgamento intelectual e imaginação — que estaria nitidamente expressa nas invenções coletivas de pessoas comuns, cuja singularidade era irredutível a generalizações, motivo pelo qual o universalismo iluminista não podia ser aceito (v. Tradição). Para o autor, se cada cultura traz consigo uma experiência intransferível, qualquer povo é um todo organicamente conformado e não uma mera soma das partes (v. Eugenia & Natureza). Denota-se aí uma herança religiosa em processo de secularização. A nação “revela” um corpo cujos membros se integram num mesmo espírito (*Volksgeist*), o que não é fruto das ações racionalmente intentadas, mas muito mais de invenções inconscientes. Este corpo que se exterioriza no universo da cultura é conformado no passado, devendo sua história orientar o futuro, donde a necessidade de uma ação pedagógica para incutir nos jovens a consciência, sentimento e ideias nacionais. Como um substituto emocional da religião,

esta sorte de nacionalismo germânico é concebida como a exteriorização de um invisível, porém, poderoso sentimento: o de unicidade (v. Ocidente).

Esta produção intelectual — que motivou diversas reações no campo da arte à época da dominação napoleônica — animará os movimentos de unificação na Europa de língua alemã, influenciando não apenas as regiões que formariam o Estado Alemão em 1871, como também a Áustria e as minorias residentes em outros países da Europa e das Américas (v. Reich). Aí, a *nação como manifestação divina* é associada à identidade étnica, o que leva a um sentimento de alteridade radical, justificado ironicamente pela ideia de *povo eleito* inspirado no judaísmo. Com ele, recusa-se o pluralismo e explica-se o autoisolamento em relação a outras culturas. Essa doutrina foi instrumentalizada politicamente pelo imperialismo alemão que, diferentemente dos países que já possuíam colônias de ultramar, objetivava a expansão territorial no próprio continente europeu. Entre os camaradas de etnia (Volksgenossen), pregava-se o apelo à consciência tribal: *Nossa maior possessão é nossa herança cultural; temos que criar um corpo do tamanho de nossa cabeça*. No entanto, aos membros de outras etnias dispensava-se o mesmo tratamento que os demais imperialistas dispensavam aos nativos de ultramar. Aí, os sentimentos de superioridade étnica, o senso missionário e o expansionismo militante se dirigiam a quaisquer países ou localidades onde residissem germânicos. Essa doutrina foi particularmente importante nos anos que precederam a Primeira Guerra: apelos populistas, propaganda massiva, oposição extraparlamentar e um estridente antissemitismo. Dado o seu conceito de transterritorialidade, criam-se diversas associações, organizadas como corporações multinacionais para alocar recursos, privilégios, orientação pedagógica e pressão política em favor de mitos irracionais de unidade — no limite, ter-se-ia a restauração do Império de Oto I (v. Liga Pangermânica).

Os pangermanistas perdem sua relevância política ao final da Primeira Guerra, mas não a sua ideologia. Pelo contrário, ela se torna oficial por ação de Adolf Hitler que, aliás, já tinha confessado em 1924, no livro Mein Kampf, a sua admiração pelo pangermanismo. Foi este, segundo suas próprias palavras, que o ensinou a eleger um único inimigo para eletrizar as massas e a importância do nacionalismo biológico sobre o patriotismo dinástico. Com esta convicção, Hitler se concentrou na ideia-força do conceito völkisch, empregado pelos seus antecessores não como popular, mas como *racial*, em per-

manente oposição a uma contra-raça (*gegenrasse*), o judeu. Apropriada pelo fascismo na Alemanha, essa doutrina assume um caráter extremista no qual a violência substitui as palavras; o movimento substitui as instituições; a xenofobia transforma-se em neurose coletiva; e a disposição à destruição e à autodestruição tornam-se sinônimos — afinal, para que a nação seja eterna é preciso que os vivos morram por ela (v. Fascismo & Leis de Nuremberg).

Marion Brepohl de Magalhães

Referências Bibliográficas:

KOHN, Hans. Die idee des Nationalismus. Heildeberg, 1950.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. Alemanha mãe pátria distante: utopia pan-germanista no sul do Brasil. UNICAMP, Tese de Doutorado. Campinas, 1993

NIPPERDEY, Thomas. Nachdenken über die Deutsche Geschichte. München, C.H. Beck, 1986.

SCHORSKE, Carl. Viena fin de siècle: política e cultura. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SNYDER, Louis. Macro-nationalism: a history of the pan-movements. Westport-Connecticut, Greenwood Press, 1984.

PARETO, Vilfredo Frederico Damaso (1848 – 1923). De origem nobre, engenheiro de formação e reconhecido como um dos pais da economia matemática e igualmente da sociologia, o italiano Vilfredo Pareto também teve o seu nome associado ao fascismo, do qual foi diversas vezes apontado como um profeta. De fato, Benito Mussolini a ele se referiu, em repetidas ocasiões, como um dos maiores pensadores da Itália, chegando mesmo a nomeá-lo senador. Pareto, contudo, nunca chegou a ter vínculos efetivos com o fascismo e morreu apenas um ano após a ascensão de Mussolini, quando ainda o regime não havia mostrado a sua face mais negativa e era apoiado pelo Partido Liberal (v. Fascismo na Itália). Foi a teoria das elites de Pareto que o projetou nas origens da disciplina sociológica e, da mesma forma, em larga medida, que deu base à leitura positiva que dele foi feita pelos setores anti-iguali-

tários, antidemocráticos. Expressa em vários trabalhos do autor, essa teoria foi formulada de modo mais sistemático no *Trattato di sociologia generale*, publicado pela primeira vez em 1916. Segundo ela, havia em todas as esferas, em todas as áreas da ação humana, indivíduos que se destacavam dos demais por seus dons, por suas qualidades superiores. Eles compunham uma minoria distinta do restante da população — uma elite. Havia, portanto, uma elite de guerreiros, uma elite religiosa, uma elite econômica, uma elite de ladrões e assim por diante. O termo, como se vê, tinha para Pareto um sentido classificatório e não simplesmente valorativo, designando uma aristocracia — isto é, os melhores, os mais competentes, os mais aptos para cada atividade — fosse socialmente sancionada ou não (v. MICHELS, Robert).

As aristocracias não eram eternas. Na verdade, a história, na formulação consagrada de Pareto, era um cemitério de aristocracias. Da mesma forma que as células humanas morriam, as aristocracias eram substituídas por outras, num processo contínuo que o autor chamava de circulação das elites. Assim como o fluxo sanguíneo, que mantém vivo o organismo humano, a circulação das elites assegurava o equilíbrio e a longevidade do corpo social (v. Natureza). Quando a circulação cessava, ou se tornava demasiado lenta, observava-se uma degeneração da elite (v. Conservadorismo). Ela passava a concentrar elementos de qualidade inferior, ao mesmo tempo em que, abaixo dela, nas camadas inferiores, ocorria um acúmulo de indivíduos de traço superior. Conformava-se, deste modo, um quadro sério de perturbação e crise, propício à derrubada violenta da elite governante, à sua substituição por via de uma revolução. De fato, havia em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a elite no poder e os grupos dele excluídos (v. Teoria Amigo-Inimigo). Não se tratava, porém, de uma luta de classes, como acreditavam os marxistas, e sim de uma luta de elites (v. Política). Tratava-se de uma luta que não cessava nunca, mesmo quando extintas as classes sociais, dado que ainda assim se assistia à formação de elites. Isto significava dizer que uma revolução socialista, na visão de Pareto, nada mais era do que a substituição de uma elite burguesa capitalista por outra socialista. Longe, portanto, de ser igualitária, conforme se propalava, a sociedade socialista, como todas as demais, era também dominada por uma elite (v. Jacobinismo). Não era possível, por conseguinte, haver um governo das massas, um governo em que fosse soberana a vontade popular. Todo governo era de uma minoria e nem mesmo

a imposição do sufrágio universal era capaz de alterar este quadro. A tese democrática, na visão de Pareto, não tinha base real. Ainda assim, ela podia operar como um importante elemento propulsor, agindo como um credo, evocando sentimentos, insuflando esperança, principalmente nos indivíduos das classes baixas que necessitavam suportar as agruras do dia-a-dia, levando-os à mobilização, impulsionando-os à ação (v. Ideologia). Por isso mesmo, a retórica democrática se constituía num valioso instrumento, numa poderosa arma para os grupos que buscavam alcançar o poder, mas que, para tanto, precisavam do apoio das massas (v. Democracia). Uma vez galgado o poder, os ideais democráticos podiam se afirmar como um elemento fundamental para a legitimação da nova minoria. O problema todo se colocava quando as novas elites no poder deixavam de perceber estes ideais como aquilo que efetivamente eram, ideais, elementos de dissuasão, entregando-se ao que Pareto chamava de religião humanitária, recusando-se a empregar meios violentos contra os seus inimigos que, assim, tinham livre o seu campo de ação (v. Oposição/Situação). Era isso que, na visão do autor, vinha ocorrendo com a burguesia europeia, prenunciando o fim do seu ciclo de dominação (v. MOSCA, Gaetano).

Mario Grynszpan

Referências Bibliográficas:

ALBERTONI, Ettore A. Doutrina da classe política e teoria das elites. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo-Brasília, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982.

BOBBIO, Norberto. On Mosca and Pareto. Genebra, Librairie Droz, 1972. (Travaux de Droit, d'Économie, de Sociologie et de Sciences Politiques, 91).

GRYNSZPAN, Mario. "A teoria das elites e sua genealogia consagrada". RBIB, Rio de Janeiro, 1996(41): 35-83, 1.º sem..

PARETO, Vilfredo. Traité de sociologie générale. Paris, Payot, 1933.

PARTIDO DA LIBERDADE AUSTRIACO (Freiheitliche Partei Österreichs, FPÖ). Criado em 1956 com um grande número de militantes (cifras não são publicadas pelo partido) e com um bom desempenho nas eleições de 1999 (28.1%), tornou-se o segundo partido nacional da Áustria, o que o habilitou a formar um governo em coligação com os conservadores (v. Extrema-Direita na Áustria). A chegada ao poder do FPÖ representa um grande impacto no jogo político europeu, posto ser o primeiro partido reconhecidamente neofascista (excetuando a breve participação da Aliança Nacional, ex-MSI, de Gian Franco Fini no poder com a coligação de Berlusconi na Itália). A base eleitoral do partido reside nas províncias rurais, em especial na Caríntia (42% dos votos), com forte apelo tradicionalista e católico. A maioria dos eleitores do FPÖ assume com nitidez o papel da Áustria na Segunda Guerra Mundial como suporte do nazismo e declara mesmo simpatia a Adolf Hitler. Esses eleitores são jovens (18% possuem menos de 30 anos em 1990) e têm poucas informações sobre a guerra e o Holocausto (v. Fascismo). Pequenos proprietários (33%) e operários (21%) constituem as duas categorias sociais mais representadas no seio do partido, que conhece ainda um grande sucesso entre as mulheres (30% do eleitorado). (v. Conservadorismo).

Desde 1986, Jörg Haider exerce amplo domínio sobre o partido, praticando um jogo duplo, astuto e eficiente: por um lado, suprime as manifestações de tipo *antiquário* (de desfiles, uniformes e bandeiras nazistas), enquanto por outro lado exercita um discurso racista e xenófobo (v. Alteridade, Baderna & Chauvinismo). Durante a sua indicação como líder nacional do FPÖ, *fürher* em alemão, em 1986, os militantes o saudaram com o grito nazista de *Sieg Heil*. Haider colhe impressionantes resultados ao praticar uma revisão da história da Segunda Guerra Mundial, colocando a Áustria como vítima e não agressora (v. Historiografia do Fascismo & Pacto Germano-Soviético). O mais surpreendente é a noção de que são vítimas não de Hitler e sim de Stálin e Churchill, considerados como “as figuras mais abomináveis do século XX”, ao mesmo tempo em que reconhece os méritos da política de Hitler (o pleno emprego, por exemplo). (v. Estatismo). Da mesma forma que Le Pen, Haider considera os partidos políticos prisioneiros de um □ “parlamento fantasma”, constituído pelos grupos de pressão, profundamente imbricados na vida política e responsáveis por um “governo paralelo, sem legitimação democrática” (v. Antigo Regime & Democracia). Daí a necessidade de uma nova república, pri-

meiro passo para a incorporação da Áustria à Alemanha, tal como fez Hitler (o Anshlu). Da mesma forma, Haider reconhece o caráter parcial e ilusório da desnazificação na Áustria, quando afirma: “O FPÖ não é uma continuação do Partido Nacional-Socialista (Nazista). Se fosse, ele teria já a maioria absoluta” (v. Neofascismo na Alemanha, Frente Nacional, Polo da Liberdade & União Democrática do Centro).

A ascensão do FPÖ provocou grande impacto na Europa, com o reconhecimento pela Comunidade Europeia do caráter racista do partido de Haider e do perigo de a Áustria se transformar em território livre para a propaganda neonazista. Malgrado todas as desculpas de Haider, o FPÖ aparece como o verdadeiro herdeiro político do Partido Nazista, da mesma forma que a Aliança Nacional, ex-MSI, é a herdeira do Partido Nacional Fascista Italiano (v. Ideologia & Partido Político de Direita).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(Ver Extrema-Direita na Áustria)

PARTIDO NACIONAL-FASCISTA ITALIANO. Para a tomada do poder, o fascismo necessitava de um partido político. O Movimento Fascista Italiano dá as bases para o Partido Nacional-Fascista Italiano, criado em Roma a 7 de novembro de 1921. Os fascistas conseguem adeptos em todas as classes sociais. Cerca de 70% do total dos membros pertence às camadas médias da população, operários, camponeses e 30% do total são compostos por industriais, proprietários de terras e profissionais liberais (v. Historiografia do Fascismo: Interpretações Marxistas). O fascismo se estende por todas as regiões da Itália e seus adeptos compõem 15% da população rural. O movimento se alastra, revelando um poder de expansão que nenhum outro partido demonstrara no período. O cenário político italiano no pós-guerra é marcado pela fragilidade partidária, com a desagregação de velhos partidos e o surgimento de novos. No programa do Partido Nacional-Fascista estavam definidos tanto os seus

princípios, quanto a sua organização. Em relação a seus princípios, propunha-se a reconhecer a função social da propriedade privada e a pacificação da sociedade a partir da criação dos fascios de combate (v. Fascio).

Nas eleições de 1921, Mussolini é eleito deputado e escolhido como líder da direita no Parlamento Italiano, recebendo expressiva votação. No seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, ratifica os ideais do fascismo e prega a união da burguesia e classes trabalhadoras da cidade e do campo num esforço comum que é o do trabalho (v. Corporativismo: Teoria). O Estado deveria garantir a harmonia entre as classes e a Nação. O PNFI torna-se o principal partido do país e o único a garantir a pacificação nacional. O Partido Socialista, após ter sido responsável pelas lutas sociais italianas, acomoda-se e começa a fazer parte do próprio governo burguês através da participação em gabinetes de coalizão. As campanhas nacionais para auxiliar D'Annunzio e seus companheiros de luta serviram para armar uma parcela significativa da população (v. Arditi). Os esquadrões fascistas de combate surgiram nesta ocasião. A população armada passou a ser um perigo constante para a estabilidade não só do regime político como também do próprio sistema (v. Fascismo na Itália).

A tomada do poder pelos fascistas depois de todas as manifestações de poder bélico e poder político, seja nas expedições punitivas, seja através do apoio popular, era apenas uma questão de tempo (v. Fascismo: Movimento). A “Marcha sobre Roma” foi o coroamento do trabalho e da organização fascistas. O primeiro ministro Facta pediria demissão ao rei e que fosse decretado o estado de sítio (v. Ditadura). Vítor Emmanuel aceita a primeira proposta e recusa a segunda. Mussolini é chamado para organizar o Ministério. Industriais e proprietários de terras haviam insistido em sua designação para formar o gabinete. O rei acede ao pedido da burguesia e, desta forma, mantém a coroa e perde o poder. Mussolini assume o poder de forma legal e legítima. A transição entre o Estado Liberal italiano e o Estado Fascista se dá de forma gradativa. Em poucos anos, o Estado Liberal torna-se fascista através de medidas coercitivas. O PNFI permanece no poder até 1943, quando Mussolini é derrubado do cargo e foge para o norte da Itália, onde forma, sob a proteção alemã, a República de Salò (1943–45), sendo morto por guerrilheiros comunistas (v. Conservadorismo).

Loraine Slomp Giron

Referências Bibliográficas:

FERMI, Laura. Mussolini. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

GIRON, Loraine Slomp. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ParLenda, 1994.

MUSSOLINI, Benito. Scritti e discorsi. Milano, Hoelpli, 1935.

PARIS, Robert. As origens do fascismo. São Paulo, Perspectiva, 1976.

TRENTIN, Silvio; TRENTO, Angelo. O fascismo italiano. São Paulo, Ática, 1986.

PARTIDO NAZISTA NO BRASIL. Apesar de existir na Alemanha desde o início da década de 1920, no Brasil o NSDAP veio a constituir uma estrutura organizativa somente em princípios da década de 1930, tendo como data referencial de seu estabelecimento no Brasil o ano de 1931, sendo que os primeiros núcleos a se formarem são os do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e de Porto Alegre (capital do Rio Grande do Sul). O NSDAP, em sua seção brasileira, nunca procurou estabelecer qualquer vínculo jurídico com o Estado no Brasil. De fato, nunca houve nenhum indício que demonstrasse o seu interesse em participar do jogo político brasileiro, buscando conquistar, através de pleitos eletivos, cargos ou mesmo funções em espaços formalizados de gerência do Estado, ou mesmo ao nível legislativo. O NSDAP, desde o início de suas atividades no Brasil, ocupou este espaço de organização extralegal, visto que suas preocupações eram direcionadas para a intervenção em espaços políticos que remetessem de forma direta ou indireta à política alemã, mesmo que realizada no estrangeiro, o que é espelhado pelo fato de ser composto em sua quase totalidade por cidadãos alemães que viviam no Brasil (v. Völkisch). Por mais que as pesquisas até agora desenvolvidas não habilitem quaisquer conclusões mais definitivas sobre a interferência de Berlim no processo de construção do NSDAP no Brasil, é precisamente no ano de 1931 que a direção do partido na Alemanha cria a *Auslandsorganization* (AO) — um “departamento” específico para a organização do partido nazista no exterior. Porém, apesar de a possibilidade deste tipo de intervenção da AO

aqui no Brasil não ser tão remota, o partido não é fundado de uma maneira centralizada por meio de uma reunião dos partidários existentes no Brasil ou qualquer fórum correlato. Os núcleos organizados inicialmente (Porto Alegre, Capital Federal, cidade de São Paulo) estabeleceram-se autonomamente, sem qualquer tipo de centralização em termos de uma organização central ou uma coordenação das atividades partidárias no Brasil. Exemplo desta situação nos é dado pelo estabelecimento do núcleo de São Paulo. Até 1931, haviam 5 indivíduos filiados ao partido em todo o estado e, na capital, cerca de 40 simpatizantes que, neste ano, organizaram-se em um núcleo. Para isso fizeram uma reunião na qual foi eleita uma diretoria provisória, composta por três membros. Os seus nomes, assim como a própria existência da organização, deveriam ser, como foram, remetidos à Alemanha para serem confirmados pela AO (v. Liga Pangermânica).

Progressivamente constituíram-se outros núcleos até a primeira reorganização na primeira metade de 1933, quando o partido passa a contar com uma direção centralizada para todo o Brasil e a estruturar-se tanto no que diz respeito à constituição de hierarquias para todos os âmbitos da organização quanto pela formalização de áreas geográficas submetidas às diversas direções intermediárias. A necessidade de trabalho político, o surgimento de grupos locais em estados que não possuíam um círculo e mesmo a definição de áreas para o trabalho político nas quais não houvesse militantes suficientes para constituir um círculo ou grupo local foram fatores que fizeram com que se maleabilizassem os limites de suas áreas de abrangência. Com esta estruturação, a organização do partido ficou distribuída da seguinte maneira: Direção Central (com sede na Capital Federal), Círculo Centro e Norte (com sede na Capital Federal), Círculo São Paulo e Paraná (sede na cidade de São Paulo), Círculo Santa Catarina e Círculo Rio Grande do Sul (v. Conservadorismo).

Ao nível internacional, o Partido no Brasil, cujos grupos regionais encontravam-se até então vinculados diretamente à AO, torna-se parte da estrutura do partido na América do Sul, cujos diversos *Landesgruppe* (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Bolívia e Uruguai) passaram a ser subordinados a uma instância dirigente intermediária, única no partido e imediatamente subordinada à *Auslandsorganization*: o comissariado da América Latina. Entre meados de 1933 e 1934, o partido reestrutura-se em termos organizacionais e realoca seu centro dirigente. Conta agora com um *Landsleiter* (pessoa que dirige

o partido no país), muda sua sede para São Paulo e é redividido, surgindo com isso novos círculos, direções regionais e os *stuckpunkt*, chamados de “pontos de apoio”. O estabelecimento de estruturas partidárias nesta ou naquela região mantém uma relação bastante próxima com as prioridades para o trabalho de construção partidária, o grau de independência administrativa desejável e/ou necessária para as direções locais e o número de militantes existente ou potencial de cada uma dessas regiões. Ao final, a malha organizativa que permanecerá até a dissolução do partido por ato do governo brasileiro (1938) constituiu-se, seguindo o modelo alemão, da seguinte forma: Direção Central do Partido no Brasil, com sede em São Paulo e, após a proibição do funcionamento do partido, no Rio de Janeiro, contando com uma “diretoria” composta por algo em torno de dez pessoas; Círculo-Rio de Janeiro com sede no DF; Círculo-São Paulo com sede na capital; Círculo-Paraná; Círculo-Santa Catarina; Círculo-Rio Grande do Sul; *Ortsgruppen* — Bahia, Vitória, Recife, Belo Horizonte, Terenos (MT), Rio Tinto (PB) e grupos menores em outras localidades. Ao lado dessa estrutura formal do partido existia uma malha secundária de organismos, associações e instituições que com ele mantinham vínculos das mais diferentes ordens, indo desde as organizações parapartidárias e estatais alemãs, cuja estrutura se reproduz também no Brasil (como a Juventude Hitlerista, aqui chamada Círculo da Juventude Teuto-Brasileira, a Frente Alemã do Trabalho e a Associação de Mulheres Nacional Socialistas), até organizações alemãs e teuto-brasileiras formalmente não partidárias (como as associações de ex-combatentes e as associações e clubes recreativos). Após o decreto que proibiu o funcionamento do partido, verificam-se atividades organizadas até 1942, deixando de existir enquanto organização a partir de então (v. Fascismo & Frentes Populares Antifascistas no Brasil).

Luís Edmundo de Souza Moraes

Referências Bibliográficas:

GERTZ, René. O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1996. Dissertação de Mestrado (mimeo).

SEYFERTH, Giralda. O Nazismo e a Imprensa Teuto-Brasileira do Estado de Santa Catarina. In: *Revista do Museu Paulista*, nova série, vol. XXVI, USP, 1979.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e Identidade Étnica. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

PARTIDO POLÍTICO DE DIREITA. Todo o partido é um grupo social secundário que reúne componentes de opinião política semelhante, comporta numerosas relações primárias e informais e tem como objetivo a gestão dos assuntos políticos/públicos através da direção da ação estatal (v. Ideologia). Não obstante deva estar integrado à ordenação jurídica do Estado no interior do qual se localiza, pode ter como objetivo alterá-la estruturalmente (v. Revolução). A partir dessas características descritivas genéricas, desenvolve-se toda uma série de diferenciações entre os partidos, os quais têm a sua história incrustada na evolução das demais instituições sociais contemporâneas. Os partidos políticos de direita, como os de esquerda, nasceram das alterações ideológicas provocadas pela Revolução Francesa. O Povo — um novo sujeito político — entrava para a história, levando a uma ruptura fundamental que criou a política moderna: a soberania deveria transferir-se para o conjunto dos habitantes do país. Assim, os partidos políticos modernos nasceram em torno de um dilema fundamental: a quem deveria pertencer à soberania (v. Jacobinismo). Joseph de Maistre, grande teórico da direita, contestou a representação popular, negando o Iluminismo e o racionalismo dos revolucionários. Dizia ele que ter a razão como fundamento da política significaria levar a sociedade ao caos e afirmava que só o monarca podia conter a soberania (1797). Tendo nascido, portanto, em oposição aos direitos do homem e do cidadão, a direita terá de alterar suas posições políticas ao longo das décadas seguintes, visto que ser-lhe-ia impossível deixar de corresponder às diferentes conjunturas históricas. Porém, setores significativos das suas fileiras permanecerão sempre contrários à completa implementação daqueles direitos. Aqui se encontra o núcleo básico de manutenção do conceito de direita até a contemporaneidade. O liberalismo merece um comentário especial, visto que, compondo o mesmo universo ideológico nascido com a Revolução Francesa,

admitiu a soberania popular, procurando, no entanto, limitar a representação a setores da população “mais capazes de exercê-la corretamente” (v. Conservadorismo). Se a essa situação geral une-se a interpretação de mundo advinda da filosofia idealista alemã — conceito de alienação, segundo o qual a liberdade humana significaria domínio sobre a história humana — como caminho para a emancipação humana, tem-se uma visão de conjunto do ambiente intelectual que propiciou o nascimento dos partidos de esquerda e direita na cultura ocidental, com os de esquerda apoiando e os de direita opondo-se a tal correlação (Oposição/Situação).

No século XX, com as sociedades de massas, alguns partidos de direita passaram a admitir a política como um campo de luta para a manutenção de comportamentos e tradições (v. Tradição). Dessa forma, por exemplo, de avessa à ideia de um nacionalismo que colocava a nação como centro da soberania política, setores da direita tornar-se-ão defensores do uso do conceito de nação como comunidade orgânica consolidada pelas tradições, pela memória, pela religião. Pode-se dizer então que, ao lado de movimentos de direita ultraconservadora, passou a existir uma direita que admitia a modernidade: o triunfo do capitalismo que antes apenas assustava, agora servirá também como veículo da sua afirmação. Assim, o fascismo e a formação dos partidos únicos de direita em vários países do mundo ocidental procuraram conciliar essa busca de segurança com a admissão de comportamentos políticos modernos, ou seja, no âmbito da organização da vida cotidiana e da incorporação de modelos igualitaristas não democráticos — e antiliberais — o fascismo representou a procura de uma modernização popularesca, porém exclusivista, de modo que satisfizesse ideais de segurança da nação definida como corpo unitário. (v. Autoritarismo & Ditadura) Por isso, pode reunir em si — sem nunca perder o caráter de mescla heterogênea — interesses diversos de remanescentes das decadentes aristocracias europeias, de setores militares incrustados nos aparelhos estatais e de novas massas de população que estavam à procura de um espaço no novo mundo capitalista (v. Corporativismo: Debate Político).

Nos EUA dos anos de 1950, o macartismo representou o modelo da direita: não apenas radicalmente contra qualquer forma de socialismo, como também contra o liberalismo, guardando uma certa proximidade com atitudes do fascismo na medida em que centrava sua ação no antissemitismo e no anti-intelectualismo (v. Hollywood e o Macartismo). Na década de 1980, com

a falência da narrativa de tipo revolucionária do marxismo, o liberalismo de direita pareceu tornar-se hegemônico em diversos centros políticos (v. Atrasso & Economia). Governos importantes como o de Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra muito contribuíram para reforçar princípios tradicionalmente identificados com a direita: uma espécie de darwinismo social aliado à limitação do Estado a funções “mínimas indispensáveis” (v. Consenso de Washington).

A partir de 1989, um verdadeiro corte histórico pode ser notado. Junto com a queda do muro de Berlin e as mudanças geográficas a ela relacionadas, uma verdadeira revolução cultural esteve em curso, alterando os padrões explicativos das ciências sociais: em oposição às narrativas globalizantes e à supervalorização da história político-econômica, desenvolve-se a ideia de que as sociedades só podem ser entendidas através de seus comportamentos imateriais (v. História). Apenas pela ação de fatores culturais, pelo reconhecimento de uma simbologia do poder, seria possível obter um conhecimento mais eficiente e abrangente. De forma paralela, sem que se possa estabelecer um relacionamento de causa e efeito, diversos discursos de direita ganharam força com essa nova disposição das ciências sociais (v. Nouvelle Droite & Nova Direita nos Estados Unidos). Os partidos neofascistas, que sempre centraram o conteúdo de suas mensagens contra o caráter materialista da vida moderna — valendo-se de princípios simbólico-moralistas como, por exemplo, o pertencimento a uma comunidade étnico-cultural imaculável — acreditam dispor agora de um instrumental teórico favorável. O desenvolvimento de um nacionalismo de tipo étnico excludente em oposição a um nacionalismo de cunho igualitário pode também constituir parte do mesmo fenômeno (v. Neorracismo Diferencialista). Também os partidos de direita liberal puderam ser favorecidos pelo mesmo processo, na medida em que as propostas de esquerda ligadas ao falido comunismo entraram em completa decadência, deixando livre o caminho à “democracia do consumo”. Em diversos países, eles partem do que chamam “superação da cultura política do século XIX” e se afirmam *liberais* na medida em que, primeiro, declaram lutar em favor do cidadão contra o seu sufocamento pelo aparelho burocrático estatal e, depois, atribuem às pessoas enquanto indivíduos a capacidade de construir o futuro “com as próprias mãos” (v. Burocracia). Definem-se também como *sociais*, visto que buscam favorecer a solidariedade entre indivíduos e entre eles e o Estado.

Aproveitando-se do processo de politização da vida cotidiana intensificado nas últimas décadas do século XX, esses partidos reivindicam para si uma visão pragmatista no encaminhamento das questões administrativas, pois seriam os únicos a juntar objetivos genéricos a uma potencial liberdade de movimentos no nível da ação política individual. Tal disposição teórica pode, muitas vezes, funcionar como justificativa para procedimentos políticos carentes de responsabilidade diante de um plano geral de desenvolvimento das sociedades. Mas é justamente contra essa possibilidade de planejamento que o consenso tende a se estabelecer: também nos demais partidos se tem admitido um conceito de democracia essencialmente caracterizado pela incerteza e o imprevisível (v. Neofascismo na Alemanha, Neofascismo na Rússia & Sociedade Civil).

Frederico Alexandre de Moraes Hecker

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, Ed. UnB, 1986.

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora da Unesp, 1995.

HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. El péndulo de la modernidad: una lectura de la era moderna despues de la caída del comunismo. Barcelona, Ediciones Duverger, s/d.

MICHELS, M. La sociologia del partido politico. Il Mulino, Bologna, 1966. (ed.orig. de 1911)

RÉMOND, Réne (org.). Pour une histoire politique. Paris, Seuil, 1988.

SARTORI, G. Partiti e sistemi di partito. Firenze, Ed. Universitaria, 1964.

PENNA, Belisário (1868 – 1939). Belisário Augusto de Oliveira Penna, médico higienista de formação científica pastoriana em medicina tropical, produziu nas primeiras décadas do século XX uma considerável obra com vistas à efetivação política de seu projeto médico para o Brasil: para ele, a recuperação e a reintegração do sertão de seu estado de abandono e doença configura-

riam a mais premente *questão nacional* do período (v. Natureza & Prussianismos Brasileiros). Os seus escritos sobre o Brasil dizem respeito à construção simbólica de formas de ordenação social e política, fundadas na reposição da autoridade da chamada Tradição Nacional, ou seja, da ‘tradição rural’, da valorização da agricultura e do homem do campo, identificados como a nossa mais genuína e fiel herança nativa e como um poder a ser reinstituído de forma a superar a inadequação entre as instituições políticas e as formas mais “autênticas” de organização social no Brasil, o que permitiria, por sua vez, a formulação da homogeneidade nacional e a definitiva incorporação do país à *civilização* — valor fundamental a nortear o projeto político do autor (v. Atraso & Ocidente). Os sintomas da doença do corpo político — o abandono do ser-tão, o liberalismo, a república e a democracia como “ideias fora do seu lugar original”, a alteridade racial e cultural — clamariam, segundo Belisário, pela cura, pela terapia política que possibilitasse a transposição da crise social, motivada exatamente pela inautenticidade nacional. (v. Conservadorismo & Oliveira Vianna).

Nascido no ano de 1868 em Barbacena (MG), filho de Lina Lage Penna e do barão e visconde de Carandaí de mesmo nome, Belisário Penna forma-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1903, torna-se vereador em Juiz de Fora e, em 1904, transfere-se para a Capital Federal, ingressando na Diretoria-Geral de Saúde Pública, sendo nomeado para o posto de Inspetor Sanitário. Em 1905, incorpora-se à Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, trabalhando ao lado de Oswaldo Cruz na Campanha pela erradicação da mesma doença no Rio de Janeiro. No ano de 1912, empreende uma Expedição Científica ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, juntamente com Arthur Neiva, para o estudo das condições sanitárias e mapeamento das principais doenças encontradas nestas áreas. É a partir de então que Belisário Penna passa a dedicar-se exclusivamente à criação e institucionalização do movimento pelo saneamento rural, do que chamou a “*campanha em prol da consciência sanitária nacional*”, pelo descerrar do esquecimento em que viviam as populações do interior, até então, segundo ele, absolutamente preteridas se comparadas à atenção política conferida aos projetos de reforma e embelezamento urbano das capitais do litoral (v. Baderna & Favela). Com a publicação dos Relatórios da Viagem Científica pelo Instituto Oswaldo Cruz em 1916, o movimento pelo saneamento público no Brasil, com efeito, ultrapassa a sua fase urbana. O ser-

tanejo, até então pensado como um deficiente inexpugnável da raça e como um inapto para o trabalho, terá sua “fraqueza física e moral” explicada pelas diversas moléstias mórbidas que o atingiriam — o desvirtuamento político brasileiro fundamental estaria centrado na propagação crescente das doenças endêmicas no sertão do país (v. Coronelismo).

Deste modo, em 1918, Belisário Penna publica o seu mais importante e conhecido livro, *Saneamento do Brasil*, fundando também a Liga Pró-Saneamento do Brasil, com a intenção de atingir um vasto público e de receber o apoio de médicos e políticos (v. Asilo). Com efeito, a ela adere grande parte da elite dos intelectuais do Rio de Janeiro da época. Cria-se uma representação da Liga em São Paulo e seus integrantes são os mesmos da Sociedade Eugênica. Um ponto de inflexão basilar na visão de mundo de Belisário se refere precisamente à Questão Racial — a sua projeção médica para a realização de um dado perfil nacional ideal funda-se na positividade da indiferenciação racial, na percepção da diferença como correlativo lógico do conflito, da desordem, como impossibilidade da restauração do próprio sentimento nacional (v. GO-BINEAU, Arthur de). A via do crescente cruzamento entre os modelos raciais suprimiria o desequilíbrio, impondo a imutabilidade racial como destino histórico, característica fundamental das chamadas “raças puras” das “nações civilizadas”. O seu produto inovador, uma norma redundantemente exemplar, genuinamente nacional, o sertanejo, garantiria a conservação dos costumes nativos agregados (v. Eugenia & Ideologia).

Em 1924, Belisário irá apoiar em carta aberta a revolta que irrompera no mesmo ano em Sergipe, Amazonas e São Paulo contra o governo de Artur Bernardes, sendo, por isso, preso por um período de seis meses. Nos anos de 1927, 1928 e 1929, permanece como dirigente do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, além de engajar-se na preparação da Revolução de 1930; no mesmo ano, é nomeado Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1931, assume o Ministério de Educação e Saúde, onde permanece por três meses, para voltar a ocupá-lo interinamente em 1932. Neste ano, exonera-se do Departamento Nacional de Saúde Pública para filiar-se à Ação Integralista Brasileira, tornando-se membro da Câmara dos 40, órgão máximo do movimento integralista. A partir disto, os seus escritos passam a apregoar a feição de uma sociedade radicalmente homogênea do ponto de vista higiênico, a ser fundada na harmonia, no largo e absoluto predomínio do interesse coletivo

sobre o individual, na extensão ilimitada da esfera pública e na regulação das forças sociais em função de princípios exclusivamente comunitários (v. Sociedade Integral). A sua ideia totalizante da crescente unidade nacional indicava que o Estado — de autoridade incontestável — seria o fator principal da reformulação da ordem social, o estímulo fundamental da integração e uniformização do *povo brasileiro*. O tema da peculiaridade brasileira, assegurada pelo igualitarismo racial e cultural, o qual corresponde à figura do sertanejo — produto da total irmanação das diferenças suprimidas no tempo futuro que se anuncia como utopia política (herança e transmissão) — constituía a chave interpretativa da visão de mundo do autor. A sua preocupação maior consistia em esboçar e unificar o todo nacional a partir de uma campanha pedagógica e doutrinadora de ensinamentos sobre saúde e higiene, no sentido de conferir à própria totalidade racial e cultural o estatuto de símbolo nacional (v. Casiano Ricardo). O movimento pelo saneamento rural deveria crescentemente primar pela conscientização popular da necessidade de regeneração física e moral do país, única possibilidade para a conquista da soberania e coesão nacionais. Belisário Penna falece em 1939 no Rio de Janeiro (v. Centenário de Nascimento de Olavo Bilac).

Dominichi Miranda de Sá

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1988.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930–1983, vol.3. Rio de Janeiro, Forense Universitária/FGV-CPDOC, 1994. p. 2667.

PENNA, Belisário. Saneamento da População Agrária do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Mascote, 1917.

PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Revista dos Tribunais, 1918.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: **Revista DADOS**, v. 28–2. Rio de Janeiro, 1985.

PERÓN, Juan Domingo (1895 – 1974). Presidente da Argentina (1946 – 1955; 1973 – 1974). Nasceu em Lobos, província de Buenos Aires. Ingressou no exército ainda na adolescência e, em 1930, participou do golpe de Estado que derrubou o general Uriburu. Entre 1938 e 1940 foi ainda militar junto à Itália de Mussolini. De volta à Argentina, foi chefe e organizador da sociedade militar secreta GOU (Grupo de Oficiais Unidos) e foi um dos redatores da proclama revolucionária que derrubou o presidente Ramón Castillo em 4 de junho de 1943. Entre 1943 e 1946, ascendeu rapidamente à posição de general e galgou os setores mais importantes da administração do regime: secretário do Trabalho e Previdência desde 1943, ministro da Guerra e vice-presidente da República desde 1944. O regime militar que representava, acumulando os três postos fundamentais, continha características familiares a todos os movimentos de direita da Europa mediterrânea (v. Fascismo & Partido Político de Direita). Nos debates internos do GOU, Perón demonstrava ser profundamente anticomunista, temer a projeção da Frente Popular e justificava a necessidade do golpe de Estado, estabelecendo um paralelo entre a situação argentina e a situação espanhola anterior à Guerra Civil (v. Anticomunismo & Militarismo). Transformou a Secretaria de Trabalho e Previdência na entidade mais poderosa do regime, tornou-se defensor e promotor da *justiça social*, cujo significado específico era a necessidade de controlar os sindicatos para evitar a infiltração comunista (v. Estatismo). Conseguiu acordos favoráveis aos trabalhadores ferroviários (final de 1943) e concluiu o ano solicitando abono natalino aos empresários, campanha que foi amplamente aceita e divulgada pelo jornal *Cabildo*, porta-voz da direita nacionalista. Os dirigentes sindicais lhe outorgaram o título de *El Primer Trabajador* e até 1946 Perón obteve a unidade do movimento operário através do controle da união Operária Metalúrgica, do Sindicato dos Ferroviários e da CGT (v. Populismo). Foi responsável pelo Estatuto de peão que instituiu salário mínimo para os trabalhadores do campo e conseguiu que a CGT participasse do desfile militar em comemoração à Revolução de 1810. Como ministro da Guerra, triplicou o efetivo militar e criou o Banco de Crédito Industrial para financiar a produção de armamento bélico. No final de 1944, as pressões norte-americanas pela realização de eleições e as pressões internas pela adesão do país às potências Aliadas promovem uma sutil transformação no discurso de Perón. Ao invés de insistir na ideia de seus companheiros nacionalistas de que a verdadeira

democracia era antítese da democracia liberal, Perón passou a reconhecer a necessidade de devolver ao país o seu sentido institucional. Tentava assim cooptar os partidos políticos opositores que congregavam parte das classes dominantes argentinas e grupos médios urbanos intelectualizados (v. Oposição/Situação). Acusado por estes últimos de fascista e considerado como regime totalitário por parte dos Estados Unidos, representado pelo combativo embaixador Spruille Braden, Perón percebeu que o apoio ao seu poder só poderia vir dos trabalhadores e das massas pobres do campo e das cidades: “*Desse momento em diante, compreendi que não podia contar com os radicais e comecei a formar um movimento popular com base nos sindicatos*”. No começo de 1945, a transformação do discurso peronista se acelerou com a assinatura da Ata de Chapultepec, com o comprometimento de convocar eleições e com a declaração de guerra à Alemanha. No final do ano, Perón exortava os trabalhadores a garantir suas conquistas e introduzia comparações inusitadas entre a situação argentina e as revoluções russa e francesa, tidas até então como antíteses do processo de *justiça social*, como entendiam os companheiros do GOU (v. Ideologia & Política). Os grupos nacionalistas de direita do GOU, da FORJA (Força de Orientação da Juventude Argentina), do Instituto Juan Manuel Rosas e da Aliança da Juventude Nacionalista passaram — através de periódicos como *Cabildo*, *Tribuna* e *Presencia* — a demonstrar desconfiança em relação ao peronismo e arrependimento por terem participado ativamente em sua ascensão ao poder. Em 1945, Julio Menville escrevia no jornal *Presencia* que

Perón excita os humildes levando-os ao ressentimento, prometendo coisas que não se podem cumprir ou que, se forem cumpridas, trarão inconvenientes maiores.

A direita argentina passou a considerar extremamente perigosa a política sindical de Perón, a qual qualificam de *obreirista* e possível geradora de *anarquia*. Eleito pelo voto popular em 1946, Perón passou a considerar a direita mais como adversária do que como inspiradora e costumava chamar os seus partidários popularmente de *espanta-votos*, querendo dizer que ser apoiado por eles significava perder eleitores ao invés de ganhá-los. Como presidente entre 1946 e 1955, Perón implantou todas as ideias da doutrina justicialista (v. Iusticialismo), criando instituições capazes de manter a estabilidade do regime, promovendo nacionalizações de setores fundamentais e ampliando a

base de apoio social ao movimento através da atuação de sua esposa e correli-gionária Eva Perón (1919–1952), que intermediava todas as relações entre o “Líder” e os trabalhadores. Apoiado em condições econômicas iniciais muito favoráveis, Perón consegue avançar na negociação dos conflitos de classe, que eram assim obliterados. A política sindical era apresentada como garantia de controle das massas trabalhadoras, da ordem e da paz social (v. Baderna & Governabilidade). Mesmo assim, as relações entre Perón e a direita nacionalista eram contraditórias (v. Conservadorismo). Na verdade, os nacionalistas que apoiavam o regime eram exceções. O custo excessivo da manutenção do regime era o motivo do conflito latente entre Perón e a direita nacionalista. As relações entre Perón e a direita argentina realmente entraram em rota de colisão quando a crise de 1950 atinge o país, impossibilitando a continuidade dos programas sociais de Perón e Eva, sem ferir os interesses fundamentais das classes dominantes argentinas. Em 1951, Perón foi reeleito presidente (possibilidade criada em 1949 através de reforma constitucional) com ampla vantagem. No entanto, a crise econômica que atingiu o país, a corrupção governamental, a morte de Eva Perón (vítima de câncer), a oposição da Igreja e dos grupos de direita — que tinham sido, de certa maneira, responsáveis por sua ascensão — levam ao golpe militar de 16 de setembro de 1955. Perón foi exilado para a Espanha, de onde continuou exercendo grande influência até 1973, quando então volta e é eleito presidente — depois da renúncia de Héctor Cámpora (correligionário) — num clima de difícil acomodação das forças políticas do país e, principalmente, no interior do peronismo. Perón morre em 1 de julho de 1974, vítima de ataque do coração, mas o movimento que ele iniciou sobrevive até hoje, cercado de contradições e com a difícil tarefa de criar quadros tão brilhantes e carismáticos quanto o de seu fundador numa Argentina tão diferente daquela que suspiçou Perón (v. Aliança Anticomunista Argentina — AAA & Ditadura).

Claudia Wasserman

Referências Bibliográficas:

ELOY MARTINÉZ, Tomás. La Novela de Perón. Buenos Aires, Planeta, 1991.

KAPLAN, Marcos. Cinquenta anos de história argentina (1925–1975): o labirinto da frustração. In: GONZÁLES CASANOVA, Pablo. **América Latina: História de meio-século, vol.I**. Brasília, UnB, 1988.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. Estudios sobre los orígenes del peronismo. México, Siglo XXI, 1971.

QUATROCCHI-WOISON, Diana. Los males de la Memoria y política en la Argentina. Buenos Aires, Emecé Ed., 1995.

RUBIO, Luis. Argentina: a promessa não cumprida. In: CUEVA, A. **Tempos Conservadores**. São Paulo, Hucitec, 1989.

PERONISMO. Termo implicado aos princípios, políticas e objetivos representados por Juan Domingo Perón (1895 – 1974). Movimento político que marcou profundamente a sociedade argentina, tendo levado seu líder máximo por três ocasiões à presidência da República (1946 – 1951; 1952 – 1955 e 1973 – 1974). A identidade ideológica do peronismo constitui um dos problemas mais controvertidos da realidade argentina, a ponto de a historiografia considerar o tema frustrante, já que é muito difícil situar comodamente o peronismo nas categorias familiares da política. O seu maior paradoxo parece ser, por um lado, a repulsa que o movimento nacionalista de tendência filofascista passa a ter em relação à sua continuidade e, ao mesmo tempo, a acusação por uma parte significativa da historiografia argentina e mundial de constituir-se num movimento de caráter fascista. O próprio Perón declarava:

Nós conhecemos perfeitamente bem nossos objetivos e marchamos diretamente até eles, sem nos influenciar por aqueles que o puxam para a direita nem por aqueles que o puxam para a esquerda (v. Revolução).

A evolução do movimento obedece à seguinte cronologia:

1943 – 1955, etapa fundacional e hegemônica ao nível nacional, sendo que, partir de 1943, o condutor do movimento é também chefe de Estado;

1955 – 1973, período marcado pela oposição a diversos governos — nenhum dos quais plenamente democráticos — e durante o qual Perón esteve exilado;

1973 – 1974, renova-se a hegemonia nacional com a condução do movimento e chefia do Estado, que voltam a coincidir, mas não sem sérios enfrentamentos internos;

1974 – 1976, morte de seu fundador e crise do movimento e do governo;

1976 – 1983, renova-se a etapa opositora em um regime autoritário;

1983 – 1989, etapa de oposição em um regime democrático e de reorganização do movimento.

Desde 1989, a reacomodação das diversas tendências do movimento, a condução e a chefia do Estado coincidem por dois mandatos consecutivos (v. Partido Político de Direita).

Embora o peronismo tenha combinado, ao longo da sua existência, elementos de variada procedência — trabalhadores, massas pobres do campo e das cidades, setores empresariais, militares, intelectuais, etc. — foi Perón que montou sua estrutura ideológica através das diversas influências que recebeu: doutrina social da Igreja; ideias políticas dos nacionalistas de direita, oficiais do GOU; impressões de sua estada na Europa, especialmente na Itália de Mussolini; e modelos como o de Getúlio Vargas (v. Nacional-Populismo). As temáticas principais do movimento, desenvolvidas entre 1946 e 1955, eram a justiça social, a independência econômica e a soberania nacional. No tema da justiça social, Perón criara uma poderosa aliança com os sindicatos através do controle dessas organizações e da concessão de uma série de benefícios, tais como: os acordos favoráveis nas negociações salariais e o Estatuto do Peão (salário mínimo rural); Declaração dos Direitos dos Trabalhadores em 1947 (v. Justicialismo). Em relação à independência econômica, Perón inicia um processo de nacionalização das ferrovias, da telefonia e do Banco Central, que passa a subsidiar atividades industriais; criou o IAPI (Instituto Argentino de Promoção de Intercâmbio) — órgão que passa a monopolizar todas as atividades ligadas ao comércio exterior — e ainda repatriou parte da dívida externa argentina (v. Subsecretaría de Informaciones).

O princípio da soberania nacional apresentava uma imagem dual do inimigo: de um lado, o capitalismo ocidental e, do outro, o imperialismo soviético (v.

Fascismo). Assim, cristalizava-se uma ideia de *Terceira Posição* que propunha equidistância entre as potências mundiais e apoiava, baseado em dois Planos Quinquenais, um projeto de desenvolvimento autônomo (v. Neocolonialismo). Entre 1946 e 1955, um considerável número de pessoas da direita nacionalista ocupou posições acadêmicas, culturais e judiciais no regime peronista. A revista *Dinâmica Social*, confluência de intelectuais de matizes integristas e fascistas, aprovava a ideia da *Terceira Posição*: representação corporativa, intervenção do Estado na economia e apoio à concepção de Perón sobre os sindicatos (v. Corporativismo: Debate Político & Estatismo). O peronismo fora apoiado e tolerado pelas camadas altas da sociedade argentina enquanto a situação econômica continuava proporcionando recursos para cumprir uma política de equilíbrio e freio (v. Ideologia). O gradual desaparecimento das condições econômicas favoráveis, a partir da década de 1950, multiplicou as tensões e atritos internos e criou conflitos de todos os tipos, rompendo o equilíbrio social e apontando para um transbordamento das massas por cima das estruturas defensivas do regime. O peronismo tornava-se, assim, inútil e perigoso, sobretudo na medida em que, por seus compromissos sociais e políticos com suas próprias bases, relutava em tornar-se plenamente antipopular e demasiadamente complacente para com as grandes empresas nacionais e estrangeiras. Em 1955, as organizações de extrema-direita, representadas por intelectuais como Meinville e Franceschi, menosprezavam o peronismo, condenavam o conceito de *justiça social* e consideravam que as reformas sociais estavam indo longe demais, ocultando *sementes do marxismo e promovendo a exacerbação da luta de classes* (v. Direita Argentina). Na década de 1970, a extrema-direita estava inserida nas franjas do poder através da organização terrorista da Associação Anticomunista Argentina (AAA) e tentava exercer influência ideológica sobre os quadros dirigentes peronistas, lamentando a presença de elementos liberais e socialistas; entretanto, a maioria de suas teses não era compatível com os conteúdos do peronismo central (v. Conservadorismo). O terrorismo da *Triple A* e as atividades de organizações de direita como o *C. de O* (Comando de Organização), *CNU* (Concentração NACIONAL Universitária) e *JPra* (Juventude Peronista da República da Argentina) tentavam debilitar a corrente sindical do peronismo central, destruir inclusive a esquerda não insurrecional do movimento e encobrir políticas econômico-

-sociais reformistas; exaltavam lemas antissemitas e lutavam contra a *anarquia* e a *partidocracia bolchevique e liberal* (v. Anticomunismo & Guerra Fria).

Até a sua morte, Perón conseguiu manter-se como árbitro das diversas tendências do movimento, definindo as correntes como *apressadas* ou *retardatárias* por serem contrárias à sua própria posição, ou seja, a de equilíbrio. No entanto, preocupava-se com a institucionalização do movimento e com a disciplina partidária, que não mostravam sinais de progresso. Com a sua morte e a sangrenta ditadura militar que assolou a Argentina, todas as correntes peronistas debilitaram-se (v. Militarismo). A partir de 1983, as figuras mais destacadas da reorganização peronista — Bittel, Luder, Cafiero, Robeldo, Menen, Grosso, etc. — representaram matizes diversos dentro da tradição do peronismo central. Os setores de extrema-direita e extrema-esquerda não reapareceram com a virulência e com o peso político comparáveis aos que tiveram no período de 1973 a 1976 (v. Autoritarismo & Baderna).

Claudia Wasserman

Referências Bibliográficas:

KAPLAN, Marcos. Cinquenta anos de história argentina (1925–1975): o labirinto da frustração. In: GONZÁLES

CASANOVA, Pablo. **América Latina: História de meio-século, vol. I**. Brasília, UnB, 1988

MIGUENS, Juan Henrique; TURNER, Frederick C.(org.). Racionalidad del Peronismo. Buenos Aires, Planeta, 1988. MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. Estudios sobre los orígenes del peronismo. México, Siglo XXI, 1971.

ROCK, David. La Argentina autoritaria. Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública. Buenos Aires, Ariel, 1993.

RUBIO, Luis. Argentina: a promessa não cumprida. In: CUEVA, A. **Tempos Conservadores**. São Paulo, Hucitec, 1989.

PINOCHET, Augusto (Biografia Política). Nascido na cidade de Valparaíso a 25 de novembro de 1915, Augusto Pinochet Ugarte casou-se com Maria

Lucía Hiriart Rodríguez e teve cinco filhos, dois homens e três mulheres. Dedicou grande parte de sua vida às Forças Armadas, em especial, ao Exército. Torna-se conhecido na configuração política internacional ao subir ao poder liderando o golpe militar de 11 de setembro de 1973 que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, morto durante a invasão do Palácio de La Moneda em Santiago (v. Militarismo). Na época, surge a versão de que Allende haveria se suicidado, sob pressão dos militares, para esquivar-se à renúncia ou à deposição. Instaura-se um Estado de exceção em que a tortura e o assassinato ceifam os opositores ao regime (Autoritarismo & Oposição/Situação). Em 14 de setembro de 1973, o novo Governo dissolve o Parlamento, elege o comunismo como o principal inimigo do país e elimina o pluripartidarismo vigente (v. Ditadura). Iniciava-se, assim, uma das mais sangrentas ditaduras da América Latina (v. Anticomunismo & Guerra Fria). Em março de 1974, Pinochet viajaria ao Brasil para homenagear a posse do novo presidente, general Ernesto Geisel. Tornar-se-ia aliado próximo do governo brasileiro — ainda à época do golpe, agentes das Forças Armadas seriam enviados ao Chile para auxiliar o ditador em início de carreira. Em junho do mesmo ano, Pinochet elabora a DINA (Administração da Inteligência Nacional), polícia política responsável pelo combate à subversão. Em dezembro, Pinochet publica o decreto que o torna chefe supremo do Estado chileno. Em 1976, o coronel Manuel Contreras, chefe da DINA, planeja o assassinato do ex-ministro socialista Orlando Letelier, exilado nos EUA desde o golpe de Estado. Letelier e sua secretária, Ronni Moffitti, foram mortos em Washington após a explosão de uma bomba instalada no automóvel que usavam. Em 1980, um plebiscito de idoneidade duvidosa aprova uma nova Constituição a qual estende por dez anos o mandato de Pinochet. Dois anos depois, um crime choca a oposição: o recalcitrante sindicalista Tucapel Jiménez aparece decapitado na periferia de Santiago. Em 1984, na esteira do neoliberalismo, o ditador põe à venda empresas públicas, objetivando atrair o capital privado para o país (v. Consenso de Washington). Em 1986, Pinochet escapa de um atentado, também na zona periférica de Santiago, em que morrem cinco membros da escolta presidencial. Após dois anos, a efervescência política se agrava e Pinochet suspende o estado de sítio que vigorava desde 1973 e mais da metade dos cidadãos chilenos se opõem, em plebiscito, à proposta do ditador para prolongar seu poder até 1997. Iniciava-se o processo de crise do regime militar: em 1989, o

líder democrata-cristão Patricio Aylwin é eleito presidente com mais de 55% dos votos; no ano seguinte, Pinochet passa a Presidência às mãos de Aylwin e reabre o Parlamento. Estima-se que a ditadura pinochetista foi responsável pelo desaparecimento ou morte de 3.197 opositores políticos (v. Doutrina da Segurança Nacional).

Em 1994, o líder democrata-cristão Eduardo Frei é eleito presidente. No ano posterior, o general Manuel Contreras, ex-chefe da DINA, e o brigadeiro Pedro Espinoza são condenados à prisão pela morte do chanceler Orlando Letelier. Em 1998, Pinochet cede o comando do exército ao general Ricardo Izurieta e torna-se senador vitalício, seguindo os preceitos da constituição de 1981 concebida por ele próprio. Em 11 setembro de 1998, o Chile comemora pela última vez o dia do golpe militar contra Allende. O senado eliminaria o feriado, considerado um dos principais emblemas da ditadura. Em 17 de outubro, o ex-ditador é detido em Londres após a solicitação do juiz espanhol Baltazar Garzón, que acusa Pinochet de genocídio, tortura e terrorismo, envolvendo noventa e quatro pessoas de diferentes nacionalidades (espanhóis, argentinos, chilenos, americanos e ingleses). O Governo chileno atua concomitantemente em várias frentes para obter a libertação do general e tenta reconhecer, junto ao Tribunal Superior da Grã-Bretanha, a sua imunidade enquanto chefe de Estado relativa à época que se referia as acusações contra ele. Inicialmente, a justiça inglesa legitima a imunidade de Pinochet (v. Ditadura e Memória). No entanto, no mês seguinte, a Câmara dos Lordes — câmara alta do parlamento britânico que funciona também como corte suprema — decide que o ex-ditador chileno não pode desfrutar de tal direito, pois crimes como tortura e sequestro não são funções de chefes de Estado. Apesar da reação conservadora, em dezembro de 1998, o ministro do Interior, Jack Straw, autoriza a abertura de um processo de extradição à Espanha contra Pinochet (v. Operação Condor e Memória & Conservadorismo).

Carlos Leonardo Bahiense da Silva

Referências Bibliográficas:

Jornal O Globo – (Rio,12/01/98; Rio, 15/01/98; Rio, 20/10/98; Rio, 23/10/98; Rio, 26/11/98; Rio, 02/12/98; Rio,

09/12/98; Rio, 10/12/98; Rio, 18/12/98, 08/01/99)

Jornal do Brasil – (Rio, 09/01/98; Rio, 15/01/98; Rio, 26/04/98; Rio, 15/10/98; Rio, 24/10/98; Rio, 29/10/98; Rio, 26/11/98; Rio, 28/11/98; Rio, 29/11/98; Rio, 04/12/98; Rio, 05/12/98; Rio, 10/12/98; Rio, 11/12/98; Rio, 18/12/98; Rio, 08/01/99)

Jornal Folha de São Paulo – (São Paulo, 22/10/98)

PIO XII, O Caso. Nascido a 2 de março de 1876 em Roma, fazendo parte de uma família de juristas da Igreja, Eugenio Pacelli foi eleito Papa em março de 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. A sua trajetória começou em 1904, quando se destacou nos estudos de Direito Civil e Canônico, alcançando em seguida o posto de camarista papal, com o título de monsenhor. Uma de suas primeiras tarefas foi a elaboração do Código do Direito Canônico, documento que reformulou as relações entre o Papado e a Igreja, dirimindo os particularismos locais existentes e estabelecendo os critérios da supremacia incontestada da Santa Sé. Pacelli dedicou-se também às questões de âmbito diplomático, tornando-se um especialista nas relações internacionais do Vaticano. Em 1911, foi promovido ao posto de subsecretário do Departamento de Assuntos Extraordinários, atuando diretamente na assinatura de uma Concordata com a Sérvia (24/6/1914), visando projetar a influência da Igreja Católica na Europa Oriental. Em 1917, à medida que a Primeira Guerra Mundial caminhava para seus momentos finais, Eugenio Pacelli foi transferido para a Alemanha, onde permaneceria como núncio por treze anos. Nos últimos meses do conflito, participou de campanhas de assistência da Santa Sé, distribuindo alimentos e roupas em campos de prisioneiros. Com o fim da guerra, vivendo em Munique durante a Revolução de Kurt Eisner, Pacelli expressou em carta enviada a um superior sua repulsa aos judeus, em uma linguagem muito próxima daquela que Hitler usaria poucos anos mais tarde em Mein Kampf:

“A cena do palácio era indescritível. A confusão era total e caótica, a sujeira repugnante; soldados e operários armados entravam e saíam (...) No meio de tudo isso, um

bando de mulheres de aparência duvidosa, judias, como todos ali, refestelava-se em todas as salas, com uma atitude devassa e sorrisos sugestivos (...) Esse Levien [um dos líderes] é jovem ainda, em torno de 30 ou 35 anos, também russo e judeu. Pálido, sujo, olhos de drogado, voz rouca, vulgar, repulsivo, com um rosto que é ao mesmo tempo inteligente e astucioso.” (v. Alteridade & Eugenia).

Pacelli encaminhou as relações diplomáticas entre a Santa Sé e o governo de Weimar, sendo o primeiro diplomata a se apresentar à jovem República Alemã. Nomeado cardeal em 1929, Pacelli desenvolveu uma indelével postura anticomunista, utilizando regularmente a expressão Triângulo Vermelho para caracterizar a ameaça comunista na Espanha, na União Soviética e no México, onde a presidência de Plutarco Elías Calles assumiu um caráter anticlerical (v. Anticomunismo).

Em 1933, com a chegada de Hitler ao poder, Pacelli atuou diretamente na assinatura de uma Concordata com o novo governo alemão, estabelecendo as relações entre a *Weltanschauung* (Concepção do Mundo) nazista e a Santa Sé, através da determinação das áreas de atuação do Estado e da Igreja Católica na Alemanha (v. Fascismo na Alemanha). Entretanto, o desrespeito de Hitler à Concordata, seguido do silêncio de Pacelli, contribuíram para que os bispos alemães se pronunciassem. Reunidos em Fulda, uma comissão de bispos alemães pediu a interferência do Papa Pio XI, a esta altura já atormentado por diversos problemas de saúde que em breve causariam a sua morte. Em maio de 1937, a Santa Sé lançou uma encíclica — *Mit Brennender Sorge* (*Com Ardente Preocupação*) — denunciando a violação da Concordata de 1933 e o neopaganismo nazista, além de reafirmar a primazia papal (v. Concordata e Fascismo, Operação Eutanásia & Tratado de Latrão).

Com a morte de Pio XI, Pacelli foi eleito papa a 2 de março de 1939 em um dos conclaves mais rápidos da História da Igreja. Escolhendo o nome de Pio XII, sua coroação ocorreu dez dias mais tarde, sendo a primeira a ser transmitida pelo rádio e filmada integralmente, sugerindo a capacidade do Papado de expressar as opiniões da Igreja por todo o mundo. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, entretanto, a posição de Pio XII foi marcada pela omissão em relação à violência nazista, particularmente ao extermínio dos judeus (v. Campos de Concentração & Regime de Vichy e os Judeus). Em um pronun-

ciamento no Natal de 1942, o papa fez sua crítica mais direta aos horrores da guerra, declarando:

“A humanidade deve esse voto às centenas de milhares de pessoas que, sem qualquer culpa pessoal, às vezes apenas por razão de sua nacionalidade ou raça, estão marcadas para a morte ou extinção gradativa.” (v. Inimigo & Natureza).

Essa declaração, apesar do caráter vago e impreciso, foi muito mal-recebida tanto por Mussolini quanto pelo embaixador alemão, Ribbentrop. Os aliados, por sua vez, também a criticaram, acusando a ausência da palavra nazista ou mesmo de qualquer menção direta aos judeus.

Durante a guerra, Pio XII demonstrou grande preocupação em manter Roma livre dos bombardeios. O Pontífice envolveu-se também em uma conspiração inglesa para depor Hitler, não levada adiante por questões de segurança. Apesar das evidências em torno de seu caráter omissivo em relação ao Holocausto, chegou a auxiliar um grupo de judeus romanos quando estes iriam ser deportados pelo esquema Eichmann. Com o final da guerra, Pio XII empenhou-se em identificar desaparecidos, chegando a contabilizar cerca de 12 milhões de casos, atitude muito bem recebida pela comunidade internacional. Sua postura anticomunista, entretanto, continuou aguçada, chegando a declarar em 1949 que excomungaria todos aqueles que ingressassem no Partido Comunista Italiano (v. Autoritarismo). Ainda em relação à política italiana, três anos mais tarde, tornou o Vaticano uma peça-chave na aliança anticomunista entre democratas cristãos e grupos de extrema-direita, incluindo neofascistas (v. Fascismo). Além de uma série de medidas episcopais, o fim do pontificado de Pio XII foi marcado pela crítica aberta ao regime comunista húngaro. O caso do cardeal Joseph Mindszenty, preso e torturado pelo regime, foi denunciado repetidamente (v. Tortura). Quando a Revolução Húngara foi esmagada pelas tropas soviéticas, em 1956, Pio XII lançou três encíclicas em apenas dez dias, todas elas denunciando as arbitrariedades e as violências comunistas. Na mensagem de Natal, afirmou com veemência: “Houvéssemos silenciado, teríamos de temer muito mais o julgamento de Deus.” (v. Conservadorismo).

Com a morte de Pio XII, em 9 de outubro de 1958, as polêmicas em relação à sua postura na Segunda Guerra Mundial acenderam com intensidade. Em 1963, a peça *O Representante*, de Rolf Holchhuth, tratava Pacelli como um ardoroso antisemita, não só omisso, como claramente disposto a não cooperar com os judeus caçados pelos nazifascistas em Roma. Um ano mais tarde, *Pio XII e o Terceiro Reich*, de Saul Friedländer, representou um marco historiográfico para a questão. Em 1965, o livro de um ex-padre, Carlo Falconi, *The Silence of Pius XII*, acusou Pacelli de conhecer e cooperar com as tropas ustaches na Croácia, uma das experiências mais violentas da Segunda Guerra Mundial. A reação do Papa Paulo VI foi delegar uma comissão de historiadores jesuítas com o propósito de investigar as questões referentes a Pio XII e o nazismo. Pronta, a obra foi editada em onze volumes entre 1965 e 1981, com o título *Actes e Documents relatifs à la Seconde Guerre Mondiale*. Na década de 1980, as investigações em torno de criminosos nazistas que fugiram para a América do Sul com a ajuda da Santa Sé trouxeram novamente à tona o caso Pio XII. Com o avanço do processo de canonização de Pio XII, a cargo dos jesuítas, novas denúncias foram feitas em relação à postura de Pacelli durante a Segunda Guerra. A principal referência neste sentido é o livro *Hitler's Pope: The Secret History of Pius XII*, escrito pelo historiador inglês John Cornwell e lançado em 1999. Apesar de duramente criticado pela Santa Sé, que o chamou de ficção histórica, mesma adjetivação dada à peça de Holchhuth, o livro de Cornwell promoveu por parte de historiadores da Igreja uma nova investigação das atitudes do papa Pio XII, interrompendo, apenas temporariamente, segundo afirmam os representantes do papa João Paulo II, o processo de canonização (v. *Ideologia*).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

CORNWELL, John. *Hitler's Pope: The Secret History of Pius XII*. New York, Viking Penguin, 1999.

Dossier "Les Combats des Papes", In **Revista Historia**, setembro 1996, número 529.

DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores: História dos Papas*. São Paulo, Cosac & Naify Edições, 1998.

LEVISSE-TOUZÉ, Christine; MARTENS, Stefan (orgs). Des Allemands contre le Nazisme. Paris, Éditions Albin Michel, 1997.

PLÍNIO SALGADO (Trajetória Política e Ideias). Romancista, poeta, ensaísta, político, fundador e chefe do integralismo brasileiro, nasceu a 22 de janeiro de 1895 em São Bento do Sapucaí (São Paulo). Aos dezoito anos, juntando-se a alguns líderes da região, criou o Partido Municipalista, primeira organização política destinada a defender os interesses municipais no País. Dedicou-se a diversas atividades sociais, logo demonstrando espírito de liderança. Interessando-se pelas atividades jornalísticas, cria o semanário *Correio de São Bento*. Chega à capital paulista em 1919, desenvolvendo a partir de então uma intensa atividade jornalística no *Correio Paulistano*. Em 1922, participa ativamente da Semana de Arte Moderna, durante a qual define sua posição pelo nacionalismo, juntando-se ao grupo “Verde-amarelista”, com Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Jeovah Motta, Raul Bopp, do qual sairá o “Manifesto da Anta”. Com esse manifesto, o grupo marca posição divergente do grupo “Pau Brasil”, que reunia Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e outros em torno do “Manifesto Antropofágico” (v. Modernismo nas Artes).

Em 1926, Plínio escreve e lança o seu primeiro livro, *O Estrangeiro* — romance de caráter político que o torna nacionalmente conhecido pelo sucesso literário que obteve, já marcadamente moderno em seu estilo — no qual antecipa suas preocupações em procurar a causa da degradação moral da sociedade, o potencial e a disponibilidade dos intelectuais e a ação corrosiva do comunismo — fatores estes que lhe sugerem as dores e os desacertos de uma sociedade em mudança, na busca angustiada de seu próprio caminho (v. Atraso & Prussianismos Brasileiros). Em 1928, juntando-se ao grupo liderado por Júlio Prestes, é eleito deputado estadual pelo partido Republicano Paulista com expressiva votação. A sua atuação parlamentar o leva a tentar renovar os quadros do PRP, modernizando-o, mas suas iniciativas são frustradas frente à reação oligárquica da máquina partidária (v. Conservadorismo no Brasil República). A sua “dissidência” leva-o a demitir-se do *Correio Paulistano*, órgão

máximo do situacionismo paulistano. Passará, então, a trabalhar no escritório do advogado Alfredo Egídio de Souza Aranha.

O ano de 1930 será marcante na trajetória política de Plínio Salgado por uma “ausência” significativa. Estará afastado dos episódios que marcaram a revolução de outubro porque permanecia em viagem pela Europa e pelo Oriente, indo como preceptor do filho de Egídio de Souza Aranha. A viagem foi duplamente importante, permitindo-lhe observar as mudanças que ocorriam nas velhas nações, particularmente, as iniciativas transformadoras do fascismo na Itália, chegando a entrevistar-se com Mussolini. Por outro lado, o seu distanciamiento do fato revolucionário que se desenrolava no Brasil possibilitou-lhe uma avaliação mais crítica do novo contexto político nacional que então surgia com o advento da segunda república: “Não é esta a revolução (de tipo liberal) que precisamos”, diria. Desde que se desencantara com sua atuação parlamentar e partidária nos quadros do PRP, Plínio passou a acalentar a ideia da impossibilidade de se empreender uma ação política de renovação e modernização da vida brasileira dentro do quadro partidário vigente no País (v. Coronelismo). Somente um movimento político de novo tipo seria capaz de enfrentar com êxito os graves problemas nacionais — econômicos, sociais, políticos e morais — que o sistema político vigente era incapaz de resolver. Plínio Salgado chegou a confidenciar aos amigos a sua intenção de criar algo politicamente novo tão logo retornasse de sua viagem. Assim, *O Esperado*, seu segundo romance político, publicado em 1931, revelará a inquietação dos que pensam e sofrem nas metrópoles tentaculares. Ele mesmo interpretará essa sua obra como um esboço do que seria a chave capaz de decifrar as angústias econômicas e sociais geradas pela atuação do capitalismo internacional, enquanto se enunciam os índices do materialismo e do espiritualismo na vida da Nação.

Em 1932, explode a Revolução Constitucionalista a partir de São Paulo. Plínio funda a Sociedade de Estudos Políticos (SEP) e escreve diariamente artigos políticos para o jornal *A Razão*, onde aplaude as iniciativas centralizadoras do novo governo provisório chefiado por Vargas. Tais artigos irritam os “constitucionalistas”, que empastelam o jornal. Assim que termina a Revolução, com a vitória das forças do governo central, Plínio julga chegada a hora de lançar o Manifesto de Outubro, que dará início à Ação Integralista Brasileira (AIB). Em dezembro, sai publicado *O Cavaleiro de Itararé*, que é dedicado à mocidade das

Escolas e do Exército Nacional, em que expõe o fantasma das revoluções sangrentas (v. Jovens Turcos). Segundo Plínio, este livro completará a sequência de três estudos-depoimento: *Um Aviso*, *Um Prognóstico* e *Uma Glorificação*. Em 1933, ele publica *Psicologia da Revolução*, que é dedicado aos intelectuais, e *O que é o Integralismo?*, dedicado à massa popular, uma orientação doutrinário-ideológica bem definida. Segue-se intensa publicação de livros doutrinários: *A Quarta Humanidade*, em 1934; *Palavra Nova de Tempos Novos*, em 1935; *Doutrina do Sigma*, em 1936; e *Páginas de Combate*, em 1937 (v. Sociedade Integral).

Em 1934, em meio ao crescimento vertiginoso do integralismo por todo País, é promulgada a Carta Constitucional, confirmando o mandato de Vargas por mais quatro anos. Em princípios de 1935, é criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), congregando forças políticas de centro-esquerda numa frente única *antifascista* (v. Frentes Populares Antifascistas no Brasil). Em março desse mesmo ano, reúne-se o 2º Congresso Nacional Integralista em Petrópolis, no qual a A.I.B se transforma em partido político, sendo Plínio Salgado confirmado como Chefe Nacional. O novo partido propõe-se a respeitar os termos legais da Constituição de julho de 1934, lutando por meios pacíficos para implementar seus objetivos, quais sejam:

“Culto a Deus, à Pátria e à Família; unidade nacional; princípio da Ordem e da Autoridade; prestígio do Brasil no Exterior; Justiça Social e Paz entre as famílias brasileiras mediante o sistema orgânico e cristão das corporações; economia social; grandeza e prestígio das Forças Armadas; união de todos os brasileiros”(v. Corporativismo: Teoria).

A radicalização ideológica e política não tarda a produzir conflitos sangrentos entre aliancistas e integralistas. Em novembro de 1935, explode a insurreição comunista em quartéis do Rio de Janeiro e de algumas capitais do Nordeste. A rebelião é prontamente sufocada pelas forças governamentais. Segue-se o desmantelamento da ANL. O movimento da Ação Integralista expande-se por várias centenas de municípios em todos os estados da União. Em 1937, Plínio Salgado é lançado como candidato oficial do Integralismo à Presidência da República, em disputa com outros dois candidatos: Armando Salles Oliveira

(dos setores mais liberais de oposição a Vargas) e o ex-ministro José Américo, que articulava setores oligárquicos (de Minas Gerais, da Bahia e de Pernambuco) mais próximos do governo. Em 10 de novembro, porém, Vargas, por meio de um golpe de Estado, suprime a Constituição em vigor e implanta o Estado Novo no Brasil. Uma nova Constituição é outorgada e todos os partidos políticos são dissolvidos. Uma tentativa de derrubar Vargas e o novo regime é ensaiada em maio de 1938, com a participação de integralistas e liberais, visando a restauração democrática. O fracasso do “putsch” resultará na prisão de Plínio Salgado, seguida do seu exílio em Portugal, onde irá desenvolver fecunda atividade intelectual. Em 1942, publicará uma *Vida de Jesus*, em três volumes. Em 1946, com a redemocratização, retorna ao Brasil e funda o Partido de Representação Popular (P.R.P), do qual será o presidente. Em 1955, candidata-se novamente à Presidência da República, disputando com Juarez Távora, Ademar de Barros e Juscelino Kubitschek de Oliveira. Em 1958, elegeu-se deputado federal pelo Paraná e, em 1962, por São Paulo. Após a Revolução de Março de 1964, Plínio ingressará na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, renovando seu mandato de deputado federal em 1964, 1970 e 1974 e participando ativamente da Comissão de Educação e Cultura do Congresso Nacional. Em 1973, Plínio cria o MORENA (Movimento de Renovação Nacional), proclamando não ser esse um movimento com objetivos políticos, porém, com finalidades cívicas e culturais. Plínio Salgado virá a falecer a 7 de dezembro de 1975, em São Paulo.

Alguns estudiosos e comentaristas têm observado que, no homem público Plínio Salgado, o talento do homem “de ideias” foi sempre superior ao do homem “de ação”. Concorde-se ou não com esta assertiva, o fato insofismável é que, desde o início de sua trajetória na vida pública até encerrá-la em 1975, momento de seu sexto mandato de deputado, toda a sua atividade política obedeceu sempre escrupulosamente ao imperativo absoluto das ideias que formulava nos anos de 1920 e 1930. É somente levando isso em consideração que se pode entender em Plínio a subordinação da ação ao império das convicções. Assim, na formação do seu pensamento político-social, Plínio Salgado toma por base dois conjuntos de leituras bem diferenciadas e que estão dispostas em momentos próprios de sua formação intelectual: de 1922 a 1926, absorveu textos de Marinetti, Apollinaire, Nietzsche, Max Jacob e outros, que despertaram sua reflexão para a problemática da filosofia da arte e

do novo senso estético moderno; de 1926 até 1930, emerge a problemática social e o seu encontro com as teorias socialistas e marxistas foi inevitável — são as leituras de Feuerbach, Hegel, Marx, Lênin, Sorel, Trotsky, Plekhanov, Riazanov. Entretanto, a adolescência de Plínio também foi marcada por intensas leituras de Lamarke, Haeckel, Le Bon, Buchner, Spencer e, principalmente, Farias Brito. Esta última leitura reforçou em Plínio as matrizes de um espiritualismo revigorado e ativista em convergência com a formação católica que já recebera no lar doméstico (v. Evolucionismo & Natureza).

Entre 1927 e 1930, Plínio Salgado parece ter firmado a base de suas convicções: o amálgama das ideias que havia recolhido e a experiência já adquirida na política convenceram-no de que nada de novo poderia ser iniciado no Brasil dentro do velho esquema dos partidos políticos tradicionais. Não eram expressões do espírito da nacionalidade e das energias populares represadas e estancadas. Eram, antes, expressões de interesses regionalistas, de partidarismos individualistas que, vez ou outra, descambavam para alianças revolucionárias que punham sob ameaça a prodigiosa, mas frágil, unidade nacional. Assim, uma política nova era urgente para declarar guerra de morte aos regionalismos. Em 1930, Plínio chegou à convicção da urgência de uma verdadeira *revolução*. No entanto, esta deveria ser precedida de uma reformulação do pensamento nacional, ou seja, antes de chegar às massas, deveria despertar as elites intelectuais para a reconstrução desse pensamento nacional: vinculado ao estudo das nossas realidades, longe do formalismo e do academicismo, de forma que desvendasse o conhecimento das bases geográficas, étnicas, linguísticas e históricas reveladoras do caráter e da alma do povo brasileiro; que ao mesmo tempo se afastasse definitivamente das fórmulas políticas e dos preconceitos intelectuais importados do exterior — expressões do imperialismo cultural que nos escravizava (v. Oliveira Vianna). Desse empreendimento, deveria resultar: um novo sentimento de crença nas possibilidades do nosso povo; a afirmação da nacionalidade; a criação de instituições e costumes políticos novos, adequados às nossas peculiaridades de povo e arraigados às nossas tradições espiritualistas e cristãs. A ideia revolucionária é, portanto, de ruptura com o ceticismo e com a descrença — produzindo uma nova ordem moral — e de restauração do orgulho por nossas origens formadoras, que haviam resultado numa civilização ímpar no solo da América. Era sobre essa base conservadora que a revolução nacional deveria chegar às massas, des-

pertando suas energias, mobilizando-as para o imenso trabalho de construção da grande Pátria Brasileira (v. Centenário de Nascimento de Olavo Bilac).

Nos anos de 1920 e 1930, além do tema do nacionalismo, Plínio meditou e desenvolveu suas reflexões sobre a doutrina social da Igreja, a falência do liberalismo e da democracia parlamentar, o problema da Autoridade e da Ordem e a busca de formas de organização do Estado que escapassem ao dilema liberalismo/totalitarismo. Num texto de 1927, ele marcaria a sua posição, alertando para os últimos acontecimentos do drama europeu:

“A nossa obra não é, não pode ser ainda, de sistematização filosófica, mas será de integração espiritual da nacionalidade. É o bandeirismo num sentido novo. Nosso trabalho é mais de ação do que de pensamento. Precisamos agir no sentido de fundar sobre a pura tradição brasileira um espírito de afirmação e de independência”. E acrescenta: “Não se pode negar o contingente da ação espiritual na economia dos povos. Essa força, que é inegável na história de humanidade, poderá ser a salvação do mundo contemporâneo”.

Ainda não havia sistematizado um corpo doutrinário, mas apenas esquematizara as grandes linhas da sua posição filosófica, partindo de uma coerente ordenação social e política com enraizamento profundo na *alma da nacionalidade* (v. PENNA, Belisário). Entretanto, desde os primeiros trabalhos, o projeto doutrinário de Plínio Salgado mostrava uma evolução sempre orientada num sentido bem definido e do qual jamais se afastará: criar uma doutrina nacional-brasileira capaz de abranger o conjunto integral da atividade social, dando-lhe coerência e significado. A doutrina a que chega será o *integralismo* (v. Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral). Assentada na própria história das raízes nacionais que originaram o povo brasileiro — o tradicionalismo — extrai dela a projeção da sua verdade através do conjunto de princípios que vertem da própria sociedade. Esses princípios são imutáveis e são de ordem *espiritual*, permanentes, e se constituem na essência da *nacionalidade*. Eles condicionam o sentido e o ritmo próprio da dinâmica social no curso da sua atualização constante. O primeiro princípio pertence ao plano transcendente, na ordem da divindade; o segundo pertence ao plano moral e, portanto, imamente à questão do dever; o terceiro determina a questão da responsabilidade.

Esses e os demais princípios dos quais facultarão deduzir o corpo da doutrina, organizar uma análise da realidade e apresentar os indicadores do projeto de um Estado Integral estão no Manifesto Doutrinário de Outubro de 1932. Deles se pode perceber a procedência consequente e lógica de que a luta pela afirmação e independência nacional, tal como a reconstrução das relações sociais e da vida econômica sob o signo da ordem justa, resulta numa luta sem quartel contra as diversas expressões do materialismo: contra a liberal-democracia e o comunismo; o utilitarismo burguês, o espírito de facção e o niilismo; a inorganicidade dos partidos, do sistema do sufrágio e a demagogia socialista. Preocupado com que o movimento que dirigia fosse identificado com o totalitarismo, Plínio Salgado assim se pronunciou no *Manifesto Programa* de 1936:

“A democracia pode ser considerada como a expressão da liberdade do povo. O Integralismo quer salvar a democracia identificando o Estado com a Nação e não com uma pessoa, um partido ou uma classe, substituindo, pois, o sufrágio atômico dos partidos pelo voto orgânico das corporações. Os estudos históricos afastam do movimento a tendência à ditadura” (v. *Tradição & Völkisch*).

Plínio Salgado e o Integralismo. Dentro do Integralismo, o pensamento de Plínio Salgado constituiu-se basicamente numa variante do tradicionalismo católico que foi dominante no movimento, embora outras vertentes também encontrassem o seu espaço e expressão própria. A partir dos anos de 1970, dos estudos feitos sobre o pensamento de Plínio Salgado, quando a problemática do pensamento autoritário brasileiro e da modernização conservadora suscitavam grande interesse na investigação acadêmica, alguns trabalhos sobre o integralismo apareceram (v. *Conservadorismo*). Dentre esses, cumpre assinalar:

Hélgio Trindade, *O Integralismo (o fascismo brasileiro da década de '30)* — provavelmente, foi um estudo pioneiro pela profundidade com que aborda e analisa a Ação Integralista Brasileira, abarcando desde os seus antecedentes, o seu desenvolvimento, a estrutura organizacional, a composição social, as clivagens ideológicas, o perfil da militância. Acompanha a sua pesquisa uma farta exploração da documentação. Continua sendo uma obra de referência histórico-sociológica para qualquer estudo referente ao integralismo brasi-

leiro. No que toca ao pensamento político de Plínio Salgado, Trindade o situa no campo doutrinário do *tradicionalismo católico*, da filosofia *tomista*, influenciado pelos teóricos do integralismo lusitano, tais como: Antônio Sardinha, Rolão Preto, Oliveira Salazar, João Ameal e Hipólito Raposo.

J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, em que o autor faz um estudo do pensamento político de Plínio Salgado, avaliando a sua obra literária e doutrinária, assim como as relações possíveis com sua atuação política desde os primórdios dos anos de 1920 até a fundação da A.I.B. O autor, utilizando-se de uma metodologia marxista ortodoxa e com forte inclinação ao dogmatismo, recusa uma natureza “fascista” ao pensamento de Salgado, concluindo por considerá-lo a expressão ideológica de um “regressivismo” que seria produto de um “capitalismo hipertardio” em desenvolvimento no Brasil nos anos de 1920 e 1930. No entendimento do autor, a consciência integralista de Plínio Salgado é um apelo desesperado (daí o radicalismo que assume tons “fascistas”) de regressão às bases ruralistas da vida social e política de um Brasil arcaico que se desintegra pelo desenvolvimento tardio e lento, porém irreversível, das forças produtivas do capitalismo industrial e urbano. Em Salgado, pois, não haveria fascismo algum a ser proposto, mas a irracionalidade mais branda de um reacionarismo patriarcal-autoritário de regresso à ruralidade.

Ricardo Benzaquém de Araújo, em *Totalitarismo e Revolução, o Integralismo de Plínio Salgado*, é o mais recente e também o mais criativo dos estudos até agora feitos sobre o pensamento político de Plínio Salgado. Embora utilize um conceito polêmico (“Totalitarismo”), que ainda não foi plenamente esclarecido e reavaliado no campo da linguagem conceitual das ciências sociais, o autor opera criteriosamente, discutindo as possibilidades do seu emprego de modo pertinente a fim de captar o imaginário político de Salgado.

Tomando a noção de totalitarismo revalidada e ampliada por Hanna Arendt (*The Origins of Totalitarianism*) e outros autores que nos anos de 1960 e 1970 dinamizaram o conceito, Benzaquém busca aplicá-lo na tentativa de interpretar a matriz pliniana dentro do movimento integralista. Opera, então, com a distinção entre “Estado Totalitário” e “Estado Autoritário”, entre “Estado Totalitário” e “Movimento Totalitário”. Estabelece a pertinência entre “movimento totalitário” e as ideias modernas de “revolução” e “democracia”, cuja compatibilidade se faz presente em função do papel de destaque que tem a

ideologia na mobilização política intensa nas modernas sociedades de massas. Os movimentos totalitários modernos caracterizar-se-iam pelos dois elementos cruciais que os distinguem do conservadorismo e do **autoritarismo**: uma ideologia revolucionária e a intensa participação das massas, mobilizadas permanentemente pela ideologia e motivadas no culto à figura do chefe ou líder. Analisando as obras doutrinárias e textos políticos de Salgado, Benzaquém conclui que o seu pensamento político, ao contrário do pensamento de Reale e o de Barroso, constitui-se em algo distante de um conservadorismo autoritário e está totalmente identificado com a ideia revolucionária, concebendo o integralismo como uma doutrina capaz de realizar a libertação do Brasil com a participação de todos os brasileiros (v. Miguel Reale e a Teoria do Estado Integral).

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

A obra completa de *Plínio Salgado* foi publicada em 20 volumes pela Editora das Américas, de São Paulo, no período de 1954–1956: VOLUME I – A Vida de Jesus (1942); VOLUME II – A Vida de Jesus (1942); VOLUME III – A Vida de Jesus (1942); VOLUME IV – Geografia Sentimental (1937), Viagens pelo Brasil, O Poema da Fortaleza de Santa Cruz, Nosso Brasil, 1954; VOLUME V – A Quarta Humanidade (1935); VOLUME VI – Aliança do Sim e do Não (1948). Primeiro Cristo (1946), O Rei dos Reis, 1955; VOLUME VII – Psicologia da Revolução (1934), Palavra Nova dos Tempos Novos (1936), Madrugada do Espírito, 1955; VOLUME VIII – A Imagem daquela noite e outros escritos, São Judas Tadeu e São Simão, A mulher do Século XX, Conceito Cristão de Democracia (1946); VOLUME IX – O que é o Integralismo? (1933), O Integralismo perante a nação (1946); VOLUME X – Despertemos a Nação, Página de Ontem, Discursos (1935); VOLUME XI – O estrangeiro (Romance, 1926), Pio IX e seu tempo, 1955; VOLUME XII – O Esperado (Romance, 1931); VOLUME XIII – O cavaleiro de Itararé (Romance, 1933); VOLUME XIV – A voz do Oeste (Romance histórico, 1934); VOLUME XV – O Espírito da burguesia, Mensagem às pedras do deserto; VOLUME XVI – O ritmo da história (ensaios políticos, 1949); VOLUME XVII – A tua vez, Senhor (1946), A inquietação espiritual na atualidade brasileira, 1956; VOLUME XVIII – Como nasceram as cidades do Brasil? (1946), Roteiro e crônicas de mil viagens, Oriente (impressões de viagens, 1930); VOLUME XIX – Literatura e política (1927); VOLUME XX – Discurso às Estrelas (Contos e crônicas, 1927).

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

CHASIN, J. O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

TRINDADE, Héglio. Integralismo, fascismo brasileiro da década de Trinta. São Paulo, Difel, 1979. (2ªed.)

PLÍNIO SALGADO E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL. A noção de Estado Integral aparece mais ou menos delineada em seus postulados fundamentais já no manifesto de 7 de outubro de 1932, que lançaria o Integralismo ao nível nacional. Porém, ao longo do tempo em que se desenvolveu a sua atuação política e doutrinária, a concepção integralista do poder, do seu exercício e da natureza própria do Estado que almejava implantar foi sendo enriquecida. Tão logo terminara derrotada a Revolução Constitucionalista de 1932 pelas forças do governo Central, Plínio Salgado, à frente de um grupo de integralistas, decide-se por lançar o movimento, já tendo redigido o Manifesto Doutrinário contendo o esboço das principais teses integralistas. A sua divulgação nas principais capitais do País é logo seguida pela adesão de numerosos intelectuais, muitos dos quais já participavam da SEP — Sociedade de Estudos Políticos — com sede em São Paulo, mas com ramificações em outras capitais brasileiras. Esta sociedade, formada por Plínio Salgado, destinada aos estudos filosóficos e políticos e ao enfoque de todos os principais temas da realidade nacional e mundial, buscava uma reflexão que apontasse para soluções completas do problema nacional. As principais obras que orientavam esses estudos eram os trabalhos de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna. Esses autores, por assim dizer, haviam despertado, em boa parte dos intelectuais dos anos de 1920 e 1930, uma nova consciência dos problemas brasileiros que apontava na direção tanto do nacionalismo quanto de um Estado Forte. Desse modo, a SEP foi sem dúvida o berço de gestação das ideias integralistas, levadas a público no Manifesto de Outubro. No conjunto de princípios nele contidos e posteriormente desenvolvidos em outros textos teóricos do próprio Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, podemos sintetizar, muito genericamente, as seguintes ideias:

1. Uma concepção totalista ou totalitária do universo e do homem de nítida inspiração cristã: “*Deus dirige o destino dos povos, sendo o Homem uma realidade integrada de matéria, inteligência e espírito*”. (v. Fascismo & Totalitarismo)
2. O entendimento da nação brasileira a partir do seu povo organizado em classes profissionais, as quais devem constituir a vida política. (v. Corporativismo: Debate Político)
3. Afirmação do Princípio da autoridade pela constatação de que a sociedade brasileira carece de “hierarquia, confiança, paz e respeito”.
4. Afirmação do Nacionalismo, ao mesmo tempo em que havia o repúdio ao capitalismo burguês e apátrida e ao comunismo ateu, instrumento do imperialismo russo, sendo ambos frutos de uma época moderna de decadência.
5. Repúdio ao regime liberal-democrático apoiado no sistema de partidos e na fórmula falaciosa do sufrágio universal, o que implica numa crítica veemente aos rumos da nossa experiência republicana. (v. Democracia & Liberalismo)
6. Repúdio às formas usuais da política baseadas em *conspiratas* e na *politicagem* de grandes grupos e facções, preconizando que a disputa política se faça em torno de ideias.
7. A *Questão Social*, como considera a Ação Integralista Brasileira, deve ser resolvida pelo que inspira a doutrina social da Igreja, isto é, “pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar”; recusa absoluta à solução marxista e afirmação do direito de propriedade como fundamental.
8. A *Família e a Nação*, sendo a primeira o sustentáculo de um Estado Forte, por ser o grupo natural fundamental e que precedeu a própria constituição do Estado, sendo a proteção à família essencial para que o Estado Integralista leve a Nação a realizar os seus destinos.
9. O *Município*, centro das famílias, célula da Nação.
10. O *Estado Integralista*, prescindindo dos partidos políticos, apoiado nas classes produtoras (Sindicatos e Corporações), no município e na

família, fazendo funcionar os poderes clássicos, segundo os impositivos da Nação organizada.

Em síntese, pode-se verificar que a doutrina contida no Manifesto de Outubro de 1932 propõe claramente um *municipalismo* (superando o federalismo), um *sindicalismo corporativista*, sendo, ao mesmo tempo, *tradicionalista*, *espiritualista* e reivindicando um nacionalismo voltado para a modernização através dos mecanismos proporcionados pelo *Estado Revolucionário*: o *Estado Integralista*. O Estado Integral define-se política, econômica e culturalmente de modo a exprimir e integrar a totalidade das forças materiais e espirituais da nação numa comunidade de destino (v. Corporativismo: Teoria).

Concepção Pliniana do Estado Integral. Depois do Manifesto de 1932, Plínio Salgado divulgou *Diretrizes Integralistas* (1933), nas quais desenvolve os princípios já expostos no Manifesto — desdobrados agora em 27 teses. A sua preocupação fundamental voltou-se para os aspectos da dinâmica da organização política, de tal sorte que facultasse um aperfeiçoamento sucessivo a partir da própria ação do organismo social, no caso, a organização das classes, a responsabilidade e a conseqüente legitimação do poder. Essa avaliação resultava da própria compreensão que Plínio tinha da ideia de “revolução” como um “processo criador, transformador das circunstâncias pelo interferente da ideia” e que deverá ser incorporada ao novo Estado (v. Modernismo nas Artes). Esse, dotado de um poder revolucionário permanente, será capaz de interferir onde os elementos sociais se hipertrofiarem em detrimento de outros. Ao invés da luta de classes, desorganizadora da economia, haveria o equilíbrio social promovido em uma *democracia orgânica* com base no *corporativismo econômico e político*. O Estado define-se, então, como instituição jurídico-política e ética atenta às *superiores finalidades humanas* — sendo ao mesmo tempo mantenedor e modernizador das demais organizações sociais — e que procura permanentemente a evolução de sua própria estrutura. Cabe-lhe assegurar todas as condições para a realização dos direitos da pessoa como meta dos ideais da sociedade voltados para o bem comum. O Estado Integral, *orgânico* e ético, torna-se, assim, o instrumento necessário à realização do bem particular e da qualidade de vida. Os temas da autoridade e da liberdade, sempre antitéticos e dicotômicos na lógica liberal, são equacionados por Plínio, superando a dicotomia pela ênfase na *responsabilidade*. Ao lado dos *direitos* estão os *deveres*, em mútua correspondência, pois quem não os reco-

nhece não segue os preceitos da boa ordenação social (cujo fundo é moral) e, portanto, aliena-se. O Estado assume a tarefa de integrar, harmonizar, desenvolver e modernizar a sociedade, estando imbuído de um sentido *finalista* do seu empreendimento e da sua função, que consiste em elevar os indivíduos, a sociedade e a Nação à realização máxima de suas potencialidades (v. Estatismo). Nas *Diretrizes Integralistas*, Plínio afirma que tal projeto não pode ser realizado nem pelo Estado Liberal, nem pelo Estado Comunista: o primeiro, por alhear-se das questões mais pertinentes à dignidade da pessoa, atém-se apenas a uma liberdade sem a devida responsabilidade do poder; o segundo, pela prepotência e usurpação dos direitos essenciais da pessoa, atinge de início o princípio fundamental que é de ordem espiritual. Promover a educação, proteger e amparar a família, apoiar a iniciativa religiosa, prestigiar e engrandecer as forças armadas são atitudes do Estado Integral a fortalecer as suas próprias bases, que são de ordem moral (v. Coronelismo & Sociedade Integral).

Estado e Revolução. O pensamento político de Plínio Salgado expressa a confluência de dois grandes temas referentes à contextualização do debate político e intelectual dos anos de 1920 e 1930: o *nacionalismo* e o *tradicionalismo católico*. O primeiro foi alimentado em suas origens pelos trabalhos de Alberto Torres de crítica política ao constitucionalismo liberal republicano, pela crítica social de Euclides da Cunha e ampliado pela crítica cultural da Semana de Arte Moderna. O segundo foi revigorado pela atuação de Jackson de Figueiredo e do Centro Dom Vital, propondo um catolicismo militante e social capaz de restaurar o primado da *espiritualidade* na vida brasileira. Dessa dimensão irão sobressair, em especial, os valores da Ordem, da Autoridade e da Disciplina, articulados com a ideia do engajamento social (v. Liga Eleitoral Católica & ORDEM, A). Do nacionalismo resultarão os apelos plinianos à necessidade de uma reflexão sobre os problemas brasileiros e a busca de uma solução política própria, nascida de uma perspectiva doutrinária autêntica de recusa à importação de modelos ideológicos, levando-se em conta nossas próprias raízes históricas, nossos costumes, as peculiaridades do nosso povo, os condicionantes étnicos, geográficos, históricos, sociais, econômicos e culturais que nos modelam enquanto tal. Este seria, pois, o caminho único e verdadeiro capaz de criar nossa própria filosofia e nossa própria revolução. Dessa mesma vertente nacionalista, Plínio elaborou e desenvolveu, concomi-

tantemente, a sua reflexão sobre a componente *revolucionária* que deve estar contida no Estado Integral para realizar tanto a modernização da Nação quanto a justiça na sociedade. O modo próprio como Plínio absorveu e elaborou essas duas grandes vertentes temáticas permitiu-lhe produzir um pensamento político sofisticado, em que estão presentes tanto o *tradicional* quanto o *moderno*, a ideia *conservadora* e a ideia *revolucionária* (v. Conservadorismo). O sentido de *síntese* que sua elaboração intelectual propiciou responde, em parte, pela enorme receptividade encontrada pelo movimento que concebeu e liderou, assim como pela primazia da sua concepção integralista dentro do próprio movimento do Sigma.

Valor Relativo do Estado. Ainda em 1934, Plínio publicou *Psicologia da Revolução*, obra destinada ao público mais intelectualizado, como ele mesmo definiu, e que pretendia esclarecer as relações existentes entre o Estado e a Sociedade tal como ele os concebeu. O objetivo era também elucidar dúvidas sobre a natureza do Estado integralista e as suspeitas de conotação totalitária que lhe eram atribuídas pelos adversários da Ação Integralista. Para distingui-lo do Estado Fascista Italiano e, ainda mais, do Estado Bolchevista Russo, Plínio Salgado afirma que o Estado tem para os integralistas um valor relativo, que é uma consequência do próprio relativismo dos movimentos sociais. Da ideia de Estado em transformação permanente decorre a necessidade das *revoluções*:

“A Revolução é função da sociedade na sua fase destrutiva e função do Estado na sua fase construtiva”.

O Estado que se afirma numa *ordem nova* deve recompor a sua estrutura no curso do tempo. Sendo expressão da própria sociedade, a sua vitalidade dependerá do progresso da vida social. “Mas o Estado”, diz Plínio,

“é também uma expressão do pensamento, que se renova pelo dinamismo da IDÉIA-FORÇA. A sua fisionomia, portanto, não pode independer da IDÉIA-FORÇA em que se exprime a vontade da Nação. A Nação, realidade social, existiu antes do Estado, que é realidade jurídica”.

O Estado realiza, por conseguinte, dois dinamismos autônomos que se interferem: o do Espírito Criador e o da Matéria no seu constante movimento. Assim, julga distinguir a sua concepção de Estado do *Estado Totalitário* que, a seu ver, é absorvente e tende a cristalizar-se num formalismo rígido, excessivamente burocrático, “*burocratizando a vida, como ocorre no regime russo*”; torna-se estático, ao invés de ser dinâmico, para acompanhar o dinamismo da Nação (*Op.cit.* p. 72). Ao contrário daquele, o Estado Integral se renova, sendo integral justamente por captar o movimento e não apenas as formas. Portanto,

“*o Estado Integral é revolucionário porque, considerando a sociedade enquanto substância e forma, considera-a também como movimento e relação de movimentos. Movimento espontâneo da sociedade é EVOLUÇÃO. Movimento pela interferência do ESPÍRITO é REVOLUÇÃO*” (*Op.cit.* p. 75).

Portanto, a relação entre o Estado e a Sociedade deve ser orgânica, isto é, por meio dos mecanismos da representação corporativa, visto que a corporação, em vez de ser o organismo meramente econômico da visão fascista, assume dupla expressão (econômico-política) na visão integralista. E nela a eficiência e a dignidade do VOTO são garantidas moral e materialmente.

“No Estado Integral, o grupalismo assegura que todos os brasileiros atuem na formação do poder político”. (*Diretrizes Integralistas*, 1933)

Esses conteúdos — expressos em todos os documentos oficiais da Ação Integralista desde o Manifesto de Outubro de 1932 — vão sendo mais bem pontuados a partir das *Diretrizes Integralistas de 1933*, revelando-se com maior nitidez um pensamento filosófico-político sempre vinculado a uma concepção *espiritualista* do Universo, da História e do Homem, da qual deriva todas as projeções sociais e políticas e o próprio sentido da ação nos indivíduos. Dela resultará a proeminência conferida à Família que,

“*por sua natureza ao mesmo tempo biológica e moral, é o nascedouro da vida social e o repositório das mais lídimas tradições da Pátria*” (Tese XI, *Diretrizes*).

Cabe-lhe forjar o caráter moral dos indivíduos, o senso correto da liberdade em suas proporções e limites, a noção da responsabilidade e da correspondência entre direitos e deveres. Visto desse modo, os elos que unem a Família, o Município, os sindicatos, corporações e demais organizações culturais devem se estreitar no mais profundo sentimento grupalista que, por sua vez, deve ser a alma viva da Nação. E ao Estado Integral cabe ser a expressão desse vitalismo, coordenando-lhe os ritmos e orientando-o nas finalidades superiores do bem comum. Incorpora, portanto, a ideia democrática sem o democratismo individualista das assembleias e dos partidos aos moldes liberais que, segundo tal visão, rebaixa e desmoraliza a representação.

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

TRINDADE, Héglio. Integralismo, o fascismo brasileiro da década de Trinta. São Paulo, DIFEL, 1979. (2ª ed.) ARAÚJO, R. Benzaquém de. Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1987.

TAVARES, José Nilo. Conciliação e Radicalização Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.

PAIM, Antonio; BARRETO, Vicente. Evolução do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo, Ed. ITATIAIA / USP, 1989.

POLÍTICA. No mundo antigo, a política dizia respeito à *polis*, ou seja, à cidade, lugar onde os iguais se encontravam para tratar dos temas de interesse do conjunto dos cidadãos e, portanto, do Estado. A política no mundo antigo caracterizava-se, como destaca H. Arendt, pelo não emprego da força e da coerção, mas pelo convencimento por meio das palavras e das ações. Já a constituição dos Estados Feudais baseou-se, como bem observou N. Elias, na conquista do Monopólio da Violência Física e do Monopólio Fiscal. As lutas feudais conduziram à centralização do poder na corte, controlada pelo Rei. As relações foram fundadas na suserania e na vassalagem, ou seja, entre o Rei, ungido de Deus, e seus súditos. A finalidade da política era o *bom governo*,

compreendido como a realização dos interesses do Estado, confundido com o soberano. Na sociedade moderna, a situação é completamente diferente: as revoluções Americana e Francesa do século XVIII fundaram a ordem política e social no interesse do indivíduo, entendido como cidadão de um Estado cujo poder deveria ser limitado. Na medida em que a soberania reside na Nação e que o poder emana do povo, todos os cidadãos contribuem para a elaboração da lei, expressão da vontade geral, de modo direto ou através de seus representantes. Assim, na sociedade democrática, o poder não pertence a *ninguém* especificamente, mas ao povo, que escolhe livremente os seus representantes através das eleições. Abre-se o caminho para que as classes e os grupos disputem o poder para efetivar o seu *projeto de sociedade*. É contra essa democracia liberal que a aristocracia se insurge (v. Conservadorismo). Nas Sessões da Assembleia Nacional Francesa, os defensores do Antigo Regime — a aristocracia e o clero — sentavam-se à direita, os revolucionários à esquerda. A partir daí surge essa topografia que divide até o presente o universo político (v. Ideologia).

Bobbio sugere uma distinção tomando como referência as relações — sempre historicamente definidas — que os grupos políticos mantêm com as ideias de *Liberdade e Igualdade*. A partir daí é possível fazer uma diferenciação dos matizes políticos à direita, sendo os principais:

1. O *neoconservadorismo*, que tem como projeto uma sociedade hierárquica na qual os homens seriam governados pelos *aristói* (os melhores, do ponto de vista do mérito e do nascimento), e na qual a legitimidade do poder e o princípio da autoridade estão fundados na moral, na religião ou na identidade da nação. Sendo contrário ao liberalismo e ao individualismo, o *neoconservadorismo* acaba por aproximar-se de uma concepção política totalitária, que tem por fundamento uma coletividade orgânica, a nação, por exemplo, como é o caso do *neonazismo* e do *neofascismo*, que se insurgem na Europa contra os regimes social-democratas e contra o liberalismo político e econômico;
2. O *neoliberalismo*, cujo projeto de sociedade repousa na retomada dos valores do liberalismo clássico que, por conceber os homens como livres e iguais do ponto de vista jurídico e político, postulava a limitação do poder do Estado e a não interferência deste nas relações

sociais e econômicas (v. Estatismo & Fascismo). Nesta perspectiva, a democracia se efetiva quando os homens livres se encontram no *mercado* — instância que passa a definir a política — para comprar e vender força de trabalho e mercadorias. A desigualdade econômica e social (repartição dos benefícios) é justa e legítima na medida em que os homens contribuem de maneira desigual — segundo suas capacidades e talentos — para o bem comum. Decorre dessa concepção a ideia de desregulamentação da economia e do social: a desmontagem do Estado do Bem-Estar Social (extinção dos benefícios sociais), uma vez que oneraria o setor produtivo da sociedade com os impostos através dos quais são financiados aqueles benefícios; o fim das medidas protecionistas, o fim da política de subsídios e a privatização dos setores estatais da economia.

Estas medidas aparecem como a correção necessária ao desvirtuamento de uma forma de sociedade cuja finalidade é *a produção de riquezas* e não a promoção da *igualdade social*. A função do Estado fica restrita, então, à proteção desta ordem por meio das políticas de segurança, ou seja, pelo exercício da violência legítima. Por outro lado, o neoliberalismo não prescinde do protecionismo e do monopólio — agora em escala global — para a promoção do desenvolvimento econômico. O surgimento dos blocos econômicos (NAFTA, ECU, Mercosul) demonstra este último aspecto do neoliberalismo (v. Burocracia & Sociedade Civil).

José Miguel Arias Neto

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1983.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. 2 vols.

LEFORT, Claude. Pensando o político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MERQUIOR, José Guilherme. O liberalismo antigo e moderno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS. Originalmente, os direitos humanos foram enunciados contrapondo-se à ordem estamental do Antigo Regime. Proclamando-se a igualdade jurídica de todos os homens, aboliam-se as diferenças fundadas a partir de critérios meritocráticos e de nascimento. As revoluções liberais do século XVIII buscaram nas doutrinas jusnaturalistas a legitimidade da enunciação dos direitos, entendidos então como naturais ao homem. Na França, tratava-se de abolir a ordem social existente que estava fundada nas *distinções naturais* entre os homens (v. Tradição). Nos Estados Unidos, assim como na América Latina de colonização espanhola e portuguesa, tratava-se de legitimar as independências frente às metrópoles colonialistas — Inglaterra, Espanha e Portugal (v. Ideologia). Os burgueses do século XVIII enfatizavam a ideia de liberdade política e econômica, advogando então o fim dos regimes de monopólios que impediam o desenvolvimento comercial e industrial (v. Economia). Nesse quadro, o direito à propriedade foi considerado inalienável e o Estado concebido como protetor da burguesia emergente. Por isso mesmo, os novos regimes liberais conviveram, sem maiores problemas, com a desigualdade econômica e social e com estruturas políticas restritivas à participação popular. As constituições censitárias francesas e a manutenção da escravidão na América Latina e nos EUA não estavam em contradição com estas concepções. No entanto, os grupos sociais excluídos — operários, camponeses, índios e escravos — tiveram uma compreensão diferente desses valores abstratos, que redundou em uma série de lutas — anticolonialistas e sociais — visando o estabelecimento de sociedades mais democráticas e, portanto, igualitárias (v. Burocracia). A enunciação dos direitos provoca, segundo Lefort, uma mutação na natureza do poder na medida em que o direito é separado de uma instância divina — corporificada no rei — e fixado no homem em virtude de um contrato escrito: as Constituições. Com o direito estabelecido no homem, em uma natureza presente em cada indivíduo, emerge a representação de uma sociedade soberana e ao mesmo tempo dividida, posto que há o reconhecimento dos diversos modos de existência, de atividades, de comunicação, cujos efeitos são indeterminados, assim como há a descoberta da transversalidade das relações sociais, o que em última instância significa a instituição de uma esfera pública — a sociedade civil — espaço do desenrolar da trama dos negócios humanos. Na medida em que o homem não possui uma natureza estática e imutável, também isto

ocorre com a sociedade civil, o que significa dizer que os direitos não são imutáveis e permanentes. Ao contrário, a efetivação de direitos conquistados conduziu à reivindicação de novos direitos. Por exemplo, os direitos civis e políticos (provenientes do pensamento liberal) permitiram a organização dos trabalhadores em sindicatos e associações para reivindicar direitos econômicos e sociais (trabalhistas, sociais, etc.). (v. Legislação Trabalhista no Brasil). É esta indeterminabilidade que caracteriza o Estado Democrático para além do Estado de Direito e traça as linhas da política contemporânea: as lutas pela promoção dos direitos adquiridos e novos sustentam-se em uma legitimidade cujos fundamentos encontram-se para além dos marcos legais tecidos pelo poder, ou, melhor dizendo, em uma *consciência dos direitos* que engendra um *poder social*. No mundo contemporâneo, surgem novos direitos, como o direito ao desenvolvimento, à paz, ao patrimônio comum da humanidade, a um meio ambiente saudável, etc. Como evidencia Bobbio, hoje não se trata mais de *justificar* estes direitos, mas sim de *promovê-los*. A democracia contemporânea foi ainda mais longe em dois sentidos: as Declarações de Direitos do Século XX não se restringem mais à esfera doméstica nacional, mas se pretendem universais; por outro lado, tanto a Carta de São Francisco quanto a Declaração e o Programa de Ação aprovados na Conferência de Viena em 1993 reconhecem os direitos civis e políticos, econômicos e sociais como relacionados e interdependentes, a democracia como o único regime compatível com sua promoção e a paz internacional como sua finalidade fundamental (v. Conservadorismo). Essa concepção constitui uma nova linguagem de legitimação da política contemporânea e, apesar de sua fragilidade, torna-se um imenso obstáculo à consecução dos projetos neoconservadores e neoliberais (v. Nouvelle Droite & Nova Direita nos Estados Unidos). Como as lutas democráticas do século XIX se opuseram aos regimes puramente liberais do período, a ideia de Direitos Humanos representa hoje o contraponto universal ao neoliberalismo globalizante (v. Consenso de Washington & Repressão e Violência).

José Miguel Arias Neto

Referências Bibliográficas:

ALVES, José A. Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo, Perspectiva, 1994.

ARENDT, Hannah. Da revolução. São Paulo/Brasília, Ática/ Editora da UNB, 1990.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.

LEFORT, Claude. A invenção democrática. São Paulo, Brasiliense, 1983.

POLO DA LIBERDADE. Coligação de direita organizada pelo empresário midiático italiano Silvio Berlusconi e formada pela Força Itália, Liga Norte e Aliança Nacional, sendo vitoriosa nas eleições de 1994 (v. Partido Político de Direita). O Polo da Liberdade conseguiu com sua vitória substituir a longa dominação política da Democracia Cristã após os escândalos que descreditaram o partido como possibilidade de governo (v. Governabilidade). A derrocada democrata-cristã abriu um grande vazio na direita, que era o tradicional esteio de poder na Itália (Norberto Bobbio), ao mesmo tempo em que o avanço das ideias liberais — particularmente a mágica do livre mercado — alimentou o medo face a um Partido Democrático de Esquerda ainda muito identificado com o antigo Partido Comunista Italiano e sob o impacto da derrubada do Muro de Berlin, o que acabou por criar a sensação de um nivelamento pelo qual qualquer forma de socialismo era confundida com o totalitarismo stalinista (v. Baderna, Conservadorismo & Jacobinismo). Embora tivesse enterrado de vez o comunismo italiano, a reforma partidária operada por Achille Occhetto não conseguiu ganhar a confiança da maioria da população (v. Frente Nacional, União Democrática do Centro & Partido da Liberdade Austríaco). Foi neste vazio que Berlusconi conseguiu construir uma imagem de empreendedor vitorioso, capaz de oferecer a cada italiano um sonho de consumo *high-tech*, americanizado e ultraliberal (v. Consenso de Washington & Neofascismo na Rússia). O programa econômico de Berlusconi aproxima-

va-se imensamente do *thatcherismo*, vendo a desestatização e a redução dos impostos como receitas básicas para o crescimento econômico (v. Estado do Bem-Estar Social). Os companheiros de Berlusconi no Polo apresentavam um perfil ainda mais complexo: Umberto Bossi, líder da Liga Norte, prega uma revolução nacional, entendendo nacional como o norte italiano, rico e desenvolvido, e que deveria proclamar a sua independência, recusando os encargos fiscais e sociais derivados da obrigação de *sustentar* o sul, atrasado e indolente (v. Atraso & Europa); já a Aliança Nacional de Gian Franco Fini surge como uma evolução do MSI, o Movimento Social Italiano, fundado por Giorgio Almirante, partidário de Mussolini e defensor declarado de ideias fascistas, inclusive de uma Itália unificada sob um poder centralizado (v. Liberalismo & Democracia).

Logo após a publicação dos resultados eleitorais, centenas de jovens em *camicie nere*, como na época fascista, saíram às ruas de Roma fazendo a saudação nazista e Fini declarou que Mussolini foi o maior estadista do século XX (v. Fascismo & Skinheads e Anomia). Assim, o Polo da Liberdade surge como um coquetel improvável de plataformas políticas inconciliáveis e somente reunidas por grande oportunismo político. Berlusconi conseguiu um uso extremamente eficiente dos meios de comunicação e soube combiná-los com a extrema popularidade advinda de sua bem-exercida direção do time de futebol Milan A.C. Na verdade, a televisão é o caldo de cultura onde os telepopulistas se alimentam (Any Bourrier). (v. Populismo). Em pouco tempo de governo, Silvio Berlusconi viu-se envolvido em inúmeros escândalos de corrupção e de mau uso dos recursos públicos. Na verdade, desde o início Berlusconi encarou o governo da Itália como a gestão de uma grande empresa, em que a concorrência desleal com os adversários, a mentira e a manipulação das informações seriam recursos válidos e cotidianos. Mais perigosamente, coube a Berlusconi reciclar os fascistas da Aliança Nacional, tornando-se o primeiro governo europeu do pós-guerra composto por fascistas. Assim, o experimento Berlusconi representou um esforço vitorioso de legitimação do fascismo como moderna alternativa de poder (v. Neofascismo na Alemanha & Extrema-Direita na Áustria).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(v. Fascismo)

POPULISMO. Diversos são os movimentos ou regimes políticos caracterizados como populistas, assim como diversas são as suas lideranças. Tanto à direita quanto à esquerda, vários são aqueles que apontam a existência de correntes políticas definidas como sendo populista. Entretanto, se preferirmos tomar cuidado com a origem do conceito, deveremos restringir aquilo que é considerado populismo a poucos fenômenos. Grosso modo, tanto em sua matriz norte-americana quanto russa, no século XIX, populismo era entendido como um movimento de caráter radical e agrarista no sentido de que se opunha a processos de modernização capitalista e industrializante. O termo “populismo” origina-se na defesa das tradições populares e em uma certa postura mítica diante do povo. Ser um populista é “ir ao povo”, integrar-se. Se nos restringirmos, portanto, aos fenômenos americano e russo, aos outros movimentos assim entendidos dever-se-á dar uma nova definição (v. Ideologia).

Na América Latina, o “populismo” — que surge como alternativa à crise liberal dos anos de 1920 — guarda diferenças significativas com relação ao populismo das origens (v. Caudilhismo & Coronelismo). A começar que, tomando como referência governos como os de Getúlio Vargas no Brasil e Juan Domingo Perón na Argentina, ou partidos políticos como a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) do Peru e o PRI (Partido Revolucionário Institucional) do México, o projeto político que se constata tem uma postura modernizante e antiagrarista (v. Peronismo & Iusticialismo). Além disso, como se instituem na oposição a uma hegemonia liberal, tais movimentos caracterizam-se pela defesa de um forte Estado interventor e regulador das relações sociais (v. Conservadorismo & Estatismo). Em todos estes movimentos ou partidos, há de fato uma ideia e uma postura acentuada no sentido de enaltecimento das qualidades do povo (v. Nacional-Populismo). Entretanto, guarda profundas distâncias em relação à necessidade do aprendizado e da integração com o povo: o que se vê é a presença de movimentos que, a partir

“de cima”, convidam o povo a integrar-se ao projeto político que se apresenta (v. Prussianismos Brasileiros). Curiosamente, movimentos políticos radicais existentes na América Latina e que se comportavam a partir de uma perspectiva de integração popular jamais foram chamados de populistas. Referimo-nos aos movimentos de guerrilheiros que se opuseram às ditaduras militares impostas, sob o patrocínio dos Estados Unidos da América, durante as décadas de 1960 e 1970. Neste caso, estariam mais próximos do populismo personagens como Che Guevara e Carlos Marighela do que os já citados Vargas e Perón. A razão de tal desvirtuamento da ideia de Populismo se encontra no fato de que, originalmente, além de fortemente identificado com uma ideia de Estado forte, para o caso latino-americano o termo significa uma desqualificação. Como o que se convencionou chamar de populismo na América Latina tem um perfil modernizante e antiagrarista, apesar de se verificar em muitos momentos um compromisso entre o Estado industrializante e as elites agrárias, foram exatamente os setores alijados do poder que, no embate político, escolheram o termo populismo como sintoma de demagogia e manipulação (v. Estado Novo: Historiografia). A cidadania conquistada pelos trabalhadores urbanos, embora sob o controle e a regulação de um Estado autoritário, é vista como uma forma de enganar o povo e destituí-lo de seus mecanismos de representação, como os partidos políticos e o parlamento (v. Oposição/Situação & Sindicato). Assim, a ideia de populismo para a direita é constituída originalmente sob a perspectiva do liberalismo excludente agroexportador que caracterizou os primeiros governos republicanos da América Latina (v. Camponês e Política).

Francisco Carlos Martinho

Referências Bibliográficas:

IANNI, Octávio. A formação do Estado Populista na América Latina. São Paulo, Ática, 1989.

IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

LACLAU, Ernesto. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. TABAK, Fanny (org.). Ideologias – Populismo. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

PORFÍRIO DÍAZ (Biografia Política). Militar ligado ao Partido Liberal que chegou ao poder no México em 1876, acabando por governar o país até a Revolução Mexicana, com apenas uma breve interrupção, durante o governo de Manuel González (1880 – 1884). Nascido em Oaxaca, em 15 de setembro de 1830, Porfírio estudou direito, apesar de ser atraído pela vida militar. A sua ascensão ocorreu durante a desastrosa aventura do Imperador Maximiliano de Habsburgo (1864 – 1867), quando Porfírio se destacou na Batalha de Puebla e na libertação da própria capital mexicana. A partir destes episódios, seu prestígio cresceu significativamente entre o grupo de liberais moderados que se opunha ao governo do presidente Sebastian Lerdo de Terrada. Com base nesse apoio, Díaz aproveitou-se de uma cisão governamental e articulou um golpe de Estado, em janeiro de 1876, lançando o Plano de Tuxtepec, baseado na questão da autonomia provincial, tradicional reivindicação dos setores oligárquicos mexicanos. Na presidência, Díaz imediatamente tratou de destituir dos cargos governamentais estratégicos os “caciques” — chefes locais — leais ao antigo presidente (v. Coronelismo & Caudilho). Na verdade, no decorrer do governo, os próprios “caciques” — mesmo os que inicialmente se opunham à nova ordem — seriam contemplados pela política agrária governamental de venda de terras públicas, aspecto que atenuou o descontentamento dos grandes proprietários com o centralismo porfirista (v. Caudilhismo).

Utilizando o lema positivista de *Ordem e Progresso*, o governo Díaz transformou-se em um modelo de civilização para a elite na América Latina (v. Autoritarismo). Os políticos da primeira geração republicana, no Brasil, elogiaram sua administração em diversas oportunidades. Tendo o Poder Legislativo rigidamente controlado, o próprio Porfírio Díaz era responsável pela escolha dos deputados, a partir de uma lista prévia dos candidatos (v. Autarquia). A imprensa, por sua vez, bastião do liberalismo, foi severamente controlada pela “Lei Mordaza”, responsável pela institucionalização da censura e pelo encarceramento dos jornalistas opositores (v. Ditadura & Tortura). Enquanto

limitava a margem de manobra da oposição, Díaz constituía uma plutocracia governamental baseada em um grupo de políticos, inspirados no positivismo, denominados *científicos*, tendo como principal representante o ministro da Fazenda, José Ives Limantour, responsável por inúmeras reformas financeiras e administrativas (v. Atraso & Civismo).

Uma das características mais marcantes do governo Díaz, as altas taxas de crescimento econômico, foi proporcionada pelo afluxo significativo de investimentos estrangeiros. O impulso industrial, correlato à entrada de capital, mesmo que voltado para o setor de exportação, representou um momento extremamente importante na história do capitalismo do México. O petróleo despontaria como combustível indispensável no mundo capitalista, sendo os poços de Tampico e Tuxpan arduamente disputados pelos trustes norte-americanos e ingleses (v. Imperialismo). O paralelo crescimento da rede ferroviária significava, para além das implicações simbólicas, muito exploradas pela propaganda governamental, o alargamento da infraestrutura básica, aspecto fundamental para o setor exportador, notadamente a mineração, cujo sistema de concessões favoreceu os investidores norte-americanos. Por outro lado, o papel da malha ferroviária possibilitava também a própria valorização da propriedade rural e o deslocamento de mão-de-obra, cada vez mais desenraizada de suas tradições. Vinculado à modernização da estrutura produtiva, o processo de expropriações das terras indígenas contribuiu para a desorganização do trabalho nas áreas rurais, principalmente os *ejidos* indígenas, empurrando os camponeses para o cruel sistema das *tiendas de raya* — semelhante ao sistema brasileiro do barracão (v. Favela). As revoltas indígenas foram duramente reprimidas pelo governo, destacando-se a insurreição dos Yaquis (1885 – 1901). No decorrer da onda repressiva, Díaz utilizou não só o exército, favorecido pela integração geográfica proporcionada pelas ferrovias, como também os temidos *rurales*, grupo formado majoritariamente por ex-bandoleiros, alçados circunstancialmente à categoria de homens da lei.

Durante cerca de trinta anos, o governo Díaz conseguiu controlar os movimentos de oposição e abrandar o descontentamento existente entre grupos oligárquicos dissidentes (v. Sociedade Civil). Esta situação, entretanto, foi abalada entre 1900 e 1910, já que este período representou não só o crescimento das forças opositoras — notadamente do movimento operário — como o esgotamento da *Pax Porfiriana* e suas próprias bases de sustentação

(v. Política & Oposição/Situação). Em termos conjunturais, a crise na economia norte-americana, pronunciada em 1907, abalou os investimentos no México, acarretando o fechamento de minas e outros negócios. Neste mesmo momento, a agricultura e a pecuária foram afetadas por desvios climáticos, ocasionando perda da metade da produção. Se os segmentos mais pobres da população foram profundamente abalados, os médios investidores também sofreram o impacto da crise: os bancos, geralmente controlados por grupos estrangeiros, elevaram as taxas de juros e cobravam os atrasados com uma intolerância sem precedentes. Por outro lado, o governo aumentava os impostos das empresas médias e dos setores oligárquicos que não mantinham estreitas ligações com os científicos. Nesta conjuntura, irrompeu no cenário político mexicano um rico fazendeiro do Norte do país: Francisco Madero. Tendo estudado administração de empresas na Europa e economia agrícola na Califórnia, Madero despontou como um possível sucessor de Díaz. O seu livro, *A Sucessão Presidencial em 1910*, transformou-se em um grande êxito para os opositoristas, principalmente porque parecia representar a possibilidade de transferência de poder sem agitações e tumultos em um momento em que o próprio Díaz afirmara em entrevista a um jornalista norte-americano a possibilidade de deixar o cargo (v. Partido Político de Direita). Inviabilizado um acordo sucessório, Madero acabou lançando-se como candidato à presidência com uma plataforma tipicamente liberal, mas também com promessas vagas de melhorias de vida para os operários e camponeses. Acusado de incitar os camponeses, Madero foi excluído do processo eleitoral e preso, tendo Díaz sido reeleito em junho de 1910. Alguns meses mais tarde, entretanto, aproveitando as comemorações do centenário da independência, os partidários de Madero conseguiram libertá-lo, promovendo o seu exílio no Texas. Neste momento, foi redigido o Plano de San Luís de Potosí, manifesto maderista contra a eleição de Díaz, conclamando a luta armada como via legítima para chegar ao poder. Enquanto Madero planejava a Revolução, ainda em território americano, movimentos camponeses foram organizados em vários pontos do México. Nesse momento, Emiliano Zapata destacou-se como líder camponês em Morelos (zona sul do Centro México), enquanto no Norte do país Pancho Villa — através dos contatos feitos com um líder maderista — convocou os seus homens para a derrubada de Porfírio Díaz. O estado de beligerância de Norte a Sul do país foi crucial para a desestabilização do governo porfirista.

Após algumas derrotas militares, a renúncia presidencial era inevitável. Em maio de 1911, Porfirio Díaz embarcou para a Europa, onde morreria quatro anos depois, não antes de escrever suas *Memórias*. Na verdade, mais que uma mera trajetória pessoal, Díaz deixou uma biografia que se confunde com um dos momentos mais emblemáticos da história mexicana (v. Conservadorismo & Ideologia).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

BAZANT, JAN. Breve Historia do México. México, Ediciones Coyoacán, 1979.

BETHELL, Leslie (org). Historia de América Latina, 1870–1930. Barcelona, Editorial Crítica, 1992.

KRAUZE, Enrique. Porfirio Díaz: Místico de la autoridad. México, Fondo de Cultura Económica, 1995. WOMACK JR, John. Zapata e a Revolução Mexicana. Lisboa, Edições 70, 1980.

PRETO, Francisco Rolão (1896 – 1977). Rolão Preto foi o mais jovem dos fundadores do Integralismo Lusitano, movimento monárquico, tradicionalista e antiliberal fundado em Portugal nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Estudante monárquico emigrado, ele foi o primeiro secretário da *Alma Portuguesa*, revista publicada na Bélgica, em 1913, por jovens exilados, alguns dos quais tinham participado nas incursões de Paiva Couceiro contra a jovem república implantada em 1910 (v. Ideologia). Com 17 anos apenas, Rolão Preto foi secretário de redação deste primeiro órgão do integralismo, uma das muitas publicações fundadas por estudantes emigrados na França e na Bélgica sob influência direta da Action Française. Com a fundação do diário integralista *A Monarquia* em 1917, Rolão Preto começou a assinar regularmente crônicas sobre a situação internacional e “a questão social”, tornando-se o responsável pela “ação sindical” do integralismo no início dos anos de 1920. O projeto corporativo do Integralismo Lusitano desenvolvido por Preto previa um vasto conjunto de instituições sindicais de operários e patrões de base regional e por área de produção, complementado por “Câmaras Sindicais” que

deveriam regulamentar salários, arbitrar os conflitos de trabalho e representar os setores respectivos nos organismos superiores do sistema. Este programa foi utilizado como bandeira de agitação e propaganda desde o final da guerra, permitindo ao Integralismo Lusitano dispor de uma linguagem nova, pela qual o aristocratismo elitista se metamorfoseava em “anticapitalismo”, radicalizando os temas antiplutocráticos (v. Corporativismo: Teoria & Sociedade Integral).

Rolão Preto começou a apoiar o fascismo na Itália quando este ultrapassou a sua confusão ideológica inicial, tornando-se uma força política e eleitoral em 1921. A grande admiração que desde logo expressou ia para o método de ação política, para o primado da ação (v. Revolução). Acompanhando o avanço do fascismo no verão de 1922, Rolão Preto assumiu-se imediatamente como seu defensor. Com a progressiva participação dos militares na vida política, Rolão Preto, como aliás a direção integralista, virou-se para a constituição de núcleos nas Forças Armadas, participando em várias conspirações conservadoras no pós-guerra (v. Militarismo). A 28 de maio de 1926, acompanhou Gomes da Costa até Lisboa, quando este chefiou o golpe que instaurou a Ditadura Militar (v. Conservadorismo). Aliás, seria o agitado mês de junho de 1926 — durante o brevíssimo consulado do general Gomes da Costa — um período da sua carreira política em que Rolão Preto esteve mais perto do poder. Em conjunto com jovens militares que rodeavam o velho general, este ensaiou a constituição de uma organização política com pretensões de milícias que pudesse servir de máquina de apoio a um golpe palaciano, destinado a colocar no governo da ditadura elementos próximos do Integralismo Lusitano. Com a queda de Gomes da Costa, Rolão Preto continuou apoiando a opção milicial e fascizante da Ditadura Militar e criou o nacional-sindicalismo em 1932, do qual seria o chefe carismático. Em 1934, na sequência da repressão ao nacional-sindicalismo, Rolão Preto foi preso e expulso do país, não sem antes ter sido abandonado por vários quadros do partido que aderiram ao Salazarismo. Rolão Preto participou então de uma tentativa de golpe de Estado contra Salazar.

A 10 de setembro de 1935, os fascistas, coligados com outros setores da oposição e com trânsfugas do 28 de maio, tentaram derrubar Salazar. Depois da dissolução do nacional-sindicalismo clandestino, Rolão Preto afastar-se-ia não só do fascismo como também de alguns mestres da contrarrevolução do

início do século XX. A sua evolução ideológica conduziu-o a dúvidas crescentes sobre a política do fascismo no poder (v. Historiografia do Fascismo). Em 1938, quando reeditou os artigos polêmicos de 1922 sobre o fascismo italiano, Rolão Preto situava-se ainda na sua defesa entusiástica, mas interrogava-se se este saberia “evoluir” no plano da “justiça social”, “formar uma nova elite” e moderar os “seus vãos dominadores” (v. PARETO, Vilfredo). Em 1945, Rolão Preto recuperou um projeto “social” cujos contornos via agora na vitória trabalhista na Inglaterra. Como os seus outros companheiros do nacional-sindicalismo, Rolão Preto participou de imediato nas movimentações para derrubar Salazar, em conjunto com a oposição democrática. Rolão Preto seria então uma figura constante das manifestações eleitorais da oposição, assumindo particular destaque a da candidatura à presidência de outro dissidente do Estado Novo em Portugal, aquela do general Humberto Delgado em 1958. No campo ideológico, retomou o magma ideológico integralista, recuperando a sua vertente monárquica, descentralizada, orgânica e popular, que seria a base da formação de um movimento monárquico independente por vezes nas margens, por vezes na oposição, ao Salazarismo (v. Antigo Regime). Após o estabelecimento da democracia em 1974, seria dirigente do Partido Popular Monárquico (v. Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral).

António Costa Pinto

Referências Bibliográficas:

PINTO, António Costa. Os Camisas Azuis: Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914–1945. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

PROTÓCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO. Fraude elaborada pela polícia czarista — *Okhrana* — que apresenta os planos de conquista do mundo por uma suposta organização secreta judaica, os Sábios de Sião (v. Ideologia). Produzido no final do século XIX, o documento foi baseado em uma sátira escrita por Maurice Joly contra o imperador Napoleão III, intitulada *Diálogos no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*. Neste texto, apreendido pelas forças de repressão francesas, nenhuma menção era feita aos judeus, sendo Napoleão III

tratado como um farsante sem escrúpulos, disposto a usurpar a herança do tio e conquistar o mundo. Descobrimos o texto, funcionários do Czar Nicolau II o adaptaram, substituindo as alusões a Napoleão III pelos denominados Sábios de Sião, associando-o ainda a elementos da novela *Biarritz*, de Herman Goodsche. Visando atacar o liberalismo e legitimar os *pogroms*, o texto foi publicado em São Petersburgo, em 1905, como capítulo adicional do livro *O Grande no Pequeno*, de Serge Nilus, funcionário do Sínodo, entidade paraestatal russa. O seu impacto não seria tão decisivo até a Revolução Russa, quando foi levado a diversos países por refugiados. Com isso, alcançaria bastante popularidade em um curto espaço de tempo, vindo a se transformar em um dos mais influentes textos do antissemitismo moderno. Passando a ser editado isoladamente, o escrito era composto por 24 capítulos, tidos como transcrições de discursos e minutas dos congressos da organização, nos quais são abordados temas em torno de instituições e sistemas políticos e econômicos que contribuiriam para a dominação judaica no mundo, dando ênfase ao caráter desagregador do Liberalismo:

“Todavia no mundo, as palavras Liberdade, Igualdade, Fraternidade puseram em nossas fileiras, por intermédio de nossos agentes cegos, legiões inteiras que arvoraram com entusiasmo nossos estandartes. Contudo, tais palavras eram os vermes que roíam a prosperidade dos não-judeus, destruindo por toda a parte a paz, a tranquilidade, a solidariedade, minando todos os alicerces de seus estados. Vereis [...] como isso serviu para o nosso triunfo” (v. Inimigo & Revolução).

No texto, estão apresentados também o papel do Socialismo, da Maçonaria, das finanças internacionais, da imprensa — “ela caiu em nossas mãos” —, e de outros importantes mecanismos de uma manobra internacional judaica, sempre tratados como peças de uma grande conspiração em marcha (v. Noite de Cristal).

Na Alemanha, o responsável pela introdução do texto foi o ex-oficial czarista Fyodor Vinberg, defensor do extermínio de todos os judeus do mundo. (v. Holocausto) A influência decisiva que o documento provocou nos círculos nacionalistas antissemitas pode ser avaliada pela associação que os assas-

sinos de Walter Rathenau, empresário e político de origem judaica, estabeleceram entre sua ação e os *Protocolos*: Rathenau, segundo eles, era um dos Sábios de Sião! Nos Estados Unidos, a edição foi patrocinada por Henry Ford, alcançando milhares de exemplares. Em meio à espiral de popularidade do documento, em 1921, o *Times* publicou uma comparação entre os *Protocolos* e a sátira de Maurice Joly, apontando sua ilegitimidade. Nesse momento, entretanto, em um mundo que ainda sofria os impactos decorrentes da Primeira Guerra Mundial, a ideia de uma conspiração judaica ganhava projeção e, não poucos, acusaram o *Times* de fazer parte do controle judeu a que o próprio texto se referia. Escrevendo em 1924, quando a polêmica sobre a legitimidade dos *Protocolos* ainda era intensa, Hitler citou o documento em Mein Kampf, considerando-o autêntico:

“A melhor crítica desses escritos é fornecida entretanto pela realidade. Quem examinar a evolução histórica do último século sob o prisma deste livro, logo compreenderá também o clamor da imprensa judaica, pois no dia em que o mesmo for conhecido de todo o povo, nesse dia estará evitado o perigo do judaísmo.” (v. História)

Quando Hitler chegou ao poder, já haviam sido publicadas trinta e três edições dos *Protocolos* na Alemanha, número que continuou a crescer com a hegemonia Nacional-Socialista. A suas ideias influenciaram em larga escala o pensamento de Alfred Rosenberg, um dos mais importantes teóricos do Nazismo, assim como boa parte do *staff* nazista. Os seus argumentos maniqueístas, baseados em ideias de conspiração e suspeita, foram facilmente manipulados e insistentemente divulgados pelos inúmeros recursos da máquina de propaganda do governo, acentuando o antissemitismo já existente nas áreas sob o controle do Terceiro Reich (v. Fascismo).

No Brasil, *Os Protocolos dos Sábios de Sião* foram traduzidos em 1933 pelo integralista Gustavo Barroso, que desenvolveu a ideia de Conspiração Judaica em seus escritos antissemitas (v. Antissemitismo no Brasil). Em 1937, o livro já alcançava sua terceira edição, tendo seus argumentos obtido grande reverberação no conjunto da sociedade, o que contribuiu para legitimar as medidas antissemitas adotadas pelo Estado Novo no Brasil. (v. Ditadura & Repressão e Violência).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Anti-Semitismo na Era Vargas, 1930–1945. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os Carrascos Voluntários de Hitler. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

HITLER, ADOLF. Minha Luta. São Paulo, Editora Moraes, 1983.

JOHNSON, Paul. História dos Judeus. Rio de Janeiro, IMAGO Editora, 1995.

MAIO, Marcos Chor. Nem Rotschild, nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, IMAGO Editora, 1992.

Os Protocolos dos Sábios de Sião. São Paulo, Editora Júpiter, (?).

PRUSSIANISMOS BRASILEIROS. O ensaísmo brasileiro possui dois autores emblemáticos na reflexão sobre a nossa “ocidentalização” conservadora (v. Neocolonialismo & Ocidente). Reagindo ao “uniformismo e à personalização do americanismo do amor ao progresso mecânico”, o “prussianismo” de Gilberto Freyre radica em nossos traços de formação socialmente plástica a vocação de uma nação destinada a viver, na “tolerância de contrários” e no “equilíbrio de antagonismos”, uma situação democraticamente pluralista (v. Coronelismo). Porém, este meio “plasticamente brasileiro” ainda precisaria ser moldado por um ente perfeito em organização — o Exército — único disponível, segundo ele, para a ação reitora nos momentos disruptivos e dono de uma trajetória de moderação sem atos de submissão da nação a “estrito interesse, credo ou aspiração” (v. Ideologia & Militarismo). Freire lembra que os militares se recusaram a ser “capitães do mato”, fizeram o tenentismo e o 1945, sendo Canudos mais um erro das elites ante os “desajustamentos de cultura” entre o Sertão e o Litoral (v. Atraso & Natureza). O golpe militar de 1964 — convocatória de “outras energias construtivamente nacionais e sinceramente democráticas” — seria uma das nossas “revoluções brancas” de *recasting of the social order* (v. Estatismo & Conservadorismo Durante a Ditadura Militar). Para o autor de *Casa Grande & Senzala*, *Sobrados & Mocambos*

e *Ordem & Progresso*, aquela correição visava apenas superar o comodismo civil, não devendo o Exército converter-se em ator de fins próprios em uma “paisagem de nação”. O “intervencionismo militar intermitente” seria evitado à medida que se afirmasse no seio dos próprios homens públicos (civis e militares) o senso de “coordenação dos contrários”, preservando-se a unidade do ser nacional (v. Centenário de Nascimento de Olavo Bilac).

Já a sociologia política de Jaguaribe, *avant la lettre*, discute as relações entre economia e política no contexto do trânsito do tradicional para o moderno, tema que ele extrai da Revolução de 1848. Da França de Luís Bonaparte, traz o modelo de arbitragem social exercida por um Estado relativamente autônomo em relação às classes burguesas; da Alemanha, traz o tema do prussianismo propriamente dito, exemplar na figura de Bismarck, homem de Estado à frente de uma “revolução de cima” de êxito modernizador (v. Autarquia). O bismarckismo de Jaguaribe se reveste, porém, de especificações: é uma arbitragem bonapartista (ele cita com propriedade quase poulantziana o *Dezoito Brumário* de Marx), mas de estilo alemão pela maior determinação deste em direcionar o industrialismo e, por certo, contemporâneo, incorporando as experiências de De Gaulle e de Adenauer — na verdade, um neobismarckismo imaginado a partir do novo patamar de renda e cultura alcançado no pós-guerra mediante as políticas do Estado de Bem-Estar Social. Trata-se, pois, de um desenvolvimentismo centrado na questão dos obstáculos políticos. O seu tema é o da falta de representatividade do nosso processo político — o Estado é cartorial e privatista e a práxis política é de clientela — a impedir a reforma do Estado e, assim, colocá-lo a serviço da modernização (v. Oliveira Vianna). A tarefa histórica consistiria em remover essas estruturas semicoloniais ainda de pé mesmo com a industrialização pós-1930, ou seja, o ponto de Jaguaribe, como no paradigma do capitalismo tardio, é o do “condicionamento político do desenvolvimento econômico”. Sem o sistema ocidental de governo mediado pela política (interesses, sindicatos, regimes de participação; votos em partidos, racionalização de demandas e políticas públicas), estaríamos condenados a viver uma crise social sob o paradoxo da “irresponsabilidade intransitiva”, vale dizer,

“quanto mais predominante se torna a votação das massas na constituição dos governos, menos responsáveis

ficam estes perante seus eleitores, face ao cerco a que se acham sujeitos por falta de mediação com a comunidade” (1948: 50). (v. Burocracia).

Esse déficit de democracia leva Jaguaribe a pensar a ocidentalização brasileira enquanto processo liderado pelo “partido do desenvolvimento”, como teriam sido o Vargas da aliança PSD-PTB e, principalmente, Juscelino. Seria esse “partido desenvolvimentista” a partir do Congresso de Nerhu (sic) — mas Jaguaribe pensa numa configuração de governo mannheimiana — que iria exercer aqui uma arbitragem entre os estratos sociais para lograr

“o máximo de poder de investimento tolerável pela comunidade, regulando o regime de participação de cada estrato de acordo com sua efetiva capacidade política de reivindicação e assegurando aos empresários nacionais a liderança na promoção do desenvolvimento da comunidade, concebida como nação, de acordo com a programação traçada pelo Estado” (idem: 68). (Corporativismo: Teoria)

Portanto, propondo um rateio o mais consensual possível entre os estratos sociais e a “criação da burguesia”, Jaguaribe também quer evitar a perenização do intervencionismo estatal, pois achava que, convertido em fonte principal de poupança e investimento, ele tornar-se-ia base para o fechamento da sociedade (v. BULHÕES, Otávio Gouveia de & CAMPOS, Roberto).

Esses prussianismos brasileiros compartilhavam a ideia de que “a marcha hegeliana de Napoleão pela Europa feudalista” — sem classe universal, numa nova era de “revolução/restauração”, como chamou Gramsci o pânico burguês do pós-1789 — teria de ser aqui levada a cabo por entes “transeuntes” chamados a superar a “passivação” duradoura da nossa organização civil (v. Civismo). Enquanto Freyre, ibérico, punha-se em guarda diante do interesse privado, segundo ele, sempre reativo ao bem geral, Jaguaribe, ao modo americano, concebia-o como elemento da democracia pluralista, embora não vá insistir no tema da democracia política como o conceito-chave da interpelação a que estarão expostos os atores políticos na hora difícil do pós-64, como há de ser, apesar da sua cultura política avessa, para a esquerda brasileira (v. Baderna, Conservadorismo & Governabilidade).

Raymundo Nonato Santos

Referências Bibliográficas:

FREYRE, Gilberto. Nação e Exército. In *Seis conferências em busca de um leitor*. Rio de Janeiro, José Olympio Editor, 1965.

JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

Vários autores. O processo revolucionário brasileiro. Brasília, AERP, s/d.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

PUNK (Conceito e Comportamento). Fazendo uma breve etimologia do termo *punk*, poderemos observar que, em um espectro de significações, este signo adquire o sentido mais comum de “desclassificado” ou “vagabundo”. Entretanto, quando se observa a lógica interna dos diversos grupos jovens organizados, o termo *punk* poderia ser interpretado no sentido de “pôr-se numa margem” e não “à margem da sociedade”. O fenômeno punk não tem caráter homogêneo, tomando características singulares conforme os locais e, mais ainda, conforme o tempo. Talvez o que seja mais surpreendente no universo punk é a fluidez que adquire na conformação das identidades grupais. O motivo disto talvez esteja na própria raiz do fenômeno, que nunca fora pensado inicialmente como movimento de caráter político, mas uma difusa e suposta reação à inclusão nos valores da sociedade urbana de meados da década de 1960. Nunca houve uma doutrina punk para além da ideia central que permanece comum a todas as épocas de sua manifestação: “Faça você mesmo”, “Seja você mesmo” (v. Ideologia).

As primeiras manifestações punks apareceram entre os jovens suburbanos ingleses de origem operária, que passaram a usar roupas e penteados específicos, com o objetivo de expor uma postura antissocial e heterodoxa perante a compreensão da sociedade (v. Revolução). O estilo que desponta logo chegou aos EUA em começos dos anos de 1970 e incentivou ainda mais o surgimento de grupos amadores que tocavam um rock-and-roll mais acelerado e agressivo, reativo às normas do “bom gosto” da indústria musical do entretenimen-

to. Todo espetáculo se voltaria, então, à necessidade de fornecer um tipo de energia sonora que liberasse os “impulsos de ódio” oprimidos num cotidiano que não oferecia grandes horizontes de sucesso socioeconômico; os shows tornar-se-iam espaços de “liberação” onde seria quebrada a hierarquia entre palco e plateia (v. Juventude & Natureza). Tornada mercadoria e difundida para faixas sociais que ultrapassavam os bairros operários, a estética punk vestiria diversas bandeiras; no entanto, pode-se delinear uma paridade de comportamento no pressuposto da necessária manutenção de uma postura agressiva no âmbito estético — embora nem sempre ficasse restrito a este campo — alimentada pelo fantasma de “não se tornar sistema”, de não ser modismo ou artigo de consumo (v. Inimigo). Para tanto, apropriou-se dos bens da indústria da cultura para torná-los estranhos às convenções, elegendo e criando seus próprios bens culturais, sua música, sua roupa, buscando escapar da “mediocridade”, do tédio, da massificação, da imposição da indústria da moda. Os jovens punks recriariam, portanto, um canal de comunicação com a sociedade: “do it yourself” é a chave das manifestações; rejeitar-se-iam os grandes aparatos ou a especialização durante o processo criativo — a rusticidade deveria marcar a distinção com o virtuosismo da criação massificada. Desta forma, os jovens punks criaram a sua margem de atuação dentro do “sistema”, forjando o seu modo de diversão e/ou protesto em um meio urbano modernizado, mas ainda pobre de opções e altamente excludente (v. Oposição/Situação). No entanto, o ciclo trágico da inclusão é difícil de ser evitado, face ao poder altamente absorvente da indústria do entretenimento que atua sobre os estratos sociais jovens e planeja a obsolescência com produções a escopo. É por conta disso que os agrupamentos jovens que constroem uma identidade em torno da “maneira punk de ser” são extremamente presentistas e efêmeros: não se encaram como “dissidências” de algo que não poderia ser classificado como movimento e sim como “evoluções”, julgam-se mais próximos de uma “essência punk” e se acham guardiães da mesma, desclassificando tudo que não seja o “mesmo” que construíram (v. Alteridade). A forma de se definir o punk como antissistema ou contra o estabelecido guardaria, então, uma grande ironia: o “sistema”, tão zelosamente “posto para fora” da casa, entra pela porta dos fundos.

Ademais, quando um grupo se considera uma ilha discursiva irreduzível ao Outro não faz mais do que reproduzir as tendências políticas calcadas no di-

ferencialismo cultural tão em voga hoje em muitos partidos de direita europeus que pregam que a imigração é uma ameaça à identidade cultural francesa, alemã, inglesa, holandesa, etc. (v. Europa & Nouvelle Droite). Por outro lado, a fragmentação em ilhas identitárias alimenta a lógica industrial do capitalismo avançado, caracterizada justamente pela expansão da venda de signos efêmeros de identidade (v. Tradição & Homossexualidade e Revolta). Uma “maneira punk de ser” nunca é suficiente para a definição identitária dos grupos jovens; surge, isto sim, como um elemento intensificador — em alguns casos, bastante austero — das bandeiras que os grupos levantam, sejam estas favoráveis aos direitos das minorias, da liberdade de expressão, contrárias ao maltrato ou consumo de animais, nacionalistas, sexistas, xenófobas, chauvinistas, anarquistas ou nazistas (v. Skinheads & Skinheads e Anomia). Por tudo isso, qualquer estudo que se venha a fazer sobre grupos punks não poderá abandonar a postura crítica e analítica que um trabalho científico requer, jamais poderá limitar-se a simplesmente descrever como se comportam e o que pensam de si mesmos (v. Conservadorismo). Devem-se, portanto, apagar falsas dicotomias e assumir a relação dialética entre os elementos materiais e os ideais da vida social como possibilidade filosófica e arcabouço teórico de análise (v. História).

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, Helena Wendel. Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo, Scritta Editorial, 1994.

CONNOR, Steven. Cultura pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1993.

KAPLAN, E. Ann(org.). O mal-estar no pós-modernismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Loyola, 1993.

LA FONT, Hubert. As turmas jovens. In **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo, Brasiliense, 1987. TAGUIEFF, Pierre-André(org.). Face au Racisme. Paris, La Découverte, 1991. (2 vols.) TAGUIEFF, Pierre-André. La force du préjugé: essai sur le racisme. Paris, Gallimard, 1990.

VIANNA, Alexander Martins. Caracterizações e Dimensões: o universo punk carioca nos anos '90. Rio de Janeiro, TEMPO/UFRJ/FAPERJ, 1995. (mimeo)

Q

QANON. O QAnon é um movimento político originado nos Estados Unidos no ano de 2017 que se organiza majoritariamente em torno de diversas teorias da conspiração compartilhadas por um perfil anônimo autointitulado por “Q” no fórum online 4chan. Apesar de não possuir alinhamentos com nenhum dos dois principais partidos norte-americanos, os autodeclarados membros deste movimento ficaram conhecidos por demonstrar largo apoio a Donald Trump, inclusive com presença massiva na invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021. Na ocasião, um grupo de apoiadores do então presidente dos EUA, derrotado nas eleições cerca de um mês e meio antes, invadiram a sede do poder Legislativo dos Estados Unidos para interromper a sessão que formalizaria a vitória do 46º presidente norte-americano Joe Biden.

A principal ideia endossada pelos participantes do QAnon é de que existe um seletivo grupo do qual fazem parte membros do Partido Democrata, empresários como George Soros e parte da mídia ocidental que controla um *deep state*. Este grupo secreto manteria os presidentes dos EUA como meras marionetes para o exercício do seu poder. A atividade destas pessoas poderosas e malevolentes também estariam repletas de perversidade, e seus membros ligados a atividades que envolvem tráfico humano, pedofilia, e o assassinato de crian-

ças. Este grupo também defenderia o controle de armas e a redução do orçamento da polícia, o aborto e a promoção de direitos das populações LGBT. O ex-presidente Trump, portanto, seria um alvo deste grupo por não pertencer ao establishment político e por tentar libertar o povo norte-americano das suas amarras. Os participantes do QAnon nutrem uma expectativa por dois eventos de grande magnitude que teriam um profundo impacto na vida dos norte-americanos. O primeiro seria o evento descrito como *Tempestade*, onde as elites envolvidas na trama contra o então presidente Trump e o verdadeiro povo estado-unidense seriam presas e punidas pelos seus delitos. O segundo evento, chamado de o *Grande Despertar* seria sucedido à *Tempestade* e quando os cidadãos do mundo realizariam que as profecias propagadas por “Q” sempre estiveram corretas. É neste sentido um movimento com um caráter de religião política, o que reforça a visão do movimento como um culto.

Versões das teorias da conspiração propagadas pelo QAnon podem ser encontradas em propagandas antijudaicas no início do século XX na Europa, como os Protocolos dos Sábios de Sião, publicados na Rússia Tsarista por volta de 1902. O ideal da supremacia branca compartilhado pelo QAnon também esteve presente em grupos norte-americanos durante o século XX como a Ku Klux Klan. Mais recentemente, as teorias do QAnon são encontradas em campanhas de desinformação propagadas em fóruns de internet e redes sociais online, como por exemplo o caso que ficou conhecido como Pizzagate no ano de 2016. Nesta ocasião, usuários do fórum Reddit iniciaram a divulgação de narrativas que ligavam a então candidata Democrata à presidência dos EUA Hillary Clinton e a sua equipe de campanha a uma rede de pedofilia e tráfico humano que tinha uma pizzaria como fachada. Como o QAnon possui um perfil claramente contrário ao partido Democrata e ao establishment político, mais tarde os membros ligados ao adotaram também esta teoria da conspiração. Na verdade, o objetivo principal do QAnon é a difamação de todo e qualquer adversário político do ex-presidente Donald Trump. Estas teorias da conspiração são, portanto, versões recicladas de narrativas contra minorias políticas e étnicas que estiveram presentes no imaginário de diversas sociedades anteriormente.

Tais narrativas se diferenciam de notícias falsas e de sátiras à medida que compartilham de características comuns às teorias da conspiração. Primeiramente, essas teorias possuem a marca como marca a dificuldade de serem

colocadas em descrédito, pois ao contrário de notícias falsas não podem ser verificadas e desmentidas. Ainda, teorias da conspiração são narrativas que buscam interpretar o mundo de forma maniqueísta. Implícito nessas narrativas são a ideia de que há um grupo malevolente com interesses escusos buscando usurpar o poder econômico e/ou político, e um outro grupo vitimizado, que representaria o lado da virtude e que luta pelo bem geral de um povo. Alguns eventos históricos ou acontecimentos importantes seriam assim um produto destas tramas levadas a cabo por grupos secretos, e as explicações oficiais para estes acontecimentos não seriam mais que uma mera tentativa de uma elite política para desviar a atenção da população. Um dos propósitos teorias conspiratórias é o de prover o público com explicações alternativas para acontecimentos importantes. Assim, teorias da conspiração possuem como característica intrínseca o fato de serem contra o establishment político ou econômico. Apesar de não poderem ser refutadas, essas narrativas apelam pela crença dos indivíduos sem prover argumentos sólidos que apoiem a sua evidência. São assim semelhantes aos rumores, na medida em que são narrativas que não possuem substância em fatos, e apesar de estarem presentes na cultura popular desde o século passado, tais narrativas ganharam um alcance inédito com o advento da internet e das redes sociais.

Na ciência política, estudos sobre teorias da conspiração são recentes e ainda raros. Para além de trabalhos descritivos que analisam a influência de conspirações na história dos EUA (e.g. HOFSTADTER, 1964), foi somente na primeira década do século XX que surgiram trabalhos publicados em revistas de alto fator de impacto. Um dos principais achados destas publicações, que focam largamente em características demográficas, políticas e psicológicas dos indivíduos que estão correlacionadas com níveis de crença em teorias da conspiração, é a de que tais narrativas são pervasivas e estão presentes em indivíduos de diferentes perfis ideológicos (OLIVER; WOOD, 2014). Alguns traços psicológicos também são comuns em pessoas que acreditam em teorias da conspiração, como por exemplo a percepção de falta de controle sobre determinadas situações, sentimento de impotência e baixos níveis de capacidade de agência política, e ansiedade existencial (DOUGLAS et al., 2019). Essas características estão presentes sobretudo em indivíduos que se engajam no que a literatura em psicologia política denomina como *conspiracy thinking*, que seria a tendência em acreditar em diferentes teorias da conspiração com

diversos matizes ideológicos. Trabalhos que adotam abordagens ancoradas na teoria da identidade social também elencam o alinhamento com grupos políticos ou sociais como um dos determinantes da crença e endosso de teorias da conspiração. Narrativas que retratam um grupo social de grande importância para o sistema de crenças de um indivíduo como vítima de grupos malevolentes despertam interesse nessas pessoas, levando-as a adotarem teorias da conspiração como uma forma de sinalizar seu pertencimento e de evidenciar a importância do seu grupo (MILLER et al., 2016).

No caso do QAnon, seus autointitulados membros e pessoas que adotam as teorias publicadas pelo perfil anônimo são motivados mais por predisposições ao pensamento conspiracionista do que por motivações ideológicas propriamente. Indivíduos que se autointitulam tanto como extremamente conservadores ou extremamente liberais, e que se posicionam nos dois extremos numa escala que mensura partidarismo — compreendido como o nível de proximidade com um partido — são os que possuem mais sentimentos positivos ao QAnon, mensurado através de uma escala de 0 a 100, onde 100 indica a prevalência de sentimentos favoráveis ao grupo (ENDERS et al., 2021). Nesse sentido, o posicionamento extremista parece ser mais importante do que a identificação com um partido específico para o apoio ao QAnon. Alguns traços psicológicos também são correlacionados com sentimentos positivos a este grupo, como predisposição à psicopatia, maquiavelismo e narcisismo — a crença na autossuperioridade ou superioridade do seu grupo atrelada à necessidade de aprovação pelos demais — e a aceitação da violência como uma ferramenta política. No entanto, para além de partidos, a identificação com Donald Trump parece ser algo central para este grupo, algo que ainda precisa ser analisado em estudos futuros.

Lucas Borba

Sugestões bibliográficas

DOUGLAS, Karen M.; USCINSKI, Joseph E.; SUTTON, Robbie M.; CICHOCKA, Aleksandra; NEFES, Turkey; ANG, Chee Siang; DERAVI, Farzin. Understanding Conspiracy Theories. **Political Psychology**. V. 40, N. S1, pp: 3-35, 2019.

ENDERS, Adam; USCINSKI Joseph; KLOFSTAD, Casey; WUCHTY, Stefan; SEELIG, Michelle; FUNCHION, John; MURTHI, Manohar; PREMARATNE, Kamal; STOLER, Justin. Who supports QAnon? A case study in political extremism. **The Journal of Politics**. Forthcoming, 2021.

HOFSTADTER, Richard. **The paranoid style in American politics**. New York City: Vintage, 2012.

MILLER, Joanne M.; SAUNDERS, Kyle L.; FARHART, Christina E. Conspiracy Endorsement as Motivated Reasoning: The Moderating Roles of Political Knowledge and Trust. **American Journal of Political Science**. V. 2016, n. 4, pp. 824–844, 2016.

OLIVER, J. Eric; WOOD, Thomas J. Conspiracy theories and the paranoid style(s) of mass opinion. **American Journal of Political Science**. V. 58, n. 4, pp 952–966, 2014.

QUARTA TEORIA POLÍTICA. A expressão tornou-se popular com a publicação do livro do político e escritor Alexander Dugin (Moscou, 1962), onde o autor descreve “a Quarta Teoria Política” como uma “etapa” da evolução intelectual e política do mundo pós-liberal e pós-globalização — em substituição ao conceito de “Imperialismo”. Tal expressão não nominativa sucederia o liberalismo, o comunismo e o fascismo e se imporia como resposta aos anseios de um mundo destruído pela Segunda Guerra Mundial e pelo (neo) liberalismo materialista e espoliador dominante no pós-1989 e na esteira do fim da União Soviética. Dugin é, hoje, o principal expoente da “Quarta Teoria Política” apresentada como síntese “eurasiana” capaz de guiar a Federação Russa em direção a uma nova postura de poder mundial e de encontro aos seus valores permanentes, de caráter altamente conservadores e antiocidentais, contrários a Modernidade oriunda do Iluminismo. Várias vezes, em especial através de meios de imprensa ocidentais, Dugin é apontado como sendo um “conselheiro” do Presidente Vladimir Putin, em especial após 2014 e a anexação da Crimeia. Na verdade, Dugin e seu Partido Eurasiano não mantém uma relação direta com Putin, da mesma maneira como não possui tais laços com o Presidente da Turquia Recep Taqyyp Erdogan (Istambul, 1954), do “Partido Justiça e Desenvolvimento”, islamista “moderado” ou com outros líderes da Extrema-Direita ocidental, como Marine Le Pen. No caso de Erdogan,

a tradição “neo-otomana” é muito mais forte e presente na política turca do que quaisquer outras possíveis importações estrangeiras, inclusive uma ideologia de raízes russas, tradicionalmente vista com desconfiança pelos turcos, onde viceja uma forma específica de fascismo expressa pela organização os “Lobos Cinzentos” (“Bozkurtlar”) — também conhecidos como “Juventude Idealista”, de caráter pan-turca, islamista, antiocidental e, ao mesmo tempo, anti-russas. A insistência de identificar Dugin com Putin é errônea, e por vezes, mal-intencionada, em especial após 2014. Dugin é, em verdade, muito mais voltado para uma visão esotérica, mística das relações internacionais e do papel da Rússia no mundo, com nítida influência de autores como René Guénon (1886 – 1951) e Julius Evola (1898 – 1974), buscando restabelecer valores do “Ancien Régime” ortodoxo-russo como padrões da vida internacional. Outras vezes seu conservadorismo é banal: “Nós defendemos os valores tradicionais, as fundações espirituais e morais da civilização: a família, a verdadeira vida humana e o compromisso religioso” A “Quarta Teoria Política” quando despojada do seu envoltório conservador comum — Deus, família, religião e encarada por seus aspectos centrais geopolíticos — é intrinsecamente uma ferramenta do ultranacionalismo russo, de caráter altamente xenófobo, racista e agressivo, sendo desta forma de difícil importação por outros grupos nacionais. Apenas a militância conservadora não atenta ao caráter pan-russo e de ressurgência imperial “eurasiano” da teoria de Dugin é levada a uma recepção acrítica da “Quarta Teoria”.

No seu esforço de convencimento, a Quarta Teoria busca uma síntese capaz de “superar” os “limites e males” do comunismo e do liberalismo reconhecendo, no entanto, as contribuições do fascismo para um pensamento construtivo de uma nova ordem mundial contra o atlantismo americano (Otan/Europa) visando destruir o império americano e seu caráter corruptor dos valores morais. Após apoiar Putin e sua política externa, exigindo um “genocídio” dos povos não-russos no interior da Federação Russa, Dugin se declarou “decepcionado” — por não realizar todos seus prognósticos. Na verdade, a afirmação de que Dugin é “um conselheiro oculto de Putin” e o verdadeiro formulador da política externa da Federação Russa é inverídica. A formulação estratégica da nova política externa da Rússia coube, no pós-1991, ao diplomata e estrategista Evgueni Primakov (1929 – 2015), quem de fato, foi conselheiro de segurança internacional de Boris Yeltsin (1991 – 1999), ministro do exterior,

primeiro-ministro e a origem da ascensão de Putin. Primakov controlava o KGB como seu diretor-chefe e desempenhou importante papel na ascensão de Putin como conselheiro e na formulação da política estratégica da Rússia. Coube a Primakov — a chamada “Doutrina Primakov” — a aproximação com a China, Índia e Brasil, e, assim, o desenho do BRICs e o combate às chamadas Revoluções Coloridas bem como a busca de um novo protagonismo russo no conjunto das “novas potências” como estratégia de resistência ao “hegemonismo” americano, ao mesmo tempo que restaurava a economia do país e buscava nova posição na política de armas estratégicas.

Jamais fez parte da “Estratégia Primakov” uma política esotérica de restauração imperial e religiosa, de tipo neofascista, da Rússia como buscada por Alexander Dugin.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referência:

Leonard Weinberg, Ami Pedahzur, Arie Perliger. *Political Parties and Terrorist Groups*, Routledge, Londres, 2003.

<https://www.nouvelobs.com/monde/ukraine-la-revolte/20140503.OBS6009/le-raspoutine-de-poutine.html>, acesso em:03/05/2014.

QUISLING, Vidkun (1887 – 1945). Nascido a 18 de julho de 1887, Vidkun Quisling formou-se na Academia Militar Norueguesa e, ainda jovem, foi enviado a Petrogrado como adido militar. Após abandonar a farda, permaneceu alguns anos na URSS e, de volta ao seu país, iniciou uma meteórica carreira política, com um discurso radicalmente anticomunista (v. Anticomunismo). Em 1931, tornou-se ministro da Defesa no governo do Partido Agrário (*Bondepartiet*), no qual se notabilizou pelo combate ao Partido Trabalhista e aos sindicatos. Com a queda do governo, fundou, em 1933, o partido União Nacional (*Nasjonal Samling*), cujo programa defendia um socialismo norueguês baseado na união das classes, um governo forte, constituído pelo princípio do líder, a superioridade racial nórdica e um intenso antissemitismo (v. Esta-

tismo & Eugenia). Em 1934, organizou a *Hird*, réplica das S.A nazistas e, em 1936, a Organização de Batalha, inspirada nas S.S. (v. Fascismo na Alemanha) Além de envolver-se em batalhas campais contra operários socialistas, a *Hird* exercia funções rituais em paradas, procissões à luz de velas e acampamentos, nos quais o partido procurava identificar-se ao passado viking (v. Nacionalismo). Com vistas a ganhar o apoio do eleitorado nacionalista, a União Nacional defendia a anexação da Groelândia à Noruega, atacava a Liga das Nações e, por identidade ideológica, apoiou a invasão da Etiópia por Mussolini. Toda esta movimentação resultou eleitoralmente infrutífera. Ao longo de quatro eleições entre 1933 e 1937, a União Nacional nunca obteve mais do que 2,5% dos votos. Diante deste quadro, Quisling acabaria por desistir de chegar ao poder pela via legal. Em 1939, apresentou a Hitler um plano, semelhante ao executado no *Anchluss* austríaco, em que ele faria o papel de Seyss-Inquart. Para os nazistas, a Escandinávia era uma região importante, dado que a indústria bélica alemã utilizava o minério de ferro sueco transportado através do mar territorial norueguês (v. Geopolítica). No entanto, desde que este fluxo de minério estivesse assegurado, Hitler preferia manter a região neutra. O plano acabou por ser arquivado, mas a Guerra Russo-Finlandesa viria a alterar o quadro. Devido a rumores de envio de uma força expedicionária anglo-francesa através do território norueguês para auxiliar os finlandeses, às escaramuças navais com os ingleses na costa norueguesa e à crescente pressão do almirantado alemão no sentido da ocupação das estratégicas bases navais norueguesas, Hitler ordenou, mesmo com o fim da Guerra Russo-Finlandesa em 12 de março, a invasão da Noruega e, com ela, da Dinamarca. A 9 de abril de 1940, junto com os canhões, os nazistas apresentaram um ultimato para que estes países aceitassem a “proteção” alemã. Em Copenhague, embora sob protesto, tal “proteção” foi aceita. Na Noruega, no entanto, o rei Haakon e o Parlamento recusaram-se a aceitá-la, deixando Oslo em direção ao norte para organizar a resistência. Foi então que Quisling, mais uma vez, mostrou por que seu nome se tornou, após o término da Segunda Guerra Mundial, sinônimo de traidor em diversas línguas. Sem o consentimento alemão, proclamou-se chefe do governo e ordenou a cessação de todas as hostilidades contra os alemães. Este ato, no entanto, acabou por incentivar a resistência, já auxiliada por tropas inglesas e francesas. A transferência destas tropas para o teatro ocidental, após a invasão alemã da Holanda e da Bélgica, fez com que a

resistência norueguesa entrasse em colapso. Em 12 de junho, os noruegueses capitularam e o rei e o governo partiram para um exílio de 5 anos em Londres. Quisling, no entanto, permaneceria somente até 15 de abril como primeiro-ministro, dado que os nazistas buscaram fazer uma política de acomodação com os noruegueses, um povo considerado racialmente ariano, e seu nome era amplamente rejeitado por todos os segmentos da sociedade. De abril a setembro, o *Reichskomissar* Josef Terboven buscou tal acomodação, mas a exigência da deposição formal do rei e do Parlamento levou ao fracasso tal iniciativa. Em setembro, a Dinamarca foi transformada em Protetorado, todos os partidos, com exceção da União Nacional, foram colocados na ilegalidade e foi indicado um gabinete de 13 integrantes para cuidar da administração interna. Todos os seus membros eram *quislings*, ou seja, membros da União Nacional. Neste período, os *quislings*, através da *Hird* e ao lado da *GESTAPO*, reprimiram violentamente a oposição, buscaram, sem sucesso, *quislinizar* o serviço público e a Universidade e deram início à perseguição aos judeus (v. Fascismo & Regime de Vichy e os Judeus). Em 1942, Quisling foi finalmente nomeado primeiro-ministro, mas seu poder de fato era quase nulo. Ainda assim, buscou agradar em tudo a seus protetores alemães, que o tinham finalmente levado ao poder. Ao fim da Guerra, foi julgado por crime de traição, condenado à morte e executado em 24 de outubro de 1945. (v. Ditadura & Militarismo).

Flávio Limonci

Referências Bibliográficas:

HOIDAL, Oddvar Karsten. "Vidkun Quisling's decline as a political figure in prewar Norway, 1933–1937". In *The Journal of Modern History*, Vol. 43, setembro de 1971(3): pp. 440–467.

SHIRER, William. Ascensão e queda do Terceiro Reich. Rio de Janeiro, Editora da Civilização Brasileira, 1964.

WORM-MÜLLER, Jacob. Norway revolts against the nazis. Londres, Lindsay Drummond, 1942.

R

RAÇA. A sistematização do conceito da “Raça” como discurso científico é uma formulação criada na Europa e nos Estados Unidos ao longo dos Séculos XVIII e XX e diretamente vinculada aos desdobramentos da História Contemporânea. Havia a intencionalidade de abarcar todos os povos do Mundo, mas sempre a partir de uma visão eurocêntrica, produzindo hierarquizações para além das diferenciações entre tons de pele. Foi um processo associado às experiências coloniais, com a produção de sistemas de classificação racial.

Com diferenciações espaço-temporais, o conceito de Raça esteve presente em vários conflitos sociais, econômicos e políticos, sendo um elemento intrínseco ao advento da Modernidade, produzindo preconceitos e ações discriminatórias em todo o planeta. A classificação e hierarquização das raças, a partir de então, passou a ser utilizada nos processos de legitimação de intervenção e como justificativa para ações intra e extraterritoriais, inclusive com a máxima “White’s Man Burden” (O Fardo do Homem Branco), dando o argumento ideológico de que a dominação do mundo pela raça pretensamente superior (branca) era um fardo, um peso, porém, uma missão civilizatória. As práticas, os estereótipos e as ideias raciais devem ser compreendidas em um contexto

interligado, com forte teor ideológico, muitas vezes eivadas de cientificismo e inseparável dos processos históricos dos últimos trezentos anos.

O racismo, porém, é uma prática que antecede o advento das teorias raciais, estando presente em diversas ocasiões ao longo do tempo, se manifestando das mais diversas formas, da antiguidade aos dias atuais. Contudo, um discurso racial e racializador, com substratos científicos, é um elemento que foi se processando a partir do Século XVIII. Nem sempre a raça se define pela cor da pele, como é o caso dos judeus ou dos armênios, por exemplo.

Assim, pode-se dizer que o conceito de raça é um dos elementos centrais da Modernidade, sendo indispensável esse aspecto para que possamos compreender o racismo contemporâneo, particularmente o racismo estrutural, com suas práticas de violência física e simbólica, em formas objetivas e subjetivas, conscientes e inconscientes, reproduzindo preconceitos com conseqüentes ações discriminatórias.

A concepção reacionária de nacionalismo tem na raça um fator primordial da ideia de Nação que se quer disseminar. Atualmente, o pensamento reacionário, e alguns projetos conservadores, se vale das estratégias relativistas e culturalistas para advogar uma pretensa defesa da identidade e dos valores de determinados grupos como elemento legitimador para o combate a imigração, para discursos xenofóbicos, para o questionamento do multilateralismo e do globalismo (por exemplo, o movimento “Brexit”, que levou à saída do Reino Unido da Comunidade Europeia), para a intolerância religiosa e para a negação do pluralismo e da diversidade cultural. Trata-se da ressignificação do relativismo como visão de mundo e dos argumentos culturais para a organização de plataformas políticas retrógradas.

Embora tenha se constituído com discurso cientificista, o conceito de raça possui as mais diversas variações locais. Por isso, uma mesma pessoa pode ser considerada como negra nos Estados Unidos, como “pessoa de cor” na América Central, no Caribe ou na África do Sul, e, mesmo assim, ser percebida e autodeclarada como branca no Brasil. Os processos históricos locais devem ser considerados para a compreensão desse conceito, por mais disseminado peço globo que ele esteja. Apesar dessas variantes espaciais, as classificações de raça contribuem para criar diferenciações e subalternizações no tecido so-

cial e nos grupos de uma sociedade, gerando obstáculos, diminuindo chances e oportunidades daqueles que são considerados como de “raças inferiores”.

Da mesma forma que a Modernidade apresentou o conceito de “Contrato Social”, pode-se considerar a presença implícita de um “Contrato Racial” ou de “Cláusulas Raciais” e racialistas dentro do “Contrato Social”.

Raça e racismo podem existir tanto de maneira informal na vida cotidiana — muitas vezes de formas não assumidas ou percebidas com nitidez — como também podem existir institucionalmente, como foi o apartheid na África do Sul, o segregacionismo no Estados Unidos ou durante a Alemanha Nazista. De maneiras mais atenuadas, também nas políticas de Estado voltadas para a Eugenia que influenciaram muitos países nas primeiras décadas do século XX, inclusive no Brasil.

Atualmente, a base biológica do conceito de raça é contestada pela ciência e pelos cientistas. Variações genéticas dentre do que se consideravam raças nos parâmetros antigos é em muito superior do que entre pessoas de “raças” distintas, apesar de perceber especificidades em grupos étnicos que podem torná-los mais ou menos predispostos a imunidade ou vulnerabilidade a determinadas doenças. O termo raça também foi ressignificado pelos afro-americanos e pelo movimento negro mundialmente para expressar a sua identidade coletiva, invertendo o antigo uso pejorativo do termo raça em um fator de resistência e autoestima (*black is beautiful*, negro é lindo). Por outro lado, na França, o termo raça é abolido nos documentos burocráticos, visto e tido como um elemento reprodutor de diferenciações, percebendo o conceito como muito contagiado por práticas políticas segregacionistas e de extermínio para que pudesse ser usado de forma neutra na sociedade ou pelos pesquisadores.

Muitos antropólogos e historiadores buscaram no termo “etnia” uma alternativa e na expressão “etnicidade” uma forma de definir grupos sociais fluídos, que se fragmentaram, sofreram processos diaspóricos e/ou se reorganizaram de formas diferentes ou não convencionais.

O conceito de raça procura definir aspectos físicos e mentais aos grupos específicos, sendo os demais grupos diferentes do grupo de referência, tidos como

inferiores, e, por isso mesmo, avalizando o processo de dominação do grupo visto como o mais forte.

Rafael dos Santos

Sugestões Bibliográficas:

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: Das Cruzadas ao Século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

DIWAN, Pietra. Raça Pura: Uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

FREDRICKSON, George M. Racism: A Short History. Princeton: Princeton University Press, 2015.

MILLS, Charles Wade. The Racial Contract. Ithaca & London: Cornell University Press, 1997.

REX, John. Race and Ethnicity. London: Open University Press, 1996.

REAGAN, Ronald (Biografia Política). Nascido em uma família católica de origem irlandesa a 6 de fevereiro de 1911. O seu pai, John Edward Reagan, era vendedor de sapatos em Tampico (Illinois) e sua mãe, Nelle Wilson Reagan, uma protestante que tinha ancestrais escoceses e ingleses (v. Fundamentalismo Cristão). Graduou-se no Eureka College em 1932, prosseguindo a sua carreira mediática como anunciador esportivo das rádios WOC e WHO de Davenport em Iowa — que mais tarde se fundiriam — como ator de cinema em Hollywood e como anunciador de TV. A sua carreira *movie* começou em 1937, quando foi à Califórnia para fazer a cobertura jornalística de uma partida de *baseball*, havendo conhecido um agente da Warner Brothers que o iniciou nas telas com o filme *Love is on the Air*. Ele fez o seu último filme em 1964, totalizando mais de 50 (v. Hollywood e o Macartismo). A sua carreira em Hollywood foi momentaneamente interrompida em 1942, quando serviu por três anos no Exército dos EUA, para o qual fez filmes de treinamento.

Deixando o Exército com o título de capitão, Reagan iniciou a sua carreira política em 1947, quando foi eleito presidente do sindicato dos artistas (*Screen*

Actors Guild), que reunia diversas personalidades que eram filiadas à Federação Americana do Trabalho. Ele foi eleito durante cinco mandatos anuais sucessivos e foi o responsável por inúmeras negociações de contratos do sindicato. Inicialmente favorável ao *New Deal* democrata, Reagan foi mudando as suas crenças políticas até o final dos anos de 1950, acreditando honestamente que infiltrações comunistas estavam solapando as instituições do país. Mudando de postura, Reagan gradualmente vai abandonando a sua carreira artística e torna-se o porta-voz da General Electric Company, viajando por todo o país a pregar a sua mais nova ideologia conservadora de desenvolvimento (v. Economia & Darwinismo Social). Em 1962, depois de desagradar a direção da GE, Reagan é despedido e, no mesmo ano, filia-se ao Partido Republicano, devotando-se aos seus assuntos. O seu crescente envolvimento na política custou-lhe o casamento com a atriz Jane Wyman, com a qual tinha dois filhos, concretizando o divórcio em 1949. Em 1952, casaria com Nancy Davis, que conhecera enquanto gravava um filme em 1949, tendo também com ela dois filhos. Nancy Davis era conhecida por suas firmes posições conservadoras e possivelmente influenciou o marido (v. Partido Político de Direita).

Ronald Reagan insurge na cena política em 1964, durante uma mensagem direcionada ao senador Barry Goldwater para reacender a sua campanha pela presidência. Na última semana de campanha, durante 30 minutos falou em cadeia nacional de televisão que os EUA viviam um tempo de escolha — “A Time for Choosing”. Depois de seu discurso, um grupo de homens de negócios sugeriu que se candidatasse para o governo do estado da Califórnia, mas o seu recente ingresso no partido Republicano dava-lhe pouca base neste estado. Entretanto, com histriônica campanha contra as propostas do Partido Democrata de Edmund G. Brown, Reagan pintou para si o retrato do homem comum, afável e bem-humorado, posicionando-se contra a “falácia” de suas propostas na área de bem-estar e, para a surpresa de Brown, conseguiu 64,7% dos votos, tornando-se governador da Califórnia em 1966, com a larga margem de 1 milhão de votos de vantagem — a maior até então alcançada numa disputa por governo de estado nos EUA. Esta experiência começou a alimentar as suas expectativas a respeito de uma eleição para presidente, mantendo-se conservador particularmente no que se referia à classe trabalhadora, no seio da qual o aborrecia os movimentos por direitos civis, o ativismo de estudantes e os desconfortáveis efeitos políticos da Guerra do Vietnã — não devemos es-

quecer que, entre os centros de descontentamento estudantil, a Universidade da Califórnia foi o grande centro onde o “movimento pelo livre pensamento” mais se aproximou de um estágio de confrontação (v. Baderna, Burocracia & Greve). Seis dos oito anos em que esteve como governador da Califórnia fizeram com que Reagan experimentasse a viva oposição da legislatura local, dominada pelos democratas. Muitos de seus pontos de campanha não puderam ser cumpridos tanto por seus erros de avaliação enquanto administrador quanto pela marcada oposição dos democratas. Os três pontos-chave de sua administração foram a redução das taxas de juros e gastos administrativos, reformas no sistema previdenciário que contemplassem tais reduções, incluindo a ampliação dos fundos investidos na educação média (*high school*) — marcadamente técnica — e a redução em 1/3 dos fundos universitários.

Durante a preleção interna do Partido Republicano de 1968 para as eleições presidenciais, perderia para Richard Nixon (1969 – 1974), mas não sem reclamar do apoio de Barry Goldwater, que em sua opinião havia favorecido uma “ala radical” da direita norte-americana. Em 1976, mais uma vez tentaria sair como candidato do partido, mas perderia por uma pequena margem para Gerald Ford (1974 – 1977), cuja imagem ficou bastante prejudicada depois de conceder um controvertido perdão a Richard Nixon. Esta campanha no interior do partido permitiu a Reagan testar as suas bases de apoio no sul e no oeste dos EUA e, finalmente, conseguiria ser candidato pelo partido em 1980, vencendo as eleições sobre o candidato democrata Jimmy Carter (1977 – 1981), que tentava a sua reeleição. Eleito para o mandato de 1981 e reeleito em 1985, governando os EUA como o quadragésimo presidente até 1989, Reagan seria sucedido por seu vice, George Bush (1989 – 1993).

Usando uma mensagem de otimismo, consenso e confiança no futuro, Reagan havia vencido o candidato democrata com uma esmagadora vantagem. Os efeitos da crise econômica que acompanhavam a virada da década de 1980 e um certo cansaço frente aos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 favoreceram a sua retórica simples em torno de pontos que mexiam com a necessidade de consenso e cooperação para se superar a crise econômica mundial (v. Conservadorismo). Entretanto, se internamente era a imagem do pai conciliador que aparecia, o mesmo não se poderia dizer de sua política externa — transformada numa verdadeira cruzada da democracia contra o comunismo e o extremismo árabe, sendo este acusado de causar a crise

econômica que abalava a economia americana, em vez do próprio modelo de crescimento econômico que dava sinais de esgotamento desde finais da década de 1960. No combate ao “totalitarismo” comunista, não poupou esforços ao enviar tropas para a América Latina em apoio a guerrilhas e ditaduras de direita, como em Granada, El Salvador e Nicarágua — sendo este último país marcado pela ostensiva violência da guerrilha dos *Contras* sobre a população civil. A invasão de Granada ocorrera dois dias após um ataque terrorista sofrido pela “força de paz” no Líbano em outubro de 1983, quando morreram 241 norte-americanos em serviço, reforçando a ideia de um “cerco comunista” capitalizado desde um incidente ocorrido no começo deste mesmo ano: um avião sul-coreano abatido por um avião do exército soviético (v. Ditadura e Violência & Anticomunismo). Além disso, ainda no clima de *Guerras nas Estrelas*, em que o *império do mal* (URSS) parecia contra-atacar, aumentou os incentivos para o programa de defesa nuclear, alimentando diversos protestos, desde grupos civis organizados até o cinema (*Day After* e *Terminator* são a síntese desse mal-estar de meados da década de 1980). No combate ao “terrorismo” e ao “fundamentalismo” árabes, ordenou uma fracassada operação militar em Beirute (1985) e autorizou um bombardeio aéreo na Líbia em 1986, colocando toda a população sob suspeita, posto que os alvos não foram bases militares, mas supostos lugares de organizações terroristas em prédios da capital (Trípoli). (v. Alteridade & Inimigo).

Finalmente, teve que alterar a sua base retórica a respeito do “império do mal” quando progressivamente Mikhail Gorbachev — secretário-geral do Partido Comunista da URSS entre 1985 e 1991 — destacou-se no cenário mundial em 1985 como símbolo de boa vontade, afirmando a necessidade de desarmamento nuclear bilateral e do fim da Guerra Fria. Neste mesmo ano, houve um encontro cordial de Reagan e Gorbachev em Genebra. Além disso, Reagan colheu em seu penúltimo ano de mandato os efeitos de décadas de apoio a ditaduras na América Latina por parte dos EUA num caso constrangedor: o ditador do Panamá, General Manuel Noriega, acusado de tráfico de drogas, desafiou o poderio norte-americano ao se manter firme no governo, não aceitando qualquer negociação em contrário (v. Guerra Fria e a Direita Norte-Americana & Operação Condor).

Internamente, o governo de Ronald Reagan aplicou o choque econômico no sentido mais ortodoxo do liberalismo, desmontando muitos anteparos sociais

do Estado do Bem-Estar Social, ampliando a autonomia fiscal-previdenciária dos estados, reduzindo as taxas de juros, ao mesmo tempo em que o preço das mercadorias declinava no mercado mundial e ampliava-se o déficit econômico com os gastos militares. Tais medidas — que afetavam a qualidade de vida do norte-americano médio e diminuíram os custos sociais do trabalho para os empresários — passaram a ser divulgadas na imprensa como “*Reaganomics*” e a “desregulamentação” passou a ser a palavra-chave de sua administração — como os britânicos já vinham sentindo na administração da primeira-ministra Margaret Thatcher (1979 – 1990). (v. Consenso de Washington). Já no início de seu mandato em janeiro de 1981, Ronald Reagan capitalizaria bons frutos com a libertação de 52 norte-americanos que estiveram como reféns no Irã por 444 dias e, dois meses depois, sofreria um atentado à bala que o deixaria preso no hospital por algumas semanas. Frente a tal evento, pôde posar como vítima/herói e apelar mais uma vez para o consenso interno, conseguindo o seu segundo mandato com uma esmagadora maioria de votos. Apresentando já alguns sinais de problema de saúde, este segundo mandato fora marcado pelo escândalo *Irã-Contra* em 1985, quando veio à tona que pessoas ligadas ao coronel Oliver North, do Conselho de Segurança, estavam vendendo armamento de guerra para o Irã através de Israel; tal armamento chegaria aos terroristas libaneses que, em troca de tal transação, libertariam reféns ocidentais presos em Beirute e no Líbano. Tal escândalo se somou à já citada questão das guerrilhas anticomunistas na Nicarágua. Malgrado essas vicissitudes, Reagan manteve-se como o mais popular presidente em exercício nos EUA. Tanto esta base popular de apoio quanto a falta de provas mais conclusivas que ligassem o caso *Irã-Contra* a ele ou ao seu vice, George Bush, evitaram que se produzisse um processo de impedimento no Congresso, como ocorrera com Richard Nixon. Em 1994, divulgou-se que Reagan progressivamente perdia com uma doença cerebral degenerativa, o mal de Alzheimer.

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

KUMAR, Krishan. *Da Sociedade pós-industrial à Sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática, 1996.

PALMOWISKI, Jan. Dictionary of Twentieth Century: World History. Oxford/New York, Oxford University Press, 1998.

REAGRUPAMENTO NACIONAL. O Reagrupamento Nacional (referido como RN daqui em diante), é um partido político francês fundado com o nome Frente Nacional no ano de 1972 por Jean-Marie Le Pen, quem ocupou a presidência do partido até o ano de 2011, quando foi sucedido por sua filha, Marine Le Pen. Até então considerado um partido marginal no cenário político da França, a Frente Nacional adquiriu projeção nacional no ano de 2012 quando Marine Le Pen foi a terceira candidata mais votada nas eleições presidenciais francesas com 17,9% dos votos, até então o melhor resultado eleitoral numa eleição presidencial alcançado por um candidato do partido — atrás somente das eleições presidenciais de 2017, quando Marine Le Pen obteve 33.9% dos votos no segundo turno. O partido foi também o mais votado pelo eleitorado francês nas eleições para o Parlamento Europeu em 2014 e 2019, e atualmente possui 23 membros no Legislativo da União Europeia.

As raízes do RN estão fincadas na turbulenta década de 1960 na França. A Guerra da Argélia, marcada pelas acusações de tortura tanto à Frente de Libertação Nacional quanto às Forças Armadas Francesas, foi um dos gatilhos que levou à queda da Quarta República e da existência *de facto* do Império Colonial Francês. Jean-Marie Le Pen, combatente no conflito contra a Argélia, tentava se lançar na política propondo unir os interesses de pequenos empresários que se sentiam ameaçados pelo capitalismo e pela crescente internacionalização da economia, e de indivíduos pertencentes a uma baixa classe média que amargurava a decadência política e cultural da França. Os movimentos de Maio de 1968 iniciados por estudantes da Universidade Paris X — Nanterre e Paris IV Sorbonne, logo se estendeu por diversos setores da sociedade francesa, passando também a abarcar demandas de trabalhadores por melhores salários e jornadas de trabalho mais justas, também nutrindo

sentimentos anti-establishment, catalisados sobretudo contra o governo De Gaulle, em uma parcela de franceses que desejavam uma maior inclusão de partidos de esquerda no governo. Desta forma, a então Frente Nacional para a Unidade Francesa originou-se integrando a luta de pequenos empresários e da baixa classe média contra mudanças econômicas e sociais trazidas pela globalização, com a defesa de valores tradicionais e nacionais presentes sobretudo naqueles que foram frustrados pelo fracasso de De Gaulle em manter a colônia argelina.

Apesar do propício momento de agitação social que preenchia o plano de fundo da criação da Frente Nacional, o partido permaneceu desde a sua fundação até a segunda década do presente século acumulando tentativas frustradas de se lançar como um grupo protagonista na política da Quinta República Francesa. Apesar de ter obtido um desempenho eleitoral marcante nas eleições legislativas de 1986, quando foi excepcionalmente implementado um sistema eleitoral de representação proporcional de lista fechada que contribuiu para a FN emplacar 35 de 577 deputados na Assembleia Nacional com virtualmente 10% do voto popular, o partido não conseguiu exercer considerável influência política para aprovar proposições legislativas como o reestabelecimento da pena de morte, deportação de imigrantes que cometessem crimes e a preferência de trabalhadores nacionais para o preenchimento de vagas de emprego. O retorno do sistema majoritário de dois turnos nas eleições legislativas nacionais nos anos subsequentes freou o avanço da FN no âmbito nacional, que apesar de ter emplacado algo entre 11% e 15% do voto popular no primeiro turno das disputas entre os anos de 1993 e 2017, obteve um máximo de 6 cadeiras no Legislativo francês em 2017. Entretanto, os representantes da FN ganharam popularidade durante a década de 1990 e 2000 em meio ao medo do fundamentalismo islâmico e ao recrudescimento da retórica anti-islã na França, tendo seu auge em 2002 quando Jean-Marie Le Pen disputou o segundo turno das Presidenciais de 2002, quando foi derrotado por Jaques Chirac que obteve mais de 80% dos votos em meio a uma grande rejeição do candidato da FN.

Em 2011 Marine Le Pen, filha do fundador da Frente Nacional, assume o partido em meio a uma expectativa de desradicalização e afastamento de episódios controversos. O próprio Jean-Marie Le Pen foi processado algumas vezes por declarações antissemitas, e membros do alto escalão do partido publicaram

declarações questionando a existência das câmaras de gás e do extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Marine Le Pen procurou envolver a organização num tom democrático, condenando e contrariando as opiniões do próprio pai. Desde então, o principal foco do partido tem sido a restrição da entrada de imigrantes de origem muçulmana na França e a saída do país da União Europeia. O desempenho eleitoral da FN nas eleições para o Parlamento Europeu em 2014 e 2019, bem como a performance de Marine Le Pen nas eleições Presidenciais de 2017, marcaram o crescimento do partido durante a sua nova fase, obtendo o apoio sobretudo de eleitores que se identificam com a instância e retórica anti-imigração. No ano seguinte, em mais uma tentativa de aceno aos eleitores conservadores não-radicais, a Frente Nacional mudou o nome para Reagrupamento Nacional, também se movendo em direção ao centro do espectro ideológico.

No ano de 2019, especialistas entrevistados pelo Chapel Hill Expert Survey, uma pesquisa gularmente cientistas políticos especialistas em partidos políticos e integração europeia, concedeu um score de 9,75 ao RN numa escala de zero a 10 na qual zero representa a extrema-esquerda e 10 a extrema-direita. Alguns determinantes para este score geral são as posições adotadas pelo RN no âmbito social. Como demonstrado na Figura 1, o RN adota uma instância fortemente contrária ao reconhecimento dos direitos de minorias étnicas, contrária ao reconhecimento de diferentes culturas (portanto favorecendo a assimilação de imigrantes à cultura francesa) de restrição do número de imigrantes em solo nacional. O RN também se posiciona de forma contrária à integração da União Europeia, bem como às medidas liberais no campo social (como igualdade de gênero e direitos para a população LGBT) atrelado à ênfase na lei e na ordem. Em *issues* relacionados à economia, que possuem pouca saliência nas plataformas do partido, este se limita a posições moderadas que tendem ao centro.



Figura 1: Posicionamento do RN em issues direcionais nas dimensões cultural e econômica (elaboração própria com dados do Chapel Hill Expert Survey)

O RN pode ser classificado como um partido populista de direita radical. Como parte desta família partidária, compartilha posições em comum com diversas outras agremiações de outros países europeus, como por exemplo um forte posicionamento contrário aos imigrantes provenientes majoritariamente do Oriente Médio e Norte Africano Também é central ao RN uma retórica contrária à União Europeia como um projeto de integração social, política e econômica, à qual este e outros partidos de direita radical enxergam como sendo uma violação do princípio de soberania nacional de seus respectivos países. No âmbito dos valores sociais, o RN compartilha a defesa do etnonacionalismo como princípio ordenador da formação e manutenção das nações. Essas seriam formadas e organizada em torno de indivíduos que pertencem a uma mesma etnia, e indivíduos de origem cultural diferente seriam relegados à imagem de *outgroup*, não considerados como membros legítimos da nação onde vivem. Nesse sentido, uma lógica exclusivista pauta

a concepção de identidade nacional compartilhada pelos membros do RN, já que imigrantes que não se rendem ao processo de assimilação à cultura francesa são incompatíveis com a vida naquele país. A distinção entre *ingroup* e *outgroup* é expandida também para outras dimensões além da cultural/étnica. Como é característico da retórica populista, a qual o RN e outros partidos de direita radical utilizam em seus discursos, programas eleitorais e proposições legislativas, o RN também se coloca em oposição às elites políticas e econômicas. Se autoconsideram, e defendem os seus seguidores, como os membros legítimos da nação francesa, que devem se levantar contra os interesses escusos do establishment político. No âmbito econômico, como outros grupos de mesma família partidária, se limitam a contradições entre a defesa de princípios neoliberais e protecionismo econômico, uma estratégia disfarçada que se consolida como uma tentativa de aproximação ao eleitor mediano tão celebrado pelos teóricos da escolha racional na ciência política ao longo da segunda metade do século XX.

A conciliação desta visão da política como uma disputa maniqueísta entre o povo e as elites, os membros da nação e os estranhos a esta entidade, com a defesa de valores tradicionais no campo social é um elemento definidor da atuação do RN. Esta junção peculiar de diversos elementos é o que faz com que acadêmicos classifiquem este grupo como um *partido populista de direita radical* (RRPP, na sigla em inglês).

Lucas Borba

Sugestões bibliográficas

BORBA, Lucas. **Imigração, Contato Intergrupo e Voto na Direita Radical Europeia: Uma Análise Multinível**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

DECLAIR, Edward. **Politics on the Fringe: The People, Policies, and Organization of the French National Front**. Durham: Duke University Press, 1999.

GOLDER, Matt. **Far right parties in Europe**. *Annual Review of Political Science* 19 (2016): 477–497.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is populism?**. University of Pennsylvania Press, 2016.

STOCKEMER, Daniel. **The Front National in France: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen.** New York City: Springer, 2017.

REGIME DE VICHY E OS JUDEUS. O Regime de Vichy, chamado *Estado Francês*, sucedeu à Terceira República a 17 de junho de 1940, após a ocupação de Paris pela armada alemã. O Marechal Philippe Pétain obteve do Parlamento plenos poderes (v. Ditadura e Violência). Numa França dividida, a partir do armistício de 22 de junho de 1940, entre uma zona ocupada pelos nazistas e uma zona “livre”, o governo instalado em Vichy decidiu imediatamente colaborar com o Reich. Animado por um antissemitismo menos racial que de inspiração católica, o regime torna-se não somente auxiliar técnico, como também o parceiro ideológico da política nazista de exterminação (v. Holocausto & Repressão e Violência). A 27 de setembro de 1940, o ocupante promulga uma ordenança impondo aos judeus se fazerem recensear pela administração francesa e assinalarem a sua religião nos umbrais de suas casas comerciais (v. Fascismo & Leis de Nuremberg). Entretanto, o regime de Vichy, que tanto reclamou para si a filiação com as ligas *dreyfusardes* e antissemitas, vai bem além das exigências nazistas em matéria de discriminação racial. Assim, por sua própria iniciativa, instaura a 18 de outubro de 1940 o “estatuto do judeu”, que define quem é considerado como judeu, permite assinalar na residência quem eram os judeus estrangeiros e exclui os judeus da maior parte das profissões (v. Inimigo). Esse texto, largamente devido ao ministro da Justiça, Raphael Alibert, jurista formado por Maurras e pela Action Française, organiza também a espoliação dos bens dos judeus, cujas propriedades imobiliárias e mobiliárias são “arianizadas”, ou seja, transferidas sem indenização a um proprietário não-judeu. Essa lei foi aplicada nas duas zonas da França metropolitana, assim como na África do Norte francesa, em todas as colônias e no protetorado da Síria e do Líbano. O regime de Vichy transformou os judeus em cidadãos de segunda categoria (v. Alteridade). A 29 de março de 1941, é criado o Comissariado-Geral para Questões Judias, encarregado de executar as leis antissemitas e dirigido pelo advogado Xavier Vallat, discípulo da *Action Française* e do catolicismo social de Albert de Mun. Ele organiza grandes

exposições de propaganda antissemítica, preparadas com a ajuda de grupos colaboracionistas, tais como o Partido Popular Francês de Jacques Doriot, a Milícia e o Centro de Ação e de Documentação Antimaçônica de Henry Coston (v. Maçonaria). Esse *frenesi* antissemítico foi dividido por aquela parte da esquerda que circulava na Colaboração em torno de Marcel Déat e que retomava a tradição antissemítica presente em uma parcela do movimento trabalhador guedista ou blanquista.

É, portanto, por convicção ideológica que o regime de Vichy — que via nos judeus os responsáveis pela decadência e pela derrota — ajudou a política nazista de deportação. A primeira razia foi organizada em Paris a 14 de maio de 1941: as pessoas presas foram internadas nos campos de concentração de Pithiviers e Beaune la Rolande, administradas pelas autoridades francesas, e depois deportadas para o Leste-Europeu. A razia de 20 de agosto de 1941, que atingiu 4.232 pessoas, foi inteiramente executada pela polícia francesa. Se Vichy recusa, a 29 de maio de 1942, a imposição pelo ocupante de que os judeus usassem a estrela amarela na zona sul e começa a recusar a deportação de judeus franceses, no final das contas, acaba por ceder: a 2 de julho de 1942, o prefeito René Bousquet dá à polícia francesa a ordem de ajudar na prisão dos judeus franceses e estrangeiros nas duas zonas; a 4 de julho, o próprio chefe de governo, Pierre Laval, propõe que os judeus estrangeiros de menos de 16 anos sejam deportados (v. EICHMANN, O Caso). É neste contexto que se desenrola a razia mais mortífera: aquela de Vélodrome d'Hiver, a 16 de julho de 1942, quando 12.884 judeus foram presos, internados no campo de Drancy e, depois, expatriados. A partir de 1942, uma parte da opinião pública, assim como da Igreja Católica, até então indiferente às perseguições, protesta contra as razias. Embora a deportação continue até agosto de 1944, essa solidariedade de uma parte dos franceses e, em particular, dos meios cristãos, explica porque a comunidade judaica da França foi menos atingida pelas deportações que alhures: houve 76.000 deportados, algo em torno de 25% da população judaica de 1939, enquanto essa proporção foi de 80% nos Países-Baixos e 45% na Bélgica (v. Revisionismo/Negacionismo).

Com a *Libération*, os responsáveis administrativos da deportação foram condenados a penas leves ou fugiram: René Bousquet e Jean Leguay retomaram suas carreiras de homens de negócio; Henry Ingrand se refugiou na Argentina. O regime de Vichy foi considerado após a guerra como tendo simplesmente

obedecido às exigências dos nazistas por obrigação. Seria necessário esperar os anos de 1990 e os processos de Klaus Barbie, Paul Touvier e Maurice Papon para que a responsabilidade do *Estado Francês* na deportação de judeus fosse aceita (v. Historiografia do Fascismo). Tal responsabilidade foi reconhecida oficialmente pela primeira vez, em julho de 1995, pelo presidente Jacques Chirac (v. LE PEN, Jean-Marie).

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas:

ABITBOL, Michel. Les Juifs d'Afrique du nord sous Vichy. Paris, Maisonneuve et Larose, 1983.

KASPI, Andrés; KRIEGL, Annie; WIEVIORKA, Annette (Dirs.). Les Juifs de France pendant la Seconde Guerre

Mondiale. In **Revue Pardès**, Outubro. Paris, Éditions du Cerf, 1992.

KLARFELD, Serge. Vichy, Auschwitz: le rôle de Vichy dans la solution finale de la question juive en France. Paris, Fayard, 1985.

MARRUS, Michael; PAXTON, Robert. Vichy et les Juifs. Paris, Calmann-Lévy, 1981.

WELLERS, Georges. L'étoile jaune à l'heure de Vichy. Paris, Fayard, 1973.

REICH. O termo alemão “Reich”, traduzido como Império/Reino, não se restringe historicamente ao significado de uma monarquia, geralmente importante, com seu território. Conforme Paolo COLLIVA (1986:621-622), o Império,

“modelo tipicamente romano, representou uma solução para todos aqueles regimes e instituições que, chegados a um determinado momento crítico de sua evolução, procuraram descobrir e definir uma forma superior de poder local e internamente centralizador a fim de superar as suas dificuldades”.

Assim, “Reich” foi também a organização do Estado, uma forma de governo. Na História alemã, o chamado “Primeiro Reich” refere-se ao Sacro Império Romano da Nação Germânica (“Heiliges Römisches Reich Deutscher Nation”), remetendo ao governo de Frederico Barbarossa (1152 – 1190) com seu projeto de construção de uma unidade alemã. A lenda que se criou em torno dele transformou-o num “mito fundador” que, ao despertar/renascer, renovaria o “Reich” alemão em substituição ao Sacro Império Romano-Germânico liquidado por Napoleão Bonaparte em 1806, mas impondo uma “União Alemã” integrada por 36 “Vaterländer”. A tradição invocada elidiu que a expressão “Deutscher Nation” fora um acréscimo feito ao “Heiliges Römisches Reich” quando este passara à denominação dos Habsburgos com Carlos V. Ao contrário do antigo modelo romano e medieval, a definição se fazia “cada vez mais em termos linguísticos, territoriais e ambientais” (COLLIVA, 1986:625-626). (v. Pangermanismo).

A apropriação de um passado mitificado vinha ao encontro de interesses identificados com o processo de unificação da Alemanha. A ideologização de uma nação alemã — que na verdade não existia e, portanto, precisava ser construída — foi instrumentalizada politicamente (v. Völkisch).

“Na Alemanha, a palavra ‘Reich’ significou algo que se perdeu. Os alemães mantiveram vivo o grande Império alemão do passado em seus pensamentos. Conceitos como ‘Reich’ ajudaram a perpetuar a memória. Formas ulteriores do Estado foram apresentadas como renovações do antigo império”. (ELIAS, 1997:285-286).

O “Segundo Reich” (“Kaiserreich”, de 1871 a 1918) inaugurou uma unificação da Alemanha sob a liderança da Prússia, teve no militarismo e autoritarismo sua expressão e “Reich” significou um Estado em que a tradição fundamentava um poder excessivamente concentrado na autoridade (v. Autarquia). Se a derrota do “kaiserreich” na Primeira Guerra Mundial representou o fim de uma monarquia aristocratizada, em que o igualitarismo era uma influência ausente, não significou, no entanto, a abolição do “Reich” fundado por Bismarck, confirmando a República de Weimar a historicidade do termo “Reich” na Alemanha. Apesar dos ataques da esquerda, a Constituição promulgada a 11 de agosto de 1919 consagrou “das Deutsche Reich ist eine Republik”.

“Reich” torna-se a organização do Estado alemão sob a forma de governo republicano. Com o termo milenar — “Reich” — procurou-se salvar um pedaço da História e reiterou-se o dever de o povo alemão — do qual emanava todo o poder da autoridade — permanecer cômico de sua história ocidental (“LÖWENSTEIN”, 1954:479-480). (v. Nacionalismo). As discussões travadas na Assembleia Constituinte sobre as cores nacionais mostravam ideologias em confronto, antecipando os levantes de esquerda e direita (estes já com conotações antijudaicas) que contribuiriam para o desmoronar da República de Weimar e o conseqüente advento do “Terceiro Reich”. Se a direita queria como cores da bandeira o preto, o branco e o vermelho, atestando que sua visão histórica não recuava além do “Reich bismarquiano”, a adoção pela Constituinte do preto, branco e dourado lembrava o Sacro Império Romano-Germânico — cujo símbolo já havia sido reiterado na abortada Revolução de 1848, significando liberdade para os cidadãos e unidade para o Estado alemão (v. Imperialismo).

Quando o “Terceiro Reich” foi implantado — para as dúvidas, desconfiças e receios que o nacional-socialismo suscitou — havia uma resposta: se na Alemanha sempre se falou em “Reich”, associação à unidade, como podia haver algo de mau no movimento? O certo é que o regime não repousou sobre o povo e/ou nação, equivaliu, isto sim, ao partido e ao Führer (LÖWENSTEIN, 1954:519). “Na frase de Hitler, a Alemanha consistia de *ein Volk, ein Reich, ein Führer*” (HOBSBAWM, 1990:212), o que indicava o unitarismo nacional (em lugar do federalismo), e, se o Estado era considerado autoritário, isto elidia o seu caráter totalitário (v. Fascismo & Totalitarismo). Se para Hitler “Volk” tanto significava povo quanto nação e se, na prática, a palavra teve conotações étnicas, o “Terceiro Reich” também deve ser considerado um Estado racista (v. Campos de Concentração, Holocausto & Leis de Nuremberg). Afirmar que “Reich” é a designação oficial do Estado Nacional Alemão de 1871 – 1945 é não tomar em consideração a historicidade do conceito, que tem conotações diferentes conforme o momento político (v. Fascismo na Alemanha).

Helga Iracema Landgraf Piccolo

Referências Bibliográficas:

COLLIVA, Paolo. Império. In: **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986. pp. 621626.

ELIAS, Norbert. Os Alemães: A luta pelo poder e pela evolução dos habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

HOBBSBAM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

LÖWENSTEIN, Hubertus Prinz zu. Deutsche Geschichte: Der Weg des Reiches in zwei Jahrtausende. Frankfurt am Main, Verlag Heinrich Scheffler, 1954.

ORTHBANDT, Eberhard. Deutsche Geschichte: Lebenslauf des deutschen Volkes. Laupheim, Hermann Pfafl Verlag, 1954.

REPRESSÃO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO. Em inúmeros países recém-saídos de regimes ditatoriais, constituiu-se um novo campo de estudos históricos: a história da repressão (v. Repressão e Violência). Uma das vertentes mais copiosa, tal como foi desenvolvida na Alemanha sobre a GESTAPO, é a **história administrativa da polícia e da repressão**. Grandes trabalhos foram realizados para reconstruir o funcionamento das máquinas repressivas, sua estrutura, formas de se organizar e de alistamento de seus quadros. Esta vertente sempre foi mais fácil de explorar, oferecendo menores dificuldades teóricas — e éticas — além de contar com um vastíssimo acervo de fontes, no mais das vezes decretos, leis, ordens de serviço. Os próprios tribunais e corpos policiais eram extremamente minuciosos na guarda e organização dos textos legais que estabeleciam sua capacidade de agir sobre a sociedade (v. Ditadura e Violência). Desta forma, a história administrativa da repressão valia-se dos arquivos da própria repressão e dos seus cuidadosos organogramas, permitindo ao pesquisador mapear a extensão tentacular de sua ação.

De forma mais complexa, com envolvimento éticos evidentes, surge uma **história das vítimas**, em que o indivíduo surge, em decorrência de alguma escolha teórica ou política, como o *outro conveniente* ou o inimigo objetivo. Aqui a pergunta básica permanece sempre de pé, embora já tenham sido da-

das inúmeras respostas: *por quê?* Trata-se de elucidar o porquê desta ou daquela categoria social, grupo étnico ou religioso, desviante sexual, social ou simplesmente um diferente ter se constituído em alvo da ação repressiva do Estado (v. Alteridade & Homossexualidade e Política).

Outro campo de investigação aberto é o da **história da resistência**, permeada desde a hora zero da redemocratização dos países que passaram por experiências ditatoriais por objetivos políticos, muitas vezes confundiu-se com o cacife político e moral dos grupos políticos de oposição (v. Ideologia). Foi assim, por exemplo, com a história do FTP francês ao buscar o seu crédito na história, ao qual corresponderia um lugar central na reconstrução da França pós-Regime de Vichy; foi assim com os *partigiani* na Itália ou com os diversos grupos de oposição após a derrubada das ditaduras latino-americanas (v. Ditadura e Memória). A história da resistência abre-se, por sua vez, em várias possibilidades específicas, tais como:

1. **a resistência organizada**, até pouco tempo atrás considerada a única forma de narrar o fenômeno da resistência, ocupando-se predominantemente com as organizações clandestinas, os seus líderes e a ação subterrânea; uma outra possibilidade
2. **resistência individual**, mais passiva, isolada, quase imperceptível, ocorrendo nas fábricas, nas escolas e mesmo nas forças armadas; e, enfim,
3. **a resistência em pequenos círculos**, conforme a expressão de Buschak, ocorrendo sem lideranças ou movimentos organizados, mas reunindo um punhado de pessoas — na maioria das vezes, a partir de grupos religiosos em fábricas, como Testemunhas de Jeová ou Adventistas — e determinados círculos militares.

Um outro campo aberto é a **história da vitimização do outro**: ocupa-se, aqui, com a análise do discurso do poder e de suas agências — tais como os discursos jurídicos, policiais, médicos, pedagógicos, militares, etc. — sobre a conveniência da repressão e do uso da violência. Foi assim que o *Reichsjustizministerium* consultou inúmeros especialistas médicos sobre a questão dos doentes mentais, da eutanásia e dos homossexuais (v. Homossexualidade e Fascismo & Operação Eutanásia). A pergunta referia-se sempre sobre as possibilida-

des de dano que tais grupos poderiam infringir à raça ariana, decorrendo daí as estratégias de ação policial e de decisão jurídica nos tribunais (v. Leis de Nuremberg). Da mesma forma, o Supremo Tribunal Militar no Brasil buscou no corpo médico as bases de sua ação face ao homossexualismo, assim como o Tribunal de Segurança Nacional consultava a polícia para saber da periculosidade de determinados indivíduos. Tais agências, a clínica ou a polícia, por exemplo, tinham autonomia própria para formular diagnoses capazes de orientar a ação de tais tribunais, moldando uma *praxis* repressiva adaptada às necessidades dos regimes ditatoriais. Assim, poderíamos distinguir aqui duas aproximações possíveis para o campo: por um lado, **o discurso do poder sobre as vítimas** e, por outro, **a vítima perante a repressão**. Se na primeira possibilidade procura-se perceber como o Estado e seus agentes produzem a vítima (o *outro conveniente*) para a repressão, na segunda possibilidade a análise centra-se no comportamento da vítima, nas suas reações e relações com seus algozes e com os companheiros de infortúnio (v. Tortura). Aqui surgem os mecanismos de sobrevivência, as estratégias visando manter-se vivo e usar os restos de identidade, dignidade e capacidade de ver além do presente imediato como meio de sobreviver. O mimetismo, a colaboração, o conformismo, a ironia e a rebeldia são elementos centrais de tais estratégias (v. Estado Novo: Historiografia & Ditadura).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

GELLATELY, Robert. *The Gestapo and German Society: Enforcing Racial Policy, 1933–1945*. Oxford, University Press, 1990.

MAMMACH, Klaus. *Widerstand 1933–1939*. (Resistência - 1933–1939). Berlin, Akademie Verlag, 1984.

PAUL, G.; MALLMANN, Klaus. “Auf dem Wege zu einer Sozialgeschichte des Terrors”. In: *Die Gestapo, Mythos und Realität*. Darmstadt, Primus Verlag, 1996.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944)”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996. pp. 103–130.

SCHILDE, Kurt et alii. Sob o título *SA-Gefängnis Papestrasse*. (Os prisioneiros da SA na Rua Pape) Berlin, Overall Verlag, 1996.

STEINBACH, Peter; SCHMÄDEKE, Jürgen (Orgs.). *Der Widerstand gegen den Nationalsozialismus*. (A Resistência contra o nacional-socialismo) Munique, Piper Verlag, 1994.

REPRESSÃO E VIOLÊNCIA. Embora não restem dúvidas sobre o caráter repressivo e violento das ditaduras contemporâneas, dois pontos foram, em verdade, muito pouco tratados pela historiografia: por um lado, a adesão entusiástica das grandes massas; por outro, a capacidade de resistência dos indivíduos (supondo como correto que nas ditaduras as instituições de resistência coletivas tenham sido desbaratadas, restando, portanto, apenas aquilo que Buschak denominou de *resistência em pequenos círculos*). (v. Repressão: Debate Historiográfico). Trabalhos como o de Maria Helena Capelato sobre o varguismo e o peronismo, ou o de Peter Reichel sobre o nazismo procuram mostrar os mecanismos sutis e poderosos de convencimento de massas, a sedução exercida sobre as grandes multidões pelos regimes autoritários. Outros, como Jorge Ferreira, trabalham com a resistência possível, a apropriação dos objetivos do Estado pelos indivíduos e sua transmutação em estratégias de resistência. Esta é, também, uma preocupação básica de □ Wolfgang Aya ao analisar os “associais”, a categoria de marginais transformada em inimigos do Estado pelo regime nazista. Sílvia Zanirato Martins, ao estudar a luta contra a cultura da malandragem, contra o ócio e favorável à imposição de uma ordem para o trabalho no Estado Novo no Brasil, aproxima claramente a ideologia estado-novista do produtivismo do fascismo na Itália (v. Estado Novo: Historiografia).

Os novos questionamentos não mais se detêm perante certas constatações estruturais, como do tipo acima descrito, e avançam sobre a prática cotidiana da violência e do terror. A introdução de novos argumentos teóricos — como os propostos, por exemplo, por Peter Gay e Tzvetan Todorov — permitiu direcionar o foco da análise para a distribuição social da violência, a sua justificativa, os seus agentes e, logicamente, as suas vítimas. Foi isso que um grupo de jovens historiadores alemães denominou de *história social da violência*. Ao lado da análise das formas de convencimento, da propaganda e de seus meios

de sedução das massas, como trabalham Peter Reichel e M.H. Capelato, ou da recepção de tais mecanismos de sedução, como o faz Jorge Ferreira, deve-se destacar o uso da violência como a outra face do mesmo processo. Convencimento e violência são, assim, o *modus operandi* fundador das ditaduras. Claro está que todos os Estados agem através de tal combinatória. A diferença reside no estabelecimento da violência como recurso aberto, cotidiano e justificado por parte do Estado para assegurar a sua continuidade (v. Ditadura e Violência). Trata-se da imposição violenta da ordem, da coerção cotidiana e capilar exercida pelo Estado e seus agentes no interior da sociedade. Assim, os novos temas voltam-se para a organização e administração da violência e, em especial, para a violência contra formas de ser e viver que estariam em confronto com as expectativas do Estado (v. Alteridade). É neste contexto que a proposição de Ernst Nolte de compreender os movimentos ditatoriais do século XX como *metapolítica* assume grande importância. Além da lealdade política aparente, era necessária a adesão de corpo e alma, viver plenamente o novo homem que os regimes autoritários imaginavam (v. Masculino/Feminino). Assim, não bastavam os sinais exteriores de aceitação ou conformidade, buscava-se agir de acordo com as novas regras. É por esta razão que os chamados “apolíticos” dos mais variados tipos — criminosos de direito comum, doentes, gays, Testemunhas de Jeová, ciganos, etc. — tornaram-se alvo dos tribunais especiais. Em seu conjunto, por razões totalmente diferenciadas, não se adaptavam ou mesmo aceitavam os princípios fundantes das ditaduras contemporâneas e acabaram por compartilhar um destino comum (v. Holocausto). Tal ação estatal, denominada por uns de fascistização da sociedade, como na Itália, ou *Gleichschaltung* ou reordenamento, como no Terceiro Reich, ou *reajustamento do país* no Estado Novo, impunha duas características básicas à ação das ditaduras contemporâneas: por um lado, a invasão do político sobre o conjunto da sociedade — a exacerbação da politização do cotidiano — e, por outro, o *terrorismo de Estado* (v. Noite de Cristal).

O interesse redobrado nos anos de 1990 sobre os estudos das ditaduras originou o reviver de antigos estudos sobre o tema, o descarte de vários modelos de análise e o surgimento de novas possibilidades comparativas. Assim, o estudo comparativo das instituições repressivas permite lançar novas luzes ao debate sobre a natureza das ditaduras contemporâneas — a análise das instituições policiais e judiciárias abre caminho para a visualização das caracte-

terísticas mais marcantes de tais regimes. Como afirmou Ayçoberry, tal exacerbação política manifestou-se com a *extrema politização do cotidiano*, com a transformação de temas corriqueiros e da vida privada dos indivíduos — tais como a sexualidade, o lazer, a instrução e o trabalho — em alvos da ação estatal. Bandeiras, símbolos, fardas e hinos penetraram em esferas do viver até então vedadas às manifestações políticas: altares de Igrejas, cerimônias de casamento, a escola, os tribunais, hospitais, por exemplo, passaram a ostentar os símbolos dessa extrema politização (v. Família & Homossexualidade e Política). Devemos ter claro aqui o fato de que tais regimes foram decisivamente marcados pela rejeição às formas de representação política de tipo liberal. Qualquer que seja a caracterização que se busque para o *Terceiro Reich*, a Itália fascista ou o Estado Novo, salta-nos aos olhos a completa rejeição de tais regimes ao liberalismo. Uma das consequências básicas da recusa das formas liberais-representativas pelas ditaduras foi a concomitante recusa à clássica distinção entre a esfera pública e a esfera privada, matriz básica da construção da ordem liberal-burguesa (v. Antigo Regime). Tornava-se, assim, livre a ação do Estado para intervir no comportamento privado do indivíduo, não só nas relações de trabalho, como também na criação dos filhos, no trato médico dos enfermos, no comportamento religioso ou sexual (v. Homossexualidade e Fascismo). Reside aí, bem ao contrário do que muitos analistas pensam, a chave de entendimento do que Mussolini afirmava ser o *Estado Total* ou *totaler Staat* dos nazistas: nenhum impedimento, nenhum obstáculo, para a ação estatal em todos os domínios da vida do indivíduo — aqui estaria a natureza principal do totalitarismo. É a isso que se remete Pierre Ayçoberry ao falar da extrema politização da vida cotidiana sob as ditaduras, em especial sob o fascismo. Os tribunais especiais deveriam garantir a aplicação dos novos princípios emanados do poder para a construção do novo homem. Cabia a eles exercer a violência estatal na direção do total domínio dos objetivos do Estado, ocupando o espaço aberto pelo fracasso do convencimento. Ali onde o convencimento fosse insuficiente, os tribunais especiais exerciam a violência legalizada (v. Governabilidade). Ademais, a existência de tais tribunais especiais serviam de exemplo para os outros recalcitrantes — somente a sua existência e a possibilidade de lançar seus braços sobre qualquer indivíduo já exerciam terror suficiente na direção de garantir os objetivos do Estado (v. Corpos Francos, DOI-CODI & GESTAPO). Desta forma, a violência era exer-

cida por tais tribunais não só de forma real, direta, viabilizando a segregação, o desterro, a tortura e o assassinio, como também exercitavam uma violência imaginária, que penetrava nas mentes dos indivíduos e paralisava a possível ação de rebeldia. Assim, os tribunais e suas polícias não só exerceram um terror calculado sobre os milhares que passaram por seus bancos, como também sobre outros milhões que permaneceram reconditamente massacrados ante o medo de serem alcançados por tais ações. A recusa de inúmeros institutos básicos do Direito Civil, a retroatividade das leis, os julgamentos secretos, o cerceamento da defesa eram elementos fundamentais para o funcionamento pleno do terror judiciário das ditaduras.

Uma dura ironia histórica reside nesta rejeição e escarnecimento do liberalismo pelos regimes ditatoriais: tanto na Itália quanto na Alemanha ou no Brasil, a máquina repressiva usada para punir a oposição teve suas origens em plena vigência do regime liberal, tal como as chamadas leis de segurança nacional (v. Doutrina da Segurança Nacional & Operação Condor). A segunda característica fundamental das relações entre tribunais e ditaduras surge como decorrência do anterior: o Estado, através de suas agências, exercita um constante terrorismo contra seus cidadãos. Aqui visualiza-se uma das inversões básicas da ordem liberal burguesa: a criação de tribunais e legislações de defesa do Estado (v. Teoria Amigo-Inimigo). Este — ou sua metáfora onipresente, a ordem pública — é considerado carente de proteção, permitindo a invasão da vida privada e o esbulho dos direitos de defesa dos cidadãos. O cerceamento das garantias individuais, em pleno funcionamento do tribunal do regime ditatorial, demonstra com clareza que tais regimes não buscavam as garantias individuais de felicidade. Antes, a felicidade dos indivíduos só seria possível no seio do Estado e enquanto manifestação da felicidade pública. Assim, mesmo quando o indivíduo não é considerado culpado — casos raríssimos, já que o comparecimento perante a um tribunal especial pressupõe a culpa — ou, depois de decorrida a pena, o indivíduo não adquire novamente os seus direitos de cidadania. Tais tribunais garantiam o reenvio para campos de concentração ou extermínio, como no caso alemão, ou a vigilância permanente, como no caso brasileiro (v. Baderna). No dizer de um juiz do Tribunal de Segurança Nacional, a alta periculosidade de seus réus, mesmo cumprida a pena, residia no fato de não serem criminosos ou degenerados e sim homens de bem. Assim, o terrorismo de Estado exercia um papel fundamental de coe-

são interna, visando inibir *ab ovo* qualquer manifestação de descontentamento (v. Política e Direitos Humanos).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

AYA B, Wolfgang. *Asoziale im Nationalsozialismus* (Marginais sob o Nacional-Socialismo). Stuttgart, Klett-Cotta, 1995.

AYÇOBERRY, Pierre. *La société allemande sous le III^e. Reich*. Paris, Seuil, 1998.

BENJAMIN, Walter. *Zur Kritik der Gewalt*. Gessammelte Schriften, v. II. Suhrkamp, Frankfurt, 1977.

BUSCHAK, Willy. *Arbeit in kleinsten Zirkel* (Trabalho em Pequenos Círculos). Hamburg, Ergebnisse Verlag, 1993. FRIEDRICH, Carl J. "Dictadura". In: *Marxismo y Democracia*. Série Política 2. Madrid, Rioduero, 1975. pp. 102118.

HAASE, Norbert. *Das Reichskriegsgericht und der Widerstand gegen die Nationalsozialistische Herrschaft*. Berlin, G. D. W., 1993.

PAUL, G.; MALLMANN, Klaus. "Auf dem Wege zu einer Sozialgeschichte des Terrors". In: *Die Gestapo, Mythos und Realität*. Darmstadt, Primus Verlag, 1996.

REICHEL, Peter. *La fascination du nazisme*. Paris, Jacob Editions, 1993.

SANDVO, Hans-Rainer. *Widerstand in einem Arbeiterbezirk* (Resistência em um bairro operário). Berlin, Gedenkstätte Deutscher Widerstand, 1987.

STEINBACH, Peter; SCHMÄDEKE, Jürgen (Orgs.). *Der Widerstand gegen den Nationalsozialismus*. (A Resistência contra o nacional-socialismo). Munique, Piper Verlag, 1994.

TODOROV, T. *Uma tragédia francesa*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

RERUM NOVARUM. Carta encíclica "sobre a condição dos operários", de Leão XIII (1878 – 1903), que foi a primeira intervenção oficial do mais alto magistério da Igreja católica sobre a Questão Social, coroando os esforços teóricos e práticos de muitos católicos, de alguns elementos do clero e de certos bispos. Na encíclica, publicada a 15 de maio de 1891, o papa teve a coragem de pro-

nunciar-se num terreno reservado até então aos socialistas, em parte para se demarcar deles — houve até quem rezasse pela conversão de “um papa socialista”. Nos primeiros treze anos de seu pontificado, Leão XIII esteve absorvido prevalentemente pelas grandes questões políticas, consideradas mais graves e urgentes, herança do “intransigentismo” de Pio IX e Antonelli — a Questão romana, o *Kulturkampf*, o regime republicano na França — e pela preocupação de aclarar a postura da Igreja diante do mundo moderno, mantendo a intransigência no domínio dos princípios (“teses”), mas mostrando-se flexível nas medidas práticas (“as hipóteses”), daí resultando as encíclicas da década de 1880: *Diuturnum illud* (1881), sobre a origem do poder; *Immortale Dei* (1885), sobre a constituição cristã do Estado; *Libertas praestantissimum* (1888), sobre a liberdade humana e o liberalismo; *Sapientiae christianae* (1890), sobre os deveres do cidadão cristão (v. Integrismo). No final da década, vários elementos da conjuntura reforçaram a ideia do papa de que já era tempo de intervir oficialmente na Questão Social também: relatórios regularmente recebidos da União de Friburgo (a partir de 1884); peregrinações da “França do trabalho” a Roma, organizadas por Léon Harmel (a partir de 1885); o surgimento de um tímido sindicalismo confessional e aconfessional na Alemanha, Bélgica, França (entre 1886 – 90); o Congresso de Liège (1890), que aprovou a legitimidade da intervenção do Estado na economia dentro de certos limites e condições; o apoio dado à greve dos estivadores de Londres (1890) pelo cardeal Manning, arcebispo de Westminster; e, sobretudo, a intervenção do cardeal Gibbons a fim de evitar a condenação dos *Knights of Labour* pelo Santo Ofício (1888). Com efeito, a primeira frase da encíclica situa bem este contexto imediato da RN: “A sede de inovações (*rerum novarum*) que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social” (RN1) (v. Modernismo no Catolicismo). Hoje, dispomos de meios para compreender o processo redacional da RN graças à publicação, em 1957, dos esquemas e rascunhos que levaram ao texto definitivo. Aquele processo passou por quatro fases:

1. Um primeiro texto foi redigido em italiano pelo Padre Liberatore, jesuíta, redator de *La Civiltà Cattolica*, com um enfoque antiliberal inequívoco. Um segundo texto foi escrito, também em italiano, pelo cardeal dominicano Zigliara, com um enfoque antissocialista.

2. Os dois textos, fundidos num texto único, foram traduzidos para o latim pelo secretário pessoal do papa, monsenhor Volpini.
3. O texto é refundido por monsenhor Boccali, também ele secretário pessoal do papa, que modificou as partes dedicadas à Igreja e ao Estado.
4. Vários rascunhos sucessivos com pequenas variantes redacionais e a rasura de última hora, o célebre inciso de punho do próprio papa sobre as associações profissionais:

“Assim, com prazer nós vimos irem-se formando por toda parte sociedades deste gênero, *quer compostas só de operários* (grifo nosso), quer mistas, reunindo ao mesmo tempo operários e patrões” (RN 69).

Texto escrito a várias mãos, pendeu, por decisão de Leão XIII, para o esquema de Zigliara e para a Escola de Liège. A visão neoescolástica do papa está, contudo, sempre presente, particularmente, na reação à concepção individualista e liberal da sociedade e da propriedade, à concepção do socialismo doutrinário da época quanto ao coletivismo e estatismo. Entre o liberalismo e o socialismo já se anunciava a futura “terceira via” da “doutrina social” da Igreja (v. Ação Católica). Texto de consenso que tenta atender em graus diversos a todas as correntes católicas, mostra-se repleto de prudências, matices, hesitações. Se os católicos liberais se satisfizeram com a inegável defesa da propriedade privada, do assistencialismo paternalista, os católicos sociais mais moderados se contentaram com o organicismo social, com um corporativismo matizado, com a intervenção limitada do Estado, enquanto os católicos sociais radicais alegraram-se com a necessidade da intervenção estatal e com os sindicatos (v. Catolicismo Social & Corporativismo: Teoria). A Rerum Novarum apresenta as seguintes partes: uma Introdução (RN 1-6); a 1ª parte é dedicada ao Socialismo (RN 7-23), o qual é desqualificado como solução para a Questão Social; a 2ª parte trata do concurso obrigatório da religião e da Igreja para uma solução da Questão (RN 24-45); a 3ª parte destaca o papel do Estado segundo o princípio da subsidiariedade (RN 46-67); a 4ª parte trata da ação conjunta de patrões e operários para solucionar a Questão Social, sobretudo implementando o associacionismo (RN 68-81); e uma Conclusão

(RN 82–85). As diretrizes da encíclica podem ser resumidas em quatro pontos: a defesa enérgica da propriedade privada; a necessidade de uma ética econômica fundamentada no direito natural e no primado da justiça — o justo salário, o uso comum das riquezas — uma ética encarnada em instituições — uma legislação social (papel do Estado), associações profissionais (papel da sociedade civil) — uma ética subordinada à perspectiva religiosa da fé cristã (visão escatológica).

Entusiasticamente recebida como a “magna carta” dos trabalhadores nos meios católicos, a RN recebeu, no campo socialista, a crítica de ser reacionária, antissocialista, irrelevante para a emancipação dos trabalhadores (v. Ideologia). A encíclica surgiu tardiamente, recorre a uma argumentação abstrata (da neoescolástica), está presa nostalgicamente a um modelo retrospectivo de sociedade — a sociedade rural e artesanal da Cristandade medieval pré-industrial e pré-capitalista — e contém considerações moralizantes (v. Antigo Regime). A bem da verdade, a RN foi inspirada em parte pelo temor de que os operários católicos aderissem ao socialismo. Há, no entanto, aspectos mais positivos, tais como: libertou a “doutrina social” católica do utopismo romântico; aceitou, um pouco a contragosto, o sindicalismo; proclamou os direitos dos operários; denunciou as injustiças do sistema liberal; enfatizou a necessidade da ética na economia; insistiu no papel do Estado na economia. O discurso da RN propõe fins, não meios. Por isso, a proposta da Igreja para a Questão Social em 1891 soava e soa a muitos como conservadora (v. Conservadorismo).

Francisco J.S. Gomes

Referências Bibliográficas:

ANTONAZZI, G.. L'Enciclica Rerum Novarum. Testo autentico e redazioni preparatorie dei documenti originali. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1957.

CAMACHO, Ildelfonso. Doutrina Social da Igreja: Abordagem histórica. São Paulo, Loyola, 1995.

JARLOT, G. Doctrine pontificale et histoire: L'enseignement social de Léon XIII, Pie X et Benoît XV vu dans son ambiance historique. Rome, Presses de l'Université Grégorienne, 1964.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*, Carta Encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo, Loyola, 1991. (Edição comemorativa do 100 aniversário de sua promulgação).

RÉGNIER, Jérôme. *Cent ans d'enseignement social de l'Eglise*. Paris, Desclée, 1991.

REVISIONISMO/NEGACIONISMO. De acordo com MAIO (1992), há dois tipos de enfoque sobre revisionismo. O primeiro tem como princípio básico a negação absoluta de relevantes episódios da era hitlerista, como é o caso da centralidade do genocídio, procurando deslocar este fato para o “domínio do mito, da fabulação e da fraude” (v. Campos de Concentração). Invariavelmente, baseia-se na ideia de que a história da era nacional-socialista teria sido deturpada pelos judeus, imbuídos da missão de difamar a imagem de Hitler e do povo alemão (v. Ideologia & Protocolo dos Sábios de Sião). O segundo enfoque tem como ponto de partida a polêmica inaugurada na antiga Alemanha Ocidental em torno do tema da singularidade do nazismo, a chamada “Querela dos Historiadores” (*historikerstreit*). (v. Hitler: Historiografia & MAURRAS, Charles). A questão central deste debate diz respeito à identidade alemã, à história alemã, com sua continuidade e descontinuidade. Ainda segundo MAIO (1995), o revisionismo é a releitura do passado, onde o nazismo perderia a sua maligna singularidade, servindo de fonte fundamental para a construção de novas identidades políticas (v. Nouvelle Droite).

Para NAQUET (1996), os revisionistas negam o genocídio nazista na sua totalidade, mas destacam a negação das câmaras de gás como instrumento de extermínio por considerá-las um signo de uma técnica muito pobre, ao contrário dos fornos crematórios, considerados instrumentos aperfeiçoados que representavam a industrialização da morte, ou seja, os matadouros (v. Holocausto). Os revisionistas preocupam-se em estabelecer as desventuras do mundo contemporâneo: a partir de comparações numéricas e históricas, banalizam o sofrimento dos povos humanos como “mero detalhe” diante de outros eventos. Os revisionistas transformaram o insólito em natural, pinçando alguns fatos que pudessem identificar o nazismo com outras situações políticas, rescrevendo assim a história. Para este autor, o discurso revisionista pertence a

uma reflexão teórica sobre a mentira, como se pratica desde Platão, e não a uma análise de linguagem histórica. O seu intuito é dissimular o crime que os nazistas praticaram mediante a linguagem cifrada de “tratamento especial”, mais precisamente a partir de 1943, quando sob a pressão da derrota do leste e depois do oeste queimavam os cadáveres e destruíam sistematicamente as armas do crime (v. Leis de Nuremberg & EICHMANN, O Caso).

KUPERMAN (1992) reproduz uma entrevista com Habermas, que diz ser os revisionistas historiadores conservadores em busca do restabelecimento de uma autoconfiança forte e nacionalista que proporcione uma postura firme no cenário internacional (v. Conservadorismo). Tentam despertar no povo um sentimento de orgulho que venha a sufocar a consciência crítica que, para eles, prejudica a continuidade saudável de toda história (v. Historiografia do Fascismo). Para CARNEIRO (1996), no seu conjunto, a somatória dos argumentos que compõem as obras de caráter revisionista tem em comum o apelo ao absurdo, à perversidade, à vulgaridade e à banalidade, características modernas do mito da conspiração mundial judaico-sionista (v. Regime de Vichy e os Judeus).

Marta Rosa Borin

Referências Bibliográficas:

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A trajetória de um mito no Brasil: os protocolos dos Sábios de Sião. In NOVINSKY, Anita; KUPERMANN, Diane (org.), **Ibéria Judaica: Roteiro da memória**. Rio de Janeiro, Expressões Cultura/São Paulo, EDUSP, 1996.

KUPERMAN, Diane. Anti-semitismo: Novas facetas de uma velha questão. Rio de Janeiro, Pontal, 1992.

MAIO, Marcos Chor. Nem Rotschild, nem Trotsky: O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

MAIO, Marcos Chor. Marcas de uma trajetória: A militância anti-semita de Gustavo Barroso. In NOVINSKY, Anita; KUPERMANN, Diane (org.), **Ibéria Judaica: Roteiro da memória**. Rio de Janeiro, Expressões Cultura/São Paulo, EDUSP, 1996.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Los judios, la memoria y el presente. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996.

REVISIONISMO HISTÓRICO ARGENTINO. Consistiu numa corrente historiográfica que se desenvolveu em oposição à interpretação liberal da história argentina (v. Estado Novo: Historiografia). A fundação dessa corrente ocorreu na década de 1930, tendo à frente um conjunto de intelectuais da ascendente direita nacionalista (v. Conservadorismo). Considerando-se membros da reação conservadora do entreguerras, tais intelectuais empunharam uma luta pela construção de uma “nova ordem” interna que bloqueasse o avanço da democracia e da mobilização das classes populares, restabelecendo o poder das minorias qualificadas (v. PARETO, Vilfredo). O liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional, o movimento operário e os judeus foram os principais inimigos dessa direita que abraçou desde o catolicismo ultramontano até posturas integralmente fascistas (v. Direita Argentina & Ultramontanismo).

Um dos traços marcantes do revisionismo histórico foi a recuperação da figura dos caudilhos federais, erigidos em símbolos maiores da nacionalidade, ao lado da detração dos governos, políticos e ideias liberais (v. Caudilhismo & Caudilhismo: Debate Historiográfico). Inverteu-se o sinal ideológico que definira a interpretação liberal do passado argentino, consagrada a partir dos trabalhos de Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López na segunda metade do século XIX. Os revisionistas valorizaram, entre outros aspectos, o hispanismo, o catolicismo, o espírito aristocrático e militar, por eles considerados elementos fundamentais da identidade nacional argentina (v. Nacionalismo). Segundo essa visão, a Argentina era a principal herdeira da tradição greco-latina e da Espanha em terras americanas. Adotaram uma visão decadentista da história, segundo a qual a Argentina teria ingressado num ciclo de decadência desde a vitória dos liberais sobre o caudilho Juan Manuel de Rosas na Batalha de Caseiros (1852). A partir de então, o país teria sido praça dos econômicos e diplomáticos britânicos (v. Imperialismo). Tudo isso faria parte de uma vasta conspiração para colocar a Argentina numa situação neocolonial (v. Neocolonialismo). Considerando-se depositários da verdadeira “consciência nacional”, os historiadores revisionistas, mais que estudar o passado segundo os cânones das ciências históricas, julgaram e escreveram a história do ponto de vista da “salvação da nação”. Filiados à visão de Charles Maurras sobre a utilidade política da interpretação histórica, fizeram da escrita da história uma arma para combater os inimigos políticos do presente e afirmar seu projeto autoritário nacionalista (v. Ideologia). A maior parte dos historiadores

revisionistas era composta por amadores que encaravam seu ofício, não como uma profissão, mas como uma atividade intelectual de intervenção política, dos quais destacamos os seguintes autores e obras: os irmãos Júlio & Rodolfo Irazusta, *La Argentina y el Imperialismo Británico*, 1933; Ernesto Palácio, *La Historia Falsificada*, 1939; Manuel Gálvez, *Vida de Juan Manuel de Rosas*, 1940; e Julio Irazusta, *Ensayos Históricos*, 1952.

Em 1938, os revisionistas fundaram o *Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas*, que se apresentou como contraponto à Academia Nacional de História, espaço consagrado à perspectiva liberal da história. O revisionismo teve enorme repercussão na historiografia argentina e na formação da memória coletiva nas décadas posteriores à sua criação, quando o peronismo desempenhou grande importância (v. Ditadura e Memória). A partir do final dos anos de 1930, o revisionismo foi apropriado por intelectuais de esquerda críticos do liberalismo. Estes buscaram dar-lhe uma perspectiva popular por meio da sua associação com o marxismo e contribuíram sobremaneira para a penetração do revisionismo na universidade e na juventude.

José Luís Bendicho Beired

Referências Bibliográficas:

BUCHRUCKER. Nacionalismo y peronismo: La Argentina en la crisis ideológica mundial, 1927–1955. Buenos Aires, Sudamericana, 1987.

JAURETCHE, Arturo. Política nacional y revisionismo histórico. Buenos Aires, Peña Lillo, 1974.

NAVARRO GERASSI, Marysa. Los Nacionalistas. Buenos Aires, Jorge Alvarez, 1968.

PLÁ, Alberto. Ideología y método en la historiografía argentina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.

QUATTROCHI-WOISSON, Diana. “Discours historiques et identité nationale en Argentine”. In *Vingtième Siècle*. Paris, 1990(28): pp. 41–55.

ROCK, David. La Argentina autoritaria: Los nacionalistas, su historia su influencia en la vida pública. Buenos Aires, Ariel, 1993.

REVOLUÇÃO. A noção ou categoria de revolução surge na Renascença, século XVI. Advinda originalmente das ciências naturais, sobretudo da astronomia, passou a ser utilizada para caracterizar o movimento cíclico de rotação dos corpos celestes. Foi com este sentido empregada por Nicolau Copérnico em seu estudo denominado *Sobre a revolução das órbitas celestes* (1543). No século XVII, o termo ganha conotação política, aproximando-se do sentido de *alteração* ou, melhor dizendo, *retorno* a um estado precedente, a uma ordem anterior que havia sido transtornada — neste sentido, a *Revolução Inglesa* de 1688 representaria o fim de uma era de guerra civil e turbulências e a restauração da estabilidade monárquica. É somente a partir da Revolução Francesa de 1789 que o termo passou a portar um sentido histórico-político determinado, adquirindo o caráter de mudança brusca, de ruptura drástica, súbita, convulsiva, insurrecional, concentrada num curto espaço de tempo, que subverte a antiga ordem ou estado de coisas reinante e constrói uma outra, radicalmente nova. O seu paradigma passaria a ser o episódio da tomada da Bastilha pelo povo parisiense a 14 de julho de 1789 e os seus desdobramentos: a abolição dos privilégios e instituições feudoabsolutistas e a introdução dos princípios da igualdade, liberdade, soberania popular, direitos do homem e do cidadão, etc. (v. Antigo Regime).

Se para a esquerda este passaria a ser o modelo a ser perseguido para a realização de uma revolução socialista, para a direita constituir-se-ia em um exemplo a ser evitado. Não é por acaso que seus principais pensadores e teóricos encararam a Revolução Francesa como um acontecimento recorrente. Todos, com maior ou menor ênfase, defrontaram-se com os fatos e atores daquela revolução. Ainda no calor da hora, o inglês Edmund Burke expressou em suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1789) o temor da universalização das concepções revolucionárias francesas e, assim, como contraponto, defendeu a Constituição Inglesa, na qual estariam definidos os princípios da hierarquia, da propriedade e da continuidade (v. Ideologia & Tradição). Para Burke, a desigualdade seria natural, enquanto a igualdade levaria à subversão da ordem (v. Conservadorismo). Em meados do século XIX, outro pensador e político atormentado pela Revolução Francesa foi Alexis de Tocqueville, para quem as revoluções trariam em seu bojo o perigo do igualitarismo que, por sua vez, carregaria consigo o risco do despotismo, da “tirania da maioria”, da abolição da liberdade (v. Ditadura). Para ele, as revoluções se desencadeiam

em países ou Estados onde a sociedade (ou a classe dominante) seria incapaz de conduzir e garantir a liberdade; acreditava que seria necessário para manter a ordem combater as várias correntes socialistas que pregavam a igualdade em detrimento da liberdade (v. Baderna & Liberalismo). Seguindo a mesma trilha, mas já no século XX, Hannah Arendt trabalharia a tese de que a liberdade foi melhor preservada onde não houve revolução (v. Sociedade Civil). Como Tocqueville, ela elogiou a “Revolução Americana” por ter instaurado os valores da liberdade sem recorrer à violência. Recentemente, François Furet procurou, através da análise histórica, “desmistificar a herança revolucionária de 1789”, apropriada, segundo ele, por comunistas e socialistas (v. Jacobinismo). Ainda no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, aquelas preocupações ganhavam versões rudes e até mesmo brutais: foram elaboradas, a partir da justificativa da defesa da liberdade, diversas doutrinas da *contrarrevolução* ou *contra-insurgência preventiva* para serem postas em prática em locais ou regiões onde, segundo os governos dos países dominantes (EUA), houvesse germes, condições ou potencial revolucionário (v. Democracia). Neste caso, as preocupações se voltaram para o interesse de impedir revoluções como a soviética (1917), a chinesa (1949) ou a cubana (1959). (v. História).

José Antonio Segatto

Referências Bibliográficas:

ARENDT, H.. Da Revolução. São Paulo, Ática, 1988.

BOBBIO, N.. Dicionário de Política. Brasília, UnB, 1986.

BURK, E.. Reflections on the revolution in France. New York, Delphin Books, 1971.

FURET, F.. Pensando a Revolução Francesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

TOCQUEVILLE, A.. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília, UnB, 1979.

WEFFORT, F.C.(Org.). Os clássicos da política. São Paulo, Ática, 1989. 2 vols.

REVOLUÇÃO RUSSA E DIREITA. Em fevereiro de 1917, quando chegaram os telegramas informando sobre uma revolução na Rússia e que o czarismo, um regime que parecia invencível, fora derrubado, além da surpresa e do espanto, houve expectativas controvertidas no complexo universo das direitas em torno de uma questão básica: a permanência da Rússia na Guerra. Para evitar problemas relativos à localização temporal, vale lembrar que o calendário Juliano observado pela Rússia ortodoxa registrava uma diferença de 13 dias em relação ao calendário Gregoriano. Daí porque a primeira revolução russa de 1917, em fevereiro no calendário Juliano, tenha sido registrada em março pelos países que observavam o calendário gregoriano, e a de outubro tenha sido registrada em novembro. A partir de fevereiro de 1918, por decisão do governo revolucionário, a Rússia optou também pelo calendário gregoriano, desaparecendo as referidas distinções. Nos países da Entente, houve grande alarido face ao ocorrido na Rússia: esta sustentava a frente oriental na Primeira Grande Guerra. Se ela se retirasse, assinando uma paz em separado, seria um desastre. Nos chamados Impérios Centrais havia tal esperança: se tal acontecesse, seria possível concentrar a guerra no ocidente e talvez ganhá-la antes que os colossais recursos dos Estados Unidos pudessem alterar a correlação de forças. A decisão do Governo Provisório de honrar as alianças elaboradas pelo regime czarista deposto pareceu resolver a questão, permanecendo na guerra e no campo da Entente. No entanto, tal governo não era sólido, como logo se constatou. No quadro instável suscitado pela maré montante dos movimentos sociais, enquanto a Rússia deslizava para o caos, as direitas permaneceram divididas, como que insensíveis ao perigo de uma outra revolução que se prefigurava: por um lado, Paris e Londres, com a ajuda de Washington, tentavam a todo o custo conservar a Rússia ao seu lado, multiplicando pressões e ameaças, sem querer ver as tensões que se acumulavam, ameaçando explodir; por outro lado, Berlin e Viena faziam o possível e o impossível em sentido contrário, dispostas a tudo, inclusive a deixar passar pelo seu território líderes revolucionários extremistas, desde que isto, de algum modo, pudesse contribuir para enfraquecer, ou derrubar, o regime político então existente na Rússia. Em suma, tomadas pela defesa do que imaginavam ser seus interesses nacionais vitais, as direitas subestimaram profundamente a iminência de uma revolução social (v. Geopolítica & Imperialismo).

Assim, tenderam a ver a insurreição de Outubro e os grandes decretos revolucionários subsequentes como episódios a mais de um quadro extremamente confuso e que, de todas as maneiras, reverteria aos padrões considerados normais tão logo a guerra terminasse (v. Oposição/Situação). Apesar da inquietação, ninguém acreditou que os bolcheviques fossem capazes de permanecer no poder por muito tempo — o que foi mais um erro de avaliação. Enquanto durou a guerra, até fins de 1918, as direitas permaneceram divididas. Em março, quando os bolcheviques finalmente assinaram a paz em separado com os Impérios Centrais (Paz de BrestLitowski), complementada um pouco mais tarde com acordos secretos que previam negócios vantajosos e a suspensão mútua de propaganda hostil, tenderam a ser tratados por Berlin e Viena com compreensão e indulgência. Já nos países da Entente, as direitas vociferavam: os bolcheviques eram agentes dos alemães, mais uma razão para eliminá-los tão logo fosse possível. Em consequência, as tropas começaram a desembarcar na Rússia: da França e da Inglaterra em Arkangelsk e Odessa; do Japão e dos EUA no Extremo-Oriente. A Rússia tornar-se-ia uma imensa semicolônia, uma nova China?

A rendição dos Impérios Centrais pareceu clarear o horizonte. Porém, foi só uma aparência, posto que contradições importantes continuaram a dividir as direitas. Naturalmente, havia um acordo geral contra as políticas que o governo revolucionário formulava para enfrentar os problemas da Guerra Civil. Tudo ali era abominável: a estatização geral da economia, a ditadura política, o Terror vermelho, a supressão da moeda e do comércio privado (v. Ditadura e Violência & Estatismo). Sucediavam-se as denúncias contra um regime que não reconhecia as liberdades, perseguia os intelectuais, fuzilava os opositores; sem contar a expropriação de capitais sem indenização, o não reconhecimento das dívidas contraídas pelo czarismo e, ainda por cima, investia contra a família, coletivizando mulheres e crianças, destruindo igrejas, matando sacerdotes (v. Autoritarismo & Tortura). Entretanto, se era fácil chegar a consensos na denúncia e na crítica, na demonização do inimigo comum, não havia meio de chegar a acordos quanto às alternativas (v. Partido Político de Direita). As direitas russas aí também não ajudavam, igualmente divididas entre tendências incompatíveis: liberais, candidatos a czar ou a ditadores — uma cacofonia interminável e inaudível. Os problemas complicavam-se porque as tropas desembarcadas em solo russo começaram a emitir sinais de descontentamento

— rumores, ameaças de motins e, na França e na Inglaterra, manifestações contra a continuidade da guerra, agora em solo russo apenas. Depois da sangria da Guerra, haveria agora uma outra guerra? Em defesa de que exatamente? Além disso, as potências miravam-se com desconfiança. Não seria simples chegar a um acordo de divisão da Rússia. Finalmente, mas não menos importante, continuava a predominar a ideia de que aquilo não poderia durar, o governo revolucionário era tão incompetente e cruel, tão ridículo e ignorante que desabaria vítima de sua própria inconsistência. Desta forma, as direitas assistiram à consolidação do poder dos bolcheviques. Apesar de terem conjuntamente muito mais forças políticas, econômicas e militares, as direitas não souberam reuni-las para destruir uma revolução que se colocou, enquanto o século durou, como a alternativa mais ameaçadora à ordem na qual todas elas se apoiavam. (v. Ideologia & Elites Empresariais)

Daniel Aarão Reis

Referências Bibliográficas:

FAY, V. (org.) La révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen. Paris, EDI, 1967.

FERRO, M. L'Occident devant la révolution soviétique. Belgique, Ed. Complexe, 1980.

FONTAINE, A. L'Histoire de la Guerre Froide. Paris, Fayard, 1967

HAMMER, A.; LYNDON, N. Hammer. Um capitalista em Moscou. São Paulo, Ed. Best-Seller, 1989.

HOOVER, J.E. Estudo sobre o Comunismo. Belo Horizonte, Itatiaia, 1964.

KAROL, K.S. Kruchtchev et l'Occident. Paris, Julliard, 1960.

KENNAN, G.F. A Rússia e o Ocidente. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1966.

KUPFERMAN, F. Au pays des soviets. Paris, Archives-Gallimard, 1979.

MARCOU, L. (org.). Les Staline. Paris, Ed. Archives/Gallimard, 1979.

SAYERS, M.; KAHN, A. A grande conspiração: A guerra secreta contra a União Soviética. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1959.

REVOLUCIÓN FEDERAL (Grupo de Extrema Dereita Argentino). Em 19/08/2022 surgiu de forma espetacular na Argentina um grupo de Extrema-Direita denominado “Revolución Federal”, criado em maio deste mesmo ano, organizando marchas e “escrachos” contra partidos de Esquerda, peronistas e muito especialmente contra o chamado “kirchnerismo”. Possuem um programa simples e direto: “...buscamos gente que esté harta de este sistema, que labura hace mucho, de cualquier edad, hay jóvenes, jubilados, gente de 30, 40 años, todas la ideologías, hay libertarios, macristas, incluso peronistas. Pero todos nos une el repudio contra el kirchnerismo”, segundo um dos seus criadores, Leonardo Sosa (<https://www.pagina12.com.ar/481943-atentado-contra-cristina-como-opera-revolucion-federal-el-vi>).

Sua irrupção no cenário político platino deu-se através da chamada “Noche de las Antorchas” quando seus militantes lançaram sobre a Casa Rosada dezenas de foguetes e outros fogos de artifício. A ação acompanhava o já ocorrido em Brasília, em 13/06/2020 quando militantes do Grupo “Os 300 do Brasil” - numa alusão à resistência nacional grega frente à invasão persa – grupo de militantes radicalizados bolsonaristas atacaram a sede do Supremo Tribunal Federal com fogos de artifício, pedindo a prisão de juízes-ministros, intervenção militar e o fechamento da Suprema Corte brasileira. A identificação do grupo levou o então presidente do STF brasileiro a declarar: “Financiadas ilegalmente, essas atitudes têm sido reiteradas e estimuladas por uma minoria da população e por integrantes do próprio Estado, apesar da tentativa de diálogo que o Supremo Tribunal Federal tenta estabelecer com todos - Poderes, instituições e sociedade civil, em prol do progresso da nação brasileira”, expondo assim o caráter orquestrado do evento (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/14/grupo-de-apoiadores-de-bolsonaro-lanca-fogos-de-artificio-contra-o-predio-do-stf.ghtml>), contando com a presença de Abraham Weintraub, então ministro da Educação do Governo Bolsonaro. O Grupo “Os 300” se declara a único movimento de Direita organizado no Brasil, tendo recebido treinamento e informações com grupos da Ressurgência fascista na Ucrânia, tendo realizado, da mesma forma, uma “Marcha com Tochas”, dia 30/05/2022, no estilo das marchas neonazistas, em defesa de golpe de Estado militar. Entre as propostas antidemocráticas o “Grupo Os 300” se propõe a “ucranizar” o Brasil numa referência a multiplicidade e popularidade dos grupos neonazistas naquele país (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52900757>). Como no Brasil, durante algum tempo a tática de chamar a atenção por parte da

“Revolución Federal” restringia-se ao “escracho” de ministros, funcionários e jornalistas considerados corruptos. A Esquerda ou, ainda, políticos com ligações com o kirchnerismo foram apontados como alvo central. Mesmo declarando-se “libertário” e sem organização política como fachada, a “R.F.” possui uma clara rede de militantes, diretório e um setor financeiro de arrecadação de fundos e um grupo de logística (<https://www.telam.com.ar/notas/202209/604514-revolucion-federal-fuerza-derecha-escraches-ataque-cristina-fernandez.html>). O protagonismo da “R.F.”, no entanto, muda dramaticamente em 02/09/2022, quando a vice-presidente da Argentina sofre um atentado em frente de sua residência. Um correio eletrônico achado entre os militantes da “R.F.” declarava: “o fizemos!’. O perpetrador do ato falhado, Fernando André Sabag Montiel, era membro do agrupamento. No ato de prisão a polícia de Buenos Aires declarou tratar-se de alguém com perturbações mentais. No entanto, nos dias que se seguiram foram presos mais três membros do Grupo “R.F.” por relações diretas com o atentado e premeditação, com afirmações do tipo: **“Los vamos a perseguir [os kicheristas], van a tener miedo de salir a la calle. El robo y la corrupción en Argentina va a dejar de ser gratis, por las buenas o por las malas”**, na afirmação de Jonathan Morel, o líder do grupo. A polícia continua suas investigações, contudo, buscando as origens do financiamento das ações violentas do grupo, principalmente junto à empresa “Canuto Hermanos” de um ex-ministro das Finanças do Governo Macri, incluindo a exibição pública de uma guilhotina exposta numa das manifestações – como foi exposta uma forca na invasão do Capitólio, em Washington, em 06/01/2021. Investigações preliminares apontam para Luis “Totó” Caputo- da empresa “Caputo Hermanos”, ligado ao Governo Macri - como quem pagou oito milhões de pesos a Morel por “serviços de carpintaria”, que o militante e líder de “Revolución Federal” declarou ter terceirizado a outras empresas (<https://www.pagina12.com.ar/491526-alberto-fernandez-puso-el-foco-sobre-el-financiamiento-de-re>). Os militantes do Grupo “Revolución Federal”, uns 60 identificados até o momento, todos muito jovens, rechaçam o apodo de “Direitistas” ou “fascistas” denominando a si mesmos como um movimento voltado para o “libertarianismo”.

Francisco Carlos Teixeira Da Silva.

Referências Bibliográficas:

FINCHELSTEIN, Federico. Fascismol liturgia e imaginario. El mito del general Uriburu y la Argentina Nacionalista. México: Fondo de Cultura Economico, 2004.

_____. La Argentina Fascista. Las origenes ideológicas de la ditadura. Buenos Aires: Sudamerica, 2012.

RIEFENSTAHL, Leni. Nascida em 1902, cineasta e atriz alemã que, embora tendo dirigido e atuado em filmes desde a década de 1920, tornou-se conhecida pela direção de documentários de propaganda nazista após Hitler chegar à Chancelaria do Reich Alemão em 1933 (v. Fascismo na Alemanha). Trabalhou em colaboração com Dr. Arnold Frank (o cineasta alemão que foi, segundo Kracauer (1988:133), o *pai* dos chamados “filmes de montanha”) ainda na década de 1920 e em alguns filmes dos quais o de maior destaque foi certamente *Das blaue Licht* (A Luz Azul, 1932). Nele Riefenstahl dirige e atua no papel de “uma moça que preferiu o sonho à vida e era incapaz de vencer as exigências da realidade”, através do qual ganha popularidade e a admiração de Hitler (Furhammar e Isaksson, 1976: 101; Steinert, 1991: 576) No entanto, é na década de 1930 que Riefenstahl imortaliza-se ao se tornar diretora de filmes de propaganda nazista, dentre os quais destacam-se dois “documentários” já bastante divulgados: *Triumph des Willens* (O Triunfo da Vontade, 1934) e *Olympia* (Olímpia, 1936). (v. Homossexualidade e Fascismo). Com o objetivo de ter um “instrumento de propaganda passível de ser exportado”, Hitler convidou diretamente Riefenstahl para produzir um filme da comemoração do Congresso de 1934 do NSDAP no “Dia do Partido” a se realizar em Nuremberg, sem passar pelos departamentos do Ministério da Propaganda, responsáveis pela produção cinematográfica, colocando à sua disposição os recursos técnicos e humanos de que precisasse (v. Cinema & GOEBBELS, Joseph Paul).

Para Furhammar e Isaksson (1976), *O Triunfo da Vontade* é certamente “uma das maiores realizações, talvez a mais brilhante de toda história da propaganda cinematográfica”. Nele, Riefenstahl incorpora determinados recursos há algum tempo já cultivados pelo cinema alemão e explora tanto a arte de edi-

ção quanto as potencialidades da narração, da imagem e do som para construir “uma obra de arte magnificamente controlada”, marcando o “começo de uma nova tradição de propaganda visual cuidadosamente encenada” (1976: 97 e 37). Há aqui, para além dos aspectos estéticos, a evocação do carisma do *Führer*, portador da verdade inabalável sobre o destino da Alemanha. Nas primeiras sequências do filme, Hitler atravessa as nuvens que cobrem Nuremberg em um avião bimotor e chega ao cenário onde multidões perfiladas encontram-se à sua espera, como um Deus que ganha materialidade. Nada muito diferente acontece com *Olympia*, em torno dos Jogos Olímpicos de Berlim (1936). Aqui também Riefenstahl conta com meios técnicos bastante consideráveis para mostrar ao mundo a potência alemã sob a liderança legítima de seu *Führer* (v. Esporte).

Depois da Guerra, tendo sofrido prisão e perseguições por sua colaboração com o Terceiro Reich, discussões surgem em relação ao trabalho de Leni Riefenstahl (v. Historiografia do Fascismo). Por um lado, nunca ficou de fato muito claro o comprometimento ideológico de Riefenstahl em relação à visão de mundo nacional-socialista, apesar de sua colaboração intensa e qualificada para o suporte do regime hitleriano, tanto no exterior quanto internamente (v. Ideologia). Infield nos indica que, ao mesmo tempo em que Riefenstahl coloca todo o seu talento e experiência a serviço da causa hitleriana, não se pode perder de vista uma dimensão propriamente “oportunista” relacionada em grande medida à possibilidade de contar com recursos ilimitados fornecidos pelo Estado para este fim (1987: 67). (v. Revisionismo/Negacionismo). Por outro lado, Furhammar e Isaksson apontam o fato de que, mesmo não se podendo dizer que Riefenstahl tenha sido uma entusiasta do fascismo, há uma dimensão moral de seu trabalho como cineasta a serviço do Terceiro Reich que não pode ser esquecido. Em *O Triunfo da vontade*, por exemplo, o que vemos

“não é uma reportagem (...). De fato, Riefenstahl descreve a realidade tal como Hitler queria vê-la. (v. Völkisch) Leni Riefenstahl criou um hino para a grandeza do Führer, a força do Partido e a unidade da nação. Um brilhante oratório cinematográfico. Mas a beleza aqui é, na verdade, o começo do horror”. (1987:102-103). (v. Estética & Totalitarismo).

Luís Edmundo de Souza Moraes

Referências Bibliográficas:

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. Cinema e Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

INFIELD, Glenn B. Leni Riefenstahl et le III^e Reich. Paris, Seuil, 1978.

KRACAUER, Singfried. De Caligari a Hitler: Uma História Psicológica do Cinema Alemão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.

STEINERT, Marlis. Hitler. Paris, Fayard, 1991.

ROCK-AND-ROLL. Enquanto gênero musical específico, surgiu em meados dos anos de 1950 nos EUA. O seu aparecimento é atribuído à fusão da música *country and western* com o *rythm and blues*. O *country and western* tem sido apresentado pela maioria dos especialistas no assunto como uma variante da música *folk*, introduzido nos EUA desde a época colonial pelos colonos, principalmente aqueles de origem irlandesa. Desprezado pelas elites brancas, que sempre preferiram manifestações musicais mais “eruditas”, o *folk* e o *country* popularizaram-se rapidamente junto aos pequenos e médios agricultores dos estados de Arkansas, Texas, Louisiana, Mississipi e, sobretudo, Tennessee. Neste último estado, o *country and western* atingira um nível de difusão tão grande que duas de suas cidades, Nashville e Memphis, acabariam se convertendo em verdadeiros símbolos deste estilo. Já o *rythm and blues* representa uma variante urbana e eletrificada do *blues* tradicional do sul dos EUA. As suas origens remontam aos *spirituals* (cânticos religiosos) e às *worksongs* (canções de trabalho) entoadas pelos negros sulistas nas plantações de algodão do Mississipi. Como resultado da migração de expressivos contingentes de população negra das áreas da *plantation* sulista para as grandes cidades dos EUA, surgem nas décadas de 1940 e 1950 várias derivações do *blues* original, como *boogie-woogie* (*blues* tocado fundamentalmente ao piano) e o *jump* (blue adaptado à execução por grandes orquestras). Sob a denominação de *city blues*, *electric blues* e *Chicago blues*, seria identificado o som das bandas do gênero, que utilizariam um instrumental característico: guitarra, teclado, bateria e contrabaixo elétricos. Com base no uso deste instrumental e da in-

trodução das notas agudas (a estrutura do *blues* original apoiava-se essencialmente nas notas graves), surgiu então o *rythm and blue*. Essa amálgama de influências, presente já nas origens do *rock-and-roll*, fez com que este gênero musical tivesse sido, desde cedo, marcado por uma grande diversidade sonora. Por causa desta diversidade, o crítico musical Charlie Gillet, em seu livro *The sound of the city*, subdividiu esta forma de música em várias classificações: o som de *Bill Haley & His Comets* foi definido como “*rock-and-roll* do norte”; a música de Carl Perkins, Elvis Presley e Buddy Holly como “*country rock* de Memphis”; as produções de *Fats Domino* e *Little Richard* como “*New Orleans Dancing Blues*”; a categoria *rythm and blue* foi conferida a Chuck Berry e Bob Didley; e o som mais melódico dos grupos vocais antecessores da *Motown Records* (*Orioles, Platters, Penguins*) como *rock-and-roll* de grupos vocais. Além desta diversidade de classificações, há que se registrar as modificações que o *rock-and-roll* original haveria de sofrer, já no início dos anos de 1960, em decorrência da ampliação do interesse da indústria do disco e das empresas radiofônicas em sua comercialização. Assim, uma nova geração de intérpretes do gênero, como *Pat Boone, Paul Anka, Tommy Sands* e *Neil Sedaka*, reforçaria os elementos melódicos e orientariam esta forma de música no sentido de sua reconciliação com os padrões musicais mais convencionais, constituindo-se nos chamados *new rockers*. A segunda metade dos anos de 1960 registraria um novo florescimento e o aparecimento de diferentes estilos no seio do gênero musical *rock-and-roll*. A partir do diálogo deste com a *pop art* (conjunto de manifestações culturais “alternativas” que se contrapunham ao conceito de *classic art*), surgiria o conceito de *pop rock* ou, simplesmente, *pop music*. Desta maneira, um dos mais expressivos festivais musicais dos anos de 1960 seria denominado *Monterrey Pop Festival*. Nesta época, os conceitos de *pop* e *rock-and-roll* se confundiriam: ambos remeter-se-iam à ideia de “música jovem”. A incorporação de experiências sonoras de vanguarda no final dos anos de 1960 lançaria as bases para o aparecimento do que ficaria conhecido como *progressive rock*. O reencontro do *rock-and-roll* com uma de suas matizes, *folk music*, propiciaria o surgimento do *folk rock*; o uso intenso da distorção, a ampliação da velocidade e do peso na execução das músicas conduziram ao aparecimento do *hard rock* ou *heavy rock* (matriz do atual *heavy metal*). A carnavalização do gênero no início da década de 1970 (acentuação do uso de roupas extravagantes, máscaras, purpurinas e lantejoulas) e a absorção de al-

gumas características da música negra norte-americana (*soul music*) levariam ao aparecimento do *glitter rock*. Em fins dos anos de 1970, o retorno à visceralidade básica e original do gênero gerou o advento do *Punk Rock*.

Ao longo de seus mais de 40 anos de existência, o *rock-and-roll* manteve uma relação problemática e contraditória com o *establishment* político e econômico (v. Revolução). Do ponto de vista econômico, verificou-se uma tensão permanente entre certos aspectos contestatórios e liberatórios presentes na produção musical de alguns intérpretes desde os seus primórdios e os esforços de assimilação e apropriação do fenômeno por parte da indústria cultural. Desde Elvis Presley e os “*new rockers*”, mas sobretudo a partir dos *Beatles* e dos *Rolling Stones*, o *rock-and-roll* se mostrou uma fonte inesgotável de lucros para o *show business*. Contudo, esse casamento da música jovem com a indústria conheceu percalços significativos na trajetória musical de nomes como Chuck Berry e Jerry Lee Lewis, o primeiro Bob Dylan e Joan Baez, Frank Zappa e boa parte dos *punk rockers*. Do ponto de vista político, vários músicos do gênero emprestaram suas vozes às manifestações de crítica ao sistema de poder nos EUA, Grã-Bretanha e outros países ocidentais. O *rock* tem sido a música mais ouvida nas manifestações estudantis destes países, inclusive em processos cruciais como a Guerra do Vietnã e o maio parisiense de 1968 (v. Nova Direita nos Estados Unidos).

A Batida Dissonante da Direita. Embora historicamente o rock tenha surgido num ambiente de transgressão e crítica ao estabelecido, sob o impacto da crescente maré conservadora, várias bandas tiveram uma trajetória bastante conservadora nos anos de 1970 (v. Conservadorismo). Podemos exemplificar com algumas bandas americanas do início dos anos de 1970 que marcam claramente a adoção de um universo mental e ideológico de direita: o *Styn* (cujo nome é uma alusão ao rio que atravessa o Hades, o Estige, em português) originário de Chicago e os nova-iorquinos *Kiss* e *The New York Dolls*. Todos terão o seu período de maior sucesso durante a Era Reagan, com grande ênfase ora na necessidade de reconstruir um poder forte, ora no puro e simples pessimismo (v. Fascismo). O *Styn*, por exemplo, corre num leito de flagrante chauvinismo, em que o lema de Reagan “a América está de volta” cabe bem. Já *The New York Dolls* assume um agressivo transexualismo, lançando mão do grotesco e das alusões perversas (v. Homossexualidade e Revolta). Nas suas performances, o palco é povoado por grandes suásticas. Entretanto, é o *Kiss*

que avança mais rapidamente em direção a uma estetização da violência e ao elogio do mal: roupas de couro expondo uma sexualidade perversa — make-up que lembra o *Alice Cooper* — correntes e instrumentos de tortura compõem o cenário do show-horror da banda. Na produção da logomarca do *Kiss*, o duplo 's' formara a runa das tropas nazistas (*S.S.*). (v. Fascismo na Alemanha). Mais tarde, o vocalista Gene Simmons protagonizará um líder nazi-punk no *trash-movie* *Never too Young to die*, exibindo todo o ardor caricatoinfantil de um palhaço sadomasoquista. Indagado sobre a violência gratuita de textos e gestos, responderá:

“Duzentos milhões de americanos não estão interessados em sutilezas”. Duas outras bandas, já em meados dos anos de 1980, caracterizarão o encontro do punk com a fascistização. Em Nova Iorque, o *Public Enemy*, organizado desde 1984 e, em Hollywood, no ano seguinte, o *Guns n' Roses*. Ambas as bandas representam, bem ao contrário das demais, a irrupção das camadas mais pobres e *out siders* da sociedade norte-americana — no caso, nem classe média, nem proletariado (v. Skinheads e Anomia). Na verdade, um *lumpen* flutuante convivendo promiscuamente com o mundo do crime, com o caos urbano e a violência policial. O *Public Enemy* espelha bem o clima urbano e paranoico dos bairros negros da *New York City*, gerador de uma constante insegurança e da sensação de vazio. Politizado e consciente do seu papel de pop star, embora com um enorme déficit cultural, o *Public Enemy* volta-se contra o “poder branco”, contra o FBI, contra os *dealers* que vendem a morte aos jovens negros, contra as garotas negras que renegam “as raízes”. (v. Tradição) Elogiam Malcolm X e contestam o domínio branco:

“(…) gatos miam, cães ladram, brancos mentem e matam”. (v. Neorracismo Diferencialista)

As declarações do Prof. Griff, vocalista da banda e autointitulado *Minister of Information* — numa clara alusão a Goebbels — são marcadas pelo ódio racial e a discriminação contra outras minorias. (v. Democracia) É assim que declara:

“(…) viados nada trazem para a construção da sociedade negra, eles não terão lugar em nossa cultura” (v. Masculino/Feminino).

A convivência multirracial e cultural dos guetos nova-iorquinos, tal como é retratada nos filmes de Spike Lee, em vez de gerar um melhor conhecimento mútuo, originou um profundo ódio entre negros, judeus e italianos. Sob influência direta do líder racista negro Louis Farrakhan (um declarado admirador de Hitler), o *Public Enemy* defende o extermínio de judeus e os acusa de ter criado a AIDS com experiências feitas em negros na África do Sul (v. Apartheid).

Na outra margem dos EUA, o *Guns n'Roses* surge com personagens sociais fragmentados, já típicos do estranhamento social do fim da prosperidade do bem-estar social das décadas anteriores. Como o seu carismático vocalista, Axl Rose assume desafiadoramente a postura antissocial: pancadaria, gestos obscenos, *no safe sex* são alguns dos recursos de palco da banda. Porém, em bares ou hotéis, o carrossel do *Guns* continua a girar. O caráter contraditório e confuso dos textos da banda é plenamente assumido: “(...) nós sabemos que somos confusos (...)” diria Axl Rose, refletindo claramente o caráter *lumpen*, periférico dos componentes da banda. Mesmo com uma educação formal bastante adequada — Axl é advogado — a sua opção é nitidamente *out sider*. O passado anterior ao sucesso do *Guns N' Roses* é claramente assumido, por exemplo, na poesia *14 years* de Axl e Stradlin:

“But it's been/14 years of silence/ It's 14 years of pain/ 14 years that are gone forever/ And I'll never have again”.

As suas relações com as mulheres são sempre de extrema dependência e, simultaneamente, de ódio aberto; são homens que amam as mulheres como amam os seus carros e as suas pistolas, guardando para elas os mesmos adjetivos atribuídos a estes mesmos objetos:

“(...) Well, they are all used-up has been/ out of the game”

ou

“Cause you could be mine/ But you are way out of line / With your bitch slap rappin' (...)”

culminando na cena aberta de desdém e amor M&S na poesia de *Pretty Tied Up*:

“I know this chick she lives down on Melrose/ She ain’t satisfied without some pain / Friday night is goin’ up inside her again/ Well crack the whip/ cause that bitch is just insane/ I’m serious”. (v. Misoginia)

Ao mesmo tempo, um sentimento de abandono e insegurança plenamente adolescente perpassa a poesia dos membros do *Guns N’ Roses*, que se sentem permanentemente sozinhos, perdidos em uma noite fria e sem fim:

“I can’t stop thinkin’/ thinking ‘bout sinkin’ down in my bed/ I call my mother, she’s just a cunt now (...)”.

Os exemplos espalham-se, ácidos e corrosivos como líquido de bateria sobre o conjunto da obra do *Guns*. Mulheres, polícia, negros e viados, todos recebem sua cota de amargura: alvos do ódio do *Guns*? Difícil de dizer (v. Inimigo). A figura da mãe (enquadramento permanente de todas as mulheres), a imagem falocrata e a ordem vilipendiada confundem-se com um desejo intenso de segurança, de preencher um vazio, de completar o hiato da ansiedade (v. Neo-fascismo na Rússia). Um traço, porém, é marcante: a valorização de características inatas, próprias e impossíveis de se roubar ou degradar — a necessidade do eterno em meio a perverso cotidiano de efemeridades, que é saciada no pertencimento à raça branca e na superioridade do macho, ideias escoradas nas imagens da moto Harley-Davidson e do rifle (v. Eugenia & Sociobiologia). Na exaltação destes valores, cristaliza-se uma postura fascistizante, extensa e popular na Califórnia (basta ver o cult *Point Break*, de Keanu Reeves e Patrick Swaize). Na canção *One in a Million*, o *Guns* exprime todo o seu chauvinismo branco:

“(...) imigrantes e viados não fazem nenhum sentido para mim (...)” (v. Alteridade).

Entretanto, em conjunto, fica uma sensação de garotos abandonados que as instituições se apressam em diagnosticar como psicopatas — o caso narrado

pelo próprio Axl de sua estadia numa instituição social serve como exemplo. (v. Asilo) O estranhamento, por sinal, título de uma canção, ainda é contornado pela consciência da vulnerabilidade do outro e de si mesmo, como na canção *Rigth Next Door To Hell*:

“*My mama never really said/ much to me/ She was much too young and scared to be/ Hell!*”

Assim, a poesia do *Guns*, largamente obra de Izzy Stradlin e de Axl Rose, beira a um novo lirismo — violento, pornográfico e que invade constantemente o campo do perverso. Porém, brota de forma verdadeiramente autêntica, longe da teatralidade encenada do *Alice Cooper* ou do *Black Sabbath*. Um grande número de bandas, entretanto, não assume claramente uma postura tão extremista e muitas procuram uma rebeldia difusa, perversa e uma visão de mundo ingênua, centrando toda a sua agressão contra o estabelecido num uso radical do sexo e das drogas (v. Punk: conceito e comportamento). Aqui não se dá nem a vivência autêntica do estranhamento, como com o *Guns*, nem o oportunismo mercadológico do *Alice* (v. Ideologia). É o caso, por exemplo, da banda *Van Halen*, criada na Califórnia em 1974. O cenário urbano dadaísta é plenamente assumido, como declara o vocalista David Lee Roth: “(...) nossa música é a cidade: Crash! Boom! Boom! Bang!”

Socialmente conservador, pessimista, beirando à psicose, surge o *Talking Heads* em 1975 na cidade de Nova Iorque, que procede a fusão do rock-and-roll com ritmos africanos, alcançando resultados de alta qualidade e, simultaneamente, desestruturantes. A presença marcante é do escocês David Byrne, que traz para a banda o caráter doentio do mundo expresso, por exemplo, na canção *Psycho Killer*. A dissolução dos valores sociais do mundo branco e burguês apavora e diverte num exercício sadomasoquista de fuga em direção à neurose. No horizonte vazio, não adormece o sol, mas espreitam milhares de crianças famintas do Terceiro Mundo (v. Europa). Um traço comum reúne todos estes grupos: o cenário urbano pós-industrial, pós-moderno, decadente e, por isso mesmo, *dark*. O horizonte político é a Segunda Guerra Fria, a possibilidade anunciada do apocalipse nuclear, a Guerra nas Estrelas de Reagan, a época em que a “América contra-ataca”. Dificilmente são pessoas incultas ou proletários revoltados contra todas as utopias — todos são informados e,

muito pelo contrário, o que se vê são informações demais, imagens demais, palavras demais. Acelera-se no cotidiano o fim do Estado do Bem-Estar Social, a superação ideológica da sociedade do trabalho e do reino da segurança; a utopia agora adormece nos versos críticos, ao contrário da alienação direitista dominante de *The Cure*:

“The innocence of sleeping children/dressed in white/ and slowly dreaming/ Stops all time”.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

BIVAR, Antonio. O que é punk? São Paulo, Brasiliense.

BLAIR, D.; ANSCOMB, E.. Punk-Punk Rock. New York, Urizen, 1978.

BOSTON, Virgínia. Punk, Rock. New York, Penguin Books, 1978.

JAMES, David. “Poesia/Punk/Produção: alguns textos recentes em Los Angeles”. In: KAPLAN, Ann. **O mal-estar no Pós-Moderno**. Rio de Janeiro, Zahar, 1993. pp. 206–234.

KAISER, Rolf-Ulrich. O mundo da música Pop. Porto, Livraria Passagem.

MUGGIATTI, Roberto. Rock: de Elvis à beatlemania. São Paulo, Brasiliense.

MUGGIATTI, Roberto. Rock: da utopia à incerteza. São Paulo, Brasiliense.

PENTH, Boris; FRANZEN, Günther. Last exit. Punk: Leben im toten herz der Städte. Frankfurt, RoRoRo, 1982.

SCHIMIDT-JOOS, S.; GRAVES, B.. Das neue Rock Lexikon. Frankfurt, RoRoRo, 1993.

REVISTAS: Billboard/ New Music Express/ Sound/ Bizz/ Fama.

THE STORY OF ROCK – Smash Hits and Superstars. Londres, Thames and Hudson

RÖHM, Ernst (1887 – 1934). Nascido em Munique no dia 28 de novembro de 1887. Militar de carreira, terminou a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) como capitão do Reichswehr. Ao final do conflito, participa junto com outros oficiais alemães da criação dos Corpos Francos (Freikorps), formações paramilitares organizadas com a finalidade de confrontar a ação das forças revolucionárias da esquerda (v. Política & Repressão e Violência). Militante de primeira hora do DAP (Deutsche Arbeiterpartei – antecessor do NSDAP). A partir de 1920, organiza e comanda as tropas de assalto do NSDAP, as SA (Sturm Abteilung). As SA haviam sido criadas com a finalidade de proteger as reuniões do partido nazista, espancar os judeus e dissolver as reuniões dos partidos adversários (v. Fascismo na Alemanha). Ernst Röhm discordaria de Hitler acerca do papel das SA: para ele as milícias de assalto deveriam ser o embrião de um futuro exército revolucionário, em contraposição à concepção estritamente instrumental e defensiva de Adolf Hitler (v. Militarismo). Participa do “Putsch da cervejaria de Munique” em 1923, sendo encarcerado por pouco tempo. Egresso da prisão, concorre às eleições, sendo eleito deputado em 1924. Entra em choque com Hitler a respeito da estratégia legalista para a conquista do poder, defendida pelo futuro führer após a sua saída da prisão (v. Fascismo: Movimento). Em decorrência de tal divergência, é substituído no alto comando das SA por Hermann Göring. Röhm decide então deixar a Alemanha, indo se engajar no exército boliviano, no qual permanece até 1930. Devido ao fracasso de seus sucessores à frente das SA, é chamado de volta por Hitler. Integrou, juntamente com os irmãos Strasser, a chamada tendência “social” (Giorgio Gali) ou “populista” do Partido Nacional-Socialista. Chegaria a ter sob seu comando cerca de três milhões de “camisas pardas” (Amberlain). Após a conquista do poder, teria manifestado expressamente o desejo de substituir o exército regular pelas SA e, através destas, iniciar uma “nova revolução”, revolvendo as bases da sociedade alemã. Apontado como “homossexual ativo”, seria vitimado pelos acordos firmados entre a cúpula nazi e os hierarcas do exército alemão (v. Homossexualidade e Fascismo & Partido Político de Direita). Estigmatizado por suas preferências sexuais heterodoxas e concepções tidas, após o triunfo nazista, como subversivas, pereceria por ordens de Hitler — na sequência da Noite dos Longos Punhais — a 1º de julho de 1934 no interior da prisão de Stadelheim, sob a acusação de alta traição (v. GESTAPO). Após o seu desaparecimento, as SA — outrora prestigioso braço

armado do NSDAP — tiveram os seus efetivos reduzidos, sendo completamente subordinadas às SS (v. Ditadura e Violência & Fascismo).

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hanna. Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro, Editora Documento, 1979.

FRANÇOIS-PONCET, André. Souvenirs d'une Ambassade à Berlin. Paris, Flammarion, 1946.

MARABINI, Jean. A vida cotidiana em Berlin no tempo de Hitler. Lisboa, Edição "Livros do Brasil", 1987.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme. Bruxelles, Éditions Complexe, 1992.

POLIAKOV, Léon; WULF, Josef. Das Dritte Reich und seine Denker — Dokumente. Berlin-Grunewald, 1959.

ROSENBERG, Alfred (1893 – 1946). Nascido a 12 de janeiro de 1893 em Reval, na Estônia, era membro de uma família germano-báltica. Em 1910, ingressou na Escola Técnica Superior de Riga. Entre 1915 e 1918, estudou na Universidade de Moscou, obtendo ali o diploma de arquiteto (v. Arquitetura). Fugindo da Revolução de Outubro e do regime soviético, transferiu-se para Berlin em 1918, indo mais tarde para Munique (v. Revolução Russa e Direita). Em Munique, militou ativamente no interior dos círculos de emigrados russos — mais tarde entraria em contato com vários grupos esotéricos, em particular com a Thulegesellschaft. Assiste na capital bávara à fundação do NSDAP, do qual se torna um dos primeiros inscritos em 1919 (v. Fascismo: Movimento). Segundo algumas fontes, teria sido através de Rosenberg que Hitler teria conhecido o pensamento de autores como Gobineau, Nietzsche, Darwin e Houston Stewart Chamberlain, provocando, ademais, profunda impressão no futuro führer com a fundamentação pseudocientífica de seu racismo (v. Darwinismo Social & Eugenia). Entre 1920 e 1921, escreveu panfletos antimaçô-

nicos e antissemitas, tais como: *A trajetória judaica ao longo do tempo* (1920), *O Amoralismo no Talmude* e *O Crime da Franco-maçonaria* (1921). (v. Inimigo & Judeu e Fascismo). Em 1923, publicou uma edição do libelo antissemita *O Protocolo dos Sábios de Sião*, acompanhada de um comentário de sua lavra. Em 9 de novembro de 1923, participou do Putsch da cervejaria de Munique. Investido de grande prestígio no seio do partido, com a prisão de Adolf Hitler recebeu deste a incumbência de dirigir o movimento. Após a libertação do dirigente máximo do nazismo, Rosenberg foi designado chefe de redação do diário do partido, o *Völkischer Beobachter* (“O observador popular”). (v. Ideologia & Repressão e Violência). Em 1930, Rosenberg produziu sua obra máxima, denominada *Der Mythos des 20 Jahrhunderts* (O mito do século XX), que teve uma tiragem de 950.000 exemplares em 1941. Em 1937, tornou-se o primeiro vencedor do Prêmio Nacional Alemão. Funcionário do partido de 1933 a 1945, foi Reichsleiter (presidente) da Divisão de política externa do NSDAP e mandatário do Führer para a fiscalização de todo o sistema de educação e formação espiritual e ideológica do NSDAP (v. Fascismo & Totalitarismo). Embora especialista em Relações Internacionais, jamais ocuparia o cargo de ministro do Exterior do Reich, posição que esteve sucessivamente a cargo de Konstantin von Neurath (1933 – 1938) e Joachim von Ribbentrop (1938 – 1945). Como ministro do Reich para as regiões ocupadas da Europa Oriental a partir de 17 de julho de 1941, pôde levar à prática os seus projetos de supremacia racial e germanização (v. EICHMANN, O caso, Pangermanismo & Völkisch). Julgado e condenado em Nuremberg por crimes contra a humanidade, foi executado a 16 de outubro de 1946 (v. Holocausto, Leis de Nuremberg & Operação Eutanásia).

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

AMBELAIN, Robert. Os arcanos negros do hitlerismo. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

GALLI, Giorgio. Hitler e o nazismo mágico. Lisboa, Edições 70, 1990.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Dictionnaire Historique des fascismes et du nazisme. Bruxelles, Éditions Complexe, 1992.

POLIAKOV, Léon; WULF, Josef. Das Dritte Reich und seine Denker – Dokumente. Berlin-Grunewald, 1959.

ROSENBERG, Alfred. Der Mythos des 20 Jahrhunderts: Eine Wertung der seelish-geistigen Gestaltenkämpfe unserer Zeit. München, Hohenenchein Verlag, 1933.

S

SALAZARISMO (1933 – 1974). O regime político implantado em Portugal em 1933 expressou, por um lado, o pensamento do próprio presidente do Conselho de Ministros e ministro das Finanças, Antônio de Oliveira Salazar (1889 – 1970) e, por outro, produziu algumas clivagens conceituais na historiografia sobre a natureza política do Salazarismo (v. Ideologia). À ditadura militar de 28 de maio de 1926, que antecedeu a organização corporativa dos anos de 1930, Salazar ensaiou caracterizá-la como sendo uma ditadura do tipo romana: um “Governo de Crise”, temporário, assentado, entretanto, em um “Comitê de Salvação” — a União Nacional (1923) — objetivando a base de sustentação do novo Estado constitucionalizado (v. Oposição/Situação & Sociedade Civil). O corporativismo português representou, no pensamento de Salazar, uma alternativa entre o liberalismo e o socialismo, com predomínio do sistema associativo em detrimento do sistema partidário: “Mais uma vez se abandona uma ficção — o partido — para aproveitar uma realidade — a associação.” (v. Corporativismo: Teoria) À semelhança de um poder monocrático ou de uma “ditadura soberana”, o Estado Novo em Portugal deveria engendrar um organicismo social, através das Corporações, como substitutivo das instituições representativas, transferindo a soberania do povo para a autoridade do Estado (v. Antigo Regime & Estatismo). Na historiografia tan-

to portuguesa quanto internacional, as diferentes interpretações giraram em torno da natureza fascista do regime (v. Baderna, Política & Revolução).

A análise comparativa entre os regimes italiano e português elaborada por Manuel Lucena sugeriu classificar o sistema corporativo do “Estado Novo” como “um fascismo sem movimento fascista”: em primeiro lugar, a existência do partido único em Portugal (UN), ainda que não tivesse mobilizado as massas, teria cumprido, no entanto, a função de impedir a pluralidade de partidos; em seguida, quanto à forma de Estado, em ambos os países havia uma ditadura sob o princípio da colaboração de classes e apoiada pelos setores da burguesia nacional, além de o poder estar centralizado em um único homem (v. Historiografia do Fascismo & Sociedade Integral). As formas políticas deste “nacionalismo exacerbado”, porém, não dependiam “estritamente das suas origens”. Por ter possuído instituições estáveis, aprisionando as classes sociais e os grupos profissionais na organização corporativa, o “Estado Novo” possuiria um caráter fascista (v. Autarquia & Estado Novo: Historiografia).

Os demais estudos internacionais excluíram o “Estado Novo” da “família do fascismo europeu pela ausência aqui de elementos considerados fundamentais para caracterizar este fenômeno histórico”. O Salazarismo teria consistido tão somente em um regime autoritário, com perspectivas de restauração dos valores tradicionais: a família, a propriedade e o patriotismo. (v. Tradição) Estabeleceu-se em Portugal, até a morte do ditador em 1970, um neo-hobbesianismo conjugado com um neossebastianismo na figura de Salazar, ameaçados posteriormente com o continuísmo de Marcelo Caetano (v. Conservadorismo & FERRO, Antônio Joaquim Tavares).

Maria Luiza Nabinger de Almeida

Referências Bibliográficas:

DUARTE SILVA, E. et alii. Salazar e o Salazarismo. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

FERRO, Antônio. Salazar: Le Portugal et Son Chef. Paris, Édition Bernard Grasset, 1934. (Traduit du portugais par Fernanda de Castro, précédé d'une note sur l'idée de ditadure par Paul Valéry de l'Académie Française)

FASCISMO EM PORTUGAL. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980. Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.

PATRIARCA, Fátima. A questão social no salazarismo, 1930–1942. s/l, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995. 2 vols.

SALAZAR – ANTOLOGIA. Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas, 1909–1955. Lisboa, Editorial Vanguarda, 1955.

SCHMITT, Carl (Trajetória Política e Ideias). Autor de uma vasta obra que se estende por quase setenta anos de atividade intelectual, Carl Schmitt é com certeza um dos maiores pensadores políticos do século XX. No entanto, o reconhecimento da sua estatura intelectual teve na sua própria biografia política o principal adversário. Nascido em 1888, em Plettenberg, na Alemanha, Carl Schmitt realizou uma trajetória política na República de Weimar que o levou da condição de professor universitário ligado aos meios católicos à posição de jurista influente junto ao governo e conselheiro constitucional nos momentos finais do regime (v. Ideologia). Dono de um estilo elegante, ao mesmo tempo conciso e concentrado, destacou-se como um dos principais representantes da oposição intelectual ao formalismo jurídico dominante na Alemanha e como crítico das instituições e do pensamento liberal. A sua crítica se voltava simultaneamente contra os fundamentos políticos e institucionais. Para Schmitt, a crença liberal na possibilidade de uma ordem que fosse capaz de regular a si mesma e o resultado automático do intercâmbio entre os indivíduos representava em última análise uma ameaça à própria ordem (v. Governabilidade). Ao mesmo tempo, a sua polémica contra o liberalismo estava dirigida contra os princípios em que, ao seu ver, se baseava a organização jurídico-política da Alemanha de Weimar: o parlamentarismo e o Estado de direito. Tanto num caso quanto no outro, o reconhecimento dos conflitos inerentes à existência política cedia lugar ao ideal de uma ordem autorregulada: no parlamentarismo, através da transformação da decisão política no resultado final do confronto público de argumentos racionais; no Estado de direito, pela subsunção do conjunto da vida política a um sistema fechado de normas gerais e abstratas. No entanto, acreditava Schmitt que a

nova realidade surgida com as modernas democracias de massa evidenciava o caráter ilusório das crenças liberais: diante das práticas dos partidos de massa, os princípios de publicidade e discussão do parlamentarismo se revelavam obsoletos; a tendência de interpretação das esferas do Estado e da sociedade tornava inadequado o ideal do constitucionalismo liberal de limitação do poder do Estado (v. Burocracia & Democracia). Como alternativa à paralisia resultante dos compromissos liberais da carta de 1919, Carl Schmitt defendia o exercício dos poderes de exceção que o artigo 48 da Constituição conferia ao presidente do Reich (v. Ditadura). A seus olhos, somente através da capacidade de decisão soberana do presidente seria possível enfrentar o quadro de crise vivido na República de Weimar. Nos anos finais do regime, período do seu envolvimento mais direto na vida política, Schmitt assume a defesa ativa de um presidencialismo de natureza plebiscitária como meio de contornar o que seriam os riscos decorrentes do apego liberal aos procedimentos legais de legitimação da atividade política. Segundo ele, a associação entre legalidade e legitimidade anulava as diferenças políticas substantivas ao fazer da legitimidade uma questão de procedimentos legais. Assim, ao conceder igualdade de chances a todas as tendências políticas, esta perspectiva acabava por lhes colocar à disposição os “prêmios políticos” resultantes da posse legal do poder, ou seja, assegurava-lhes uma “mais-valia política” que, em situações de radicalização dos antagonismos políticos, poderia significar a derrogação da própria ordem legal. Por essa razão, segundo Schmitt, partidos contrários à ordem constitucional, como os nazistas e comunistas, não poderiam desfrutar dessa igualdade de chances (v. Conservadorismo).

No entanto, com a chegada de Hitler ao poder em 1933, Carl Schmitt veio a se tornar um colaborador dos nazistas. Em maio de 1933, ele se filiou ao partido e, a partir de então, passou a ocupar posições públicas de destaque; ao mesmo tempo, através dos seus escritos procurava estabelecer as bases constitucionais do novo regime. Não demorou muito, porém, para Schmitt cair em desgraça junto aos nazistas. Já em 1936, quando as investigações internas do partido em torno do seu nome começam a se avolumar e a sinceridade da sua adesão é questionada, temendo pela própria vida, Schmitt retira-se da cena pública e passa a se dedicar exclusivamente à atividade acadêmica. Acabada a guerra, foi preso, conduzido a Nuremberg, interrogado, sem ser, contudo, acusado perante o tribunal. Libertado em 1947, retornou à sua cida-

de natal, onde viveu até 1985 afastado da vida universitária e publicando até uma idade avançada (seu último artigo data de 1978). O envolvimento de Carl Schmitt com os nazistas custou-lhe não apenas o ostracismo político, como também o isolamento intelectual. Transformado num autor maldito, a sua obra tornou-se objeto de acusação ou silêncio (v. HEIDEGGER, O Caso). Pouco lidas, de uma forma geral condenadas, as suas ideias ficaram praticamente à margem do debate acadêmico. Este quadro começou a mudar na década de 1970 e sobretudo na de 1980, quando se iniciou uma reavaliação do seu pensamento e, em especial, do período mais fecundo da sua atividade intelectual: a República de Weimar. Uma possível via de aproximação das ideias de Schmitt nesse período está justamente na sua crítica ao liberalismo (v. Nouvelle Droite). Por oposição às formas de neutralização do conflito político características do pensamento liberal, Carl Schmitt busca afirmar a inevitabilidade do político como uma experiência associada à condição humana. Para ele, o político supõe um grau de associação/dissociação entre os grupos humanos cuja intensidade resulta na distinção entre amigo e inimigo (v. Teoria Amigo-Inimigo). Esta natureza conflituosa seria constitutiva da vida política e a própria tentativa de negá-la traria consigo um significado polêmico. Nesta perspectiva, Schmitt vai ver no liberalismo uma recusa política do político e na crença liberal do caráter espontâneo da ordem uma forma de ocultação do seu fundamento concreto e polêmico (v. Estado do Bem-Estar Social & Sindicato). Por esse motivo, Schmitt procura pensar a ordem a partir da exceção: mais do que uma perturbação ocasional da normalidade de uma situação, o estado de exceção (Ausnahmezustand) seria uma circunstância reveladora das condições de instauração de uma ordem normal. Para Schmitt, não há ordem que seja capaz de instituir a si mesma e somente a repetição cotidiana de um mesmo estado de coisas é que permite esquecer as condições da sua instauração (v. Tradição). A partir do ponto de vista da exceção, a ordem deixa de ser vista como algo previamente dado para ser pensada como um problema: a suspensão do seu funcionamento ordinário traz consigo a questão do seu fundamento e põe em evidência o fato de que ela é instituída por uma decisão soberana. Ao afirmar o papel criador da decisão soberana, Carl Schmitt concebe a ordem política como uma realidade parcial que emerge de uma situação concreta e que tem no conflito a sua condição de instauração. À crença no automatismo de uma vida social autorregulada, Carl Schmitt vai

opor o resgate do conceito de soberania. Daí a insistência com que se repete nos seus textos o dito de Thomas Hobbes: “*Auctoritas, non veritas facit legem*” (“A autoridade, e não a verdade, faz a lei”). Dessa forma, partindo de uma crítica do pensamento liberal, ele chega a uma fundamentação literalmente autoritária da ordem política (v. Oposição/Situação).

Bernardo Ferreira

Referências Bibliográficas:

Face às dimensões da obra de Carl Schmitt e o caráter de referência deste dicionário, vão indicados na bibliografia apenas os seus livros traduzidos para o português. Estes textos se encontram entre os mais importantes e representativos da sua produção na República de Weimar. Cabe observar que, além das reedições em alemão, Carl Schmitt vem sendo amplamente traduzido em francês, inglês e italiano, sem contar o espanhol, língua em que nunca deixou de ser publicado. Quanto aos textos sobre Carl Schmitt, estão listados alguns trabalhos que permitam seja uma introdução à sua obra, seja uma apreciação global do seu pensamento.

ALBANASE, Luciano. *Il Pensiero politico di Schmitt*. Bari, Laterza, 1998.

BENDERSKY, Joseph. *Carl Schmitt: Theorist for the Reich*. Princeton, Princeton University Press, 1983.

FREUND, Julien. “Les lignes de force de la pensée politique de Carl Schmitt”. In **Nouvelle École**. 1987(n.º 44): pp.11-

27 (existe uma tradução para o inglês publicada na revista *Telos* [n.º 102, 1995] com o título “Schmitt’s political thought”).

FREUND, Julien. “Vue d’ensemble sur l’oeuvre de Carl Schmitt”. In **Revue Européens des Sciences Sociales – Cahiers Vilfredo Pareto**, vol. XVI. 1978(n.º 44): pp.7-37.

GALLI, Carlo. *Genealogia della politica: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno*. Bolonha, Il Mulino, 1996.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis, Vozes, 1992. (tradução de *Der Begriff des Politischen*, 1927, 1932⁴, 1963⁵).

SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo, Scritta, 1996. (tradução de dois livros: *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, 1923, 1926², *Politische Theologie*, 1922, 1934²). SCHWAB, George. *The Challenge of the exception*. Nova York, Greenwood, 1989.

STRAUSS, Leo. "Remarques sur la notion de Politique de Carl Schmitt". In SCHMITT, Carl. **Parlamentarisme et démocratie**. Paris, Seuil, 1988. pp. 187–214 (também existe uma versão para inglês: "Comments on Carl Schmitt's Der Begriff des Politischen". In SCHMITT, Carl. **The Concept of the political**. New Brunswick, Rutgers University Press, 1976. pp.81–105).

SEGURANÇA NACIONAL. O conceito de *Segurança Nacional* foi construído progressivamente, a partir do final da Primeira Guerra Mundial, quando surgiu a concepção de Guerra Total (v. Geopolítica & Repressão e Violência). Como assinalou o general alemão Erick von Ludendorff em 1935, esse novo tipo de guerra não se restringe às Forças Armadas, mas envolve integralmente a população e os recursos materiais do país; a política deve, pois, servir à guerra; o aspecto básico é a coesão anímica do povo. O general Góis Monteiro, admirador do exército alemão, compartilhava essas ideias, que influenciaram o projeto político-militar do Estado Novo no Brasil. Durante a Segunda Guerra Mundial, formara-se nos Estados Unidos um gigantesco e poderoso complexo industrial-militar. A sua influência no pós-guerra fez com que a combinação de grandes interesses econômicos com uma visão predominantemente militar das relações internacionais fosse decisiva na definição dos novos rumos da política externa norte-americana, da qual resultou a Guerra Fria (1947). (v. Anticomunismo & Neocolonialismo). Era preciso conter o avanço do comunismo no mundo: onde quer que ele ameaçasse povos livres, a segurança dos EUA estaria em risco; assim, contra uma ameaça global e permanente, haveria uma política de segurança com as mesmas características (v. Armamentismo & Guerra Fria e a Direita Norte-Americana).

No pós-guerra, os Estados Unidos empenharam-se na criação de um sistema militar interamericano, visando a consolidação da hegemonia no continente como parte de sua política de segurança global. No Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em consonância com essa política. Já em 1953, o seu segundo comandante, general Juarez Távora, apresentou de forma doutrinária os conceitos básicos que deveriam fundamentar os trabalhos:

a segurança nacional é o maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra a ação adversa de fatores internos e externos.

O conceito de estratégia se amplia, tornando-se sinônimo de política de segurança nacional (v. Conservadorismo). Em sua *Geopolítica do Brasil*, o general Golbery do Couto e Silva considera que a guerra moderna — total e permanente — perdura com a Guerra Fria ou se amplia globalmente. O conceito de segurança nacional (1959) é basicamente o mesmo, mas os fatores adversos, que chama de *antagonismos*, podem ser tanto reais quanto *presumíveis*. A partir de 1960, uma conjunção de fatores — em especial as experiências de Indochina, Argélia e Cuba — contribuiu para identificar a guerra revolucionária como a nova estratégia do comunismo internacional, cujo alvo preferencial eram os países do Terceiro Mundo (v. Revolução). A doutrina da segurança nacional incorporou essa concepção e cresceu a importância dos serviços de informações, empregados contra o “inimigo interno” (v. Baderna). A ênfase na guerra revolucionária perdurou; porém, à medida que avançava o processo de abertura, a doutrina incorporava novos conceitos, como participação, oposição e eleições (v. Oposição/Situação). A essência do conceito de segurança nacional, porém, foi mantida, como se constata nas várias edições do Manual Básico da ESG. Somente na de 1983 surge uma alteração relevante: a responsabilidade pela segurança nacional não é mais exclusiva do Estado, estendendo-se a toda nação. A última, de 1993, considera que a segurança nacional é uma garantia apenas relativa e a conquista dos objetivos nacionais um processo (v. Ditadura e Violência).

Sérgio Murillo Pinto

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Escola Superior de Guerra. Manual Básico. Várias edições.

CALVO, Roberto. La doctrina militar de la seguridad nacional. Caracas, San Cristobal, Universidad Catolica Andres Bello, 1979.

COMBLIN, Pe. Joseph. A ideologia da segurança nacional – o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e democracia: uma reflexão política. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). Órgão de cúpula do sistema brasileiro de inteligência entre os anos de 1964 e 1990, que foi criado pela lei n.º 4.341 em 13 de junho de 1964. O seu objetivo era supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações em todo o território nacional. As origens do SNI remontam ao governo de Juscelino Kubitschek, quando este afiançou a criação de órgãos especializados na coleta e processamento de informações em âmbito nacional, a saber: o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). No momento da criação do SNI, esses dois órgãos foram absorvidos por ele, assim como o extenso fichário com informações sobre as principais lideranças políticas, sindicais e empresariais criado pelo general-de-exército Golbery do Couto e Silva, idealizador do SNI quando ainda trabalhava no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). (v. Operação Condor e Memória).

Atualmente, estima-se que o SNI tenha acumulado cerca de 250.000 fichas. Entretanto, devemos observar que qualquer número envolvendo o SNI é sempre uma incógnita. O seu quadro de pessoal também é uma estimativa: 2.000 pessoas entre os seus membros permanentes, além de voluntários esporádicos (v. Ditadura e Violência). O seu chefe, que poderia ser civil ou militar, tinha *status* de ministro e comandava uma cadeia composta por três órgãos: a chefia, a agência central e as agências regionais. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* a 31 de janeiro de 1983, o general Newton Cruz afirmou que a agência central do SNI, em Brasília, era composta por cinco secretarias: a psicossocial, com missão de acompanhar as atividades dos sindicatos e da Igreja; a econômica, com missão de vigiar as transações das empresas privadas com

o exterior; a política, que controlava os parlamentares e atividades partidárias em todo o país; a responsável pela subversão, que controlava todas as agremiações clandestinas ou não que fossem consideradas sob influência do comunismo internacional; por último, a secretaria administrativa. Ainda sob a coordenação do SNI estava a Escola Nacional de Informações (ESNI), criada em 1971 e responsável por formar os novos quadros de pessoal especializado em informações (v. Anticomunismo & Baderna).

Embora fosse o órgão de coordenação, o SNI jamais conseguiu controlar as atividades dos demais órgãos de informações, especialmente os militares. No entanto, isto não impediu que dois presidentes militares tivessem exercido a chefia do órgão e somente saído para tomar posse da presidência: Emílio G. Médici e João Baptista Figueiredo. Este último, presente no SNI desde a sua criação na Casa da Borracha (Rio de Janeiro). Neste momento inicial, ao lado de Golbery e Figueiredo, estavam também futuras lideranças, os então tenentes-coronéis Octávio Aguiar de Medeiros e Newton Cruz. Além de Golbery, Médici, Figueiredo e Medeiros, foram chefes do SNI: Carlos Alberto da Fontoura — organizador do Plano Nacional de Informações — e Ivan de Souza Mendes (v. Conservadorismo).

O SNI contava com as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e as Divisões de Segurança Nacional (DSIs). As primeiras eram órgãos de informações das entidades subordinadas ou vinculadas ao ministério — como empresas estatais e autarquias — e as segundas eram órgãos centrais de informações em um ministério civil. A função do SNI era o controle ideológico (v. Ideologia). Em nenhum momento o SNI foi um órgão de operação — apesar de grampos telefônicos, censura postal e investigações. A parte operacional de prisões, interrogatórios e combate à subversão cabia ao setor militar propriamente dito (v. Ditadura & Repressão e Violência). Entretanto, na hoje desvendada Operação Condor, podemos nos certificar de que o SNI era um órgão de ponta de um verdadeiro “Mercosul do terror”. Ainda com relação às questões de âmbito externo, o SNI também era responsável pelo contato com a CIA e pelo setor de contrainformação no Brasil, como, por exemplo, a presença de espiões estrangeiros da própria CIA, do KGB, da DINA, etc. (v. Subsecretaría de Informaciones).

Com tantas atribuições, o SNI se tornou uma máquina administrativa muito forte. O poder acumulado pelos seus funcionários, que recebiam gratificações especiais por estarem lotados no SNI, fez crescer também uma classe de privilegiados detentores de informações preciosas. Neste sentido, as acusações de corrupção foram frequentes, como foi o escândalo envolvendo o desvio de recursos da Agropecuária Capemi. O SNI foi extinto em 1990 por decisão do presidente da República, Fernando Collor de Mello, que sofreria impedimento por acusação de corrupção em 1992.

Samantha Viz Quadrat

Referências Bibliográficas:

LAGÔA, Ana. SNI: como nasceu, como funciona. São Paulo, Brasiliense, 1983.

QUADRAT, Samantha Viz. Poder e Informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

RAPOSO FILHO, Amerino. O Serviço Nacional de Informações. Rio de Janeiro, ESG, 1966.

STEPAN, Alfred. Os militares: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

STEPAN, Alfred. Repensando a los militares en política: cono sur – un análisis comparado. Buenos Aires, Planeta, 1998.

SERVIÇO SOCIAL RURAL (SSR). Nome dado a uma autarquia criada pelo Estado na década de 1950 e que tinha como finalidade a prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da população, especialmente no que concerne à alimentação, saúde, habitação, educação e assistência sanitária, além do fomento da economia de pequenas propriedades e incentivo à criação e organização de comunidades, cooperativas ou associações rurais (v. [Ação Social Brasileira](#)). O projeto de um Serviço Social Rural foi elaborado no início do segundo governo Vargas em 1951 e aprovado pelo Congresso Nacional em 1955. Na exposição de motivos que fez ao Con-

gresso, Vargas comparava a situação do trabalhador rural com a situação do trabalhador urbano. Para o então presidente, a população urbana constituía-se de uma “camada superior” da sociedade, alfabetizada e educada com renda média elevada, o que proporcionava um padrão de vida melhor, enquanto que a população rural estava desprovida das possibilidades de ensino e de serviços sociais, subalimentada, exposta a graves endemias, com uma renda muito baixa e frequentemente instável, além de viver inteiramente à margem de quaisquer providências da política social que beneficiava a população urbana (v. Legislação Trabalhista no Brasil). Diante dessa disparidade, Vargas estava preocupado com o constante êxodo rural, decorrente também do processo de modernização e de industrialização que se intensificava a partir da década de 1950. E para conter esse problema considerava importante atuar em duas frentes: incentivar o processo de colonização de novas áreas (“Marcha para o Oeste”) e estender a legislação trabalhista ao campo. Com relação ao segundo ponto, Vargas propunha, então, o Serviço Social Rural, que deveria amenizar as diferenças sociais entre o campo e a cidade. Para ele, o SSR significaria um veículo para levar ao interior do país condições de estabilidade à população, indispensáveis a uma situação de equilíbrio que deveria existir em uma nação com forte tradição rural como o Brasil (v. Populismo). Para o trabalhador rural, o Serviço Social também foi significativo, à medida que efetivamente marcou o início da intervenção do Estado nas relações sociais do campo (v. Estatismo). É neste momento que o Estado inclui, definitivamente, o trabalhador rural no âmbito das suas preocupações sociais. É certo que tanto o SSR quanto os políticos, proprietários rurais e mesmo Vargas não falavam explicitamente de “trabalhador rural”.

As denominações mais utilizadas eram: “meio rural”, “população rural”, “classe rural”, “rurícola”, “ruralista”, “agrário”, etc. (v. Camponês e Política). No entanto, o importante é perceber o projeto do Estado visando ampliar o controle social dos trabalhadores, inclusive dos rurais (v. Nacional-Populismo & Sindicato). No que tange aos resultados que pudessem beneficiar os trabalhadores rurais, o SSR proporcionou muito pouco (v. Estado Novo: Historiografia). Com uma estrutura administrativa complexa, serviu muito mais como pretexto das classes dominantes rurais para impedir qualquer avanço concreto nas questões sociais trabalhistas em um momento conturbado no campo brasileiro: a década de 1950 (v. Ideologia). Por outro lado, abriu o ca-

minho para a futura discussão de um projeto amplo de legislação social para os trabalhadores rurais: o Estatuto do Trabalhador Rural (v. Legislação Trabalhista Rural).

Angelo Priori

Referências Bibliográficas:

PRIORI, Angelo. O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná, 1954–1964. Maringá, Ed. da UEM, 1996.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850–1980. São Paulo, Brasiliense, 1986.

VARGAS, Getúlio. O governo trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. 5 vols.

SEXUALIDADE. A sexualidade humana — capacidade de agir em resposta a estímulos eróticos e derivar prazer de práticas sexuais em um amplo espectro, que vai desde as carícias preliminares ao coito ou à masturbação — é “fundamentalmente cultural, portanto, variável histórica e geograficamente” (Mott). Porém, não está somente relacionada aos órgãos genitais, envolvendo “zonas erógenas” do corpo e, principalmente, as “vontades, desejos e fantasias associadas ao sexo” (Anderson & Goldenson). Se na antiguidade Clássica as manifestações e comportamentos sexuais apontam para a existência de uma *outra* sexualidade, a dominação do Ocidente por uma religião monoteísta, cujo pilar central de doutrina era (e ainda é) a obliteração do prazer, levou à repressão da sexualidade em diversos aspectos (o que, de resto, é comum aos monoteísmos orientais). A base teológica do *prazer-como-pecado* e as ideias de impureza que essa teologia associa(va) à menstruação e ao parto relegaram a sexualidade para o campo do tabu (v. Masculino/Feminino). Assim, o cristianismo institucionalizado em um primeiro momento na Igreja Católica e, posteriormente, na Igreja Ortodoxa e nas diversas denominações protestantes tentou excluir das sociedades qualquer comportamento sexual que não fosse aquele voltado puramente à reprodução da espécie, expurgando o prazer (v. Asilo). O pudor exagerado de sociedades protestantes, como os *quackers*, e a eficiente

instituição do sacramento da confissão católica — principalmente a partir da Contra-Reforma — foram responsáveis pela ampliação deste princípio, que visava enclausurar e redirecionar a sexualidade para a fé e a devoção às práticas religiosas, ao mesmo tempo em que tentavam destruir práticas consideradas pagãs (portanto, com prováveis raízes pré-cristãs) ligadas à sexualidade (v. Ideologia). A atual posição das igrejas cristãs (assim como do judaísmo e do islamismo) com relação às práticas sexuais denota a firme opinião de que o sexo só deve servir para a reprodução da espécie humana. É nesse sentido que a negação da Igreja Católica em recomendar práticas anticonceptivas, com suas óbvias consequências, deve ser compreendida, pois quaisquer outras atividades sexuais podem levar ao desperdício de sêmen (dom divino) e são, ato contínuo, condenadas (v. Aborto & Família).

No campo da medicina, sempre coube aos médicos manifestações sobre a sexualidade, mas foi a partir do século XVIII e, principalmente, no século XIX que eles passaram a dissecar todos os aspectos da sexualidade. Em geral, o tom era de reprovação e busca de moderação, ainda que uns poucos pregassem, em um ou outro momento, o amor livre ou a busca do prazer. Para os médicos mais conservadores, responsáveis juntamente com alguns educadores e políticos por uma verdadeira “cruzada antimasturbação”, tratava-se de uma questão de patriotismo, ou seja, somente os indivíduos sadios e fortes poderiam gerar cidadãos e, particularmente, soldados sadios e fortes (v. Guerra & Operação Eutanásia). Os “desvios”, como a masturbação e a homossexualidade, provocaram ou derivaram de um sem número de doenças, ou perturbações, impossibilitando a sadia reprodução da espécie (v. Homossexualidade e Política & Homossexualidade e Fascismo). É significativo que nesse período tenha nascido o estudo da sexualidade — como a sexologia de von Kraft-Ebbing — não em busca das manifestações normais do prazer sexual, mas da aberração e do desvio (no entendimento que essas palavras assumiam então). É somente do final desse período a teoria que transformaria a sexualidade e sua repressão nas principais causas de doenças psíquicas: a psicanálise de Freud, que condenaria e superaria, por exemplo, as noções de que as mulheres fossem dotadas de um desejo sexual menos intenso do que os homens ou de que as crianças não tivessem nenhum tipo de sexualidade (v. Misoginia & Natureza).

Em geral, uma atitude conservadora com relação à sexualidade apega-se às questões de que a normalidade se atém ao sexo com fins de reprodução dentro do casamento, buscando negar, principalmente às mulheres, o prazer como elemento fundamental do sexo. As revoluções sexuais assistidas pelo Ocidente foram geralmente encabeçadas por mulheres, daí a sua repressão mais acentuada, fosse pela adoção de meios contraceptivos que possibilitaram a “transição demográfica” da Europa no século XVIII, fosse o movimento pelo sufrágio feminino dos EUA no século XIX, ou o movimento feminista dos anos de 1960 (v. Feminismo). Este último período marcou uma maior concessão ao prazer sexual e à liberdade de escolha de parceiros, mas sofreu um forte refluxo em função da propaganda de exclusão feita em torno da explosão da AIDS nos anos de 1980, quando os maiores responsabilizados pelo surto epidêmico foram, além dos homossexuais, pessoas que, tendo diversos parceiros, não se limitavam à sexualidade considerada normal tanto pelo saber médico quanto por prédicas religiosas e moralizadoras (v. Conservadorismo).

Cláudio DeNipoti

Referências Bibliográficas:

BÉJIN, André; ARIÈS, Philippe (Orgs.). Sexualidades ocidentais. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DEGLER, Carl. At odds, women and the family in the America from the Revolution to the present. Oxford, Oxford University Press, 1981.

FLANDRIN, Jean-Louis. O sexo e o ocidente: evolução das atitudes e do comportamento. São Paulo, Brasiliense, 1988.

GOLDENSON, M.R.; ANDERSON, D.N.. Dicionário do sexo. São Paulo, Ática, 1989.

MOTT, Luiz. O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição. Campinas, Papyrus, 1988.

SIGMA. No “Dicionário de Símbolos” de Juan-Eduardo Cirlot (São Paulo, Editora Moraes, 1984), lê-se esta definição de Sigma: “A figura do S vertical ou horizontal, e todas as derivadas, que se designam em conjunto na arte or-

namental com o nome técnico de ‘enrolamentos’ simbolizam a relação e o movimento, o ritmo em continuidade aparente”. Ortiz assinala que, como a espiral, os signos sigmóides foram usados como símbolos do vento, mas correspondem mais à formação de torvelinhos, seja no ar ou na água. A suástica curvilínea é uma duplicação do sigma em cruz. Um sentido diferente, mais amplo e profundo (ainda em conexão estreita com o torvelinho e o furacão como síntese dos elementos e “movimento” cósmico por excelência), é dado por Schneider, para quem o sigma, particularmente em sua posição vertical, imita as formas serpentinadas dos rios ao descer pelas ladeiras das montanhas, constituindo, assim, um símbolo característico do eixo vale-montanha (terra e céu, hierogamia). Acrescenta que o referido S parece ser formado por uma lua minguante e outra crescente, isto é, pelos símbolos das duas fases do processo de evolução e involução, alternância que rege as relações sacrificiais do céu e da terra. Acredita que por tais razões o sigma aparece com tanta frequência na ornamentação primitiva (v. Suástica).

Não foram poucas as referências místicas ao Sigma nos textos integralistas, o que revela bastante a importância da sua significação política. Seja como símbolo matemático do cálculo integral, seja como um ente da simbologia cósmica, o sigma parece expressar uma síntese em todos os sentidos — a mesma que o integralismo pretendia representar enquanto movimento político de síntese de todas as aspirações humanas: materiais, intelectuais e espirituais. Uma concepção totalitária do Universo e da Vida (v. Sociedade Integral). Aqui, a influência positivista não deixa de se fazer notar, ainda que, de certo modo, rompida com o esquematismo e os preceitos característicos daquela matriz. Caberá a Plínio Salgado vincular o símbolo à configuração estelar do Cruzeiro do Sul contida na bandeira do Brasil. Em seu livro *O Integralismo perante a Nação*, o chefe nacional e fundador do integralismo designa o Sigma como lembrança de “uma filosofia e um conceito de vida, um sentimento e uma mística” e, além de sinal matemático tirado do cálculo integral, também é tido como indicativo da estrela austral que figuraria na bandeira do Brasil, e complementa: “(...) que Deus, do alto do céu, onde o sigma resplandece, nos comande! E que salve o Brasil.” Numa referência mais explícita à bandeira brasileira, Plínio Salgado, ainda no mesmo texto, assim menciona: “Nessa esfera azul e branca, os positivistas de ’89 colocaram uma estrela que pertence à Constelação do Oitante e que se chama Sigma. Foi uma profecia dos posi-

tivistas”. E acrescenta: “As cores verde e amarela serão sustentadas, por todo o sempre, pelas cores azul e branca e pela inspiração simbólica da Estrela Polar, anunciadora de uma nova civilização no hemisfério austral”. E quanto ao sentido de síntese que o símbolo pretenderia exprimir, hei-lo como a voz silenciosa da própria doutrina: “O sinal que adotamos nos uniformes dos ‘camisas verdes’ e na bandeira do integralismo indica em matemática o símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusivista da matemática, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo.” O Integralismo brasileiro adotou o Sigma — letra do alfabeto grego — como símbolo identificador do movimento. Sinal do somatório, no cálculo integral de sua doutrina política (v. Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral).

Como movimento de massa interessado em penetrar em todas as camadas e grupos etários, sem exceção, o integralismo investiu maciçamente na simbologia, por meio da qual uma liturgia ritualística minuciosa atuava como instrumento eficaz de propaganda e socialização política (v. Revolução). Neste sentido, o Sigma ocupa lugar de destaque no centro de um conjunto de outros sinais e signos, visto que confere a identidade própria ao movimento, enquanto síntese de uma mensagem, anunciador de uma práxis e submissão a uma ideia. Com efeito, a presença do sigma era difundida incessantemente por meio da sua publicidade: quer na imprensa integralista, nos boletins partidários, nos uniformes dos militantes, em medalhas, condecorações e distintivos hierárquicos, estandartes e flâmulas das “milícias”, quer na própria bandeira azul e branca com o sigma no centro, que identificava a Ação Integralista Brasileira (AIB) enquanto partido político nacional. Assim, a identidade simbólica dos adeptos e simpatizantes do movimento tem na força desse signo um dos elementos cruciais da sua construção, reforçando os laços de solidariedade, resposta à convocação, à mobilização e à militância numa ação comunitária. Para tanto, o símbolo deve ir além das cerimônias públicas, dos festivais e reuniões políticas, deve, antes, penetrar na vida comum, estar presente nos breves instantes do cotidiano, desde os bares e ornamentos até louças, talheres e demais objetos de uso pessoal dos “camisas verdes”. A onipresença do sigma confere à doutrina esse papel em todo instante mobilizador, totalizador e ativista que caracterizou a breve, mas intensa atuação política do integralismo (v. Guerra). Isto levou muitos estudiosos a encontrarem aí o

sintoma de uma concepção totalitária do exercício da política (v. Fascismo & Totalitarismo). O Sigma — enquanto símbolo identificador da ideologia do movimento integralista — era também o modo sintético-simbólico de expressar a ideia de “somatório”: “Ela lembra que o nosso movimento é no sentido de integrar todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade”. Além dessa significação, os Protocolos e Rituais da AIB atribuíam ao Sigma outras invocações, tais como: “É a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicaram a palavra Deus”, ou também a “Estrela Polar do hemisfério sul”. Acrescida ao Sigma, a AIB adotará como divisa “Deus, Pátria e Família”, o que evidencia de forma hierarquizada a ênfase conferida a determinados valores (v. Conservadorismo). Além da bandeira de fundo azul tendo ao centro uma esfera branca, com o Sigma inscrito em preto nos uniformes dos “camisas verdes” e outros distintivos, o Sigma preto é colocado sobre um mapa do Brasil em Azul, que é circunscrito por um círculo prateado, tal como era determinado nos Protocolos e Rituais da AIB (v. Nacionalismo).

José Brito Roque

Referências Bibliográficas:

CIRLOT, Juan Eduardo. Dicionário de Símbolos. São Paulo, Editora Moraes, 1984.

SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a Nação**. São Paulo, Editora das Américas, 1955. vol.9 (1ª ed.: 1946) TRINDADE, Héglio. Protocolos e Rituais da AIB, artigo 12, monitor integralista, 5(8), abril de 1937. In **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de '30**. Corpo e Alma do Brasil, 1974.

SINDICATO. Sindicatos e movimentos sindicais variam no tempo e no espaço, assim como a reação da direita aos mesmos. (v. Ideologia) Sabe-se que a origem dos sindicatos se associa à necessidade de autodefesa dos trabalhadores diante das condições de trabalho impostas no interior da indústria capitalista (v. Economia). Em sua forma extremada, esta busca de autodefesa transformar-se-ia, eventualmente, em luta política contra o modo de produção capitalista e a dominação burguesa por ele engendrada. O sindicalismo nasce, portanto, com o desenrolar da Revolução Industrial no século XIX, como um

movimento tipicamente de esquerda, ocasionando a reação dos liberais que, até a passagem ao século XX, eram majoritariamente contrários não apenas à consecução da maior parte das medidas reivindicadas pelos sindicatos como também à própria existência e ação destas entidades (v. Autarquia). No postulado liberal, o impulso à prosperidade nacional surge a partir da livre ação individual no mercado. A ação sindical em proveito da implementação de medidas coletivas de regulação do trabalho, ao atentar contra os princípios liberais, é rejeitada (v. Greve & Legislação Trabalhista no Brasil).

No entanto, com o avançar do século XX, a visão da direita alterar-se-ia em função de um duplo movimento verificado nos sindicatos. Guardadas as peculiaridades de cada contexto nacional, seria observada uma tendência linear em direção ao crescimento dos sindicatos por conta da ampliação de suas bases, decorrente do declínio da exigência de especialização nas fábricas, dada a introdução de novas tecnologias e da racionalidade científico-administrativa. Este crescimento fortalece os sindicatos, aumentando seu poder de pressão e barganha junto ao patronato e ao Estado. Contudo, este mesmo fenômeno que conduz ao fortalecimento dos sindicatos contribui, também, para sua desradicalização e oligarquização. Este duplo movimento é responsável pelo reconhecimento, por parte do empresariado, dos sindicatos como interlocutores válidos para tratar dos assuntos referentes à relação capital/trabalho (v. Estado Novo: Historiografia). Assim, se o crescimento dos sindicatos impede a direita de desconhecer a ação sindical, a abertura às negociações apresenta-se como uma estratégia de manutenção de sua dominação, já que tende a acelerar a passagem de um sindicalismo de conteúdo revolucionário para um sindicalismo reformista. Neste, a reação contra a estrutura fabril, o sistema capitalista e a dominação burguesa é substituída pela busca de melhores condições de vida e trabalho no âmbito do capitalismo.

Para os fins desta abordagem, é pertinente subdividir o período compreendido entre a década de 1920 e os anos de 1990 em três etapas. Entre os anos de 1920 e 1950, a direita liberal supera a visão negativa que seus antecessores haviam desenvolvido em relação aos sindicatos e os reconhece como agentes válidos para representar os interesses dos trabalhadores nas negociações entre capital e trabalho (v. Sociedade Civil). Em países de tradição democrática, como França e Inglaterra, tal ocorre em bases pluralistas. Os sindicatos são autônomos e não sofrem intervenção do Estado (v. Estatismo). Neste ponto, o

caso dos Estados Unidos merece destaque, já que ali uma parcela significativa da direita mantém uma grande desconfiança em relação aos sindicatos (v. Partido Político de Direita). Via de regra, a reação do *Big Business* às reformas rooseveltianas com vistas ao pleno emprego era de oposição. Conforme M. Kalecki, se bem que estas reformas permitissem a retomada econômica e os lucros permanecessem elevados, predominava entre o patronato o temor de que o pleno emprego pudesse afetar sua posição social. Na Inglaterra, ao contrário, a percepção quanto às vantagens de um sindicalismo forte é bastante precoce. Desde cedo, representantes do Partido Conservador viram no fortalecimento dos sindicatos um meio de evitar que ações de protesto espontâneas e desorganizadas pudessem afetar o modelo de acumulação vigente (v. Baderna & Conservadorismo). Nos países de capitalismo tardio, nos quais a democracia recente revelara-se ineficaz para solucionar a crise econômica decorrente da Primeira Grande Guerra e da Crise Internacional de 1929, como Itália e Alemanha, a extrema-direita emerge no cenário político, assume o poder e implementa formas corporativas de intermediação como tentativa de controlar a ação dos sindicatos e acelerar a recuperação econômica sem os entraves que uma eventual radicalização do movimento sindical poderia ocasionar (v. Corporativismo: Debate Político). Tratava-se de substituir o conflito de classes pela colaboração, em nome do interesse da Nação (v. Fascismo & Mussolini). O Corporativismo Dirigista vincula-se à máxima mussoliniana, segundo a qual tudo deveria situar-se dentro do Estado, nada fora do Estado (v. Carta del Lavoro & Totalitarismo). As corporações fascistas que agrupavam patrões e empregados eram colocadas a serviço do Estado e asseguravam a unidade e a supremacia desta entidade. Através de uma rigorosa disciplina militar, controlavam-se os trabalhadores, aos quais era ofertada uma legislação social (v. Militarismo). Entre as principais fontes inspiradoras do corporativismo mussoliniano e de sua derivação nazista, encontram-se as formulações de Lagardelle, discípulo de Sorel, La Tour du Pin, seguidor de Maurras, e a concepção nacionalista de Alfredo Rocco.

No período situado nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, as democracias liberais da Europa Ocidental reestruturavam sua economia com base na fórmula keynesiana e o intervencionismo adquiria legitimidade em tempos de paz. Não obstante a hostilidade que o modelo produzia entre liberais, como von Hayek, o grande consenso alcançado pela fórmula key-

nesiana levaria até mesmo um M. Friedman a reconhecer que “somos todos keynesianos”. Ao atribuir papel central aos altos salários e ao pleno emprego como meio de prevenir crises de superprodução, o keynesianismo contribuía para o fortalecimento do movimento sindical. Num quadro de pleno emprego, o poder de barganha dos sindicatos dilatava-se de um modo tal que o mercado já não poderia dar conta de dirimir os conflitos capital/trabalho nos moldes pluralistas. Adotar-se-ia, assim, nos locais onde o movimento sindical revelava-se mais forte e centralizado, o modelo neocorporativo de intermediação de interesses, como resultado de acordos estabelecidos entre Estado, empresários e sindicatos. Os sindicatos adquiriam *status* público e participavam das instâncias tripartites juntamente com representantes empresariais e tecnocratas, que definiam as políticas trabalhistas e sociais de acordo com as necessidades tanto do Trabalho quanto do Capital. Num contexto de hegemonia dos partidos sociais-democratas e democratas-cristãos nos governos das principais democracias europeias, os liberais percebiam que o acordo que sustentava o neocorporativismo constituía uma forma de resguardar sua hegemonia no campo econômico. Por seu turno, derrotada na Segunda Guerra Mundial, a extrema-direita encontrava-se “adormecida” no cenário político europeu, eximindo-se de opinar sobre as diretrizes políticas e econômicas, senão em pequenos grupos. Todavia, entre a década de 1970 e os anos de 1990, o quadro é novamente de crise do capitalismo e o Estado do Bem-Estar Social torna-se alvo de críticas irradiadas por vertentes ideológicas variadas. Mancur Olson assinala que a presença de coalizões distributivas enrijece a economia, as decisões tornam-se por demais lentas e a adoção de políticas de racionalização econômica é obstada, reduzindo-se, assim, o ritmo de crescimento econômico. No âmbito da direita, as críticas partem especialmente de sua vertente “moderada”. A competitividade no mercado internacional é colocada no centro do debate e os custos da cidadania — tudo aquilo que havia sido consagrado como direito do trabalhador para além do salário — são percebidos como fatores de redução da competitividade da economia nacional no mercado globalizado. No âmbito do discurso, ocorre como que a retomada de uma visão difundida entre os liberais do século XIX, que percebiam a organização dos trabalhadores como uma ameaça ao desenvolvimento das potencialidades individuais, tão caras ao Século do liberalismo (v. Burocracia). Argumentando que o Estado do Bem-Estar Social vive um desequilíbrio

fiscal, o setor da direita que viria a ser chamado de neoliberal, reunindo economistas monetaristas e neoclássicos, decretaria a inviabilidade do modelo que predominara no pós-guerra. Demasiado pesado e altamente burocratizado, o Estado já não poderia manter o sistema de proteção social em vigor, sob pena de desincentivar o trabalho — dadas as garantias oferecidas aos desempregados — e desestimular o investimento produtivo por conta da alta taxa-ção sobre os lucros. A partir desta constatação, os neoliberais defenderiam o desmonte do Estado interventor e decretariam a supremacia da Lei de Say, de acordo com a qual a oferta cria sua própria demanda, sendo desnecessária, ou mesmo prejudicial, a atuação institucional para além de seu objetivo de permitir que o capital cumpra o papel de garantir sua reprodução continuada (v. MALTHUS, Thomas Robert). A desorganização social tornar-se-ia secundária desde que as instituições não fossem ameaçadas (v. Governabilidade & Oposição/Situação). O crescimento econômico futuro é dissociado da ação estatal no sentido de promover políticas sociais e de pleno emprego, consideradas como fontes de desequilíbrios econômicos artificiais. Ao provocarem uma alta muito grande dos salários, as políticas de pleno emprego constituiriam um distúrbio, cuja solução só poderia ser encontrada na livre ação do mercado (v. Darwinismo Social). Ao condenarem tais políticas, os neoliberais atingem em cheio os sindicatos, cuja pressão sobre o Estado no sentido de garantir as políticas sociais como direitos seria acusada de provocar desequilíbrios constantes. Assim, depreciando a classe operária, os novos agentes do liberalismo condenam os sindicatos a uma posição defensiva. Os benefícios conquistados deixam de ser vistos como direitos e são agora percebidos como distúrbios a serem superados pelo mercado. Deste modo, tal como se observou durante o governo Thatcher, a direita busca reduzir a importância dos sindicatos na sociedade como meio de liberar a via para a consecução das reformas pró-mercado (v. Consenso de Washington).

Valéria Marques Lobo

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília, Ed. da UNB, 1986.

BRUNHOFF, Suzanne. A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.

DAHRENDORF, Ralf. O Conflito Social Moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro/São Paulo, Zahar/EDUSP, 1992.

MOSCA, Gaetano. História das Doutrinas Políticas. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado. São Paulo, Brasiliense, 1989.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus. Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.

OLSON, Mancur. The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation, and Social Rigidities. Yale University Press, 1982.

PANITCH, L. Os Sindicatos e o Estado no Capitalismo Avançado. In: **Revista de Cultura e Política**. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1987 (nº 5 e 6, abr/jun e jul/set).

SIONISMO (DE DIREITA). A história do sionismo revisionista em seus anos iniciais está inextricavelmente associada à história de vida de seu fundador e líder, Ze'ev Jabotinsky (1880 – 1940). Jabotinsky nasceu em uma família de classe média judia assimilada em Odessa, na Rússia, e foi exposto desde jovem a círculos intelectuais judeus. No outono de 1898, mudou-se para Roma para continuar seus estudos na Universidade de Roma. A Itália tornou-se sua pátria espiritual, o lugar onde sua visão ideológica e social foi moldada. Jabotinsky retornou à Rússia em 1901 e atuou como jornalista, autor e tradutor, mas também deu seus primeiros passos como ideólogo sionista e ativista.

A criação da legião judaica foi o primeiro grande ato político de Jabotinsky como um líder sionista e a realização de algumas de suas primeiras formulações ideológicas que o diferenciavam da cada vez mais dominante ala esquerda sionista. Em 1912, em um artigo intitulado *O Rebelde*, Jabotinsky atacou os sionistas socialistas, que alegavam que questões sociais e de classe eram mais importantes do que as nacionais. Ele argumentou que sua experiência como estudante na Itália lhe ensinou que a criação de um lar nacional deveria ser o único objetivo de um movimento nacionalista. A esquerda, escreveu

ele, estava obcecada em lutar sobre a natureza do futuro Estado, enquanto a única preocupação do movimento sionista deveria ser a construção de um Estado-nação judeu.

Os sionistas socialistas procuraram construir uma nova identidade judaica que seria capaz de enfrentar potenciais conflitos na nova terra natal. A ideia do novo judeu como um forte pioneiro que moldou ativamente seu destino e era assim diametralmente oposta ao velho judeu foi criada. Em contraste com os conceitos associados ao novo judeu, por exemplo, uma forte identidade de construção da nação, o Holocausto passou a ser visto como uma derrota judaica. Suas vítimas foram censuradas por terem permitido que os nazistas os matassem sem lutar por suas vidas ou pelo menos pelo direito de “morrer com honra”. O sionismo responsável pela construção do Estado de Israel imaginava que uma identidade judaica israelense substituiria as ideias anteriores sobre o judaísmo associado à existência judaica pré-estatal, mas paradoxalmente também dependia dessas ideias como parte de seus mitos fundadores.

Alguns sionistas socialistas apoiaram a formação de legiões trabalhistas que operariam sob os auspícios do exército britânico, mas se concentrariam em tarefas civis. Jabotinsky se opôs fortemente a tais unidades, argumentando que apenas a participação militar ativa na libertação da terra, mesmo com um número limitado de soldados, concederia legitimidade moral à reivindicação judaica de um lar nacional na Palestina.

Os revisionistas da Palestina do Mandato Britânico eram parte de um partido liberal clássico do século XIX. No centro da visão do revisionismo sionista como um movimento liberal está uma distinção entre a ala radical maximalista do Partido Revisionista, liderado por Abba Achimeir (1897 – 1962), Yehoshua Heschel Yevin (1891 – 1970) e Uri Zvi Greenberg (1894 – 1981), e o mainstream do movimento, que era liderado por Jabotinsky. Os primeiros são retratados como um grupo marginal que abraçou abertamente o fascismo, enquanto o segundo é retratado como defensor de uma economia liberal e da classe média judaica.

De meados da década de 1970 até o início dos anos 1990 qualquer discussão sobre o legado do pensamento revisionista teria se concentrado na liderança da direita israelense na luta pela “Grande Israel”. O partido Likud, herdeiro do revisionismo, tem sido considerado, em geral, como o discurso israelense

e sionista como o movimento que luta pelo direito do povo judeu à Terra de Israel. Sob a liderança de Menachem Begin, que sucedeu Jabotinsky como líder do revisionismo, o movimento continuou a tradição do Irgun, que se via como a vanguarda na luta pela independência da nação. E a principal política do Likud, quando esteve no poder de 1977 a 1992, foi o estabelecimento de assentamentos judeus nos territórios ocupados por Israel na guerra de 1967 e a garantia do domínio de Israel sobre esses territórios.

A política da “Grande Israel”, que era a principal característica política de Herut e, mais tarde, do Likud, não foi, no entanto, a única razão para o sucesso político do Likud desde 1977. Um fator principal na ascensão ao poder da direita israelense naquele ano foi a mudança na orientação política entre os judeus Mizrahim, judeus provenientes de países árabes e muçulmanos. O Likud permitiu que essa população mudasse sua luta pelo status na sociedade israelense para o campo político. Em troca, os judeus Mizrahim abraçaram os mitos, símbolos e slogans da direita Sionista, cujos líderes também foram marginalizados pela antiga liderança sionista e, como os judeus Mizrahim, marginalizados pela elite política do partido Trabalhista.

Com a ascensão de uma nova geração de líderes do Likud na década de 1990, no entanto, alguns elementos do movimento revisionista tentaram reverter seus princípios fundadores. Benjamin Netanyahu, o líder que trouxe o Likud de volta ao poder em 1996, percebeu que o partido tinha que se reinventar para atender às demandas sociais e culturais da maioria de seus apoiadores. Netanyahu retratou a si mesmo e seu movimento como a liderança da luta do povo pela libertação do domínio cultural e ideológico das velhas elites da esquerda. Ele pediu a criação de novas instituições acadêmicas e meios de comunicação que permitiriam o desenvolvimento de uma cultura israelense alternativa independente das instituições estabelecidas. Sua ascensão ao poder simbolizou o declínio de certos aspectos do revisionismo de Begin, que se concentrou quase exclusivamente na questão da Terra de Israel e marcou uma tentativa de reconstituir a direita Sionista como uma força cultural e social.

Os partidários de Netanyahu criaram um centro de pesquisa acadêmica, o Shalem Center, e uma publicação, Azure, para liderar a batalha intelectual e cultural contra a esquerda. Na primeira edição de Azure, os editores afirmaram que a direção em que a elite intelectual e política de Israel liderava

a nação estava baseada em uma visão de mundo que se opunha a tudo o que aceitava o elo fundamental entre o Estado judeu e o povo judeu. Netanyahu e seus partidários queriam desafiar a herança intelectual e cultural do partido Trabalhista e reviver o ideal de Jabotinsky — criar uma cultura nacional para a nação judaica que não precisasse fazer compromissos, incluindo os territoriais, em nome de valores universais.

Embora Netanyahu e seus partidários tenham tentado reviver alguns elementos do revisionismo, ele e seu partido eram principalmente um partido político. Outros grupos, no entanto, lideraram uma batalha cultural contra o partido Trabalhista e sua herança, uma batalha que reflete as recentes mudanças fundamentais na sociedade israelense. Os dois principais grupos que lideraram o movimento contra o establishment sionista de esquerda foram Shas, o movimento ultraortodoxo sefardita, bem como um grupo mais vagamente definido de intelectuais pós-sionistas, principalmente acadêmicos e escritores, que ofereceram uma crítica pós-moderna ao sionismo de esquerda. O revisionismo foi, em primeiro lugar, um ataque à modernidade; foi uma tentativa de rever o curso da história judaica e libertá-la de ideais como progresso, racionalidade e direitos universais. No final do século XX, os debates pós-sionistas reacenderam alguns temas que a primeira geração de revisionistas explorou: eles trouxeram o conflito entre os adeptos do Iluminismo e seus críticos de volta ao centro da discussão pública israelense. Os pós-sionistas redesenharam as linhas do debate político em Israel entre esquerda e direita, devolvendo os críticos da esquerda ao papel que ocuparam no período entre guerras como os opositores do projeto Iluminista e seus valores fundamentais.

Karina Stange Kaladrin

Sugestões bibliográficas:

AVINERI, Shlomo. **The Making of Modern Zionism**. New York, 1981.

KAPLAN, Eran. **The Jewish Radical Right: Revisionist Zionism and its ideological legacy**. University of Wisconsin Press, 2005.

MORRIS, Benny. **Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict 1881–1999**. New York, 1999.

PAPPE, Ilan. **Critique and Agenda: The Post-Zionist Scholars in Israel. History and Memory**, 1995.

SHAVIT, Yaacov. **Jabotinsky and the Revisionist Movement**. London, 1988.

SKINHEADS. O movimento skinhead é uma forma de cultura urbana que se expandiu desde os anos de 1970 entre a juventude e está fundado no culto à violência, na aparição simbólica e ideológica dos temas fundamentais da extrema-direita, no uso de uma estética que se manifesta em vestimentas e traços físicos característicos (cabeça raspada, tatuagem, uniforme paramilitar), assim como pelo gosto por uma música derivada do rock punk: a *oi music* (v. Rock-and-Roll). Nos EUA e na Europa, particularmente em certos países da Europa do Norte (Alemanha, Suécia e Noruega) ou central e oriental (República Tcheca, Eslováquia, Hungria), os skinheads são alguns milhares e são responsáveis por uma boa parte da violência contra algumas minorias (*tsigane*, particularmente na Europa do Leste), assim como pela atividade militante neonazista (v. Comportamento). É necessário bem compreender que o movimento skinhead não está organizado segundo uma lógica nacional e sim supranacional: há grupos em todos os países da Europa, nos EUA e no Canadá, na Austrália e Nova Zelândia, assim como na maior parte dos países da América Latina (v. Neofascismo na Alemanha & Neofascismo na Rússia). Eles intercambiam jornais, participam de algumas manifestações comuns e se comunicam pela Internet. Além disso, a tecnologia do CD tem permitido a grupos musicais vender suas produções a baixo preço e para além das fronteiras do país de que um grupo skin é originário (assim, na França, foram vendidos CDs de grupos skins brasileiros em 1998). (v. Guerra & Skinheads e Anomia).

Historicamente, o movimento skinhead apareceu no interior da classe operária da Grã-Bretanha por volta de 1968. Tratava-se de uma revolta antiburguesa que reivindicava os valores da comunidade e da solidariedade da classe operária, um fenômeno de banda e de moda em que o racismo estava ausente: os skinheads escutavam duas variedades de música negra, o *ska* e o *steady beat*. (v. Burocracia & Tradição) Depois, no começo dos anos de 1970, ocor-

reu uma evolução fundamental: os jovens trabalhadores brancos e os jovens negros divergiram musicalmente quando o *reggae* se tornou uma música de reivindicação cultural do *rastafarismo*. O movimento skinhead cessa, então, de ser multirracial e a radicalização ideológica dos skinheads começa: alguns tornam-se membros do *National Front* ou do *British Movement*, outros engrossam a fila dos hooligans nos estádios de futebol (v. Esporte). Esse movimento se acentua no começo dos anos de 1980: os skinheads aparecem nos EUA e na Europa Ocidental, a música *oi* exalta mais abertamente a superioridade racial da raça branca, a violência contra estrangeiros, a apologia ao Terceiro Reich. Um *cultgroup* domina essa cena musical de 1976 até 1993: Skrewdriver, dirigido pelo inglês neonazista Ian Stuart Donaldson (v. Neorracismo Diferencialista & Revisionismo/Negacionismo).

A cultura skinhead se difunde principalmente através de pequenos jornais que circulam entre militantes: os fanzines. A música é sempre chamada *oi* ou *white power rock* — é o elemento unificador do movimento, vendido por correspondência e por firmas especializadas. Ela gera alguns ganhos financeiros substanciais que são em parte reinvestidos na ação política. Desde mais ou menos três anos, o movimento se dividiu, em plano mundial, em várias facções que concorrem entre si de forma impiedosa: por um lado, os *Hammerskins*, de origem americana, ligados em sua origem aos grupos religiosos neopagãos dos *Identity Churches*, como *Aryan Nation* ou a *Igreja do Criador*; por outro, o movimento *Blood and Honour*, de origem britânica, próximo dos neonazistas terroristas de *Combat 18* (v. Lobos Brancos (White Wolves) & Combat 18). As principais sociedades de produção de música skinhead são a *Resistance Records* nos EUA (onde existem cerca de 3000 skinheads) e *Nordland* na Suécia (2 a 3 mil militantes), e ambas editam os magazines mais importantes no cenário mundial (cerca de 12 mil exemplares). Entretanto, é na Europa Oriental que o fenômeno tem conhecido crescente inquietude: na República Tcheca e na Eslováquia, os skinheads são os responsáveis pelas numerosas violências contra os gitanos (os *Roms*). Na Alemanha, nas antigas Landers da RDA, eles estão na origem dos ataques mortíferos aos lares de imigrantes asilados (v. Alteridade & Inimigo). Na Hungria, eles compõem o essencial do movimento neonazista reagrupado em torno do antigo deputado Izabella Kiraly. É, entretanto, difícil para os partidos de extrema-direita tradicionais recuperar o movimento skinhead (v. Partido Político de Direita). De

fato, este se mostra rebelde a qualquer forma de organização e de disciplina partidária (v. Conservadorismo). Daí que se venha a distinguir, como fez Patrick Moreau para os skinheads alemães, os *patei skins*, filiados a ou próximos de um partido extremista, e os skins *apolíticos* que, em tudo professando os valores racistas, não são explicitamente militantes. Existe do outro lado da Europa um movimento skinhead antifascista, os *redskins*, próximos da extrema-esquerda autônoma ou do anarquismo (v. Fascismo & Nouvelle Droite).

Jean-Yves Camus

Referências Bibliográficas :

ANTI-DEFATION LEAGUE : The skinhead international. New-York, ADL, 1995.

HUBERT, Daniel; CLAUDE, Yves. Les skinheads et l'extrême-droite. Montreal, 1991.

LOOW, Hélène. Nazismen i Sverige 1980–1997 : den rasistiska undergroundrelsen, musiken, myterna, riterna. Stockholm, Ordfront forlag, 1998.

MORREAU, Patrick. Les héritiers du III^e Reich. Paris, Seuil, 1994.

RAMET, Petra. Rocking the state: rock music and politics in Eastern Europe and Russia. Boulder, Westview Press, 1994.

SKINHEADS E ANOMIA. Movimento social que se originou em Londres nos anos de 1970 como reação ao desemprego e à pauperização das classes trabalhadoras, sendo composto por jovens, em sua maioria, do sexo masculino. Identificavam-se tais grupos pelo seu visual e por seu comportamento agressivo: cabeças raspadas, uso de jaquetas e coturnos semelhantes aos de militares e calças típicas de operários, os autodenominados skinheads ou nazi-skins andavam em bandos pela periferia da cidade, em bares e praças ou nos estádios de futebol (v. Guerra & Esporte). Não se comprometiam, entretanto, com qualquer tipo de militância, até que, com o agravamento da crise econômica, direcionaram seus ressentimentos contra imigrantes e asiáticos, vistos como os seus concorrentes no mercado de trabalho (v. Europa & Inimigo). Da Inglaterra, esta subcultura inspira outros jovens proletários em diversos países do Ocidente (Espanha, Alemanha, Itália, Bélgica, Suécia, Brasil)

e também nos países do Leste-Europeu pós-comunista (como a antiga República Democrática Alemã, Hungria, República Tcheca, Polônia e Romênia), onde suas práticas são declaradamente fascistas (v. Fascismo). Embora não se possa tratá-los como um grupo homogêneo (posto que não possuem organicidade interna), alguns comportamentos e atitudes lhes são comuns: o primeiro deles diz respeito à sua forma de autorrepresentação, pois utilizam-se de símbolos nazistas, soco inglês, canivetes e pedaços de pau; suas roupas são proposadamente puídas e sua linguagem proposadamente chula, muito provavelmente para provocar rejeição da sociedade, o que reflete também sua auto-rejeição (v. Punk: conceito e comportamento & Rock-and-Roll). Entendem-se como os lixos da sociedade, porquanto inferiores socialmente, e é justamente a partir desta condição que retiram elementos para a construção de sua identidade, como que afirmando, *nós somos tudo isto, mas estamos unidos* (v. Natureza & Alteridade). E se agradam do medo e da aversão que os outros nutrem por eles. Trata-se de uma solidariedade negativa ou, no limite, uma forma de liberar seu instinto de destruição e de autodestruição. À identidade de pobre e marginal, associe-se o sentimento de pertencimento a um determinado território, donde sua hostilidade para com o estrangeiro (“o outro”) e sua ênfase no nacionalismo (v. Conservadorismo). Entretanto, este nacionalismo não deve ser entendido como sinônimo daquele que se desenvolveu no final do século XIX. O termo nação, para eles, é um substitutivo para tribo, ou, mais primitivamente, *habitat*. Como adolescentes, identificam-se muito mais com seu bairro e sua turma do que com a nação (v. Juventude). Nesse sentido, proteger de invasões seu pequeno espaço e temer a chegada de outros que ocupem seu lugar expressam a necessidade de delimitar fronteiras, tanto geográficas quanto existenciais. Esta agorafobia é entendida por Márcia Regina Costa como uma disputa que se desenvolve justamente num contexto em que o processo de globalização e desterritorialização, característico do mundo contemporâneo, tende a eliminar todas as particularidades culturais com que aqueles jovens podiam se identificar (p.258). (v. Democracia). Por isto, a regressão para um comportamento tribal deve ser considerada como um mecanismo mais ou menos inconsciente de despertar seu instinto de preservação. Sendo assim, quando empregam o termo pátria, bairro, nação ou estado, estão na verdade querendo o seu instável lugar de fixação (v. Neofascismo na Alemanha & Neofascismo na Rússia). Uma outra característica a assinalar é

o “culto ao corpo”. Os *skins* esforçam-se para aparecer como *fortes, sadios e limpos*. Detecta-se aí um sentimento narcisista, mas também uma atitude derivada da cultura política que se desenvolveu no final do século XIX: a crença na superioridade biológica do ariano, motivo pelo qual seu ódio a membros de outras etnias é explícita e agressivamente manifesto (v. Eugenia). O impulso à destruição e à autodestruição, o racismo, a xenofobia e o narcisismo se somam à prática da violência, expressa, por exemplo, em suas canções:

(...) *Nós não estupramos uma mulher africana, afinal, as africanas são tão somente fêmeas, (...) Se chegarem perto de nós morre na hora (...), Os asiáticos fedem (...), Os nordestinos que saiam daqui (...)*

são frases que evidenciam o desejo de subjugar outras etnias, senão militar ou politicamente, por meio de seus corpos. Mas matar, surrar, espancar, aterrorizar, escarnecer dos mais fracos são práticas que estão a falar também da necessidade de exorcizar seu próprio medo. Afinal, o medo, segundo os psiquiatras, suscita uma agressividade muito mais intensa do que o ódio por algo ou alguém. Por essa razão, pode-se entender o espancamento ou o homicídio praticado por este grupo como um rito de iniciação (todo aspirante a *skinhead* tem de cometer um atentado para ser aceito na tribo), como uma forma de inaugurar uma nova vida: ao serem aceitos na tribo, sentem-se fortes e protegidos. E é por isto também que se pode compreender sua adesão a movimentos de ultradireita: a angústia quanto a seu futuro e a ausência de um passado que lhes sirva de referência, uma vez que rejeitam sua própria história, canalizam, na maioria das vezes, as suas energias em busca de um líder forte e de um Estado protetor. Não por acaso, eles têm-se vinculado a partidos políticos como o *Partido Republicano Alemão* (REP), o *Partido Liberal da Áustria* (FPO) a Frente Nacional na França, o *Movimento Sociale Italiano*, o *British National Front* na Inglaterra, o *Movimento Europeu Social* na Suécia, a Ku Klux Klan nos Estados Unidos e o *Partido de Reedificação da Ordem Nacional* (PRONA) no Brasil. E, no Leste-Europeu, aproximam-se cada vez mais da ideologia nacional-socialista e de suas utopias totalitárias. Se a tendência ao extremismo político for confirmada e as autoridades oficiais continuarem a tratar tais grupos como meros delinquentes, estes e sua liderança sentir-se-ão mais seguros para coordenar as *guerras moleculares* praticadas, entre

outros, pelos *skins*, em favor de seus anseios e os dos grupos que querem ver no poder (v. Enéas Ferreira Carneiro: Fenômeno Político).

Marion Brepohl de Magalhães

Referências Bibliográficas:

BACKES, Uwe; JESSE, Ehard. Politischer Extremismus in der Bundesrepublik Deutschland. Bonn, Bundeszentrale für politische Bildung, 1993.

COSTA, Márcia Regina da. Os “carecas do subúrbio”: caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. Guerra Civil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOCKENOS, Paul. Livres para odiar: neonazistas, ameaça e poder. São Paulo, Scritta, 1995.

MERTEN, Otto. Rechtsradikale Gewalt im vereinigten Deutschland. Bonn, Bundeszentrale für politische Bildung, 1993.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE (TFP). Associação civil criada em 1960 pelo então professor de História da Civilização e de História Moderna e Contemporânea nas Universidades Católicas de São Paulo, Plínio Corrêa de Oliveira. Tem a sua origem vinculada à Ação Universitária Católica de São Paulo (UCA-1929), este sim um órgão político voltado para o combate das ideias liberais dentro da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (v. Partido Político de Direita). A TFP se formou a partir do lançamento do livro Revolução e Contrarrevolução no qual o seu autor, Plínio Corrêa de Oliveira, analisa a vida no Ocidente desde a Idade Média até os tempos modernos (v. Atraso & Coronelismo). Ainda em sua formação, contou com o aval de Dom Antônio de Castro Mayer, de Campos (RJ), e de Dom Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina (MG). Embora não seja um partido, a TFP transformou-se em um grupo político de extrema-direita que tem como base uma ideologia monarquista, anticomunista, antissocialista e

contrária às mudanças modernizadoras da Igreja Católica (v. Modernismo no Catolicismo & Rerum Novarum). A tradição na qual se refere a TFP é definida pelas palavras de Plínio de Oliveira como sendo

“a soma do passado com um presente que lhe seja afim. A tradição não pretende eliminar o progresso, mas salvá-lo dos desvios que o transformam em barbárie organizada.” (v. Conservadorismo no Brasil República).

E mais, a família

“é a família monogâmica, indissolúvel, numerosa, com muita solidariedade entre seus ramos mais distantes, que se perpetua através das gerações.” (v. Conservadorismo).

Para este fim, a relação sexual só é consentida para fins de procriação e a mulher, dentro desta visão tradicional, não é aceita como membro da associação, de modo a não ficar exposta. (v. Masculino/Feminino & Sexualidade) Por fim, entende-se como propriedade

“a propriedade familiar privada. Propriedade e domínio da coisa por uma família, para o bem de uma família e condicionada ao bem comum. A propriedade individual é um elemento da ordem natural das coisas.” (v. Camponês e Política)

A TFP é dirigida por um Conselho Nacional de vinte membros e por uma Diretoria Nacional para assuntos financeiros e administrativos. Reúne entre seus membros as grandes e tradicionais famílias do Brasil e o recrutamento de um novo militante é feito cuidadosamente através de entrevistas sobre as suas opiniões acerca de política e religião. Após esta fase, vem o período da persuasão, com reuniões e conferências onde a doutrina da TFP é exposta. A esses jovens é cobrado um comportamento rigidamente disciplinado com uma grande dedicação à associação. Nos anos de 1960, a TFP ganhou destaque como um dos grupos que clamaram a saída do presidente João Goulart, identificado como um partidário das ideias comunistas (v. Anticomunismo, Baderna & Ditadura). Em 1966, organizou uma campanha contra o divórcio,

na qual conseguiu um milhão de assinaturas (v. Aborto & Casamento). Dois anos depois, em 1968, voltava a organizar uma nova campanha, agora pela expulsão dos “padres comunistas” da Igreja Católica. Neste sentido, um dos alvos era o então arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, chamado de “arcebispo vermelho”. Com a nova campanha, a TFP conseguiu cerca de um milhão e seiscentas assinaturas. A TFP voltaria a ter destaque em 1993, quando foi organizado o plebiscito para definir a forma de governo a ser adotada no Brasil. Durante as campanhas, empenhou-se na defesa pela volta da Monarquia (v. Sociedade Civil).

Samantha Viz Quadrat

Referências Bibliográficas:

LIMA, Délcio Monteiro de. Os senhores da direita. Rio de Janeiro, Antares, 1980.
Revista Veja, 20.05.1970.

SOCIEDADE CIVIL. O termo “sociedade civil” é um dos mais controvertidos na história do pensamento social. O seu significado varia desde o sentido de ordem e racionalidade na convivência social até o de caos e incertezas no convívio entre os seres humanos (v. Oposição/Situação). O paradigma intelectual da direita tende a se situar próximo ao polo de ideias que enfatizam a dimensão da ordem e racionalidade no conceito de sociedade civil. Talvez seja a doutrina do jusnaturalismo a maior inspiradora do paradigma da direita no que diz respeito ao conceito de sociedade civil. De acordo com esta doutrina, a sociedade civil é equivalente à sociedade política, ou seja, aquela onde prevalece a racionalidade e a convivência civilizada opondo-se, portanto, ao “estado de natureza” no qual predominava as paixões, desejos e a insegurança própria da barbárie (v. Teoria Amigo-Inimigo). Os teóricos do contrato social — Hobbes, Locke, Rousseau, entre outros — embora divergentes quanto às soluções, concordavam que o dilema central da civilização estava em como criar ou instituir a ordem que garantisse ao mesmo tempo a obediência e a liberdade, ou seja, como construir o Estado. No entanto, certamente, o fiel da balança entre a díade obediência-liberdade pendia sempre, na concepção

dos contratualistas, especialmente para Hobbes, para o lado da obediência (v. Autarquia). Essa díade expressa bem a tensão e a direção entre o pensamento conservador e o liberal, pela ênfase que se coloca sobre um ou outro lado da balança: o primeiro na obediência e o segundo na liberdade (v. Partido Político de Direita). A solução kantiana que distingue, no plano individual, as dimensões do pensamento em que deveria estar a liberdade e da ação em que deveria estar a obediência, embora seja elegante e esteticamente bela, é puramente formal, deduzida da razão e, portanto, insuficiente para resolver a questão no plano do mundo sensível da política (v. SCHMITT, Carl). O pensamento conservador, ainda que comporte muita variação interna, sempre foi unânime em postular a equivalência do termo civil com a obrigação política, cuja decorrência “natural” seria o estabelecimento da ordem (v. Civismo & Conservadorismo). Mesmo Hegel, com sua dura crítica à doutrina do direito natural dos jusnaturalistas, não deixa de reafirmar a ideia de ordem política no seu conceito de sociedade civil (v. Revolução). Na concepção deste filósofo, a sociedade civil é um momento de transição entre o reino privado da família e o âmbito universal do Estado. A sociedade civil, de acordo com Hegel, ainda incorpora o egoísmo e os interesses privados dos membros da sociedade, mas também é regulada pelo Direito e leis do Estado ainda incipiente como corpo político organicamente totalizador (v. Liberalismo).

Nos dias de hoje, o pensamento político e social de direita tende a conceber a sociedade civil como o estado natural da sociedade regulada pelas leis e lógica próprias do mercado. Em oposição à ideia tradicional do pensamento clássico jusnaturalista que postulava a presença do Estado como fonte inspiradora e mantenedora da ordem, na concepção contemporânea da “nova direita” resgata-se a teoria spenceriana da suficiência das leis de mercado para regular e deixar florescer espontaneamente as regras de convivência social (v. Governabilidade). Ao Estado caberia o papel de no máximo supervisionar e corrigir, sem desfigurar, o sistema natural de desigualdades geradas pela própria natureza dos indivíduos e da competição econômica. (v. Darwinismo Social). A doutrina neoliberal do Estado mínimo expressa bem esta concepção (v. Estado do Bem-Estar Social). Por outro lado, entretanto, a concepção de sociedade civil da nova direita não prescinde dos postulados jusnaturalistas de que a harmonia social é consequência natural da racionalidade que preside

a *solidariedade orgânica*, para utilizar a terminologia durkheimiana, gerada “naturalmente” pela dinâmica da vida social (v. História).

Antonio Augusto Pereira Prates

Referências Bibliográficas:

AVERINI, Shlomo. *The Social & Political Thought of Karl Marx*. London, Cambridge University Press, 1975.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.

MACPHERSON, C.B. *A teoria política do Individualismo Possessivo*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

WEFFORT, C. Francisco (org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo, Editora Ática, 1991.

SOCIEDADE INTEGRAL. A ideia de sociedade que está na base do pensamento integralista constitui-se numa formulação ideológica de inclinação corporativista, apresentando-se como a possibilidade política de reequilíbrio da ordem social cindida pela modernidade industrial-capitalista (v. Integrismo). Estabelecendo como tarefa básica da sua práxis doutrinária o estímulo à conciliação entre as classes sociais, à colaboração entre os setores produtivos e à eliminação das disputas políticas, a sociedade integral é de fato uma proposta de natureza totalitária (v. Corporativismo: Teoria & Totalitarismo). Trata-se de um libelo contra o acirramento da luta de classes suscitado pelo comunismo, a modernização da economia acelerada pela mecanização do sistema produtivo e as conquistas promovidas pela experiência democrático-liberal no plano dos direitos do cidadão (v. Ideologia). Ao tomar como exemplo de perfeição o mundo estratificado da Europa medieval, este ideário regressista propugna uma sociedade hierarquizada na definição dos papéis dos sujeitos individuais e coletivos, católica quanto aos seus fundamentos religiosos, antilaica nas relações com o Estado e com as instituições e dis-

ciplinação para fomentar a fraternidade entre os diversos segmentos sociais (v. Antigo Regime & Autarquia). Uma organização social na qual as suas diferentes estruturas viveriam sob o signo da indistinção, ou seja, não existiriam necessariamente fronteiras amplas e profundas entre as esferas econômica, social, política e espiritual. De certa maneira, uma holística que toma de empréstimo da religião e da administração católica as diretrizes do seu projeto social (v. Catolicismo Social). Para dirigir esta sociedade haveria um Estado forte e centralizado, cuja responsabilidade principal seria organizar os meios econômicos e regular as relações de trabalho, estabelecer as normas da convivência social e proteger os princípios éticos e morais integralistas (v. Estatismo). Considerando as diferenças sociais como um acontecimento acidental na vida humana, o aparelho estatal seria composto de um conjunto de mecanismos voltados para a manutenção do equilíbrio entre as vontades e as capacidades individuais e os interesses coletivos (v. Sociedade Civil). Avesso à colaboração entre a ciência e a produção, o pensamento social integralista defende uma limitação preventiva dos “maquinismos” na economia, a fim de impedir a degeneração dos valores originais do trabalho. Como alternativa ao modelo urbano-industrial, sugere um tipo de sociedade de feições rurais, composta por pequenas comunidades autossuficientes cuja base econômica estivesse assentada no cooperativismo e em um mínimo de sofisticação dos instrumentos de produção (v. Plínio Salgado e a Teoria do Estado Integral).

Apropriando-se sem muito aprofundamento filosófico da terminologia do humanismo cristão, o ideário integralista pensa uma sociedade mantida pela mobilização constante dos chamados sentimentos profundos da alma humana — honra, bravura, lealdade, etc. — na vida cotidiana das pessoas (v. Guerra & Revolução). Em uma palavra, um empreendimento que emerge dos alicerces da liturgia romântica do século XIX, manifestando uma tendência anti-intelectualista, antirracionalista e anti-individualista em favor da reabilitação da plenitude do homem sufocada pela Modernidade. Para estabelecer definitivamente a sua essência sociológica, assim como o lugar de origem a partir do qual se instaura esta opção, ratifica sem cessar a distinção entre os conceitos de Comunidade — universo típico de relações sociais orgânicas, caracterizado pela proximidade solidária dos agentes sociais e pela valorização de um modo de vida bucólico e autossuficiente — e Sociedade — ordem social complexa marcada por contradições, tais como: o individualismo, o egoísmo

e a ambição expressos pela concorrência sem limites entre interesses particulares opostos (v. Conservadorismo & Liberalismo).

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Referências Bibliográficas:

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

ROMANO, Roberto. Conservadorismo Romântico: Origem do Totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1981. (série *Primeiros Vôos*)

SADEK, Maria Tereza Aina. Machiavel, Machiavéis: A Tragédia Octaviana. São Paulo, Símbolo, 1978.

TRINDADE, Héglio. O Integralismo: O Fascínio Brasileiro da Década de 30. São Paulo, Difel, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto. Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista. São Paulo, Brasiliense, 1979.

SOCIOBIOLOGIA. A sociobiologia é o ramo da etologia (especialidade da biologia que estuda o comportamento de animais e homens) que se interessa primariamente pelo comportamento *social*. A sua metodologia está fundada na utilização de modelos neodarwinistas aplicados aos dados tradicionais da própria etologia e da psicologia combinados à ecologia e à genética de populações, buscando determinar como os grupos sociais evoluem e se adaptam aos seus ambientes. É uma disciplina francamente darwinista, no sentido de conceder importância central à evolução do comportamento social com base no mecanismo da seleção natural. A sociobiologia é o corolário de uma série de novas teorias e modelos sobre o comportamento e sobre a seleção natural formulados nos anos de 1960 e 1970, sistematizados em duas obras de divulgação: *Sociobiology: The New Synthesis* (1975), de Edward O. Wilson, e *The Selfish Gene* (1976), de Richard Dawkins. Na origem da disciplina está a tentativa de se responder a uma das principais interrogações da ciência do comportamento: como é possível o altruísmo? Nesta tentativa, a sociobiologia cons-

truiu uma poderosa crítica às explicações propostas pela etologia clássica a respeito dos comportamentos sociais. Esta etologia — tal como formulada por K. Lorenz, N. Tinbergen, D. Morris, R. Ardrey e outros — estava fortemente baseada na noção de “instinto”, entendido como um comportamento estereotipado e imutável, e na ideia de que a seleção natural atua não sobre as variações individuais, como queria Charles Darwin, mas sobre grandes grupos de indivíduos, como as espécies no caso dos animais e raças e nações no caso dos humanos (v. Eugenia). A noção de que as adaptações comportamentais eram selecionadas com vistas ao “bem-da-espécie” foi apresentada muitas vezes de forma bastante ingênua: assim, a evidência de que os combates entre indivíduos da mesma espécie muitas vezes assumem uma forma ritualizada foi apresentado como uma adaptação para o benefício da espécie como um todo, sem nenhuma explicação dos mecanismos através dos quais os indivíduos possam retirar algum benefício desta fidelidade ao conceito, muito humano, de “espécie” (v. Guerra & Natureza).

A partir dos anos de 1970, uma série de autores (George C. Williams, John Maynard Smith, William D. Hamilton, Robert Trivers) passou a criticar essa perspectiva “holística” em alguns artigos semanais. A premissa básica destes trabalhos era — ao contrário da teoria do “bem-da-espécie” — baseada efetivamente no darwinismo: *a seleção natural atua sobre os genes e sobre suas “máquinas de sobrevivência” que são os organismos individuais*, e jamais sobre as espécies ou mesmo sobre entidades biologicamente fantasmagóricas como as raças ou as classes sociais (v. Liberalismo). Desta maneira, qualquer discussão sobre as sociedades animais — humanos incluídos — deve fazer referência às vantagens auferidas *pelos indivíduos* (v. Sociedade Civil). Assim, por exemplo, autores como J. Maynard Smith utilizaram-se da Teoria dos Jogos para mostrar que os combates ritualizados servem para que os indivíduos avaliem a força ou os recursos do oponente e possam fazer opções estratégicas, como lutar até a desistência do oponente mais fraco ou desistir perante um mais forte, preservando desta forma a possibilidade de que seus genes possam ser beneficiados em uma ocasião mais propícia. É claro que os animais nada sabem sobre genes: o que acontece é que a seleção natural eliminou aqueles indivíduos que simplesmente se atiravam ao combate sem uma avaliação de suas possibilidades de vitória — e que eventualmente acabavam por serem mortos — e aqueles indivíduos que sempre fugiam, permanecendo os genes

daqueles indivíduos que apresentavam um comportamento estratégico e oportunista. Isto acabou por se tornar um dos pontos básicos do raciocínio sociobiológico: os animais não agem por “instintos” (termo, aliás, ausente na maioria dos trabalhos de sociobiologia) imutáveis, mas antes têm a possibilidade de fazer opções dentro de uma gama herdada de comportamentos possíveis. É a partir deste princípio — de que a seleção natural atua sobre os genes — que se constituíram os conceitos básicos da sociobiologia, conceitos que tentam explicar o altruísmo com base nos benefícios para os indivíduos e seus genes. O primeiro destes conceitos é o de *aptidão inclusiva* (“inclusive fitness”): a seleção natural favorece aqueles comportamentos que difundem os genes de um indivíduo não apenas ao aumentar o número de seus próprios descendentes, como também os de seus parentes próximos, como irmãos e irmãs, que possuem muitos dos mesmos genes. O que a evolução privilegia é o comportamento que aumenta o total *inclusivo* dos genes de um indivíduo em gerações sucessivas e não simplesmente o comportamento que aumenta cegamente seus descendentes diretos. Daí advém o princípio da *seleção de parentesco* (“kin selection”): os indivíduos tenderão a ajudar mais a seus parentes próximos que carregam uma maior porcentagem de seus próprios genes. É isto que explica, em parte, a existência de indivíduos estéreis em várias espécies (como formigas e cupins): eles ajudam a reproduzir cópias de seus genes através de indivíduos aparentados férteis, como a rainha em uma colmeia (v. Darwinismo e Evolução). Os genes não precisam “conhecer” a árvore genealógica de seus possuidores, sendo suficiente que a seleção favoreça comportamentos vagos, como “ajude aqueles chimpanzés que cresceram junto de você!” ou “ajude aqueles castores que têm o mesmo cheiro que você!” (v. Evolucionismo).

E como explicar os comportamentos altruísticos, como muitos dos comportamentos humanos, dirigidos a indivíduos que não partilham os mesmos genes? Isto é explicado pelos sociobiólogos através do *altruísmo recíproco* (“reciprocal altruism”), conceito retirado diretamente da Teoria dos Jogos: a evolução favoreceu aqueles comportamentos baseados na estratégia do “tit for tat” (olho por olho), isto é, privilegiou os genes que levam os indivíduos a ajudarem não-parentes na medida, e somente na medida, em que exista uma expectativa de reciprocidade por parte do indivíduo que recebe o benefício. Os indivíduos que sempre agiram de forma totalmente egoísta, nunca

retribuindo os benefícios recebidos, acabaram por não receber mais benefícios, deixando de produzir novas cópias de seus próprios genes. Contudo, sempre que houver a possibilidade oportunista de se auferir algum benefício sem a devida reciprocidade é esperado pela teoria sociobiológica que surjam indivíduos abertamente egoístas (v. Teoria Amigo-Inimigo). Características humanas como a ética, a religião ou as leis possuem, para a sociobiologia, uma profunda razão de ser em termos de seleção natural: elas surgiram como mecanismos de punição aos indivíduos que procuram fugir da reciprocidade, fornecendo uma base para a vida social em uma espécie cuja principal adaptação é a produção de cultura. Fica difícil entender, a partir deste relato, como a sociobiologia ficou tão associada, especialmente pelos cientistas sociais, a uma crassa e vulgar *ideologia de direita*. Ora, a sociobiologia é um dos principais instrumentos teóricos formulados pelas ciências naturais para a crítica à ideologia biologista da direita: ela é antiessencialista na medida em que não aceita a existência de “instintos” imutáveis e sim de estratégias comportamentais flexíveis; ela critica, e mesmo ridiculariza, a ideia de que as raças e classes diferem em sua capacidade intelectual e em outros traços importantes por conta de diferenças genotípicas. Os socio-biólogos estão interessados nos *universais* da espécie humana, buscando explicá-los em termos de seleção natural, e aceitam plenamente o fato de que os seres humanos apresentam muitas características oriundas da cultura e não dos genes:

“Existe uma forte evidência de que quase todas, mas provavelmente não todas, as diferenças entre culturas têm sua base na aprendizagem e na socialização mais do que nos genes” (Edward O. Wilson);

“creio que finalmente será demonstrado que a maior parte das variações culturais entre os povos atuais não têm virtualmente nada a ver com suas diferenças genéticas” (Richard Alexander).

A sociobiologia merece ser criticada pelas *suas* falhas, que aliás são muitas — entre elas, um reducionismo muitas vezes crasso e um adaptacionismo muitas vezes ingênuo — e não pelos absurdos propostos pelo biologismo de direita. O fato, porém, é que a sociobiologia foi “lida” como uma forma moderna de darwinismo social, até mesmo por conta de um mau uso de metáforas (como a do

gene *egoísta*) pelos divulgadores da sociobiologia e pela presença de algumas inconsistências teóricas e metodológicas graves: Wilson, por exemplo, faz em vários momentos afirmações próximas às do darwinismo social, em contradição com os princípios de seleção do gene defendidos e divulgados por ele mesmo, além de cometer erros vulgares em matéria de antropologia. A leitura “social-darwinista” da sociobiologia foi feita tanto pelos críticos de esquerda (S. J. Gould, R. Lewontin, S. Rose, L. Kamin, M. Sahlins, P. Kitcher; muitos deles fazendo também críticas metodológicas e teóricas pertinentes) quanto por alguns membros da direita, que viram na sociobiologia uma confirmação “científica” de seus próprios preconceitos. Isto ocorreu principalmente na Europa, particularmente com o *National Front* inglês e a Nouvelle Droite, já que o materialismo e ateísmo abertos da sociobiologia exerceram relativamente pouca atração sobre a extrema-direita norte-americana, marcada pelo “evangelismo” da era Reagan (v. Fundamentalismo Cristão e Política). Na França, o principal teórico da Nouvelle Droite, Alain de Benoist, acolheu com entusiasmo a sociobiologia, imaginando que esta iria conferir dignidade “científica” à sua mescla de preconceitos retirados do darwinismo social e daquilo que os sociobiólogos chamam de “etologismo pop”, isto é, as obras de autores como R. Ardrey (*O Imperativo Territorial*) e D. Morris (*O Macaco Nu*). (v. Masculino/Feminino).

Segundo Alain de Benoist, a sociobiologia “prova” que as diferenças de classe correspondem a diferenças genéticas, que o homem apresenta um “instinto territorial” — ideia de R. Ardrey que é aceita por Wilson, mas que tem muito pouco a ver com a maior parte do que é feito em sociobiologia. Isto justificaria o racismo e xenofobia de Jean-Marie Le Pen e a perseguição aos imigrantes estrangeiros, assim como o ataque a toda forma de igualitarismo. (v. Neorracismo Diferencialista) Este é, por conseguinte, o paradoxo da sociobiologia: por um lado, tornar-se um dos principais paradigmas contemporâneos da biologia do comportamento; por outro, ser encarada por muitos como uma mera ideologia biologizante de direita. Obras como *O Animal Moral* (Robert Wright) ou o artigo de P. Bateson, citados na bibliografia, são indispensáveis para qualquer um que pretenda construir uma visão crítica e não preconceituosa desta importante corrente da biologia e antropologia contemporâneas (v. Conservadorismo).

João Azevedo Fernandes

Referências Bibliográficas:

BATESON, Patrick. "Sociobiologia e política humana". In ROSE, Steven; APPIGNANE-SI, Lisa(eds.), **Para Uma Nova Ciência**. Lisboa, Gradiva, 1989.

CRONIN, Helena. A Formiga e o Pavão: altruísmo e seleção sexual de Darwin até hoje. Campinas, Editora Papirus, 1995.

DAWKINS, Richard. O Gene Egoísta. Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia/EDUSP, 1979.

WILSON, Edward O. Da Natureza Humana. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1981.

WRIGHT, Robert. O Animal Moral. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

SOMBRA, Severino (Biografia Política). Nascido em Fortaleza (1907), após uma formação básica no Colégio Cearense da ordem marista, ingressou na Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro), vindo a se tornar tenente em 1931. Educado nos princípios do catolicismo praticante, dedicou-se desde cedo aos estudos humanísticos. Influenciado por pensadores católicos e pela doutrina social da Igreja, através da encíclica Rerum Novarum de Leão XIII, compartilhou do clima intelectual-reformista dos anos de 1930, tendo como expoentes Oliveira Vianna, Alberto Torres, Tristão de Athayde e Jackson de Figueiredo (v. Modernismo no Catolicismo).

Enquanto adepto de ideais conservadores, colocou-se imediatamente contra o liberalismo proposto pela Revolução de 1930 (v. Conservadorismo). Esta atitude lhe valeu uma punição em forma de prisão quando prestava serviço em Porto Alegre. As suas críticas naquele momento se dirigiam ao modelo de Estado e ao tratamento dispensado à questão social apresentados pelo Governo Provisório (v. Prussianismos Brasileiros). Do mesmo modo e em consonância com o pensamento integralista, foi anticomunista e crítico da sociedade industrial, identificando no laicismo, no materialismo e no capitalismo as fontes das desvirtudes do mundo moderno (v. Sociedade Integral). Depois de algum tempo escrevendo em jornais cearenses, utilizando o pseudônimo de Agathon, fundou em 1931 a Legião Cearense do Trabalho. Esta entidade foi

criada para organizar e representar os trabalhadores “desprotegidos e explorados”. A partir dela, Severino Sombra iria difundir a ideologia corporativista, centralizadora e antiliberal, baseando-se na tese da colaboração entre as classes sociais e visando construir uma sociedade sem conflitos, hierarquizada e disciplinada (v. Corporativismo: Teoria). A Legião funcionou até 1937, quando ocorreu a deflagração do golpe de Estado de 1937.

Com a intenção de pôr em prática o seu projeto de criação da Legião Brasileira do Trabalho, viajara em 1932 a São Paulo para um encontro com Plínio Salgado, convidado a ser o preposto legionário naquele estado. Ao defrontar-se com o início da Revolução Constitucionalista, decidiu retornar ao Ceará com o propósito de organizar uma força de apoio àquele movimento antigovernista. Quando chegou a Fortaleza, foi preso e em seguida exilado em Portugal, passando um ano naquele país. Após seu retorno ao Brasil, teve uma breve passagem pela Ação Integralista Brasileira, rompendo definitivamente com o integralismo três meses depois. Durante o Congresso de Vitória (fevereiro de 1934), chegou a concorrer com Plínio Salgado pela direção daquela entidade, sendo derrotado pela vontade da ampla maioria dos congressistas. Como a Legião Cearense do Trabalho tinha se filiado à AIB, Sombra funda uma nova entidade, a “Campanha Legionária”, disputando a liderança operária com os seus antigos aliados e com os adversários da esquerda. Em 1954, retorna à política, candidatando-se a deputado federal pelo PSD. A sua militância se caracterizou pela veemência de seus discursos, sua atitude voluntarista e messiânica diante dos obstáculos reais e imaginários para a divulgação do legionarismo. Para isto, contou com o apoio estratégico da Igreja Católica através dos Círculos Operários Católicos, da União dos Moços Católicos, etc. Publicou o livro doutrinário “Ideal Legionário”, no qual apresentava aos seus seguidores o conjunto de valores e de normas que deveriam ser seguidos pelo legionário (v. Liga Eleitoral Católica).

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Referências Bibliográficas:

CORDEIRO Jr, Raimundo Barroso. A Legião do Trabalho: Política e Imaginário no Integralismo Cearense (1931–1937). Fortaleza, Tese de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1992. (mimeo.)

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O Integralismo no Ceará: Variações Ideológicas. Fortaleza, IOCE, 1986.

PARENTE, Josênio C. Anauê: Os Camisas Verdes no Poder. Fortaleza, Edições UFC, 1986.

PONTE, Sebastião Rogério Barros da. A Legião Cearense do Trabalho. In: SOUZA, Simone (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza, UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989. Pp. 359–375.

TRINDADE, Héglio. O Integralismo: O Fascínio Brasileiro da Década de 30. São Paulo, Difel, 1979.

SPEER, Albert (1905-Manheim/1981-Londres). Arquiteto e político alemão, a sua carreira política teve início em 1931, quando se filiou ao Partido Nacional-Socialista (v. Arquitetura). Simpatizou-se com Hitler, o Führer, deste a primeira vez que o viu. Apresentado a Goebbels, terceiro homem no partido, logo chega a conhecer Hitler pessoalmente através dos trabalhos em que fez construir, num monumental estilo neoclássico, a grande chancelaria (destruída) e remodelou o campo de Marte (v. Guerra & Ideologia). Em 1933, liderou em Tempelhof, no auge do prestígio de Hitler, uma grande manifestação de apoio ao Partido, durante a qual se comemorou o dia nacional do trabalho, maior demonstração de massas que a Alemanha jamais tinha visto (v. Fascismo na Alemanha). Em reconhecimento ao seu trabalho, Hitler confiou-lhe a construção da nova sede da organização nazista em Nuremberg. Inspirava-se em Karl Friedrich Schinkel (1781 – 1841), grande arquiteto que praticamente reconstituiu Berlin e Potsdam (v. Arte Degenerada & Fascismo).

Filho de uma família de classe média, teve uma vida tranquila, tendo captado ideias autoritárias em sua terra, além da ideia do papel central que a Alemanha deveria ter como Nação (v. Pangermanismo & Völkisch). Teve uma rápida ascensão no Partido nazista, chegando a ministro de Armas e Munições em fevereiro de 1942 e ministro da Economia de Dönitz em 1945. Nesta função, promoveu a mobilização total da Alemanha, levando a produção bélica a um nível monumental para a época e contrastante com os períodos anteriores

(v. Armamentismo). Íntimo do Führer, manteve-se sempre a par de todas as ações do governo nazista, embora tenha tentado colocar a culpa somente em Hitler durante o julgamento de Nuremberg e tenha relatado que nada sabia. Por fim, foi o único que se responsabilizou pelos crimes de guerra de que foi acusado (v. EICHMANN, O Caso).

Autoritário e criativo, formou batalhões de operários-escravos e ainda colaborou com a SS na montagem dos campos de concentração (v. Repressão e Violência). Foi condenado a 20 anos de prisão no julgamento de Nuremberg, juntamente com Baldur von Schirach, líder da juventude nazista. Cumpriu a sentença em Spandau, onde escreveu diários secretos. Após a libertação, publicou-os num livro intitulado: “Spandau, os diários secretos”. Mais tarde, escreve “Por dentro do Terceiro Reich”, no qual tenta dar a impressão de que os nazistas eram vítimas e denuncia a cumplicidade implícita do povo alemão. Morre aos 76 anos em Londres (v. Historiografia do Fascismo).

Marcelo Solino Cristino

Referências Bibliográficas:

SHIRER, William L. Ascensão e queda do Terceiro Reich. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 3 vols.

SPEER, Albert. Por dentro do Terceiro Reich. São Paulo, Círculo do livro, 1975.

SPEER, Albert. Spandau, os diários secretos. Rio de Janeiro, Artnova, 1977.

SUÁSTICA. Considerada um dos antigos símbolos produzidos pelo ser humano. Ela pode ser encontrada nas inscrições rupestres das paredes das cavernas habitadas pelo homem pré-histórico. Diversas civilizações antigas a conheceram, sendo, inclusive, venerada por algumas. Segundo o escritor René Guenon, similares da suástica eram reproduzidos pelos antigos chineses para caracterizar “(...) a dupla ação da força cósmica, que no fundo é a mesma coisa, sob todos os aspectos, que a dualidade do Ying e do Yang”. Jean-Michel Angebert registra a hipótese enunciada por autores ligados às tradições herméticas, segundo os quais a suástica era utilizada em antigos ritos bramânicos

com a finalidade de gerar o *fogo sagrado*. A sua imagem poderia também ser notada nos vestígios de Tróia, na simbologia do budismo japonês, na Assíria, na Caldéia, no Egito e na Fenícia. É o que argumentam Louis Pauwels e Jacques Bergier, autores de um dos clássicos do realismo fantástico. Em *Os Arcanos Negros do Hitlerismo*, Robert Ambelain associa os *significados ocultos* da suástica às tradições numerológicas arcaicas, à geomancia árabe, ao *I Ching* e até mesmo à *Kabalah* judaica. Apropriada pelo cristianismo primitivo como representação alegórica do instrumento do martírio de Jesus, a cruz gamada apareceria na história do cristianismo ocidental nos altares e nos outros locais de culto frequentados pelos cátaros da França meridional. Objeto das mais diversas estilizações, adquiriria na história do ocidente o *status* de um dos mais representativos signos da cultura esotérica. É nessa condição que o signo vai ser apropriado pelo nacional-socialismo (v. Ideologia & Sigma). Antes do aparecimento formal do partido nacional-socialista, existiram no mundo germânico algumas sociedades mítico-políticas nas quais se fundiam o cultivo dos mitos nórdico-germânicos, o nacionalismo e o antissemitismo (v. Liga Pangermânica & Reich). Destas sociedades, as mais importantes eram: *Thule Gesellschaft*, a *Ordem do Vril*, a *Ahnenerbe* e a *Germanenorden* (Ordem dos Germanos). Tais entidades aglutinavam em seu seio indivíduos interessados no estudo das origens dos povos indo-europeus, na veneração do martelo de Thor, na manifestação de seu inconformismo frente aos termos do Tratado de Versalhes e na militância antiliberal e antissocialista (v. Chauvinismo & Völkisch). O mais importante destes grupos, a *Thule Gesellschaft*, possuía como símbolo principal a cruz suástica (v. Política & Revolução). Estando a sua base de atuação na região da Baviera, foi a matriz do DAP (*Deutsche Arbeiterpartei* — Partido dos Trabalhadores Alemães), fundado na cidade de Munique em 1918. É este partido que recebe em suas fileiras o ex-cabo de uma divisão bávara do Reichswehr, Adolf Hitler, cujo ingresso no partido, segundo Bernstein e Milza, ocorreu na qualidade de agente de informações do exército.

Uma vez inscrito no DAP, Hitler conheceria uma ascensão vertiginosa na estrutura deste partido, tendo logrado já no ano de 1920 a sua máxima direção (v. Fascismo na Alemanha). É a partir de tal posição que ele orientará a redação do programa de 25 pontos do partido, a sua mudança de nome para NS-DAP (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei) e a adoção da suástica como símbolo também do partido. De acordo com o relato de Giorgio Galli, ao

sugerir a adoção da suástica como símbolo do NSDAP, Hitler teria tido também a preocupação de inverter a posição deste signo de sua forma levogira — tal como era utilizada pelos adeptos da *Thule* — para o sentido dextrogiro. Segundo as investigações de Jean-Michel Angebert, a inversão do sentido da suástica representou um ato repleto de implicações esotéricas, uma vez que, no dizer de seus adeptos, a suástica em seu sentido sinistrogira, tal como foi utilizada pelos hindus, representaria a ação das forças do destino sobre o homem. Já em sua versão dextrogiro, que passaria a figurar nos estandartes nazistas, associar-se-ia à ação do homem contra o destino, podendo atrair a energia “concentrada de raios de fogo interior” ou mesmo “as forças maléficas do universo” para se constituir, assim, em um “sinal de catástrofe e morte” (v. Guerra & Modernismo nas Artes). Variações da suástica também foram utilizadas por outros movimentos de inspiração fascista ou fascizante, como as *cruzes sagitadas* na Hungria (v. Fascismo).

Muniz Ferreira

Referências Bibliográficas:

AMBERLAIN, Robert. Os arcanos negros do hitlerismo. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

ANGEBERT, Jean-Michel. Hitler e as religiões da suástica. Lisboa, Livraria Bertrand.

BERSTEIN, S.; MILZA, P. Dictionnaire historique des fascismes e du nazisme. Bruxelles, Éditions Complexe.

GALLI, Giorgio. Hitler e o nazismo mágico. Lisboa, Edições 70.

PAUWELS, Louis; BERGIER, Jacques. O despertar dos mágicos. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.

SUBSECRETARÍA DE INFORMACIONES. Sob controle de Raúl Alejandro Apold, a *Subsecretaría de Informaciones* — órgão peronista equivalente ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo no Brasil — atuou juntamente com a *Secretaría de Prensa e Difusión* no sentido de divulgar a doutrina justicialista, dar publicidade às realizações governamentais e ressal-

tar a figura de Perón e Evita, aspectos que, nas palavras de Mariano Plotkin, visavam *peronizar* o Estado e a Sociedade (v. Direita Argentina). Utilizando diversas técnicas de propaganda inspiradas no fascismo, empenhada mais em impressionar e sugerir do que convencer e explicar, a *Subsecretaría* organizou diversas manifestações em torno dos princípios de fidelidade à nação e às lideranças (v. Baderna & Serviço Nacional de Informações). Neste sentido, Apold foi responsável por um dos *slogans* mais famosos do peronismo, “Perón cumple, Evita dignifica”, além de organizar diversos rituais cívicos, como a eleição da Rainha Nacional do Trabalho, a entrega das medalhas da lealdade — que ele mesmo chegou a receber publicamente — e produzir manuais e cartilhas escolares identificados com a política oficial (v. Governabilidade & Populismo).

Junto com a *CGT*, a *Subsecretaría* atuou no sentido de controlar as festas cívicas. O Dia da Lealdade, 17 de outubro, incorporado à memória peronista ainda antes de Perón chegar à presidência, transformou-se em uma data cada vez mais controlada pelo aparato propagandístico, perdendo o seu caráter espontâneo original. O mesmo ocorreu com o Primeiro de Maio: o peronismo processou a reinvenção de uma tradição, já que a data havia sido incorporada ao universo de valores do trabalhador nacional ao longo da década de 1920. Toda a possibilidade de confronto e manifestação popular foi habilmente dissimulada em torno de valores “verdadeiramente argentinos”, anunciando a ideia de um novo tempo e rompendo com o arcaísmo do passado (v. Atraso & Revisionismo Histórico Argentino). Durante o período peronista, os meios de comunicação de massa passaram a ser rigidamente policiados pelo governo (v. Ditadura). Cabia à *Subsecretaría* controlar e distribuir as notícias oficiais, além de limitar a circulação dos jornais opositores, principalmente através do controle do fornecimento de papel. Diversas revistas foram criadas para divulgar de forma mais informal as posições governamentais, destacando-se o *Mundo Peronista*, com a mensagem de capa: “Para un Peronista no puede haber nada mejor que otro Peronista” (v. Alteridade & Inimigo). Diante dos resultados do processo de oficialização em marcha, Perón chegou a declarar entusiasticamente: “conseguimos purificar nossa imprensa” (v. Ditadura e Memória & Repressão e Violência). Quanto ao rádio, o peronismo aproveitou-se amplamente do sucesso que o novo meio havia conseguido ao longo dos anos de 1940. Na Argentina, muito raramente antes de Perón, os homens

públicos haviam explorado as potencialidades do rádio. O papel de Eva Perón foi bastante relevante, já que sua inserção no mundo artístico havia se dado por meio dele. O aparato oficial rapidamente enquadraria as rádios dentro da estratégia populista, decretando a obrigatoriedade de seguir *o Manual de instruções para as estações de radiodifusão*. O controle de importantes cadeias de rádio — Rádio Belgrano, Radio El Mundo, Rádio Splendid — davam ao governo a possibilidade de cobrir praticamente toda a nação.

O tango vivia o seu esplendor na década de 1940 e o peronismo procurou enquadrá-lo dentro de seus objetivos. Na verdade, este enquadramento nunca foi plenamente realizado, se bem que alguns grandes nomes do tango foram incomodados pelas exigências oficiais (v. Estado Novo: Historiografia). Osvaldo Pugliese, por exemplo, líder de uma grande orquestra do período, chegou a ser preso algumas vezes em função de suas posições comunistas (v. Anti-comunismo). O rádio nas mãos do governo era a garantia de que os artistas opositores teriam espaço reduzido, perdendo espaço para a música folclórica, considerada mais genuinamente nacional. Paralelamente, a política oficial procurava descaracterizar o lado mais boêmio do tango — *cartas, mujeres e copetines* — valorizando o trabalhador enquadrado pelo Justicialismo.

O esporte foi peça fundamental da estratégia de propaganda do nacionalismo peronista, sendo bastante incentivado e divulgado pelo governo. As grandes torcidas de futebol formaram-se nesta época e muitas vezes serviram para extravasar tensões políticas. Perón anunciou a sua preferência pelo Racing Club, time que trazia estampada na camisa as cores da Argentina (o azul e o branco). Em 1946 e 1947, a Argentina seria a campeã sul-americana de futebol, acirrando rivalidades “seculares” com Brasil e Uruguai. Nas Olimpíadas de Londres — a primeira depois da Segunda Guerra Mundial — a Argentina conseguiu bons resultados, ficando, por exemplo, com a medalha de ouro na maratona. Neste período, Juan Manuel Fangio começava a sua carreira meteórica nas pistas europeias. Em 1950, o basquete transformou-se no esporte da moda, depois que a seleção argentina conseguiu vencer a poderosa equipe norte-americana (v. Ideologia). Componentes fundamentais do aparato propagandístico, a censura e a repressão aos opositores tornaram-se tônica do regime peronista (v. Ditadura e Violência). Grevistas, intelectuais, políticos de oposição — destaque para a prisão arbitrária do deputado radical Ricardo Balbín — e estudantes foram alguns dos alvos do autoritarismo governamental,

sendo a *Subsecretaría* responsável pela filtragem de informações. Jorge Luís Borges, um dos alvos do autoritarismo peronista, deixou em sua obra diversas mensagens de repúdio ao autoritarismo governamental, do qual a *Subsecretaría*, na visão do intelectual, era uma das faces mais repressoras. Em 1947, Borges e Adolfo Bioy de Casares escreveram juntos “La fiesta del monstruo”, texto que só veio a público com a queda de Perón em 1955, e no qual as críticas ao nacionalismo autoritário da política oficial apareceram na forma de sátira (v. Aliança Anticomunista Argentina). Em outro artigo menos satírico, escrito um pouco antes, Borges afirmara:

“Ditaduras fomentam a opressão, ditaduras fomentam a servidão, ditaduras fomentam a crueldade — o mais abominável é o fato de que elas fomentam a idiotice (...)” (v. Conservadorismo).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena R.. Multidões em cena. Campinas, Papyrus, 1998.

PLOTKIN, Mariano. Mañana es San Perón. Buenos Aires, Ariel, 1994.

SINDICARO, Ricardo. Juan Domingo Perón. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1996.

WOODALL, James. Jorge Luís Borges: o homem no espelho do livro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

T

TEATRO. Em toda a sua existência milenar, o teatro sempre foi político. Porém, do ponto de vista da intervenção, é no decorrer do século XX que ele efetivamente se engaja nas lutas sociais (v. Política). Inicialmente, há uma recusa por parte das vanguardas estéticas em continuarem filiadas a uma tradição artística que não radicalize no sentido da transformação (v. Revolução). Especialmente em relação ao teatro, denunciou-se o caráter conservador presente no Naturalismo e no Drama Burguês, estabelecendo, assim, uma das primeiras demarcações entre um Teatro Conservador e um Teatro Progressista (v. Conservadorismo). No entanto, durante a Revolução Russa, esse engajamento será instrumentalizado com a perspectiva de constituir um Teatro de Esquerda. Após a vitória dos bolcheviques, novas promessas revolucionárias começaram a surgir na Europa. Na Alemanha, mesmo contra a derrota da Liga Espartaquista, o projeto continuou no horizonte e o teatro assumiu mais uma vez a sua face engajada. Experiências como as do diretor/dramaturgo Erwin Piscator foram fundamentais para a constituição de uma ideia do que seria um Teatro Engajado de Esquerda. Entretanto, serão as reflexões de Bertolt Brecht que irão demarcar o campo entre um Teatro de Esquerda e um Teatro de Direita (v. Partido Político de Direita). Para ele, tornava-se mais que urgente realizar a crítica da tradição do Teatro Ocidental, que ele denominou

de aristotélico, em favor de um teatro chamado Épico, que deveria se dirigir à razão e não à empatia (v. Comportamento). Nesse sentido, para Brecht, um Teatro de Direita encorajaria o espectador a envolver-se no drama, fazendo-o aceitar o desenvolvimento proposto pela trama sem ao menos questionar outras possibilidades. Ao mesmo tempo, o Teatro de Direita oculta as contradições existentes na sociedade burguesa, na medida em que explora a dimensão individual e psicológica da personagem a partir da construção da identidade entre a personagem e o ator que a está interpretando (v. Ideologia). Além disso, a ilusão de que se está diante de um fragmento da realidade impossibilita ao espectador o reconhecimento do teatro como entretenimento que reflita sobre o seu momento histórico (v. Modernismo nas Artes).

Esta caracterização brechtiana acerca do Teatro de Direita não foi aceita com unanimidade, porque, em primeiro lugar, existiu na Alemanha uma produção teatral em sintonia direta com o ideário nazista, assentada em uma dramaturgia épica que exaltava a cultura nórdica e o anti-intelectualismo (v. Fascismo). Em segundo lugar, no interior da esquerda, houve um debate intenso para definir qual seria a estética revolucionária por excelência. No centro desse debate, estiveram G. Lukacs e B. Brecht. O primeiro retoma a ideia de Engels pela qual a estética revolucionária seria o Realismo, que no passado servira à burguesia, mas que no presente só poderia ser utilizado pelo proletariado, sob a perspectiva de apresentar as contradições e exprimir a totalidade (v. Sociedade Civil). Esta proposição será rechaçada por Brecht e por aqueles que compartilham de suas reflexões teóricas e estéticas, demarcando, nesse sentido, a existência de um Teatro de Direita e a existência de um Teatro de Esquerda entre os comunistas que, evidentemente, será definido a partir do ponto de vista adotado no interior do debate. Estas divergências se tornam mais acirradas se forem resgatadas as diferenciações estabelecidas entre Brecht e A. Artaud, para quem o drama seria um instrumento revolucionário capaz de reorganizar a existência humana, transformando o homem não do ponto de vista social e sim psicológico (v. História & Tradição). Aliás, esse pressuposto esteve presente em trabalhos profundamente críticos em relação à sociedade burguesa, como os do Living Theatre nos EUA e os do Grupo Oficina em São Paulo. No Brasil, estabelecer esta distinção também não é tarefa fácil, posto que se tomarmos, por exemplo, a ótica dos fundadores do Teatro de Arena de São Paulo, como Oduvaldo Vianna Filho, percebemos que o Teatro Brasileiro

de Comédia, apesar das inovações técnicas, fora qualificado como um “teatro alienado”, “burguês”, na medida em que não resgatava a realidade brasileira pela ótica dos oprimidos (v. Democracia).

Rosângela Patriota

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, vol. 1: magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CARLSON, Marvin. Teorias do teatro. São Paulo, UNESP, 1997.

DORT, Bernard. O Teatro e sua realidade. São Paulo, Perspectiva, 1977.

PEIXOTO, Fernando (org). Vianinha: teatro, televisão e política. São Paulo, Brasiliense, 1983.

ROSENFELD, Anatol. Teatro alemão, I Parte: esboço histórico. São Paulo, Brasiliense, 1968.

TEORIA AMIGO-INIMIGO. A teoria amigo-inimigo está associada à concepção do jurista e teórico político alemão Carl Schmitt a respeito do que é o político (das Politische) como dimensão da experiência humana. Por essa razão, talvez seja mais adequado falar de uma teoria do político em que a distinção amigo-inimigo ocupa um lugar central. A distinção amigo-inimigo é proposta por Schmitt como uma forma de determinação conceitual do político. Para ele, as diferentes esferas da ação e do pensamento humano se estruturam em torno de *distinções últimas*. Assim, no campo estético corresponderiam às ideias de belo e feio; no âmbito moral, bom e mau; na esfera econômica, útil e inútil, rentável e não rentável. Da mesma forma, as ações especificamente políticas poderiam ser remetidas à diferenciação entre amigo e inimigo. No entanto, ao contrário do que acontece com as esferas anteriormente mencionadas, Schmitt não concebe o político como apenas mais uma dimensão autônoma da experiência humana. As categorias de amigo e inimigo, como ele mesmo faz questão de frisar, não designam conteúdos específicos, mas um critério a partir do qual se pode reconhecer quando uma ação adquire uma

forma política. Os critérios do político, tal como concebido por Carl Schmitt, são meramente formais e designam a intensidade de uma associação entre os grupos humanos, ou seja, o ponto em que a divisão entre os grupos humanos adquire uma feição política. Mas o que é este “ponto” do político? Em outros termos, o que torna uma inimizade propriamente política?

Segundo Schmitt, o inimigo político é um inimigo público, contra quem não é preciso nutrir ódio ou antipatia privada. A inimizade política apõe coletivos humanos e não indivíduos particulares, e resulta do reconhecimento da possibilidade extrema de um conflito. Não existe parâmetro que defina antecipadamente quem é o inimigo (v. Fascismo). A inimizade resulta de uma situação concreta em que o adversário é reconhecido como alguém capaz de colocar em questão ou ameaçar a minha própria identidade coletiva e contra quem se vislumbra a possibilidade extrema de uma luta, da guerra. Portanto, insiste Schmitt, o reconhecimento do inimigo é existencial. Todo antagonismo pode alcançar uma dimensão política, seja ele econômico, moral, estético ou religioso (v. Revolução). O que define um conflito como político não é, vale insistir, o seu conteúdo, mas a intensidade da associação-dissociação dele resultante. Quando o antagonismo atinge o ponto extremo de separação entre amigos e inimigos, quando ele coloca a possibilidade extrema da luta entre grupos humanos, ele se torna político (v. Democracia & Sociedade Civil).

Algumas observações podem ser feitas a respeito da teoria de Schmitt. Em primeiro lugar, como deve ter ficado claro, o momento forte da concepção de Schmitt é o da inimizade. No par amigo-inimigo, a identificação do inimigo desempenha um papel central na definição da própria amizade. O inimigo é existencialmente outro, por meio de quem a minha identidade concreta é reforçada e ganha contornos mais nítidos (v. Alteridade). Em última análise, a inimizade é o fator responsável pela dissociação política. Em segundo lugar, o fato de que o político seja governado pela possibilidade concreta do conflito não significa dizer que a sua natureza é a luta, nem que a guerra é o conteúdo último da vida política (v. Darwinismo Social & Sociobiologia). A possibilidade concreta da luta e da guerra, segundo Carl Schmitt, deve ser entendida como o “caso extremo” (Ernstfall) que determina o comportamento especificamente político e que exige a distinção entre amigo e inimigo. Isso nos leva a um terceiro ponto: Schmitt não pretende definir a essência do político. Para ele, a distinção amigo-inimigo é tão-somente um critério de

reconhecimento de quando o conflito atinge o “ponto político”. Ele se recusa a definir a essência do político porque este, em última análise, não possuiria uma natureza própria, não constituiria mais um domínio da existência, mas seria inerente à própria condição humana. Daí a sua insistência no fato de que o político pode extrair sua força dos mais diferentes setores da vida humana. Mais ainda, esse caráter difuso do político é tributário de uma antropologia pessimista, ou seja, de uma concepção a respeito do caráter belicoso ou perigoso da natureza humana. O político seria, portanto, algo de inescapável, um destino da condição humana. Quarta observação: essa insistência na inextinguibilidade do político é por definição antiuniversalista. A dissociação entre amigo e inimigo, característica do político, é a negação de todo universalismo pacifista ou humanista. Para Carl Schmitt, um mundo político é dividido, inevitavelmente pluralista e irreduzível a esquemas normativos (v. História & Nouvelle Droite). A política feita em nome da humanidade ou da paz perpétua não faria outra coisa senão ocultar ou recalcar o seu caráter belicoso. Em última análise, ela seria uma forma de intensificação do conflito. Finalmente, a teoria de Schmitt tem um adversário em vista: a sua afirmação do político se opõe à crença liberal numa ordem que seja o resultado espontâneo da convivência social entre indivíduos livres (v. Governabilidade). No mundo liberal, o conflito político é neutralizado, visto que a ordem deve ser fruto da livre concorrência entre agentes econômicos e da autonomia moral dos indivíduos. Ao pretender banir a inimizade política do horizonte da experiência humana, o liberalismo teria ignorado o caráter polêmico da sua própria pretensão, ele esconderia de si mesmo a natureza política de sua recusa do político. Oculta por detrás da fachada universalista do seu individualismo, a “má consciência política” do liberal seria uma forma de intensificação do conflito político (v. Conservadorismo).

Bernardo Ferreira

Referências Bibliográficas:

ALBANASE, Luciano. *Il Pensiero politico di Schmitt*. Bari, Laterza, 1998.

BENDERSKY, Joseph. *Carl Schmitt: Theorist for the Reich*. Princeton, Princeton University Press, 1983.

FREUND, Julien. “Les lignes de force de la pensée politique de Carl Schmitt”. In **Nouvelle École**. 1987(n.º 44): pp.1127 (existe uma tradução para o inglês publicada na revista Telos [n.º 102, 1995] com o título “Schmitt’s political thought”).

FREUND, Julien. “Vue d’ensemble sur l’oeuvre de Carl Schmitt”. In **Revue Européens des Sciences Sociales – Cahiers Vilfredo Pareto**, vol. XVI. 1978(n.º 44): pp.7-37.

GALLI, Carlo. Genealogia della politica: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno. Bolonha, Il Mulino, 1996.

SCHMITT, Carl. O conceito do político. Petrópolis, Vozes, 1992. (tradução de Der Begriff des Politischen, 1927, 1932⁴, 1963⁵).

SCHMITT, Carl. A crise da democracia parlamentar. São Paulo, Scritta, 1996. (tradução de dois livros: Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus, 1923, 1926², Politische Theologie, 1922, 1934⁷).

SCHWAB, George. The Challenge of the exception. Nova York, Greenwood, 1989.

STRAUSS, Leo. “Remarques sur la notion de politique de Carl Schmitt”. In SCHMITT, Carl. **Parlamentarisme et démocratie**. Paris, Seuil, 1988. pp. 187–214 (também existe uma versão para inglês: “Comments on Carl Schmitt’s Der Begriff des Politischen”. In SCHMITT, Carl. **The Concept of the political**. New Brunswick, Rutgers University Press, 1976. pp.81–105).

TORTURA. Agonia a que é submetido alguém de forma que a sua finalização em morte seja retardada ao máximo (ou evitada, a critério de quem a pratica) para, desta forma, intensificar o sofrimento. Além do sentido de dor física a que se submete alguém, a tortura pode ter um significado mais figurativo: sofrimento moral intenso; angústia. A tortura foi definida pela Associação Médica Mundial, em assembleia realizada em Tóquio (10 de outubro de 1975), como

“a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por própria conta ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma ou outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer”.

O psicanalista Hélio Pellegrino dizia que

“a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insuportável, introduzir uma cunha que leve a cisão entre o corpo e a mente” (v. Inimigo).

A tortura foi, ao longo dos séculos, um direito do senhor sobre os escravos, ou aplicada em função de sentenças criminais. O princípio de Talião (“olho por olho, dente por dente”) estava fundado na legalidade de se obter o ressarcimento de um mal causado através da aplicação do mesmo mal a quem o causara. No século XVII a.C., o Código de Hamurabi, na Babilônia, dizia que os criminosos deveriam ser submetidos à empalação, à fogueira e à amputação de órgãos e quebra de ossos. No Direito Romano, em que os processos se baseavam na confissão e autoacusação e não nas provas e nas testemunhas, a tortura era admitida como legal. Embora no início da era cristã tenham Tertuliano e Lactâncio condenado a prática da tortura, a Igreja sob o Papa Inocêncio I (401 – 417) muda o seu pensamento ao dar consentimento implícito às normas processuais romanas. Somente com as invasões bárbaras é que a tortura perde sua força como prática sistemática e legal. Porém, com a reafirmação do Direito Romano no século XII, a tortura passa a fazer parte dos códigos processuais de Castela sob Afonso X, da Sicília sob Frederico II e da França sob Luís IX, com o apoio da Igreja sob Inocêncio IV. No entanto, o uso da tortura pela Igreja fica mais sistematizado no *Manual dos Inquisidores*, de Nicolau Emérico (séc. XIV). Sobre o interrogatório do acusado, diz:

“Aplicar-se-lhe-á a tortura a fim de lhe poder tirar da boca toda a verdade”.

Mas o avanço do pensamento humanista fez recuar essa prática e, no século XVIII, influenciado por Thomasius, os iluministas conseguiram proibi-la na Suécia e na Prússia. Embora excluída da legislação, a tortura voltou a ser amplamente adotada depois da Primeira Guerra Mundial, especialmente na Alemanha de Hitler e na URSS de Stalin. Mas é vigorosamente condenada em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (v. Política e Direitos Humanos). No Brasil, a tortura foi institucionalmente usada nos períodos de exceção — mais intensamente durante os governos militares que se se-

guiram depois de 1964. (v. Conservadorismo Durante a Ditadura Militar) Os aparelhos repressivos foram sofisticados e foram criadas coordenações nos Estados, os DOI-CODIs, como parte de uma política de aniquilamento e desestímulo dos movimentos de oposição (v. Ditadura & Militarismo). Embora tenha sido considerada crime pela Constituição de 1988, a tortura continua sendo vista pelos que a praticam como um método eficaz que garante a rapidez das investigações policiais. Por isso mesmo, continua sendo utilizada em muitos países contra “presos comuns” (aqueles envolvidos em delitos “não políticos”). O principal argumento usado na defesa da aplicação da tortura é o de que ela é necessária para impedir que o silêncio do acusado traga consequências graves para a sociedade (v. Ditadura e Memória & Governabilidade). Entretanto, não se poderia caracterizar este argumento como de direita. Governos de exceção, reconhecidos como de uma ou outra posição, não raramente aplicam a tortura (v. Ideologia). Em ambos os casos, predominaria o que identificamos como uma “politização da ética” — ou seja, a submissão de valores às necessidades (definidas pelos líderes no poder) da política do Estado (v. Oposição/Situação).

Alcir Henrique da Costa

Referências Bibliográficas:

Arquidiocese de São Paulo. Brasil, nunca mais. Petrópolis, Vozes, 1985.

CALDAS, Álvaro. Tirando o Capuz. Ed. Codecri, 1981.

COSTA, Alcir Henrique da. Barão de Mesquita, 425: a fábrica do medo. Ed. Brasil Debates, 1982.

Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, Iº Seminário do. Petrópolis, Vozes, 1987.

TOTALITARISMO. O termo tem sido empregado pela maioria dos pensadores políticos para caracterizar os regimes implantados na URSS stalinista e na Alemanha de Hitler. Do ponto de vista da filosofia política, o totalitarismo é um fenômeno novo e único na História, e decorre ou da falência da democracia liberal, ou de uma revolução (v. Baderna). Em primeiro lugar, diferen-

temente das velhas tiranias e dos regimes despóticos, os regimes totalitários prescindem de uma legitimação exterior a eles próprios (v. Tradição). Os regimes absolutistas, por exemplo, encontravam sua legitimidade na teoria do direito divino, cujos fundamentos colocavam limites à atuação do príncipe: o monarca era a expressão da Lei, mas deveria submeter-se às suas determinações, visto que esta emanaria de Deus. Já nas democracias, o princípio da legitimidade reside na soberania popular, fundamento do poder dos representantes do povo, periodicamente substituídos por meio de eleições. A ideologia totalitária, ao contrário, é a revelação de uma verdade absoluta: a superioridade da raça ariana na Alemanha Nazista ou a realização histórica da sociedade comunista perfeita no caso da URSS stalinista. Esta verdade constitui em si, e por si, o princípio da legitimação do regime e da ordenação de todos os aspectos da vida social — as artes, a ciência, o jurídico, a economia, a história e até os menores detalhes da vivência social. O Líder é intérprete da verdade e da história, encarnação e expressão da própria sociedade. Não há, portanto, separação entre Estado e Sociedade Civil. A imagem que melhor corresponde a esta sociedade é a do corpo — expressão da ideia de totalidade orgânica (v. Corporativismo: Teoria). A esta representação contrapõe-se a imagem do outro, que é sempre o inimigo. Disto decorre uma segunda característica: o terror sistemático e constante se torna uma forma de governo pela qual a oposição real deve ser eliminada; e a existência do regime depende da luta e da permanente vigilância contra um inimigo imaginário onipresente que ameaça constantemente a integridade do corpo social (v. Teoria Amigo-Inimigo). Isto impede — como evidencia Hannah Arendt — a estabilização do regime e a normalização da vida social, garantindo, assim, a dependência de todos em relação ao Líder (v. Ditadura). Daí o caráter policial destes regimes: os campos de extermínio representam, como nota Tzvetan Todorov, o coroamento lógico do projeto e os países totalitários podem ser vistos como campos de regime abrandado (v. Campos de Concentração). Uma terceira característica do totalitarismo é a existência do partido único. É através deste que o Líder e a sociedade se expressam. Cabe ao partido, através de suas inúmeras organizações disseminadas no conjunto social, promover a mobilização das massas, objetivando transformar os princípios ideológicos em realidade (v. Oposição/Situação). Para tanto, o partido reproduz em seu interior todas as estruturas do estado e da sociedade e é por meio dele e so-

bre ele que o Líder exerce o poder (v. Partido Político de Direita). A própria burocracia é periodicamente exterminada e o poder é deslocado de um órgão a outro, ficando também o aparelho administrativo e político dependente da vontade do Líder (v. Guerra & Hitler: Historiografia). É importante observar que a disseminação da ideologia, o exercício do terror e, conseqüentemente, o controle social e a adesão das massas só se tornaram possíveis devido ao controle dos meios de comunicação e ao monopólio da tecnologia industrial (v. Fascismo & GOEBBELS, Joseph Paul).

De acordo com alguns autores, a noção de totalitarismo seria aplicável a certas sociedades da Antiguidade, como o Egito, Esparta e Roma sob o governo de Diocleciano. Esta aplicação indistinta no tempo e no espaço contribui, no entanto, para a descaracterização do fenômeno e do conceito, uma vez que estes perdem todas as especificidades históricas. O termo também é aplicado, de modo muito discutível, para caracterizar os regimes comunistas do Leste-Europeu, da China, de Cuba e ditaduras monopartidárias de direita, como a Itália fascista, a Espanha franquista, entre outros. Embora possuam alguns elementos totalitários, estes regimes jamais chegaram a constituir sociedades totalitárias em sua forma completa. A direita criou a ideia nos anos de 1920, proclamando que os regimes totalitários seriam a solução para a crise das democracias liberais e o corretivo à expansão do comunismo (v. Sociedade Integral). No contexto da Guerra Fria, entretanto, o termo totalitarismo tornou-se elemento chave na propaganda anticomunista levada a cabo pelos partidos liberais e conservadores do Ocidente (v. Anticomunismo & Neocolonialismo). Atualmente, a maioria dos autores considera que, na medida em que objetiva a obediência absoluta, o totalitarismo busca transformar os homens em autômatos e a instituição destes regimes implica a mais completa e sistemática destruição dos Direitos Humanos (v. Ditadura e Violência, Política e Direitos Humanos & Tortura).

José Miguel Arias Neto

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

CASTORIADIS, Cornelius. Os destinos do totalitarismo e outros escritos. Porto Alegre, LP&M, 1985.

LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1987.

TODOROV, Tzvetan. Em face do extremo. Campinas, Papirus, 1995.

TRADIÇÃO. Conjunto de saberes, práticas, costumes produzidos e conservados em uma sociedade ou comunidade que possibilita pensar e agir sobre si mesma, sobre o mundo natural e o sobrenatural. Nesta perspectiva, puramente antropológica, tradição se confunde com cultura. Outra forma de entender tradição diz respeito à continuidade de um determinado grupo no poder e à conservação, mesmo que relativa, de seu modo de vida. Esta é a acepção desenvolvida por Arno Mayer, que fala de uma “persistência do Antigo Regime”, entendendo por isso a continuidade de membros das grandes famílias nobres nas principais atividades econômicas e políticas da Europa *no longo século XIX*, que estariam, neste sentido, condicionadas ainda pela paisagem rural. Ao seguir tal perspectiva, Mayer desconsidera que tanto as instituições políticas quanto a economia não mais estavam inseridas na fragmentação estatamental dos privilégios, que efetivamente eram a base definidora do assim chamado Antigo Regime. Interessa-nos aqui apreender tradição como categoria política moderna de análise. Assim, vamos apresentá-la a partir de três referências: em relação à democracia, ao liberalismo e ao multiculturalismo (v. Neorracismo Diferencialista).

Na sociedade tradicional, a lei e as regras do viver em comum parecem vir de fora do indivíduo — da profundidade dos tempos, do saber ancestral da *comunitas* — e o mundo social é apreendido como um dado imutável. Neste sentido, o passado é sempre uma fonte constante de legitimação. Se o mundo social é entendido como imutável, isto não significa que a tradição o seja; pelo contrário, para fazer durar algo, a tradição é necessariamente plástica e seu tempo é o presente, visto que é a partir deste que o passado é revisitado e toma forma. Numa concepção tradicional da vida política, o homem negocia com seu des-

tino — portanto, é sujeito de vontade — mas não é senhor do mesmo; de igual forma, negocia com a autoridade constituída, mas não se sente responsável perante ela; e, do ponto de vista da atuação política, analisa os sinais presentes com os olhos atentos aos exemplos de ações resgatadas do passado — eis a *virtù* do príncipe de Maquiavel, que torna imanente a tradição para jogar mais luz sobre o novo. Portanto, o que vai diferenciar o indivíduo neste tipo de sociedade do indivíduo da democracia moderna não será a existência da atitude voluntarista e sim o lugar submisso que ocupa no projeto social (v. Natureza & Totalitarismo). Na sociedade tradicional, há uma hierarquia social preestabelecida pela qual o sujeito da ação política só é reconhecido a partir de sua posição de nascimento numa dada ordem jurídico-política. Portanto, qualquer negociação que trave com as outras ordens acima ou abaixo de si, tem força e forma referendadas nos usos, costumes e privilégios reconhecidos à sua ordem. Neste sentido, a sua capacidade política está definida pelo seu nascimento — embora, diferente da sociedade de castas, a sua condição de nascimento não seja imutável e possa mudar de uma geração para outra. De qualquer forma, a hierarquia social é reconhecida como certa por todos, os quais são zelosos por aquilo que possa subverter o seu sentido: uma mudança brusca de estado sem estar acompanhada da assunção do papel social que determinada posição implicaria ou, mais superficialmente, um comportamento condizente a ela — os humores do corpo individual submetido ao humor do *corpus* socioestamental (v. Corporativismo: Teoria & Ideologia).

A experiência da Revolução Francesa trouxe dois paradigmas de participação e negociação política que contrastariam com a forma tradicional, desde então entendida por Antigo Regime. Do ponto de vista das reformas liberais, aboliu-se o sistema de privilégios e todos os cidadãos seriam iguais perante a lei, ou seja, a posição de nascimento não mais definiria a capacidade jurídica ou o acesso a cargos administrativos e sim o mérito e a riqueza; a sociedade foi politicamente nivelada e, desde então, não mais corpos e sim indivíduos autônomos seriam eleitos ou teriam capacidade de voto conforme o seu nível de renda. Ratificando as reformas liberais quanto ao nivelamento político-jurídico da sociedade, a experiência democrática moderna jacobina trouxe à tona a curta experiência da democracia direta (v. Jacobinismo).

O pensamento conservador do século XIX reclamaria saudosamente a volta da tradição, ou seja, aquilo que passou a ser entendido como Antigo Regime:

a volta da sociedade de corpos como sistema verdadeiro de participação política, visto que cada indivíduo encontraria o resguardo em seu *corpus* em vez de se perder — tópico constante da crítica — em meio à atomização política do jogo parlamentar liberal e, pior ainda, em meio aos riscos da isonomia democrática (v. Conservadorismo). Fazendo já uma releitura do Antigo Regime com parâmetros liberais quanto à homogeneização político-institucional, a crítica conservadora ao sistema parlamentar-liberal e ao sistema liberal-democrático veria na experiência eletiva dos estados-gerais uma participação política mais autêntica, uma vez que as vozes dos mais longínquos rincões se faziam ouvir por seus delegados, deputados ou procuradores. Haveria, neste sentido, um elo orgânico que uniria a sociedade de uma ponta a outra, sem as disputas de interesses particulares do jogo parlamentar liberal que, distante do calor da sociedade, pouco representaria as suas várias vozes e, portanto, o assim constituído interesse público.

É interessante observar que este é um ponto que voltou ao plano político nos anos 60 e 70 do século XX, quando o processo de descolonização afro-asiático e a defesa dos direitos civis de minorias — marcadamente na Europa e nos EUA — trouxeram tópicos de crítica ao sistema representativo liberal-democrático e suas hierarquizações (v. Burocracia). Mulheres, estudantes, marginais, pobres, minorias (étnicas, religiosas, sexuais, etárias) saíram do anonimato e do esquecimento para pôr em xeque a morte do sujeito decretada pelos estruturalistas (v. História & Homossexualidade e Revolta). No entanto, paradoxalmente, passou-se a viver em meio a um pluralismo crescente que vinha acompanhado de um ceticismo generalizado acerca de se defender algum princípio moral e, por fim, tem-se silenciado aquilo que é fundamental para o jogo democrático: o diálogo. Assim, ao mesmo tempo em que as sociedades se tornaram economicamente interdependentes — unidas pela globalização dos mercados e pelas novas formas de comunicação de massa —, as suas várias partes se esforçaram em expressar tradições irredutíveis ao Outro para impor suas vozes antes silenciadas. Poder-se-ia afirmar que — das tradições inventadas e violentamente homogeneizantes dos estados-nação de dentro e fora da Europa no século XIX e até o segundo terço do século XX — se passou ao pluralismo de várias vozes irredutíveis dentro de cada país (v. Nacionalismo, Teoria Amigo-Inimigo & Völkish).

Talvez o exemplo mais paradigmático deste reviver das tradições sejam os EUA, onde a autonomia do indivíduo tendeu a desaparecer em vários momentos do cotidiano e sua responsabilidade voltou a diluir-se no pertencimento a um novo tipo de *corpus*, esperando-se que sua posição seja marcada com certa atitude e comportamento perante os Outros, ou seja, conforme as marcas do visível, a cada indivíduo é imposto um grupo: ser negro, ser judeu, ser católico, ser protestante, ser evangélico, ser gay, ser muçulmano, ser chicano, ser adolescente, ser mulher, ser branco, ser ítalo-americano, ser afro-americano; bairro negro, bairro branco, bairro chinês, bairro italiano... O desejo de se tornar senhor de seu próprio destino, de se submeter às suas próprias leis, que deveria ser uma exigência política, tornou-se uma exigência social e espacialmente restrita, ameaçando as possibilidades da tolerância e impossibilitando que os indivíduos tenham definitivamente a impressão de participar da condução dos assuntos públicos (v. Alteridade & Sociedade Civil).

Alexander Martins Vianna

Referências Bibliográficas:

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

MAYER, Arno. La Persistence de l'Ancien Régime. Paris, Flammarion, 1990 (1981).

RENAUT, Alain. O Indivíduo: reflexões acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.

SILVA, Maria Manuela Souza e. A História em tempos de pós-modernidade – Alguns Comentários. Rio de Janeiro, Phoênix, 1998(4): pp. 345 – 361.

TODOROV, Tzvetan. O Homem Desenraizado. Rio de Janeiro, Record, 1999.

VIANNA, Alexander Martins. O Ideal e a Prática de governar: o Antigo Regime no Brasil colonial, 1640–1715. Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

TRANSIÇÃO (O CASO DO BRASIL). A Transição possui um denso corpus teórico estabelecendo o campo dos estudos da “Transitologia”. Coube a

Dankwart A. Rüstow (1924 – 1996) dedicou-se a compreensão dos regimes autoritários, sua crise e transição à democracia de forma sistemática, tendo como exemplo a Suécia (1890 – 1920) e a Turquia (pós-1945). Seus trabalhos tornaram-se influentes a partir da década de 1970. O otimismo de Rüstow acerca de uma *Habituation* dos diversos grupos políticos, incluindo as elites antes detentoras do poder e, fundamental, do crescente declínio do autoritarismo na América Latina, infelizmente não ocorreu. Não só as elites do poder não se “habituarão” com o novo jogo democrático, como ainda se tornaram nostálgicas de uma falsa “idade do ouro” idealizada ao tempo das ditaduras. O elogio ao passado, sua idealização e de uma sociedade e um tempo perdido torna-se um reforço, comum, nos processos de retorno de conservadores. Nas crises institucionais, tais utopias regressivas, são oferecidas como alternativas, num processo de aproximações sucessivas e de radicalização acumulativa, no qual o Negacionismo Histórico desempenha um papel central. No caso do Brasil surge um processo de *memórias imaginadas*, a reatualização de 1964 e de suas ferramentas, em especial os Atos Institucionais — Ato Institucional Número 5/AI-5 — idealizados como respostas fáceis para situações complexas, com o apagamento da história do regime civil-militar.

O debate em torno das transições na América Latina, em virtude da emergência de regimes de “democracia de baixa intensidade”, originou uma ampla literatura sobre a possibilidade de processos incompletos ou restritos de Transições democráticas, com a conceituação de “Democracia feia” ou “Democracia Eleitoral”, como discutidos por Guillermo O’Donnell (1936 – 2011). O debate extrapolava os níveis políticos para incorporar outras dimensões necessárias a uma democracia *de fato*. Ao ampliar as exigências de uma democracia, a América Latina apresenta um quadro de grande *déficit* estrutural: a coexistência de rotatividade de poder, eleições periódicas, liberdade partidária e liberdade de expressão — democracia eleitoral típica — com a alta concentração de renda, desigualdade social, brutal violência policial, corrupção sistemática, concentração, violência e desigual étnica e manipulação dos meios de comunicação (com forte incidência no processo eleitoral), patrimonialismo, *sinecurismo* e partidismo dos cargos da administração pública. Estava aí o núcleo, do que O’Donnell chamaria de “*democracias delegativas*” — quando se pensava estar a construir uma democracia representativa e, no entanto, se mantém uma brutal exclusão social.

Na *democracia delegativa* o império da Lei e o sistema de pesos e contrapesos composto pelo equilíbrio dos Poderes Constitucionais, o controle normativo e necessário de poder, é considerado um entrave injustificável ao exercício desmesurado do Poder Executivo ocupado por elementos carismáticos/“populistas”, dando origem a uma crise estrutural permanente do processo de democratização. Torna-se quase recorrente crises e atritos entre os poderes, podendo resultar num desgaste e descrédito das estruturas democráticas da República.

Da mesma forma dá-se um intenso debate sobre o uso e destino dos bens e recursos naturais como alvo acerbados entre as elites e os grupos sociais subalternos, gerando frustrações e desencanto com as novas democracias sucessoras. A pobreza permaneceu visível, e, mesmo, aprofundou-se, enquanto o papel do Estado no combate às desigualdades sociais, em especial no campo da Educação e Saúde, foi decepcionante. A Pesquisa do Instituto da Democracia/UFGM, mostra, em 2020, uma simultânea perda de confiança nas instituições não-republicanas (ou seja, independentes da instituição República ou anteriores a implantação da República) como as Igrejas e as FFAA, ao lado da comum “desconfiança” nas instituições republicanas clássicas, por exemplo, os partidos políticos ou o Congresso Nacional. O índice de “desconfiança” no Congresso Nacional, no entanto, mantém-se alto mesmo tendo diminuído após a campanha anti-partidos de 2013 — entre 2018 e 2019 oscilou de 56,3% para 37,2%, e dos partidos políticos de 76,9% para 66,9%, enquanto a confiança nas FFAA, por sua vez, declinou de 33,8% para 27%. Em seu conjunto, a população brasileira explicita uma grave desconfiança nas instituições públicas, embora também rejeite, salutarmente, saídas golpistas (militaristas), na proporção de 65 até 79% no conjunto da população. Desde 2010 decaí gradualmente, mas de forma visível, o apoio da democracia no continente: primeiro cresce a indiferença — que havia chegado a 63% em 1997 — para 43% em 2018, Enquanto em Venezuela, Uruguai e Argentina a adesão ao regime democrático se mantém elevada — 75%, 61%, 59% respectivamente — na outra ponta, países como Guatemala, 26%, Honduras e Brasil com 34% de adesão a democracia são os pontos mais baixos de entusiasmo democrático às vésperas da eleição de Bolsonaro.

A pandemia de covid-19 aprofunda a crise entre os poderes no país em face de uma ação sistemática e coordenada do Poder Executivo em sabotar o pro-

cesso de vacinação no país, levando a maioria da população a desconfiar da ação dos órgãos públicos, embora distinguindo claramente autarquias como o SUS, a Fiocruz ou o Butantã como resistentes e competentes no processo de produção e vacinação popular.

No entanto, outras instituições do Estado não mereceram tal reconhecimento popular. A “Transição” brasileira foi, de forma clássica, caracterizada como *negociada* com as forças herdeiras da ditadura. Dada uma certa contemporaneidade, com o “Caso Espanhol”, este serviu de exemplo e modelo. Na Espanha, as negociações deram-se diretamente com o Adolfo Suarez (1976 – 1981) do PSOE/Partido Socialista Operário Espanhol e o “Servicio Central de Documentación”/(Seced), o serviço secreto criado ainda na época de Francisco Franco, em 1972, para o controle político do país durante o *tardofranquismo*. Então se estabeleceram os “limites” supostos ou aceitáveis da transição democrática. Para o grande público, os chamados “Pactos de la Moncloa”, de 1977, reunindo Adolfo Suarez (UCD), Felipe Gonzalez (PSOE) Santiago Carrillo (PCE), e demais líderes políticos, seriam a face visível, e aberta, das negociações ocultas. O paralelo foi seguido no Brasil, em especial após a morte de Tancredo Neves, quando o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI/Serviço Nacional de Informações, e o general Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército, tornam-se os fiadores do frágil Governo de José Sarney (1985 – 1990), na condução dos momentos mais tensos da Transição.

No caso do Brasil e Chile coube aos próprios membros do Regime Militar no Poder — Geisel/Figueredo e Augusto Pinochet — estabelecer os limites da abertura do regime. A dinâmica social e política, a intensidade da organização da sociedade civil, e sua atuação com movimentos de rua, tiveram um importante papel em contra-arrestar tais “limites” e o “ritmo” impostos pelas forças da conservação — em especial os movimentos populares nas ruas, as greves e a mobilização sindical. Mas, em seu conjunto — como comprovam, no Brasil, o Decreto da Anistia de 1979 e a derrota do Movimento “Diretas Já” — deu-se a “captura” das transições pelos objetivos das FFAA em ambos os países.

A eleição, indireta e por um colégio eleitoral nos moldes da ditadura, de Tancredo Neves e de José Sarney, em 1985, e a tragédia subsequente, artes do destino, levando um antigo líder da ditadura e seus conselheiros militares a dirigir a Transição, impondo os limites da Transição. Somar-se-ia a isso um

Congresso Nacional, também Constituinte (1987/88), onde a oposição teria cerca de 10% de assentos (o governo contava com 509 votos contra 50 da oposição) e uma nova realidade política imporia sua vontade: o “Centrão” — uma aglomeração suprapartidária majoritária de Centro até a Extrema-Direita.

Tais “Transições tuteladas” desembocam em “Regimes Tutelados”, normalmente com garantias formais de Direitos de “primeiro grau” referentes à representação e a participação — voto, reunião e expressão — mas, jamais aos direitos amplos de inclusão real do “demos”, do acesso aos serviços e aos bens sociais, perpetuando a situação de desigualdade e de injustiça social — marcada pela violência massiva (em especial das polícias de Estado), em marcadamente contra jovens negros e pardos, mulheres e minorias “trans” —, característica dos velhos regimes oligárquicos-repressivos. Assim, garantia-se a reprodução da “democracia feia”.

Atravessando o próprio período da Transição, talvez a melhor periodização seja 1979 – 1988 — da Anistia até a Promulgação da nova Constituição — os efeitos da Transição pactuada incidiriam em várias instituições, e seus *habitus*, redundando na banalização da violência — cerca de 50 mil homicídios por ano — que se institucionalizaria, em especial nas polícias militares e suas congêneres, tais como as guardas penitenciárias, corpo de bombeiros, guardas de vigilância num processo rápido de militarização de instituições do Estado, incluindo a perda de território e a emergência de um poder paralelo (devemos evitar a noção de “Estado Paralelo”) em disputa com o Estado de Direito.

Avançamos aqui, além da díade *transições por colapso/transições negociadas*, para uma outra situação histórica. Na análise de Rüstow, para as diversas transições para a democracia, em seguida a uma “fase de luta política prolongada e indefinida” viria uma “*Decision phase*”, na qual ambas as partes envolvidas, percebendo sua exaustão e incapacidade de se impor ao outro, decidiram-se pela aceitação do Império da Lei e do Jogo Democrático, adentrando-se na fase “*Habituation*”. O que vemos, no entanto, é a longa transição, e a própria Nova República no Brasil, sofrendo um brusco retrocesso para uma “*Decision Phase*” e um retorno, brutal, para a luta prolongada — isso entre 2013 e 2018. Uma das partes, após chegar ao poder, em 2019, com cerca de 55% dos votos em segundo turno, mostra-se desinteressada em organizar uma base estável de gestão. Voltamos a uma fase de “luta prolongada”. Dá-

-se a ameaça constante da ordem e, mesmo, o risco da Guerra Civil (como o evento de 7/09/2021). O *empuxo fascista* vindo de baixo alia-se ao *núcleo duro militar* conservador, contendo em si mesmo elementos históricos fascistas, avança, por dentro do Estado, aliado com elites empresariais ultraliberais, e vastos setores da mídia empresarial, colocando sob ameaça as instituições da Nova República e, evocando a reedição dos Atos Institucionais da Ditadura Militar, aponta o passado, a ditadura militar, como única forma disponível de regime para o país. Esse é o sentido das constantes ameaças do bolsonarismo. O passado emerge dos atos do governo como utopia do futuro.

Não podemos deixar de apontar que o mesmo estado de exaustão entre as forças em presença, diagnosticado por Rüstow — do qual emergiria a democracia — é apontado por Karl Marx, de forma clássica, n’O Brumário de Luís Bonaparte”, como a condição básica que permite a autonomia de segmentos políticos e ascensão de um personagem carismático, centrado numa classe reinante. Daí nasce o bonapartismo, um passo para o fascismo.

O Brasil é, assim, um exemplo em movimento de transições negociadas, ou pactuadas, que chegaram a um limite máximo da “restauração” conservadora — a partir de tal ponto, o passado avança sobre o futuro como projeto. O que entrou em colapso foi a *Habituation* democrática antes mesmo de sua plena realização. O pacto das elites conservadoras/liberais/reacionárias (empresariado/patrimonialismo de altos funcionários e militares) se realiza, desta feita, em aliança com os setores enraivecidos das classes médias fascistizadas, tocadas pela crise econômica e por uma ampla massa de subproletários alistados pela comunicação de massas, pela *Teologia do Sucesso*, o egoísmo social, o racismo e de uma versão depravada do individualismo possessivo. Tudo isso imbuído de um rude Anti-intelectualismo de caráter chulo. Utilizando-se das redes sociais instalou-se um ambiente em que a máxima, propalada por gurus da Extrema-Direita, de tipo “Não argumente, insulte!”, impera. Em tal clima, com a utilização de fake news, robôs, e disparos automáticos, a democracia representativa é atingida em nome da tolerância. As conquistas políticas e sociais do período da transição até então consideradas asseguradas pela *Habituation*, são revogadas, explicitando a condição de uma transição *falhada*. Em face de *habitus* mais antigo e arraigado no cotidiano das instituições intocadas pela transição, a História permanece *mimesis*, uma *imitatio*, do já acontecido, não admitindo nenhum processo diegético — o reconhecimento do erro

no passado e o pedido de desculpas. Daí a necessidade do Negacionismo. Não se trata, desde o início, de um projeto militar, ou da iniciativa de instituições militares/FFAA, mas, sem dúvida é garantindo por esse “núcleo duro” formado sob e dentro das instituições que não viveram a *Habituation* democrática, continuando de “tenentes até novos comandantes” a viver o *habitus* de 1964. A modernização, os cursos e MBAs ministrados nas escolas e academias militares, se deram na direção de formação de elites egoístas e distanciadas do povo, muitas das vezes com medo e desprezo, gerando a demofobia brasileira. A vivência do Haiti gerou uma ideologia repressiva e enganosa na qual o povo deveria ser tratado através de Operações de GLO/Garantia da Lei e da Ordem, como inimigo interno, a única face visível do Estado, que recuaria das ações de inclusão social para a repressão social — esse seria o principal resultado da modernização ultraliberal dos cursos ministrados pelas fundações privadas nas escolas superiores militares. O Projeto do bolsonarismo flutua numa tensão constante entre o passado e o futuro: o passado da Ditadura Militar e o futuro de uma revolução fascista. O próprio bolsonarismo é um processo em curso, não foi *um* acontecimento singular, acabado. O *empuxo* veio do entorno social, desde 2013, ou mesmo antes, com forte apoio popular, sintetizado nas faixas ubíquas de “Intervenção Militar Já” e explicitou uma, até então oculta, margem social fascista minoritária, até então dormente, existente na sociedade brasileira. Neste espaço/tempo deu-se o ponto de oxidação: os sentimentos comuns exacerbados pelo lavajatismo, pela caça à corrupção, elevada ao grau de histeria, a crise econômica permanente e a perda de status das classes médias, com o horror da ascensão das camadas populares, particularmente de negros e pardos, no Brasil tingidos, ainda, pelo egoísmo social e pelo racismo estrutural e institucional, agora recrudescidos. O *empuxo fascista*, e sua charanga, é amplo, social, vem por baixo das instituições e as envolve. As FFAA são conservadoras, hierárquicas e moralistas, o que permitiu o encontro dos dois movimentos — contudo, tanto hoje no Brasil, como no caso dos fascismos históricos, não são trajetórias paralelas.

Dá-se, assim, entre 2013 e 2020, um retorno às condições anteriores à transição, cuja justificativa opera no plano ideológico na imposição de feroz Negacionismo e Revisionismo Histórico. Negar a existência de um “Golpe Militar”, da própria ditadura, das torturas, das prisões políticas, da censura, do arrocho salarial, da desapareção de oponentes e construir o período ditatorial como

um passado próspero e seguro é uma operação necessária para uma *transição falhada*.

Francisco Carlos Teixeira Da Silva

Referências:

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? Novos estudos CEBRAP, São Paulo, 1991. In: *About the Correlates of War Project – Correlates of War*. Consulta em 10/03/2020.

HUNTINGTON, S. The Third wave. Democratization in the late twentieth century, Norma Oak, University of Oklahoma Press, 1991.

EL PAÍS. Apoio à democracia na América Latina cai pelo quinto ano consecutivo, de acordo com o Latinobarômetro, 27/10/2017. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509131521_010672.html. Consultado em 08/06/2020.

SHAPIRO, Ian. La Teoria de la Democracia em el Mundo Real. Buenos Aires/Madrid, Marcial Pons, 2011.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. “Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, 1974–1985” In: FERREIRA, Jorge e NEVES DELGADO, Lucília A. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Record, V.4, pp. 243–283, 2003.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. Editora Intrínseca, 2014. 464p.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério de Silêncio. Rio de Janeiro, Record, 200.

TRANSIÇÕES TUTELADAS. Na Argentina e no Brasil, os regimes militares não possuíam recursos nem projetos para a crise econômica e financeira que se abateu a partir de meados dos anos de 1970 sobre o continente e recolhiam-se de forma acabrunhada ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas. Foi nesse clima que se organizou a transição entre ditadura e um regime democrático-representativo. A questão básica residia na forma que tal transição assumiria, com seus riscos e consequências. Guillermo O'Donnell distinguiu, nesse processo, duas formas clássicas de transição: as rápidas, com forte ruptura com o regime vigente, denominadas de

transição por colapso; as lentas e graduais, seguras para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças interessadas na mudança. Estas seriam denominadas *transições pactuadas*.

Desde logo, podemos perceber que a Guerra das Malvinas em 1982 e a derrota humilhante dos militares argentinos acelerou o processo de transição naquele país, enquanto no Brasil o relativo êxito dos militares em qualificar os atores para o diálogo em vista do retorno do Estado de Direito prolongou, até 1985, a presença da ditadura e criou as bases para a tutela posterior do regime democrático.

Na Argentina, a saída dos militares do cenário político em 1983, com a eleição de Raúl Alfonsín da União Cívica Radical (UCR) — um crítico solitário da aventura bélica dos militares — e o convencimento da UCR de que a defesa dos direitos humanos e a punição dos seus violadores eram o meio de diferenciação e de ganhos face ao peronismo possibilitaram a identificação do governo Alfonsín com a punição aos militares (v. Política e Direitos Humanos). O peronismo estava convencido de sua superioridade eleitoral e, ao mesmo tempo, de ser o principal antagonista dos militares, o que leva um grupo jovem de políticos do justicialismo a propor o *esquecimento* e a *união nacional* como melhor forma de levantar o impedimento que as forças armadas haviam lançado sobre o partido (v. Ditadura e Memória). Esta linha de ação, mais tarde fundamentada na imperiosidade da estabilidade, será a marca dos dois mandatos do presidente Carlos Ménen.

No Brasil, entretanto, as forças políticas de oposição, lideradas por políticos tradicionais — alguns haviam apoiado o golpe de 1964 ou propunham-se como interlocutores qualificados da ditadura — como Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, articulavam simultaneamente a transição para o Estado de Direito e a exclusão da sociedade civil da cena política. Assim, em plena mobilização popular pelas eleições *Diretas Já!*, o comando da oposição aceitava a possibilidade de disputar as eleições no colégio eleitoral organizado pela ditadura. (v. Oposição/Situação) Dessa forma, a necessidade de conquista de votos, longe dos comícios e manifestações de rua, promovia amplos acordos e partilhas de poder, principalmente com os dissidentes do partido oficial que, organizados no PFL, indicavam grande número de políticos que havia servido aos militares em cargos ministeriais no novo governo. Mais importante do

que isso, a *Aliança Democrática* (AD) no mesmo momento em que proclama a Nova República, expressão do presidente eleito Tancredo Neves, permite ampla autonomia dos militares, transformando o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves — intimamente associado ao empresariado e muito popular junto à principal cadeia de rádio, jornais e TVs do país — em uma espécie de guardião da transição. Um acordo acertado entre a liderança da AD — Tancredo Neves, Ulisses Guimarães — e a dissidência da ditadura — o ex-presidente Ernesto Geisel e o vice-presidente Aureliano Chaves — denominado o *Acordo de Minas Gerais*, dará garantias de que, em troca dos votos do partido da ditadura (o PDS), o novo governo garantiria o decreto da anistia (recíproca), evitaria processos por violação dos direitos humanos e por corrupção e garantiria a presença dos militares nos altos e lucrativos cargos da economia estatal. Assim, os militares estavam *dentro* do processo de transição, ocupando e limitando o trajeto para a democracia.

Na Argentina, o colapso do governo militar não permitira a plena tutela das forças armadas sobre o novo regime democrático. Assim, todos os atos de limitação do poder civil deveriam ser tomados entre a derrota nas Malvinas, em 1982, e a posse de Alfonsín, em 1983. Fazia parte desse arsenal de autoinocentação a *Ley de Pacificación Nacional* e o *Documento Final Sobre la Lucha Contra la Subversión e el Terrorismo*, ambas de 1983, e o decreto n.º 2726/83, que decide a destruição dos arquivos públicos com dados sobre a *Guerra Sucia*. Alfonsín (1983 – 1989), entretanto, cria uma *Comisión Nacional Sobre Desaparición de Personas* (CONADEP), presidida pelo escritor Ernesto Sábato, que passa a investigar, com o auxílio de inúmeras instituições da sociedade civil, a tortura e os desaparecimentos (v. Repressão e Violência). Aos poucos, um mundo de horror e brutalidade emerge do relatório produzido pela comissão: sequestros, assassinatos, estupros, sequestro de crianças, atentados e os inimagináveis *voos da morte*, quando os opositores eram lançados vivos pelos aviões nas águas geladas do Atlântico Sul.

Alfonsín revoga, através da Lei n.º 23.040, a autoanistia dos militares e, através dos decretos 157/83 e 158/83, abre caminho para o julgamento dos líderes militares e dos *guerilleros* de esquerda. Da mesma forma, inicia uma ampla reforma das forças armadas e o processo para sua plena inclusão no novo sistema democrático, distinguindo os atos de violação dos direitos humanos cometidos sob a ditadura das forças armadas enquanto instituição nacional. O

Comando Supremo das Forças Armadas reage, já em 1984, e questiona a suspensão da anistia, enquanto a baixa oficialidade prepara-se novamente para intervir. Os atos de rebelião militar, doravante, terão um aspecto diferente e marcarão o cenário político argentino dos anos de 1980 com o fenômeno dos *carapintadas*, os militares que tomam seus próprios quartéis em protesto contra o governo. Não se trata aqui de uma verdadeira tentativa de golpe, nem mesmo havia consenso nas forças armadas para uma nova aventura. Na verdade, os militares tentavam paralisar a ação do governo, demonstrando que poderiam dificultar muito a administração Alfonsín, já envolvida em uma catástrofe econômica. O governo e a opinião pública dividem-se, então, entre aqueles que defendiam a punição exemplar — que deveria mostrar que novas aventuras militares seriam exemplarmente castigadas — e aqueles que acreditavam que o esquecimento — revestido da ideia de *pacificación e unión nacional* — era o melhor caminho para a estabilidade da política do país. Assim, as rebeliões protagonizadas pelo tenente-coronel Aldo Rico, em 1987, e pelo coronel Mohamed Ali Seineldin, *el turco*, em 1989, pressionam o governo a encerrar as medidas judiciais contra os militares, o que culmina na *Lei da Obediência Devida* de 1988, isentando o oficialato médio, e a *Lei do Ponto Final* de 1987, limitando os processos contra os militares. A derrocada do governo Alfonsín e a eleição de Carlos Ménen (peronista) acabam por isentar os militares de outras responsabilidades. Face a um novo levante *carapintada*, em 1990, Ménen concede indulto geral aos militares, anistiando inclusive os chefes das juntas militares da ditadura, que são libertos. Assim, o Alto Comando Militar e o peronismo são reconciliados em detrimento das demandas da sociedade civil por justiça.

No caso brasileiro, a manifestação frontal das forças armadas tornou-se desnecessária. Os militares estavam perfeitamente incorporados à Nova República e, já na Constituição de 1988, através de ostensiva ação junto aos partidos de direita, haviam conseguido incorporar ao texto constitucional um artigo que garantia o papel das forças armadas como responsáveis pela segurança e pelas ordens *externa e interna* da nação (v. Partido Político de Direita). Aliás, a Constituinte que devolve o Estado de Direito ao Brasil é marcada pelo seu caráter limitado e tutelado. Os trabalhos são abertos e dirigidos pelo Supremo Tribunal Federal, que estabelece um sem número de cláusulas pétreas, intocáveis pelos constituintes. O interessante a notar é que o Supremo Tribunal,

com membros indicados pelo executivo ditatorial, mantivera-se em silêncio durante toda a ditadura. Da mesma forma, o chamado *Centrão* — reunião de partidos de centro e direita — acata uma série de imposições das forças armadas — inclusive, a intocabilidade da chamada comunidade de informações —, apoiando a extensão do mandato do presidente José Sarney, 1985–1989 — vice indicado pela AD na chapa de Tancredo Neves, falecido antes da posse — estendendo ao máximo a transição e criando as chamadas MPs, medidas provisórias, que davam ao executivo capacidade de legislar em qualquer campo da administração pública. Mantinha-se, assim, uma das características centrais da ditadura militar: o poder de legislar do executivo. Portanto, malgrado os começos diferenciados das transições argentina e brasileira — uma por colapso, outra negociada — os processos acabam convergindo para uma abertura incompleta e tutelada. As pautas comuns dos pactos de abertura — tanto na Argentina quanto no Brasil, Chile e Paraguai — são alcançadas, principalmente o esquecimento sobre as violações dos direitos humanos e os crimes de corrupção (v. Baderna & Ditadura e Violência).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

CHERESKY, I.; CHONCHOL, J.. Crise e Transformação dos Regimes Autoritários. Campinas, UNICAMP, 1986.

MacSHERRY, P.. Incomplete Transition. Military Power and Democracy in Argentina. New York, St. Martin's Press, 1996.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L.. Transiciones desde un gobierno autoritario. Buenos Ayres, Paidós, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1968: Memórias, Esquinas e Canções. In: ACERVO/Arquivo Nacional. Brasília, 1998(11): pp. 7-24.

Site: <http://www.ukinet.com/desaparecidos/castellano/numeros.htm>.

TRATADO DE LATRÃO. Expressão utilizada para caracterizar os tratados assinados entre a Santa Sé e o governo fascista italiano em 11 de fevereiro de

1929, assim denominado em homenagem à igreja episcopal do papa, São João de Latrão. Pondo fim à chamada Questão Romana, como ficara conhecido o conflito entre Estado e Igreja Católica advindo da Unificação em 1870, os termos do Tratado foram elaborados por Francesco Pacelli, irmão do futuro pontífice Pio XII. As suas origens remontam ao ano de 1925, quando Mussolini designou uma comissão para estudar uma possível reformulação eclesiástica. No ano seguinte, contatos secretos entre o Estado Fascista e os representantes do Papa Pio XI foram realizados, destacando-se as conversações entre o cardeal Pietro Gaspari e Domenico Barone, conselheiro do Estado. Após regularizar as relações do Fascismo com a monarquia e com os setores militares, o interesse de Mussolini em estabelecer um acordo com a Igreja veio a público (v. Franquismo & Salazarismo). Neste momento, com assessoria do ministro da Justiça Alfredo Rocco, o *Duce* assumiu as rédeas da negociação, visando capitalizar a popularidade que o acordo poderia lhe proporcionar (v. Concordata e Fascismo).

Três questões principais foram definidas pelo Tratado: as primeiras disposições – denominadas Tratado de Conciliação – estabeleciam o reconhecimento mútuo entre o Estado e a Santa Sé, garantindo a soberania da Igreja no denominado Estado da Cidade do Vaticano (*Stato della Città del Vaticano*), abrangendo 44 hectares, juntamente com direitos territoriais sobre várias edificações em Roma; a segunda parte do Tratado – denominada Convenção Financeira – regulava questões financeiras entre o Estado Fascista e a Santa Sé, e Mussolini se comprometeu a pagar como indenização por danos causados pelos quase sessenta anos da Questão Romana a quantia de 1,75 bilhão de liras; terceiro acordo – denominado Concordata – fixou a religião católica como a única reconhecida no país, eliminando o caráter laico das instituições nacionais. (v. Baderna & Ditadura) O papado se comprometeu em manter-se afastado de toda e qualquer disputa temporal entre as nações, assim como de congressos internacionais, enquanto o clero era proibido de atuar em partidos políticos. Foi estabelecida também a obrigatoriedade do ensino da religião católica, enquanto o casamento religioso passou a ser reconhecido pelas autoridades civis (v. Família).

O Tratado de Latrão garantiu a Mussolini um prestígio político cada vez maior, levando-o a afirmar: “Estou feliz por alcançar a vitória sobre um problema debatido em vão por estadistas do calibre de Cavour e por santos como

D. Bosco”. A partir deste momento, os retratos oficiais iriam mostrá-lo ao lado do rei e do papa, possibilitando que se projetasse como figura de referência para católicos no mundo todo. Mais famosa ainda ficaria a declaração do Papa Pio XI ao afirmar que Mussolini fora o “homem que a Providência nos fez encontrar”, já que o *Duce* não só estabelecera a soberania da Igreja como eliminara do cenário político os tradicionais inimigos da Igreja: os comunistas e os maçons (v. Anticomunismo & Maçonaria). Nas eleições de março, poucos meses após o acordo com o Estado, o papado estimulou o apoio dos padres aos quadros fascistas. Como estabelecido nas disposições preliminares à assinatura do Tratado, Pio XI retirou o apoio ao Partido Popular Católico (*Partito Popolare*), partido democrático de expressão semelhante ao *Zentrum* alemão. D. Luigi Strurzo, líder do partido, exilou-se em Londres. Paralelamente, o Vaticano estimulou a Ação Católica (*Azione Cattolica*) — organização leiga criada por Pio IX — que, em um primeiro momento, veio a representar uma das poucas brechas para uma organização política paralela em meio a um modelo unipartidário, já que era reconhecida pelo Fascismo através do artigo 43 da Concordata. Estas disposições foram, entretanto, sistematicamente desrespeitadas pelos fascistas, levando Pio XI a editar a Encíclica *Non Abbiamo Bisogno* em junho de 1931. Em muitos aspectos, os acordos estabelecidos no Tratado de Latrão inspiraram a Concordata de 1933 com a Alemanha Nazista. Com a queda do fascismo na Itália, as disposições do Tratado foram referendadas pela Constituição Republicana de 1948, tendo sido revisado apenas em 1984. (v. Fascismo: Movimento)

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

DUFFY, Eamon. Santos e Pecadores: História dos Papas. São Paulo, Cosac & Naify Edições, 1998.

MILZA, Pierre; BERSTEIN, Serge. Le fascisme italien, 1919–1945, Paris, Éditions du Seuil, 1980.

PAYNE, Stanley G.. Historia del Fascismo. Barcelona, Editorial Planeta, 1995.

TANNENBAUM, Edward R.. La experiencia fascista. Madri, Alianza Universidad, 1975.

U

UNIÃO DEMOCRATA CRISTÃ (UDC). A ideia de criação de um partido popular cristão na Alemanha teve origem ainda na década de 70 do século XIX. O propósito do bispo Ketteler, deputado do Parlamento Imperial, levou muitos anos para tornar-se finalmente realidade na forma da União Democrata Cristã – UDC (v. Catolicismo Social). Foi só após o término da Segunda Guerra Mundial, mas ainda em 1945, que a UDC começou a se estruturar efetivamente. A primeira fase de organização do partido se deu somente no âmbito dos estados. Em Berlin, a liderança coube ao Dr. Andreas Hermes. O clérigo Kaspar Schulte foi o principal responsável pelo trabalho de arregimentação partidária em Essen. A Westfalia do Norte mostrou-se desde o início como um dos estados mais ativos. O grupo de Colônia contou com a militância daquele que seria, mais tarde, o grande nome da União Democrática Cristã, ou seja, Konrad Adenauer. O movimento se espalhou por todo o território nacional, sendo mais intenso na zona sob administração britânica. A etapa seguinte, entre 1946 e 1948, caracterizou-se pela organização do partido em nível regional. Criaram-se, assim, as associações partidárias representativas dos estados. A terceira e última fase de consolidação da UDC foi a que levou a agremiação à condição de um partido nacional presente em todos os estados da Alema-

nha, com exceção da Baviera (v. Partido Político de Direita & Neofascismo na Alemanha).

A forma de surgimento do partido — de agremiações locais, passando por estruturas regionais até chegar a ser uma organização nacional — marcou completamente a sua dinâmica interna e fez da UDC um efetivo partido de massa com forte poder de decisão e implementação a nível de suas bases locais — fato que o caracteriza até hoje (v. Ideologia). A União Democrática Cristã é um partido de centro-direita, menos conservador que a União Social Cristã, mas igualmente comprometido com a defesa de valores da tradição cristã e da ordem econômica liberal (v. Conservadorismo & Modernismo no Catolicismo).

A UDC formou o primeiro Gabinete Federal após a criação da República Federal da Alemanha, sob a liderança do chanceler Konrad Adenauer. Adenauer permaneceu no poder de 1949 a 1963, tendo sido sucedido por seu colega de partido Ludwig Erhard, que seria sucedido pelo terceiro político da União Democrata Cristã a ocupar o posto de chefe de Governo na República Federal Alemã, Kurt Georg Kiesinger. Assim, a UDC esteve no poder ininterruptamente por 20 anos. Em 1982, com Helmut Kohl, a União

Democrática Cristã conquistou a liderança política outra vez e, desde então, manteve-se à frente do Governo Federal. A UDC conta atualmente com mais de 650 mil militantes ativos e, para apoiar seu trabalho político ideológico, recorre a diferentes organizações internas, entre as quais as mais importantes são: o Congresso Federal do Partido, a Comissão Federal e a Direção Federal. Ao longo de sua história, a União Democrática Cristã manteve um intenso debate interno em que sempre se destacavam três temas: o compromisso com os valores do Cristianismo, a ordem democrática liberal e a questão social (v. Democracia & Oposição/Situação).

Franklin Trein

Referências Bibliográficas:

GUTJAHR-LÖSER, P. CSU – Porträt einer Partei. München, Olzog Verlag, 1986

HÖLLER/ZWICK, Taschenatlas – Wahlen 1986 – Bundesrepublik Deutschland. Braunschweig, 1986

OLZOG/LIESE. Die politischen Parteien München. Olzog Verlag, 1987.

SCHÖNBOHRN, W. CDU – Porträt einer Partei. München, Olzog Verlag, 1986

SCHUBERT/KLEIN. Das Politischelexikon. Bonn, Dietz Verlag, 1987.

UNIÃO DEMOCRÁTICA DO CENTRO (Union Démocratique du Centre).

Partido político suíço recriado em 1971 a partir do antigo *Parti des Paysans, Artisan et Bourgeois*, criado em Zurique em 1917. Hoje, a UDC reúne cerca de 70 000 militantes filiados e muitos milhares de simpatizantes dispersos em várias associações diretamente dependentes da UDC, tais como a *Associação por uma Suíça Independente e Neutra*, o *Partido da Liberdade* e movimentos temáticos como o *Droit à Vie* (antiaborto), todos com forte caráter anti-União Europeia (v. Nacionalismo & Conservadorismo). A base eleitoral da UDC é bastante diversificada, incluindo um grande número de camponeses e pequenos comerciantes, mantendo, entretanto, uma forte presença nos meios da alta finança — os grandes empresários e centenas de milionários. A UDC atingiu mais de 20% dos votos nas eleições de 1999, conseguindo três lugares no Conselho Federal, responsável pelo governo suíço. Vários membros da UDC emitiram numerosas opiniões racistas nos últimos anos, em especial contra os eslavos, islâmicos e ciganos (v. Alteridade & Neoracismo Diferencialista). A sua principal liderança é exercida por Christoph Blocher, um notório inimigo da União Europeia com assento no Conselho Federal, que considera a unificação econômica europeia um meio de limitar a soberania da Suíça, abrindo o país à invasão estrangeira (v. Ideologia & Partido Político de Direita). Da mesma forma, Blocher tem se declarado fortemente contrário às medidas que visam indenizar os judeus que tiveram as suas contas e pertences apropriados pelos bancos suíços durante a Segunda Guerra Mundial, caracterizando as demandas judias como uma questão de dinheiro e não de reparação moral (v. Fascismo & Historiografia do Fascismo). Da mesma forma que seus congêneres — Haider na Áustria e Le Pen na França — Blocher mostra-se crítico em relação ao sistema parlamentar e declara seguidamente a classe política suíça como “doente” (v. Antigo Regime & Democracia). Do ponto de vista econômi-

co, um pouco diferente da extrema-direita tradicional, Blocher mostra-se um liberal convencido, acusando os sociais-democratas e os verdes de “comunistas”, pregando a retirada total do Estado da economia e uma redução brusca dos impostos sobre a renda como forma de retomada econômica (v. Estado do Bem-Estar Social). Do ponto de vista social, Blocher apresenta-se como um conservador clássico, associando a liberdade e o prazer com a decadência, fazendo com que a atual geração seja física e moralmente mais fraca do que as gerações anteriores, explicitando assim os riscos do regime democrático para a população (v. Baderna & Família). A UDC na Suíça e os partidos com os quais guarda grande afinidade, como a CSU na Baviera, o Partido da Liberdade Austríaco (FPÖ) e a Frente Nacional na França, além da Aliança Nacional na Itália, compõem um forte bastião de extrema-direita no centro da Europa, assumindo com prazer o papel de uma muralha na “Fortaleza Europa”, fechada aos islâmicos e eslavos (v. Nouvelle Droite, Neofascismo na Alemanha, Polo da Liberdade, Extrema-Direita na Áustria & Neofascismo na Rússia).

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Referências Bibliográficas:

(Ver Fascismo)

ULTRAMONTANISMO. Termo que designa a tendência do Catolicismo no século XIX de buscar o fortalecimento do Papado, tanto no governo quanto no magistério da Igreja. Em função disso, os católicos deveriam ver no Sumo Pontífice o principal líder e o mediador entre a sociedade e o mundo espiritual. Além disso, os leigos e os religiosos deveriam ser submissos às iniciativas e às diretrizes da Santa Sé. Tal perspectiva inaugurou uma série de conflitos dentro da instituição católica entre as tendências mais particularistas, como o Galicismo, e os setores que defendiam o desenvolvimento de um processo centralizador em torno do bispo de Roma (v. Conservadorismo).

O movimento em prol da centralização da Igreja com características ultramontanas encontrou uma grande acolhida entre leigos e religiosos, que viam

no reforço da autoridade do Pontífice uma forma de combater os abusos de poder dos bispos, fato que vinha ocorrendo em diversas dioceses da Europa. Os papas Gregório XVI e Pio IX, preocupados com o avanço das ideias laicizantes na Europa e, sobretudo, com os defensores da separação da Igreja e do Estado, viram nas ideias ultramontanas e no apoio popular a elas uma alternativa para o seu fortalecimento e aquele da Igreja. Portanto, o movimento ultramontano nasceu da convergência dos interesses do clero e dos leigos com os dos bispos de Roma (v. Casamento & Catolicismo Social). Para diversos intelectuais católicos franceses como De Maistre, autor da obra *Du Pape* (1819), o reconhecimento da importância do poder e da liderança do Papa seria importantíssimo para o restabelecimento na França da ordem social e política centrada na aliança entre o *Trono e o Altar*, abalada durante a Revolução Francesa (v. Antigo Regime & Tradição). O ultramontanismo desenvolveu-se em países tradicionalmente católicos na Europa, mobilizando uma parte significativa do clero e dos leigos que era favorável ao absolutismo monárquico. O movimento ultramontano expandiu-se também para a América Latina, conseguindo a adesão de importantes clérigos e intelectuais ligados à Igreja. As iniciativas leigas e religiosas de propagação e afirmação do Ultramontanismo ganharam o reforço dos papas que, por conseguinte, passaram a interferir nas reuniões dos bispos que demonstrassem resistências ao processo de centralização da Igreja. Além disso, publicações e revistas discordantes tiveram sua circulação proibida. Apesar das restrições às vozes discordantes, desencadeou-se entre os católicos uma verdadeira campanha de expansão dos ideais centralizadores, suscitando um grande movimento popular na Europa em defesa da Igreja e do Sumo Pontífice. Além disso, muitos partidários das ideias ultramontanas pensavam que o reforço da autoridade papal livraria a Igreja das pressões e dos comprometimentos com a política dos Estados. Na França, em 1830, muitos católicos ultramontanos, como Lamennais, acreditavam que, ao se exaltar o poder do papa, a Igreja na França estaria se libertando da interferência do Estado nos assuntos eclesiais (v. Estatismo & Integrismo). No entanto, para que a Igreja fosse realmente livre, esta deveria apoiar a defesa das liberdades política e civil, econômica e de imprensa para conseguir a sua independência frente ao poder temporal (v. Modernismo no Catolicismo).

Diante de tal posicionamento, o papa Gregório XVI — preocupado com o crescimento de uma vertente ultramontana que, a seu ver, começava a extrapolar os limites ao ousar determinar o que a instituição católica deveria ou não admitir e que ameaçava fugir do controle tanto do Estado quanto da Igreja — impôs sérias proibições e restrições que culminaram com a ruptura de Lamennais com a cúria romana (1834). Os ultramontanos apostaram na criação de alternativas intelectuais, teológicas e políticas para combater o Liberalismo, o Cientificismo, o Socialismo e as correntes de pensamento que defendiam a laicização do Estado, relegando a Igreja à supremacia no domínio do mundo e do poder espiritual (v. Ação Católica). Ao buscar dentro de si mesma alternativas para combater e negar o mundo moderno, a Igreja Católica abriu espaço para que intelectuais leigos e, sobretudo, clérigos que não eram de origem nobre ascendessem na carreira intelectual e eclesiástica dentro da instituição. O objetivo era a criação de um clero fiel às prerrogativas do poder papal e desligado dos particularismos e dos compromissos com os prelados anglicanos e com os que eram contrários ao processo de centralização da Igreja em torno do papa. O maior investimento do movimento ultramontano foi a reestruturação da atividade missionária da Igreja dentro e, principalmente, fora da Europa a fim de que se estruturassem na África e na Ásia circunscrições eclesiásticas que seriam, desde o nascedouro, afinadas ao processo de subordinação e respeito à autoridade do papado. O poder papal na Igreja na vertente ultramontana foi consagrado com a proclamação do dogma da infalibilidade do papa durante o Concílio Vaticano I (1870), iniciado e não concluído no pontificado de Pio IX.

Patrícia Teixeira Santos

Referências Bibliográficas:

AZZI, R. O altar unido ao trono um projeto conservador. São Paulo, Paulinas 1992.

BOFF, Lina. Espírito e missão na teologia: um enfoque histórico e teológico, 1850–1930. São Paulo, Paulinas, 1998.

BOUTRY, Phillippe. Le mouvement vers Rome et le renveau missionaire. In RÉMOND, René; LEGOFF, Jacques.

Histoire de la France Religieuse, v. 3. Paris, Éditions du Seuil, 1991.

CHRISTOPHE, Paul. Pequeno dicionário de História da Igreja. São Paulo, Paulinas, 1997.

CORRIGAN, R. A Igreja e o século XIX Rio de Janeiro, Agir, 1946.

ENCHIRIDION DELLE ENCICLICHE. no. 2. Gregório XVI – Pio IX 1831–1878. Bologna, Edizione Dehoniane Bologna, 1998.

FLICHE, A.; MARTIN, F.. Histoire de l'Église, v. 24. Paris, 1924.

GONZALEZ, Fidel. Movimento missionario e storia della sanità nel Piemonte del sec. XIX. In Archivio Comboniano 1995/2. Verona, 1995.

LAMENNAIS, Félicité de. Palavras de um homem de fé. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

SANTOS, Patricia Teixeira. Regenerar a África pela África: o projeto de evangelização da África Central de D.

Daniele Comboni, vigário apostólico (1864–1881). Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História/UFF, Dissertação de Mestrado, 2000. (mimeo.)

URBANISMO. Estudo macro do desenho urbano, ou seja, do plano da cidade. O espaço urbano começa onde é o limite externo da arquitetura, guardadas as devidas proporções. Este planejamento ocorre na definição da infraestrutura e espaços aparentes do uso comum da cidade. Neste sentido, atuará necessariamente na morfologia da cidade e nas suas estruturas de funcionamento. A definição e a utilização destes espaços diferem-se com o passar do tempo. Após a Revolução Industrial, houve uma grande reformulação do espaço público. O sistema fabril foi o responsável por inúmeros êxodos populacionais que resultaram num crescimento urbano acelerado, embora a maioria da população ainda permanecesse no campo. O crescimento das cidades ia sendo sentido ao mesmo tempo em que as fábricas se multiplicavam e a população se concentrava ao seu redor. A industrialização e o surto demográfico tornaram premente às cidades a necessidade de expansão. No entanto, a construção de habitações não acompanhou tal crescimento demográfico de uma forma planejada. Assim, as acomodações em casas de cômodo, em quartos de

porão e em cortiços deixavam muitas vezes a população desprovida de água, esgoto e luz.

A presença das fábricas e a situação precária de alimentação, de saúde e de moradia fizeram crescer uma ameaça à saúde dos mais desprovidos. O cólera, o tifo e a tuberculose estavam entre as mais comuns endemias urbanas. Em função deste problema, começa a se desenvolver um discurso higienista nas cidades, pelo qual se legitima a extinção deste tipo de moradia e o consequente fechamento e desmoronamento dos cortiços (v. Favela). Na cidade do Rio de Janeiro, a derrubada do cortiço “Cabeça-de-Porco” foi um exemplo deste tipo de política (v. PENNA, Belisário). Reformas urbanas foram sendo implementadas, conhecidas num conjunto maior como reformas urbanas de Pereira Passos e o discurso político de cidadania cederia espaço a um discurso médico (v. Eugenia). O medo da proliferação de doenças por parte das elites governantes sustentou uma ação de despojamento desta população pobre de suas antigas e precárias moradias — próximas ou inseridas no lugar de seus trabalhos — sendo transferida para áreas específicas determinadas pelo governo. A maioria se localizava nos arredores da cidade e distante do centro urbano (v. Conservadorismo).

De uma forma geral, as sociedades ao longo dos tempos sentem a presença mais marcante da urbanização que se desenvolve dentro de padrões de seu tempo e governo. Na Alemanha nazista, por exemplo, foram postos em prática planos de reformas gigantescas, abrindo grandes vias por onde o Exército e todo o seu aparato poderiam desfilar e se locomover rapidamente — quadras ortogonais bem-definidas e com limites claros faziam parte do plano urbanístico deste regime. O eixo monumental que corta a malha urbana e serve de palco principal para o desfile das tropas se torna uma marca quase que obrigatória para este tipo de intervenção (v. Guerra & Militarismo). Os grandes espaços livres urbanos foram largamente utilizados nas grandes transformações feitas nesta época, como o exemplo da cidade de Berlim, que foi quase toda reformada e reprojeta para atender as necessidades da modernidade e a responsabilidade da sua eminente sina: ser capital mundial (v. Modernismo nas Artes). No Brasil, a abertura da Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro, com suas vias bastante largas para a época, além de fazer parte de uma política estado-novista de valorização do líder — Getúlio Vargas — também é característica de uma construção urbanística de acordo com os modelos do-

minantes — modelos estes de monumentalidade e de grandeza na forma que enquadrasse a população como massa numa participação política marcada pela “estética em cena”, que criava um elo orgânico e funcional entre os diferentes agrupamentos sociais (v. Populismo). No entanto, o mesmo espaço aberto que serve para a multidão esteticamente “fazer a cena” serve também para um fácil deslocamento das forças da repressão a tudo que questionasse a sua ordem funcional (v. Estado Novo: Historiografia). Neste sentido, o espaço expressa poder e o urbanismo tem influência mais ou menos direta na vida das pessoas. O entendimento urbano é muito mais amplo que o seu similar arquitetônico, pois o traçado urbano é geralmente mais complexo que a peça arquitetural, no sentido de que a cidade possui uma abrangência de interesses bem maior e de acomodação espacial nem sempre a-conflitual. Um traçado urbano pode tanto supor este conflito quanto negá-lo, incorporando as diferenças funcionalmente e aludindo na harmonia dos traços uma harmonia social (v. Fascismo).

Fernanda Guimarães Correia

Referências Bibliográficas:

BURNS, Edward. História da Civilização Ocidental. São Paulo, Globo, 1995. v.2

HOBBSBAWN, Eric. A Era dos Extremos. O breve século XX 1914–1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KOCH, Wilfried. Dicionário dos Estilos Arquitetônicos. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

PEVSNER, Nikolas. Panorama da Arquitetura Ocidental. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

REICHEL, Peter. La fascination du nazisme. Paris, Ed. Odile Jacob, 1993.

V

VACINA E NEGACIONISMO. O movimento antivacinas, ou negacionismo de vacinas, é tão antigo quanto a própria vacinação. Já na primeira vacina, para varíola, desenvolvida por Edward Jenner no final do século XVIII, vemos a resistência à imunização.

A vacinação torna-se compulsória na Inglaterra a partir de 1840. É a primeira vez na história que o Estado interfere na biologia do indivíduo, e isso gera uma forte rejeição popular. A primeira associação antivacinas da Inglaterra foi provavelmente a Liga Contra Vacinação, fundada em 1867. Jornais antivacinas foram publicados, como o *Anti-vaccinator* e o *Vaccination Inquirer*. Em 1898, o Parlamento introduz um certificado de isenção para aqueles que eram contrários à vacinação por não acreditarem em sua segurança e eficácia.

Historicamente, portanto, temos registros de uma reação política antivacinas, motivada por grupos que se sentiram atacados em suas liberdades individuais. Mas este não era o único motivo para a resistência à vacinação.

O sucesso da prática mais primitiva de inoculação foi uma das causas da resistência à vacina de Jenner. A inoculação consistia em retirar pus das feridas cutâneas de alguém contaminado com varíola, e introduzi-lo no corpo

de pessoas saudáveis. Havia o risco, claro, de a pessoa desenvolver a doença, e morrer. Mas era considerado um risco aceitável. Quando Jenner trouxe sua ideia inovadora da vacina, feita a partir da varíola bovina, ainda que os riscos fossem muito menores, a resistência foi grande.

As pessoas preferiam a inoculação, que já era conhecida. Além disso, a “vacina” vinha da “vaca”, e boatos de que a nova técnica transformaria as pessoas em vacas, ou faria crescer partes de vaca no corpo humano, começaram a surgir. A associação de vacinas com animais impuros, ou com qualquer tipo de impureza ou “contaminação” que poderia ser interpretada como algo que não é da natureza, ou de Deus, é comum em movimentos antivacinas e na hesitação vacinal.

Diferença entre hesitação e negacionismo

Existe uma distinção necessária entre negacionismo — ou movimento antivacinas — e hesitação vacinal. O primeiro é um movimento organizado, propagador de desinformação, geralmente financiado por grupos de interesse com motivação política, ideológica ou monetária. Trata-se de um movimento que semeia a dúvida estrategicamente, estimulando a desconfiança nos sistemas de saúde, governos, agências regulatórias e indústria farmacêutica. O segundo é o resultado deste movimento visto na sociedade, com o declínio da adesão às campanhas de vacinação, a grande circulação e replicação da desinformação e à amplificação do medo por pessoas que realmente são levadas a acreditar que vacinas fazem mal à saúde.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou em 2019 a hesitação vacinal como um dos maiores problemas globais que ameaçam a saúde pública. O Grupo SAGE (Grupo Consultivo de Especialistas em Vacinas da OMS) encontrou três fatores que operam na hesitação vacinal, os três “C”: Confiança, Complacência e Conveniência.

A Confiança refere-se ao sentimento do público em relação às vacinas, ou seja, é um fator extremamente sensível à propagação de notícias falsas, teorias da conspiração e incidentes que exponham condutas antiéticas ou falhas graves de governo e indústria. A confiança nas vacinas é facilmente abalada em grupos marginalizados que já foram historicamente vítimas da indústria

farmacêutica e de governos autoritários, como ocorre com a comunidade negra e hispânica nos EUA.

A Complacência refere-se à análise — em geral imperfeita — dos riscos e benefícios que vacinas oferecem. Muito embora as vacinas, juntamente com antibióticos e saneamento básico, sejam consideradas as melhores intervenções de saúde coletiva da modernidade, seu sucesso em prevenir doenças infecciosas tende a produzir uma intuição errônea sobre riscos e benefícios em grande parte do público não especialista. Como, graças à vacinação, as doenças infecciosas param de circular, a memória comum sobre flagelos como pólio ou sarampo fica prejudicada. É fácil cair, então, na falácia de que vacinas são desnecessárias.

O terceiro “C”, conveniência, talvez seja o fator mais negligenciado em tempos de desinformação e notícias falsas. Se o posto de saúde está fechado, se o atendimento é precário, os profissionais são mal treinados, não há incentivos para levar as crianças ao posto: o cidadão desiste — muito facilmente de vacinar, mesmo que não seja contrário às vacinas.

Hesitação vacinal no espectro político

A falácia do natural atinge pessoas em todos os espectros de ideologia política. Na esquerda, manifesta-se sob a forma de uma crença mística no equilíbrio da natureza, de uma desconfiança paranoica em relação às grandes indústrias farmacêuticas, e até mesmo, da suspeita — esta, justificada historicamente — de grupos e minorias marginalizados que foram enganados por governos insensíveis e por uma indústria perversa. Já na direita, há o apelo religioso, de que os males são fruto da vontade divina e devem ser superados (ou aceitos) com fé, mistura-se ao impulso de desafiar o que vem “do Estado” e parece se sobrepôr à vontade individual. Em tempos mais recentes, a direita passa a estender sua desconfiança em relação ao governo para as grandes corporações, vistas como cúmplices do Estado numa conspiração para limitar liberdades individuais.

O apelo à pureza da natureza, e a resistência à interferência humana é muito bem explicada pelo psicólogo e pesquisador Jonathan Haidt, da Universidade de Nova York (NYU). Em seu livro “A Mente Moralista”, Haidt sugere que seis valores definem a noção de moralidade de cada pessoa: cuidado, justiça, li-

berdade, lealdade, autoridade e pureza. Diferentes grupos sociais (ou mesmo indivíduos) dão diferentes pesos a cada um desses valores, e a combinação desses pesos define uma visão particular de certo e errado, tolerável e inaceitável. O movimento antivacinas explora claramente ao menos quatro destas seis fundações.

O cuidado está fortemente associado ao cuidado parental. Cuidar da saúde da família é historicamente prerrogativa das mães, o que faz com que elas sejam os alvos preferidos do movimento antivacinas, como demonstrado por pesquisa de Stephanie Baker e Michael Walsh, publicada no periódico “Information, Communication and Society”. A maior parte da propaganda antivacinas direciona seu conteúdo para mães, apelando para o senso de cuidado, e culpa, no caso de uma decisão “errada”.

O senso de justiça aparece ligado à indústria farmacêutica e governos, e também atinge todo o espectro político. A liberdade de tomar suas próprias decisões, sem a interferência do Estado, ressoa mais nos ouvidos dos conservadores, e a pureza, uma vida mais ligada ao sagrado da natureza e livre de produtos químicos industrializados ressoa tanto nos movimentos naturais da esquerda quanto na direita que condena a corrupção “coletivista” da civilização.

Migração para a direita conservadora

Apesar de o movimento antivacinas ser bastante democrático em seu alcance, observa-se em tempos recentes uma tendência de maior alinhamento com a direita conservadora. O Jornal The New York Times destacou que, nos EUA, os Estados com o menor índice de vacinação são justamente aqueles que votaram em peso em Donald Trump. Fenômeno similar foi observado no Brasil, com taxas de mortalidade para Covid-19 mais altas nos Estados que mais votaram em Jair Bolsonaro em 2018.

Alguns autores atribuem o sucesso do movimento antivacinas na direita conservadora a um fenômeno conhecido em psicologia comportamental como “aversão à solução”. Trata-se de comportamento motivado muito mais pelo desconforto com a solução apresentada do que o problema em si. No caso da Covid-19, por exemplo, os passaportes de vacina, utilizados por muitos governos para aumentar a adesão às campanhas, desperta forte sentimento

de rejeição que pode não ter sua origem em uma crença de que vacinas fazem mal à saúde.

Esta lógica também está presente em outros movimentos negacionistas ligados à extrema-direita, como o negacionismo climático. Aceitar o que o mundo está esquentando por ação humana implica aceitar as soluções incômodas para este problema, como créditos de carbono, restrições ao uso de combustível fóssil, investimento em energia limpa. Da mesma maneira, aceitar que vacinas são estratégias essenciais de saúde coletiva global significa aceitar ter certas liberdades condicionadas à comprovação de vacinação.

Motivados pela aversão à solução, em geral fazemos atalhos mentais para tentar justificar a decisão de maneira mais racional e/ou científica. Assim, propagar desinformação de que as vacinas não são realmente seguras ou de que o mundo na verdade não está esquentando soa mais razoável do que admitir que não queremos deixar de usar automóveis, ou ter que vacinar nossos filhos apenas para cumprir uma obrigação social. A desinformação, organizada pelo movimento antivacinas, fornece a desculpa ideal para que escolhas irracionais pareçam justificadas.

E o que o movimento negacionista ganha com isso? Pesquisa da ONG CCDH (Centro de Combate ao Ódio Digital) nos EUA aponta que os maiores beneficiários são, em sua maioria, influencers de mídias sociais que promovem produtos associados a estilos de vida “livres de químicos e medicamentos”. Vendem-se aí livros, suplementos nutricionais e produtos “naturais” para “fortalecer o sistema imune”.

O negacionismo de vacinas movimenta um mercado milionário, que lucra com a desinformação e com a dúvida. Negacionismo mata. E negacionismo de vacinas mata gerações e populações inteiras.

Natalia Pasternak

Bibliografia:

Pasternak, N, Orsi, C. *Contra a Realidade*, Editora Papirus Sete-Mares, 2021.

Stephanie Alice Baker & Michael James Walsh (2022) 'A mother's intuition: it's real and we have to believe in it': how the maternal is used to promote vaccine refusal on Instagram, *Information, Communication & Society*, DOI: 10.1080/1369118X.2021.2021269

Chu H, Yang JZ, Liu S. Not My Pandemic: Solution Aversion and the Polarized Public Perception of COVID-19. *Science Communication*. 2021;43(4):508–528. doi:10.1177/10755470211022020

Macdonald, Noni. (2015). Vaccine hesitancy: Definition, scope and determinants. *Vaccine*. 32. 10.1016/j.vaccine.2015.04.036.

<https://www.theguardian.com/technology/2022/jan/27/anti-vaxxers-making-at-least-25m-a-year-from-publishing-on-substack>

VALHALLA 88. *Sítio eletrônico brasileiro* (I.P 69.73.138.107) que esteve em atividade entre 1997 e 2007. Foi um dos mais ativos sítios da intolerância na América do Sul. Durante a sua década de operação, os principais alvos do sítio eletrônico eram negros, judeus, homossexuais, imigrantes e sobretudo nordestinos. O nome “Valhalla 88” tem origem na mitologia nórdica, referência ao castelo para onde seguem os guerreiros mortos em combate. Por sua vez, o número 88 corresponde à oitava letra do alfabeto em sequência (HH), conhecido por neonazistas do mundo inteiro como acrônimo para “Heil Hitler”. O *Valhalla 88* ganhou fama na rede pela variedade de material e por ser estável, diferente de outros sites que rapidamente desapareciam. Assim, essa regularidade, esse “compromisso com a causa”, chamava a atenção dos navegantes. Em tempos de web 1.0, das conexões discadas e de limitados recursos de compartilhamento, o grupo disponibilizava imagens — fotos, panfletos, pôsteres do III Reich, charges — vídeos, áudio em MP3, textos do chamado “revisionismo histórico” e farto material doutrinário. O sítio alcançou a significativa marca de 200 mil visitas diárias, tornando-se assim um dos mais atrativos links nacionais-socialistas da América do Sul. Os neonazis brasileiros, principalmente skinheads, costumavam, pelo *Valhalla 88*, pregar a dominação do “sangue ariano”, como um elemento de identidade racial. Conforme Adriana Dias, “considerando apenas o *Valhalla 88*, por exemplo, suas mais de mil e

quinhentas páginas equivaleriam a dezessete sites médios, se levarmos em conta todos os sites e cerca de cinquenta sites se desconsideramos os grandes portais” (2007:94-95). O próprio nome de batismo do sítio evidencia o apelo místico que ele pretendia. O neonazismo circulante pelos sítios nacionais, emulando exemplos da Europa e de países próximos como a Argentina, reúne mitos, narrativas e rituais supostamente “pagãos”, promovendo a superioridade da raça ariana. Durante o seu período de funcionamento, o *Valhalla 88* manteve um frequentado fórum, chamado *Livro de Odin*, espaço no qual as ideias de diferentes tendências skinheads se manifestavam. Inicialmente hospedado no provedor argentino *Libreopinion.com*, o *Valhalla88.com* foi rastreado pela Polícia Federal brasileira e membros da Comunidade Judaica no Brasil, sendo forçado a buscar “hosting” nos Estados Unidos, mas logo depois foi retirado do ar. Após ação da Polícia Federal e consequente expulsão portal *Libre Opinión*, o sítio eletrônico enfrentou dificuldades para manter as suas atividades com mais frequência e foi forçado a encerrar as operações. Com a extinção das atividades do *Valhalla 88*, parte do material nele existente foi disponibilizada pelo portal espanhol *Nueva Orden*.

Dilton C. S. Maynard

Referências

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Os Anacronautas do Teutonismo Virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet**. Campinas, SP: [s. n.], 2007

GABLE, Gerry, JACKSON, Paul (Orgs). **Far-Right.com: nationalist extremism on the Internet**. University of Northampton: Northampton, 2012.

KAPLAN, Jeffrey; BJORGO, Tore. **Nation and Race: The developing Euro-American Racist Subculture**. Boston. Northeastern University Press, 1998.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Intolerância ao Sul da América: estudo comparado de grupos fascistas do Brasil e da Argentina na Internet (1996-2007). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.12, p. 05-35, mai./ago. 2014.

SALAS, Antonio. **Diário de Um Skinhead: um infiltrado no movimento neonazista**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Planeta, 2006.

VASCONCELOS, José (1882-1959). Pensador, escritor e educador popular mexicano responsável por um amplo plano de alfabetização do país. Vasconcelos torna-se, a partir de 1925, com o lançamento do livro “Raça Cósmica: o destino da raça ibero-americana”, um pensador original do futuro da América Latina. A “raça cósmica”, conforme sua tese, seria o produto da mestiçagem promovida pelos países ibéricos – Portugal e Espanha –, através da colonização, promovendo uma síntese da raça branca, europeia, com os negros trazidos da África e os ameríndios nativos numa unificação final do México e construindo, assim, as bases de uma nova civilização. A proposta de Vasconcelos embora trabalhando intensamente com o conceito de “raças” o faz num sentido oposto ao fascismo italiano – onde se destacava o papel da “raça imperial” –, pura e branca ou o nacional-socialismo em ascensão baseado na intensa propaganda dos méritos da “raça ariana”, ambos baseados na ideia de um império construído a partir de uma “Herrenrasse”/raça de senhores, europeia, as quais contrapôs Vasconcelos a noção de “raça cósmica”, forjada nas Américas ibéricas. Por meio de importantes cargos públicos – primeiro secretário nacional de Educação, diretor da Biblioteca Nacional e Reitor da UNAM – desempenhou um papel central na passagem de uma educação positivista para conceitos racializados e nacionalistas, amadurecido no âmbito do Grupo “Ateneu da Juventude”. A difusão do ensino, teórico e prático, a criação de bibliotecas, a fundação de centenas de escolas normais – inclusive no campo - e apoio às diversas formas artísticas eram os instrumentos básicos para “a elevação da alma mexicana”. A farta distribuição de livros, ao lado do ensino básico, impunha, ainda, o espanhol como língua comum, único instrumento de propagação da cultura, já que os idiomas indígenas não tinham o alcance, e a história, da língua da Conquista, propondo assim “castelhanizar” o México. Embora alguns especialistas destaquem na obra de Vasconcelos um viés predominantemente cristão e humanista, ele mesmo admitia um mundo organizado através de hierarquias nacionais e diferenças de aptidões intransponíveis, cabendo à elite cultural do país, branca, se tornar a tutora e condutora dessa nova “raça cósmica”. O próprio Vasconcelos afirma, em um jornal de finalidades educativas, que “... escribiremos para los muchos [...] con el propósito constante de elevarlos, y no nos preguntaremos qué es lo que quieren las multitudes, sino qué es lo que más les conviene, para que ellas mismas encuentren el camino de su redención” (*El Maestro*, Vasconcelos, José 1921:

6-7), explicitando o caráter autoritário da proposta do Reitor da UNAM. Após ter construído um projeto “platonista” de poder, com uma possível eleição à Presidência da República, em 1929, Vasconcelos, após sua derrota eleitoral, se identifica com o nazismo em ascensão na Alemanha, publicando uma revista, *El Timón*, financiada pela Embaixada da Alemanha. Tal adesão cria uma forte polêmica no país e um debate agudo entre os seus estudiosos, marcado por um aparente paradoxo: a lógica do autor de “Raza Cósmica”, o fruto da mestiçagem, aderir ao nazismo, um racismo exclusivista. Na verdade, este não foi o único caso latino-americano. Também o Integralismo brasileiro, próximo dos fascismos europeus, era defensor de uma postura de validação e promoção de um “homem brasileiro” fruto da mestiçagem. Em ambos os casos floresce a categoria “raça” a se contrapor a “classe” e, em especial, a “luta de classes”, marcando um profundo antimarxismo e antiliberalismo do pensamento autoritário florescente na América Latina dos anos de 1930. Por isso, também, importantes autores do Integralismo brasileiro podiam, como Vasconcelos, desenvolver um pensamento antisemita e identificar uma exploração “plutocrata” dos países pobres por parte das grandes potências capitalistas dominadas pelo “judaísmo”. Esse era um tema central do pensamento de Mussolini. A questão reside nas próprias categorias de compreensão e análise social de Vasconcelos: o uso do conceito de raça como elemento definidor do processo histórico. Mesmo antes de sua derrota nas eleições de 1929, quando superado pelo Partido Nacional Revolucionário/PNR, antecessor do PRI, Vasconcelos já em 1925 apostava na missão civilizadora da futura raça mexicana. No fundo, Vasconcelos assumia, também, uma história racialista, como no caso da Itália de Mussolini, com destaque ao papel da “raça imperial”, num eco de Julius Evola (1898-1974). Assim, o arrazoado que explicaria a derivação nacional-socialista de Vasconcelos, já clara em 1925, como decorrência de sua derrota política em 1929 e o desgosto com a “corrompida democracia burguesa”, fica seriamente prejudicada, assim como seu Humanismo, perante a visão clara, ainda herdada do positivismo, de uma sociedade de hierarquias. Processo semelhante a de vários Integralistas brasileiros, a quem Vasconcelos não era estranho. Assim, a simpatia extremista de Vasconcelos não pode ser atribuída a “amargura” da derrota de 1929, mas como uma consequência natural do pensamento autoritário e a trajetória de sua obra : “...en el semanario *Timón* se publicaban diatribas contra las potencias aliadas y el poderío

mundial del dinero judío, así como propaganda nazi salida directamente de la oficina de Goebbels: el avance de Alemania en todos los frentes y la inminente victoria del III Reich” (<https://www.milenio.com/opinion/rogelio-villarreal/otra-parte/el-nazi-vasconcelos>). Os elementos centrais de um pensamento autoritário e elitista já estava formado antes mesmo da ascensão do nazismo ao poder, mas não estranho ao vitalismo, anti-igualitaríssimo tradicional, o antisemitismo e a ideia de raça como motor da História que marcam a obra de José Vasconcelos.

Francisco Carlos Teixeira Da Silva

Bibliografia:

Vasconcelos, José. La raza cósmica. Misión de la raza iberoamericana, 16a. ed., México, Espasa-Calpe, 1992.

Crespo, Regina. Itineraris intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación. UNAM/CCyDEL, 2005.

Evola, Julius. Revolt Against the Modern World. Rochester/VER, Inner Traditions/Bear, 1995.

VIKTOR ORBÁN (1963). “Lembraremos esta vitória até o fim das nossas vidas, porque tivemos que lutar contra uma enorme quantidade de adversários: a esquerda local, a esquerda internacional, burocratas de Bruxelas, todo o dinheiro e instituições do império Soros, os grandes conglomerados de comunicação social e o presidente ucraniano também. Nunca tivemos tantos adversários ao mesmo tempo”. Essas foram as palavras proferidas por Viktor Orbán depois de eleito para o quarto mandato consecutivo para primeiro-ministro da Hungria em 2022. Reforçando o discurso contra a União Europeia colocando a Hungria como o futuro da própria Europa, ele utilizou-se do atual conflito entre Rússia e Ucrânia (2022) para se fortalecer no âmbito nacional e até mesmo apaziguar os discursos sobre sua imagem internacional, tendo em vista que sempre foi identificado como um dirigente pró Putin.

Viktor Mihály Orbán, nasceu em Székesfehérvár em 1963. Estudou inglês e direito na Blanka Teleki High School e na Universidade Eötvös Loránd respectivamente, tendo defendido uma tese sobre o Movimento de Solidariedade Polonês. Sua atuação no campo político tem início no que ficou conhecido como Revoluções de 1989, durante o colapso do sistema comunista soviético. Várias movimentações políticas agitavam os Estados da antiga “Cortina de Ferro” antes da derrocada total do “socialismo real”. Diversas greves e manifestações públicas na Polônia acabaram por forçar a legalização do *Solidarność*, o sindicato solidariedade, um dos maiores movimentos de resistência civil em defesa da causa operária e da mudança social. Na Hungria 240 km de arame farpado, um muro em outro formato, haviam sido removidos da fronteira com a Áustria. No mesmo período dois milhões de pessoas foram as ruas nos países Bálticos, Letônia, Lituânia e Estônia promovendo o que ficaria conhecida como Revolução Cantada (termo criado pelo artista e ativista estoniano Heinz Valk), quando se formou uma corrente humana de quase 600 km por independência.

Orbán foi líder do movimento estudantil, de caráter reformista Aliança dos Jovens Democratas ou em húngaro *Fiatat Demokraták Szövetsége*, que seria a origem do Fidesz, União Cívica, o maior partido do país, que cambiou ao longo dos anos de um espectro de centro-direita para a ultradireita após 1994. Depois desse ano passou a adotar posturas que foram intituladas de liberais conservadoras, perdendo parte do grupo fundador de liberais “clássicos”. Com a formação de um bloco de centro-direita chegou ao poder com Viktor Orbán no cargo de primeiro-ministro em 1998, ficando no assento até 2002. Esse período foi marcado por grande crise política, a construção de um radicalismo progressivo rumo ao nacionalismo e diversos escândalos de corrupção. Em 2002 perdem as eleições para Péter Medgyessy, sucedido por Ferenc Gyurcsány em 2004 do *Magyar Szocialista Párt* que renunciou ao governo em 2009 deixando a cargo do MSZP a escolha do novo primeiro-ministro, que viria a ser Gordon Bajnai, último antes da “era Orbán” que já perdura 12 anos no poder.

O marco no início da carreira política de Orbán deu-se no famoso discurso no enterro dos antigos mártires da Revolução de 1956, nesse caso, o primeiro-ministro Imre Nagy, sendo essa fala um dos momentos mais emblemáticos

da transição do país e que marcaria profundamente sua vida política. Orbán exigia a saída imediata das tropas soviéticas do país:

“(...) se pudermos confiar em nossas almas, em nossa força, podemos pôr juntos fim à ditadura comunista”.

O jovem de 26 anos, calça jeans, cabelos negros e olhos azuis, seria o responsável por proclamar as palavras, que na visão de Timothu Garton Ash, marcaria o fim do domínio comunista no leste da Europa.

Como a Hungria se rendeu ao poder político de Viktor Orbán, agora há quatro mandatos no poder? Essa pergunta havia sido feita por Agnes Heller, uma das mais importantes filosofas e intelectuais húngaras em 2019, quando do terceiro mandato do que ela alcunharia de “tirano moderno”. Heller apontou que desde sempre o discurso dele estava centrado na etnia e no medo dos imigrantes. Para ela, a falta de tradição democrática, a decepção da população com o atual sistema político, os escândalos de corrupção dos governos anteriores e a fracassada tentativa de golpe de Estado em 2006 estariam no centro de gravidade da chegada e permanência de Óban no poder. A propagação do discurso do medo e do caos social numa possível ausência de liderança deram a ele, um orador de palavras fortes e incisivas, o apoio popular massivo.

A pensadora marxista criticou a análise de que as qualificações “democracia não liberal”, “fascismo”, “Estado mafioso” ou “nacional-socialismo” dessem conta de explicar o fenômeno Orbán. Por isso, optou pelo uso do termo “tirania”. Continua afirmando que na Hungria não há pena capital e existem partidos de oposição, o que não possibilita a identificação do regime do primeiro-ministro ser definido como “totalitário”. Segue dizendo que autocrático também não resolveria a questão conceitual por acreditar que até mesmo ditaduras militares se sustentam em uma classe social de base de apoio. Tampouco, acredita que “populismo” seja uma categoria precisa de uso: “Os partidos populistas não criam oligarquias, embora sob sua direção a corrupção e o roubo possam atingir grandes proporções”.

A crise mais profunda das democracias, para Heller, deu-se quando foi aberto espaço para que as ideologias substituíssem os reais interesses do eleitorado por questões fundamentais como salários, empregos, educação, impostos e

saúde. O desmantelamento do Estado de bem-estar-social e a impossibilidade de os partidos políticos continuarem a sustentar seus discursos nele tornaram esses “velhos slogans” temas vazios, sem conteúdo e sequer ouvidos para ecoarem. Por mais que vitórias eleitorais legitimem um governo no poder e deem a ele a garantia do ordenamento jurídico, isso não é o mesmo de dizer que se vive de forma plena um Estado democrático. O argumento dela é que “tiranos” também são eleitos e reeleitos no tempo presente. Sua assertiva é direta: “A democracia liberal não é democracia”.

Os discursos de “tiranos modernos” na acepção de Heller, se dirigem a parte específica do que se chama “nação”. Orbán falaria sempre à etnia húngara e dentro dela focaria ainda mais suas palavras a seus seguidores. Em sua retórica, adversários são inimigos da pátria. O mal estaria sempre representado pelos terríveis liberais e comunistas. E o perigo da destruição do país estaria ligado a uma “invasão estrangeira” que degenera a nação. Nesse sentido, o primeiro-ministro aparece como o defensor do passado mítico, glorioso. Ele é o protetor do povo e da cultura tradicional. Apoiá-lo não seria apenas prestar reverência a um líder de Estado, mas seria o mesmo de defender a Hungria em todos os seus aspectos. O que um líder autoritário com viés carismático de discurso popular acaba por fazer é sacralizar a política. No paratexto presente em cada discurso de Orbán, a nação acaba por ser mais evidente do que se pensa. É como se a Hungria possuísse um pai. Ele defende seus filhos com todas as forças e armas disponíveis. Então, só cabe ao povo obedecê-lo.

Todos os mandatos do primeiro-ministro foram e ainda estão sendo marcados por discursos fortes contra os imigrantes. Não utiliza nunca a palavra “refugiados”, mas sempre a noção pejorativa de “hordas de imigrantes”. Prometeu em todas as quatro campanhas eleitorais defender os húngaros, a cristandade e a cultura europeia do que chamou de “invasores muçulmanos ilegais”, que seriam “violadores de mulheres”, “terroristas”, “arreatadores dos empregos” e “destruidores da tradição nacional”. Um retorno a teoria da “grande substituição” de forma ampliada e mais radical. Por mais que a questão da migração ilegal não tenha sido uma realidade para a Hungria, o primeiro-ministro e o Fidesz conseguiram fazer parte considerável da população odiar o “outro imaginário” com a implantação da política do medo. Quando as pessoas de classes mais baixas economicamente foram inquiridas em pesquisas sobre o

motivo de terem votado em Orbán, a maior parte respondeu que ele seria o único capaz de conter a “invasão de imigrantes” que assolava o país.

Outro centro de seus ataques políticos foi o bilionário de origem judaica húngara George Soros. Orbán sempre o tratou publicamente como “o diabo”, a personificação do mal. Esse ataque direto a Soros, carro chefe da campanha de 2018, foi identificada como uma ação antissemita por diversos grupos de monitoramento do antissemitismo ao redor do mundo. Contudo, cabe refletir se seu posicionamento é mesmo de um antissemita convicto ou de alguém que utiliza qualquer tipo de ideologia para permanecer no poder e aumentar sua legitimidade, seja ela o antissemitismo ou o anti-islamismo. A Hungria está imersa em algo que vai além da batalha de narrativas sobre o passado e o presente. Ela vive, com Orbán, uma batalha cultural que se personifica na busca pela permanência no poder. O controle das Universidades, o monitoramento massivo dos meios de comunicação faz da Hungria uma “democracia controlada” ou “tutelada” que existe quando o líder autoritário permite que exista.

Orbán não está sozinho no cenário de normalização das “novas direitas”. O atual conflito Rússia e Ucrânia deram a ele um folego político que se questionava antes do estado de beligerância. Sua volta para a Polônia com o discurso de que sozinho não conseguiria defender os interesses daquela região, encontra eco dentro dessa heterogeneidade que é a ultradireita hoje. O diálogo recente com PiS (Partido Lei e Justiça) da Polônia seria um exemplo disso. Mesmo não acatando as sanções mais duras contra Vladimir Putin, sua posição em identificar a Rússia como agressora no desencadear do conflito e sua postura, dessa vez mais pró Ocidente, fizeram a opinião pública estrangeira lhe dar uma trégua até destacando sua iniciativa de tentar ser um dos negociadores de um possível cessar-fogo.

Heller estava certa ao afirmar que tiranias acabam caindo. Contudo, a questão central é saber o quanto de cultura política elas foram capazes de propagar na população para que ela tenha condições suficientes de sair das suas sombras quando a tempestade passar. A Hungria é um país onde o passado recente traumático não foi devidamente processado e ainda está sobre zonas cinzas. Há uma necessidade imperiosa de se voltar ao trauma social coletivo do que foi a Segunda Guerra e, acima de tudo o comunismo soviético para que se

possa de fato entender como Orbán se encaixa como uma consequência tardia dessas questões.

Karl Schurster

Óscar Ferreiro-Vázquez

Referências:

ANTAL, Attila. *The Rise of Hungarian Populism. State Autocracy and the Orbán Regime*. Emerald Publishing Limited.

LENDVAI, Paul. *Orbán. Hungary's Strongman*. Oxford University Press, 2018.

MURRAY, Douglas. *A estranha morte da Europa. Imigração, Identidade, Religião*. Lisboa: Desassossego, 2017.

Notícias:

DORIA, Pedro. A Ideia de Viktor Orbán. **Meio**. 24 de Ago. de 2019. Disponível em: <https://www.canalmeio.com.br/notas/a-ideia-de-viktor-orban/?h=Vml0b3lgQ29uY-2Vpw6fDo298MzM5NDk>. Acesso em 05 de Maio de 2022.

HELLER, Agnes. Por que a Hungria se rendeu ao extremista Orbán e como controlar o ensino é essencial para seu projeto. **El País**. 23 de Maio de 2019. Atualidades. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/actualidad/1555585620_542476.html. Acesso em 05 de Maio de 2022.

Viktor Orbán diz que a sua reeleição é uma mensagem para a UE e para Zelensky. **CNN Portugal**. 3 de Abr. de 2022. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/hungria/eleicoes/viktor-orban-diz-que-a-sua-reeleicao-e-uma-mensagem-para-a-ue-e-para-zelensky/20220403/624a1d180cf2cc58e7ebf731>. Acesso em 05 de Maio de 2022.

VÖLKISCH. O termo, conforme o “Deutsches Wörterbuch” (1985), significa o que é relativo a um Povo (Volk), sua particularidade (Eigen-art), o que dele deriva (ausgehend). Já no “Deutsches Universal Wörterbuch” (1989), lê-se que “völkisch” foi o significado peculiar de “Volk und Rasse” (Povo e Raça) dentro do racismo e antisemitismo da ideologia nacional-socialista e, conforme o

“Langenscheidts Grosswörterbuch” (1993), o termo foi usado frequentemente nos escritos do nacional-socialismo com o significado de étnico e de racista (v. Eugenia). O que dizem outros dicionários sobre os termos etnia e raça?

Conforme Aurélio Buarque de Holanda no seu “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, “etnia” é definida como “grupo biológico e culturalmente homogêneo”; “raça” é “o conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos, tais como a cor da pele, a conformação do crânio e do rosto, o tipo de cabelo, etc., são semelhantes e se transmite por hereditariedade, embora variem de indivíduo para indivíduo”. Entre tais termos não há sinonímia. Ao definir “etnia”, Lúcio Levi (1986:449) também não faz uso da raça como critério essencial e isto por falta de fundamentação científica. Para ele, os únicos fins com que se tem usado a raça para definir a etnia são para “justificar a discriminação e alimentar o ódio racial e manter a hostilidade entre os grupos humanos” (v. Alteridade). Assim, é possível perceber como o nacional-socialismo se apropriou ideologicamente de um vocábulo derivado de “Volk”, associando-o à etnia e à raça (v. Leis de Nuremberg & Reich). Mas as dificuldades e as confusões de natureza linguística se tornam ainda maiores se lembrarmos que, em alemão, *Volk* tanto pode ser povo quanto nação (HOBSBAWN, 1990). Ainda conforme Lúcio Levi (1986:450), para quem “etnia é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território”, observando-se os caracteres étnicos, fica evidente que eles “definem grupos que são diferentes dos grupos nacionais”. Assim, “etnia” distingue-se de “nação”, sendo arbitrária a “pseudoteoria dos caracteres nacionais que dá por verdadeira a existência de uma afinidade étnica entre os membros dos Estados Nacionais”. Esta pseudoteoria fundamentou a lenda sobre a origem da nação como sendo anterior ao Estado, quando “a experiência histórica demonstra que é o Estado que cria a nação” (v. Conservadorismo & Nacionalismo).

Vendo a “nação” como ideologia de um determinado Estado (ROSSOLILLO, 1986:797), a “nação” reflete o “tipo de situação de poder”. “O caráter ideológico da Nação explica também as mudanças de enfoques – nas diferentes situações históricas – com que são abordados seus diversos e contraditórios conteúdos representativos”. “Por ser a ideologia de um Estado, precisará adaptar-se no seu conteúdo às diferentes exigências da razão do Estado”. E foi isto que o nacional-socialismo fez com seu programa racista e especifi-

camente antisemita (v. Inimigo). É preciso lembrar com Nicola Matteucci (1986:1061) que foram o nacionalismo — para o qual uma nação é superior às outras — e depois o imperialismo — obrigado a justificar o domínio colonial — que deram novo impulso à difusão de teorias racistas. Assim, no decorrer do século XIX, a ideia de nação é identificada com a de raça. “O sangue passou a ocupar o lugar da língua e o primitivo se converte num mistério mítico e mitológico: está aberta a porta do misticismo da raça superior”. E “no caso alemão, concepções de superioridade racial estão presentes nas diferentes expressões do nacionalismo que marcaram a construção ideológica da nação alemã desde o início do século XIX” (SEYFERTH, 1994:19) (v. Liga Pangermânica & Suástica).

O partido de Hitler, que desde o começo pertenceu a grupos antisemitas e etnicamente alemães (“deutschvölkisch”), foi influenciado, entre outros, por Gobineau com a sua teoria das raças, à qual deu um colorido antisemita, sendo o judeu a “encarnação do mal”, considerado aquele que podia corromper o sangue puro da raça ariana (v. Protocolos dos Sábios de Sião). Para os nazistas, o alemão judeu seria sempre um impostor. Os judeus, devido ao sêmen de Abraão, seriam sempre judeus, não importando qual fosse o passaporte que carregassem consigo ou as línguas que falassem ou lessem (ANDERSON, 1989:162). O judeu não era um “deutschvölkischer individuum” (isto é, um indivíduo etnicamente alemão) e, por isso, não estaria interessado na renovação germânica (“germanische Erneuerung”) (v. Pangermanismo). A ideia central do programa do partido era a fusão de todas as partes do Povo numa comunhão nacional (excluindo a luta de classe, amainando as diferenças sociais) e o extermínio do judaísmo (v. Corporativismo: Teoria). O “Völkisch” — presente no movimento político de conotações racistas — era desvinculado da origem da palavra, sendo a etimologia substituída pela ideologia.(v. Repressão e Violência & Fascismo).

Helga Iracema Landgraf Piccolo

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo, Ática, 1989.

BOBBIO, Noberto et alii. Dicionário de Política. Brasília, UnB, 1986 (v. verbetes **Et-
nia, Nação e Racismo**). HOBBSBAWN, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: **Os
alemães no Sul do Brasil**. Canoas, Ed. ULBRA, 1994.

W

WALT DISNEY (BIOGRAFIA POLÍTICA). Walter Elias Disney Jr. nasceu em 1901, em Chicago, sendo o quarto filho de uma rígida família fundamentalista (v. Fundamentalismo Cristão). Marcado por uma infância difícil, sofrendo com os constantes castigos físicos aplicados pelo pai, Walter se alistou no exército quando os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial. Mesmo tendo ainda 17 anos, forjando assinaturas para legitimar a maioridade, foi enviado para a França, onde serviu na assistência a feridos. Nesta época já pintava caricaturas e outros desenhos para os seus colegas de tropa, enviando regularmente ensaios para firmas de publicidade. Com o fim da guerra, Walter transferiu-se para Kansas, onde conheceu o universo da animação — uma técnica que se desenvolvia rapidamente (v. História em Quadrinhos). Associado ao irmão Roy, empenhou-se na produção de *cartoons*, desenhos animados geralmente exibidos antes da atração principal dos cinemas, obtendo um progresso expressivo nesta área. O lançamento do desenho sonorizado *Steamboat Willie* em 1928 projetou o camundongo Mickey, tornando-se um grande sucesso e alçando os Disney para voos cada vez mais altos. Transformado em ícone da América, Mickey Mouse representava a virtude e o otimismo necessários para vencer a Grande Depressão (v. Nova Direita nos Estados Unidos). A imagem do simpático ratinho amenizava as críticas que Hollywood recebia

de setores mais conservadores da sociedade americana, que viam no cinema um produtor de mensagens de violência e lascívia (v. Homossexualidade e Política).

O sucesso de Mickey possibilitou a Walt Disney idealizar uma galeria de outros personagens. Lançado em 1933, o desenho *Os Três Porquinhos*, baseado em uma história dos irmãos Grimm, emplacou a canção *Quem tem medo do lobo mau?* que, segundo alguns analistas da época, teria inspirado Roosevelt no famoso jargão do New Deal: *“The only thing we have to fear, is fear itself”* (A única coisa que devemos temer é o próprio temor). A cena em que o lobo mau aparece à espreita dos inocentes porquinhos, vestido com o estereótipo do mascote judeu — roupão, óculos redondos e barba — gerou uma instantânea reação de organizações judaicas. Para muitos círculos antissemitas norte-americanos, um dos grandes méritos de Disney, um protestante bem-sucedido, estava justamente em conseguir abrir espaço em meio a uma área dominada por judeus (v. Fundamentalismo Cristão e Política). Em uma espiral de sucesso e reconhecimento, Disney aventurou-se na produção do primeiro longa-metragem animado, *Branca de Neve e os Sete Anões*, lançado em 1937, considerado um dos melhores filmes do ano (v. Alteridade). Nesta época, o “tio Walt”, como gostava de ser chamado, frequentava reuniões do Partido Nazista Americano, embora procurasse não aparecer filiado ao fascismo, preferindo optar pelo ingresso na *American First* (Primeiro da América), assumindo a franca postura de isolacionista nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

A projeção que Disney alcançara em Hollywood levou o FBI a cooptá-lo para a sua rede de informação, tendo no mundo do cinema uma das mais importantes áreas de atuação. A influência dos artistas na opinião pública somava-se à crescente participação dos sindicatos entre os profissionais da área (v. Inimigo). Contactado por J. Edgar Hoover, Disney comprometeu-se a enviar periodicamente relatórios a respeito de atividades consideradas subversivas, em troca de ajuda do FBI para esclarecer algumas dúvidas que o atormentavam desde a infância: desconfiava ser filho adotivo e gostaria de saber quem seriam os seus verdadeiros pais. A cooperação com o FBI foi ainda reforçada por questões profissionais imediatas, quando os trabalhadores de seu estúdio entraram em greve (v. Conservadorismo). Evitando o desgaste de sua imagem em um momento crítico, Disney concordou em fazer uma viagem pela

América do Sul, estreitando as relações dos Estados Unidos com estes países, em meio à Política da Boa Vizinhança. Anunciado como *Embaixador Walt Disney, um Patriota Americano em Ação*, desenvolveu em sua estadia no Brasil as primeiras ideias do filme *Você já foi à Bahia?*, claramente identificado com a divulgação do ideal panamericano (v. [Imperialismo](#) & [Neocolonialismo](#)). Combinação de desenho animado com atores reais, Zé Carioca apresentou o Brasil ao Pato Donald, tendo o amigo norte-americano se encantado com os ritmos brasileiros, as belezas naturais e a graça das baianas, aliás todas brancas, sendo excluídas até mesmo as mulatas (v. [Eugenia](#)).

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Disney foi convidado a produzir filmes animados de treinamento para os soldados. A popularidade dos seus personagens, entretanto, logo o fez também produzir filmes de propaganda, com destaque para *Der Fuehrer's Face*, no qual o Pato Donald aparecia debochando de [Hitler](#). Ao mesmo tempo em que se destacava como patriota empenhado na guerra, sugerindo que cada um na América tinha que fazer a sua parte, Disney tornou-se um dos sócios fundadores da *Motion Picture Alliance for the Preservation of American Ideals* — MPA — (Aliança do Cinema Americano para a Preservação dos Ideais Norte-Americanos), comprometida com a erradicação do comunismo no meio artístico (v. [Bader-na](#)). Crítica do que considerava indulgência de Roosevelt com os comunistas, a MPA — a esta altura tendo Walt Disney na vice-presidência — logo integrou-se à House UnAmerican Activities Committee (Comissão das Atividades Antiamericanas), atacando muitos dos talentos de Hollywood e prenunciando o Macartismo (v. [Hollywood e o Macartismo](#)).

Com a morte de Roosevelt ao final da Segunda Guerra Mundial e o início da [Guerra Fria](#), a atuação de Disney na caça aos comunistas ganhou um terreno ainda mais propício. Com a intimação de quase cinquenta grandes nomes do meio cinematográfico para depor contra o comunismo, a HUAC teve Disney como uma das “Testemunhas Cooperativas”, como ficaram conhecidos aqueles que prestaram depoimento por espontânea vontade. Em 1949, em oposição ao seu virulento [anticomunismo](#), a União Soviética proibiu a exibição de seus filmes em suas áreas de influência, angariando a Disney ainda mais reconhecimento interno e abrindo-lhe novas oportunidades. Em 1953, começaram os projetos para aquele que considerava ser o maior projeto da sua vida: a Disneylândia, inaugurada dois anos depois. Disney faleceu em dezembro de

1966, deixando uma marca de projeção mundial e um nome indelevelmente ligado ao universo de valores americanos e ao entretenimento familiar (v. Casamento, Família & Masculino/Feminino).

Carlos Gilberto Werneck Agostino

Referências Bibliográficas:

DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. How to Read Donald Duck: Imperialist Ideology in the Disney Comic. New York, International General, 1975.

ELIOT, Marc. Walt Disney, o Príncipe Sombrio de Hollywood. Porto Alegre, Marco Zero, 1995.

MOURA, Gerson. Tio Sam chega ao Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

SMOODIN, Eric. Animating Culture: Hollywood cartoons from the sound era. New Jersey, Rutgers University Press, 1993.

XYZ

ZANINE, Armando. Nascido no Rio de Janeiro, em 1930, Armando Zanine, um oficial da Marinha Mercante e ex-militante do Partido Socialista Brasileiro, tornou-se conhecido ao fundar, em 1985, o PNSB (Partido Nacional-Socialista Brasileiro), baseado no partido nazista alemão. Esse partido, que se denominava sem rodeios de nazista, pleiteou por várias vezes o seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, a fim de lançar candidatos próprios aos diversos cargos políticos, obtendo a rejeição do TSE em todas as suas investidas, por se chocar com vários pontos do artigo 17 da Constituição Brasileira, que se refere à liberdade de criação de partidos políticos desde que sejam resguardados os direitos fundamentais da pessoa humana. Ainda que não tenha sido legalmente registrado, o PNSB, dissolvido há poucos anos, contava com filiados em vários estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná. O seu principal grupo de sustentação era o movimento dos *carecas*, considerados os skinheads brasileiros. Quando em atividade, o PNSB esperava lançar como estratégia eleitoral candidatos infiltrados em outros partidos que, num primeiro momento, não apresentariam sua inclinação nazista, temendo a impugnação de suas candidaturas. O partido chegou a esboçar a criação de alguns movimentos pretensamente de massas, como a *Força Nacional-Socialista dos Trabalhado-*

res, a *Ação Feminina* e a *Juventude*, além de idealizar o *Centro Cultural Gustavo Barroso*, em homenagem ao intelectual integralista e antissemita (v. Antissemitismo no Brasil & Juventude).

Nas entrevistas concedidas à imprensa, Zanine — simpatizante das ideias de Hitler, Mussolini e Enéas Ferreira Carneiro: “os carecas e o Enéas foram as melhores coisas que surgiram nesses últimos anos no que se refere a Brasil” — expõe com convicção e sem hesitar o seu pensamento nitidamente conservador que tem atraído muitos adeptos e provocado grande polêmica (v. Fascismo). A base de seu raciocínio é o nacionalismo exacerbado, xenófobo, apoiado na construção do que denomina *raça brasileira*, para a qual seriam aceitas pessoas de todas as raças e religiões *obrigatoriamente brasileiras* (v. Prussianismos Brasileiros). Ao contrário do racismo nazista, negros e mestiços seriam bem-vindos já *que raça ariana só existe na Europa* (v. Neorracismo Diferencialista). A religião ideal, por seu turno, deveria ser voltada para *Deus, natureza, humanidade e Pátria*, à semelhança do discurso da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Além do extinto PNSB, Zanine também é mentor do movimento *Força Nacionalista Brasileira*, levando adiante o seu projeto de construção da *raça brasileira* e anunciando a plataforma de uma Pátria *genuinamente* nacionalista. Nela, os serviços básicos, como educação, saúde e telecomunicações, seriam estatais; as empresas a serem privatizadas não poderiam ser vendidas para o capital estrangeiro, para evitar que as estatais fossem entregues ao “imperialismo judeu” (v. Protocolos dos Sábios de Sião); “crimes contra a Pátria, como naturalização de brasileiros e integração do continente através do Mercosul”, seriam punidos através da instituição da pena de morte; haveria controle de natalidade, com a esterilização de casais “que não pudessem gerar filhos sadios para formar a *raça brasileira*” (v. Operação Eutanásia); haveria a obrigatoriedade do serviço militar e do voto; proibição da imigração (“*estrangeiros só os turistas*”) e da geração de filhos de mãe ou pai estrangeiro (v. Nouvelle Droite). Os movimentos separatistas, como os manifestados no Sul do País, também são fortemente criticados pela *Força Nacionalista Brasileira*, considerando que a alteração das fronteiras só poderia ser feita sob a condição de ampliá-la, jamais de reduzi-la, pois isto poria em risco a unidade da pátria (v. Imperialismo & Reich). Quanto à forma de governo, o ex-líder do PNSB sugere a criação de uma nova modalidade, “baseada na democracia”, com cargo vitalício para o presidente e

mudança dos demais cargos a cada quatro anos (v. Conservadorismo). Embora não possa se manifestar formalmente sob um partido político próprio, Zanine tem procurado outros canais de divulgação de suas ideias nazistas e vem obtendo relativa aceitação, especialmente entre os mais jovens, desenganados com o mal-estar generalizado das últimas décadas do século XX (v. Ideologia, Ditadura e Memória & Skinheads e Anomia).

Valéria Lima Guimarães

Referências Bibliográficas:

FILLIPI, Marcos. Nacionalista quer criar raça brasileira. In: **O ódio branco ataca novamente**. Revista Bizz. Ano 11, n.º 02, edição 115, fevereiro, 1995. pp. 43–47.

SPITZCOVSKY, Jaime. Rezek descarta o registro para o partido das ‘viúvas de Hitler’. Folha de São Paulo, 12 de março de 1990.

ZEMMOUR, Éric. (1958). Éric Justin Léon Zemmour é um político, escritor e jornalista que tem se destacado no cenário francês e internacional por ter posicionamentos para além da consolidada extrema-direita francesa do *Rassemblement National*. Entre 2019 e 2021 foi um dos debatedores do controverso programa *Face à l’info*, da CNews, sendo desligado por uma decisão da direção do canal. Este programa acabou por ser um verdadeiro sucesso de audiência na França, alcançando recordes de espectadores e levou a apresentadora, uma prestigiada jornalista francesa, Christine Kelly, a sofrer inúmeras ameaças por ter como um dos debatedores o polêmico Zemmour. Em novembro de 2021 apresentou publicamente sua candidatura a corrida presidencial da França para 2022 e fundou o partido *Reconquête*, Reconquista, fundamentado em bases de oposição dura a imigração. Polêmicas e transgressões, linguagem vulgar e ataques permanente a toda a imprensa e construção de teorias conspiracionistas marcam a carreira jornalística e de ensaísta de Zemmour. Se o político comanda o real, por meio do imaginário, como bem afirmou o antropólogo político Georges Balandier, a teatocracia proposta por Zemmour pode ser capaz de explicar em parte o fenômeno das “novas” direitas, guardada as

especificidades do contexto de um país com a segunda maior economia da União Europeia e uma potência nuclear.

Ele próprio afirmou a rádio RTL que era em demasia “nostálgico e reacionário”. A sua nostalgia estaria ligada a uma interpretação do passado de forma gloriosa, se definindo como um admirador de Napoleão, reinventado tradições e, segundo ele, alertando aos franceses de que desde a derrota de Waterloo o país que já teria sido a nova “Roma” do Ocidente estaria em declínio e corria sério risco de extinção mediante uma guerra civil proclamada pela sua teoria da “substituição”, defendida no seu livro *Le Suicide Français*, que vendeu mais de 500 mil cópias desde 2014. O retorno a um passado idílico, permeado por um discurso dramático de um país inexistente, remonta a sua infância e ao período em que na sua opinião, foi anterior a “colonização pela imigração muçulmana” culpa em demasia das “elites francesas”. Filhos de judeus argelinos, a migração da sua família para o “subúrbio” de Paris se deu poucos anos antes da guerra de independência.

O mundo perdido do que está sendo chamado pelos analistas de “zemmourismo” é constituído por uma visão distorcida de que o “subúrbio” de Paris era um lugar de paz e de convivência pacífica entre os “bons” imigrantes, italianos, espanhóis e que há algumas décadas foi deteriorado pela extrema violência e islamismo. O ultradireitista candidato à presidência francesa realiza aquilo que na antropologia política se chama de “jogo encenado”, algo que menos depende da enunciação do que está sendo dito e mais da demonstração do “drama” pela forma de como se enuncia. Sua obsessão em demonstrar intelectualidade vem precisamente da necessidade de conseguir legitimidade e representação nas elites intelectuais e políticas de Paris. Sua frustração por não ter conseguido entrar na Escola Nacional de Administração, onde se formam os grandes dirigentes do país é latente em seu discurso dramatizado.

Jean-Yves Camus e Étienne Girard apontam para o fato de que personagens políticas como Zemmour estariam ligados a história do passado recente francês com profunda ligação ao que chamaram de “ferida identitária”. Não há dúvidas que a questão migratória domina quase todos os debates públicos na Europa, mas no caso francês as últimas duas décadas que foram marcadas por atentados ligados ou atrelados a “fundamentalistas islâmicos” e o continuum da extrema-direita no cenário político, chegando por duas vezes consecutivas

ao segundo turno das eleições presidenciais, formaram uma alicerce que tornou possível que o discurso de Zemmour, para além do já radical e conhecido dos Le Pen, ecoar e ganhar espaço no jogo político.

Deve-se acrescentar aos posicionamentos ultrarradicais dele a memória do período colonial e ao processo migratório um revisionismo histórico sobre o tempo presente francês e a sua relação com a ocupação alemã, o passado de Vichy e o colaboracionismo. Em 2014 declarou publicamente que “Pétain salvou os judeus franceses”. Defendeu que a assinatura do armistício em junho de 1940, na floresta de Compiègne, foi um “mal menor”. O retorno aquilo que os historiadores franceses a mais de cinquenta anos desconstroem a teoria do “escudo” e da “espada” de que a colaboração com os alemães teria funcionado como um “escudo” para aguardar a vitória da resistência com De Gaulle, a “espada” equiparam os dois políticos militares e são base das mesmas argumentações utilizadas no pós-guerra nos julgamentos dos burocratas e funcionários de Vichy construindo um mito da universalidade, por diferentes meios, de uma França combatente. Toda essa tese seria fundamentada pelo trabalho do historiador Robert Aron (FAYARD, 1954), no livro *Histoire de Vichy*, escrito sem documentação de arquivos, mas com base em testemunhos, já que a documentação sobre o período ainda não estava disponível a consulta pública. Aron afirmou em seu livro que De Gaulle e Pétain foram “igualmente necessários para a França”. A ideia de passar o passado fascista a limpo, que Zemmour evoca atualmente é de retomar a concepção de que aqueles que não estiveram na “resistência” possam encontrar em seu discurso uma memória coletiva passível de defesa. Por mais que temas históricos estejam sempre em seu discurso público e que Zemmour seja encarado pela grande mídia e por parte dos políticos franceses como um “intelectual”, sua erudição não possui nenhum rigor acadêmico de um historiador profissional e sua visão da história mais está ligada a atender suas aspirações políticas do que a repensar o papel da sociedade francesa no que Henry Rousso chamou de *Les années noires*. Se todo sistema de poder é considerado um dispositivo destinado a produzir efeitos, que se comparam às “ilusões” teatrais, significa que a discussões históricas sobre o tempo presente francês levantadas por Zemmour não podem ser entendidas como a reflexão de um intelectual sobre um tema “controverso”, mas um dispositivo encontrado por ele para construir aceitação por meio de uma “ilusão” da ótica social de um passado traumático.

Quando num famoso programa televisivo Èric Zemmour apresenta um documento histórico, as instruções dadas a polícia nas vésperas do terrível caso do Velódromo de Paris, em 1942, relativizando o ocorrido dizendo que não houve nenhum tratamento específico para com os judeus, mas lhes foi posto o mesmo “procedimento para a expulsão dos estrangeiros irregulares”, o que faz é a perversa prática de um revisionismo que se transforma em negacionismo, tornando o empreendimento massivo do extermínio dos judeus algo circunstancial.

Outra polêmica levantada por Zemmour está no que ele afirmou ser uma “máquina de fabricar igualdade” que seria o feminismo. Seu livro, *O Primeiro Sexo*, diretamente um enfrentamento ao livro de Simone de Beauvoir, é uma crítica conservadora ao multiculturalismo e torou-se um fenômeno de vendas na França. Argumenta que a prevalência dos valores femininos frente a masculinidade, tornou o agir do homem politicamente incorreto. Defende que as grandes estruturas sociais foram produtos da masculinidade e que as mulheres que vieram em seguida só criaram a partir dessas estruturas. Por isso, deveríamos repensar essa sociedade que só faz “vilipendiar e desvalorizar o homem, o macho”. O livro foi definido por uma de suas admiradoras como um ensaio “machopatriarcal” contra um “feminismo supremacista”. Zemmour acredita que o feminismo acabou por privar o homem de um pensamento próprio e com isso o fez perder a sua “liberdade”. Suas argumentações passam pela ideia de que a mulher não é mais um sexo e sim um ideal que acabou por transformar tudo em uma discussão de gênero. Sua preocupação está no enquadramento do “velho como símbolo do mal” e com isso a construção de que os “machos” sejam detestados, caricaturados como “bebedores de cervejas embrutecidos diante de uma partida de futebol na televisão”. Essas ideias foram retomadas diversas vezes em seus escritos que seriam um manifesto contra a “dissolução cultural dos franceses”.

Foi no ensaio *Le Suicide Française*, que ele acabou por sustentar a tese de que a França possui um Estado Nacional em profunda crise desde a década de 1970 e que as causas desse declive estariam ligadas ao feminismo, ao igualitarismo e a imigração. Buscou no conspiracionista e nacionalista Renaud Camus a teoria da “grande substituição” onde as elites burguesas teriam um plano de substituição da classe trabalhadora branca e europeia por pessoas do Norte da África, Marrocos, Argélia e Tunísia e da África Subsaariana. Com isso, Zem-

mour aponta que a França das últimas décadas se transformou num desejo destrutivo das elites em facilitar a migração retirando empregos e a segurança dos franceses. Essa teoria acabou por subsidiar atentados em vários lugares como os ocorridos no Texas e na Nova Zelândia, ambos em 2019.

O *Rassemblement National*, desde que se encontra liderado por Marine Le Pen, há pouco mais de uma década, mudou radicalmente de estratégia política passando por um processo que os franceses denominaram de “desdemonização”, numa tentativa de deixar de ser pária dentro do *mainstream*. Mudou de nome, tentou aproximar seu discurso das classes mais baixas, trouxe o feminismo e a questão ecológica para dentro do debate e chegou até mesmo a fazer homenagens ao grande opositor do fundador do partido, o general De Gaulle. Além disso, ainda reformulou o plano de partido retirando questões controversas como a saída da França da UE. Isso demonstra a natureza multi-forme das direitas. Não estamos a tratar de um padrão de direitas, mas de uma disputa dentro delas para garantir a representação política do seu eleitorado que na atual campanha presidencial francesa de 2022, soma 30% das intenções de voto, mais do que o atual presidente e a esquerda juntos. Depois de nove candidaturas presidências do antigo FN e atual RN, Zemmour acaba por angariar apoio político de uma parte do eleitorado dos Le Pen, aproveitando esse vácuo político do radicalismo abandonado da nova geração e também daqueles que se tornaram antissistema por não acreditar mais numa direita “corrupta” a la Nicolas Sarkozy.

Como vários extremistas Zemmour é considerado um *outsider*. Contudo, alguém que está na vida pública a tantos anos e fez parte de inúmeros meios de comunicação sempre com debates políticos não sairia do cenário sem uma candidatura de expressão nacional. Olivier Ubéda, conselheiro político de Zemmour já declarou que não se trata de um político, pois ele não pede publicamente votos, mas constantemente ele proclama: “Ouçam-me, leiam-me!”.

Karl Schurster

Óscar Ferreira-Vázquez

Referências Bibliográficas

ARON, Robert. *Histoire de Vichy. 1940–1944*. Paris: FAYARD, 1954.

CAMUS, Jean-Yves; LEBOURG, Nicolas. *Las extremas derechas en Europa. Nacionalismo, populismo y xenofobia*. Madrid: Clave Intelectual, 2020.

ZEMMOUR, Eric. *La France n'a pas dit son dernier mot*. Paris: Rubempre, 2021.

_____. *Le Suicide Français. Ces Quarantes Annés Qui Ont Défait La France*. Paris: Albin Michel, 2014.

_____. *El Primer Sexo*. Madrid: Editorial IVAT, 2019.

SUMÁRIO

Sobre o sumário: os nomes dos verbetes que estão na cor preta são os verbetes que se mantiveram iguais à primeira versão do dicionário. Os verbetes na cor azul são aqueles que foram atualizados, no caso, ganharam uma nova versão e os verbetes na cor vermelha são os verbetes novos.

- 6 **NOTA DOS ORGANIZADORES À SEGUNDA EDIÇÃO (2022)**
- 7 **INTRODUÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO**
- 20 **APRESENTAÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO**
- 22 **NOTA DOS ORGANIZADORES À PRIMEIRA EDIÇÃO**
- 24 **INTRODUÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO**
- 42 **LISTA DE PARTICIPANTES**

- 53 **KEIKO FUJIMORI**
- 57 **KU KLUX KLAN**
- 62 **LACERDA, Carlos (1914 – 1977)**
- 71 **LE BON, Gustave (1841 – 1931)**
- 73 **LEFEBVRE, Marcel (1905 – 1991)**
- 75 **LEGIÃO CEARENSE DO TRABALHO**
- 77 **LEGISLAÇÃO TRABALHISTA NO BRASIL**
- 80 **LEGISLAÇÃO TRABALHISTA RURAL**
- 82 **LEIS DE NUREMBERG**

84	LEOPOLDO LÓPEZ
88	LE PEN, Jean-Marie. (Nascido a 20 de junho de 1928)
90	LIBERALISMO
93	LIBERDADE
95	LIGA DE DEFESA NACIONAL
97	LIGA ELEITORAL CATÓLICA (LEC)
103	LIGA ELEITORAL CATÓLICA NO CEARÁ
104	LIGA PANGERMÂNICA (Alldeutschenverband)
106	LIKUD
108	LOBOS BRANCOS (White Wolves) & COMBAT 18
109	L.U.C.E/Istituto Nazionale L'Unione Cine-matographica Educativa
111	LUIS FERNANDO CAMACHO
115	MAÇONARIA
118	MALTHUS, Thomas Robert (1766 – 1834)
120	MARINETTI, Filippo Tommaso (1876 – 1944)
122	MARXISMO CULTURAL
126	MASCULINO/FEMININO
133	MAURRAS, Charles (1868 – 1952)
138	MEIN KAMPF (MINHA LUTA).
141	MEIR KAHANE E KAHANISMO
145	MELONI, Giorgia e o neofascismo italiano
148	MICHELS, Robert (1876 – 1936)
150	MIGUEL REALE E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL
155	MILITARES E O PENSAMENTO DE EXTREMA-DIREITA
171	MILITARISMO
174	MISOGINIA

175	MODERNISMO NAS ARTES
178	MODERNISMO NO CATOLICISMO
179	MONICA LEWINSKY, O Caso
183	MOSCA, Gaetano (1858 – 1943)
185	MOVIMENTO BRASIL LIVRE – MBL
192	MUSSOLINI, Benito (1883 – 1945)
196	NACIONALISMO
199	NACIONAL-POPULISMO
201	NACIONAL-SINDICALISMO
203	NAFTALI BENNETT
206	NATUREZA
209	NEGACIONISMO HISTÓRICO
215	NEGACIONISMO NO BRASIL
219	NEOCOLONIALISMO
221	NEOFASCISMO NA ALEMANHA
226	NEOFASCISMO NA RÚSSIA
230	NEOINTEGRALISMO NO BRASIL
238	NEOPENTECOSTAIS E A POLÍTICA
243	NEORRACISMO DIFERENCIALISTA
245	NOITE DE CRISTAL (KRISTALLNACHT)
247	NOUVELLE DROITE/NOVA DIREITA NA FRANÇA
249	NOVA DIREITA NOS ESTADOS UNIDOS
251	NOVA RESISTÊNCIA
254	OCIDENTE
257	OLAVO DE CARVALHO (1947 – 2022)
263	OLIMPÍADAS E POLÍTICA

- 268 **OLIVEIRA VIANNA (1883 – 1951).**
- 270 **ONU (Organização das Nações Unidas)**
- 272 **ONU E A NOVA ORDEM MUNDIAL**
- 274 **OPERAÇÃO CONDOR**
- 276 **OPERAÇÃO CONDOR E MEMÓRIA**
- 280 **OPERAÇÃO EUTANÁSIA**
- 283 **OPOSIÇÃO/SITUAÇÃO**
- 285 **ORDEM, A**
- 287 **ORTEGA Y GASSET, José (Madri 1883-Santillana de Mar 1955)**
- 290 **PACTO ANTIKOMINTERN**
- 292 **PACTO GERMANO-SOVIÉTICO**
- 295 **PAES, Sidônio Bernardino Cardoso da Silva (1872-Coimbra/1918-Lisboa)**
- 296 **PALAVRAS, 14**
- 298 **PANGERMANISMO**
- 300 **PARETO, Vilfredo Frederico Damaso (1848 – 1923)**
- 303 **PARTIDO DA LIBERDADE AUSTRIACO (Freiheitliche Partei Österreichs, FPÖ)**
- 304 **PARTIDO NACIONAL-FASCISTA ITALIANO**
- 306 **PARTIDO NAZISTA NO BRASIL**
- 309 **PARTIDO POLÍTICO DE DIREITA**
- 312 **PENNA, Belisário (1868 – 1939)**
- 316 **PERÓN, Juan Domingo (1895 – 1974)**
- 319 **PERONISMO**
- 322 **PINOCHET, Augusto (Biografia Política)**
- 325 **PIO XII, O Caso**
- 329 **PLÍNIO SALGADO (Trajetória Política e Ideias)**
- 338 **PLÍNIO SALGADO E A TEORIA DO ESTADO INTEGRAL**

- 344 **POLÍTICA**
- 347 **POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS**
- 349 **POLO DA LIBERDADE**
- 351 **POPULISMO**
- 353 **PORFÍRIO DÍAZ (Biografia Política)**
- 356 **PRETO, Francisco Rolão (1896–1977)**
- 358 **PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO**
- 361 **PRUSSIANISMOS BRASILEIROS**
- 364 **PUNK (Conceito e Comportamento)**
- 367 **QANON**
- 371 **QUARTA TEORIA POLÍTICA**
- 373 **QUISLING, Vidkun (1887 – 1945)**
- 376 **RAÇA**
- 379 **REAGAN, Ronald (Biografia Política)**
- 384 **REAGRUPAMENTO NACIONAL**
- 389 **REGIME DE VICHY E OS JUDEUS**
- 391 **REICH**
- 394 **REPRESSÃO: DEBATE HISTORIOGRÁFICO**
- 397 **REPRESSÃO E VIOLÊNCIA**
- 401 **RERUM NOVARUM**
- 405 **REVISIONISMO/NEGACIONISMO**
- 407 **REVISIONISMO HISTÓRICO ARGENTINO**
- 409 **REVOLUÇÃO**
- 411 **REVOLUÇÃO RUSSA E DIREITA**
- 414 **REVOLUCIÓN FEDERAL(ARGENTINA)**
- 416 **RIEFENSTAHL, Leni**

- 418 **ROCK-AND-ROLL**
- 426 **RÖHM, Ernst (1887 – 1934)**
- 427 **ROSENBERG, Alfred (1893 – 1946)**
- 430 **SALAZARISMO (1933–1974)**
- 432 **SCHMITT, Carl (Trajetória Política e Ideias)**
- 436 **SEGURANÇA NACIONAL**
- 438 **SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)**
- 440 **SERVIÇO SOCIAL RURAL (SSR)**
- 442 **SEXUALIDADE**
- 444 **SIGMA**
- 447 **SINDICATO**
- 452 **SIONISMO (DE DIREITA)**
- 456 **SKINHEADS**
- 458 **SKINHEADS E ANOMIA**
- 461 **SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE (TFP).**
- 463 **SOCIEDADE CIVIL**
- 465 **SOCIEDADE INTEGRAL**
- 467 **SOCIOBIOLOGIA**
- 472 **SOMBRA, Severino (Biografia Política)**
- 474 **SPEER, Albert (1905-Manheim/1981-Londres)**
- 475 **SUÁSTICA**
- 477 **SUBSECRETARÍA DE INFORMACIONES**
- 481 **TEATRO**
- 483 **TEORIA AMIGO-INIMIGO**
- 486 **TORTURA**

- 488 **TOTALITARISMO**
- 491 **TRADIÇÃO**
- 494 **TRANSIÇÃO (O CASO DO BRASIL)**
- 501 **TRANSIÇÕES TUTELADAS**
- 505 **TRATADO DE LATRÃO**
- 508 **UNIÃO DEMOCRATA CRISTÃ (UDC)**
- 510 **UNIÃO DEMOCRÁTICA DO CENTRO (Union Démocratique du Centre)**
- 511 **ULTRAMONTANISMO**
- 514 **URBANISMO**
- 517 **VACINA E NEGACIONISMO**
- 522 **VALHALLA 88**
- 524 **VASCONCELOS, José**
- 526 **VIKTOR ORBÁN (1963)**
- 531 **VÖLKISCH**
- 535 **WALT DISNEY (BIOGRAFIA POLÍTICA)**
- 539 **ZANINE, Armando**
- 541 **ZEMMOUR, Éric. (1958)**



Tipografias
Bodoni
PT Serif